

Fernando José Pires de Sousa
Yanick Noiseux
(Organizadores)

**TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E
POBREZA NO MUNDO GLOBALIZADO**

**ABORDAGENS TEÓRICO-EMPÍRICAS E
COMPARAÇÕES BRASIL-CANADÁ**



TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E POBREZA NO MUNDO GLOBALIZADO

**ABORDAGENS TEÓRICO-EMPÍRICAS E
COMPARAÇÕES BRASIL-CANADÁ**

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante

Universidade Federal do Ceará – UFC

Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Edições UFC

Diretor e Editor

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof.^a Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Fernando José Pires de Sousa
Yanick Noiseux
(Organizadores)

TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E POBREZA NO MUNDO GLOBALIZADO

ABORDAGENS TEÓRICO-EMPÍRICAS E COMPARAÇÕES BRASIL-CANADÁ

Aécio Alves de Oliveira	Lindsay Pilatti Araújo
Berthe Lacharité	Lise Saint-Germain
Carlos Américo Leite Moreira	Marcelo Santos Marques
Carole Yerochewski	Maria de Lourdes Urban Kleinke
Deise Luiza da Silva Ferraz	Maria Lúcia de Paula Urban
Emanuel Sebag de Magalhães	Maurício Urban Kleinke
Fernando José Pires de Sousa	Mônica Sillan de Oliveira
Frédéric Lesemann	Pierre Joseph Ulysse
Iêda Maria Maia Pires	Rafael Rodrigo Mueller
Lafaiete Santos Neves	Sid Ahmed Soussi
Liana Maria da Frota Carleial	Yanick Noiseux



Fortaleza
2016

**Trabalho, desenvolvimento e pobreza no mundo globalizado:
abordagens teórico-empíricas e comparações Brasil-Canadá**

© 2016 Copyright by Fernando José Pires de Sousa e Yanick Noiseux
(Organizadores)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os Direitos Reservados

Edições UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria)

3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)

Site: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

REVISÃO DE TEXTO

Francisca de Sá Benevides

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Perpétua Socorro Tavares Guimarães – CRB 3/801

PROGRAMAÇÃO VISUAL, DIAGRAMAÇÃO

Valdiano Araujo Macedo / Adilton Lima Ribeiro

CAPA

Valdiano Araujo Macedo

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães – CRB 3/801-98

Trabalho, desenvolvimento e pobreza no mundo globalizado:
abordagens teórico-empíricas e comparações Brasil-Canadá /
Fernando José Pires de Sousa e Yanick Noiseux [organizadores].
– Fortaleza: Edições UFC, 2016.

400 p.: il.

Isbn: 978-85-7485-242-3

1. Trabalho - desenvolvimento e pobreza 2. Mundo globalizado -
Brasil - Canadá 3. Desigualdades socioeconômicas - global e nacional
I. Sousa, José Pires de II. Noiseux, Yanick III. Título

CDD: 658

Editora Filiada à



Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

OS AUTORES

Aécio Alves de Oliveira

Graduado em Ciências Econômicas, mestre em Economia e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, é professor associado IV da UFC, onde leciona Economia Ecológica, Pensamento Econômico Marxista e Tópicos Especiais em Microeconomia.

Berthe Lacharité

Coordenadora de projetos da Relais-femmes, Montreal, Canadá. Seus projetos de pesquisa e de formação compreendem temáticas variadas: discursos econômicos alternativos, empreendedorismo coletivo das mulheres, práticas de transferência de conhecimentos, situação das mulheres que exercem ocupações tradicionalmente masculinas, mulheres de diversidade etnocultural e o emprego.

Carlos Américo Leite Moreira

Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, com pós-doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade de Montreal. Professor e pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará.

Carole Yerochewski

Doutora em Sociologia pela Universidade de Montreal, Canadá. Na França trabalhou na revista mensal *Alternatives Économiques*, onde fundou e dirigiu *La lettre de l'insertion par l'activité économique*, que tratava das ações coletivas e das políticas de inserção e de emprego. É autora de *Quand le travail enferme dans la pauvreté et la précarité. Travailleuses et travailleurs pauvres au Québec et dans le monde*, editado pela Presses de l'Université du Québec, em 2014, e pesquisadora do Gireps (<http://www.gireps.org>).

Deise Luiza da Silva Ferraz

Doutora, mestra e bacharela em Administração pela UFRGS. Professora no Departamento de Ciências Administrativas, no Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Nú-

cleo de Estudos Críticos sobre Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Organizadora dos livros *Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho* e *Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho*. Lida de forma interdisciplinar com as seguintes áreas científicas: Administração, Sociologia, Psicologia e Economia Política.

Emanuel Sebag de Magalhães

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente, mestrando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua, principalmente, nos seguintes temas: pensamento econômico, economia política, economia internacional, economia política internacional, geopolítica e desenvolvimento.

Fernando José Pires de Sousa

Doutor em Economia pela Université Paris XIII (2000) e pós-doutor pela Université de Montréal-Canada (2010). Atua como professor associado IV da Universidade Federal do Ceará, no Departamento de Teoria Econômica, no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) e no Mestrado em Saúde Pública. Coordena o projeto de extensão Observatório de Políticas Públicas (OPP). Tem experiência acadêmica em desenvolvimento, pobreza, proteção social, mercado de trabalho e políticas públicas. É parceiro do Gireps (<http://www.gireps.org>).

Frédéric Lesemann

Doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS-Paris). É professor titular do Instituto Nacional de Pesquisa Científica (INRS), em Montreal, Canadá. Dirige o Grupo de Pesquisa sobre as Transformações do Trabalho e das Políticas Públicas (<http://www.transpol.org>) e tem interesse em estudar as diversas dimensões do avanço da informalidade nas sociedades mundializadas e as repercussões desse fenômeno na crise do estado de proteção social. Ele contribui ainda com os trabalhos do Grupo Internacional de Pesquisa sobre a Informalidade nas Metrôpoles (<http://recim.info/french/index2f.html>). É professor e pesquisador do Gireps (<http://www.gireps.org>).

Iêda Maria Maia Pires

Doutora em Ciências da Educação pela Université Paris V (René Descartes-Sorbonne) e pós-doutora em Psicopedagogia e Andragogia pela Université de Montréal (2010). Professora em dois cursos de pós-graduação na

Universidade Estadual do Ceará (Psicomotricidade e Educação Especial). Faz parte do Grupo Gestor do Fórum de Educação Infantil do Ceará e do Fórum Estadual de Educação. Pesquisadora na área das Políticas da Primeira Infância e da Educação Infantil.

Lafaiete Santos Neves

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, pesquisador do Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais da UFPR/CNPq e coordenador do Grupo de Estudos Ruy Mauro Marini (Germmarini).

Liana Maria da Frota Carleial

Doutora em Economia pela Universidade de São Paulo e pós-doutora pela Université Paris XIII, no Centre de Recherche en Économie Industrielle (CREI), na França. É professora titular da Universidade Federal do Paraná, pesquisadora do CNPq e professora convidada do quadro permanente do programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPR. É integrante da diretoria eleita (2012-2015) do Centro Internacional de Desenvolvimento Celso Furtado. É também membro pleno do Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics (CIEO). Atualmente, é presidente do Instituto Municipal de Administração Pública (Imap), em Curitiba-Paraná.

Lindsay Pilatti Araújo

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR, com especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR) e mestra em Organizações e Desenvolvimento (FAE). Profissionalmente, integrou a equipe da Amapaz que desenvolveu projeto de remodelação urbana para a cidade de Santana no Amapá. Prestou assessoria à Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano do Município de São José dos Pinhais. Servidora desde 2004 da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, participa, atualmente, da revisão do Plano Diretor da cidade.

Lise Saint-Germain

Professora de Trabalho Social na Universidade do Québec, em Outaouais (UQO), e também diretora do Centro de Pesquisa Social Aplicada (CRSA) em Trois-Rivières, Québec, Canadá. Seus trabalhos de pesquisa envolvem questões relativas à pobreza e à articulação entre a ação pública, intervenção social e comunitária. Atualmente, é professora e pesquisadora do Gireps (<http://www.gireps.org>).

Marcelo Santos Marques

Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1990), mestre em Educação (2003) e doutor em Sociologia (2009), ambos realizados na Universidade Federal do Ceará. É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Ceará (IFCE), lecionando a disciplina Fundamentos Sociofilosóficos da Educação.

Maria de Lourdes Urban Kleinke

Graduada em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Trabalhou como pesquisadora no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, estudando os movimentos migratórios, urbanização e políticas sociais, e se dedicou nos últimos anos ao desenvolvimento de indicadores para a tomada de decisões em políticas de Estado, com representação espacial de informações demográficas, sociais e econômicas.

Maria Lúcia de Paula Urban

Graduada em Economia, com especialização em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Paraná, mestra em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Relações Internacionais pela Universidade do Algarve. Trabalhou como pesquisadora no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, onde desenvolveu pesquisas próximas do mundo do trabalho e da inovação tecnológica.

Maurício Urban Kleinke

Graduado em Física pelo Instituto de Física Gleb Wataghin da Unicamp, onde realizou também sua pós-graduação. É professor livre-docente no mesmo instituto. Tem experiência em análises de desigualdades de gênero e étnico-raciais associadas a processos seletivos. Nos últimos anos, tem pesquisado exames de larga escala (vestibulares, Enem), bem como atuado na formação continuada e inicial de professores de ciências.

Mônica Sillan de Oliveira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1998). Coordenadora geral da ong Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) e ex-presidente e atual conselheira titular do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ceará. Mestranda do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e Sociedade da UECE. Suplente do Ponto Focal Nordeste no Comitê Nacional das Escolas de Conselhos, coordenadora do GT Criança do Conselho Regional de

Serviço Social (CRESS) 3ª Região/CE, professora da Escola de Conselhos do Ceará (Econce) e membro do Comitê Gestor Estadual do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/CE).

Pierre Joseph Ulysse

Doutor em sociologia da Universidade de Montreal, Canadá, e professor da Escola de Serviço Social dessa universidade. Suas pesquisas versam sobre as políticas públicas de luta contra a pobreza, os trabalhadores pobres, o trabalho atípico, imigração e cidadania. Atualmente, é professor e pesquisador do Gireps (<http://www.gireps.org>), do qual foi seu fundador em 2009.

Rafael Rodrigo Mueller

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2000), mestre (2006) e doutor (2010) em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). É líder do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho e Educação (Niete) e pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (Gidafec).

Sid Ahmed Soussi

Graduado em Sociologia e professor da Universidade do Québec, de Montreal, Canadá (UQAM). Suas publicações compreendem o movimento sindical internacional, a ação coletiva no contexto das novas formas da divisão internacional do trabalho e sobre os fluxos internacionais do trabalho migrante temporário e seus efeitos locais sobre a precarização do trabalho e seus modos de regulação. Atualmente, é professor e pesquisador do Gireps (<http://www.gireps.org>).

Yanick Noiseux

Graduado em Sociologia e professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal, Canadá. Seus estudos concernem ao trabalho atípico e informal, à análise das políticas públicas referentes ao trabalho e à renovação do sindicalismo. É professor e pesquisador do Gireps (<http://www.gireps.org>), e seu atual diretor, como também colaborador do Centro de Estudos sobre a Integração e a Mundialização (Ceim).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
-------------------	----

PREFÁCIO	29
----------------	----

PARTE 1 – POBREZA, DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO: ABORDAGENS COMPARATIVAS

AS DINÂMICAS DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, A EROSÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE OS TRABALHADORES POBRES: O INTERESSE NA COMPARAÇÃO QUÉBEC, CANADÁ-BRASIL

<i>Pierre Joseph Ulysse</i>	35
-----------------------------------	----

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E EMPOBRECIMENTO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO-DEQUALIFICANTE

Aécio Alves de Oliveira

<i>Marcelo Santos Marques</i>	47
-------------------------------------	----

POBREZA E TRABALHADOR POBRE NA COMPARAÇÃO SUL-NORTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

<i>Fernando José Pires de Sousa</i>	83
---	----

SUBDESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

<i>Liana Maria da Frota Carleial</i>	107
--	-----

A INFORMALIDADE E O TRABALHO INFORMAL COMO REVELADORES DA TRANSFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E DO PAPEL DOS ESTADOS: UMA COMPARAÇÃO NORTE-SUL

<i>Frédéric Lesemann</i>	147
--------------------------------	-----

PARTE 2 – DINÂMICA ECONÔMICA, PAPEL DO ESTADO E REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO

OS FLUXOS DE TRABALHADORES MIGRANTES TEMPORÁRIOS E O PAPEL AMBIVALENTE DO ESTADO: IMPACTOS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A SINDICALIZAÇÃO

Sid Ahmed Soussi 171

INSERÇÃO INTERNACIONAL, MERCADO INTERNO E CRESCIMENTO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONJUNTURA BRASILEIRA

Carlos Américo Leite Moreira

Emanuel Sebag de Magalhães 187

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NA PROVÍNCIA DE QUÉBEC, CANADÁ: O LUGAR E O PAPEL DOS TRABALHADORES INFORMAIS COM BAIXOS SALÁRIOS OU TRABALHADORES ATÍPICOS E O POSICIONAMENTO DOS SINDICATOS

Carole Yerochewski..... 211

A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO NA PROVÍNCIA DE QUÉBEC, CANADÁ: FLEXIBILIDADE E PRECARIIDADE, DUAS FACES DE UMA MESMA REALIDADE

Yanick Noiseux 235

PARTE 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS POPULARES E SOLIDÁRIAS

O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: DIREITOS NEGADOS E URGÊNCIA PARA MAIS EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROTEÇÃO INTEGRAL

Iêda Maria Maia Pires

Mônica Sillan de Oliveira 265

DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O MOMENTO DO ENSINO MÉDIO

Maria de Lourdes Urban Kleinke

Maria Lúcia de Paula Urban

Maurício Urban Kleinke..... 291

**A INSERÇÃO E A MANUTENÇÃO NO EMPREGO DE PESSOAS
HÁ MUITO TEMPO FORA DO MERCADO DE TRABALHO:
A EXPERIÊNCIA DOS EMPREGOS DE SOLIDARIEDADE EM
TROIS-RIVIÈRES (PROVÍNCIA DE QUÉBEC, CANADÁ)**

Lise Saint-Germain 311

**ASSISTENCIALISMO E EMPREENDIMENTOS POPULARES DE
TRABALHO: RELAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ERRADICAÇÃO
DA POBREZA?**

Deise Luiza da Silva Ferraz

Rafael Rodrigo Mueller 337

**UM NOVO REGIME DE PREVIDÊNCIA DE BENEFÍCIOS DEFI-
NIDOS: O REGIME COM BASE NA CONTRIBUIÇÃO SALARIAL
DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS E DE MULHERES**

Berthe Lacharité 359

**ONDE MORAM OS POBRES? POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABI-
TAÇÃO EM CURITIBA, PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE A FOR-
MAÇÃO DA VILA NOSSA SENHORA DA LUZ**

Lindsay Pilatti Araújo

Lafaiete Santos Neves 379

APRESENTAÇÃO

As questões sobre pobreza e desigualdades socioeconômicas em níveis global e nacional são temas sempre presentes nos estudos e nas pesquisas que procuram desvendar esses fenômenos em termos de determinações, características e dimensões. Autores das mais diferentes matizes teórico-ideológicas e áreas do conhecimento, dos clássicos aos contemporâneos, procuram interpretá-los e explicá-los com pressupostos e argumentos que os vinculam ou não a uma inexorabilidade inerente ao modo de produção em vigor. Sob o capitalismo, a obra recente de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI (Le Capital au XXIème Siècle)*, conseguiu agitar profundamente os meios acadêmico e político internacionais ao retratar, a partir de uma base estatística secular, que o mundo se encontra mais desigual e numa tendência de aumento da concentração de riqueza, seja nos países ou entre eles.

Na realidade, o fenômeno da pobreza e sua face mais extrema, a miséria, sempre marcaram a humanidade, mas pode-se considerar que é no capitalismo que suas determinações deixam de se vincular à opressão escravocrata ou servil de regimes políticos autoritários e ditatoriais para se vincular à exploração do capital a partir das relações de trabalho amparadas juridicamente por regimes democráticos representativos. Essa situação difere segundo os países e conforme o nível alcançado de desenvolvimento econômico e de regulação do Estado, mas apresenta um comportamento comum inerente a um processo de precarização do mundo do trabalho intensificado com o advento do neoliberalismo a partir do último quartel do século passado. A heterogeneidade das condições de vida compreende ainda tanto carências absolutas, assim entendidas por não serem satisfeitas as necessidades mínimas de sobrevivência física, como também carências relativas, cuja referência é o padrão mediano de bem-estar alcançado por determinada sociedade. Dessa forma, em maior ou menor grau, encontram-se situações de insuficiência de renda e de privação, esta vista como negação ao acesso ao emprego, à renda e ao consumo.

Vale ressaltar que a referida tendência de degradação do emprego engendrou o empobrecimento de trabalhadores ao ponto de se tornar um

tema central de análises e de debates nos países desenvolvidos a partir dos anos 2000, sob a denominação de “trabalhador pobre”, especialmente na literatura anglo-saxônica, como *Working Poor*, e na francófônica, como *Travailleur Pauvre*. Em efeito, observa-se uma transformação do próprio emprego, que, de relativamente estável a favor de certas categorias de trabalhadores na América do Norte, na Europa e em alguns países latino-americanos, tem-se tornado cada vez mais precário, flexível e temporário, de modo a rebaixar seus níveis de remuneração e de acesso aos regimes públicos de proteção social. Isso é resultante das estratégias das empresas, ativamente inscritas numa dinâmica de globalização dos mercados como forma de manter sua competitividade (subcontratação, deslocalização, redução das remunerações etc.), como também das condições de trabalho (flexibilização, contratos com duração determinada, ou mesmo ausência de contrato) e dos seus direitos e das regulamentações que não cessam de ser desestruturados. Essas transformações concernem também à deterioração das proteções sociais ligadas ao trabalho (mudanças dos critérios e do acesso ao seguro-desemprego, reformas da previdência, restrições à assistência social e à saúde pública, à formação profissional etc.) ou ainda de mudanças das regras da imigração orientadas em função de interesses específicos dos empregadores para favorecerem o fluxo de trabalhadores estrangeiros temporários, diretamente postos em concorrência com trabalhadores nacionais.

Nessa vasta gama de transformações, não são somente as empresas que alteram completamente suas estratégias e formas de ação, mas também o próprio Estado, que altera seu papel “de protetor” – que vigorou durante décadas de predomínio da regulação keynesiana – e de árbitro das relações empregador-empregados, que tem assumido um papel de agente ativo de instauração de uma nova ordem muito mais favorável aos interesses das empresas, em nome da produtividade, da concorrência e do crescimento. Em síntese, a abertura, desregulamentação e flexibilização dos mercados de bens e serviços, financeiros e de capitais e do mundo do trabalho passaram a se constituir na norma de sobrevivência à ordem econômica internacional. Logo, a busca pela constituição de economias nacionais fundadas em estruturas produtivas, industriais, integradas e competitivas, bem como por uma sociedade assalariada e protegida por direitos sociais e do trabalho, não tem sido exitosa.

Nessa perspectiva, para países ainda com problemas socioeconômicos profundos, como o Brasil, a imbricação global-regional-local tem se

tornado complexa e de difícil apreensão enquanto problemática a ser enfrentada pelas teorias de desenvolvimento. Esse condicionamento age no sentido de alterar as estruturas produtivas edificadas graças a uma incisiva atuação da fase do Estado caracterizado como desenvolvimentista que buscava fundar economias industriais e sociedades assalariadas, inclusive respeitando as especificidades regionais e locais. O que passa a vigorar é um processo de segmentação obedecendo a uma lógica microeconômica, reforçada pelo empreendedorismo, baseado na especialização conforme o potencial produtivo segundo os atributos próprios, alterando assim os clássicos padrões locais pela inserção dos diferentes espaços às exigências da acumulação em escala planetária, a qual está cada vez mais submetida aos imperativos da globalização financeira. Nesse sentido, pode-se estar sujeito até a uma “regressão” na estrutura industrial a favor de uma reprimarização da economia, cuja tendência vem preocupando os dirigentes e os pesquisadores brasileiros. Ora, as exigências da globalização identificam espaços “rentáveis” na perspectiva da inserção internacional que submete à referida lógica países industrialmente avançados, como no norte da província de Québec, no Canadá, cujo fenômeno acima é identificado como extrativista¹ (ou neoextrativista), embora não chegue a resultar, necessariamente ou nas mesmas proporções verificadas no Brasil ou em outros países da América Latina, em um processo de desindustrialização.

É evidente que tudo isso diz respeito à atuação do Estado, dos agentes econômicos e das organizações sociais de formas e intensidades diferenciadas, conforme o estágio alcançado de desenvolvimento pelos países e suas regiões e o grau de inserção internacional atingido. A menor ou maior presença do Estado, assim como dos atores sociais na promoção, estruturação e organização das atividades produtivas, formais, informais, capitalistas ou inseridas na lógica da economia social-solidária, certamente depende, em grande medida, também dos graus de autonomia e resistência diante das injunções dos interesses externos *vis-à-vis* os internos.

Dessa forma, a integração dos estudos e das pesquisas e a troca de experiências envolvendo contextos distintos e âmbitos interinstitucional e interdisciplinar assumem relevância para a apreensão de saberes e o aprofundamento teórico e empírico visando melhor compreender tais problemáticas e se posicionar ante os desafios de contribuir para transformações

¹ Ver <http://iris-recherche.qc.ca/blogue/quest-ce-que-lextractivisme>. Acesso em: 10 fev. 2015.

econômicas e sociais centradas na inclusão e no bem-estar sociais. Assim, vale ressaltar que as realidades canadense e brasileira constituem auspiciosas oportunidades de análise comparativa. Nessa perspectiva, a referida integração envolve o Grupo Interdisciplinar e Interuniversitário de Pesquisa sobre Emprego, Pobreza e Proteção Social (Gireps²), constituído de professores e pesquisadores de várias universidades canadenses da província de Québec, e o grupo de professores e pesquisadores brasileiros, compreendendo as Universidades Federais do Ceará, do Paraná e de Minas Gerais, como também a FAE-Campos Universitário e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), que participaram, em Fortaleza, de 30 de outubro a 1º de novembro de 2012, do Colóquio Internacional sobre Mercado de Trabalho, Trabalhador Pobre, Proteção Social e Enfrentamento da Pobreza no Brasil e Canadá. Ressalte-se que contribuições desse evento foram publicadas como livro pela Universidade de Québec³ e que, agora, se consubstancia nesta versão ampliada em português.

Dada a diversidade dos temas aqui tratados, compreendendo abordagens teórico-empíricas e níveis de abrangência internacional e nacional, em particular retratando as realidades brasileira e canadense, procurou-se organizar esta publicação segundo uma lógica que congregue temáticas afins e dispostas dos âmbitos global ao local, como os trabalhos que contemplam a província de Québec e outros referentes a estados brasileiros. Desse modo, acredita-se que a perspectiva comparativa torna-se mais fácil a partir da compreensão de temas holísticos e das possíveis conexões entre aspectos gerais e particulares, espacialmente e conforme a problemática em análise, do que simplesmente dispor os textos dos autores nacionais e canadenses separadamente, em dois blocos.

Assim, este livro compõe-se desta apresentação, do prefácio e de três partes. A primeira discute questões teórico-conceituais relativas à pobreza, ao desenvolvimento econômico e ao mundo do trabalho, como também traz contribuições sobre a importância da pesquisa, da integração de pes-

² O Groupe Interdisciplinaire de Recherche sur l'Emploi, la Pauvreté et la Protection Sociale (Gireps) envolve professores da Université de Montréal, do Institut National de Recherche Scientifique (INRS-USC), do Centre d'Urbanisation, Culture et Société, da Université du Québec à Montréal (UQAM), Université Concordia e Université du Québec en Outaouais (UQO).

³ ULYSSE, Pierre-Joseph; LESEMANN, Frédéric; SOUSA, Fernando J. Pires de (Org.). *Les travailleurs pauvres: précarisation du marché du travail, érosion des protections sociales et initiatives citoyennes*. Presses de l'Université du Québec, Canada, 2014, v. 1, 277 p.

quisadores e do aprimoramento metodológico para a realização de estudos comparativos que compreendam os contextos Norte-Sul, em particular entre Canadá e Brasil. A segunda parte refere-se a aspectos relevantes da dinâmica econômica no contexto da globalização, assim como ao processo de precarização do trabalho, da migração, da economia solidária e do sindicalismo, seja numa perspectiva de comparações entre esses dois países, seja nos âmbitos de cada um deles. Por último, a terceira parte congrega os estudos específicos ao Brasil e Canadá que tratam particularmente de políticas públicas de inserção social e de afirmação de direitos, como a luta contra o trabalho infantil, a educação de jovens, a inserção e manutenção do emprego, o assistencialismo e empreendimentos populares de trabalho, os regimes de previdência de grupos comunitários e a situação habitacional dos pobres.

Ressalte-se que a questão do trabalhador pobre permeia as análises, pois constitui tema de grande interesse por possibilitar uma visão inerente à população trabalhadora e por contemplar no Brasil essa discussão que já vem sendo objeto de pesquisa há alguns anos nos países desenvolvidos, em particular na Europa e América do Norte, especialmente nos Estados Unidos e Canadá. Nos países em desenvolvimento e no terceiro mundo em geral, os estudos se resumem ao debate sobre linhas de pobreza como forma de mensuração desse fenômeno.

Dessa forma, a primeira parte deste livro, intitulada “Pobreza, Desenvolvimento e Mercado de Trabalho: Abordagens Comparativas”, tem início com o texto de Pierre Joseph Ulysse sobre “As dinâmicas de precarização do mercado de trabalho, a erosão das proteções sociais e as consequências sobre os trabalhadores pobres: o interesse na comparação Québec, Canadá-Brasil”. Sua contribuição é importante como começo de leitura porque ressalta o interesse na comparação Brasil-Canadá a partir dos eixos principais de estudos do grupo de pesquisadores de Québec (Gireps), por discutir e precisar as noções e definições de pobreza, precariedade e trabalhador pobre e por expor estatisticamente esse fenômeno em Québec que, para o autor, pode ser considerado como um “observatório das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais” das nossas sociedades. Na perspectiva de uma abordagem comparativa, a referência ao “trabalhador pobre” pode servir como um efeito “espelho” entre duas portas de entrada: uma, relativa a Québec, pelo emprego que se precariza, e a outra, a respeito do Brasil, pelo prisma do desenvolvimento socioeconômico.

Em seguida, Aécio Alves de Oliveira e Marcelo Santos Marques, em “Desenvolvimento do capital e empobrecimento do trabalho: evidências contemporâneas do processo de qualificação-desqualificante”, exploram um caminho teórico que procura elucidar a questão do trabalhador, pobre como decorrência da contradição central do capital que, no seu processo de desenvolvimento, engendra o empobrecimento do trabalho pelo fato dessa categoria, trabalho, perder cada vez mais expressão na constituição do valor. Dessa forma, tal contradição molda o trabalhador, reduzindo-lhe a importância de portador da substância do valor e atribuindo-lhe a condição de simples acessório da produção como executor das prescrições incorporadas aos agentes fixos. Com o desenvolvimento do capital, ocorre a desqualificação do trabalho e a desvalorização da força de trabalho. Daí, o empobrecimento da sociabilidade e o empobrecimento do trabalhador. Em outros termos, os autores se fundamentam numa crítica categorial para tratar o empobrecimento do trabalho que provoca o esgarçamento das relações sociais e a pobreza do trabalhador, como típica da formação econômica capitalista. Eles também realizaram uma pesquisa empírica pela qual foi possível apreender o movimento do abstrato ao concreto mediado pelas falas de “sujeitos” que supostamente exercitavam saberes que os caracterizavam como trabalhadores altamente qualificados.

No terceiro texto, Fernando José Pires de Sousa discorre sobre “Pobreza e trabalhador pobre na comparação Sul-Norte: considerações teórico-metodológicas” com o objetivo de contribuir para aprimorar estudos comparativos. Ele é instigado pela diversidade de abordagens teóricas, metodológicas e conceituais relativas às temáticas acima e ao mercado de trabalho, o que dificulta comparações entre países, mesmo entre os desenvolvidos e, principalmente, em relação aos pobres. Dessa forma, a partir de uma análise aprofundada, o autor evidencia divergências cruciais no que se refere ao entendimento do que sejam pobre, pobreza e trabalhador pobre, não só em termos de concepção, como também em delimitação e métodos e formas de aferição, do que sejam também os conceitos de categorias básicas como “ocupação”, “emprego”, “trabalho” e “trabalhador” pelas grandes instituições internacionais, como OIT, Banco Mundial, Eurostat, Cepal e pelos órgãos de estatística francês, brasileiro, canadense e americano. Os indicadores que medem a pobreza e as desigualdades, as definições de linhas de pobreza e a pobreza relativa são objetos de embates políticos consideráveis, especialmente ante as ambiguidades e dificuldades conceituais e metodológicas existentes. Além disso, geralmente a análise comparativa

é nivelada por meio de indicadores “sintéticos” adotados por organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, que não levam em consideração o grau de heterogeneidade dos diversos segmentos da sociedade, nem as estruturas de produção e consumo, e muito menos a distribuição de renda e patrimônio que constituem a base das condições econômicas e sociais de vida.

Liana Maria da Frota Carleial, em “Subdesenvolvimento e mercado de trabalho no Brasil”, ressalta a importância da compreensão teórica do mercado de trabalho no capitalismo como fundamento para a análise do desenvolvimento econômico. O objetivo do seu artigo é apresentar a formação do mercado de trabalho brasileiro ao longo de sua trajetória econômica, destacando especificidades do subdesenvolvimento, por um país marcado pela dependência na divisão internacional do trabalho. Numa perspectiva histórica, a autora remarca as fases de estruturação da sociedade brasileira, que evolui para a generalização do assalariamento com o avanço da industrialização e do rápido processo de urbanização. Confere atenção especial ao papel da Constituição Federal de 1988, à inflexão sofrida pelo país com as políticas neoliberais implementadas na década de 1990 e à emergência da economia solidária. Por fim, a autora discute as transformações verificadas na primeira década do século atual e seus resultados em termos de redução da pobreza e da precariedade do emprego e considera que o país tem meios para a promoção do seu desenvolvimento e a redução do emprego informal e, assim, reduzir sua dependência histórica em relação aos países centrais. Ressalte-se que em cada uma das seções são contemplados aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais, os quais, de algum modo, interferem na compreensão do mercado de trabalho brasileiro.

O texto que fecha a primeira parte, de Frédéric Lesemann, intitulado “A informalidade e o trabalho informal como reveladores da transformação da atividade de produção e do papel dos Estados: uma comparação Norte-Sul”, trata teoricamente a problemática do desenvolvimento na perspectiva comparativa tomando como objeto central de análise não somente o mercado de trabalho informal, tema já bastante explorado, mas vai mais além ao dar atenção especial à informalidade que tradicionalmente permeia as relações nos países do Sul, tanto pessoais como institucionais. Com relação ao Norte, ele critica a construção dos seus Estados – providência que, em nome do desenvolvimento, consistiu em formalizar e racionalizar processos sociais frequentemente informais com o apoio ativo das ciências

sociais. Daí, o autor, ao remarcar a passagem da era keynesiana para a ultraliberal, como ressalta, argumenta que o papel dos Estados nos processos de globalização suscitam uma extensão contínua das práticas informais a todos os setores de atividade. Dessa forma, a informalidade assume um carácter político, sendo uma noção estruturante das sociedades como expressão das relações de poder, enquanto anteriormente era associada à pobreza e ao subdesenvolvimento numa perspectiva funcionalista, geralmente não crítica. Assim, a partir dos anos 1990 surgiu uma informalidade própria à fase ultraliberal, tanto no Sul como no Norte, marcada pela busca frenética do lucro, um enfraquecimento das regulações institucionais e uma modificação dos termos relativos às lógicas das relações de troca e do mercado, abrindo a via para diversas práticas de corrupção, ou mesmo para comportamentos mafiosos.

A segunda parte, chamada “Dinâmica Econômica, Papel do Estado e Repercussões no Mundo do Trabalho”, tem início com o artigo de Sid Ahmed Soussi sobre “Os fluxos de trabalhadores migrantes temporários e o papel ambivalente do Estado: impactos sobre a precarização do trabalho e a sindicalização”. Ressalte-se a conexão que existe desse texto com os anteriores, pois se refere a um fenômeno marcante da fase neoliberal, de exacerbação da concorrência sob a égide da globalização econômica. Ele trata aqui da precarização que atinge os mercados de trabalho ao analisar os efeitos dos programas canadenses que agenciam os fluxos de mão de obra estrangeira, especializada ou não. Por um lado, os imigrantes têm acesso limitado aos direitos sociais e seus salários são inferiores aos dos residentes nacionais que exercem ocupações equivalentes; por outro, esses últimos são afetados pelo processo, iniciado há cerca de 15 anos, de degradação da relação salarial verificada em vários setores onde a mão de obra estrangeira é contratada. Há, portanto, uma precarização do emprego, diante da qual a ação sindical nacional ou internacional encontra-se desamparada e impotente para agir. O autor assinala ainda que esses fluxos migratórios são devidamente sustentados pelas políticas neoliberais de vários Estados, não sendo exclusividade do Canadá, pois ocorrem nos Estados Unidos e em certos países europeus e asiáticos.

No artigo “Inserção internacional, mercado interno e crescimento: considerações acerca da conjuntura brasileira”, Carlos Américo Leite Moreira e Emanuel Sebag de Magalhães analisam uma questão que vem suscitando muita atenção no Brasil referente a uma possível “regressão” na estrutura industrial a favor de uma reprimarização da economia. A partir

de uma incursão teórica, os autores observam que a proposta de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina apresenta como traço distintivo a especialização produtiva e exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas. Tal configuração teria engendrado outro processo caracterizado por desindustrialização. Esse modelo teórico assume que o crescimento das exportações ocorre em detrimento da dimensão do mercado interno. Contrariamente a essa tese, eles assinalam que, no caso brasileiro, o duplo processo reprimarização/desindustrialização não resulta da falta de dinamismo do mercado doméstico, o qual sofreu considerável expansão nos últimos anos, por meio de uma política de valorização do salário mínimo, ampliação do emprego formal e expansão do crédito a pessoas físicas. Nessa conjuntura, o processo de financeirização das empresas multinacionais parece ter sido o fator determinante para a consolidação desse duplo processo no país, uma vez que o mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização, o que, inclusive, pode engendrar a intensificação do trabalho e até o empobrecimento relativo da classe trabalhadora mesmo diante das melhorias assinaladas.

O texto de Carole Yerochewski, “Economia solidária no Brasil e na província de Québec, Canadá: o lugar e o papel dos trabalhadores informais com baixos salários ou trabalhadores atípicos e o posicionamento dos sindicatos”, é uma contribuição importante para a análise comparativa Norte-Sul e apresenta uma forte interface com os trabalhos de Lesemann e Noiseux. A autora questiona o surgimento de novas identidades coletivas e de novas aspirações, inclusive desses trabalhadores que se encontram no centro das metamorfoses da questão social, bem como as respostas dadas pelos sindicatos. Ela chega a constatar que os trabalhadores informais não são necessariamente todos pobres, mas que a maioria, na realidade, é “empobrecida” na sua capacidade individual e coletiva de ação. Observa que há trinta anos assiste-se a múltiplas lutas de trabalhadores, comumente iniciadas ou apoiadas por organismos comunitários locais, nacionais ou transnacionais, e que os trabalhadores informais ou atípicos e com baixo salário não têm o mesmo lugar nem o mesmo papel no desenvolvimento da economia solidária no Brasil e em Québec, mesmo se eles possuem aspirações comuns. Nas duas situações, os sindicatos desenvolvem estratégias análogas de sindicalização. Do mais, os primeiros resultados da comparação são apresentados e discutidos para examinar, de um lado, em que medida eles são generalizáveis no Norte e no Sul e, de outro, para propor pistas de pesquisa que permitam o aprofundamento das questões tratadas.

Yanick Noiseux, em “A transformação do trabalho em Québec, Canadá: flexibilidade e precariedade, duas faces de uma mesma realidade”, descreve, com base em dados estatísticos, a magnitude da ampliação do trabalho atípico como resultado da “centrifugação do emprego para os mercados periféricos de trabalho” e o impacto desmedido que exerce nos jovens e nas mulheres. É mais uma das evidências da precarização do mercado de trabalho que ocorre nos países desenvolvidos por conta da desregulamentação e da flexibilização de direitos trabalhistas e sociais que se tornaram regra geral, como podemos constatar nos demais textos deste livro, em particular os dos colegas canadenses. O autor ressalta que esse processo é “o resultado de uma ação contínua e multiforme dos próprios Estados, bem como das empresas e das administrações engajadas numa transformação global das instituições, das relações sociais e das formas de governar apoiando-se no princípio da concorrência”. Dessa forma, Noiseux se pergunta sobre como possibilitar uma organização coletiva de defesa dos direitos dos trabalhadores atípicos. Ele tenta então apreender lições de algumas experiências de mobilização sindical, bem-sucedidas ou não, das categorias de trabalhadores concernentes.

O texto de Iêda Maria Maia Pires e Mônica Sillan de Oliveira abre a última parte deste livro, intitulada “Políticas Públicas e Iniciativas Populares e Solidárias”, ao analisar “O trabalho infantil no Brasil: direitos negados e urgência para mais efetividade de políticas públicas para proteção integral”. Elas tratam, portanto, de um problema que aflige, ainda em pleno século XXI, países como o Brasil, considerado de renda alta e que se encontra entre as dez maiores economias ocidentais. Este trabalho versa, assim, criticamente sobre inúmeras negligências que ainda persistem relativas à falta de efetivação das políticas públicas brasileiras para a erradicação do trabalho infantil e para assegurar os direitos das crianças a se desenvolverem integralmente. As autoras atentam, portanto, para uma questão social de graves dimensões e com sequelas irreparáveis para o desenvolvimento integral das crianças pobres, negras, filhas de trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas, de pescadores, ribeirinhas, florestais e outras, isto é, a exploração do trabalho infantil. Retratam que as condições de cidadania dessas crianças, particularmente as menores de 12 anos, são afetadas continuamente. Do mais, elas se encontram praticamente impossibilitadas de frequentar a escola – e se o fazem, o aproveitamento é reduzido e contribui para aprofundar as dificuldades inerentes ao ensino médio, conforme o texto seguinte –, o que lhes priva do conhecimento e de uma futura inser-

ção profissional, terminando por reforçar o ciclo da pobreza e engrossar o contingente de famílias e trabalhadores pobres.

O texto de Maria de Lourdes Urban Kleinke, Maria Lúcia de Paula Urban e Maurício Urban Kleinke aborda o “Desenvolvimento e educação no Brasil: o momento do ensino médio”, que constitui também um dos problemas que atinge profundamente a Nação, em se tratando da formação educacional e sua importância para o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos, a transição para a vida adulta da população de jovens brasileiros (entre 15 e 24 anos) tem apresentado tensões entre a formação educacional e o mundo do trabalho. Para além das ansiedades, expectativas e frustrações pessoais, coloca-se a necessidade de realizar uma trajetória escolar que conduza ao mundo do trabalho. Hoje essa necessidade se reflete na conclusão do ensino médio, em continuidade ao ensino fundamental. Entretanto, aproximadamente a metade dos jovens que ingressam no ensino médio não o concluem, sem contabilizar os demais que sequer ingressam nele após concluir o ensino fundamental. O ensino médio assume um papel importante para a sociedade brasileira como recurso estratégico para a inovação e o crescimento, considerando tanto as necessidades de formação para o mundo do trabalho quanto para a formação da cidadania. Nesse sentido, numa perspectiva de desenvolvimento do país, faz-se necessário construir e implementar uma política para a juventude que tenha no ensino médio sua âncora, com uma inserção de novas dimensões em seus currículos, tais como cidadania, cultura e esporte, articulando as relações entre as escolas e as esferas de apoio da saúde, segurança e assistência social.

Lise Saint-Germain, em “A inserção e a manutenção no emprego de pessoas há muito tempo fora do mercado de trabalho: a experiência dos empregos de solidariedade em Trois-Rivières (província de Québec, Canadá)”, trata da complexa problemática da inserção no emprego das pessoas ditas “*inemployables*”. A experiência de mobilização dessas pessoas, que se encontram à margem do emprego formal relatada pela autora, descreve como e em quais condições elas, graças à mobilização comunitária e a uma estratégia de mediação a longo prazo com os empregadores potenciais e os administradores das políticas de emprego e de ajuda social, chegam a se reintegrar duravelmente no emprego assalariado, caso contrário permaneceriam excluídas do mercado de trabalho. Ao transformar os benefícios sociais em subvenções salariais parciais e regressivas, o que permite aos empregadores compensarem suas perdas em razão da produtividade inicial relativamente fraca dessas pessoas, elas reconstroem rapidamente uma

identidade de trabalhador assalariado formal e de cidadão digno e dotado de direitos. O sucesso dessa experiência permite hoje expandi-la a dois outros locais da província de Québec.

Em “Assistencialismo e empreendimentos populares de trabalho: relações necessárias para a erradicação da pobreza?”, Deise Luiza da Silva Ferraz e Rafael Rodrigo Mueller mostram dois estudos de caso no Brasil que, em grande medida, identificam-se com o trabalho de Lise Saint-Germain. O objetivo é debater o paradoxo da necessidade de relações recíprocas entre o protagonismo social e as ações assistencialistas, enquanto formas de mitigar a pobreza por meio do trabalho coletivo e autogestionário. A experiência dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações na região de Curitiba, no estado do Paraná, e a prática dos trabalhadores desempregados organizados em um movimento social no estado do Rio Grande do Sul constituem a concretude das discussões que, teoricamente, estão embasadas em autores que abordam temas como: Estado, sociedade civil, distribuição de renda, autogestão e desenvolvimento social. A análise das experiências demonstrou os limites das políticas públicas de geração de trabalho e renda que têm como público-alvo a superpopulação consolidada. Os limites desdobram-se num aparente paradoxo que reside justamente no fato de os grupos iniciarem suas caminhadas negando o que eles chamam de caridade e com o objetivo de reduzirem o processo de pauperização pelo trabalho coletivo autogestionário, que, por sua vez, nos termos em que está sendo posto pelas políticas públicas, demanda a permanência do assistencialismo e, por consequência, dos desdobramentos dessa necessária relação.

O texto de Berthe Lacharité, “Um novo regime de previdência de benefícios definidos: o regime com base na contribuição salarial dos grupos comunitários e de mulheres”, discute uma das questões mais complexas da atualidade por se referir à problemática da proteção e dos direitos sociais que se encontra em franco processo de precarização, em especial dos segmentos vulneráveis da sociedade. A autora analisa um novo regime de reforma a prestações determinadas: o regime de reforma do financiamento salarial de grupos comunitários e de mulheres, em Québec, cujas condições de trabalho são particularmente precárias, com baixos salários e quase inexistência de sistemas de seguros coletivos e de previdência social. Ela ressalta o êxito da mobilização realizada pelos grupos de mulheres, com a colaboração da Universidade de Québec, para a conquista de um regime coletivo interempresas de aposentadoria que conta hoje com mais de 3.000 participantes, 400 organizações e com um ativo de 13 milhões de dólares.

O texto “Onde moram os pobres? Políticas públicas de habitação em Curitiba-Paraná: um estudo sobre a formação da Vila Nossa Senhora da Luz”, de Lindsay Pilatti Araújo e Lafaiete Santos Neves, encerra esta coletânea. É enfatizado aqui o processo de favelização resultante da migração rural-urbana causada pelas transformações verificadas no campo com o avanço das grandes culturas, em particular a de soja no Paraná, que marcou a chamada modernização conservadora na agricultura, com a introdução de insumos e maquinaria agrícola. Houve uma maior concentração da propriedade da terra e uma grande expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais que, para sobreviverem como força de trabalho não qualificada, principalmente na construção civil, tiveram que ocupar áreas públicas e privadas, que se localizavam próximas de seus empregos. Dessa forma, os autores analisam a aplicação da legislação urbanística no processo de ocupação da Vila Nossa Senhora da Luz desde sua gênese, como também a desfavelização das áreas mais centrais da cidade com o deslocamento de milhares de famílias para a periferia urbana com vistas a localizar os trabalhadores mais próximos das fábricas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Trata-se de um caso único, porém, representativo de uma tendência de planejamento já amplamente multiplicado. Com isso, são descritos os supostos vínculos causais das intervenções efetuadas na Vila e na vida de seus moradores, com a possibilidade de se chegar a generalizações baseadas em evidências desse estudo.

Por fim, agradecemos a todos que possibilitaram a concretização deste livro, em particular aos autores e às instituições envolvidas, em especial ao Gireps – nosso grande parceiro nessa empreitada com vistas a entender as grandes questões contemporâneas que afligem indistintamente nossas sociedades – pelo apoio financeiro, tanto para a realização do Colóquio de 2012 quanto para a edição desta publicação, como também à Universidade de Montreal, Canadá, e à Universidade Federal do Ceará e sua editora. Somos ainda muito gratos ao renomado professor François Houtart que prontamente aceitou nosso convite para prefaciar esta obra, abrilhantando-nos com suas reflexões sobre os limites e os rumos do capitalismo e suas consequências para a humanidade, em estreita sintonia com as temáticas aqui tratadas e suas preocupações. Também agradecemos aos colegas professores Américo Moreira e Liana Carleial pela tradução dos sexto e oitavo textos, respectivamente, como ainda à inestimável colaboração dos estudantes/bolsistas do Observatório de Políticas Públicas (OPP) da UFC, Joaquim Liberato, Anderson Vítor, Anderson Paixão e Nathália

Castro, à bibliotecária Vanessa Lima e ao estudante de doutorado da Universidade de Montréal, Marcos Antônio Gomes, pela tradução do nono texto. Um reconhecimento e agradecimento especial à Elsa Beaulieu que por ser já bastante familiarizada com o Brasil e nossa cultura, com um domínio fluente do português e sobretudo graças à sua simpatia e gentileza, deu uma grande contribuição para que todo esse processo de integração e comunicação entre brasileiros e canadenses, inclusive durante o colóquio realizado em Fortaleza, ocorresse da melhor forma possível.

Como arremate desta apresentação, nada mais pertinente do que o trecho a seguir que muito claramente expõe as ideias dos colegas canadenses sobre a apreensão do significado de comparação para efeitos de análises entre países.

Pour le Gireps, une démarche de comparaison ne vise pas à comparer pour évaluer ou transférer une politique ou une manière de faire, mais bien plutôt à comparer pour éclairer une problématique. La comparaison est une pédagogie de mise à distance, d'objectivation de sa propre réalité nationale, par l'obligation qu'on s'impose, face à d'autres, de devoir expliciter et expliquer, dans une relation dialogique, sa propre réalité. C'est un processus de réflexivité fondé sur la volonté réciproque de comprendre, de découvrir, en dehors de tout jugement de valeur, autant sa propre réalité que celle de l'« autre », au-delà des distances et des différences, et peut-être grâce à elles (ULYSSE et al., 2014, p. 4).

Fernando José Pires de Sousa e Yanick Noiseux
Organizadores

PREFÁCIO

Esta obra sobre trabalho e pobreza num mundo globalizado, apresentada por meio da colaboração brasileira e canadense, é uma prova viva de que a lógica econômica que domina o mundo atual não faz diferença entre as diversas sociedades, do Sul ou do Norte.

Com efeito, o sistema capitalista constrói-se e reproduz-se em função de dois princípios fundamentais. O primeiro é a centralidade do capital como motor da economia, ou seja, da produção da base material da vida física, cultural e espiritual. Daí a importância da sua acumulação, apenas possível pelo mecanismo do lucro. É por isso que a essência do capitalismo é de submeter o valor de uso ao valor de troca. Assim, tudo deve se transformar em mercadoria, a fim de contribuir à acumulação, incluindo os bens comuns, os serviços públicos, a agricultura campesina, a natureza, o esporte, a cultura...

A lógica da acumulação é mais do que um fato econômico. Ela exige, em efeito, um aparelho político e uma adesão da população, que a transforma numa evidência. Assim, os poderes nacionais e internacionais são de grande importância para assegurar os quadros jurídicos, administrativos e de segurança necessários à sua reprodução e, igualmente, o papel da cultura como totalidade e valores da educação e dos meios de comunicação de massa.

O segundo princípio da lógica do capitalismo é a ignorância a respeito das externalidades, quer dizer, de tudo o que é exterior ao funcionamento do mercado, ao não levar em conta os danos ecológicos e sociais causados. Isso concerne em especial aos prejuízos ao ambiente natural e às degradações sociais. Não é o capital que paga a conta dessas destruições, mas essencialmente as sociedades, as comunidades e os indivíduos.

Se o capitalismo concedeu aos trabalhadores certas vantagens sociais, foi porque suas lutas multiformes e frequentemente sangrentas dos séculos XIX e XX colocavam em perigo sua capacidade de acumulação. Se, durante os primeiros anos do século XXI, o capitalismo descobriu a dimensão ecológica e lançou a ideia de uma “economia verde”, isso se verificou porque as mudanças climáticas e a destruição dos ecossistemas começavam a afetar as taxas de lucro.

É necessário ser bem consciente de que a lógica da acumulação, que certamente conseguiu alcançar uma produção espetacular de bens e de ser-

viços, mas em benefício de uma minoria da humanidade, dispõe de instituições tanto oficiais como informais. No plano formal, concerne à dimensão internacional da economia-mundo, dos organismos financeiros como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos regionais de desenvolvimento e, em relação ao comércio, a Organização Internacional do Comércio (OMC). Sob o ponto de vista não formal, tem-se essencialmente os paraísos fiscais que drenam, além do dinheiro criminoso do narcotráfico, do comércio ilegal das armas, da prostituição, igualmente as principais reservas das empresas multinacionais que escapam, assim, ao imposto.

Tudo isso construiu a armadura contemporânea da luta de classes em escala do planeta, que longe de ter desaparecido, como alguns afirmam, dispõe, pelo contrário, de novos meios. As políticas, ditas de austeridade nos países industrializados, têm por objetivo fazer o povo pagar, em particular os segmentos mais vulneráveis, o custo pelo salvamento do sistema financeiro. Em efeito, a diminuição das despesas do Estado (com saúde, educação, segurança social etc.), direcionadas para pagar a dívida pública, afeta, em primeiro lugar, os que vivem unicamente do seu trabalho. Outros mecanismos acentuam as diferenças e estinguem as conquistas sociais das últimas décadas. Na Grã-Bretanha, os salários diminuíram 13% em alguns anos. Quando há crise, a pressão do capital proporciona recuperar as concessões concedidas, resultantes da pressão das classes subalternas, e mesmo incrementar sua capacidade de acumulação.

No Sul, assiste-se a uma “reprimarização” das economias locais, que a curto prazo permitiu a constituição de reservas monetárias, mas a longo prazo aprisiona os países numa nova dependência que os torna vulneráveis aos preços das matérias-primas, facilmente manipuláveis pelas potências econômicas que dominam o mercado.

A constituição progressiva de um mundo multipolar permite introduzir uma contradição na economia mundial, mas não altera o modelo de desenvolvimento. Isso se torna claro no caso do Brics, ou países emergentes, que não apresenta uma visão diferente do desenvolvimento, ou seja, defende um progresso linear sobre um planeta dado como inescotável. Disso resulta uma destruição crescente da terra-mãe e a continuidade de uma economia sacrificial, em que grupos humanos pagam com sua saúde ou com sua vida, um bem futuro. Não é mais suficiente hoje regular o sistema econômico, como pensava J. M. Keynes, há quase um século. O desafio é redefinir um novo paradigma, baseado na vida e não na morte.

Pouco importa o seu nome, Bem Comum da Humanidade, *Buen Vivir*, Eco-socialismo, o essencial é definir um conteúdo e estabelecer formas de transição. A crise atual não é tão somente um fenômeno conjuntural do sistema econômico, ela é uma crise de sistema, de civilização. Dessa forma, torna-se imprescindível conferir um objetivo comum às numerosas lutas populares existentes e definir concretamente novas relações com respeito à natureza (da exploração ao seu respeito, como fonte de toda vida), ao modo de produzir a base material da vida (a economia, ao priorizar o valor de uso), à organização coletiva (ao generalizar os processos democráticos) e à interculturalidade (ao não identificar a vida do planeta e do gênero humano unicamente com a civilização ocidental).

Um tal objetivo, capaz de transformar o universo e os seres humanos, vale a pena ser perseguido. Os estudos apresentados neste livro ajudam a tomar consciência e merecem ser multiplicados como base de uma nova reflexão.

François Houtart
Caracas, 11.12.14

François Houtart é filósofo e teólogo. Doutor em Sociologia pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica). *Peritus* especialista nas sessões do Vaticano II, recebeu, em 2009, o Prêmio Unesco-Madanjeet Singh para a Promoção da Tolerância e Não Violência. É autor de vários livros, entre os quais um sobre os agrocombustíveis, que conta com dez edições em seis línguas. A edição brasileira foi publicada pela Editora Vozes, em 2010, com o título *A Agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?*

PARTE 1

**POBREZA, DESENVOLVIMENTO
E MERCADO DE TRABALHO:
ABORDAGENS COMPARATIVAS**

AS DINÂMICAS DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, A EROSÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE OS TRABALHADORES POBRES: O INTERESSE NA COMPARAÇÃO QUÉBEC, CANADÁ-BRASIL

Pierre Joseph Ulysse

Introdução

A noção de trabalhador pobre é geralmente utilizada nos debates públicos para designar a situação dos indivíduos que não conseguem, apesar de seu esforço de trabalho, satisfazer suas necessidades básicas de maneira autônoma⁴. Neste texto, tentaremos ir além desse primeiro significado em favor de uma análise multidimensional que implique, por um lado, examinar as transformações do mercado de trabalho e, por outro, dar conta dos impactos que essas transformações exercem sobre as condições de existência de certas categorias de trabalhadores precários. Antes de prosseguir, gostaríamos de precisar que optamos por limitar esta apresentação à situação dos trabalhadores pobres que ocupam um emprego assalariado⁵. Nossa intenção não é absolutamente de reduzir a compreensão do fenômeno à sua só dimensão financeira e econômica⁶. Temos em mente que, “fora das relações sociais e das relações de poder que se manifestam na sociedade assalariada, a precarização salarial não é compreensível” (LE LAY, 2009, p. 118). Além das dimensões econômicas, nós ressituamos os trabalhadores pobres no centro de um conjunto de relações sociais e de relações políticas.

⁴ A figura do trabalhador pobre traduz o fato de que, não obstante a obtenção de um contrato de trabalho e a ocupação de um emprego, o indivíduo vive abaixo da linha de pobreza (LE LAY, 2009).

⁵ Em Québec e no Canadá, o trabalhador pobre é uma pessoa que, durante o ano de referência, exerce uma ocupação (como assalariado ou, ainda, como independente ou autônomo) com uma duração mínima de 910 horas e cuja renda domiciliar não ultrapassa a linha de baixa renda. Há ainda as nuances de acordo com a medida escolhida dessa fraca renda.

⁶ Os impactos da pobreza decorrente do emprego são também múltiplos e diversificados: econômicos, políticos, sociais, psicológicos etc.

Este texto se divide em cinco partes. A primeira apresenta a noção de precarização. Em seguida, temos algumas estatísticas sobre a situação dos trabalhadores pobres de Québec. Na terceira parte, destacam-se as forças e as dinâmicas da precarização no emprego e da pauperização dos assalariados situados na base da escala salarial. Na quarta parte, nós precisamos o que denominamos de “ambiguidades conceituais e analíticas” e, na última, concluímos com considerações que podem tornar pertinente e interessante a comparação Québec, Canadá-Brasil.

A precarização: um processo plural e multiforme

Surgido na década de 1970, o conceito de precarização reenvia a “uma reflexão entrelaçada sobre as evoluções da organização do trabalho e sobre o papel do Estado, no domínio do trabalho e da proteção social” (APPAY; THÉBAUD-MONY, 1997, p. 511). Ele combina quatro processos interdependentes: o desemprego de massa, a degradação das condições de emprego, a informalização das relações de trabalho e a extensão dos riscos das empresas para os trabalhadores. Esse processo multiforme abrange uma ampla diversidade de situações de empregos típicos e atípicos: emprego informal, emprego temporário, trabalho por jornada (diarista), trabalho doméstico etc.

O processo de precarização não atinge mais da mesma maneira as diferentes categorias da população, ele afeta principalmente os jovens, as mulheres, os imigrantes, os membros de famílias numerosas que contam com uma única fonte de rendimento do emprego. A situação de uma mãe monoparental com um nível de escolaridade elevada, mas que trabalha em tempo parcial, distingue-se, em muitos aspectos, daquela de uma família biparental pouco escolarizada e que trabalha em tempo integral, durante todo o ano em empregos de baixo salário. Utiliza-se a mesma noção para designar as duas situações, mas não se referem às mesmas realidades. Não há *a precariedade*, mas sim *precariedades* inerentes a experiências de vida concretas.

Podemos distinguir três grandes aspectos para analisar o processo de precarização na empresa: a precarização do estatuto jurídico do emprego, a precarização da atividade de trabalho e, enfim, a precarização das relações profissionais (BOUFFARTIGUE, 2007). Eles estão intimamente ligados na medida em que nos permite ver as dificuldades que enfrentam quotidianamente esses trabalhadores, mas sobretudo para compreender sua relação com o trabalho e seu fraco acesso a formas de representação coletiva, es-

pecialmente o sindicato. A precarização projeta a imagem do espelho invertido em relação às condições de segurança graças às garantias outrora inerentes à sociedade salarial, baseada em grande parte no pleno emprego no setor industrial, na estabilidade de renda, na mutualidade dos riscos e na sindicalização dos trabalhadores. Os trabalhadores precários e pobres compartilham da mesma insegurança material, em razão dos seus baixos salários, das vulnerabilidades em suas condições de vida e das incertezas ante o futuro. A precariedade representa uma das causas que têm contribuído a instituir na pobreza as categorias de populações mais vulneráveis e de baixos salários, notadamente as mulheres, os jovens e os imigrantes.

A situação em Québec e no Canadá

O emprego atípico precário, ou seja, em tempo parcial, temporário ou autônomo, conheceu uma forte expansão em Québec, passando de pouco mais de 10% em 1976 para 38,1% em 2011 (35,7% para os homens e 40,7% para as mulheres)⁷. A taxa atinge: 65,2% dos jovens de 15 a 24 anos; 30,2% das pessoas de 25 a 44 anos; 31% das de 45 a 54 anos; e 46,4% das com 55 anos ou mais. Ela é de 27,7% nos setores de produção de bens, com percentuais variando de 61,4% no setor primário, 44,7% na construção civil, 15,1% nos serviços públicos e 13,9% no de manufatura⁸. Nos serviços, a taxa de emprego atípico é de 41%, variando de 55,8% nos segmentos de alojamento e restaurantes para 21% no das administrações públicas. Entre os outros cinco subsetores com as maiores taxas, temos:

⁷ Institut de la Statistique du Québec (2012). Taxa de emprego, resultados segundo diversas características da mão de obra e do emprego, médias anuais, Québec, 2008-2011. Compilações feitas a partir do arquivo de microdados de grande difusão (Enquete sobre a população ativa Statistique Canada 2011, Institut de la Statistique du Québec, Direction des statistiques et de la rémunération).

⁸ As estatísticas sobre o mercado de trabalho compreendem dois grandes setores: o de produção de bens e o de serviços. Falar de setores do mercado de trabalho nesse sentido é, sociologicamente, referir-se a termos genéricos e abstratos que congregam uma infinidade de setores e de subsetores, muito heterogêneos. Com referência aos estudos sobre emprego de Québec (Études d'Emploi-Québec) e do Boletim Mensal sobre o Mercado de Trabalho (Bulletin Mensuel sur le Marché du Travail), o setor de produção de bens compreende: a agricultura, silvicultura, pesca, mineração e extração de gás; serviços públicos; construção civil; manufatura. O setor de serviços, por sua vez, engloba: comércio; transporte e armazenagem; finanças, seguros, imóveis e locação; serviços profissionais, científicos e técnicos; prestação de serviços às empresas, a edifícios e imóveis, e outros serviços de apoio; serviços de educação, de saúde e de assistência social; informação, cultura e lazer; alojamento e serviços de restaurantes; outros serviços; e administrações públicas.

os serviços de manutenção de imóveis (49%); o setor de informação, da cultura e do lazer (48%); os serviços de educação (44,4%); os serviços profissionais, científicos e técnicos (42%); e o comércio (41,2%). A maioria dos empregos atípicos (54,8%) tem uma duração inferior a 12 meses. O setor público (29,2%) apresenta geralmente uma precariedade menor do que a do setor privado (40,5%). De acordo com os dados produzidos pelo governo da província de Québec, em 2011 mais de 91% das pessoas que recebiam um salário mínimo trabalhavam no setor de serviços⁹. Elas se concentravam particularmente no comércio de varejo, bem como nos de locação e de restaurantes.

Digamos, em referência a nossos próprios estudos sobre Montreal, que se assiste, nas últimas duas décadas, a um duplo processo de precarização do emprego e de pauperização da população ativa trabalhando a baixos salários¹⁰. A maioria desses assalariados se encontra em empregos com poucas chances de progresso em termos de carreira e com poucas garantias sociais em termos de seguro de saúde complementar, de cuidados odontológicos, de seguro invalidez ou de aposentadoria. Esses empregos não oferecem também condições favoráveis em termos de jornada de trabalho e de remuneração.

Constatamos igualmente, para esses trabalhadores, um desequilíbrio crônico entre suas despesas e seus recursos. Muitos empregos de um turno e às vezes de tempo integral relativos aos trabalhadores pobres não chegam nem mesmo a compensar os custos suplementares necessários para se manter nesse tipo de trabalho: custos com babás ou creches, transporte, roupas e alimentação. Muitos desses empregados recorrem cada vez mais às instituições de ajuda ou comunitárias para se alimentar e se vestir. Muitos deles se privam, como também sua família, dos cuidados de saúde, tais como medicamentos e visitas ao dentista ou ao optometrista por falta de dinheiro. Para retomar Serge Paugam (2000) em *Le Salarié de la Précarité* (*O Assalariado da Precariedade*), esses trabalhadores não são apenas precários, eles são vulneráveis tanto economicamente quanto em termos de direitos sociais. As pessoas permanecem pobres mesmo estando empregadas. O “*consenso social* segundo o qual trabalhar permite *ganhar (bem) a vida*, ou seja,

⁹ Entre os 4 milhões de empregos recenseados em Québec, somente 869 mil se encontravam no setor de produção de bens, enquanto mais de 3 milhões estavam no setor de serviços.

¹⁰ O salário mínimo em Québec é atualmente de 10,35 dólares canadenses por hora de trabalho. Nas nossas pesquisas, nós consideramos como “baixo salário” todo aquele que não atinge 12 dólares.

viver bem”, resiste cada vez menos às novas realidades do mercado de trabalho com a precarização das condições de emprego e a corrosão dos salários.

No cerne das reestruturações do mercado de trabalho

As ligações entre “precarização” e “trabalhador pobre” não podem ser identificadas sem referência às reorganizações e reestruturações sucessivas que realizam as empresas de grande porte, seja na forma de fusões, deslocalização, descentralização, reagrupamento de serviços, redefinição de atividades ou ainda externalização de riscos (LINHART, 2009). Desde os anos 1970, o mercado de trabalho passou por várias transformações. O recente fenômeno do “falso trabalho independente” é um exemplo: indivíduos são subcontratados para executar cotidianamente uma tarefa para o mesmo empregador – voluntariamente ou não – e, assim, atuam como “trabalhadores independentes” para contornar as obrigações legais de uma relação de trabalho normal. As grandes empresas funcionam cada vez mais com um pequeno núcleo de empregados desfrutando de condições de emprego normais, notadamente financeiras, e, em torno deles, há um número crescente de trabalhadores “não convencionais” ou “atípicos”, sejam eles clandestinos, trabalhadores independentes, ocasionais, em tempo parcial e como migrantes temporários. Nessas circunstâncias, o emprego é geralmente marcado por um forte grau de instabilidade, com níveis de renda baixos e irregulares, uma proteção social insuficiente ou inexistente e uma ausência quase total de direitos trabalhistas.

Essa mudança de paradigma que faz do crescimento o motor do desenvolvimento dos países induz a um recuo do Estado regulador e ao mesmo tempo a uma inversão na ordem de prioridades nas relações entre a política e o mercado. Não há, necessariamente, enfraquecimento do trabalho assalariado enquanto um princípio de venda da força de trabalho em troca de salários ou remunerações. Antes de tudo o que ocorre é redução ou ruptura relativa às seguranças e às proteções que esse tipo de relação de trabalho oferece aos trabalhadores. Do ponto de vista de Bouffartigue e Busso (2011), as transformações do capitalismo nos últimos 20 anos levaram, por sua vez, a uma desestabilização das velhas sociedades salariais no Norte, com um desenvolvimento dos empregos precários, e por extensão de um setor informal, muitas vezes já massivo no Sul, no período precedente. É justamente nessa transformação das relações do trabalho assalariado e da mercantilização excessiva das relações de trabalho que é preciso situar as questões sobre pobreza e de luta contra ela.

O Estado, um ator central no processo de precarização

É importante, em um segundo momento, ver também o Estado como um ator central no processo de pauperização dos trabalhadores precários. Esse papel central pode ser analisado em dois níveis diferentes: o das políticas de emprego, por um lado, e o das reestruturações do sistema de proteção social, por outro.

As políticas de emprego

As políticas de relance do emprego e do crescimento implementadas nos anos 1980 e 1990 são geralmente políticas de flexibilização do trabalho e da mão de obra, destinadas a combater a rigidez da relação salarial e “criar postos de trabalho” (DELORS, 1993). Nos encontramos, desde então, diante de um profundo paradoxo¹¹. Sob o pretexto da luta contra o desemprego, essas políticas públicas tendem a favorecer a flexibilização, enquanto sabemos muito bem que flexibilidade e precariedade representam os dois lados de uma mesma moeda, com resultados diferentes para empregadores e empregados. A flexibilidade visa permitir aos grandes atores econômicos, notadamente às empresas, a se ajustarem às incertezas do mercado reorganizando os métodos de produção e a gestão da mão de obra. A precariedade, por seu turno, torna os trabalhadores inseguros quanto à possibilidade de conseguir um rendimento adequado de maneira contínua, tornando-os incertos quanto ao futuro. A flexibilidade fornece aos empregadores e aos patrões as “facilidades desejadas” para atender aos novos modos de organização do trabalho e às restrições da globalização (APPAY, 2009), enquanto a precariedade enfraquece as estruturas de reivindicações e de negociações coletivas dos trabalhadores, ou seja, o poder sindical. A precarização marca literalmente a inclinação das relações de poder no sentido de favorecer os empregadores e as empresas, em detrimento das classes trabalhadoras. Sob o pretexto de responder às exigências da globalização econômica, o Estado protetor dos direitos foi praticamente anulado perante um Estado regulador do crescimento.

¹¹ Tal paradoxo evidencia as relações de enriquecimento e de confrontação entre as lógicas econômicas e as lógicas sociológicas. Para os economistas, flexibilizar pode significar transformar os custos fixos em custos variáveis, reduzir os custos de produção e os custos do emprego.

A questão da proteção social

A tentação é forte, tanto no meio social, acadêmico quanto no político, para estabelecer um vínculo entre trabalhador pobre e falta de proteção social. Ora, em princípio, o trabalhador pobre, assim como a pobreza, não é uma categoria estruturante da proteção social, portanto, da intervenção do Estado. O chamado Estado-providência não foi inicialmente pensado para lutar contra a pobreza, mas para conceder aos indivíduos o acesso a uma renda do trabalho e garantir o pleno emprego e a cobertura dos riscos sociais aos quais são confrontados os assalariados e suas famílias. É a partir dos anos 1980 que essa forma de Estado foi induzida a se transformar para lutar contra a exclusão e a pobreza. “O Estado de investimento social” (PALIER, 2005) foi, então, engajado na promoção do trabalho, no desenvolvimento do capital humano e da empregabilidade, na luta contra a pobreza, bem como na igualdade de gênero. A luta contra a exclusão e a pobreza tem, ao mesmo tempo, conferido ao Estado o mecanismo de legitimação necessária para implementar políticas de ativação das medidas sociais e de inserção no emprego, como se o pleno emprego fosse ainda uma realidade. Essa dupla ação teve como principal consequência reduzir a proteção dos assalariados, como seguro saúde complementar e aposentadoria, para as categorias mais vulneráveis da sociedade, mas sobretudo inserir novas exigências para aqueles que estão empregados, como também reforçar a competição entre os indivíduos desempregados na busca por postos de trabalho pouco qualificados.

A cobertura dos riscos associados à pobreza no emprego não pode, portanto, recorrer ao Estado-providência da sociedade salarial, tal como conhecida, fundada na lógica do pleno emprego. Os trabalhadores pobres geralmente estão integrados somente no contexto da periferia da sociedade salarial (CASTEL, 2009). As “atividades assalariadas”, nas quais eles se encontram, são marginais em relação às garantias do direito do trabalho e do sistema de proteção social (CASTEL, 2007). É necessário, assim, indagar como será possível se chegar a estabelecer novos vínculos entre emprego e proteção social num contexto em que os riscos profissionais são cada vez menos compartilhados e cada vez mais deixados a cargo dos indivíduos.

A resposta vai exigir bem mais do que uma simples extensão do direito do trabalho, mas sobretudo uma mudança de paradigma que consiga dar conta e regular as práticas de flexibilização que atravessam atualmente

os mercados de trabalho (MÉDA; MINAULT, 2005). Ou, para retomar os termos de Auer e Gazier (2005), isso exigirá a criação de novos direitos sociais plenamente atrelados à ideia de plena cidadania, capazes de garantir proteção social conforme as transições das trajetórias profissionais dos indivíduos em vez de se limitar apenas aos postos de trabalho.

Explicitemos o implícito

Parece agora ser importante esclarecer várias ambiguidades conceituais e analíticas às quais nos confrontamos. De início, falar de trabalhador pobre é, ao mesmo tempo e paradoxalmente, continuar anunciando e afirmando a centralidade do trabalho como primeiro princípio organizador do modelo de sociedade de economia liberal na qual vivemos. O que é preciso questionar aqui não é o emprego como tal, mas as condições de emprego e as novas relações de exploração construídas por meio do trabalho¹².

Em seguida, o tema da precarização não se limita a uma questão de renda (LE LAY, 2009)¹³. Essa é uma questão de justiça social e de justiça econômica bem maior, apoiada por normas e representações que tendem a reenquadrar, após o fordismo, as relações indivíduo-sociedade em um mundo globalizado, sob a égide do neoliberalismo econômico. O esgotamento dos mecanismos de proteção garantidos pela sociedade salarial, por meio do direito do trabalho e do reconhecimento das associações sindicais, é tanto uma questão social e política como econômica. A precariedade, segundo Boumaza e Pierru (2007), reforça as dependências dos assalariados em relação aos empregadores e reduz suas margens de manobra. Nesse sentido,

a noção de precarização reenvia a “uma nova governamentalidade do campo do trabalho que afeta não só os trabalhadores situa-

¹² Computa-se hoje mais pobres com emprego do que desempregados pobres. A revalorização do salário mínimo, recomendada pelas políticas de “*making work pay*”, é seguramente um dispositivo importante de distribuição de renda para os trabalhadores situados na base da estrutura de empregos, mas ela não lhes permite escapar da pobreza. Um assalariado de Québec que recebe um salário mínimo de 10,35 dólares (canadenses, por hora) ganha, antes de incidir os impostos, 18.018,00 dólares por ano, enquanto o nível de baixa renda definida pela Statistique Canada para um domicílio com uma só pessoa é de 22.637,00 dólares (antes de impostos) e de 18.759,00 dólares, após incidir os impostos (dados de 2010), para as cidades com 500.000 habitantes ou mais, como Montreal.

¹³ Não há vínculo automático entre trabalhador precário e trabalhador pobre, mesmo se a grande maioria dos trabalhadores precários é pobre.

dos embaixo na escala de empregos, mas também os trabalhadores qualificados”. A precarização reenvia não a uma condição, mas a uma relação social centrada em torno de uma partilha desigual de incerteza que supõe que um grupo seja flexível para o benefício de um outro (CHAUVIN, 2009, p. 104).

Pelas realidades que ele designa e as tendências que ele coloca em perspectiva, o conceito de precarização traz à luz uma orientação social, política e econômica que vai além da só questão do trabalho e do mercado do emprego (APPAY, 2009). Ele é hoje um componente essencial do processo de reorientação neoliberal de nossas sociedades (DARDOT; LAVAL, 2010).

O interesse na comparação Brasil-Canadá

Nossa reflexão situa a problemática do trabalhador pobre no coração das grandes reorientações que tomaram nossas sociedades durante os últimos anos. Constituiremos um observatório das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que estamos a observar e viver. É a esse nível que a comparação com o Brasil parece pertinente e interessante.

Enquanto em Québec nosso Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre o Emprego, a Pobreza e a Proteção Social (Groupe Interdisciplinaire de Recherche sur l’Emploi, la Pauvreté et la Protection Sociale – Gireps) entra pela porta do emprego, nossos colegas brasileiros acham mais pertinente entrar pela porta do desenvolvimento. A referência ao “trabalhador pobre” servirá, sem alguma dúvida, para funcionar como espelho entre essas duas portas de entrada e identificar os significados convergentes que permitem transpor as contingências locais e nacionais. Como essas representações orientam a postura do investigador e dos atores locais, sobretudo na percepção das difíceis condições estruturais nas quais os indivíduos são confrontados em ambos os países, referentes a organizações territoriais, políticas e socioeconômicas distintas? Como identificar e compreender as particularidades das experiências nacionais tendo que vinculá-las às dinâmicas globais?

Abordar a problemática dos trabalhadores pobres em tal perspectiva comparada coloca certamente em diálogo pesquisadores brasileiros e canadenses provenientes de horizontes disciplinares diferentes. Falar de diálogo nesses termos implica não somente reexaminar certas posições e algumas ideias já anunciadas, mas também buscar novas pistas e novos conteúdos, o que exige, por sua vez, um trabalho de tradução e de intercompreensão.

Isso não significa ofuscar as características específicas de cada país ou do contexto nacional, mas poder traçar uma cartografia dos pontos de conexão e identificar as condições que podem contribuir para uma compreensão transversal de uma noção complexa. Em outras palavras, isso significa introduzir a reflexividade no cerne mesmo dos nossos trabalhos, nos interrogando mutuamente sobre os contextos, as circunstâncias e as complexidades.

Se a problemática do trabalhador pobre só tem relevância e interesse no âmbito dos processos sócio-históricos, culturais e políticos concretos nos quais ela se insere, é importante também vinculá-la às outras dinâmicas que a alimentam, ou seja, à globalização da economia, às mutações dos Estados, assim como às transformações dos sistemas de proteção social, mas também às diversas formas de mobilização da sociedade civil que provocam essas transformações. O principal interesse do trabalho comparativo é ajudar a desconstruir as “noções-espelho”, a fim de melhor identificar as forças e as dinâmicas que produzem a pobreza no emprego, tanto no Brasil quanto em Québec, Canadá, para assim ser capaz de se agir de maneira mais pertinente.

Referências Bibliográficas

APPAY, Béatrice; THÉBAUD-MONY, A. (Dir.). **Précarisation sociale, travail et santé**. Paris: Iresco, 1997. p. 579. (Collection Actions Scientifiques Fédératives).

_____; JEFFERY, Steve (Dir.). **Restructurations, précarisation, valeurs**. Toulouse: Octares Editions, 2009. (Collection Le Travail en Débat).

AUER, Peter; GAZIER, Bernard. **L'introuvable sécurité d'emploi**. Paris: Flammarion, 2005.

BOUFFARTIGUE, Paul. (Dir.). **Action collective et précarité. Le syndicalisme à l'épreuve**. Enquête sur trois secteurs, Poste, sous-traitance pétrochimique et restauration rapide. Paris: Rapport de la Dares, 2007.

_____; BUSSO, Mariana. Précarité et informalité, une perspective Nord-Sud. **Les Mondes du Travail**, n. 9-10, p. 27-40, 2011.

BOUMAZA, Margalit; PIERRU, Emmanuel. Des mouvements précaires à l'unification d'une cause. **Sociétés contemporaines**, n. 65, p. 7-25, 2007.

CASTEL, Robert. **La discrimination négative**. Paris: Seuil, 2007.

_____. **La montée des incertitudes**: travail, protections, statut de l'individu. Paris: Seuil, 2009.

CHAUVIN, Sébastien. Tester, réformer et punir: fonctions et usages du temps dans les agences de travail journalier à Chicago. In: APPAY, Beatrice; JEFFERY, Steve (Dir.). **Restructurations, précarisation, valeurs**. Toulouse: Octares Editions, 2009. (Collection Le Travail en Débat).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde**: essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2010.

DELORS, Jacques. **Croissance, compétitivité, emploi**: les défis et les pistes pour entrer dans le XXI^e siècle. Paris: OCDE, 1993.

LE LAY, S. Contribution à une approche archéologique de la précarisation sociale. In: APPAY, Béatrice; JEFFERY, Steve (Dir.). **Restructurations, précarisation, valeurs**. Toulouse: Octares Editions, 2009. (Collection Le Travail en Débat).

LINHART, Danielle. **Travailler sans les autres?** Paris: Seuil, 2009.

MÉDA, Dominique; MINAULT, Bertrand. **La sécurisation des trajectoires professionnelles**. Paris: Rapport de la Dares, n. 107, 2005.

PALIER, Bruno. Vers un état d'investissement social. **Informations sociales**, n. 8, p. 118-128, 2005.

PAUGAM, Serge. **Le salarié de la précarité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E EMPOBRECIMENTO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO-DESQUALIFICANTE

*Aécio Alves de Oliveira
Marcelo Santos Marques*

Introdução

O objeto de estudo aqui tratado poderia ser enquadrado na temática mais ampla denominada “políticas de mercado de trabalho”, mas não como mais uma proposta, mas sim como uma apreciação crítica dos limites de tais políticas.

Basicamente, há duas facetas na discussão sobre mercador de trabalho: uma que enfatiza as políticas governamentais voltadas para a expansão do emprego formal, entre as quais se situam os incentivos fiscais e financeiros a investimentos produtivos privados, a desvalorização cambial, os programas de investimentos governamentais em infraestrutura e as parcerias público-privadas, para citar algumas das mais importantes; e outra vertente que tem por foco o lado da oferta, cujo objetivo geral é criar as chamadas condições de empregabilidade (políticas de qualificação técnico-profissional), estimular alternativas de geração de renda (capacitação técnica individual para pequenos negócios) ou promover a chamada economia social ou solidária.

Seja qual for o foco, podemos afirmar que a preocupação central dos elaboradores das “políticas de mercado de trabalho” é criar condições para que mais e mais pessoas se dediquem à geração de riqueza e renda de modo a garantir a reprodução ampliada do modo de vida inerente à sociedade capitalista. No entanto, são intervenções que reconhecem que os mecanismos de mercado, por si, não são capazes de proporcionar emprego para todos aqueles que se apresentam no mercado e nem de garantir as condições de vida desejadas para toda a população. As vertentes da política antes

mencionadas representam a demonstração cabal de que as intervenções do Estado sempre serão necessárias para postergar a sobrevida da sociedade, mesmo que com elevados custos sociais e ambientais.

Inicialmente, interessa-nos fazer uma crítica categorial ao trabalho que reproduz o capital. Não com inspirações ontológicas, mas motivados por uma pedagogia da negação da negação, tendo o não trabalho como princípio educativo. Seguir tal orientação exige compreender a dominação social abstrata do capital e sua manifestação em termos da desqualificação do trabalho concreto e da desvalorização da força de trabalho. O pressuposto é que o trabalho que produz o capital, no lugar de dignificar homens e mulheres, transforma-se justamente em sua “prisão de ferro” (WEBER, 2003), dentro da qual cada indivíduo (humano) será coagido a ter sucesso mensurado monetariamente.

A crítica categorial aqui elaborada servirá de base para tratar o “empobrecimento do *trabalho*” como pano de fundo para o “empobrecimento da sociabilidade” que é típica da formação econômica capitalista e para a discussão da temática que envolve a pobreza do trabalhador. Em outros termos: é o empobrecimento do trabalho que leva ao esgarçamento das relações sociais (dissociações) e à pobreza do trabalhador. Empobrecimento, portanto, precisa ser tratado como uma categoria analítica multidimensional.

De imediato, ressaltamos três indagações dialeticamente entrelaçadas: o que significa trabalho na sociedade capitalista? Que mercadoria é comprada e vendida no propalado “mercado de trabalho”? Com mais anterioridade, qual a especificidade histórica que marca a produção de mercadorias nesta sociedade? Como veremos ao longo da exposição, essas indagações nos remetem à compreensão da lógica que tem orientado o processo histórico do desenvolvimento qualitativo e quantitativo do capital na sociedade capitalista.

Pretendemos mostrar ainda que a discussão teórica relacionada a “políticas de mercado de trabalho” – que envolve o Estado e a sociedade civil – exige a compreensão da natureza da dominação emanada da relação social do capital. Para Oliveira e Ponte (2012, p. 12), a tese aqui esboçada é a de que a dominação social que se constitui ao longo do desenvolvimento do capital – dominação que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza – decorre do caráter do trabalho que produz a riqueza capitalista. E que o sujeito da dominação não pode ser discernível a partir da realidade concreta, pois está sintetizado no capital.

Desse modo e em busca de mediações, dois outros pressupostos orientam nossas argumentações. Em primeiro lugar, consideramos o trabalho que produz o capital como o cerne da sociabilidade das sociedades ocidentais e que, ao mesmo tempo, estrutura e desestrutura a vida das pessoas. De um lado, apresenta-se como o principal meio para “ganhar a vida”; de outro, como centro de irradiação de inseguranças generalizadas, doenças e desrealização pessoal e profissional (insatisfação no trabalho). O trabalho é uma categoria cujas significações são dissimuladas pela compulsão das pessoas de se inserirem na esfera do consumo. A necessidade de ganhar a vida enevoa os sentidos que tem o trabalho para a produção do capital, principalmente aqueles que se relacionam a processos que atentam contra a vida das espécies.

Em segundo lugar, como a sociedade capitalista gira ao redor de uma “coleção de mercadorias”, a produção, no entanto, somente é compreendida, caso seja rentável, ou seja, sempre que proporcionar lucro ao investidor do dinheiro, na medida socialmente determinada. Dentro dessa lógica, é possível que se algo for crucial para satisfazer necessidades humanas importantes, mas não for rentável, não será produzido. A atividade produtiva que faz sentido é aquela que gera lucro: se o produto não for portador de valor de troca, não será útil para o capital. De maneira análoga, algo que seja danoso à vida poderá ser produzido, caso seja rentável.

Logo, a produção capitalista de mercadorias é realizada por empresas que obtenham, no mínimo, a rentabilidade socialmente vigente, vale repetir. Quando uma empresa recorre à falência, significa que o capital não se valorizou na medida requerida. Como consequência, seus empregados perdem o meio para “ganhar a vida”.

Para a lógica do capital, os mercados deverão funcionar de tal modo que as empresas se organizem dentro de uma estrutura setorial “equilibrada” que lhes permita uma expansão sustentada. Significa dizer que os vários setores da produção que compõem a divisão do trabalho social devem estar adequadamente dimensionados. A acumulação de capital com a prevalência desse equilíbrio intersetorial possibilitará a expansão da economia, do emprego e da renda, bem como o surgimento de novas oportunidades de negócios.

A questão é que essa circunstância não se coaduna ao caráter anárquico da concorrência intercapitalista. Cedo ou tarde surgem assimetrias que acionam os limites internos à expansão do sistema, mesmo que as relações econômicas internacionais sejam ampliadas. Nessa escala, os

processos tendem a ser ainda mais assíncronos, pois entram em jogo os interesses dos grandes grupos econômicos sediados nos países em disputa por hegemonia.

Em qualquer escala, a produção de mercadorias requer a compra e venda de uma mercadoria especial que possibilita as condições de valorização do capital. O consumo de força de trabalho corresponde ao *trabalho vivo*, do qual resulta a mais-valia. Uma parcela do valor criado é paga, com a qual o trabalhador deverá adquirir os meios necessários a sua reprodução e para manter seus descendentes. A compra da mercadoria força de trabalho é a demanda do “mercado de trabalho” de que depende o nível do emprego.

A expansão do emprego, evidentemente, dependerá da expectativa de lucro vislumbrada por cada empresa em particular. Caso não ocorram mudanças em sua composição técnica, a acumulação de capital terá um efeito positivo sobre o total de pessoas a serem contratadas. Contudo, se a empresa não se mostrar lucrativa, será obrigada a fazer reduções em seu quadro de pessoal, de modo a elevar a produtividade e melhorar sua competitividade. Podemos dizer que, nessa circunstância, os demitidos serão considerados não rentáveis e que, socialmente, estaríamos diante de uma situação de mercado desfavorável aos vendedores de força de trabalho. Ao mesmo tempo, as demissões, ao ampliarem a reserva de trabalhadores, serviriam para inibir eventuais reivindicações por maiores salários. Seriam uma sombra ameaçadora sobre aqueles e aquelas que estiverem trabalhando (para “ganhar a vida”) e uma parcela da população sem acesso ao consumo.

Esse excedente de trabalhadores(as) resulta de processos de reestruturação produtiva que sempre acompanham o capital ao longo de seu desenvolvimento. Desde a “Cooperação Simples”, a “Manufatura” e a “Grande Indústria” (MARX, 1978, Capítulos XI, XII e XIII) – e agora com a “acumulação flexível” –, a utilização de formas cada vez mais sofisticadas de consumo de força de trabalho acentua a tendência de redução da importância dos(as) trabalhadores(as) nos locais de trabalho. É um desenvolvimento que ocorre não apenas na indústria, mas também nos demais setores da economia, tais como a agropecuária, o comércio, os bancos, os serviços etc. A perda de importância poderá se concretizar até mesmo em termos quantitativos. O chamado desemprego estrutural é a situação em que a substituição do produtor imediato pela máquina não é compensada pelo surgimento de novos setores da produção ou de novas empresas para

as quais os demitidos poderiam, eventualmente, vender sua capacidade de trabalho. Nesse caso, o efeito eliminação de “postos de trabalho” não seria compensado pelo efeito absorção decorrente de um eventual crescimento econômico geral (GOUVERNEUR, 1995, Capítulo VII).

Com a população demasiada para o capital, o medo da perda do emprego e as formas de controle a que são submetidos os “servos” da modernidade aprofundam-se, fazendo surgir processos conflituosos e diversas formas de violência, além de enfermidades que são típicas do consumismo, da produção e das atividades relacionadas à circulação de mercadorias e dinheiro. Os gestores públicos são chamados a dar respostas imediatas, pois a possibilidade de convulsões sociais estará sempre presente ou latente.

Desde o ano de 2008, assistimos a uma crise de amplitude mundial e a ameaças cada vez mais concretas de eliminação de direitos individuais e coletivos. O chamado estado de direito está em crise; a democracia representativa perde legitimidade; estreitam-se as possibilidades de regulação de conflitos e se ampliam os mecanismos institucionais de repressão; relega-se a esfera pública para um plano secundário. O imediatismo que orienta as ações dos administradores da crise corrobora a redução do espaço das soluções urgentes: acirram-se os conflitos sociais e se acentuam o sofrimento humano e os danos ambientais.

Diante de tamanha complexidade é preciso problematizar as questões-chave relacionadas ao modo de produção e de vida dessa sociedade. Em particular, pretendemos argumentar que a pobreza do trabalho leva ao empobrecimento da sociabilidade capitalista. Por esse caminho, é fundamental a compreensão do significado de “trabalhador pobre” e do crescimento da pobreza no mundo. A crítica ao trabalho que reproduz o capital é crucial para a empreitada aqui proposta e central para compreender os limites internos do sistema e sua perda de legitimidade para resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais por ele gerados.

O trabalho que reproduz o capital e sua inerente dominação social abstrata

Nosso ponto de partida é que as articulações necessárias à reprodução social, econômica e política do sistema do capital se desenvolvem a partir de seu núcleo central, qual seja a categoria valor. Nesta, não apenas se encontra a lógica econômica, mas, sobretudo, o cerne da sociabilidade que se constitui a partir do trabalho como fonte da riqueza capitalista.

As estruturas que se erigem em torno do valor são partes de uma engrenagem organizada para dar vazão ao modo de produção e de vida da sociedade. São as empresas, o aparelho de repressão do Estado, o Judiciário, o Executivo, a escola, a indústria cultural, os shoppings (as “catedrais” das mercadorias) e outras estruturas. Todas sintonizadas ao modo de produção do capital e a seu inerente modo de vida. A sintonia não significa que não existam processos assíncronos. Aliás, a não simultaneidade é a marca desta formação socioeconômica, tanto na escala nacional como também no mundo. A realidade atual de crise do capital que vivenciamos é plena de ilustrações da falta de sincronias.

Para retomar nosso ponto de partida, um dado simples: a produção do valor depende da capacidade e do talento humanos, social e historicamente adquiridos. Por outro lado, ao capital pouco importa as formas concretas como se apresentam essa capacidade e esse talento, ou seja, não interessa como se manifestam no processo produtivo. É o *trabalho abstrato* que conta para sua valorização. O consumo da mercadoria força de trabalho (vale repetir, o *trabalho vivo*) possibilita a produção do excedente de que se alimenta esse sociometabolismo. Na realidade, o *trabalho vivo* também significa consumo de meios de produção, cujo valor, por sua condição de *trabalho morto*, é apenas transferido para o valor novo criado. Durante o consumo da mercadoria força de trabalho, portanto, ocorre, simultaneamente, a transferência de valor (dos meios de produção consumidos) e criação de valor novo. No cerne da produção, essa simultaneidade e sincronia são perfeitas.

Portanto, é preciso ter claro que o significado do trabalho não pode ser reduzido a sua simplicidade como atividade humana em geral. Não se trata apenas de atividades com as quais os homens transformam a natureza e se relacionam entre si e se fazem como espécie. Em nada se assemelha a uma determinação natural do homem, mais ainda quando admitimos que não é possível alguém realizar-se em produtos que não lhes pertencem. Ademais, as atuais circunstâncias históricas e sociais do trabalho, que tem como marcas a fragmentação e a tendência ao esvaziamento progressivo de seu substrato real, contribuem mais ainda para esse processo de alienação.

Como o trabalho que importa é aquele que valoriza o capital, os donos do dinheiro dirigem-se ao mercado para comprar meios de produção e força de trabalho. O primeiro conjunto de mercadorias é vendido por capitalistas; a capacidade de trabalho, que se encontra na corporeidade do trabalhador, terá de ser adquirida para que se efetivem os atos de consumo na esfera da produção.

Do ponto de vista do trabalhador, a “vontade” de vender a força de trabalho é uma das condições necessárias para a satisfação de necessidades individuais. A efetivação da venda, a condição suficiente, no entanto, não depende do vendedor. Para reforçar essa “vontade” de vender, a satisfação de necessidades humanas – mesmo não sendo a finalidade da produção capitalista – afirma-se sob a forma de coerção determinada pelas relações sociais que apoiam a valorização do capital. Isso quer dizer que a satisfação das necessidades individuais e coletivas de várias ordens tem por pressuposto a produção do *valor-mercadoria* e sua transformação em *capital-dinheiro* na “grande circulação”.

Dentro de tal base societária, a efetivação da venda da força de trabalho tende a se tornar problemática, principalmente quando muitos se apressam em vendê-la, quando ainda não “madura” (jovens sem experiência de trabalho) ou quando ocorre uma intensa afluência de mulheres ao mercado de trabalho. Nessas circunstâncias desfavoráveis, não há sincronia naqueles que estão necessitando comprá-la na velocidade requerida pelos que a oferecem. Na Espanha de hoje, mais da metade dos jovens não encontra ocupação para “ganhar a vida”. No Brasil, tal circunstância estimulou o surgimento das chamadas “políticas compensatórias” em suas várias modalidades, tais como “consórcio da juventude”, “primeiro emprego”, “requalificação profissional”, “credijovem” “bolsa-família” etc. Como novidade, assiste-se a um fenômeno que atinge a população de jovens que está sendo identificada por “geração nem-nem”, ou seja, aqueles que abandonaram a escola e não conseguem emprego. Aqueles que não estudam e nem trabalham totalizam 5,3 milhões de jovens brasileiros, aproximadamente 17% da população entre 18 e 24 anos¹⁴. Trata-se de um fenômeno também constatado nos Estados Unidos e na Europa, na esteira de suas respectivas crises socioeconômicas e políticas.

Assim, produzir para vender e ter lucro, para produzir mais e ter maior lucro é a finalidade tautológica do modo de produção do capital. Com a generalização da relação do capital, o valor (e o dinheiro) impõe sua sociabilidade aos seres humanos como um poder que lhes é alheio, portanto, externamente determinado. Por isso, as crises decorrentes dessa sociabilidade afirmam-se com um potencial crescente de descarte de pessoas e de mais agressões à natureza.

¹⁴ Ver <http://www.ecodebate.com.br/2013/11/25/a-geracao-nem-nem-juventude-sem-perspectiva-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 30 nov. 2013.

A lógica do capital assume a condição do inescapável e de critério radicalmente objetivo. Caso não seja atendida, condena os “ineficientes” a buscar formas até mesmo degradantes de sobrevivência. Ao mesmo tempo que orienta a produção de mercadorias, essa mesma lógica baliza as ações humanas e funciona como um monitor pan-óptico da sociedade, obrigando todos a buscar meios de inserção na esfera do consumo.

Do ponto de vista da racionalidade do capital, tanto a produção quanto o consumo terão que ser “economicizados”; o mesmo ocorre com o tempo por acaso liberado. Em tal contexto social, o trabalho que importa é aquele que é “reconhecido” por outros, com a mediação do mercado, portanto, remunerado, porque rentável. Remunerado e socialmente reconhecido somente assim o trabalho se torna o fator fundamental de sociabilidade nesta sociedade e de identificação dos “sujeitos”, a fim de lhes assegurar uma legitimidade mensurada pela quantia de que dispuserem.

Os atores do trabalho, por sua vez, têm sua existência biológica e social num contexto de indiferença e de interdependência, ambas socialmente constituídas ao redor da racionalidade econômica dominante. O trabalho que rende dinheiro é o nexos social que une e separa, pois diferencia os sujeitos em função da quantidade apropriada por cada um deles, na teia de inter-relações que condicionam a coesão e a cidadania dessa sociedade¹⁵. Nas sociedades escravista e feudal, o trabalho consignava àqueles que o realizavam a condição de inferiores; hoje, sob o capitalismo, o não trabalho cumpre essa desdita, pois significa a negação de acesso à urdidura social possibilitada pelo dinheiro.

Assim, o “espírito do capitalismo” submete todos a uma espécie de conduta “irracional”, a um modo de vida que se dissocia de fins humanos. Como regra geral, mulheres e homens, independentemente da condição de classe, submetem-se a uma racionalidade irracional que os leva a reger suas vidas em função da atividade econômica que gera dinheiro.

Para muitos, do ponto de vista da sociabilidade vigente, a existência biológica e a chamada “inclusão cidadã” na sociedade capitalista somente se efetivam com a venda da força de trabalho. Aqueles que a vendem reconhecem-se como classe trabalhadora; aqueles que não a venderam identificam-se como desempregados. Os indivíduos que vendem sua capacidade de trabalho conformam a classe que vive para o trabalho – são aqueles e aquelas que sacrificam a própria vida em benefício do capital.

¹⁵ A cidadania aqui referida é tomada no sentido de habitante da cidade, mesmo que não urbana, mas no sentido de habitante da urbanidade capitalista, vale dizer.

Ao lado da classe que vive para o trabalho, encontram-se os proprietários dos meios de produção, aqueles que compõem a classe que vive do trabalho alheio ou aqueles poucos que se beneficiam do sacrifício de muitos. Mesmo que em permanente conflito, ambas as classes estão integradas, funcional e organicamente, ao processo de produção do valor¹⁶.

A coerção social antes referida indica que a racionalidade econômica prevalecente encerra uma razão irracional porque sublima as relações monetárias entre todas as pessoas, possuidoras ou não de propriedades. Não apenas os produtores imediatos se tornam acessórios, mas também todos aqueles que compõem as estruturas com as quais se materializa tal sublimação. Nessas condições, até parece que a humanidade fica despojada de si mesma. Se em alguma época o tempo de trabalho confundia-se com o tempo da vida, agora, o primeiro subverte e submete o segundo para lhe atribuir um valor monetário e um cálculo de rentabilidade.

Portanto, na sociedade capitalista, continua a “história das relações de fetiches”. O dinheiro, por sua vez, ao se tornar um fim em si mesmo, estabelece que o único trabalho que importa é aquele que rende dinheiro. Essa finalidade tautológica (irracional, vale repetir), juntamente à contradição central do capital, permite perceber que se trata de um sistema que cria possibilidades de desmonte da sociabilidade que lhe é inerente.

A tautologia econômica da produção (dinheiro) pela produção (dinheiro) leva à conclusão de que, na sociedade capitalista, a validação da existência biológica e social de muitos passa pela venda de sua força de trabalho (eventualmente de alguma mercadoria, lícita ou ilícita, que alguém ofereça para a venda). Assim sendo, por sobre a maioria expressiva da população há uma imposição econômico-social tal que, segundo Forrester (1997, p. 13):

[...] para “merecer” viver, [o indivíduo] deve mostrar-se “útil” à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com o comércio, ou

¹⁶ Talvez fosse mais correto fazer referência à classe trabalhadora como aquela cujos componentes vivem para o trabalho e que, ao mesmo tempo, vivem do trabalho. Isso porque é a classe portadora coletiva da fonte de valorização, qual seja, a força de trabalho, de cujo consumo resulta o “alimento” para si, para a classe dos proprietários e, sobretudo, assegura a acumulação de capital e a relação de dominação prevalecente. Com mais vagar, concluiremos que todos (ou quase todos) vivem para o trabalho que produz dinheiro, mesmo que alguns poucos sejam aquinhoados com parcelas mais expressivas do que aqueles muitos diretamente envolvidos em sua produção.

seja, a economia de mercado. “Útil” aqui significa quase sempre “rentável”, isto é, lucrativo ao lucro. Numa palavra, “empregável” (“explorável” seria de mau gosto!).

Tal imposição econômico-social de validação da existência biológica e social das pessoas se afirma com o processo de produção do capital. Trata-se de uma construção social que pode ser mais bem percebida quando se analisa o funcionamento do sistema num elevado nível de abstração. Ao mesmo tempo, uma construção alardeada pelas ações e pelos discursos daqueles que fazem apologia da positividade do capitalismo como a organização adequada ao egoísmo e à insaciabilidade humana, atributos esses inerentes ao homem “adotado” por Adam Smith¹⁷.

É importante perceber que essa imposição econômico-social compõe as “mediações de segunda ordem”, a partir das quais está baseado o metabolismo social de reprodução do capital, que assim se manifestam e se projetam sobre as pessoas¹⁸:

1) enlaçando a família nuclear como microcosmo da sociedade e esta como parte do macrocosmo social para dar legitimidade ao Estado;

2) adequando a propriedade, o controle sobre os meios de produção e o consumo de força de trabalho a objetivos não humanos, submetendo as necessidades humanas aos imperativos da reprodução ampliada do capital;

3) esvaziando o trabalho de sua substância, de modo a alimentar a compulsão econômica para a venda de força de trabalho e fomentar a reprodução ampliada do sistema do capital;

4) fazendo surgir formas mistificadas do dinheiro que enlaçam as nações do mundo inteiro a um sistema monetário internacional que tem assumido uma proporção gigantesca, principalmente desde as duas últimas décadas do século XX;

5) desenhando um cenário mundial caracterizado por disputas interestatais cujos confrontos, armados ou diplomáticos, apenas revelam a

¹⁷ De Smith (1985) pode-se depreender que o egoísmo é uma herança genética. O indivíduo nasce e morre egoísta! Ao buscar vantagens para si, acaba produzindo vantagens para a sociedade, mesmo que essa não seja sua intenção. A “mão invisível” é o eufemismo adotado para “resolver” o dilema smithiano imposto pela divisão do trabalho. Nos termos aqui desenvolvidos, o dilema é o reconhecimento de que a dominação social se impõe, independe da vontade daqueles que se envolvem com a reprodução do capital.

¹⁸ As formas como as “mediações de segunda ordem” do metabolismo social do capital se manifestam e se projetam sobre a sociedade seguem de perto o resumo sugerido por Mészáros (1995, p. 206).

necessidade de dar continuidade ao império do capital, ou seja, à expansão dos capitais representados pelos respectivos Estados nacionais; e

6) articulando o mercado mundial para acomodar os participantes no quadro da divisão internacional do trabalho determinada pela correlação de forças respaldadas pelo poderio militar e pelo sistema monetário internacional comandado a partir dos Estados Unidos.

As manifestações apontadas estão, obviamente, inter-relacionadas pela lógica da valorização do capital, mesmo que ocorram conflitos de não simultaneidade em função de contingências conjunturais de ordem política ou econômica. As pessoas são consideradas em suas famílias, porém assimiladas à célula da cidadania que é inerente à ordem do capital.

As reestruturações técnico-produtivas e organizacionais – que acionam formas mais sofisticadas de consumo de força de trabalho – são introduzidas para sugar o máximo do mínimo, de modo a ampliar o excedente. Com a mecanização crescente da produção e os mecanismos de controle, os trabalhadores e as trabalhadoras de modo geral são submetidos a um processo de qualificação-desqualificante que se manifesta com o aprofundamento da subsunção inerente ao capital.

Em escala mundial, como sintoma mais expressivo de sua crise geral, a diversidade das formas assumidas pelo dinheiro vai configurando um quadro de financeirização da economia para ampliar as possibilidades da reprodução ampliada. Ao mesmo tempo, as disputas interestatais, pela via da diplomacia das grandes potências, envolvem esforços para “organizar” parceiros em áreas de livre circulação do capital em suas várias modalidades.

De alguma maneira, assiste-se a uma espécie de promiscuidade entre “sociedade civil” e “sociedade política” em escala mundial. É estarrecedor ver o mundo todo pagando um elevado preço em virtude da livre movimentação de capitais transnacionais; assistindo perplexo à orgia praticada por governantes eleitos democraticamente, que canalizam recursos públicos para o sistema financeiro; sendo vítima do desmonte dos sistemas públicos de saúde e educação e da falta de habitação; sofrendo pela falta d’água potável em várias partes do mundo; e ser atingido, violentamente, por ondas de reestruturação produtiva que se impõem com o intuito de restabelecer margens de lucro de capitais em desvario. Cabe destaque a profunda crise ecológica que afeta o planeta como decorrência das ações antrópicas orientadas pela razão irracional da economia do capital.

Por outro lado, surpreendentemente, as manifestações de rua que há algum tempo vêm se alastrando, aqui e alhures, expressam o grito engasga-

do diante de processos de monetarização das relações sociais. Não há por que não dizer que são manifestações que apontam para o surgimento de uma cultura da recusa necessária para fazer saltar as bases societárias que prevalecem no mundo. Uma interessante reflexão realizada por Werlhof (2000) ajuda a compreender o significado de “cultura da recusa” e possíveis motivações das atuais manifestações.

Portanto, o problema crucial [...] consistirá em encontrar novamente uma economia “real”, uma economia não organizada em torno do lucro, da competição e da colonização das pessoas e da natureza. À finalidade do progresso teremos que associar o fim da violência e recriar uma cultura baseada na cooperação e na coexistência (WALLERSTEIN, 1991). Para esse propósito, precisamos daquilo que o capitalismo e o patriarcado têm tentado nos “arrancar”: uma mente “dissidente” baseada na aceitação radical da vida (Tradução livre).

Uma ilustração com fatos que confirmam esse processo de “recusa” está nas lutas camponesas do Sul, na Índia e no Brasil; nos movimentos de resistência na Europa contra o desmonte do Estado social e contra a precariedade do emprego; na recusa de biotecnologias; no combate ao trabalho escravo e infantil; nas exigências de alimentos sem agrotóxicos; na luta contra o pagamento da dívida externa dos países da periferia; entre outros movimentos. Desde 2008 assiste-se a manifestações de ruas na Europa, no Egito, na Turquia e nos Estados Unidos.

No Brasil, as manifestações desde o início de junho de 2013 expressaram inúmeras demandas sociais engasgadas no inconsciente coletivo e que explodiram como uma força avassaladora. Como não há uma liderança oriunda das instâncias políticas vigentes, a “multidão organizada” constitui-se de um conjunto de pessoas caracterizado pela pluralidade e heterogeneidade, mas que reúne elementos que brotaram da sinergia e da sinestesia dos indivíduos e da crítica ao *status quo* como razão impulsora de recusas contidas. A pluralidade e a heterogeneidade compõem a “unidade” a ser conscientemente atingida por meio de uma crítica teórica e prática voltada para “vandalizar” as desigualdades, as injustiças, a corrupção e a impunidade que afetam profundamente a sociedade brasileira.

A crítica categorial ao trabalho facilita a percepção de que a natureza da crise do capital nos leva à compreensão da crise da natureza e das relações sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas. A tese que dá suporte a

essas argumentações apresentadas é a de que o modo de produção do capital e o modo de vida que lhe é adequado projetam-se como crise ecológica e de sociabilidade, ameaçando a continuidade da espécie humana na Terra, e que a matriz de causalidades está no funcionamento do sistema, que dilapida nervos, músculos e cérebros e degrada o ambiente. Essa simbiose promíscua terá de ser rompida, pois não há como permitir a continuação dos profundos desgastes humanos e ecológicos e das dissociações de todos os tipos a que assistimos.

Que espécie de dominação é essa que se abate sobre a humanidade, levando-a a praticar ações e a organizar estruturas que reduzem, cada vez mais, os espaços de liberdade e do “bem viver”? Por que, então, o Estado se torna mais cioso no trato das questões que interessam ao capital e menos efetivo quando trata de reais necessidades de muitos, respondendo com medidas compensatórias ou ampliando o aparelho da repressão institucionalizada ou mais direta, para conter o *animus* social? E por que os administradores do Estado se curvam diante de pressões e chantagens promovidas pelos capitais em momentos de crise de realização?

As explicações aqui apontadas passam pela compreensão do caráter da dominação emanada da lógica do capital. Para melhor compreender os canais que conformam a estruturação e as intervenções do Estado e os entrelaçamentos entre o modo de produção e de vida da sociedade capitalista, é preciso atentar para a dominação que caracteriza o capital, como sendo “impessoal, crescentemente abstrata e quase objetiva” (POSTONE, 1996, p. 88), constituindo-se a partir do trabalho que reproduz o capital.

O desenvolvimento da contradição central do sistema do capital e o empobrecimento da mercadoria

Ao mesmo tempo que o *trabalho vivo* se torna menos importante, a mercadoria se desvaloriza, pois contém menos da substância que lhe atribui valor. A desvalorização do valor é a expressão da contradição central do sistema do capital. Com a perda de substância, a mercadoria empobrece.

No *Grundrisse* (1985, p. 227-230), Marx assevera que a contradição que se estabelece entre a base produtiva do capital e seu desenvolvimento (máquinas) aponta para o último estágio da produção fundada no valor. Como sabemos, a produção da mercadoria decorre da combinação entre meios de produção e força de trabalho e a composição orgânica expressa a importância relativa de cada um desses elementos. Ocorre que, com o desenvolvimento científico-técnico, a produção depende cada vez mais das

máquinas e dos equipamentos e cada vez menos da força de trabalho. Com isso, cresce a produtividade do trabalho e decresce a quantidade de *trabalho abstrato* contido na mercadoria. Com as inovações tecnológicas é possível produzir mais num mesmo tempo, porém, reduzindo o valor por unidade produzida. O tempo socialmente necessário diminui, enquanto aumenta a capacidade de produzir, numa dada jornada de trabalho.

A riqueza da época capitalista é medida pelo tempo imediato e determinada pelo *quantum* de trabalho aplicado. Contudo, com o desenvolvimento do capital, reduz o tempo e a quantidade de trabalho; afirma-se o “poder de los agentes puestos en movimiento durante el tiempo de trabajo” (MARX, 1985, p. 227), que depende do estado geral da ciência e de sua aplicação (avanço tecnológico) à produção. Para Marx, a atividade reduz-se a uma simples abstração e o trabalhador a um mero supervisor e regulador do maquinismo. Na realidade, o trabalhador deixa de ser o agente principal e passa à condição de acessório; um corpo vivo dominado por um organismo morto que incorporou o conhecimento e a força produtiva acumulada pela humanidade.

Gradativamente, o trabalho deixa de ser a fonte da riqueza capitalista e o tempo sua medida. Consequentemente, o excedente necessário para a reprodução ampliada (crescimento econômico) também se transforma em desmedida. Essa insistência do capital em reduzir o tempo a um mínimo e de precisar do tempo como sua medida “es la contradicción en proceso” a que Marx se refere no *Grundrisse* (1985, p. 229). Podemos afirmá-la como a contradição central do sistema do capital. O desenvolvimento do chamado “capital fixo” é o indicador mais importante da contradição em processo. O sistema de máquinas automáticas determina o modo como todos os trabalhadores deverão atuar.

Desse modo, a subsunção real do trabalho ao capital impõe o modo de ser produtivo de seus funcionários: simplifica suas atividades (reduzidas a uma simples abstração) e desvaloriza sua capacidade de trabalho (reduzida à condição de vigilante e supervisor do maquinismo). Além dos desgastes humanos, a tentativa de “eliminação” do tempo na produção das mercadorias também dilapida as forças produtivas da natureza ao entrar em confronto com suas leis e condições de regeneração.

O desenvolvimento das máquinas resultou da divisão técnica do trabalho, do aperfeiçoamento das ferramentas e do condicionamento do trabalhador a operações repetitivas preestabelecidas. Do aperfeiçoamento das ferramentas surgiram as máquinas que possibilitaram a transferência

das habilidades laborais para si e, posteriormente, para os autômatos. Naquele momento, o que antes faziam os funcionários do capital passa a ser executado pelo sistema de maquinaria. Em seguida, com a automação, os trabalhadores, independentemente de suas qualificações formais, transformam-se em *robot-sitter*.

Em síntese, nesse processo contraditório, o trabalhador apresenta-se cada vez mais como um apêndice vivo controlado por um mecanismo morto, um mero vigilante do processo produtivo, mais facilmente substituível do que antes, executando funções que não exigem a aplicação de conhecimentos de elevados conteúdos sofisticados. Conclui-se, assim, que o processo de simplificação do trabalho e de desvalorização da força de trabalho decorre da contradição central do sistema do capital. Sennett, em *A Corrosão do Caráter*, chama a atenção para esse fenômeno da qualificação-desqualificante nos seguintes termos (2005, p. 45):

“Homens baratos precisam de gabaritos caros”, disse Sterling Bunnell, um dos primeiros defensores dessas mudanças, enquanto “homens altamente qualificados precisam de pouca coisa além de suas caixas de ferramentas”. Essa intuição sobre o uso de maquinaria complicada para simplificar o trabalho humano deitou a base para a consumação dos receios de Smith. Por exemplo, o psicólogo industrial Frederick W. Taylor acreditava que a maquinaria e o projeto industrial podiam ser imensamente complicados numa grande empresa, mas não havia necessidade de os trabalhadores compreenderem essa complexidade; na verdade, afirmou, quanto menos fossem “distraídos” pela compreensão do projeto do todo, mais eficientemente se ateriam a seus próprios serviços.

Por ser este o último desenvolvimento da produção que tem o valor como fundamento, significa o empobrecimento do trabalho: a desvalorização da mercadoria coincide com desqualificação do trabalho e a perda de importância da força de trabalho. Daí, o empobrecimento do trabalhador, principalmente de suas capacidades intelectuais.

Segundo Braverman (1981, p. 107-109), Taylor sistematizara as práticas de trabalho em princípios nos quais pontua a retirada de cada trabalhador da compreensão de sua totalidade e separação das atividades de concepção e execução. Ainda segundo esse autor, “o objetivo era baratear o trabalhador ao diminuir seu preparo e aumentar sua produção”. Ao se referir à gerência moderna, o autor conclui que:

Seu papel era tornar consciente e sistemática a tendência antigamente inconsciente da produção capitalista. Era para garantir que, à medida que os ofícios declinassem, o trabalhador mergulhasse ao nível da força de trabalho geral e indiferenciado, adaptável a uma vasta gama de tarefas elementares, e à medida que a ciência progredisse, estivesse concentrada nas da gerência.

Tanto a contradição central do sistema do capital como o processo de qualificação-desqualificante dela decorrente manifestam-se sob a forma de tendências e outras contradições que podem ser observadas nas realidades concretas dos diversos países ou ao longo da expansão econômica capitalista (GOUVERNEUR, 1995). A pobreza do trabalho, e o consequente empobrecimento do trabalhador, é uma das mais importantes manifestações, pois afeta profundamente o modo de vida social do homem e seu ambiente natural. Homem e natureza não escapam da lógica expansionista e dilapidadora do capital. Há, portanto, um empobrecimento geral da vida em sociedade.

As agressões à natureza, por sua vez, dão-se em virtude da utilização acelerada de recursos naturais de baixa entropia e sua transformação em produtos de elevada entropia. Isso se deve à busca pelo crescimento econômico ilimitado. Trata-se de um processo linear do qual resulta uma carga crescente de resíduos sólidos, líquidos e gasosos que contaminam a atmosfera, o solo e os cursos de água subterrâneos ou de superfície. Os resíduos decorrentes do consumo pessoal também são despejados na natureza, comprometendo sua capacidade de suporte.

A linearidade do processo de produção de mercadorias inicia-se com o consumo de força de trabalho, desde a extração de recursos naturais. Para atender ao dogma do crescimento econômico ilimitado, são adotadas estratégias de obsolescência (LEONARD, 2011): ora são descartadas em virtude da brevidade de suas vidas úteis (materiais de pouca durabilidade ou falta de peças de reposição), ora pela desqualificação social (moda). Ambas as modalidades aumentam os descartes. A obsolescência também se aplica aos meios de produção. Para esses meios, a concorrência intercapitalista e os avanços tecnológicos aceleram a decretação da “morte” prematura de máquinas e equipamentos. A força de trabalho segue um percurso de descarte semelhante àquele das demais mercadorias.

Quando se trata de meios de consumo, os modelos lançados são envolvidos num frenesi midiático intenso para atrair compradores às “catedrais das mercadorias”. Modismos e descartes são os métodos utilizados

que rapidamente destinam as mercadorias como lixo de elevada entropia aos depósitos urbanos de lixo. Quando se trata de meios de produção, a obsolescência tecnológica é o critério para o descarte de máquinas e equipamentos, em nome do “bom combate” da concorrência intercapitalista.

Concomitante ao descarte de meios de consumo e bens de produção, e em virtude da substituição do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*, homens e mulheres, quando perdem sua condição de “ganhar a vida”, também são depositados numa espécie de “aterro social sanitário”. Assim, completa-se o ciclo da dilapidação de recursos naturais renováveis e não renováveis e dos desgastes humanos da expansão capitalista (GOUVERNEUR, 1995).

Evidências contemporâneas da desqualificação do trabalho e da desvalorização da força de trabalho

As evidências aqui apresentadas foram obtidas de uma pesquisa realizada entre os anos de 2005 e 2009, com mecatrônicos e telemáticos, formados no então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (Cefet-CE), hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)¹⁹. Na pesquisa foi possível apreender o movimento do abstrato ao concreto mediado pelas falas de diversos atores que supostamente exercitavam saberes que os caracterizavam como trabalhadores altamente qualificados. Sobre tudo, foi possível apreender na produção concreta de mercadorias o processo de empobrecimento do trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa procurou verificar até que ponto esses operadores *high-tech* ativavam a gama dos conhecimentos obtidos em sua formação tecnológica, no dia a dia das atividades profissionais. Além de engenheiros e tecnólogos, foram entrevistados professores, administradores industriários e operários de fábrica vinculados a alguns ramos de produção de mercadorias. A materialidade e a imaterialidade das experiências, explícita e implicitamente vivenciadas, evidenciaram que a tendência à qualificação-desqualificante não só alcança os profissionais com baixo nível de qualificação, mas também aqueles profissionais tidos como “top de linha”.

Nos ambientes das empresas pesquisadas foi constatada a preocupação permanente com as mudanças relacionadas a novas forças produtivas

¹⁹ A pesquisa *A Qualificação Profissional no Foco da Crítica ao Sistema do Capital: em busca dos egressos do Cefet-CE* serviu de base empírica para a elaboração da tese de doutorado de Marcelo Santos Marques, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

automatizadas que são difundidas para alargar as fronteiras da produção capitalista. Com elas, instaura-se a flexibilidade das etapas da produção com o uso de comandos eletrônicos inteligentes de acionamentos e de controladores lógicos programados. Vários depoimentos enfatizaram a necessidade de ampliar a utilização de robôs nas plantas fabris, diversificando os movimentos mecânicos; disseminar o uso de componentes eletrônicos, com funções digitais, simplificando o manejo das máquinas; aplicar a telemetria, permitindo a intervenção na produção real em um ponto longínquo; difundir o uso de comunicação por fibra óptica; e desenvolver as tecnologias da teleinformática. São processos que facilitam a interconexão do capital a circuitos virtuais, permitem um maior fluxo de informações e de dados e um domínio à distância de cada uma das atividades na produção e circulação de mercadorias.

Evidentemente, a incorporação dessas novas forças produtivas alterou o cenário de todos os setores da economia, desde a indústria, passando pela agricultura e pelas empresas prestadoras de serviço, até a esfera da administração pública. Alteraram-se também as relações imediatas na produção, proporcionadas pelas novas formas de consumo da força de trabalho. Os dispositivos eletrônicos passam a acionar instantaneamente componentes mecânicos, quando a atividade produtiva assim o exigir, cabendo ao trabalhador tão somente ficar monitorando os processos à distância, por meio de uma tela de um computador supervisor. O mundo do trabalho sofisticou-se com “gabaritos complexos”, repleto de gráficos e alegorias.

A questão que aqui tratamos é saber se essa complexidade exige ou não um profissional altamente qualificado.

O que nos falam os “sujeitos” que movimentam os gabaritos?

“Um único controlador a fazer a supervisão. [...] acompanhando, [...] supervisionando, controlando. Na realidade, não tá nem controlando. Quem controla é o próprio processo.”

Uma vez que os haveres e as informações necessárias para o desenvolvimento do capital estão previamente delimitados, a nova estética do trabalho *high-tech* configura-se pela sua homogeneidade técnica e pelo alheamento dos procedimentos. Posturas comportamentais padronizadas compõem o cenário comum de mecatrônicos e telemáticos, tais como: estar “atento” à máquina, “conviver” com ela e “cuidar” dela, fazer uso do “*feeling*”, entre outras. Igualmente, disseminam-se expressões como “olhar”, “acompanhar”, “apertar o botãozinho”, “clicar naquele quadradinho”, “mandar

o comando com o *mouse*". No conjunto, esses procedimentos conferem uma dimensão simbólica e lúdica ao processo de produção das mercadorias materiais e imateriais, tornando evidente a real dimensão do fetichismo e seu caráter crescentemente abstrato.

Automação flexível: "troca de placa" e "desperdício de conhecimento"

Com a automação das plantas fabris, a produção ganhou os ares de maleabilidade e de "ação recíproca". O fluxo da produção altera-se com simples toque em um dispositivo digital. Como todas as informações sobre a linha de produção se encontram dispostas nos visores dos supervisórios, também se torna simples o ato de operar as engrenagens que compõem a maquinaria:

"Com essa tecnologia, o sistema fica muito flexível. Você tem todas essas funções, um negócio bem interativo e simples."

No conjunto, as expressões "flexível", "interativo" e "simples" compõem as palavras-chave que demarcam as atuais práticas da automação. Na realidade, refletem a simbiose da relação homem-máquina juntamente com a dissolução dos conhecimentos dos produtores imediatos ante os maquinismos autorreferenciados. Como resultado, o operador (*high-tech*) torna-se parte do capital fixo, restando como resquício humano, tão somente, as tarefas simples de vigília e regulação da presteza e celeridade da produção capitalista:

"Ele [o produtor] supervisiona mais o processo do que interfere. [...] Ela [a máquina] já está sendo adaptada pra que desempenhe aquilo sozinho e não haja mais a necessidade de o homem estar interferindo."

De centro da produção da riqueza material, o produtor imediato foi deslocado para sua periferia tornando-se um apêndice. Com a disseminação das práticas da automação e da robótica, esse processo se acelerou de tal forma que sua presença física tornou-se redundante, mesmo que ainda necessária. Marx (2011, p. 581) já afirmara o esvaziamento da atividade do produtor direto diante das máquinas automáticas, quando assim resumiu a redundância de sua presença:

A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força

os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador [...]. O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de ser processo dominado pelo trabalhador como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico [...].

Tudo se passa como se o trabalhador estivesse em ação diante do movimento das alegorias de *video games*, quando, na verdade, essas animações se constituem em um elemento que expressa o quanto as atividades dos produtores diretos foram empobrecidas (reduzidas a pobres abstrações), se comparadas aos haveres contidos nos procedimentos automáticos:

“Você tem um sinoptipozinho dizendo o estado das balanças. Com um desenhozinho, uma representaçãozinha de cada balança [...] então vai aparecer um monte de setinhas que indicam se a esteira está funcionando.”

Aqui, as falas dos mecatrônicos, recheadas de expressões no diminutivo, passam a ideia de simplicidade no monitoramento de suas atividades produtivas. Elas também nos remetem à capacidade do sistema de máquinas em responder, de modo flexível, aos comandos eletrônicos digitais no processo reconfigurável de produção de mercadorias. No entanto, essas animações, associadas às expressões diminutivas, constituem a dimensão simbólica que caracteriza o empobrecimento das atividades dos produtores imediatos e a forma como se expressa, na atualidade, a subsunção real do trabalhador à tecnologia.

Como contraponto a essa percepção fetichista do modo de ser na fábrica, o depoimento de um engenheiro vinculado a uma indústria têxtil mostra a diferença entre o cotidiano de um estudante e o dia a dia de um produtor imediato na fábrica. Enquanto o discente mexe com o imaginário e exercita o ato da criação, o produtor se entrega à rotina de seus afazeres, tendo que conviver com um ambiente que lhe é completamente adverso:

“Mecatrônica, na Faculdade, na Escola, é muito legal! O pessoal só monta experiências interessantes. Aquele monte de brinquedinhos. [...] Esse cara quando se vê, à meia-noite, ele ainda tá no pé da máquina, tentando ajeitar uma coisa, tentando resolver um problema, né? Aí, o cara diz assim: ‘Eu estudei tanto pra acabar num fim de mundo assim!’”

Se, por um lado, os procedimentos e as práticas da automação flexível simplificam as atividades a serem desempenhadas pelos produtores diretos, por outro, cumprem o papel de elemento facilitador das atividades de gerenciamento. Facilitam a obtenção de informações sobre a produção, em tempo real; organizam relatórios sobre as ocorrências e sobre o tempo de máquinas paradas; contêm dispositivos que apontam o tempo de desgaste do maquinário para que se execute sua reparação; entre outras possibilidades.

“Até o meu filho de três anos consegue, porque você só precisa apertar lá o play. É só apertar o play que ele começa a rodar o ensaio. No final, ele avisa. [...] Aí, o cara vai lá, aperta um botão para extrair um relatório. [...] O resto é fácil demais.”

Esse processo de facilitação da gerência foi confirmado por um dos engenheiros entrevistados que sugere que a depreciação das qualificações também alcança os trabalhadores com um maior nível de certificação e que atuam nas áreas administrativas. O depoimento demarca a percepção de descartável:

“[...] nós tínhamos cinco engenheiros. Ficou só eu.”

Isso permite ao capital centralizar a gerência, podendo até mesmo reduzir o quadro de pessoal administrativo.

Durante a visita a uma unidade industrial do segmento metalmeccânico foi possível ter uma ideia precisa da atividade laboral de um operador de máquinas no supervisão. O operador acompanha a produção pelo computador. A atividade do “funcionário” consistia em olhar para a tela gráfica do equipamento na qual apareciam imagens que correspondiam às unidades de mercadoria em fabricação ou a quantidade já produzida.

Conforme o testemunho do operador, a atividade não exigia muito conhecimento nem esforço físico. A ele cabia “decorar” o comando e ficar “de olho na sirene”, para ver se as máquinas exigiam alguma ação corretiva. Sua função era apenas dar um suporte ao funcionamento do maquinário sob sua responsabilidade.

Inicialmente, perguntamos-lhe sobre quanto tempo demandara para que aprendesse a executar o trabalho. Em resposta, ele afirmou:

“Leva, assim, um tempo... Assim... Só de se adaptar, porque é tudo automático. Você tem que se adaptar a isso aqui: o alarme.”

Nesse momento, o operador digita deliberadamente um comando em uma tecla errada para provocar o acionamento da sirene, e diante do disparo dela, ele comenta:

“Pra trabalhar aqui, você precisa só se adaptar ao alarme... Aqui, a gente decora.”

Mészáros (2005, p. 70) faz referência à tendência de o capital tornar redundantes as atividades executadas pelos “operários”, citando um documentário televisivo, por ele assistido, sobre o funcionamento de uma linha de montagem de automóveis em Detroit, nos Estados Unidos. Nessa reportagem, os trabalhadores entrevistavam uns aos outros lhes perguntando quanto tempo eles demandavam para aprender sua atividade profissional. Em resposta: “Eles olhavam uns para os outros e começavam a rir, respondendo com um indisfarçável desprezo: ‘oito minutos, é só isso!’”.

Uma tecnóloga, cuja função era acompanhar a climatização numa indústria têxtil e as condições de funcionamento de um compressor, limitava-se a meios virtuais, olhando atentamente o visor do supervisório. Em caso de alguma anomalia, ela deveria comunicar-se com um técnico de manutenção para que ele adotasse os procedimentos de reparação:

“A gente tem um supervisório, que a gente monitorar os compressores, as centrais de ar. Pra saber se a temperatura baixa ou sobe. [...] Se tiver com algum problema, a gente verifica pelo supervisório. [...]. Geralmente, a gente liga para o eletricitista ou um mecânico e manda ele lá. [...]”

O depoimento a seguir também demonstra o abstrairamento do fazer imediato da tecnóloga, “reducido a una pura abstracción” (MARX, 1985, p. 228):

“[...] a gente tem um supervisório. A gente olha as temperaturas diariamente, das centrais [...]. A gente fica monitorando, só pra ver. [...] Pra avisar o responsável pra ir lá, verificar se tiver com um problema, se a máquina para, ou não... O meu processo aqui é só acompanhar. [...] A gente tem que tá atenta.”

A despeito da ausência de uma instrumentação técnica mais aprimorada, a atividade desempenhada pelo operador de supervisório, na indústria metalmeccânica, nos pareceu mais “rica” que o haver da mecatrônica (outra operadora de supervisório). Pelo menos, ele podia intervir nos processos de produção propriamente ditos, enquanto ela não, quando assim se referia a seu modo de ser no trabalho:

“[...] Sou contratada como [operária] mecânica. Eu não sou nem contratada como técnica.”

Para completar esse quadro de qualificação-desqualificante, o depoimento de outro mecânico foi mais ilustrativo ainda. Indagado se na indústria havia atividades com o nível de atributos exercidos por tecnólogos, ele respondeu afirmativamente, incluindo-se entre aqueles que haviam exercitado esse tipo de haveres:

“Manutenção preventiva. [...] Eu já passei por isso. [...] Era pegar uma placa e limpar, pegar outra placa e limpar, várias placas da máquina. Então, é um processo parecido.”

Esse mesmo tecnólogo revelou-se enfático quando fez um comentário que demonstrou o alcance mais geral da desqualificação de competências e conhecimentos:

“Tem muito desperdício de conhecimento lá.”

O rico volume de informações durante a formação contrasta com o empobrecimento do exercício das atividades. Muito aporte de conhecimentos tecnológicos sem utilização.

Uma visita a uma empresa de telecomunicações evidenciou o momento alcançado pela contradição central do sistema do capital expresso no esvaziamento do *métier* dos produtores imediatos, diante dos equipamentos digitais. O telemático discorre sobre o cotidiano de seu trabalho de manutenção de maneira tal que, objetivamente, coloca-se na condição similar a de um *baby-sitter* (trocador de placas) dos sistemas informatizados:

“É o que eu faço praticamente. Praticamente. [...] Lá no Rio de Janeiro, a gente tem o centro, né? Que monitora a rede todinha. [...] Quando dá defeito em tal equipamento, em tal estação, ela liga pra mim: ‘– Olhe! Tá dando defeito em tal equipamento, em tal estação. Vá lá, e tire esse... Resolva esse problema’. E a gente vai.”

O ato de o capital fazer uso acidental da proficiência de um trabalhador apenas confirma a tendência à desqualificação do trabalho e à desvalorização da força de trabalho. A possibilidade de o tecnólogo se transformar em um simples “trocador de placas” foi percebida por outro telemático:

“Vai ser um negócio mais ou menos assim. Já é assim! Entendeu? O cara é trocador de placa. Se ele não tomar cuidado, ele vai virar um trocador de placa.”

A capacidade cognitiva de mecatrônicos e telemáticos “se coloca como supérflua ante a maquinaria” (MARX, 1994, p. 107), evidenciando o domínio do capital fixo sobre o processo de produção. Embora esses profissionais tenham uma formação científica e tecnológica complexa e sofisticada, do ponto de vista do capital são apenas meros vigilantes e reguladores do sistema de autômatos.

A tendência à qualificação-desqualificante também foi testemunhada por Sennett em uma pesquisa antropológica realizada nos Estados Unidos. Em *A Corrosão do Caráter*, esse autor expõe os resultados de suas investigações entre os anos 1970 e 1995. Um de seus capítulos descreve o cotidiano do trabalho no interior de uma padaria de Boston, quando ela havia sido transformada em um gigantesco conglomerado, direcionado para a fabricação de alimentos, e modernizada por um aparato baseado na tecnologia digital. Sennett (2005, p. 80) aponta o esvaziamento do trabalho dos produtores imediatos nos seguintes termos:

Os trabalhadores podem mexer na tela para corrigir um pouco tais defeitos; o que não podem é consertar as máquinas, ou, o mais importante, fazer de fato o pão por controle manual quando elas, demasiadas vezes, pifam. Trabalhadores dependentes de programas, eles também não podem ter conhecimento prático. O trabalho não é mais legível para eles, no sentido de entender o que estão fazendo.

Em vez do estupor do trabalho repetitivo, o sentimento desses trabalhadores é o da indiferença: “Eu vou para casa, faço pão mesmo, sou um padeiro. Aqui, apertado botões” (*Idem*, 2005, p. 83). Igualmente se pode presenciar a falta de identificação com o que faz, quando uma funcionária da corporação de alimentos afirma: “[...] padaria, sapataria, gráfica é só dizer [...]” (*Idem*, 2005, p. 87). Se na primeira fala é possível observar certa resistência do trabalhador, quando assinala os prazeres do ato de fazer pão em seu local de moradia, o mesmo não se pode afirmar quanto à segunda. O que se vê é a mais absoluta indiferença quanto ao fazer de panificador e uma profunda confusão quanto à identidade do ofício. É a deterioração do *habitus* do padeiro que se expande sobre o modo de ser do trabalhador.

“Escravos do conhecimento”, subversão do tempo e estresse

Ao contrário do que propagam os mistificadores da automação flexível, as novas tecnologias não preservaram, e menos ainda devolveram, a

razão sensível da atividade dos trabalhadores. A propalada “era do conhecimento” (MASI, 2000, p. 284), na realidade, consolida uma forma pífida de controle, mesmo que se diga que as novas ferramentas digitais reduzem a burocracia e transferem algum poder de decisão para os trabalhadores. Diz-se que nas empresas *high-tech* existe liberdade para tomada de decisões no “chão da fábrica”. Contudo, é uma liberdade balizada por controles de metas de produção e de lucro. Os componentes de cada “célula de produção” têm liberdade para organizar suas funções como julgarem mais adequado, porém terão que cumprir as ordens determinadas pelo centro das decisões.

A acumulação flexível contém a possibilidade de orientar a produção pela demanda, justamente porque a microeletrônica e a robótica, por sua versatilidade, permitem adaptar a indústria a um perfil de consumo cada vez mais individualizado. Ao mesmo tempo, descarta a autoridade direta exercida por um “feitor de fábrica”, como na velha indústria, substituindo-a por controles à distância, via ciberespaços, ou pela interposição da observação *in loco* em que os próprios operários exercem a vigília uns sobre os outros:

“Essa máquina aqui [o supervisor] já manda direto para o telefone do nosso patrão a mensagem dizendo como tá a produção hoje. [...] Se ele olhar aqui [os índices de produção] e não tiver legal, o que ele tá vendo lá [via *internet*], ele liga pra cá e pergunta: ‘— Por que não tá legal a produção?’.”

“As contratações e demissões são feitas e orientadas da supervisão pra cima. [...] a opinião dos operadores e dos funcionários que compõem o quadro é importantíssima também. Ela também gera, pode ser um... não é a palavra final. Ela é um fator muito forte na decisão.”

O controle sobre os(as) trabalhadores(as) com as tecnologias da informática é feito via monitoramento de suas conversas virtuais e pelo rastreamento de correspondências eletrônicas. As falas a seguir, proferidas por dois tecnólogos, apresentam duas reações opostas sobre o controle patronal. A primeira, sob a ótica do capital, manifestada por um telemático que havia desenvolvido um projeto de *software* auditor, cuja função era o de monitorar os trabalhadores por meio dos computadores; a segunda reflete o prisma de quem é submetido aos processos de monitoração:

“A gente chama de *software* auditor. É um sistema que ele verifica tudo o que a pessoa faz no computador. [...] Ele sabe tudo o que um funcionário dele fez. E a gente vai congelar a tela daquilo.

Então, se o cara, se o operador dele tiver falando, namorando, na internet. [...] se o cara fizer alguma coisa errada, a gente ainda vai avisar pro dono da empresa: ‘– Ô bicho! O cara tá fazendo, agora! O cara tá te roubando, agora!’. [Gargalhada].”

“Insuportável! Têm empresas, que eu vejo... Um grupo que eu trabalho. Um dos grupos que eu trabalho. Eles monitoram parte das nossas comunicações, você não pode entrar no *Orkut*; entrar no..., em determinadas páginas que... Iam cortar o nosso *MSN*.”

O “mundo do *trabalho*” tem passado por profundas transformações que impactam nas relações interpessoais, no trabalho e fora dele. A dominação social do capital reforça a ênfase sobre o tempo presente e o imediatismo dos resultados. Esse é o ponto de inflexão simbólico da velha ética weberiana para um novo *ethos* do capitalismo *high-tech* (SENNETT, 2005). Trata-se, na realidade, da imposição do tempo do capital, que se expressa pela busca incessante por aumentos de produtividade. Nesse sentido, um professor universitário entrevistado percebeu com clareza o significado desse imediatismo particular:

“Há uma pressão para o imediatismo das ações. Ou seja, você tem que fazer o mais rápido possível, porque senão o mercado lhe esmaga. [...]. Ou você faz isso em menos tempo e com uma qualidade de maior – e aí você usa tecnologia pra te da essa possibilidade –, ou então você está fora do mercado.”

Quem trabalha na área de informática não guarda muita semelhança com trabalhadores que operaram supervisórios industriais. Isso porque, diferente dos demais setores, o ofício da informática já nasceu no epicentro do “olho do vulcão”, em face da avalanche que caracteriza as inovações tecnológicas de um setor que se afirma como suporte crucial para os demais. O professor entrevistado assim se posicionou:

“Você acha que o mundo gira, assim, desenvolve rápido? Na computação, ainda evolui dez vezes mais rápido. O que você aprende, há dois anos atrás, não serve mais pra nada hoje.”

“As próprias certificações, elas têm um tempo de duração. Elas duram cerca de dois anos. Então, depois de dois anos, você tem que fazer uma nova prova.”

Concluímos que, para o capital, essa é uma imposição que leva, sistematicamente, à desqualificação das competências estabelecidas. O mercado da informática é um mundo em permanente movimento, tornando obsoleto o conhecimento previamente adquirido, o que exige atualizações continuadas do profissional. Como, então, ter tempo para se apropriar do rápido desenvolvimento tecnológico e realizar o labor do ofício? Essa é a tensão que acompanha o profissional de informática. Ao mesmo tempo em que tem que dar conta do acúmulo das atividades laborais, não pode se descuidar da atualização de sua mercadoria pessoal, ameaçada pelo processo de qualificação-desqualificante. Nos termos do professor entrevistado:

“Hoje, tanto na área de teleinformática [...], quanto na área de computação, os tempos eram pra ser, teoricamente, elastecidos pela ideia de ter mais tecnologia. Eu faço a coisa mais rápido, eu tenho mais tempo. Porém, o que a gente sente na prática é outra coisa. [...] A gente parece é que tem cada vez menos tempo. Aquilo que a gente conseguia fazer, realmente, em duas/três semanas, a gente faz agora em dois/três dias. E esse resto da semana, a gente faz mais coisas. [...] Essa nova versão do capital tá trazendo muito... Eu tenho sempre que tá pensando no melhor e no mais rápido. [...] o melhor e o mais rápido me custam horas de trabalho que vão além das minhas horas de trabalho. Ou seja, eu tenho as minhas oito horas de trabalho... mas, tenho que estudar, pelo menos, mais umas quatro, pra poder ser cada vez rápido nas minhas oito horas de trabalho. Isso, quando não faço hora extra. Então, já aí, já são doze horas de trabalho.”

O professor entrevistado demonstrou um elevado grau de conhecimento sobre o impacto que as novas tecnologias da computação provocam no cotidiano dos profissionais de telemática. Do ponto de vista pessoal, suas necessidades são congeladas e postergadas para um amanhã longínquo.

A dominação social do capital também invade seu tempo de vida, usurpando-o de seu convívio familiar. O acúmulo de tarefas, associado à necessidade de atualização permanente, impõe-lhe a marca da “servidão moderna” e do estresse que a caracteriza. A conjugação desses elementos dissemina a sensação de desqualificação das competências daqueles que vivem para esse ofício, a despeito das ótimas colocações no mercado de trabalho da maioria dos telemáticos entrevistados.

O conhecimento do professor entrevistado permitiu ainda melhor compreender os efeitos contraditórios de seu *métier* formativo e o estra-

nhamento ao qual estão submetidos os profissionais de telemática. O ofício, que faz o homem que o pratica, traduz-se na completa subversão do tempo, desde a invasão do espaço-ambiente doméstico à substituição do lazer. Podemos concluir que há um massacre psicológico provocado pela dilatação e intensificação da lide diária:

“Aquele estudo que eu tô fazendo não é um estudo prazeroso, do meu ‘ócio criativo’, que eu vou estar pensando em coisas para a minha vida. Não! É voltado para aquele trabalho, para melhorar aquela produção. [...] O estudar permanente, na minha época, quando eu terminei Informática Industrial, era um prazer. Entendeu? Era eu estudar porque queria conhecer cada vez mais a minha área. Eu gostava muito! Quando isso passou pra dentro da empresa, pra me exigir que eu, cada vez mais, estudasse com o foco da empresa... Aí, pronto! Matou aquilo que eu gostava. Passou a ser uma obrigação ferrenha. [...] Quando eu digo que isso aí se espalha por doze ou dezesseis horas, restam poucas horas para eu dormir. E o meu lazer é forçado. [...]. Tu vai ver muito esse discurso: ‘Ah, eu não aguento mais!’. [...] ‘– Rapaz, hoje a gente se reuniu aqui, porque a gente não aguenta mais. Era trabalho demais. Hoje, a gente tentou se libertar. Alforria!’ [...] Ou seja... [Suspiro profundo]. Eu tô trabalhando hoje, virtualmente. Legalmente, oito horas. Na prática, pelo menos umas doze. E ainda tenho que estudar muito, voltado para aquilo ali. Pra me aperfeiçoar cada vez mais, porque senão eu posso estar fora do mercado. E aí, estresse. Estresse. Minha vida pessoal vira uma... [...] Eu tenho que cavar espaço de madrugada para estudar o que eu gosto, porque, a maior parte do tempo, [Risos], eu tenho que estudar o que eu preciso. E esse ‘preciso’ massacra.”

O massacre psicológico introjeta-se de maneira sub-reptícia pela combinação entre a incessante necessidade de atualização profissional e o trabalho excessivo. Como consequência dessa busca forçada por habilitações, produz-se um estranhamento que impacta sobre a vida pessoal e familiar, afetando as dimensões físicas e psicológicas do profissional. A dominação insidiosa do capital invade de tal modo o espaço psicossocial que causa um alheamento dos momentos de lazer com sua família:

“Eu posso hoje, por exemplo, tá aqui jogando com o meu filho. Certo? Me divertindo, com a cabeça num problema que eu vou ter que resolver na segunda-feira. [...]. Então, isso é roubar o meu

lazer, porque eu não tô desconectado daquilo ali, do trabalho. Então, aquele meu lazer é parcial. É só uma casca que tá brincando.

Na alegoria criada por Charles Chaplin, em *Tempos Modernos*, o *factory worker* (Carlitos) termina por ser tragado pelas engrenagens fetichistas da mecânica fordista. Agora, os trabalhadores intelectuais das áreas da informática fixam o olhar diante da tela de um computador e trabalham sem que possam realizar movimentos corporais. Daí, a condição de servo da modernidade, de escravo do conhecimento incorporado ao maquinismo.

O tempo que poderia ser dito “livre” é subsumido aos imperativos do capital. Isso decorre, como esperado, da lógica e do desenvolvimento histórico dessa relação social e do modo de vida por ela estabelecido. As evidências contemporâneas do processo, por sua vez, mostram que homens e mulheres se dedicam, quase que exclusivamente, a aperfeiçoar e a fortalecer as estruturas que mantêm todos(as) aprisionados(as) a um poder que se constituiu historicamente como resultado de suas próprias ações. Em particular, ambos se sentem coagidos a se qualificar permanentemente, mesmo que perdendo a condição humana de ser no desenrolar de suas atividades.

O descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desnudamento das formas ideológicas e fetichistas – que impede mulheres e homens de perceber que as relações de produção se constituem independentemente de sua vontade – retarda o ritmo da transição da sociedade capitalista para um modo sociocultural de vida superior. Superior no sentido de que “[...] com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana.” (MARX, 1991, p. 30).

O grande desafio para a humanidade é encontrar caminhos que apontem para além do capital, como uma necessidade vital diante dos desgastes humanos e da dilapidação causada à natureza. É uma tarefa política que se revela necessária e premente, uma vez que se acelera a perda de legitimidade social e ambiental do modo de produção e de vida que prevalece na sociedade. Ao longo do século XIX, o evoluir do capital produziu o que Marx denominou de “exército de reserva industrial”. Sob a grande indústria, o *capital* havia encontrado os “meios de tornar supérfluo o trabalho vivo” (MARX, 1994, p. 106).

Na atualidade, o capital faz crescer segmentos que buscam, não importando por quais meios, formas de se incluir na norma cultural de

consumo adequada ao modo de vida da sociedade capitalista. A força avassaladora do sistema é inclusiva; todas as pessoas terão de estar atuando para perpetuar sua lógica expansionista, mesmo que ao custo da perda da liberdade de viver. A liberdade de escolha restringe-se ao mundo das mercadorias; comprar é a condição de existência social, ou seja, condição para o estabelecimento de nexos sociais.

Desde os anos de 1980, o cenário mundial se desenha como o espaço das grandes corporações transnacionais e de seus representantes internacionais (BID, BIRD, FMI, OMC, AMI, blocos de livre comércio etc.) para determinar a vida de todos os povos do mundo. Ao mesmo tempo, é um cenário pontuado de conflitos étnico-nacionais e de agressões generalizadas ao ambiente natural que ameaçam as condições de vida no Planeta. Ao lado do espetáculo desses atores, uma horda crescente de “excluídos” vivendo de migalhas, condenados a um holocausto em plena era da terceira revolução tecnológica²⁰.

O fulcro da barbárie e das reações de indignação e rebeldia registradas pelas redes sociais situa-se no empobrecimento do trabalho, nos termos expressos pela contradição central do sistema do capital e na volúpia do lucro privado que orienta a expansão econômica capitalista. A síntese dessa irracionalidade está nas desigualdades que se distribuem desigualmente pelo mundo. Ao descarte humano, que atinge praticamente a metade da população mundial, juntam-se outros problemas que tendem a se tornar irreversíveis e limitadores da reprodução do sistema na escala pretendida pelos executores de sua racionalidade econômica. Além das agressões à biodiversidade, do avanço do aquecimento global, da acidificação dos oceanos e da contaminação de aquíferos, de cursos de água e do ar, as disputas de mercado e as guerras em torno dos combustíveis fósseis, patrocinadas pelos principais países responsáveis pela degradação ambiental, sugerem que já se desenha uma espécie de encruzilhada global. Pode-se vislumbrar, do presente, a imposição de uma escolha radical que inclui um redirecionamento dos padrões de consumo até então adotados e que serviram de sustentação ideológica, política e social ao modo de produção hegemônico na sociedade capitalista. Sendo a contradição central do capital um limite interno e uma autoameaça ao sistema, sua orientação para o crescimento econômico ilimitado revela que suas bases materiais também estão amea-

²⁰ Conforme Dieterich (1998), a constatação de que se trata de um modo de produzir riqueza que não garante a reprodução material e cultural adequada para 80% da população do mundo demonstra sua falta de legitimidade.

çadas por uma crise energético-ambiental com importantes repercussões sobre a geopolítica mundial.

Se a sociedade não “cresce” (liberdade, democracia, saúde, educação, moradia, segurança, emprego, renda, equidade, justiça ambiental) junto com o crescimento econômico capitalista, mas a ela se subordina, e se a eliminação de muitos “postos de trabalho” e as precárias “relações de trabalho” geram inseguranças, produzem desigualdades e empobrecimento, há fortes indícios de que o modo de produção e de vida que funda o trabalho assalariado dá demonstrações de esgotamento como organizador de mediações sociais.

A perspectiva é de que os direitos conquistados com o emprego assalariado regular sofram uma forte ofensiva, trazendo inseguranças para um contingente expressivo de trabalhadores em todo o mundo. Àqueles e àquelas que sempre viveram à margem, no chamado “mercado informal”, somam-se um contingente de trabalhadores deslocados dos “postos de trabalho” eliminados e os jovens ingressantes que se juntam às fileiras dessa “reserva” de trabalhadores, entre estes a “geração nem-nem”. Se o número de trabalhadores nessas condições se tornar elevado, muitos terão de buscar formas alternativas de ocupações, lícitas ou mesmo ilícitas, a fim de participar da festa do consumo.

Considerações Finais

A generalização da automação do processo de produção deverá cristalizar sua “desumanização” e contribuir para o “fim” do trabalho²¹. Como já insinuado, isso assim ocorreria em face da tendência imanente à redução do *trabalho imediato* ao nível da mais completa simplificação, podendo ser executado, em tese, por qualquer pessoa considerada “física e mentalmente capaz” ou mesmo por uma “coisa” provida de inteligência artificial. A simplificação do trabalho – em virtude da automação e da acumulação flexível – leva à qualificação-desqualificante do trabalhador individual e coletivo

²¹ Evidentemente que se trata de um limite matemático que não poderá ser alcançado. O “fim” mencionado apenas sugere que toda a estrutura de organização e de funcionamento da produção – hierarquizada, despótica e fragmentada – teria que ser revolvida de modo a fazer surgir um novo modo de produção e de vida. Como parte e resultado de tal processo, o *trabalho alienado* deixará de existir e em seu lugar surgirá um novo significado e denominação para as atividades produtivas. O novo significado terá a biodiversidade como limitação vital e o *reino da liberdade* como perspectiva a ser plenamente realizada por meio das atividades desenvolvidas pelos “produtores livremente associados”.

e à desvalorização da força de trabalho. Trata-se de um processo de atualização das formas de consumo dessa mercadoria que torna cada vez mais problemática a luta social em defesa do emprego formal e da permanência nos empregos remanescentes. Não apenas daqueles empregos vinculados à esfera imediata da produção e da circulação de mercadorias, mas, inclusive, às demais atividades ditas não mercantis próprias do setor público.

Levada ao limite, a flexibilidade que se combina à automação da produção determinaria o (quase) desaparecimento da divisão técnica do trabalho nas atividades produtivas. Por esse caminho, a lógica do modo de produzir sob o comando do capital aciona uma tendência à redução da necessidade de trabalhadores, tanto de execução quanto daqueles situados na esfera da concepção e gerência. A redundância de trabalhadoras e trabalhadores ocorre em virtude da própria e eterna necessidade de o capital tomar para si toda a responsabilidade do processo de sua autovalorização.

Assim, o desenvolvimento do capital produz a desqualificação do trabalho e a desvalorização da força de trabalho, mas, ao mesmo tempo, lança bases materiais para uma possível negação dessa negação e para a necessária reorientação do processo de produção e a conquista do “tempo livre” para todos. Ironicamente, a elevação dos níveis de produtividade alcançados pelo sistema do capital abre amplas possibilidades para que muitas pessoas sejam incluídas e despendam pouco tempo de suas vidas nos locais da produção econômica. Isso permitiria reservar o “tempo liberado” para atividades outras, mais diretamente associadas a interações intersubjetivas e àquelas consideradas “mais elevadas”.

Contudo, não é o caráter produtivista do sistema que possibilitará uma formação socioeconômica superior, posto que as forças produtivas que acionam sua expansão têm sido responsáveis pela degradação dos sistemas ecológicos em todo o mundo. É preciso, portanto, uma profunda transformação do modo de produção para que o tempo liberado seja reflexivamente utilizado para a busca de formas consentâneas às leis que regem os ecossistemas da Terra.

O tempo liberado somente ganhará relevo se for utilizado para manter a Terra na condição de quadro de vida, o envoltório protetor de todas as espécies (animais e vegetais) vivas. Em tal contexto, a espécie humana reafirma sua condição de centro da autoconsciência, como cérebro do Planeta. Essa condição (centro de autoconsciência) é a chave que permite compreender que os modos de vida até então adotados pela humanidade decorreram de processos socioculturais e tecnológicos que se estabeleceram

historicamente, junto com a respectiva produção econômica que lhes deu suporte. Também permite dizer que a cultura consumista que hoje prevalece na sociedade capitalista exige mudanças profundas em todas as suas dimensões, por mais complexas que sejam as estruturas que se organizaram e se organizam para dar suporte a este modo de vida.

Referências Bibliográficas

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 30. ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DIETERICH, Heinz. Teoria e práxis do novo projeto histórico. In: _____. **Fim do capitalismo global: o novo projeto histórico**. 10. ed. Tradução de Eliete Ávila Wolff, São Paulo: Xamã Editora, 1998.

FERNANDES, Florestan (Org.). Marx e Engels. **Coleção Grandes Cientistas Sociais: História**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____. **Uma estranha ditadura**. Tradução de Vladimir Safatle. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de MARX: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOUVERNEUR, Jacques. **Les fondements de l'économie capitaliste: introduction à l'analyse économique marxiste du capitalisme contemporain**. 2^{ème} édition refondue et augmentée. Paris et Contradictions, Bruxelles: L'Harmattan, 1995.

LEONARD, Annie. **A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2011.

MARQUES, Marcelo. **A qualificação profissional no foco da crítica ao sistema do capital: em busca dos egressos do CEFET/CE**. Fortaleza: Tese (Doutorado em Sociologia) – UFC, 2009.

MARX, Karl. **El capital: crítica de la economía política**. Libro Primero, Séptima edición, México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)** – 1857~1858, v. 2, 10^a edición, México: Siglo Veintiuno, 1985.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica a Economia Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Manuscrito de 1861-1863. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). **Crítica Marxista**, v. 1, n. 1, 2. edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. **Prefácio**. Para a crítica da economia política, 5. ed. Tradução de José Carlos Bruni, José Arthur Giannotti e Edgard Malagodi e Walter Rehfeld. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Tradução de Lea Manzi. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. **Para uma socioeconomia política da transição**: possibilidades e limites da *economia solidária*. Fortaleza, Tese (Doutorado em Sociologia) – UFC, 2006.

_____; PONTE, J. Ramon Teles da. Crise do capital e emancipação humana. In: BORGES, Livia de Oliveira *et al.* (Org.). **Ser bancário**: viver o esplendor social ou o trabalho precário? Curitiba-PR: Editora CRV, 2012.

_____. O processo de qualificação-desqualificante da força-de-trabalho: elementos de uma transição para além do capital. In: ARAÚJO, M. Neyára O.; RODRIGUES, Lea C. **Transformações no mundo do trabalho**: realidade e utopias. (Série Percursos 6), Fortaleza: Editora UFC, 2005.

_____. Divisão do trabalho, modernização e qualificação-desqualificação: o PNQ em discussão. In: BUONFIGLIO, M. C. **Políticas públicas em questão**: o plano de qualificação do trabalhador. João Pessoa-PB: Editora Manufatura, 2004.

_____. A política é uma dimensão humana? In: BRAGA DE OLINDA, Ercília Maria. **Formação humana**: liberdade e historicidade. n. 16. Fortaleza: Editora UFC, 2004. (Coleção Diálogos Intempestivos).

_____. A dialética do “fim” do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 34, p. 78-98, 2003.

_____. Uma nova cultura é possível para além do capital. **Singular**: uma revista plural 8, Fortaleza, jun. 2002.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Alínea SP, 2000.

_____. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

POSTONE, Moishe. **Time, labour, and social domination**: a reinterpretation of Marx's critical theory. New York: Cambridge University Press, 1996. (Esta obra foi publicada (2014) em Português pela Editora Boitempo com o título: "Tempo, trabalho e dominação social – Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx").

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WERLHOF, Claudia. "Globalization" and the "permanent" process of "primitive accumulation": the example of the MAI, the multilateral agreement on investment. **Journal of World-Systems Research**, VI, 3, fall/winter 2000, 728-747. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part II. Disponível em: <<http://jwsr.ucr.edu>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

POBREZA E TRABALHADOR POBRE NA COMPARAÇÃO SUL-NORTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Fernando José Pires de Sousa

Introdução

A evolução das interpretações teóricas da pobreza e a necessidade de mensurá-la e qualificá-la conforme os diferentes contextos nacionais inerentes aos estágios alcançados de desenvolvimento econômico, social, político e institucional passaram a exigir, *pari passu*, tanto o refinamento metodológico quanto a definição e normatização de uma base conceitual com vistas a possibilitar comparações internacionais e dimensionar esse fenômeno em escala global.

Historicamente, a compreensão da pobreza e de suas causas evoluiu de uma explicação restrita à insuficiência de renda a uma mais ampla inerente à privação, vista como negação ao acesso ao emprego, à renda e ao consumo. Progrediu de uma concepção de carência absoluta vinculada à subsistência para, posteriormente, uma concepção também voltada para as necessidades básicas e, mais recentemente, vinculada à privação e às necessidades sociais.

Atualmente, ao bem-estar social alcançado pelas sociedades desenvolvidas se contrapõem a intensa pobreza dos países periféricos e a desigualdade decorrente da pauperização causada pela precarização do mercado de trabalho e a exclusão que atingem praticamente todas as nações, aprofundadas pela atual crise sistêmica. A multifatorialidade inerente à condição de pobreza aliada à fragmentação das situações de risco social, à desagregação da estrutura familiar e às vulnerabilidades étnicas, de gênero e decorrentes dos fluxos migratórios tem exigido reformulações e adaptações estatísticas e metodológicas com vistas a captar tais especificidades.

Em face da existência de realidades que compreendem esse espectro de situações, no sentido de que não foram superadas as condições de carência absoluta, vale ressaltar que essas concepções não se substituíram, elas

apenas coexistem na representação e medição das diferentes circunstâncias. É por essa razão que se utilizam metodologias para mensurar da indigência à pobreza relativa e segmentos sociais, como o trabalhador pobre, envolvendo os âmbitos individual e familiar, conforme a exigência do rigor teórico-metodológico. Ressalte-se, todavia, que ideologicamente há uma forte ingerência das recomendações das instituições internacionais, conforme seus interesses, no trato dessa problemática e proposição de políticas.

Dessa forma, deve-se estar atento para as transformações recentes na configuração geopolítica e econômica mundial com repercussão nas dimensões e peculiaridades que assumem o desenvolvimento e a pobreza segundo as diferentes realidades, em particular entre os países do Sul e as nações do Norte. Nesse sentido, algumas nações são vistas hoje inseridas numa dinâmica progressista com estabilidade econômica, geração de emprego, inclusão social, melhoria do poder aquisitivo da população, redução das desigualdades sociais e afirmação no cenário econômico internacional, como é ressaltado o caso brasileiro, ao ponto de ser incluído no chamado grupo restrito de países, o Brics, referenciados como os que assumiriam as rédeas da economia mundial num futuro não muito distante.

Assim, tomando como justificativa esse quadro, consideramos pertinente ampliar o horizonte em termos de comparação do Brasil com os demais países, tanto os da América Latina quanto os desenvolvidos, no que se refere à questão do desenvolvimento e da pobreza, com destaque para o acompanhamento e a análise da situação dos trabalhadores brasileiros a partir da introdução da metodologia referente ao trabalhador pobre. Nesse sentido, este artigo busca compreender as mais diversas nuances envolvendo os conceitos de pobreza e de trabalhador pobre, bem como as metodologias empregadas pelas instituições internacionais, para assim poder comparar a situação brasileira com a de outros contextos.

(In)Compatibilidade dos Termos Básicos

Nos países desenvolvidos existem controvérsias conceituais e metodológicas conforme as interpretações e determinações das instituições de pesquisa e de estatística responsáveis pela produção de dados e indicadores, como também de estudos e análises, referentes ao mundo do trabalho e às condições econômicas e sociais de vida dos trabalhadores e da sociedade. Assim, destacam-se o Birô Internacional do Trabalho-BIT (na Organização Internacional do Trabalho-OIT), o Birô de Estatísticas do Trabalho-

-BLS (sigla em inglês), nos Estados Unidos, a Estatística Canadá, nesse país, o Eurostat, que é o Serviço de Estatística da Comunidade Europeia, e o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos-INSEE (sigla em francês), na França. Para os países latino-americanos, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) é a principal referência na realização e divulgação de séries estatísticas e indicadores constantes em relatórios econômicos e sociais comparativos e sobre a pobreza. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a principal instituição oficial responsável pela definição, produção e divulgação de dados primários – e que também realiza estudos e pesquisas – com vistas a suprir o universo de informações necessárias sobre o país.

É de fundamental importância entender as definições das diferentes categorias utilizadas na construção dos indicadores de pobreza entre as instituições supracitadas para se proceder a uma análise de compatibilidade. Dessa forma, a primeira grande dificuldade reside na própria definição de trabalhador. Ao consultar os sites das instituições verifica-se que somente o Eurostat traz o conceito específico desse termo. Os demais órgãos se detêm apenas nas definições das categorias de trabalhadores.

É importante registrar que existe uma certa dificuldade em se depreender também os significados dos termos ocupação, trabalho e emprego, seja por serem utilizados muitas vezes como sinônimos, o que dificulta a distinção precisa entre eles, por não existirem definições específicas em determinadas instituições, seja por serem utilizados como referências ou como derivação para classificar outros termos, como, por exemplo, trabalhador. Também existem discussões acerca da população e dos períodos de referências, como ainda torna-se complicado identificar equivalências nas condições de atividades e nas respectivas rendas, na composição familiar/domiciliar e nas categorias e tipos de recursos que são computados no cálculo da renda disponível etc., como veremos mais adiante.

Significados Históricos da Pobreza

A própria evolução da compreensão teórica da pobreza, condicionada pelos momentos históricos e pela progressiva complexidade de suas determinações e formas de manifestação, explica a controvérsia conceitual que envolve o tema e, conseqüentemente, a variedade de proposições metodológicas existentes. Em efeito, é evidente que seu significado não pode ser forçosamente delimitado a uma condição atemporal pelo fato de que

ele está sujeito a mudanças resultantes de transformações nos fatores que o determinam, o que lhe confere uma conotação dinâmica.

Dadas as transformações, em maior ou menor graus, pelas quais passam as sociedades, em geral não se pode conferir padrões de pobreza de épocas passadas a situações do presente, até porque ocorrem mudanças nos mais diversos âmbitos, com ênfase nas realidades institucional e cultural. Isso não significa que as mudanças sejam exclusivamente de conotação positiva, ao contrário, podem apresentar involuções e comprometer as condições de vida, com aumento da precariedade social e das desigualdades, como tem sido evidenciado em vários países sob a égide da globalização neoliberal e notadamente como consequência da atual crise de dimensão sistêmica. Em síntese, na prática a pobreza relativa é avaliada tomando como referência o padrão de vida de uma determinada sociedade. Nessa base, aqueles que se encontrariam abaixo da linha ou do nível de recursos que define a situação de pobreza relativa não estariam capacitados a participar normalmente da vida nessa sociedade. Vale sublinhar que em geral esse enfoque é comumente mais utilizado nos países desenvolvidos, com exceção dos Estados Unidos que também usam o da pobreza absoluta, assim como os países em desenvolvimento (LAVINAS, 2003; CEPAL, 2007, CODES, 2008).

Diante do exposto, é interessante observar a que ponto de preciosismo se chegou na busca por dimensionar as mais diversas situações e os mais diferentes níveis de estratificação da sociedade moderna. O Eurostat, na sua base de dados, adota nada menos do que 11 conceitos referentes ao fenômeno da pobreza e seus indicadores: Trabalhador Pobre, Pobreza de Existência, Pobreza de Existência Primária, Pobreza de Existência Secundária, Pobreza de Existência Persistente, Taxa de Risco de Pobreza, Taxa de (risco de) Pobreza Monetária, Taxa de Risco de Pobreza Transversal, Taxa de Pobreza Manifesta, Taxa Média de Risco de Pobreza Monetária e Taxa de Pobreza Latente. Vale ressaltar a preocupação em captar a pobreza identificada como não monetária encerrada nos conceitos de Pobreza de Existência²².

Pode-se interpretar que em razão do nível de inclusão social alcançado nos países desenvolvidos, em particular nos europeus, essa pobreza

²² Segundo o Eurostat (2002, p. 22): "A análise da pobreza em termos relativos se fundamenta no princípio geral de que além de um certo desvio em relação à média, os indivíduos de baixa renda não podem acessar ao modo de vida mínimo aceitável na sociedade onde vivem por falta de recursos e se encontram, em consequência, numa situação de pobreza de existência".

de existência assume um caráter relativo, mesmo que, certamente, a renda exerça seu papel no acesso a bens e serviços. Para a nossa realidade, latino-americana e brasileira, parece-nos até uma utopia alcançar mesmo o patamar da Pobreza de Existência Primária daquelas nações. Em efeito, são aqui consideradas alimentação e roupas, a possibilidade de tirar férias pelo menos uma vez por ano, a substituição de mobiliário usado e atrasos de pagamentos (de parcelas mensais de uma hipoteca ou de um empréstimo parcelado e pagamento de encargos). Imagine a existência do nível de Pobreza Secundária como definida pelo Eurostat, que salienta inclusive que são relacionados itens menos suscetíveis de serem considerados indispensáveis, tais como um carro, um telefone, uma TV em cores, um videocassete, um forno micro-ondas e uma máquina de lavar louça; portanto, seria classificada assim praticamente toda a população brasileira. No conceito não monetário de pobreza são arrolados nada menos do que 24 itens, inclusive comer carne, aves ou peixe a cada dois dias e ter condições de receber amigos ou membros da família uma vez por mês, ao menos para um *drink* ou para uma refeição (EUROSTAT, 2002, p. 77).

Trabalhador Pobre: Fundamentos Teóricos e Metodológicos

De princípio, esse conceito já surge com uma forte ambiguidade pela dificuldade em se conciliar numa única dimensão dois significados impregnados de nuances, ou seja, o que se entende por trabalhador e por pobre nos mais diferentes contextos nacionais e nas instituições de pesquisa e estatística. De fato, com predomínio da literatura anglo-saxã (ULYSSE, 2009), esse é um tema recente de estudo, mais explorado na Europa a partir do início deste século, sobre o qual ainda não existe consenso acerca do que se pode apreender estatisticamente como trabalhador pobre (PONTHEUX, 2009).

Outra observação relevante concerne às dificuldades em distinguir as concepções individual e familiar no entendimento conceitual de trabalhador pobre e de pobreza, respectivamente. No primeiro caso, o determinante maior diz respeito ao fator monetário, enquanto no segundo os não monetários chegam a exercer influência relevante. Desse modo, a inserção numa atividade remunerada necessariamente contribui para classificar o indivíduo como trabalhador pobre, já sua inserção como membro da família indica sua condição de pobreza ou não. Portanto, há uma forte relação entre situação familiar e pobreza, o que não necessariamente se

verifica a respeito do conceito de trabalhador pobre²³. Em outras palavras, para melhor entender, considere-se o contexto familiar onde existem filhos ou agregados maiores de idade, desempregados ou com emprego de baixa remuneração, mas cuja família é rica, a rigor essas pessoas não seriam consideradas pobres. Todavia, fora desse contexto, ou seja, se fossem viver às custas exclusivas de seu emprego ou de suas condições certamente seriam assim classificadas. O oposto também se verifica, por exemplo, um pai de família bem empregado, mas sendo o único que dá sustento à família, pode viver numa situação de pobreza.

Nessa discussão, Ulysse *et al.* (2009, p. 125) consideram que a própria noção de trabalhador pobre mostrar-se-ia conceitualmente incompatível no âmbito da sociedade liberal cuja norma universal consiste em imputar moralmente ao indivíduo a obrigação de assegurar, por meio do seu trabalho, não só o seu próprio sustento como também o de sua família. Assim, argumentam que, para apreender o significado concreto de trabalhador pobre, os termos emprego e pobreza devem ser compreendidos, uma vez que o primeiro reporta-se a uma atividade profissional que deveria ser capaz de possibilitar a autonomia pessoal, individual, enquanto o segundo é medido pela insuficiência de recursos da família como um todo. Logo, sua condição de trabalhador, se pobre ou não, não depende exclusivamente de suas características individuais e da natureza de seu emprego, mas também do nível de vida da família na qual ele pertence, cujos determinantes são múltiplos: a estrutura domiciliar, a existência ou não de outros provedores de renda complementar, os serviços e benefícios do sistema de proteção social e as transferências sociais e de renda. Portanto, é na perspectiva das transformações das relações entre o mercado de trabalho, a proteção social e as estruturas familiares que os referidos autores tratam das questões conceituais e de concepção do significado de trabalhador pobre.

Nessa perspectiva, tivemos a oportunidade de explorar os limites estruturais do mercado de trabalho e da relação salarial em sociedades profundamente desiguais *vis-à-vis* o condicionamento dos sistemas de proteção social como instância promotora do bem-estar social e, conseqüentemente, como via de combate à pobreza (SOUSA, 2010). Aqui, o

²³ A despeito dessas diferenças, em artigo sobre os determinantes da pobreza do trabalhador na União Europeia, Allègre (2008) salienta que há forte correlação entre a pobreza em geral, em nível nacional, e a pobreza no trabalho, ou seja, dos trabalhadores considerados pobres. Ressalta, assim, que países com baixos níveis de pobreza no trabalho são também os que mantêm baixa a pobreza em geral.

caso latino-americano, em especial o brasileiro, é emblemático, pois tais sistemas são duplamente coibidos: por um lado, por ser uma reprodução institucional da própria estratificação social; por outro, por sua arraigada dependência das esferas econômica e política. Essa dupla restrição obviamente cerceia sua autonomia e, como corolário, sua função redistributiva, logo, sua capacidade em enfrentar a pobreza e a exclusão social. Em efeito, as limitações desses sistemas de proteção social são evidentes, já que eles se caracterizam pela ambivalência de serem submetidos aos interesses e às determinações econômicas e políticas e de terem de servir, entretanto, de instrumento importante de regulação do equilíbrio de todo o sistema social. Do mais, a consubstancialidade da proteção social à relação salarial – muito mais à estrutura de distribuição da massa salarial do que necessariamente à sua amplitude – não permite que a concessão de benefícios vá muito além do que garantir apenas a renda dos trabalhadores quando eles entram em um período de inatividade ou assegurar o seguro-desemprego. Portanto, os países da América Latina, como o Brasil, enfrentam uma espécie de fatalismo ou impasse, onde a incompletude e vulnerabilidade da relação salarial constitui uma razão primordial para a incompletude e ineficácia de seus sistemas de proteção social, e vice-versa, ou seja, esses não conseguem exercer a função de promotor, de fortalecimento, dessa relação (SOUSA, 2010).

A respeito do que vínhamos analisando nesta seção sobre os fundamentos teóricos e metodológicos do significado de trabalhador pobre, outro forte empecilho são as divergências nas definições do termo trabalhador – como constataram Peña-Casas e Latta (2004) – para fins de cálculo estatístico do indicador relativo ao contingente de trabalhadores pobres (Quadro 1), que traz as três definições mais destacadas na literatura. Vale lembrar que a OIT/BIT não especifica na sua base de dados o significado de trabalhador, nem da sua condição de pobreza, mas conceitua a condição de atividade, em população economicamente ativa (ocupada e desempregada) ou não²⁴. E aqui reside uma primeira observação feita por Ponthieux (2009)²⁵, ao assinalar que as três abordagens sobre a categoria

²⁴ Segundo a OIT/BIT, é considerado ocupado quem trabalhou ao menos uma hora durante a semana de referência (que precedeu a data da pesquisa). Já desempregado é aquele que procurou emprego, estava disponível imediatamente e não trabalhou nem mesmo uma hora na semana de referência.

²⁵ Em geral, tomamos como referencial esse trabalho de Ponthieux, que faz uma análise detalhada sobre a metodologia de trabalhador pobre e sua utilização nas comparações internacionais.

trabalhador se caracterizam por não se basear em estatutos de ocupação (emprego, desemprego, inatividade), tomando uma certa semana como referência, conforme as normas do BIT, mas sim em condição de atividade (emprego ou desemprego) sobre determinados meses de um certo ano de referência²⁶. Ela ressalta que isso significa uma importante mudança de perspectiva, uma vez que, ao se estender o período de referência para bem além de uma semana, possibilita-se captar com mais fidedignidade a condição de trabalhador pobre. Isso porque a pobreza monetária é apreendida considerando uma renda anual e não simplesmente a situação observada em certo momento desse período ou na data da pesquisa. Dessa forma, um trabalhador poderia ser entendido por sua condição regular de participação no mercado de trabalho, sendo assim possível identificar diferentes situações, como: emprego no ano todo, desemprego no ano todo, as alternâncias e a inatividade no ano todo. Metodologicamente, o período de referência seria o ano $N-1$ para uma enquête realizada no ano N , onde, de maneira retrospectiva, as pessoas indicam, mês a mês, qual foi seu estatuto de ocupação predominante: emprego, desemprego ou inatividade.

Quanto às três abordagens, Ponthieux (2009) remarca as diferenças entre elas ao indicar que na definição americana os trabalhadores são os que se encontravam regularmente ativos, empregados ou não, durante 27 semanas de um período de um ano. Essa é a definição mais ampla. Já a francesa é intermediária, uma vez que é considerado como trabalhador quem se encontra regularmente ativo, mas que tenha passado pelo menos um mês como empregado. A definição europeia é considerada a mais estreita, na qual os trabalhadores são os que estavam empregados no momento da pesquisa e permaneceram nessa condição na maior parte do ano de referência²⁷. Note-se que em nenhuma das definições exige-se continui-

²⁶ Apenas como observação, deve-se ter cuidado aqui também com as nuances de interpretação devido a problemas de tradução e de ambiguidade conceitual. Observe-se que a autora utiliza o termo estatutos de ocupação (emprego, desemprego, inatividade) que, para nós, tudo indica que corresponderia à PEA (ocupado, desocupado), já que a situação de inatividade corresponde à PNEA. Do mais, no seu texto, em francês, a expressão "un nombre de mois passés sur le marché du travail ou en emploi" ao pé da letra seria difícil de interpretar como correspondente à PEA (pessoas ocupadas ou desocupadas/desempregadas). Portanto, as correspondências entre as nomenclaturas das abordagens estrangeiras e brasileira referentes às categorias do mercado de trabalho constituem um sério empecilho para a realização de estudos comparativos.

²⁷ Vale aqui uma advertência para que se tenha atenção em não confundir o conceito de trabalhador com o de trabalhador pobre em virtude do texto da autora não especificar claramente essa distinção (PONTHEUX, 2009, p. 6), uma vez que não

dade das situações, de emprego ou de desemprego, podendo ocorrer alterações, e que as estatísticas americanas computam a duração do trabalho em semanas, enquanto a francesa e a europeia, em meses.

Assim, detendo-se um pouco num breve exercício, podemos verificar as seguintes possibilidades no caso americano: a) emprego estável (pessoa empregada durante todo o ano de referência), b) desemprego de longa duração (pessoa desempregada durante todo o ano de referência) e c) situações de alternância (emprego/desemprego etc., ou desemprego/emprego etc.). No caso francês, só não pode ocorrer a situação “b” pela exigência de emprego por pelo menos um mês; note-se assim que o limite máximo de desemprego seria de 11 meses. No caso europeu, essa exigência é bem maior, pois a pessoa deveria estar empregada no momento da pesquisa (ano N) como também por pelo menos 7 meses do ano ($N-1$) de referência, mesmo que não tenha ocorrido em meses seguidos, ou seja, continuamente; portanto, principalmente aqui, o item “b” é também o único que não pode ocorrer e o limite máximo de uma pessoa sem emprego (desempregada procurando ou não emprego, nessa última condição fora do mercado de trabalho) seria de 5 meses. Além disso, só há referência aqui à condição de emprego, pois não se faz qualquer menção ao fato de a pessoa se encontrar desempregada à procura ou não de emprego, que constitui uma das exigências de classificação da população economicamente ativa, ou seja, participar do mercado de trabalho, mesmo que não esteja empregada. Em síntese, na definição europeia só o que importa é se a pessoa tem um emprego no momento da pesquisa e se ela conseguiu estar empregada mais da metade do ano de referência, ou seja, alcançou no mínimo 7 meses nessa condição, mesmo que tenha ocorrido descontinuidade (alternância)²⁸.

Em face dos referidos critérios, vale aqui a ressalva de que eles nos parecem bastante questionáveis pelo seu elevado grau de arbitrariedade. De

destaca os parâmetros utilizados para demarcar os níveis de pobreza. Ou seja, ela não deixa claro que são classificados pobres somente os trabalhadores – como definidos pelas três abordagens – cujos níveis de vida se encontrem abaixo dos respectivos níveis (“linhas”) de pobreza da população em geral.

²⁸ Poder-se-ia argumentar que a condição de atividade estaria subentendida, isto é, que nas fases de desemprego durante o ano de referência a pessoa estaria procurando emprego; todavia, como isso não está explícito na definição europeia, pode ocorrer também que a pessoa não esteja procurando emprego, nesse caso se enquadraria na condição de inativa, fora do mercado de trabalho.

fato, por exclusão, podemos deduzir que quem se encontrar empregado ou desempregado procurando emprego por períodos acumulados inferiores a 27 semanas, nos Estados Unidos, e a 6 meses (cerca de 24 semanas), com pelo menos um como empregado, na França, não é definido como trabalhador para efeitos de identificação como trabalhadores pobres. Já na Europa isso se verificaria para quem se encontra sem emprego no momento da pesquisa, mesmo que tenha trabalhado por 7 meses (cerca de 28 semanas) ou mais; como também para quem se encontrasse empregado no momento da pesquisa, mas que tenha trabalhado durante um período inferior ao acima especificado. Ora, isso nos induz aos seguintes questionamentos: essas pessoas não seriam consideradas trabalhadores? Ou já estariam normalmente fadados – ou apresentariam uma elevada probabilidade – a serem pobres por não se enquadrarem nas exigências acima? E aqueles que se encontram no desemprego de longa duração? Verdadeiramente, o que realmente vai decidir sobre a condição de pobreza ou não do trabalhador será o fato de ele se encontrar ou não abaixo da linha de pobreza ou, mais propriamente, do limite (nível) de pobreza oficial definido para cada caso, Estados Unidos, França e Europa, o que já representa outra significativa dosagem de arbitrariedade²⁹. Por exemplo, basta confrontar os conceitos de trabalhador (Quadro 1) entre França e Europa para, no mínimo, concluir-se acerca das fragilidades teóricas que “embasam” as respectivas definições de trabalhadores utilizadas para a classificação de sua situação de pobreza. Em efeito, evidentemente que a existência dessas duas definições em tese não se justificaria por toda a similaridade que caracteriza esses contextos, ou melhor, o contexto europeu, que a partir da União Europeia tem aproximado mais ainda os Estados-nações nos mais diversos aspectos, inclusive no mundo do trabalho.

²⁹ Assim, vamos ilustrar com casos extremos: uma pessoa pode ter trabalhado apenas um mês no ano, mas o rendimento desse emprego superou a linha de pobreza para que não seja considerado pobre, mesmo que ele não se enquadre em nenhuma das referidas definições de trabalhador; contrariamente, uma pessoa pode estar empregada o ano todo – portanto satisfazendo todas as definições de trabalhador –, mas sua remuneração deve ser inferior à linha de pobreza para que ele seja classificado como pobre.

Quadro 1 – Definições de Trabalhador para Efeitos da Identificação do Trabalhador Pobre

Americana (BLS)	Francesa (INSEE)	Europeia (Eurostat)
Pessoa que passou pelo menos 27 semanas de um ano de referência no mercado de trabalho, ou seja, em emprego (empregada) ou à procura de emprego.	Pessoa que passou pelo menos 6 meses de um ano de referência no mercado de trabalho, mas ao menos um mês em emprego (empregada).	Pessoa que estava empregada e que passou pelo menos 7 meses do ano de referência em emprego (empregada).

Fonte: Elaboração própria a partir de Ponthieux (2009) e também de Klein e Rones (1989), U. S. Bureau of Labor of Statistics (2012) e European Commission (2006).

Factibilidade Metodológica para a Análise Comparativa no caso do Brasil

Para a análise de viabilidade de utilização da metodologia de trabalhador pobre no caso brasileiro, vários aspectos e critérios devem ser observados.

No Brasil, não se delimita a idade máxima e a mínima corresponde aos 10 anos de idade na definição da população de referência. Todavia, como se registra a idade da pessoa entrevistada, por meio dos microdados, há a possibilidade de se considerar apenas as pessoas de 16 a 64 anos, que é o critério internacional adotado para classificar as pessoas em idade de trabalhar.

No caso de períodos de referência, o IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada anualmente, define a semana a contar até o dia anterior ao da pesquisa para a maioria das informações coletadas e a partir daí intervalos de dias anteriores para certas variáveis. Portanto, aqui o ano de referência não é o ano civil anterior ao da enquête e sim o intervalo contínuo que compreende a semana de 7 dias anteriores ao dia da enquête e os 358 dias que a retrocedem.

A respeito do mundo do trabalho, o questionário da Pnad é muito abrangente e detalhado, compreendendo uma série de questões que praticamente torna viável – por meio de uma minuciosa busca a partir dos microdados e dos cruzamentos de variáveis – o cálculo dos indicadores de pobreza aqui propostos ou, pelo menos, uma boa inferência deles ao se realizar algumas adequações, conforme as especificidades para a realidade brasileira.

Assim, é possível identificar a condição de atividade das pessoas com 10 anos ou mais de idade, ou seja, as populações economicamente ativa e não economicamente ativa (PEA e Pnea) na semana de referência e para períodos anteriores. Especificamente, para a caracterização dos Ativos Ocupados durante o ano todo, pode-se distinguir os assalariados em tempo completo ou tempo parcial e os não assalariados. Pode-se identificar também os respectivos contingentes de trabalhadores com emprego estável durante todo o ano de referência, com desemprego de longa duração e com situações de alternância, a partir dos critérios estabelecidos na definição americana de trabalhador (pobre), discutida anteriormente. Do mesmo modo, tudo indica ser factível atender às exigências das definições francesa e europeia (Quadro 1). A respeito da identificação dos Equivalentes-Adultos³⁰ existentes no Domicílio, a Pnad relaciona todos os moradores pelo Nome, Sexo, Idade, Condição no Domicílio e na Família (Pessoa de Referência, Cônjuge, Filho, Outro Parente, Agregado, Pensionista³¹, Empregado Doméstico e Parente do Empregado Doméstico), Cor ou Raça etc., o que permite saber o número de adultos e crianças e realizar as devidas conversões.

É possível saber a Renda de Atividade (do trabalho) por meio das informações sobre Rendimento Mensal em qualquer tipo de Trabalho, Principal, Secundário e os demais (em Dinheiro ou Valor dos Produtos ou Mercadorias ou somente em Benefícios). Portanto, têm-se dados sobre Salários e Rendas do Trabalho não Assalariado (dos trabalhadores autônomos/independentes). Todavia, a grande ressalva aqui é que tais informações sobre renda se restringem às pessoas que tinham trabalho na semana de referência, não captando assim a remuneração de trabalhos exercidos em períodos anteriores. Entretanto, supõe-se que isso não constitui entrave para o cálculo dos indicadores de pobreza vistos adiante, uma vez que todos eles se referem à situação no momento “atual” (da semana de referência), e se o entrevistado não tiver renda obviamente ela será registrada como nula. Saliente-se ainda que Seguro-Desemprego e Seguro-Saúde – também captados pela Pnad, mas não especificados os valores –, assim

³⁰ Os Equivalentes-Adultos (ou unidades de consumo) são calculados segundo a escala dita “OCDE-Modificada”, com a qual o primeiro adulto (14 anos e mais) do domicílio corresponde a 1 unidade, os outros adultos a 0,5 unidades e as crianças (com menos de 14 anos) a 0,3 unidades.

³¹ É considerado Agregado ou Pensionista quem não é parente da pessoa de referência do domicílio ou de seu cônjuge; a diferença é que no primeiro caso tal pessoa não paga hospedagem nem alimentação.

como os Salários, são classificados como Renda de Atividade, cuja fonte é o trabalho, portanto, em nível individual, do trabalhador. Para quantificar a Renda de Atividade para o domicílio, tem-se que somar essas rendas de todos os seus residentes. Enfim, o cômputo da Renda Disponível do domicílio corresponde ao total dos recursos líquidos de seus membros, ou seja, a soma da Renda do Trabalho (Atividade), das Aposentadorias e Pensões, do Seguro-Desemprego e Seguro-Saúde, das Rendas do Patrimônio (juros, dividendos, aluguéis), das Transferências Líquidas Interfamílias e dos Benefícios Sociais, subtraídos as Contribuições Sociais e os Impostos Diretos (imposto de renda, taxa de habitação, imposto sobre a fortuna). Acredita-se que pelos dados da Pnad torna-se difícil o cálculo da renda disponível domiciliar, pois não são discriminados os valores dos Seguros, das Transferências Interfamílias, dos Benefícios Sociais, das Contribuições Sociais e dos Impostos Diretos, como também o referido indicador não é divulgado pelo IBGE. Todavia, consta nas suas séries estatísticas o indicador Participação da Poupança Bruta das Famílias na Renda Disponível Bruta das Famílias. Ressalte-se, entretanto, que a Pnad disponibiliza informações sobre a renda domiciliar e a domiciliar per capita.

Indicadores de Desigualdade e de Pobreza

Por último, explicitamos no Quadro 2 os principais indicadores de desigualdade e de pobreza. De modo geral, observa-se que coexistem os indicadores clássicos baseados no enfoque absoluto cuja referência é um valor especificado (“linha” de pobreza) com aqueles cujo enfoque é um referencial relativo de pobreza (porcentagem da mediana). A situação dos trabalhadores em termos de desigualdades salariais e a análise dos principais fatores que condicionam sua renda podem ser exploradas a partir dos três primeiros indicadores do Quadro 2 (países desenvolvidos), com possibilidade de serem investigados (no caso brasileiro, guardadas as devidas proporções) por meio dos dados da Pnad³². A Renda por Equivalente-Adulto procura identificar o nível de vida dos residentes no domicílio uniformizando-os em termos de unidades de consumo, segundo a escala

³² Ressalte-se que tanto nos países desenvolvidos quanto na América Latina e no Brasil a pobreza e a desigualdade são analisadas segundo várias características inerentes aos segmentos sociais, como idade, gênero, raça, descendência etc. Nos Estados Unidos, por exemplo, é remarcada a situação dos hispânicos, latinos e negros, por proporcionalmente serem os mais pobres e excluídos. Vide U. S. Bureau of Labor of Statistics (2012).

definida anteriormente. Com isso é possível comparar níveis de vida de domicílios de tamanhos e composições diferentes, pois não seria preciso se deter ao consumo por pessoa, uma vez que as necessidades de um domicílio não variam na mesma proporção do número de residentes. Isso porque na convivência em comum não é necessário se ter uma quantidade de bens de consumo, principalmente dos bens duráveis, equivalente ao número de pessoas para se proporcionar o mesmo nível de vida.

A respeito dos indicadores de pobreza e de trabalhador pobre, observa-se que a diferença marcante consiste no fato de que o foco do primeiro é o domicílio (e a população em geral) e o do segundo é o indivíduo, como já exploramos anteriormente. Note-se que o parâmetro Limiar de Pobreza – na concepção relativa – é fundamental para o cálculo desses indicadores e que ele se reporta às rendas disponíveis por Equivalente-Adulto para o conjunto da população. Portanto, segundo a ressalva já feita aqui, isso se constitui uma limitação ao se utilizar os dados da Pnad, pela dificuldade em calcular a renda disponível, a não ser que se encontre uma forma de aproximação ou de estimativa.

Na sequência, observa-se que a indigência (pobreza extrema) e a pobreza são medidas, segundo o enfoque absoluto em todo o mundo, pelo Banco Mundial, cuja metodologia é adotada pela Cepal, para a América Latina e também o Brasil, que, todavia, utiliza como parâmetro um quarto e metade do salário mínimo, respectivamente. Nessa mesma concepção, temos os Estados Unidos, que procuram quantificar e analisar o contingente de trabalhadores pobres baseados no indicador que leva em conta linhas de pobreza a partir da composição da família. Nessa mesma perspectiva, todavia com o enfoque relativo, existem as abordagens acerca dos trabalhadores pobres conforme as metodologias francesa e europeia, que se fundamentam em proporções da mediana dos níveis de vida do conjunto da população, e a metodologia canadense, que se diferencia das demais por considerar como trabalhador pobre qualquer pessoa cuja renda familiar seja inferior a 50% da mediana da renda familiar ajustada segundo o tamanho da família, portanto diferentemente das definições de trabalhador do Quadro 1.

Em face dessa diversidade de critérios e a despeito de se ter incorporado essa conotação relativa, deve-se atentar para a crítica de Ulysse (2009) acerca da lógica administrativa, contábil e monetária com a qual tais definições procuram abordar a problemática do trabalhador pobre, uma vez que todas essas referências – sejam linhas de pobreza ou renda mediana

– são valores fixados de forma arbitrária e apenas indicativos do que seja uma renda necessária para assegurar um nível de vida decente ao trabalhador. Do mais, elas indicam os resultados da amplitude desse fenômeno e a maneira de quantificar os trabalhadores pobres, assim como de identificar as dinâmicas familiares envolvidas. Nesse ponto de vista, podemos ir mais além e especular sobre uma possível intencionalidade subtendida nessas metodologias conveniente a propósitos dos governos e das instituições internacionais no trato da questão da pobreza e da busca pela coesão social e legitimidade das políticas econômicas neoliberais e conservadoras, ao propor políticas e programas que visam apenas mitigar a pobreza e não erradicá-la por meio de transformações estruturais, em particular no terceiro mundo.

Para concluir, vale atentar para a proposta de Ponthieux (2009) de outro indicador de trabalhador pobre – que o denomina de Indicador de Pobreza Econômica –, como contraponto aos especificados nas definições de trabalhadores (Quadro 1), que se caracterizam por uma quantificação que se fundamenta em períodos de atividade ou não durante um certo ano de referência. Ela parte então da crítica à noção de pobreza usual, que se referencia aos recursos existentes em nível do domicílio, para propor o aludido indicador que converge para o enfoque do indivíduo e sua capacidade econômica oriunda das remunerações recebidas por suas atividades laborativas. Dessa forma, toma como base a Renda de Atividade do ano anterior ao da enquête e compara com o valor do Limiar de Pobreza, para identificar o contingente de trabalhadores pobres. Registre-se que, como a renda de atividade pode ser nula, há a possibilidade de se ter duas componentes, a ausência de renda de atividade e as rendas não nulas, mas inferiores ao Limiar de Pobreza. Ressalte-se que se torna mais fácil o cálculo desse indicador para o Brasil, considerando que não há exigência da renda disponível.

Ela enfatiza que esse indicador é conceitualmente diferente das noções de baixos salários ou de baixas rendas de atividade (do trabalho) porque sua comparação é feita com o Limiar de Pobreza e não com as distribuições dessas rendas. Assinala ainda as vantagens do indicador de ser diretamente interpretável – porque só é considerada a renda que ele recebe de sua atividade, a qual não seria suficiente para evitar a pobreza se ele vivesse só e não dispusesse de outra fonte de recursos que não a do seu trabalho – e de não depender, à priori, de definição de trabalhador, porque se

reporta ao conjunto da população em idade de trabalhar e procura captar o segmento dessa população que não teria condições de “viver de seu trabalho” (PONTTHIEUX, 2009, p. 34). À guisa de explicitação, mostramos também no Quadro 2 algumas definições de taxas de pobreza.

Por fim, é importante remarcar que dada a dificuldade que envolve os conceitos de trabalhador pobre e de pobreza, a França procura conjugar os aspectos individual e familiar a partir do conceito de trabalhador pobre envolvendo as duas condições: ocupar um emprego e pertencer a uma família pobre. Ou seja, assim fica contemplada a situação do trabalhador e seu emprego, como também a situação familiar, em termos de renda (DEQUIDT; CLÉMENT-ZIZA, 2007). Aliás, essa recomendação já havia sido aventada por Hourriez (2000, p. 5 e 7) ao salientar que a solução mais simples seria considerar o “trabalhador pobre como um indivíduo que trabalha e que vive numa família pobre”. Assim, conforme esse autor, no caso francês ter-se-ia uma “definição de trabalhador pobre que associa um critério de atividade (fazer parte de população ativa pelo menos durante 6 de 12 meses), um critério de emprego (ter um emprego durante pelo menos 1 de 12 meses), e um critério de nível de vida (pertencer a uma família pobre)”.

Quadro 2 – Indicadores de Desigualdade e de Pobreza

Indicadores de Desigualdade e Características
Baixos Salários – Salário mensal médio do período de referência inferior a 60% da mediana dos salários mensais médios. O salário mensal médio é a relação entre a renda salarial e o número de meses no emprego durante o período de referência. É calculado apenas para os empregos a tempo completo.
Indicador de Baixos Salários – Salário mensal médio inferior a 60% da mediana dos salários mensais médios no emprego a tempo completo.
Indicador de Problemas de Emprego dos Trabalhadores Pobres – Divisão de cada um dos seguintes fatores que causam uma baixa renda dos trabalhadores pelo total de trabalhadores: Desemprego (durável + alternâncias), Emprego Assalariado Todo o Ano a Tempo Parcial, Baixos Salários nos Empregos a Tempo Completo e o Emprego não Assalariado.
Renda por Equivalente-Adulto – Ou nível de vida, é igual à renda disponível do domicílio por número de Equivalentes-Adultos. É o mesmo para todos os membros da família.
Limiar (Nível) de Pobreza – Corresponde a uma proporção de uma estatística (comumente a mediana) da distribuição, para o conjunto da população, das rendas disponíveis por Equivalente-Adulto.

Indicadores de Pobreza – Enfoque Absoluto (Linhas de Pobreza)	
BANCO MUNDIAL	
Incidência de Indigência e Pobreza (com base em US\$ 1,25 ou US\$ 2 por dia (PPC) – Percentagem da população que vive com menos de US\$ 1,25 ou US\$ 2 por dia, respectivamente, a preços internacionais de 2005*. Como resultado das revisões das taxas de câmbio PPC, as taxas de pobreza para cada país não podem ser comparadas com as de edições anteriores.	
ESTADOS UNIDOS (BLS)	
Limiar de Pobreza – Reflete as diferentes necessidades de consumo das famílias segundo sua composição, tomando como base o tamanho da família e o número de crianças com menos de 18 anos de idade. Portanto, os níveis (limiares) de pobreza variam com a composição da família**.	
Trabalhador Pobre – Definição de trabalhador (conforme Quadro 1) cuja renda é inferior ao Limiar de Pobreza acima.	
AMÉRICA LATINA (Cepal)	
Incidência de Indigência e Pobreza – adotadas pelo Banco Mundial, visto acima.	
BRASIL (IBGE)	
Taxa de Extrema Pobreza (indigência, miséria) – Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza (cerca de 1/4 do salário mínimo). O universo de indivíduos é limitado àqueles que são membros e vivem em domicílios particulares permanentes. A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).	
Taxa de Pobreza – Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza (cerca de 1/2 do salário mínimo); aqui considerada como o dobro da linha de extrema pobreza, conforme acima.	
Indicadores de Pobreza – Enfoque Relativo (Proporções da População)	
Trabalhador Pobre:	
FRANÇA (Insee) – Definição de trabalhador (conforme Quadro 1) cujo nível de vida é inferior ao Limiar de Pobreza, geralmente fixado em 50% da mediana dos níveis de vida do conjunto da população. A França também publica taxas de pobreza tomando como referência os níveis de 40%, 60% ou 70% da mediana.	
EUROPA (Eurostat) – Definição de Trabalhador (conforme Quadro 1) cujo nível de vida é inferior ao Limiar de Pobreza, geralmente fixado em 60% da mediana dos níveis de vida do conjunto da população.	

CANADÁ (Estatística Canadá) – Pessoa cuja renda familiar é inferior a 50% da mediana da renda familiar ajustada segundo o tamanho da família.
Indicador de Pobreza Econômica (de Ponthieux, 2009) – Renda individual de atividade inferior ao Limiar de Pobreza.
Taxas de Pobreza:
Taxa de Pobreza – Proporção das pessoas vivendo num domicílio cuja renda disponível por Equivalente-Adulto é inferior a 60% da mediana da distribuição dessas rendas no conjunto da população (Limiar de Pobreza).
Taxa de Trabalhadores Pobres segundo as Definições de Trabalhadores (Estados Unidos, França, Europa, Canadá) – Número de trabalhadores pobres dividido pela população de referência.
Taxa de pobreza dos trabalhadores – Número de trabalhadores pobres dividido pelo total de trabalhadores.

Fonte: Elaboração própria a partir de Ponthieux (2009), World Bank (2012), Insee (2012), Eurostat (1999, 2012), Cepalstat (2012) e IBGE (2012).

* Vale aqui observar o seguinte: “El Banco Mundial mide la magnitud de la pobreza en el ámbito internacional utilizando líneas de pobreza de 1 dólar y 2 dólares por día. La línea de pobreza de 1 dólar por día es en realidad de 1.25 dólares (38 dólares por mes, utilizando PPA de 2005 del Banco Mundial), y la de 2 dólares por día de 2.50 dólares (76 dólares por mes). La línea de pobreza de 1 dólar por día representa la mediana de las diez líneas de pobreza más bajas en los países en vía de desarrollo para los cuales el Banco Mundial tiene datos disponibles. Dichas líneas son convertidas en monedas locales utilizando tasas de cambio en PPA del consumo. Luego, los índices de precios al consumidor oficiales de los países son utilizados para convertir la línea de pobreza internacional expresada en moneda local a precios que predominaban al momento en el cual se realizaron las encuestas de hogares” (CEPALSTAT, acessado em 24.2.2012).

** Segundo o U. S. Bureau of Labor of Statistics (2012), em 2010, o Limiar de Pobreza média para uma família de quatro pessoas era 22.314 dólares; para uma família de nove ou mais pessoas, era 45.220 dólares; e para um indivíduo independente de 65 anos ou mais de idade, era 10.458 dólares.

Considerações Finais

Este trabalho é um esforço com vistas a inserir, no contexto brasileiro, análises sobre a situação de pobreza do contingente da população que participa do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, procura-se conferir especificidade aos estudos sobre pobreza no Brasil que, tradicionalmente, têm acompanhado e avaliado esse fenômeno em termos gerais, ou seja, em nível de toda a sociedade, para o conjunto compreendendo tanto a população economicamente ativa quanto a não economicamente ativa.

Dessa forma, considera-se importante dar início também a análises de indicadores relativos às condições de vida dos trabalhadores, mais especialmente ao segmento dos considerados trabalhadores pobres. Isso é oportuno dado o estágio alcançado pela economia brasileira, sua participação na nova configuração internacional marcada pela crise, com sua afirmação enquanto país emergente de peso no cenário geopolítico e econômico latino-americano e mundial, bem como as transformações que tudo isso representa numa realidade neoliberal fortemente marcada por uma dialética que contrapõe de maneira desproporcional interesses do grande capital *versus* interesses dos trabalhadores e da sociedade. E isso se torna ainda mais pertinente na conjuntura recente em que, paralelamente aos apregoados avanços do trabalho assalariado formal no Brasil, aos aumentos reais do salário mínimo e à redução das desigualdades sociais, verifica-se também maior precarização da força de trabalho, com flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho e tentativas de eliminação de direitos sociais e trabalhistas.

À luz da literatura especializada e das recomendações das instituições internacionais que normatizam, regulam e produzem dados básicos e estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, com destaque para a OIT/ BIT, pode-se cogitar que os níveis diferenciados de desenvolvimento do capital e da estrutura normativa, regulatória e de proteção do Estado, notadamente entre os países do Norte e do Sul, repercutem na magnitude e nas situações de pobreza e suas características, condicionando as abordagens teóricas e as escolhas metodológicas das pesquisas estatísticas e dos estudos desses fenômenos em tais contextos. É por isso que existe uma variedade de indicadores de pobreza que visa captar desde as situações de indigência e carência absoluta até condições relativas de privação segundo o estágio alcançado de qualidade de vida média ou mediana da população. Por exemplo, a pobreza é tão abrangente e aguda na África, nos países asiáticos mais atrasados e em boa parte da América Latina que seria mesmo redundante quantificar ou especificar estatística e analiticamente o trabalhador pobre, pois essa é uma condição que se confunde praticamente com a da grande maioria da sociedade. Até porque seria um contrassenso, ou melhor, não existiria uma “focalização do geral”. Assim, pode-se presumir que as condições de vida da maioria dos trabalhadores praticamente não se diferenciam das condições dos que não trabalham e dos que se encontram fora do mercado de trabalho. Portanto, se não é fácil realizar estudos comparativos entre países com estruturas sociais semelhantes a partir das variáveis e

indicadores relativos ao mundo do trabalho e à questão da pobreza, isso se torna ainda mais difícil entre sociedades com níveis de desenvolvimento muito discrepantes.

De tudo isso, o que se pôde apreender é que comumente existe uma “ambiguidade” conceitual que dificulta os estudos, as análises e as pesquisas. Mais precisamente, pode-se cogitar que o que se define por trabalho, emprego e ocupação termina se confundindo no senso comum como se fossem sinônimos, os quais resultam nos termos trabalhador (por ter um trabalho), empregado (por ter um emprego) e ocupado (por ter uma ocupação). Assim, por extensão, a conexão entre aqueles termos básicos e estes últimos lhes transmite também essa dificuldade em distingui-los. Portanto, é normal referir-se a cada um dos termos acima caso a pessoa tenha um trabalho, um emprego ou uma ocupação, ou seja, o senso comum considera trabalhador quem tem um trabalho, um emprego ou uma ocupação; empregado, quem tem um trabalho, um emprego ou uma ocupação; e ocupado, também quem tem um trabalho, um emprego ou uma ocupação, e isso é partilhado também na literatura especializada e com frequência até nos metadados das instituições aqui consultadas. Esses termos são empregados como se significassem a mesma coisa, quando sabe-se que, por exemplo, nem todo trabalhador é empregado e que todos que têm um trabalho ou um emprego são considerados ocupados, criando uma confusão quando se observa o espectro de situações inerentes ao mundo do trabalho, principalmente em realidades onde predominam imbricações significativas de atividades formais e informais de trabalho.

De certa forma, caso se deseje empreender comparações, torna-se inevitável buscar ajustamentos metodológicos ou adaptações que envolvessem desde a definição de variáveis até modificações nos instrumentos de coleta primária de dados e uniformização dos períodos de referência. Mas aqui reside uma questão central que diz respeito a se procurar estatisticamente uniformizar o “iniformizável”, ou seja, características inerentes a contextos socioeconômicos, culturais e políticos que estruturalmente geram bases conceituais próprias, portanto fidedignas às suas especificidades na explicação e interpretação dos fenômenos em análise. Dessa maneira, a opção em institucionalizar como norma internacional certa ordem conceitual inerente a uma dada realidade – como a concernente aos países desenvolvidos, tal como preconizada pelo BIT – pode incorrer em distorções explicativas e analíticas em estudos comparativos. Por isso que existem incertezas e imprecisões quanto à fidedignidade das análises em-

preendidas e controvérsia relativa aos quadros conceituais e aos métodos estatísticos adotados.

Com vistas a contornar esses empecilhos, os organismos internacionais, mais precisamente o Banco Mundial, têm adotado indicadores “sintéticos” que possibilitam uma maior aproximação analítica de condições comuns compreendendo o espectro de realidades inerentes às mais diferentes nações do planeta. Assim, em geral utilizam-se estatísticas de tendência central – em particular a média aritmética e mais raramente a mediana – ou grandezas absolutas especificadas a partir de condições limites em termos de precariedade social inerente à própria sobrevivência física das camadas mais miseráveis existentes no terceiro mundo³³. Todavia, isso se constitui também objeto de críticas por se perder especificidades importantes inerentes aos países ao se nivelar a análise comparativa por meio de indicadores que não captam os graus de heterogeneidade inerentes aos mais diferentes segmentos da sociedade, bem como as estruturas de produção e consumo e de distribuição de renda e patrimônio, que fundamentam as condições econômicas e sociais de vida das populações.

Por fim, mesmo diante de todas essas argumentações e principalmente por estarmos cientes dos limites aqui apresentados para a compatibilidade conceitual e metodológica com vistas a mensurar e qualificar a situação do trabalhador brasileiro a partir da introdução do indicador relativo ao “trabalhador pobre”, consideramos que o estágio atingido pela produção estatística no Brasil, diversificada e cientificamente criteriosa, válida o esforço na busca por esse objetivo, o que se pretende efetivar em outro trabalho.

Referências Bibliográficas

ALLÈGRE, Guillaume. Working poor in the EU: an exploratory comparative analysis. **Observatoire Français des Conjonctures Économiques** – OFCE, n. 2008-35, 2008.

CEPAL. **Compendio de mejores prácticas en la medición de la pobreza**. Santiago: Grupo de Río (Grupo de Expertos en Estadísticas de Pobreza), 2007.

CEPALSTAT. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepals-tat.asp?carpeta=estadisticas>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

³³ Com poucos exemplos pode-se ilustrar esses casos, como o PIB *per capita*, o IDH e um ou dois dólares disponíveis para consumo de um indivíduo por dia como medidas de indigência e pobreza.

CODES, Ana Luiza M. de. **Métodos de estudo sobre pobreza**: abordagens tradicionais e a modelagem de equações estruturais. Rio de Janeiro: Ipea, 2008 (Texto para Discussão 1345).

DEQUIDT, Émilie & CLÉMENT-ZIZA, Bruno. Le travail n'exclut pas toujours la pauvreté. **Pages de Profils**, n. 18. INSEE NORD-PAS-DE-CALAIS, janvier 2007.

EUROPEAN COMMISSION. **Portfolio of overarching indicators and streamlined social inclusion, pensions, and health portfolios**. Brussels: European Commission, 2006.

EUROSTAT. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. **L'Enquête communautaire sur les forces de travail**: méthodes et définitions – 1998. Luxemburgo, 1999.

_____. **Statistiques sociales européennes**: deuxième rapport sur le revenu, la pauvreté et l'exclusion sociale. Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 2002.

HOURRIEZ, J. M. Que nous apprend l'information statistique disponible sur les travailleurs pauvres en France? In: "WORKING POOR EN FRANCE", d'Evry, Cerc-Insee-CGP-Université. **Actes des journées...** 2000.

IBGE. Disponível em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

IBGE-PNAD. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

INSEE. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/methodes>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

KLEIN B. W. & RONES P. L. A profile of the working poor. **Monthly Labor Review**, v. 112, n. 10, 1989.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002. Impressa em outubro 2003.

OIT/BIT. Medición de la población económicamente activa en los censos de población: Manual. **Estudios de métodos**, Nueva York, Serie F, n. 102, 2010.

_____. **Rapport de la conférence dix-huitième conférence internationale des statisticiens du travail**, 2008. Genebra: BIT, 2009.

_____. Resolución sobre la Clasificación Internacional de la Situación en el Empleo (CISE). Adoptada por la decimoquinta Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo (enero de 1993). Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/class/icse.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. **Mesure de la population économiquement active lors de recensements de la population**: Manuel. New York: BIT, 2010.

_____. **Treizième conférence internationale des statisticiens du travail**. Genebra: BIT, 1982.

PEÑA-CASAS R. & LATTA M. **Working poor in the European Union**. Eurofound, 2004.

PONTHIEUX, Sophie. **Les travailleurs pauvres comme catégorie statistique**: difficultés méthodologiques et exploration d'une notion de pauvreté en revenu d'activité. Paris: INSEE, 2009.

SOUSA, Fernando J. Pires de. **Rapport salarial et protection sociale au Brésil**. Saarbrücken: Éditions universitaires européennes, 2010.

U. S. BUREAU OF LABOR OF STATISTICS. A profile of the working poor, 2010. Washington, DC: U.S. Department of Labor, **Report**, n. 1035, march 2012.

ULYSSE, Pierre Joseph. Les travailleurs pauvres: de la précarité à la pauvreté en emploi. Un état des lieux au Canada, Québec, aux États-Unis et en France. **Lien Social et Politiques**, Canadá, Québec, n. 61, p. 81-96, 2009.

_____; LESEMAN, Frédéric; CRESPO, Stéphane; FONTAN, Jean-Marc; MENDELL, Marguerite; BELLEAU, Hélène. Les “travailleurs pauvres”, témoins et acteurs des mutations sociétales en cours. **Lien Social et Politiques**, Canadá, Québec, n. 61, p. 123-136, 2009.

UNION EUROPÉENNE. **Directive**, n. 89/391/CEE du Conseil, du 12 juin 1989.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY>>. Acesso em: 10 set. 2012.

SUBDESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Liana Maria da Frota Carleial

Introdução

O Brasil é uma federação com 26 estados, um Distrito Federal e 5.565 municípios, os quais, a partir da Constituição de 1988, passaram a ter *status* de ente federado. O país, territorialmente, é dividido em cinco macrorregiões geográficas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o Brasil conta com 190,7 milhões de habitantes. A taxa média de crescimento populacional, devido à queda continuada da taxa de natalidade, situou-se em 1,7% a.a no período de 2000 a 2010.

O país, em 2011, obteve um PIB, em valores correntes, de R\$ 4,143 trilhões, gerando um PIB *per capita* de R\$ 21.252,00. Essa produção é distribuída diferentemente entre as suas macrorregiões, e o Nordeste, há 60 anos, tem uma participação em torno de 13% do PIB brasileiro; essa região tem um PIB *per capita* que corresponde a 46% da média brasileira, denunciando a permanência das nossas desigualdades.

No final de 2011, o Centre for Economic and Business Research colocou o Brasil à frente do Reino Unido na lista das “top 10” do mundo, pois o PIB brasileiro ultrapassou o PIB inglês, sendo agora o sexto de mundo. Previu ainda que, em 2020, a economia brasileira superará a da Alemanha, hoje principal economia europeia e grande exportadora mundial.

Certamente, essa é uma conquista do crescimento econômico brasileiro recente, mas não a expressão do seu desenvolvimento econômico, social e político que garanta melhores condições de vida à sua população e ampliação de oportunidades para todos. Uma das pistas para o entendimento do desafio que se coloca para a sociedade brasileira pode ser a melhor compreensão da natureza e das especificidades de seu mercado de trabalho.

O mercado de trabalho é uma passagem obrigatória para todos que precisam sobreviver sob o capital. Mesmo que nos últimos três séculos

tenhamos tido diferentes capitalismos, a sua essência é a mesma. Suas tendências se intensificaram, seus caminhos se modificaram e os mecanismos de expropriação se sofisticaram, mas, para viver, os homens continuam precisando trabalhar. Logo, o capitalismo continua sendo, inelutavelmente, o assalariamento.

A relevância do mercado de trabalho para a compreensão do capitalismo está presente entre os economistas desde muito cedo. Smith já apontava o conflito central do capitalismo como o conflito capital *versus* trabalho e o mercado de trabalho como um lugar no qual se expressam as diferenças de interesses entre as classes, pois os capitalistas querem pagar o menos possível e os trabalhadores querem ganhar o máximo possível. Na ausência do direito de organização dos trabalhadores, àquela época, na Inglaterra, e como os capitalistas podiam se reunir a qualquer momento e estabeleceram conluíus entre si, a tendência era de que seus desejos prevalecessem. Também naquele momento já era claro para o autor a relação entre padrões de crescimento e o mercado de trabalho.

Permanecendo no campo da economia política, é bom lembrar que, para Ricardo, nesse mercado se dava uma troca desigual entre capital e trabalho, mesmo que não estivesse claro para ele, como ficaria para Marx, os mecanismos que permitiriam essa troca e nem mesmo a diferença entre trabalho e força de trabalho.

Keynes, por sua vez, rompeu com a teoria clássica vigente na qual os mercados eram autorreguláveis e o desemprego se constituiu numa situação transitória de desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho, ajustável por salários mais baixos. A introdução da teoria da demanda efetiva vai evidenciar o mercado de trabalho como subordinado ao mercado de bens e o desemprego retratado como uma situação de insuficiência de demanda de bens, podendo ser corrigido pela ação do Estado através de seus gastos de consumo e investimento. Estava assim afirmada a necessidade da ação do Estado para a própria sobrevivência do capital.

O objetivo deste artigo é apresentar a formação do mercado de trabalho brasileiro ao longo de seu desenvolvimento econômico e histórico, destacando as especificidades presentes num país subdesenvolvido.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira, estabelece-se a relação entre subdesenvolvimento e mercado de trabalho; na segunda, destaca-se o momento de formação desse mercado, que corresponde à transição do trabalho escravo ao trabalho livre com as diferenças inter-regionais que se estabelecem; na terceira, discutem-se o desenvolvimento brasileiro no século XX, a consolidação da indústria, a

generalização do assalariamento, o papel da Constituição Federal de 1988, a inflexão sofrida pelo país com as políticas neoliberais implementadas na década de 1990 e a emergência da economia solidária; na quarta, discute-se a primeira década do século XXI e, finalmente, na última, tecem-se as considerações finais.

Em cada uma das seções, procura-se abordar aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais, os quais, de algum modo, interferem na compreensão do mercado de trabalho brasileiro. Dada a complexidade das questões, a consideração de cada um desses aspectos não é igualitária. O artigo utiliza diferentes bases de dados secundários que serão devidamente referidas. Reconhece-se ainda que, dado o longo período sob análise, o artigo assume o estatuto de uma primeira incursão.

Subdesenvolvimento e Mercado de Trabalho

Esta reflexão inicial sobre a especificidade do subdesenvolvimento brasileiro reside no pressuposto da relação existente entre padrão de desenvolvimento e mercado de trabalho.

A discussão do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano remete necessariamente à construção da interpretação clássica desenvolvida por Celso Furtado. O subdesenvolvimento, segundo Furtado (2000), é uma especificidade de uma dada sociedade e é uma produção do próprio desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, não se constitui numa etapa do processo de desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvido não ascende à condição de desenvolvido necessariamente. Assim, a condição de subdesenvolvimento pode persistir, pode aprofundar-se e pode ser irreversível se não forem implementadas as medidas políticas necessárias à sua reversão. O ponto de partida teórico da contribuição é o questionamento da teoria das vantagens comparativas ricardiana, a sua negação e a proposição de que os países do continente latino-americano precisavam instituir um período de substituição de importações que internalizasse no país a indústria e alterasse a correlação de forças entre desenvolvidos (que exportavam máquinas e equipamentos) em troca dos produtos primários dos subdesenvolvidos. Logo, o subdesenvolvimento era engendrado pelo próprio movimento de acumulação de capital no nível mundial, condição que era reiterada permanentemente. Como argumenta Oliveira (2003, p. 112), “o nexó externo era não apenas o núcleo da produção do subdesenvolvimento, mas também o de sua reprodução”.

Inicialmente, é a inserção das economias periféricas no mercado internacional, na condição de economias exportadoras de produtos primários, que lhes confere a condição de periferia de um centro no qual há a capacidade de constituição de um núcleo autônomo de investimentos e a incorporação do progresso técnico com os seus efeitos sobre a acumulação, o crescimento da renda e a geração de postos de trabalho. Assim, as economias periféricas constroem uma estrutura produtiva voltada para o exterior, desarticulada de sua estrutura de consumo, cujos ajustes se fazem crescentemente pela importação de produtos mais sofisticados para os detentores da renda de exportação (TAVARES, 2000; MARINI, 2000). Logo, os países subdesenvolvidos tendem a constituir uma estrutura produtiva pouco diversificada com implicações negativas sobre o mercado de trabalho e a distribuição de renda.

A consequência clara sobre a constituição dos mercados de trabalho é a tendência permanente ao subemprego estrutural causado pela heterogeneidade estrutural (PINTO, 2000) que gesta uma insuficiência dinâmica do ritmo da acumulação quando comparada com a suficiência dinâmica dos países centrais.

Para Marini (2000), por sua vez, a América Latina construiu um capitalismo *suigeneris*, o qual só pode ser entendido a partir da divisão internacional do trabalho (DIT). Como sabemos, a divisão internacional do trabalho é um conceito derivado do conceito de divisão social do trabalho e explicita a especialização produtiva dos diferentes países e a natureza do intercâmbio comercial entre eles. Do mesmo modo, hierarquiza os países a partir do estágio do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que cada um deles detém.

Considerando a especialização da América Latina em produtos primários cujos preços caem, quando a oferta amplia-se, e desvalorizam-se em relação aos produtos manufaturados (necessários aos subdesenvolvidos e obtidos via importação) produzidos pelos países desenvolvidos, há uma transferência de valores entre essa região e os países centrais. Para Marini, essa perda de valores que a DIT impõe aos países subdesenvolvidos é compensada internamente por um mecanismo de superexploração da força de trabalho retratada na intensificação do trabalho, na ampliação da jornada de trabalho e no pagamento de salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho. Ademais, não há estímulos que levem ao aumento da produtividade e à incorporação do progresso técnico.

Assim, o pensamento latino-americano considera que em um quadro de subdesenvolvimento as especificidades do mercado de trabalho são marcas estruturais. A seção seguinte abordará as características histórico-estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

Divisão Internacional do Trabalho, Transição para o Capitalismo e a Inexistência de Mercado de Trabalho

A inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, ainda em sua fase colonial, ocorre, inicialmente, por meio de mercadorias específicas, tais como açúcar, borracha, cacau e algodão. A economia colonial baseava-se no tripé latifúndio, monocultura e mão de obra escrava. Como disse Chico de Oliveira, a economia brasileira era formada por ilhas produtivas sem qualquer integração inter-regional da produção. A organização interna da produção baseava-se no trabalho escravo e, portanto, não havia um mercado de trabalho constituído, pois não havia homens livres para o assalariamento.

A presença do trabalho escravo espalhava-se pelos distintos sistemas produtivos, atuando em áreas rurais, minas, pequenos serviços na agricultura de subsistência, como a produção de feijão, milho, mandioca, charque, na criação de animais, e não apenas na produção voltada para a exportação (IANNI, 1962).

A análise de Marx sobre a constituição do mercado de trabalho é rigorosa e exige que os homens estejam expropriados dos meios de produção e que vendam livremente a sua força de trabalho. Assim, durante toda a fase da economia colonial até o final do século XIX, inexistia no país um mercado de trabalho, o que impedia ou atrasava a instituição da ordem social capitalista no país.

Assim, o ponto de partida para a compreensão da natureza do mercado de trabalho brasileiro e de suas características histórico-estruturais reside, em primeiro lugar, na especificidade de uma economia de base escravocrata que, ainda nessa condição, ascende à posição de uma economia primário-exportadora.

A partir de 1850, instalam-se as condições iniciais para a constituição do mercado de trabalho, quando se intensifica o processo que vai culminar na proibição do tráfico de escravos, concretizada em 1888, e na promulgação da Lei de Terras. É importante ressaltar que o processo de libertação dos escravos no Brasil ocorreu de forma lenta, inicialmente com a Lei do

Ventre Livre, que libertava os filhos de pais ainda escravos (1871), e, posteriormente, com a libertação dos sexagenários (1885). Essas duas medidas apresentaram consequências sobre a formação do mercado de trabalho, uma vez que ex-escravos aos 60 anos já tinham esgotado as suas energias e não tinham condições reais de engajamento fora da coerção a qual estavam já habituados. Do mesmo modo, o que esperar de filhos cujos pais continuavam escravos? Quais condições teriam de promover na vida dos filhos?

Concretamente, porém, algumas medidas foram implementadas na tentativa de impedir a chamada “vadiagem” dos homens agora livres e de impor-lhes a disciplina do trabalho, porém sem muito sucesso. Kowarick (1987) argumenta que a economia exportadora baseada no trabalho escravo deixa o trabalho livre em condição marginal na sociedade. Expropriado dos meios de produção, esse grupo acabou sobrevivendo em condições de muita pobreza, sem, no entanto, aceitar vender a sua força de trabalho ao capital.

Já a Lei de Terras, promulgada em 1850, deveria cumprir o papel de tornar a terra mercadoria e permitir o seu acesso aos trabalhadores livres. O objetivo era substituir as antigas formas de apropriação do solo (transformando as antigas concessões em propriedades), permitindo aos imigrantes o acesso a terras devolutas. Para Smith (1990), a Lei de Terras é um dos pilares da transição ao capitalismo no Brasil, definindo a propriedade privada da terra e contribuindo para a formação do mercado de trabalho. No entanto, essa lei acabou sendo um instrumento de concentração fundiária, uma vez que os preços atribuídos aos lotes eram inacessíveis à grande maioria dos migrantes e, especialmente, aos ex-escravos.

Em segundo lugar, um outro elemento que vai se transformar em estrutural na conformação do mercado de trabalho brasileiro é a diferença inter-regional. Na realidade, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se diferencia inter-regionalmente em função dos sistemas produtivos existentes. Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que se situam na região Sudeste do país, a incorporação do cultivo do café, que atinge a condição de carro-chefe da economia nacional, na segunda metade do século XIX, vai exigir a presença massiva de imigrantes europeus; já nas demais regiões, a formação do mercado de trabalho vai se dar entre ex-escravos e o homem livre nacional.

Assim, é que nas regiões mais empobrecidas como o Nordeste, os ex-escravos continuam nas propriedades em condições precárias e, no Su-

deste do país, a presença do imigrante europeu vai contribuir para a constituição do mercado de trabalho e para a organização dos trabalhadores³⁴.

Para Furtado, essa característica da região Nordeste vai ser determinante para o adiamento da constituição de uma economia monetária e, assim, de um mercado interno, diferentemente do que ocorre no centro-sul do país, que consegue, especialmente, em torno de São Paulo, constituir as bases de um assalariamento.

O mercado de trabalho urbano se estrutura em torno do capital comercial e financeiro das cidades exportadoras e da frágil base de prestação de serviços do Estado. Como as manchas urbanas que se destacam por centralizar os movimentos das regiões exportadoras são poucas e desintegradas inter-regionalmente, esse fato, associado ao que foi discutido no parágrafo anterior, define uma segunda característica, qual seja, a da segmentação regional originária dos mercados de trabalhos urbanos.

Em terceiro lugar, a libertação dos escravos jogou nas cidades uma população sem qualquer escolaridade e com poucas possibilidades de inserção em atividades urbanas, constituindo as bases para um excedente populacional crônico, determinando, conseqüentemente, uma segmentação étnica significativa³⁵.

Em quarto lugar, a migração europeia incentivada, sobretudo para o cultivo do café no estado de São Paulo, também vai contribuir para a criação de uma oferta de trabalhadores diferenciados dos nacionais, os quais não possuíam experiência operária importante para a indústria nascente. Assim, a formação do mercado de trabalho urbano no Brasil inicia-se já marcado por segmentações importantes de naturezas regional, profissional, étnica, salarial etc.

Só a partir dos anos 1930 e na esteira da crise do café, a economia brasileira consegue ter êxito na substituição da economia exportadora centrada nesse produto por uma estratégia definida de internalizar no país o

³⁴ É importante salientar que na fase colonial a região Nordeste foi o centro da acumulação por meio da produção de açúcar e, posteriormente, do algodão. Com a entrada no mercado mundial do açúcar das Antilhas e a introdução da cultura do café no Sul, o Nordeste brasileiro perde essa posição (OLIVEIRA, 1989).

³⁵ O Brasil, mais recentemente, tem tido êxito em integrar suas populações negras. Entre 1997 e 2011, conseguiu ampliar a participação de negros e pardos entre os concludentes de nível superior, que passou de 4% para 19,8% nesse período: em números absolutos, foram 1,3 milhão de jovens entre 18 e 24 anos (MEC). Há um conjunto de ações como políticas de cotas e programas de acesso às Universidades públicas brasileiras instituídos a partir de 2003. Ver www.mec.gov.br.

desenvolvimento industrial, o que necessariamente exigirá a constituição de um mercado de trabalho³⁶.

O Desenvolvimento Brasileiro no século XX

A indústria brasileira nasce associada ao capital cafeeiro e à crise da produção do café decorrente das bruscas variações nas cotações internacionais do produto com consequências sobre a dívida externa brasileira (SILVA, 1976). Na realidade, as crises de superprodução do café iniciam-se já em fins do século XIX e intensificam-se no século XX, exigindo políticas de valorização do produto e desvalorização da moeda brasileira com consequências sobre toda a sociedade. Ao lado disso, a Revolução de 1930, coincidindo com a crise internacional, marca o fim de um ciclo centrado na hegemonia agroexportadora e o início de um processo de desenvolvimento centrado na produção industrial. No entanto, esse não foi um processo simples.

Nos anos 1930, o país começa a se preparar institucionalmente para a regulação do mercado de trabalho urbano recém-formado. Nesse mesmo ano, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1931, a Lei da Sindicalização; e, em 1932, foi instituída a carteira de trabalho para todos os trabalhadores maiores de 16 anos, com validade semelhante à carteira de identidade, para o registro das atividades do trabalhador (BARBOSA; MORETO, 1998)³⁷. Vale salientar que, até 2012, a posse ou não da carteira de trabalho para o trabalhador brasileiro é um “divisor de águas” muito importante. Ainda naquela década, a Constituição de 1934 introduziu o salário mínimo, o qual foi instituído em 1940³⁸. Em 1943,

³⁶ Para uma discussão do processo que substituiu a economia centrada no café e introduziu de forma mais consistente a industrialização no país, instituindo as bases de um mercado de trabalho, ver Silva (1976).

³⁷ Trabalhar com carteira assinada significa: o reconhecimento social da condição de trabalhador; o direito a uma jornada de trabalho semanal definida em 44 horas; o direito a finais de semana e feriados remunerados; o direito a férias anuais remuneradas; o direito à aposentadoria remunerada, se o trabalhador atender às exigências de tempo de trabalho e contribuição previdenciária; o direito ao FGTS e ao seguro-desemprego sujeito a algumas regras; o recebimento de 1/3 do salário como pagamento adicional de férias; o direito à indenização, se demitido sem justa causa; o direito a requerer, da empresa empregadora, vale-transporte e vale-alimentação; o direito a requerer licença remunerada em caso de doença; o direito ao recebimento do 13º salário; tem ainda maior probabilidade de receber treinamentos *in house*, fazer cursos extras de idiomas etc.

³⁸ Para um rica discussão sobre o papel do salário mínimo, ver Oliveira (1987).

promulga-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que sistematizou as regras vigentes quanto às normas de trabalho, à Previdência Social, à Justiça do Trabalho e aos sindicatos. A CLT é vigente até o momento, mas já teve seu teor alterado por medidas provisórias e pela prática do mercado de trabalho e, até mesmo, por leis, as quais indiretamente produzem alterações significativas, como se verá na quarta seção deste artigo.

O período 1950-80: a tendência de estruturação do mercado de trabalho

O Brasil passa da posição de um país essencialmente agrícola para a de um país urbano, com complexa e diversificada estrutura industrial, em um período relativamente curto de aproximadamente 40 anos. No pós-Segunda Guerra Mundial, o processo de industrialização, que antes era errático e muito susceptível ao desempenho de suas exportações de produtos primários, ganha um contorno mais nítido, alicerçado em um programa de substituição de importações sustentado pelo tripé formado pela conjugação dos capitais estrangeiro, nacional e do Estado.

Essa marca se encarrega de evidenciar o caráter da industrialização brasileira, concentrada espacialmente (São Paulo chegou a concentrar 70% da produção industrial), dependente tecnologicamente dos países centrais, com forte presença de multinacionais e com limitado desenvolvimento da produção de bens de capital –, mesmo sendo o país latino-americano no qual essa participação é a mais significativa³⁹. Assim, esse período muda a face da sociedade e da economia brasileiras, notabilizando-se por altas taxas de crescimento do PIB.

A estrutura industrial brasileira foi constituída a partir de produtos leves, bens de consumo que atendessem ao mercado interno desenhado em torno do café. A consolidação da estrutura industrial exigiu uma ação vigorosa que se estabelece, a partir da década de 1950, com o governo JK e o famoso “mote”: “50 anos em cinco”. Naquele momento, o Plano de Metas (1956-61) foi um programa minucioso do governo, cujas prioridades eram: energia (petróleo e hidrelétricas), transporte, alimentação, indústria de base e educação. É o momento da construção da cidade de Brasília, que inicia um processo de desenvolvimento em direção ao centro do país,

³⁹ É necessário lembrar que a indústria brasileira ao mesmo tempo que vai articular o crescimento econômico nessa fase, desarticula a indústria existente nas demais regiões, como aconteceu com a indústria têxtil nordestina.

contrariando a tendência de ocupação marcadamente litorânea. Naquele momento, o desenvolvimento brasileiro recebe recursos externos, de forma distinta da primeira fase do seu desenvolvimento, quando predominou o capital inglês para a infraestrutura econômica. Agora, a presença do capital estrangeiro era vista mediante a presença de empresas multinacionais, especialmente no setor metalmeccânico e no ramo material de transporte.

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) centrou sua atenção nos investimentos em siderurgia, petroquímica, transporte e energia elétrica. Foi também o momento do Programa de Integração Nacional que procurava integrar a Amazônia ao território nacional, incentivando a ocupação do território. O segundo PND pretendia completar a estrutura produtiva industrial. Enfatizava a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção, a fim de conseguir uma sólida infraestrutura econômica. Foram estimuladas grandes obras no setor da mineração (exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, extração de bauxita através da Albras e da Alunorte, todas na região Norte do país) e no setor energético (construção de usinas). Ademais, o país buscou entrar na era da energia nuclear estabelecendo acordos com a Alemanha Ocidental para a instalação de oito reatores nucleares no Brasil. Os objetivos do segundo PND foram muito amplos e a estratégia de financiá-lo muito frágil, resultando, como se sabe, na interrupção do crescimento industrial e na instalação de uma crise de grande proporção.

O processo de substituição de importações vivido pelo Brasil foi explicado por Tavares (1977) como sendo um processo no qual se procurou repetir, num quadro de subdesenvolvimento e de vulnerabilidade externa, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos de forma rápida e em condições históricas distintas.

A resultante, porém, foi, até certo ponto, exitosa, pois, segundo Casiolato (2001), a estrutura produtiva industrial brasileira aproximava-se muito daquela dos países desenvolvidos no início dos anos 80 do século passado. Ela era dominada, do ponto de vista do uso, pelos setores de bens de capital e pelos bens de consumo duráveis, com destaque para a montagem de automóveis. Segundo o mesmo autor, o complexo químico e metalmeccânico era responsável por 64,4% da produção industrial nos EUA, 64,5% da do Japão e 70% no caso da Alemanha. No Brasil, esse complexo foi responsável por 58,8% do produto industrial em 1980. É

importante remarcar que esse parque industrial constituído até 1980 no Brasil era maior que o da Tailândia, Malásia, Coreia do Sul e China juntos.

Há então uma certa unanimidade entre os estudiosos de que houve relativo êxito no processo de substituição de importações bem como na constituição de um parque industrial importante. Lamonica e Feijó (2010), refletindo à luz do pensamento de Kaldor, argumentam que o Brasil teria vencido as primeiras três etapas do desenvolvimento industrial enquanto motor central do desenvolvimento. No entanto, não teria conseguido vencer a quarta etapa, quando a estrutura industrial deveria incorporar os setores mais relevantes do ponto de vista tecnológico e que seriam responsáveis por um maior dinamismo do progresso técnico. Para Kaldor, um setor industrial tecnologicamente avançado é fundamental para a sustentação do crescimento a longo prazo.

Arend e Fonseca (2012), a partir de um desenvolvimento de cunho neoschumpeteriano, especialmente centrado na análise de ondas longas desenvolvida por Perez (1985), analisam o caso brasileiro nos últimos 50 anos e observam que o desenvolvimento industrial brasileiro foi muito influenciado pela dinâmica das últimas duas revoluções tecnológicas e, ainda, pelo padrão típico de fluxos internacionais de capital vigentes nesse período.

Os autores evidenciam que, no período de 1955 a 1980, o Brasil conseguiu realizar seu *catching up* centrado numa estratégia de crescimento alicerçado em recursos externos. No entanto, a partir da crise dos anos 80 do século passado, quando a nova revolução tecnológica centrada na microeletrônica instalou-se, ficou evidente a fragilidade da estratégia de delegar ao capital estrangeiro os setores mais dinâmicos da indústria brasileira. Para esses autores, nos últimos 25 anos, o país ingressou num processo de *falling behind*, o que colocou o país numa trajetória de atraso relativo no cenário mundial.

Entre os anos 1950 e 1980, período da consolidação da indústria, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 7,4% a.a e a dinâmica do mercado de trabalho foi comandada pelos seguintes movimentos: uma taxa de crescimento do PIB maior do que a taxa de crescimento da população economicamente ativa, indicando uma expansão das possibilidades de trabalho (ver Tabelas 1 e 2), e, ainda, um forte movimento migratório interno em direção a São Paulo.

Tabela 1 – Taxas Anuais de Crescimento do PIB e da População Economicamente Ativa (PEA) (Brasil 1951-1980)

Período	Produto Interno Bruto (PIB)	População Economicamente Ativa
1951/60	7,7	1,1
1961/70	6,2	4,5
1971/80	8,6	3,9

Fonte: IBGE. *Censos Demográficos*.

A análise mais detida desse período vai indicar que a participação da população nos diferentes setores da atividade econômica altera-se fortemente. Na realidade, o Brasil cumpre rigorosamente o proposto por Kuznets: o desenvolvimento econômico é acompanhado por mudanças populacionais e de produção setorial importantes.

Em 1950, por exemplo, a atividade agrícola ocupava aproximadamente 60% da população economicamente ativa, enquanto em 1980 essa participação era de aproximadamente 30%. O setor secundário, composto pela construção civil e pela indústria de transformação, ocupava, em 1950, 14,2% da PEA e 24,4% em 1980. O setor de serviços, por sua vez, passa de uma participação relativa de 25,91% para 45,7%.

Como era esperada, essa mudança também se faz sentir na participação dos produtos setoriais. Desse modo, em 1950, a participação relativa do produto agrícola no PIB era de 15% e, em 1980, de apenas 7%. O setor secundário, de uma participação de 27,2%, em 1950, passa para 39% do PIB, em 1980; o terciário, por sua vez, tem a sua participação reduzida de 57% para 53% no período.

Tabela 2 – Alguns Indicadores Relacionados ao Emprego na Indústria de Transformação (Brasil 1950-1980)

Indicadores	1950	1960	1970	1980
(1) Total de Ocupados	17.117.362	22.750.068	29.557.224	43.796.763
(2) Total de Ocupados no Setor Secundário	2.427.364	2.940.242	5.295.417	10.674.977
(3) Total de Ocupados na Indústria de Transformação	1.608.309	1.954.187	3.241.861	6.858.598
(4) = (3)/(2) (em %)	66,3	66,5	61,2	64,2
(5) = (3)/(1) (em %)	9,4	8,6	11,0	15,7
(6) = (2)/(1) (em %)	14,2	12,9	17,9	24,4

Fonte: IBGE. *Censos Demográficos* (extraído de SALM et al., 1987).

Porém, quando se analisa, mais detidamente, os indicadores de emprego do período, algumas observações são necessárias. Em primeiro lugar, o número de ocupações gerado nesses 30 anos é impressionante. De acordo com o IBGE, foram criadas 26.679.401 ocupações. Em segundo lugar, é necessário observar que apenas 5.250.401 ocupações estavam na indústria de transformação. Mesmo assim, isso significou uma taxa geométrica de 5,0% no crescimento dos ocupados na indústria, maior do que a taxa de crescimento do conjunto total dos ocupados, que atingia apenas 3,2%. Em terceiro lugar, porém, é importante destacar que, em 1980, o total de ocupados da indústria de transformação no conjunto total de ocupados representava apenas 15,7% (ver Tabela 2).

A reduzida participação da indústria na capacidade de absorção de força de trabalho é uma evidência que qualifica o mercado de trabalho brasileiro. Como se sabe, nos países hoje considerados desenvolvidos a participação da indústria na absorção da força de trabalho é muito mais significativa, com todas as suas implicações na constituição de uma sociedade salarial (CASTEL, 1995), na qual o estatuto do trabalho é definido, respeitado e capaz de gerar uma estrutura mais ou menos sólida entre “trabalho e proteção”, como nas sociedades europeias.

No entanto, como seria esperada, a expansão da indústria foi acompanhada pela expansão do assalariamento. Em 1950, apenas 50% da PEA apresentava a posição de “empregados”, 29% estavam na condição de trabalhadores “por conta própria”, 23% na condição de “empregadores” e 5% identificados como “trabalhadores sem remuneração”. Já em 1980, a condição de “empregados” abrigava 66% da PEA, levando a uma redução dos trabalhadores por conta própria para apenas 25%, como constatado nos censos demográficos do IBGE (CACCIAMALLI, 1988).

Entretanto, é importante considerar que, de acordo com Paiva (1984, p. 13, *apud* CACCIAMALLI, 1988), a partir dessa mesma base de dados, é possível identificar que, ao longo do período de 1950 a 1980, mesmo com o crescimento industrial, a participação da PEA no setor informal da economia permanece em torno de 40%, configurando assim uma marca estrutural do mercado de trabalho no Brasil.

O critério utilizado pelo autor define o setor formal como o que agrega a população economicamente ativa (PEA) identificada como “empregados nas atividades industriais”, “comércio”, “transportes”, “comunicações”, “armazenagem”, “atividades sociais” e “serviços públicos”.

Já o setor informal foi obtido por resíduo e absorve todas as demais situações de ocupação, exceto a PEA classificada como empregadores e os empregados nas atividades de serviços pessoais contabilizados no terciário. Esse procedimento se deve à concepção de que estes últimos desempenham serviços domésticos.

Nesse período, o quadro institucional também avançou. Em 1965, foi criado um programa de assistência ao desempregado sem justa causa e, em 1966, foi instituído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)⁴⁰. Esse fundo substituiu a legislação anterior, que garantia o direito à estabilidade no emprego e punia os empregadores que demitiam sem justa causa (OLIVEIRA, 1998).

No período de 1950 a 1980, a heterogeneidade desse mercado era visível e comportava trabalhadores assalariados com registro em carteira, trabalhadores em grandes empresas, em empresas estatais e uma gama de ocupados, subempregados e trabalhadores informais. É importante também registrar que, de 1950 até 1980, os ganhos de participação do PIB global ficaram por conta da América Latina. Nesse período, 75% do ganho de participação latino-americana deveu-se ao Brasil (AREND, FONSECA, 2012).

Essas características histórico-estruturais condicionaram também uma frágil vida sindical, fortemente concentrada em torno dos espaços regionais mais industrializados. No entanto, é importante considerar que enquanto no mundo desenvolvido há uma persistente queda da taxa de sindicalização, durante a década de 1980, no Brasil, o quadro é outro. Oitenta foi a década de maior força do sindicalismo entre funcionários públicos. Em 1989, a Pesquisa Sindical do IBGE revelou que tínhamos 17 milhões de associados a sindicatos, o que correspondia a 28% da população ocupada, o que não pode ser considerado baixo em termos internacionais (MEDEIROS; SALM, 1994, p. 60).

A década de 1980 também marca o fim do longo processo de democratização da sociedade brasileira, que sofrera o golpe militar em 1964. O maior ganho foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, resultado de diferentes forças sociais que se uniram em busca dessa conquista.

Há três aspectos relevantes a destacar: em primeiro lugar, a Constituição é diretiva, ou seja, atribui ao Estado brasileiro a responsabilidade

⁴⁰ O FGTS exige que o empregador deposite 8% do salário do trabalhador, mensalmente, numa conta vinculada, a qual, se demitido, o trabalhador terá acesso.

na condução do planejamento do desenvolvimento; em segundo, considera compromisso constitucional a redução das desigualdades regionais brasileiras; e, em terceiro, a introdução do conceito de seguridade social, organizando as políticas de assistência social, saúde (Sistema SUS) e previdência social, com orçamento exclusivo a partir de fontes definidas, com o estabelecimento de um benefício mínimo vinculado ao salário mínimo vigente no país e assentado no tempo de trabalho comprovado. O país então caminhou para transitar de um sistema meritocrático/corporativo para um do tipo universal/redistributivo assentado no princípio da solidariedade entre os grupos sociais (WERNECK VIANNA, 2003). Do mesmo modo, transitou de um sistema voltado para o trabalhador urbano para um outro no qual se incorpora o trabalhador rural da agricultura familiar como segurado especial.

A assistência social também modificou-se com a CF/1988, pois passou a garantir, como direito, um benefício não contributivo equivalente a um salário mínimo de renda mensal às pessoas idosas ou deficientes.

Em 1986, foi criado o seguro-desemprego com o intuito de auxiliar o empregado em situações de desemprego sem justa causa, caso ele atenda a algumas exigências de participação efetiva no mercado de trabalho.

Em seguida, discute-se a inflexão no processo de crescimento brasileiro representada pela década de 1990.

A década de 1990: a inversão da tendência anterior

Como vimos anteriormente, o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico do período de 1950 a 1980 possibilitaram a constituição de um mercado de trabalho urbano de dimensões significativas, generalizando o assalariamento. Entretanto, nos anos 80 e 90 do século passado, o país oscilou entre momentos de crescimento e desaceleração, ostentando taxas médias de crescimento em torno de 2,0% (IBGE).

Do ponto de vista macroeconômico, houve muita instabilidade decorrente da tentativa de manter os investimentos previstos no segundo PND, do aumento da taxa de juros americana e ainda do aumento do preço do petróleo. A capacidade de financiamento do Estado brasileiro sofre uma redução e, dado o caráter do déficit público, gesta-se um comportamento ascendente da taxa de juros com prazos de rolagem cada vez mais curtos. Já na década de 1980, com o agravamento da crise da dívida externa e do Estado produtor e empregador, os sucessivos “pacotes” para controlar a inflação e a

redução da taxa de investimento impactaram negativamente o mercado de trabalho. No período de 1974 a 1980, a taxa de investimento foi de 24% do PIB, e, a partir de 1980, ela estacionou em torno de 16%, o que até 2012 o país não conseguiu recuperar completamente⁴¹.

Essa crise, então, promove uma ruptura com o modelo de crescimento brasileiro instalado na década de 1950 e estabelece um ambiente de redução do poder de financiamento do Estado, crise da dívida externa e inflação. A grande mudança sentida no mercado de trabalho é a emergência do desemprego aberto como um problema novo, ensejando a implementação de pesquisas específicas sobre o mercado de trabalho no país. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Dieese, inicia-se em 1982. O impacto também reduziu o emprego formal, ampliando o número de trabalhadores autônomos e dos empregados sem carteira de trabalho assinada.

Tabela 3 – Taxas de Desemprego Brasil e São Paulo (1980-1999)

Subsetores	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aberto Brasil	3,4	4,3	4,8	5,8	5,3	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,8
Total (SP)	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,3	19,5
Aberto (SP)	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,3
Oculto (SP)	2,2	2,9	3,8	6	6	5,3	4,2	5,1	5,7	6,6	7,2
pelo trabalho	1,5	2	2,9	4,6	4,7	4,0	3,3	3,8	4,2	4,6	4,9
pelo desalento	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,5	1,9	2,2

Fonte: Dieese (PED) e IBGE (Pnad). Extraído de Mattoso (1999, p. 12).

A Tabela 3 acima evidencia a evolução do desemprego aberto no Brasil, que passa de 3,4%, em 1989, para 7,8%, em 1999. São Paulo, a cidade mais industrializada do país, sente de forma muito intensa os efeitos da crise; o desemprego aberto passa então de 6,5% para 12,3% no mesmo período. As medidas de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento são medidas exclusivas da metodologia desenvolvida pelo Dieese e abordam exatamente as pessoas que não procuram trabalho por terem um trabalho precário ou porque se desalentaram; não acreditam na possibilidade de encontrar trabalho naquele momento.

Nos anos 1990, toda a América Latina implementou as chamadas políticas neoliberais de abertura comercial, flexibilização dos mercados e desregulamentação dos mercados com fortes consequências negativas sobre as nossas sociedades (TOKMAN, MARTINEZ, 2000). Tais políticas

⁴¹ Em 2012, acredita-se que tenha alcançado uma taxa de investimento em torno de 19% do PIB.

de ajustamento estiveram referenciadas no alto endividamento interno e externo desses países, em importantes déficits de seus balanços de conta corrente e no pressuposto de que o único caminho era se ajustar passivamente à globalização.

O Brasil não foge à regra. Entre nós, esse quadro é agravado com o deslanche da guerra fiscal entre os estados federados na busca da atração de investimentos externos. Igualmente ganham espaço políticas de desenvolvimento local à medida que políticas de cunho nacional e regional haviam desaparecido. Nessa década, amplia-se o número de automotivas no país, que recebeu novas unidades da Volks, Renault-Nissan e Audi.

Naquela ocasião, as condições da concorrência haviam se acirrado com a presença da firma-rede, bem como com os procedimentos de aquisição e fusão entre grupos e firmas. Assim, o fluxo de investimento direto estrangeiro (diferentemente do período de 1950 a 1970), atraído para o Brasil, não significou necessariamente ampliação da capacidade produtiva do país e nem a criação de capacidade tecnológica. Ocorreu uma significativa transferência de propriedade, quer via privatização das empresas estatais, quer via venda de empresas privadas. Até mesmo nas estatais remanescentes, tais como a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), a lógica dos negócios é a dominante, tendo se perdido parcialmente a capacidade de tê-las como instrumento importante do desenvolvimento nacional e regional.

Assim, associada aos efeitos da revolução tecnológica assentada na microeletrônica que alterou processos produtivos e práticas organizacionais, a reestruturação produtiva foi implementada no país, como uma exigência da globalização, num cenário de implantação de um projeto neoliberal com as seguintes características:

1. a) controle da inflação; b) abertura comercial com o objetivo de ampliação da competitividade, privatização das grandes empresas governamentais; c) desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho; d) controle dos gastos públicos, com a redução do papel do Estado.

2. A utilização da âncora cambial instituída no Plano Real, que sobrevalorizou a moeda nacional, permitiu um forte movimento expansionista das importações, centrado em bens de capital e intermediários, cujos resultados foram a ampliação dos componentes importados na produção nacional e, ainda, a racionalização dos processos produtivos, ambos com efeitos danosos sobre o emprego.

Nesse quadro, intensificam-se os procedimentos de “externalização” produtiva das grandes empresas através da constituição de redes de sub-contratação de pequenas e médias unidades produtivas, as quais, sob o ponto de vista produtivo, conseguem consolidar e qualificar umas poucas nos mercados; porém, sob a ótica do mercado de trabalho, intensificam a precarização dos rendimentos e dos benefícios sociais. Do ponto de vista setorial, assiste-se a uma redução significativa dos empregos industriais e instala-se uma onda de terceirização das ocupações, aquelas de baixa produtividade, como os serviços pessoais. Há também, como evidencia a Tabela 4, uma tendência de fragilização do mercado de trabalho pela redução da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, que atinge menos de 45% dos ocupados nas principais regiões metropolitanas brasileiras. A consequência é a ampliação da informalidade.

Tabela 4 – Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação Total de Regiões Metropolitanas

	Dez. 1989 (%)	Jun. 1999 (%)
Assalariados com carteira	59,5	44,7
Assalariados sem carteira	18,4	26,9
Conta própria	17,7	23,5
Empregadores	4,4	4,9

Fonte: PME/IBGE. Extraído de Mattoso (1999, p. 15).

A posição subordinada e dependente do Brasil, como já discutida em seções anteriores deste artigo, é fortemente realimentada pelo mercado cativo de patentes detidas por poucos países, impedindo aos subdesenvolvidos ter livre acesso às tecnologias, aos equipamentos e aos aprendizados, a não ser mediante o pagamento de rendas e *royalties*. Na realidade, o conhecimento transformou-se também em ativo que sancionado pelo direito de propriedade permite a obtenção de rendimentos pelo seu uso. A presença da firma-rede, enquanto indicador da fragmentação produtiva, por si só, é um indicador da natureza da DIT, na qual cabem aos países desenvolvidos as atividades de concepção e design e, portanto, as atividades de desenvolvimento de processo e produto, e aos subdesenvolvidos as atividade de montagem. Requalifica-se o subdesenvolvimento, agora globalizado (CARLEIAL, 2004).

A Tabela 5 evidencia que houve perda de emprego em todos os setores de atividade, à exceção do ramo de alojamento, alimentação etc. Merecem destaque as perdas sofridas por todos os ramos industriais aqui incluídos. Instala-se, então, um processo de desindustrialização⁴² que permanece até hoje (CARLEIAL, 2004).

Tabela 5 – Evolução do Emprego Formal por Subsetores da Atividade Econômica – Brasil – 1989/1999 (base 1989 = 100)

Subsetores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	99,7	96,1	93,5	93,1	94,2	91,5	90,3	90,2	87,7	87,5
Indústria de Transformação	97,8	91,3	86,5	85,8	87,1	82,0	79,7	77,7	73,1	72,9
Indústria Metalúrgica	88,3	79,4	72,0	71,2	72,6	67,7	65,8	66,7	61,9	61,0
Indústria Mecânica	87,4	77,4	67,3	65,9	68,3	64,1	60,5	59,0	54,4	53,2
Indústria Material Elétrico e Comunicação	92,8	80,2	68,1	62,7	63,0	60,6	58,8	55,6	50,7	50,2
Indústria Material de Transporte	93,1	82,2	77,7	76,4	77,2	69,8	66,0	67,8	59,8	58,5
Indústria Química e Prod. Farmacêuticos	92,9	85,3	81,1	78,5	79,9	74,8	73,9	72,5	69,7	69,4
Indústria Têxtil	95,5	83,3	75,3	76,8	78,5	70,6	68,4	64,1	61,9	62,4
Indústria Calçados	89,5	82,4	91,2	95,1	92,9	87,8	86,3	78,9	76,0	80,5
Construção Civil	97,0	91,0	90,3	86,3	84,9	83,7	82,9	83,7	79,8	76,8
Comércio	101,8	97,6	93,1	93,9	96,1	93,5	93,3	94,8	93,5	92,4
Instituições Financeiras	96,9	89,1	85,0	83,1	79,2	75,4	69,8	66,1	62,2	60,6
Transportes e Comunicações	100,6	98,4	97,0	96,4	96,3	95,8	95,2	95,0	91,7	91,3
Alojamento, Alimentação, Reparação e Diversos	102,2	102,7	102,1	103,4	106,7	105,6	107,2	108,9	108,6	108,7

Fonte: MTE/Caged e Rais.

*Ref. maio/1999.

⁴² A desindustrialização pode ser identificada pela redução da participação do produto industrial no produto interno bruto (PIB) brasileiro, bem como pela redução da participação do emprego industrial no emprego total e, ainda, pela perda de elos importantes das cadeias industriais. Ver Carneiro (2002) e IEDI (2004).

Por outro lado, o país conseguiu livrar da privatização o seu sistema público de financiamento da produção, capitaneado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas composto ainda pelo Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE).

Desse modo, como vimos na seção anterior, a resultante central nos mercados de trabalho foi a conjugação da ampliação da informalidade e do desemprego aberto. A ampliação da informalidade tem por si só um significado de redução do marco regulador do mercado de trabalho brasileiro e representa a tendência mais consistente de flexibilização desse mercado.

Do ponto de vista institucional, no entanto, ocorreram alguns avanços. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi criado em 1990 para dar maior abrangência e estabilidade ao seguro-desemprego por desvinculá-lo do orçamento da União. As fontes de recursos do FAT são o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). No entanto, 40% desses recursos são direcionados ao BNDES para financiar o desenvolvimento do país. A gestão do FAT é feita pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), que é composto, paritariamente, de representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo. Além do programa do seguro-desemprego, os recursos do FAT também são destinados a programas de geração de emprego e renda, especialmente destinados aos micro e pequenos empresários, às cooperativas e ao setor informal da economia. Os recursos são transferidos a esse público por meio do sistema de bancos públicos do país. É importante destacar que nessa década muitos argumentos ortodoxos sobre o funcionamento do mercado de trabalho foram restabelecidos. A interpretação de que os problemas do mercado de trabalho podem ser resolvidos a partir dele mesmo estimulou o ressurgimento de posições favoráveis à flexibilização, no suposto de que se a legislação trabalhista se flexibiliza, postos de trabalho emergirão. Desde Keynes, sabe-se que o mercado de trabalho é uma esfera subordinada ao mercado de bens e ao nível e ritmo da acumulação (Marx). Havia também uma pressão significativa para que se implementasse como regra “o negociado sobre o legislado” e, portanto, o lócus preferencial para essa decisão seria a firma e não mais a Justiça do Trabalho.

Nessa década também ocorreram alterações na regulação do mercado de trabalho, na busca de maior flexibilidade. O conjunto de mudanças implementadas pode assim ser considerado: a) medidas que diretamen-

te buscaram reduzir o caráter intervencionista do Estado no mercado de trabalho, b) medidas que buscaram flexibilizar a jornada de trabalho e c) medidas que necessitaram alargar o marco regulatório do Estado, considerando, por exemplo, a ampliação significativa dos trabalhadores informais nos anos 1990, como vimos na seção anterior deste artigo.

No primeiro grupo, podemos incluir a decisão de desindexar os salários e, assim, impedir os seus reajustes automáticos implementados pelo governo brasileiro desde o ano de 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dessa feita, a supressão dos mecanismos de reajustes salariais conferiu a trabalhadores e empregadores o direito de negociarem reajustes no âmbito de cada categoria profissional ou econômica (KREIN; OLIVEIRA, 1999). Ao mesmo tempo, incentivou-se a prática de mediação entre as partes. No entanto, desde que haja acordo, elas podem proceder livremente ou com a ajuda do Ministério do Trabalho.

Como medida complementar, foi regulamentada a participação nos Lucros e Resultados (PLR) através de uma medida provisória. Assim, fragmentaram-se as negociações no nível de cada empresa e facilitaram-se a diferenciação salarial e a sua individualização, condicionando a remuneração do trabalhador ao seu desempenho e ao da empresa. Do mesmo modo, é possível para a empresa definir formas de transferir recursos para os trabalhadores sem incidência nas férias ou no pagamento do 13º salário e sem cláusulas contratuais de reajuste salarial.

O conjunto de medidas que buscam flexibilizar a jornada de trabalho pode ser retratado em duas principais inovações: a regulamentação do contrato de trabalho a tempo parcial e o banco de horas.

Segundo Orgis (2000, p. 44), a primeira não constitui nenhuma novidade, pois sempre foi possível contratar por jornada menor com pagamento proporcional, o que é de difícil implementação pelos baixos salários praticados no país, levando o trabalhador a procurar um trabalho em tempo integral. Assim, a edição da Medida Provisória nº 1.709 de 1998 procurou incentivar essa prática. Por esse instrumento, o governo brasileiro permite um escalonamento dos dias de férias de acordo com a jornada praticada, o que, segundo os juristas, viola o princípio constitucional da isonomia.

A segunda medida, o banco de horas, foi instituída pela Lei nº 9.601 de 1998. Essa lei permite a compensação das horas trabalhadas em um prazo de 120 dias e sem pagamento de horas extras (no caso de ocorrência de horas trabalhadas além da jornada estabelecida legalmente, e desde que

não exceda o limite de 10 horas trabalhadas por dia). Antes da promulgação dessa lei, tal possibilidade estava restrita ao período de uma semana. Atualmente, a Medida Provisória nº 1.709 permite que a compensação se faça num período de até um ano. É na conjuntura dos anos 1990 que emerge a economia solidária.

A emergência da economia solidária

É nesse quadro descrito na seção anterior, quando ampliavam-se o desemprego aberto e a informalidade e adicionalmente estava instalada uma tendência de flexibilização das relações de trabalho, que emerge de forma mais intensa a discussão sobre a economia solidária. Naquela ocasião, especialmente, durante os dois governos de FHC, instalou-se uma interpretação de que não haveria mais empregos e que os jovens deveriam buscar autoempregar-se. Assim, iniciou-se também uma fase na qual ganhou espaço a crença no empreendedorismo. Todo e qualquer indivíduo poderia “empreender”. Há escolas, no Brasil, que ainda hoje possuem cursos sobre empreendedorismo em todos os níveis educacionais.

A análise da chamada economia solidária no Brasil é marcada pela proliferação de pesquisas empíricas que mapeiam, analisam e expõem os resultados de experiências concretas de formas de organização da produção e do trabalho tidas como alternativas. Incluem-se aqui cooperativas, associações, grupos sociais ligados a instituições como a Igreja católica, grupos de produtores etc. Na realidade, esse objeto ganhou relativa autonomia mesmo que a análise teórica não tenha sido capaz de progredir no mesmo passo.

O sistema capitalista historicamente assentado sobre o conflito capital-trabalho tem fortes determinações e é inegável que, sob o capital, o que pode ser visto como “natural” passa a ser a regra de uma forma muito precisa de organizar a produção e o trabalho, regidos pela concorrência e só posteriormente regulados socialmente, como, por exemplo, as regras da propriedade industrial, códigos do consumidor etc. O funcionamento regular desses procedimentos tem ensejado movimentos intensos de diferenciação entre países e regiões e o acirramento dos processos de concentração de renda e propriedade, o que, por si só, é absolutamente contrário a qualquer princípio solidário de vida humana. A fase atual do capitalismo, entendida como de mundialização do capital com dominância da esfera financeira, tem ampliado os conflitos, alterado as suas formas de expressão e acelerado as desigualdades sociais no mundo. Daí, talvez, a importância conferida hoje à economia solidária.

Nos países desenvolvidos, como Canadá e França, a economia solidária ocupa papéis distintos. No Canadá, ela parece basear um movimento amplo, quase uma frente política por um mundo melhor sem, no entanto, expressar se seria a luta pelo socialismo ou simplesmente por um mundo menos desigual. Na França, ela se constitui num movimento subordinado à economia social, comandado pelas associações, cooperativas e mutuais. Ela acaba sendo um mosaico de serviços de proximidade, serviços pessoais, mas com uma inserção, a nosso ver, subordinada aos movimentos da economia social. Em nenhum momento, na literatura pertinente, nos seminários e debates há uma proposta de superação do capital.

A evidência do fracasso das estratégias desenvolvimentistas nos países subdesenvolvidos, especialmente os latino-americanos, engendrou uma grande expectativa sobre a possibilidade da economia solidária. No Brasil, espera-se muito dessa economia. Ela é definida como sendo uma forma alternativa de produção e trabalho cujo princípio central e norteador é a autogestão. No entanto, atribui-se a ela papéis extremamente significativos. Por exemplo, ela pode ser o caminho de superação do capitalismo, exigindo para isso a ativação de movimentos sociais que comungam com esse propósito e consideram cada pessoa que sobrevive graças a uma empresa coletiva da economia solidária (cooperativa, associações) como um militante deste movimento (VIEIRA, 2006). Essa construção é sustentada por interpretações teóricas importantes e desenvolvidas por economistas reconhecidos, como é o caso de Paul Singer (2003).

Ademais, a inclusão da economia solidária no âmbito das políticas públicas brasileiras, com a criação em junho de 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ancorada no Ministério do Trabalho do governo brasileiro, criou uma expectativa ainda maior pelas possibilidades dessa “economia”. Esse é o primeiro momento no qual a economia solidária ganha institucionalidade no país. Em seguida, já é incluída no Plano Plurianual 2004-2007.

É importante destacar que a economia solidária no Brasil vem sendo fortemente incentivada através de incubadoras de cooperativas populares, em sua grande maioria, ancorada nas universidades públicas brasileiras.

Um dos principais gargalos, a nosso ver, da economia solidária é exatamente a ausência de uma concepção clara, tanto teórica como empiricamente, sobre, afinal, do que trata essa economia. Esse fato cria algumas dificuldades, inclusive para os profissionais que lidam no cotidiano com essa questão, uma vez que há relatos importantes de concepções diferenciadas

no mesmo grupo, e a prática dos responsáveis pela atuação em formação de cooperados não leva em conta os princípios da autogestão, mas, ao contrário, lança mão de práticas autoritárias. Para um excelente estudo sobre essa questão, ver Lesniovsky (2009).

O primeiro mapeamento feito pela Senaes, no país, sobre a economia solidária encontra um universo composto por cooperativas, com 10%, associações, com 52%, e 36% de grupos informais. Neste grupo, as maiores dificuldades apontadas foram as de comercialização, pouco acesso a crédito, dificuldades de acesso à assistência técnica e uma produção voltada majoritariamente aos mercados locais. As atividades geradas pelos grupos solidários são, em sua maioria, voltadas para atividades artesanais, reciclagem de resíduos sólidos e alguns tipos de prestação de serviços.

A mudança que ocorre no quadro geral da economia brasileira no início do século XXI, com importantes repercussões sobre o mercado de trabalho, gerou um certo arrefecimento das discussões sobre economia solidária, reforçando o argumento de que sua emergência ocorrera num momento de baixo crescimento econômico e de limitado movimento nos mercados de trabalho. Mesmo assim, permanece a questão ainda não bem respondida: o que é mesmo a economia solidária?

A Primeira Década do Século XXI: Nova Arrancada para o Desenvolvimento?

Como vimos até aqui, o percurso do desenvolvimento brasileiro não tem sido simples, sendo permeado por diversas formas de dependência: mergulhado num quadro de subdesenvolvimento retratado na dependência externa de tecnologia e recursos, na constituição de uma estrutura produtiva pouco diversificada e num mercado de trabalho caracterizado pela informalidade – marcas da heterogeneidade estrutural da América Latina.

Assim, o modelo de desenvolvimento brasileiro engendrou uma profunda desigualdade de rendimentos, de acesso à terra, de acesso à escola, de acesso ao trabalho e até mesmo de acesso às políticas públicas. O desenvolvimento foi marcado por fases de crescimento econômico sem que as características do subdesenvolvimento se alterassem de modo significativo.

Na atual década, o Brasil inicia um processo de reversão de algumas das condições socioeconômicas adversas instaladas por todo o século XX.

Do ponto de vista político, assiste-se ao final do segundo governo FHC, até 2002; o presidente Lula assume em 2003 e é reeleito em 2006,

sendo substituído, em 2010, pela presidenta Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT). Há uma série de controvérsias envolvendo esse período, mas é inegável que há uma mudança positiva no país nos âmbitos econômico, social e educacional e de recuperação da posição muito subalterna de alguns grupos sociais brasileiros, tais como: quilombolas, negros, mulheres e pobres. Para alguns autores, há um crescimento inclusivo, o que se pretende evidenciar exatamente do que isso se trata⁴³.

O desempenho econômico muda, especialmente, após 2004. O início dessa tendência ocorre em 1999, com a desvalorização do real, mas só se acelera posteriormente com o aumento da demanda externa, que beneficia as *commodities* brasileiras, e com a política pública, que aposta no mercado interno. Assim, a taxa de crescimento do PIB passa de uma média de 2,0% a.a., desde os anos 1980 até 2002, para uma média de 4,7% a.a., entre 2003 e 2008. Sob o efeito da crise internacional, a economia estaginou, mas, em 2010, cresceu a uma taxa de 10% a.a.

A atuação do Estado, mesmo que ancorado numa política macroeconômica que preserva o superávit primário, paga juros altos e mantém uma estrutura tributária regressiva, conseguiu produzir uma mudança significativa que vem fortalecendo o mercado interno através da recuperação do valor real do salário mínimo (entre 2002 e 2010, o valor real cresceu 56%), o qual sinaliza para diversas categorias profissionais e a grande maioria dos aposentados, dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, e da ampliação do acesso ao crédito pessoal e ao financiamento da moradia própria.

Cabe aqui um pequeno detalhamento sobre o Programa Bolsa Família, que se constitui na junção de programas de transferência preexistentes como: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Esse programa, criado em 2003, transfere diretamente renda com condicionalidades, beneficiando famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza⁴⁴. Até

⁴³ A tradição brasileira da década de 1980, que redundou na elaboração do texto constitucional promulgado em 1988, era de uma discussão em torno do eixo Estado-cidadania-participação política. A Constituição de 1988 introduziu um conjunto significativo de instrumentos de participação como Conselhos, audiências públicas etc. Surpreendentemente, desde os anos 1990, a participação foi substituída pela inclusão, o que certamente empobrecer muito o debate político. Ver Dagnino (2004).

⁴⁴ Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados

março de 2012 eram atendidas 13.394.893 famílias em todo território nacional (Ministério do Desenvolvimento Social, 2011). O programa define o beneficiário a partir dos mapas de pobreza do IBGE, elegendo-os a partir do cálculo da renda *per capita* da família, que deve ser de até meio salário mínimo mensal. Atualmente, os programas de transferência do governo federal representam 8,7% do PIB (incluídos aqui PBF, seguro-desemprego e benefícios sociais).

Em 2006, o segundo governo Lula instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que abriga investimentos importantes na cadeia do petróleo e gás, indústria naval, hidroelétricas, infraestrutura e logística (incluindo portos, aeroportos, ferrovias, estradas), e, ainda, o programa de regularização fundiária e renovação urbana em favelas no país. Essa foi uma tentativa de alavancar a terceira razão de crescimento econômico, os investimentos. Até então, o crescimento era mais fortemente determinado pela demanda externa e pelo crescimento do mercado interno, como relatado anteriormente. No entanto, é impossível manter o crescimento a longo prazo sem uma ampliação dos investimentos.

Como o país sediou a Copa do Mundo de 2014 e sediará as Olimpíadas de 2016, além de desenvolver obras pesadas de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, ferrovias e estradas, haverá um enorme *boom* na construção civil, gerando uma certa organização entre esses trabalhadores, os quais têm mostrado alguma capacidade de mobilização, fato novo no cenário brasileiro.

Em 2008, quando eclodiu a crise, o Brasil crescia a uma taxa de 6,5% a.a. Tal como nos países desenvolvidos, as medidas contracíclicas implementadas no Brasil foram centradas em desonerações fiscais, manutenção/ampliação dos gastos de governo, ampliação dos recursos voltados para o seguro-desemprego e medidas especiais para setores estratégicos em dificuldades, como é o caso do automotivo. Ademais, a crise encontrou o setor público bem organizado e o setor privado, em média, também organizado. O Banco Central criou linhas de crédito para os exportadores, iniciou uma redução da taxa de juros básica da economia, efetuou leilões de dólares, reduziu o depósito compulsório dos bancos, aumentou a rapidez

e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retirados do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal (MDS. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em: 10 out. 2012).

do redesconto, favoreceu a compra de pequenas instituições financeiras em dificuldades por bancos públicos, ampliou os prazos de recolhimentos dos impostos, ampliou o orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (o maior banco de financiamento da produção a longo prazo), criando novas linhas de financiamento de caminhões, ônibus e tratores, e ampliou os recursos para a safra agrícola 2008/2009 e para os fundos constitucionais que financiam o desenvolvimento regional. Em 2009, o crescimento econômico foi retomado.

Essa década de crescimento econômico teve impacto muito positivo sobre o mercado de trabalho brasileiro, invertendo a tendência da década anterior. Os principais aspectos são a ampliação dos postos formais de trabalho, a redução do desemprego aberto e a redução da informalidade. Na realidade, entre 2000 e 2010, foram criados quase 18 milhões de empregos formais no país, ou seja, empregos com carteira de trabalho assinada ou empregos estatutários (servidores públicos), segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Consequentemente, ocorreu uma redução da taxa de desemprego aberto. Como o gráfico seguinte evidencia, o desemprego, no Brasil, medido pela Pnad-IBGE, passa de 10%, em 2001, para 7,3%, em 2011; entre as mulheres, a redução é mais significativa.

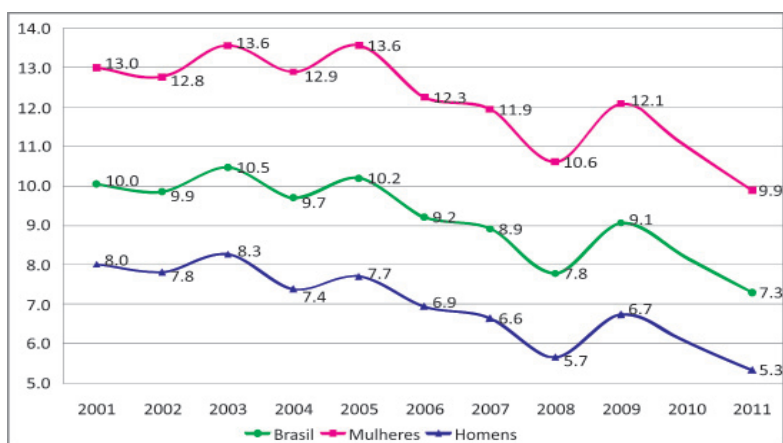


Gráfico 1 – Brasil – Taxa de Desocupação por Gênero (2001-2011)

Fonte: IBGE-Pnad. Elaboração do Ipea. Comunicados do Ipea nº 156, p. 5.

A tendência de redução do desemprego se mantém e, em setembro de 2012, a taxa medida pela PME/IBGE, em seis regiões metropolitanas

(Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), foi de 5,5%. Em números absolutos, o contingente de desempregados cai de 2,8 milhões para 1,3 milhão entre 2004 e 2012. Entretanto, esse fato não significa que o país esteja vivendo uma situação de pleno emprego, como querem alguns. Só a limitação da amostra já seria uma contraevidência. Mesmo nas seis regiões metropolitanas, a partir da mesma fonte de dados, a taxa de desemprego aberto dos jovens entre 18 e 24 anos é de 12,2% em setembro de 2012, sugerindo que é preciso um detalhamento maior do quadro de desemprego.

O mais importante, todavia, a destacar é que o país conseguiu também associar o crescimento econômico à redução da desigualdade de renda, pela primeira vez em cinquenta anos, conforme o gráfico a seguir:

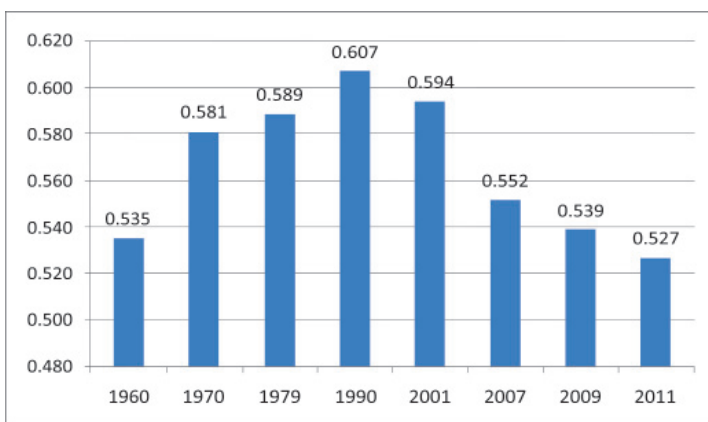


Gráfico 2 – Brasil – Índice de Gini (longo prazo)

Fonte: Ipea a partir dos microdados da Pnad, PME, Censo/IBGE e Langoni (1973). Extraído do Comunicado do Ipea nº 155, p. 7.

Destaque-se, porém, que se trata apenas de renda do trabalho. Num momento de extrema liberdade dos mercados financeiros no mundo, o correto seria um cálculo que incluísse outros componentes da renda, como rendimento financeiro, aluguéis etc. É nesse conjunto de evidências apresentadas até aqui que se baseia a interpretação de alguns autores e do governo federal quanto à promoção do desenvolvimento inclusivo.

Uma melhor reflexão sobre a questão do emprego é, entretanto, necessária. As duas tabelas a seguir (6 e 7) abordam o crescimento do emprego entre 2000 e 2010 tanto pelos Censos Demográficos do IBGE como pelo registro administrativo do Ministério do Trabalho, a Rais.

Tabela 6 – Criação de Ocupações entre os Anos 2000 e 2010

Fonte da informação	Nº de pessoas de 10 anos e mais
Censo 2000	65.629.892
Censo 2010	86.353.839
Ampliação na década	20.729.829

Fonte: IBGE. *Censos Demográficos*.

Tabela 7 – Criação de Empregos Formais entre 2000 e 2010

Fonte de informação	Empregados formais
Rais 2000	26. 228.629
Rais 2010	44.068.355
Ampliação na década	17.839.726

Fonte: MTE.

O vigor do crescimento do emprego na primeira década do século XXI foi muito significativo, especialmente quando se compara com os anos 1950-1980. As Tabelas 6 e 7 são comparáveis, o que permite destacar que no período 2000-2010 foram criados, segundo os Censos Demográficos do IBGE, 83% do número de ocupações criadas em 30 anos, no período do auge do crescimento econômico brasileiro. Ainda, segundo o IBGE, o Censo de 2010 evidencia que entre o conjunto dos ocupados, com mais de 10 anos de idade, praticamente 70% são assalariados, e, destes, 65,2% possuem carteira de trabalho assinada, ou seja, são protegidos pela legislação trabalhista vigente.

É importante considerar que a contratação com carteira assinada ampliou-se também em regiões mais empobrecidas, como evidencia a tabela a seguir:

Tabela 8 – Distribuição do Emprego Formal por Macrorregião – 2000-2010 (em %)

Macrorregião	2000	2010
Norte	4,2	5,3
Nordeste	16,7	18,0
Sudeste	53,5	51,2
Sul	17,6	17,2
Centro-Oeste	8,0	8,3
Brasil	100,0	100,0

Fonte: MTE-Rais.

Mesmo que as regiões Sul e Sudeste abriguem, em 2010, 68,4% das ocupações formais, as regiões Norte e Nordeste conseguiram ampliar suas participações. Atingir esse patamar de participação para essas duas regiões exigiu uma taxa de crescimento anual acima das demais regiões, durante todo o período de 2000 a 2010: Norte, com 8,2%, e Nordeste, com 6,2%, enquanto as regiões mais ricas, como Sul (5,0%) e Sudeste (4,8), tiveram desempenhos mais restritos.

Do ponto de vista dos setores de atividade econômica, o crescimento da formalização deu-se, prioritariamente, na construção civil, na indústria extrativa mineral e no comércio. As informações sobre o desempenho brasileiro estão na primeira coluna. A comparação com o desempenho das diferentes regiões mostra que os dados retratam o padrão de investimento em curso quando, por exemplo, o desempenho da região Norte na extrativa mineral, construção civil e agropecuária é bem maior do que a média brasileira e de todas as demais regiões.

Tabela 9 – Distribuição Setorial e Regional da Taxa de Crescimento Médio Anual do Emprego Formal por Macrorregião 2000-2010 (%)

Setores	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Extrativa Mineral	6,8	15,4	5,9	6,7	3,5	7,6
Ind. de Transformação	4,9	6,4	6,0	4,3	4,9	7,5
Serv. Ind. de Utilidade Pública	3,3	1,6	2,9	3,1	4,6	4,8
Construção Civil	8,6	12,3	10,6	7,7	7,5	9,3
Comércio	7,0	9,8	8,1	6,3	7,0	8,0
Adm. Pública	4,3	8,1	5,0	3,7	2,6	3,6
Serviços	5,2	7,2	6,4	4,8	5,3	5,2
Agropecuária	2,8	12,0	3,4	1,1	2,1	6,6

Fonte: MTE – Rais.

O desempenho das regiões Norte e Nordeste representa, em certa medida, o relativo fracasso das possibilidades de desenvolvimento do país, uma vez que o desempenho dessas duas regiões representa o avanço do agronegócio e o adiamento permanente de uma reforma agrária no país.

O desempenho da indústria de transformação foi bem limitado e a região Nordeste teve um desempenho melhor que o do país, porém, a estrutura industrial nordestina é assentada em indústria leve e de baixo conteúdo tecnológico. Ao associarmos o desempenho da indústria de transformação ao de serviços industriais de utilidade pública e compararmos as regiões Norte

e Nordeste *vis-à-vis* às regiões Sul e Sudeste, é possível ter um indicador da posição subalterna das duas primeiras regiões.

O aumento da formalização do mercado de trabalho instala no país uma nova tendência. Nova porque era comum a transgressão à CLT no país. As razões para tamanha ampliação encontra-se no ambiente econômico favorável ao crescimento, nas expectativas positivas que se instalaram e na ação mais efetiva da Justiça do Trabalho na vigilância e punição das firmas infratoras. Destaque-se, por exemplo, que foi instituída uma jurisprudência que tornou solidária as empresas-mãe e as subcontratadas, atribuindo à primeira a responsabilidade pelo cumprimento da legislação em vigor quando a segunda a descumprisse. Essa postura judicial incidiu fortemente nas montadoras automobilísticas instaladas no país. Como era esperado, reduziu-se a informalidade.

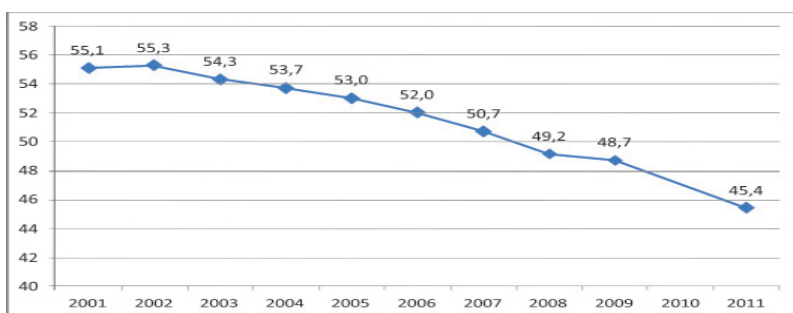


Gráfico 3 – Evolução da Informalidade no Brasil (2001-2011)

Fonte: IBGE–Pnad. Elaboração do Ipea. Comunicado nº 156, p. 23.

Nota: O grau de informalidade é definido aqui como a soma de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares.

Mesmo nesse quadro positivo, há evidências de crescimento da prática de terceirização (CARLEIAL, 2011). Como já argumentamos anteriormente, o Brasil não tem uma legislação específica sobre terceirização. Do ponto de vista jurídico, essa prática desvirtua a conceituação e a identificação do empregador, uma vez que promove a presença de um intermediário entre o trabalhador e a firma que recebe a prestação do serviço, enfim, que usufrui do uso da força de trabalho.

Do ponto de vista dos efeitos sobre os trabalhadores, a prática da terceirização cria uma legião de trabalhadores de segunda categoria. Além de impor sofrimento pela condição de não pertencimento à empresa na

qual trabalha, há certamente uma fratura na classe trabalhadora, reduzindo também as chances de sindicalização. Os trabalhadores terceirizados não recebem o mesmo piso salarial dos trabalhadores efetivos de uma mesma firma. A empresa não permite, muitas vezes, que os terceirizados frequentem o restaurante destinado aos empregados efetivos e há exemplos de firmas que possuem portas de acesso distintas para cada uma dessas categorias. Do mesmo modo, os trabalhadores terceirizados não têm acesso a programas de qualificação desenvolvidos pelas empresas e não podem receber ajuda para frequentar cursos de graduação ou pós-graduação, sendo, no entanto, atingidos de forma mais intensa pela prática da rotatividade e, ainda, submetidos a jornadas de trabalho maiores que as dos empregados efetivos.

Uma outra questão relevante é reconhecer as mudanças que ocorreram na relação escolaridade e mercado de trabalho no país.

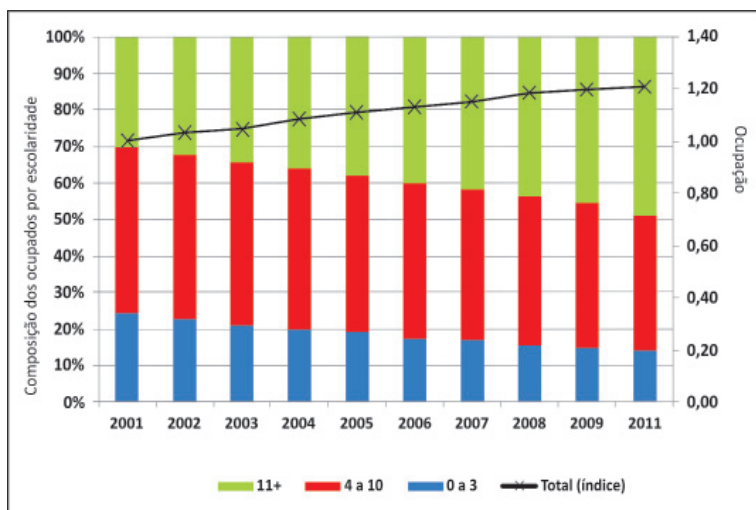


Gráfico 4 – Total de Ocupados e Distribuição por Grupos de Escolaridade

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração do Ipea. Comunicado nº 156, p. 19.

O país continua exibindo altas taxas de analfabetismo, em média 10,4% para a população acima de 10 anos, em 2010. Entretanto, teve êxito em descongelar o orçamento da educação, que esteve congelado por 10 anos (1994-2004), e ampliou o número de universidades federais e seus *campi*. Ao lado disso, transformou os centros federais tecnológicos em universidades tecnológicas federais. Do ponto de vista da acessibilidade ao ensino superior, foram ampliadas as possibilidades de financiamento e foi instituído, em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni), do

Ministério da Educação (MEC), que oferece bolsas de estudo em instituições de educação superior privadas – em cursos de graduação – a estudantes brasileiros que ainda não tenham o diploma de nível superior.

Há também uma significativa mudança na relação escolaridade e mercado de trabalho durante a década de 2000. O Gráfico 4 evidencia que entre os ocupados, segundo a Pnad, os trabalhadores com mais de 11 anos de escolaridade passam de 30%, em 2001, para 50%, em 2011. Já o grupo de menor escolaridade (0 a 3 anos) reduz sua participação de 25% para pouco menos de 15% entre os ocupados no período. A escolaridade média da população tem crescido, e, dada a natureza da estrutura produtiva brasileira, é provável que tenhamos um aumento dos casos de superqualificação associado à escassez de mão de obra em setores específicos, como o do petróleo. Por outro lado, o Ipea (2011) desenvolve uma análise com essa mesma base de dados utilizando o modelo Probit e conclui que o prêmio por educação caiu ao longo da década em todas as faixas de escolaridade, especialmente nos anos 2010 e 2011.

O gráfico seguinte apresenta o comportamento da evolução do rendimento médio real do trabalho evidenciando um ganho real, uma vez que o rendimento em 2011 é o maior da série. No entanto, é bom lembrar que, com a política de valorização do salário mínimo, tem havido uma grande concentração da ocupação na faixa de até dois salários mínimos.

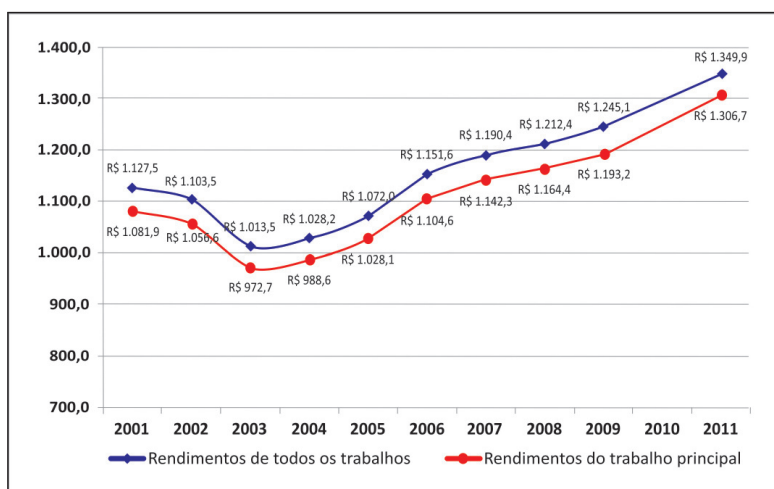


Gráfico 5 – Evolução do Rendimento Médio Real do Trabalho (base: setembro/2011)

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração do Ipea. Comunicado nº 156, p. 24.

Nota: O cálculo do rendimento médio leva em conta apenas os trabalhadores que exerceram trabalho remunerado na semana de referência da pesquisa.

Do ponto de vista da regulação do trabalho, nesta primeira década, a tendência de flexibilização do mercado de trabalho arrefece, diante dos bons resultados econômicos, mas não é de todo abandonada. A redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, proposta pelo presidente Lula ainda em campanha presidencial não aconteceu; já foi votada na Câmara dos Deputados, mas ainda não foi votada no Senado.

Segundo Krein *et al.* (2012), houve uma certa ambiguidade durante o Governo Lula no que se refere à regulação; em alguns momentos fortalecida, noutros fragilizada. Como exemplo, os autores citam a nova Lei das Falências e Recuperação Judicial, que resultou em perda dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, instituiu a figura do Microempreendedor Individual (MEI), que permite ao trabalhador autônomo pagar a contribuição previdenciária, garantindo-lhe a condição de pertencer ao sistema de seguridade social.

Como já referimos anteriormente, há uma intensificação da terceirização da força de trabalho, que não é regida por uma legislação específica, mas apenas por uma Súmula do Tribunal Regional do Trabalho. Na realidade, até o setor público lança mão desse tipo de contratação, mesmo sendo inconstitucional.

Perspectivas

Não é possível pensar as perspectivas do mercado de trabalho sem pensar as perspectivas da economia brasileira e suas possibilidades de desenvolvimento. A partir do Governo Dilma Rousseff, duas modificações importantes ocorreram. A presidenta nomeou para o Banco Central do Brasil um economista não ligado aos mercados e, então, foi possível implementar uma política heterodoxa, sem atrelar os juros diretamente ao patamar da taxa de inflação. As taxas de juro, ao longo de dois anos, sofreram importante queda. Ao lado disso, ocorreu uma “queda de braços” entre o governo e os bancos privados no sentido da redução dos *spreads* bancários, o que não foi totalmente exitoso, mas foi um bom sinal de recuperação da atuação do Estado nacional. A redução dos juros é um avanço incontestado para o quadro macroeconômico e social.

A queda do juro básico é importante, pois libera recursos do orçamento do governo para outras ações, reduzindo o que é pago para remunerar a dívida interna brasileira, auxilia no controle da taxa de câmbio e permite manter a política de acesso ao crédito. Ainda do ponto de vista

macroeconômico, o Banco Central tem realizado intervenções no mercado, impedindo que a taxa de câmbio ultrapasse a barreira dos dois dólares e prejudique mais ainda os exportadores brasileiros. Esse governo também ampliou os programas sociais na busca de eliminar a miséria e a pobreza no país, implementando o Brasil sem Miséria e o Brasil Carinhoso. Esses programas se propõem a capturar os pobres que ainda não são beneficiados pelos programas sociais do governo⁴⁵.

O modelo vigente na década anterior, sustentado no crescimento das exportações, do mercado interno e dos investimentos, parece não ter mais o mesmo fôlego. O desdobramento da crise internacional, ao atingir mais intensamente compradores dos produtos brasileiros, tem impedido que o patamar de crescimento seja mantido. Em 2011, o país cresceu 2,7% e, em 2012, a expectativa é que se consiga 2% de crescimento econômico.

Adicionalmente, as medidas utilizadas para estimular o consumo interno também reduziram o seu poder; parecem esbarrar na capacidade de endividamento das famílias. O investimento, por sua vez, reluta em avançar. Na realidade, até aqui esse investimento esteve atrelado a estas duas molas propulsoras, exportações e mercado interno, as quais perdem força. Mesmo assim, o emprego formal continua a crescer a um ritmo mais lento.

Como vimos antes, o país conseguiu, no período de 1950 a 1980, engatar a sua indústria e o seu crescimento com as tendências do crescimento do mundo desenvolvido, mesmo com todas as restrições histórico-estruturais. Na década de 1990, o país perdeu a chance de engatar o seu desenvolvimento da revolução microeletrônica como sugeria Perez (1985). No período de 1995 a 2002, o país não teve política industrial e adentrou ao processo de globalização de forma passiva.

Na década de 2000, a indústria tem sido prejudicada pela taxa de câmbio que favorece as importações de manufaturados, pela intensa fragmentação produtiva impulsionada pelas firmas-rede mundiais e pela deslocalização produtiva. A previsão é de que, em 2012, o déficit comercial de produtos industrializados seja maior que US\$ 100 bilhões.

Há um movimento de retrocesso quando se considera que na pauta das exportações brasileiras, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as *commodities* foram responsáveis por cerca de 65% das exportações, em 2010; entretanto, em 2003, representavam 50%. Enquanto importador, o país mantém forte dependência de manufaturados de média e alta tecnologia, reforçando, portanto, a sua condição de dependência.

⁴⁵ Para mais detalhes acessar www.mds.gov.br.

Certamente, a dependência tecnológica permanece e, do ponto de vista de uma economia globalizada, se agrava. Hoje, o Brasil detém 2,7% dos artigos científicos indexados (ISI), mas apenas 0,19% das patentes registradas no United States Patent and Trademark Office, e, em sua maioria, por não residentes, dada a internacionalização de sua estrutura produtiva.

O governo Lula implementou duas políticas industriais, as quais não surtiram efeitos significativos (CARLEIAL, 2004). A política Brasil Maior, implementada pelo governo Dilma Rousseff, avança pelo reconhecimento da necessidade de promover o adensamento produtivo, completando cadeias produtivas e preenchendo elos perdidos nos últimos 30 anos, porém, não está bem claro como essa ação será feita. Enquanto o PIB brasileiro cresce, a produção industrial está estagnada. Essa é uma difícil equação, pois, à luz do pensamento latino-americano para reverter o gargalo do subdesenvolvimento, é necessária uma maior diversidade da estrutura produtiva.

As dificuldades de reação da indústria brasileira acabaram forçando a presidenta Dilma a implementar um conjunto de medidas conjunturais, centrado especialmente em isenções fiscais, redução de impostos e redução do recolhimento das contribuições à previdência social (desoneração da folha de salários), para um número significativo de setores produtivos. Um dos setores mais protegidos é o automotivo. Esse setor está presente no país há 60 anos e, praticamente, não transferiu tecnologia. É surpreendente observar que China e Coreia, retardatárias nesse setor, possuem marcas próprias de automóveis em número significativo.

Mais recentemente o governo brasileiro lançou o novo regime automotivo, no qual os incentivos serão negociados entre as montadoras e o governo federal e dependerão da introdução de inovações e da ampliação do conteúdo nacional por unidade produzida.

O governo Dilma Rousseff também tem insistido na necessidade de ampliação da competitividade brasileira e, nesse sentido, decidiu intervir no sistema de concessão de energia elétrica, cujo preço é bastante alto no país, prometendo redução substancial para consumidores e empresas, reforçando mais uma vez a autonomia relativa que os estados nacionais podem exercer. Dada a extrema necessidade de ampliação dos investimentos no país para a manutenção do crescimento econômico, dos empregos e das políticas sociais, fica cada vez mais clara a urgência dessa prática.

Do ponto de vista das políticas sociais, é necessário alertar que o PBF constitui-se num programa de governo e não de Estado, o que pode pôr em risco os ganhos sociais obtidos ao longo dos seus 9 anos de existência.

A regulação do trabalho é outro aspecto relevante, pois, como foi exposto nas seções precedentes, mesmo em momentos positivos do mercado de trabalho, o fantasma da flexibilização esteve presente. Nesse sentido, é muito positiva, para o futuro do país e da sociedade brasileira, a expansão do assalariamento formal alcançado na última década e sua preservação.

É ainda necessário exprimir que não há uma estratégia nacional de desenvolvimento clara e precisa, ou seja, não está claro o que o país pretende ser dentro de 30 ou 40 anos. O que se tem é a previsão dos investimentos em curso e futuros financiados pelo BNDES, onde pontifica os investimentos em petróleo e gás. Há uma consciência da importância das descobertas de petróleo realizadas na camada do pré-sal, em alguns pontos do país, que podem definir o futuro da nação. A cadeia produtiva do petróleo e gás, envolvendo prospecção, exploração e distribuição, já vem estimulando a produção de navios-sonda, petroleiros, plataformas e embarcações de apoio e, portanto, reativando a indústria naval brasileira. Esses investimentos têm ainda o poder de estimular uma longa cadeia de fornecedores de bens e serviços.

O desenvolvimento em torno do pré-sal poderá também alterar a natureza da inserção internacional do Brasil, conferindo-lhe mais autonomia e criando uma fonte de financiamento importante para um desenvolvimento equânime por todo o território nacional. Nesse sentido, seria possível mudar a estrutura produtiva, libertá-la da enorme dependência dos capitais externos e, internalizar, em alguma medida, a capacidade de pesquisa e inovação, lançando mão da estrutura institucional de ensino superior estruturada a partir do governo Lula. Seria essa uma chance de reversão da dependência?

É necessário ainda registrar que a superação do desenvolvimento passa por uma mudança também na divisão inter-regional do trabalho na direção de alterar as estruturas produtivas das regiões menos desenvolvidas, no sentido de ampliar suas capacidades de geração de posto de trabalho mais qualificados. Nos marcos do capitalismo dependente, essa é a nossa interpretação.

Entretanto, nas linhas finais deste artigo, talvez caiba indagar: qual o espaço para a economia solidária, ou melhor, para um mundo mais solidário? A crise internacional que atinge o centro do capitalismo abrirá espaço para novas formas de organizar a produção e o trabalho? Os movimentos sociais que eclodiram, especialmente na Espanha, França, Inglaterra, Grécia, e o movimento Ocupe Wall Street são evidências muito claras da insatisfação dessas populações com os rumos do capitalismo dominado pela fi-

nança. Mas nem a magnitude dessa crise conseguiu imprimir uma mudança significativa na regulação financeira mundial. Haverá mesmo possibilidade de alterar o papel central que a economia tem tido nos últimos séculos?

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista da Cepal** (número especial em português). Santiago-Chile, 2010. p. 183-191.

CARLEIAL, L. Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas de política econômica nos anos noventa. Curitiba, **Revista do IPARDES**, n. 106, 2004.

_____. The Brazilian Labour Market. Structural Features, “New” Flexibilisation and Recent Performance. In: AZAIS, C. (Ed.). **Labour and employment in a globalisation world: autonomy, collectives and political dilemmas**. Bélgica, P.I.E. Peter Lang, Part I. 2010. p. 33-48.

_____. & AZAIS, C. Mercados de trabalho e hibridização: uniformidade e diferenças entre França e Brasil. **Cadernos CRH**, Salvador v. 20, n. 51, p. 401-418, 2007.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp/Unicamp, 2002.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995. 490 p.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES. Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: _____. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 239-262.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional**. [s, l.]: Difel, 1962.

IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** 28 p. nov. 2005. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2004.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 222 p. Abreu y Karelys Abarca. p. 167-196, 2002.

KREIN, D. J.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. **Trabalho no governo Lula: avanços e contradições**. Campinas: Unicamp, 2012. (Texto para Discussão n. 201).

MARINI, R. M. **A dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. [s. d.]. 80 p.

OLIVEIRA, A. Quadro geral do emprego no Brasil e no Nordeste. In: CARLEIAL, L. (Org.). **Política de emprego no Brasil: viabilidade e alternativas**. Fortaleza: BNB/Etene, 1989. p. 53-60.

OLIVEIRA, F. **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. O terciário e a divisão social do trabalho. **Estudos do Cebap**, Rio de Janeiro: Vozes [s/d], n. 24, p. 137-168.

PEREZ, C. Microelectronics, long waves and world structural change: new perspectives for developing countries. **World Development**, v. 13, n. 3, p. 441-463, 1985.

PINTO, Anibal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2, p. 567-588.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária: a autogestão como uma resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SMITH, R. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 217-238.

TOKMAN, V.; MARTINEZ, D. Labour cost and competitiveness in the Latin American 1990-1998. **Review**, Cepol, n. 69, p. 51-68, 2000.

WERNECK VIANNA, M. L. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

A INFORMALIDADE E O TRABALHO INFORMAL COMO REVELADORES DA TRANSFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E DO PAPEL DOS ESTADOS: UMA COMPARAÇÃO NORTE-SUL⁴⁶

Frédéric Lesemann

Introdução

Dedico-me, neste artigo, à análise de uma reflexão à qual me atenho há alguns anos relativamente à noção de informalidade e suas potencialidades heurísticas de reinterpretação do mundo e do papel das ciências sociais na produção dos imaginários desse mundo, levando em conta, certamente, que estes são os motores da ação. Trata-se de pensar a informalidade como uma alavanca para uma análise crítica das ciências sociais, associadas, nos países do Norte, à construção dos Estados-providência depois de meio século, mas também, e mais amplamente, como uma referência para compreender as transformações do papel dos Estados nos processos de globalização que engendram precisamente uma extensão contínua das práticas informais em todos os setores de atividade das sociedades. Este artigo deveria, nessa perspectiva, permitir a proposição de elementos teóricos pertinentes para a construção de um processo de comparação entre o Canadá e o Brasil, relativamente a noções estruturantes da nossa realidade nacional como também àquelas de desenvolvimento, sociedade salarial, trabalho, economia e empregos informais, pobreza e mesmo Estado.

O procedimento de reflexão sobre a informalidade inscreve-se no âmbito dos trabalhos de uma rede internacional (Canadá, Estados Unidos, México, França, Itália, África do Sul) e interdisciplinar (sociologia, antropologia, ciência política, geografia, economia política) de estudo da informalidade nas metrópoles (www.RECIM.info), a qual se reúne regularmente há seis anos. Essa rede fundamenta-se sob os auspícios de uma *New Sociological Imagination*, em referência à obra/programa de C. Wright Mills (1958), ou com base na produção das *Imagined Communities*, de

⁴⁶ Tradução de Fernando José Pires de Sousa.

Benedict Anderson (1983), ou ainda segundo a ideia de *L'Imagination comme Pratique Sociale*, de Arjun Appadurai (1996). Os membros dessa rede trabalham os diversos aspectos da informalidade: trabalho, habitação, comércio, economia, tráfego etc. De minha parte, dedico-me sobretudo ao estudo do trabalho e do emprego informais.

Vale precisar que escrevo a partir de um contexto nacional, do Canadá, onde já realizei, durante mais de um quarto de século, numerosos projetos de pesquisa em matéria de políticas sociais graças a financiamentos públicos (fundos de organismos subvencionários, mas também de ministérios diversos: saúde, social, emprego, formação profissional, desenvolvimento econômico, indústria etc.). Fui igualmente membro de diversas comissões públicas. Por conseguinte, contribuí para a construção do seu Estado-providência, único na América do Norte, dado que ele combina proteções sociais relativamente amplas e mercado com um contexto de sociedade liberal. É o que se passou a chamar de “*Canadian model*”, que é hoje objeto de investidas de inspiração neoliberal. É com efeito um “modelo” que parece ter chegado ao limite das suas possibilidades, incapaz também de articular as novas problemáticas relativas aos riscos ecológicos, às desigualdades crescentes, aos desafios intergeracionais, à corrupção rampante generalizada e aos interesses corporativistas incrustados em cada um dos seus segmentos.

Além dos trabalhos que acompanhei no Canadá, tive a oportunidade de efetuar diversas análises comparativas em matéria de políticas na França, nos Estados Unidos, na Argentina e no México, países que frequento regularmente há doze anos.

Pretendo, portanto, lançar aqui um olhar crítico sobre o processo de construção dos Estados-providência do Norte que consistiu, em nome do desenvolvimento, em formalizar e racionalizar os processos sociais, muitas vezes informais, com o apoio ativo das ciências sociais⁴⁷. Interessar-se hoje por informalidade é uma forma de analisar as transformações dos Estados-providência e das instituições que tinham permitido, ao Norte, ao curso do último meio século, reduzir as incertezas da vida em sociedade. Daí uma maneira de se interrogar sobre os novos papéis dos Estados

⁴⁷ Esse procedimento se inspira, no plano teórico, nos trabalhos de David Harvey (1983), Neil, por meio de Brenner *et al.* (2005), Peter Wagner (1992), James Scott (1998) e também de Henri Lefebvre – que eu redescobri a partir da leitura que fazem hoje vários autores críticos americanos que se associam, entre outros, a Foucault e Bourdieu.

nos processos de globalização, em suma, reconhecer que nos confrontamos atualmente com um estágio além dos Estados-providência e das sociedades salariais que eles consagraram.

Neste texto, gostaria de:

1) colocar em perspectiva, do ponto de vista do Canadá, o tema desenvolvimento econômico e social e sua relação com a informalidade, em particular a economia e o emprego informais, dado que esse tema é central nos debates do Grupo Interuniversitário e Interdisciplinar de Pesquisa sobre o Emprego, a Pobreza e a Proteção Social (Gireps, em francês) em parceria com brasileiros, como testemunha o texto de Liana Carleial, “Subdesenvolvimento e mercado de trabalho no Brasil”, constante nesta obra;

2) resumir o processo fundador das argumentações relativas à informalidade que desenvolvi durante alguns anos e apresentei em diversos textos;

3) estabelecer uma nítida distinção entre as manifestações de informalidade e as interpretações às quais elas deram lugar segundo dois períodos esquematicamente estabelecidos: antes do fim dos anos 1980 e após o início dos anos 1990. Defini esses anos transitórios como os anos de passagem para a financeirização da economia e a inscrição das sociedades nos processos incessantemente vastos de “*commodification*”, ou seja, de inscrição crescente das atividades e das relações sociais nas lógicas mercantis e contábeis, sob a égide de um capitalismo ultraliberal;

4) por último, retornar, como conclusão, ao debate sobre desenvolvimento, informalidade e pobreza, propondo mais uma leitura política do que econômica da informalidade.

Desenvolvimento Econômico e Social e Informalidade: uma Comparação Canadá-Brasil

O intercâmbio realizado, no Gireps, com os nossos colegas brasileiros nos últimos anos tem a perspectiva de construir, graças a uma abordagem de comparação (LESEMANN, 2007, p. 13-18), um processo de objetivação e de enriquecimento intelectual, visando a uma melhor compreensão dos mecanismos de políticas de combate à pobreza, de inserção no emprego, de qualidade do emprego. Tal abordagem possibilita visualizar, por meio da comparação, um processo que consiste em aproximar temas de análise inerentes a ambientes culturais, sociais e políticos diferentes para

evidenciar as diferenças e semelhanças, a fim de aprimorar o conhecimento de cada um deles. A comparação enriquece a perspectiva científica na medida em que não somente permite apreender melhor o social, a partir de uma matriz cultural particular, mas conhecer também a própria matriz em si mesma, proporcionando assim os meios para modificá-la (BOUCHARD, 2000: 37, 75).

Não se trata, portanto, de praticar uma abordagem da comparação de acordo com um modelo referencial no qual um certo país serviria de ponto de partida e de referência à comparação. Trata-se, antes, de favorecer um modelo integral no qual todas as unidades são tratadas com o mesmo patamar, esforçando-se para atualizar as interações, as articulações, os processos, os fundamentos funcionais e estruturais que os constituem. O objeto de estudo refere-se aqui a um conjunto de quadros de análise, de políticas, de programas e de práticas sociais, considerado como um sistema em perpétuo movimento cujos componentes são definidos por uma rede de interações (BOUCHARD, 2000: 42-46).

Portanto, a comparação, concebida como uma interação efetuada numa relação dialógica, enriquece as perspectivas porque ela exige uma explicação – das partes em diálogo – das razões, dos valores subjacentes, considerados como “inerentes a si mesmos” tanto que nenhuma das partes se obriga a explicar à outra as razões de suas posições e de suas ações. Há, por conseguinte, um valor heurístico (no sentido de uma abordagem que ajuda a (se) compreender) na comparação, fundada no respeito mútuo, fora todo julgamento de valor. É nesse sentido que nós concordamos com uma abordagem integral de comparação onde todos os parceiros se encontram a priori numa posição de igualdade, e não uma comparação com um referencial, ou seja, uma norma à qual uma outra realidade (externa) é aferida (DESROSIÈRES, 2003). Nesse sentido, saímos da relação tradicional de apreciação.

A interação coloca também em relação processos interpessoais fundados na confiança, na vontade de compreender, independentemente de qualquer julgamento de valor, de fazer o jogo mútuo da descoberta possível de realidades susceptíveis de se fazer compreender a si mesmo os elementos de sua própria realidade graças à descoberta do outro. É, em efeito, quando deve-se explicar; explicar-se no âmbito de um diálogo equilibrado que se começa a compreender e a compreender-se, a esclarecer os não ditos, os a priori implícitos, os acomodamentos e os razoamentos aceitos até agora sem questionamento. A comparação desempenha um papel essencial ao

revelar os códigos coletivos inconscientes, porque muito bem assimilados e aceitos, ela convida a um desenraizamento provisório, que é uma condição elementar do conhecimento e da ação de mudança fundada no conhecimento. A mudança do olhar científico precisa ser provocada por procedimentos que releve o método científico do qual o método comparativo é uma das formas. As distinções que dão destaque à comparação estimulam o interesse científico e político, tanto quanto prático.

Assim, ao longo de nossas interações, parece-nos que enquanto falávamos no Canadá “de trabalhadores pobres”, os nossos colegas brasileiros falavam “de desenvolvimento”, e quando nós pensávamos no “declínio da sociedade salarial e o crescimento do emprego informal”, eles evocavam “a recuperação econômica e a redução da informalidade pela inserção na sociedade salarial por meio do contrato de trabalho formal”. Claramente, isso leva a crer que enquanto pensávamos sobre fenômenos convergentes, tendo em conta as pressões econômicas e sociais dos processos de globalização afetando negativamente todos, chegamos à constatação de que na realidade participamos de representações divergentes do mundo e de sua evolução, uma vez que o Canadá iria numa direção, de degradação da relação salarial, e o Brasil, em outra, de progressão. Os textos de Yanick Noiseux e Liana Carleial publicados nesta obra são emblemáticos dessas posições, mesmo se compartilham orientações políticas críticas à primeira vista comparáveis. Como interpretar essas diferenças? Manifestamente, por serem inerentes a sociedades posicionadas de maneiras bastante diferentes nos processos de globalização – uma pertencente a um universo norte-americano em declínio econômico, a outra sendo parte do famoso Brics, países emergentes cujo PIB vai exceder o dos países do G20. Sociedades que também são posicionadas muito diferentemente nos processos históricos de industrialização, nas relações “países centrais – países periféricos”, onde estes se inserem numa tendência de “recuperação” em relação aos primeiros, considerando mesmo que estes não podem mais continuar com “um crescimento” que lhes conduza a danos ecológicos, políticos, morais. Mas ainda por distinções quanto às pertinências a “comunidades epistêmicas”⁴⁸

⁴⁸ Uma “comunidade epistêmica” admite que os paradigmas de análise são oriundos de teorias políticas (por exemplo, o liberalismo, o keynesianismo, o monetarismo, a socialdemocracia, o marxismo) que se traduzem em aplicações práticas (como as políticas ou as decisões institucionais) e que também são representações da realidade social, muitas vezes pouco explícitas. São esquemas cognitivos por meio dos quais a realidade e a maneira de agir sobre ela são interpretadas. Esses esquemas são frequentemente “nacionais” ou “regionais” (MERRIEN, 1997, p. 72 ss.; HAAS, 1992).

(MERRIEN, 1997, p. 67) específicas, dotados cada um de uma gramática comum da realidade social, de paradigmas de interpretação diferentes dessa realidade que servem de fundamento aos conhecimentos produzidos e às orientações de ação que se podem originar.

Uma das noções sobre as quais divergem as nossas representações, mas também as nossas experiências como atores inscritos em sociedades e histórias diferentes, é a de “desenvolvimento”. Vou me referir brevemente por esse tema, pois ele permite ilustrar o esforço que representa a abordagem de comparação que perseguimos, mas também os esclarecimentos que ela possa alcançar.

A ideologia do “desenvolvimento”, na sua versão liberal, ou seja, do desenvolvimento econômico que possibilita a constituição de novas classes médias caracterizadas por um acesso largo ao consumo, bem como a uma “igualdade de oportunidades para todos”, foi a fonte das transformações que conheceu o Canadá a partir de 1960. O Estado constituiu-se “em motor do desenvolvimento” não somente econômico, mas igualmente social e cultural.

Certos intelectuais das ciências sociais, particularmente entre os pesquisadores canadenses francofônicos, compartilharam com a reflexão latino-americana da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina, dirigida a partir dos anos 1950 pelo argentino Raul Prebisch) e aplicaram à sociedade canadense, sobretudo a sua parte francófona – especialmente a província de Québec –, a noção “de sociedade dependente”. Foi Alain Touraine quem primeiramente os introduziu nessa literatura crítica, em especial com sua obra *As Sociedades Dependentes* (1976), estimulando os pesquisadores a compartilharem as análises de Prebisch, Celso Furtado (Brasil), José Nun (Argentina) e Anibal Quijano (Peru). Esses intelectuais constituíram-se os porta-vozes de um desenvolvimento sim, mas crítico, quer dizer, não somente econômico, mas também social, lutando contra as desigualdades e respeitando as minorias. Nossa tese de doutorado sobre sistema de saúde de Québec fundamenta-se numa perspectiva de análise a partir dos seminários de Touraine sobre as “sociedades dependentes”, realizados em Paris, em 1975 e 1976⁴⁹.

Assim, por exemplo, geralmente se reconhece que as sociedades norte-americanas são profundamente enraizadas num espaço paradigmático utilitarista e individualista, privilegiando as explicações econômicas ou comportamentais.

⁴⁹ Frédéric Lesemann, *Classes dirigeantes et gestion des rapports sociaux: la réforme des services de santé et des services sociaux au Québec (1960-1978)*, Paris, École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 1978, 463 p. Pu-

Essa sensibilidade teórica com relação ao fenômeno da dependência contribuiu igualmente mais tarde para a criação, em 1997, na esteira dos grandes acordos de livre comércio, do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre as Américas (www.GIRA.info) para aprofundar questões culturais e políticas postas ao continente como um todo pelos projetos de livre comércio. Nós trabalhamos, então, nos quadros de análise pós-coloniais, as noções de transculturalidade, de universalismo, de cosmopolitismo que influenciam hoje a abordagem crítica relativa à informalidade e ao seu “poder” heurístico que será discutido mais adiante.

A versão crítica da análise do desenvolvimento que reencontro hoje nos nossos colegas brasileiros reside, entretanto, na aceitação do paradigma do desenvolvimento associado a uma recuperação industrial administrada, ou seja, em condições de assegurar uma estrutura de produção equilibrada, ou antes reequilibrada na dimensão das transações internacionais, porque ela teria rompido com uma economia inscrita nas relações de dependência de origem colonial: aos países “centrais” do Norte caberia a produção dos produtos manufaturados e o controle das tecnologias; aos países “periféricos” do Sul, o fornecimento das matérias-primas e a exploração de uma mão de obra abundante. E é principalmente em relação a essa dependência estrutural que se poderia explicar a importância dos empregos informais (o desenvolvimento insuficiente da estrutura industrial não permitindo absorver a mão de obra proveniente do processo do êxodo rural) e da pobreza massiva nas sociedades do Sul. Mas uma nova era se enunciou no Brasil com o governo Lula, que procurou promover uma reversão de tendência: os investimentos cresceram, a mão de obra está cada vez mais qualificada, a grande pobreza recuou, as desigualdades, tanto individuais como regionais, reduziram-se e o emprego informal diminuiu. O país, graças a uma ação política enérgica, desenvolve-se e aproxima-se dos padrões dos países centrais do Norte.

Vista do Canadá, a compreensão da questão do desenvolvimento é bem outra. O paradigma do desenvolvimento perdeu sua pertinência desde as últimas décadas. Ele é contestado cada vez mais perante as catástrofes ecológicas anunciadas, a corrida insensata ao consumo, o crescimento das dívidas públicas, como também privadas, o esgotamento das múltiplas dimensões (financeira, de legitimidade, corrupção etc.) do Estado-provi-

blicada em versão livre: *Du pain et des services, la réforme de la santé et des services sociaux au Québec*, Montréal, Saint-Martin, 1981; *Services and Circuses, Community and the Welfare State*, Montreal, Black Rose Books, 1984.

dência, que foi o ator principal do desenvolvimento pelas suas políticas de sustentáculo às empresas e pelas suas iniciativas em matéria de saúde, educação, serviços sociais, de regimes de previdência social etc. As próprias empresas são confrontadas a tais exigências de competitividade internacionais que as fazem recorrer às múltiplas táticas de redução dos custos de produção, das quais destaca-se o recurso à subcontratação e ao emprego atípico. É assim que o emprego informal, que praticamente não existia nos países do Norte até recentemente, expande-se a grande velocidade.

Encontramo-nos, por conseguinte, diante de uma conturbação radical das representações e dos sistemas de valor que prevaleceram ao curso do último meio século, no momento mesmo em que os nossos colegas brasileiros parecem regozijar-se de poderem, enfim, aceder a um ideal de sociedade que o Norte tende a se distanciar cada vez mais, muito mais por impossibilidade material de poder sustentá-lo do que por opção moral ou política.

O debate sobre o desenvolvimento e sobre o seu corolário, o emprego informal, encontra-se no centro dessa tensão. Esse debate transcende o campo intelectual e as escolhas políticas desses intelectuais; ele se inscreve nesta reivindicação histórica do Brics: que o Norte, que se desenvolveu graças à exploração sistemática dos nossos recursos e que assim há muito tempo nos tem posto em tutela, deixe-nos agora nos desenvolver, mesmo que esse desenvolvimento coloque em risco a sobrevivência do planeta, pois sabemos bem que para que possamos nos desenvolver como o Norte o fez, será necessário recorrer a fontes de energia poluentes, reduzir os padrões das condições de produção, acelerar um conjunto de medidas econômicas que contribuirão para aumentar as desigualdades etc. É dessa maneira que se situa a forma implícita das nossas posições e das nossas escolhas políticas respectivas, mesmo se, como estamos bem de acordo, nossa posição política e moral procure defender e promover um desenvolvimento ecológica e socialmente “responsável”, orientação que compartilhamos, evidentemente, na medida em que aceitamos nos definir no quadro paradigmático do “desenvolvimento”.

A Informalidade, um Pilar para uma Análise Crítica das Ciências Sociais e do Papel do Estado nas Relações Norte-Sul

Concentrar-nos-emos agora de maneira mais específica na questão da informalidade. Há alguns anos, tive a oportunidade de descobrir na

prática e teoricamente o fenômeno da informalidade no México. Mais particularmente, as realidades do trabalho informal – que hoje compreende mais de 70% da mão de obra ativa e se encontra em forte crescimento – também do *habitat* informal, do comércio informal, da imigração informal, dos tráfegos de todos os tipos etc. São tantos fenômenos que, levados em conta, explicam muito melhor o funcionamento real da sociedade mexicana do que as políticas oficiais, os programas e as iniciativas estatais diversas que as ciências sociais são instadas a estudar como sendo constitutivos da sociedade mexicana.

O encontro com uma alteridade radical como essa apresentada pelo México obriga-nos a adotar uma abordagem que consiste em posicionar a nossa própria realidade à distância. Nós, pesquisadores, pelo nosso trabalho no domínio das políticas públicas, somos diretamente implicados na construção dos espaços estatais nacionais. É precisamente o que produz a apreensão da informalidade. Com efeito, a informalidade é um fenômeno típico das sociedades do Sul? Sim, certamente, ao se considerar a literatura especializada dos anos 1970 e 1980. Subjacente a esse diagnóstico, tem-se um olhar normativo numa perspectiva universal, difundido, a partir das sociedades do Norte, o das políticas do desenvolvimento do Banco Mundial: uma proposição/imposição de um “encadeamento necessário e inevitável” no sentido de uma racionalidade, de uma modernidade promovida pelos Estados e as grandes instituições internacionais, encabeçadas pela ONU. Como promotores do “desenvolvimento”, eles são sustentados pelos trabalhos e pelas recomendações dos cientistas sociais do Norte (e seus homólogos do Sul formados no Norte): reduzir⁵⁰ os setores informais para construir uma sociedade melhor, menos tradicional, menos feudal, menos atrasada. Em síntese, buscar o “progresso” e o “desenvolvimento” (SCOTT, 1998; NÉLISSE, 1994; APPADURAI, 1996).

Uma nova questão emerge, ao longo dos anos 1990: e se a informalidade fosse igualmente constitutiva das sociedades do Norte? E se nossa incapacidade de visualizá-la fosse em função de uma cegueira produzida pelas ciências sociais que nos teriam ensinado mais a não ver, mais a não saber ver a informalidade no funcionamento das nossas próprias sociedades? Uma informalidade que os pesquisadores têm avaliado recentemente é que, na Alemanha, por exemplo, ela responde por cerca de 30% do PIB

⁵⁰ Reduzir no sentido de que, por analogia, os jesuítas criaram no século XVI, nos territórios recém-conquistados do Paraguai, “reduções” para os guaranis nômades, onde eles iriam estabelecê-los e colocá-los sob sua “proteção”.

em 2009 (PFAU-EFFINGER, 2009) e por pelo menos de 20% no Canadá⁵¹, uma informalidade incessantemente crescente – em virtude dos processos de mundialização ultraliberal (que voltarei a destacar) –, e que se expande nos setores da construção civil, transportes, segurança, agricultura e nos serviços pessoais (com crianças, deficientes e pessoas idosas) e de restaurantes. Portanto, um trabalho informal que é executado massivamente por imigrantes, legais e ilegais, mulheres, jovens e cada vez mais por aposentados. Em síntese, exatamente populações que se encontram tradicionalmente às margens da “sociedade salarial” (CASTEL, 1995), do Estado-providência e de suas políticas sociais que se articulam na “sociedade salarial”.

E se essa informalidade não fosse precisamente o que permite colocar um pouco de óleo nas engrenagens oxidadas do funcionamento do Estado-providência por atores sociais que não se beneficiam das suas proteções, condição mesmo da eficácia das suas políticas, da sua sobrevivência financeira e atuarial? Exatamente como descobre-se hoje. As grandes empresas multinacionais fundam em parte seu desempenho financeiro sobre estratégias que consistem em incorporar, na sua produção, subcontratantes juridicamente autônomos, gerados por elas, cujos trabalhadores, frequentemente imigrantes, são privados de direitos e acessos às proteções estatutárias. Há também empresas que não querem saber nem quem o executa, nem onde ele é executado⁵².

Essa interrogação sobre a informalidade no Norte, conseguinte à constatação do que “surpreende” um analista do Norte quando ele reencontra o Sul, é estimulada pelas transformações ao longo de 20 anos, as quais ocorrem incrivelmente hoje nas relações Norte-Sul, não somente nos planos econômicos, financeiros, políticos, mas também culturais e científicos. A Europa (em especial a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França) e os Estados Unidos exerceram até agora uma influência cultural dominante sobre o universo acadêmico mundial. Isso, certamente, com o apoio político e financeiro determinante dos seus Estados respectivos em escala

⁵¹ Ver as discursões relativas às avaliações de Fortin *et al.* (2009).

⁵² Poder-se-ia citar, por exemplo, o famoso *Gomorra*, de Roberto Saviani (2006), que descreve como as empresas de produção de grande luxo italiano, Gucci, Versace etc., por exemplo, subcontratam uma parte da confecção dos seus vestuários e artigos de couro a ateliês clandestinos de Nápoles ou de Florença totalmente controlados pela máfia napolitana e supridos por uma mão de obra chinesa clandestina. O todo *Made in Italy!* Mesma problemática se passa em Barcelona no filme *Biutiful*, de Alejandro Iñárritu (2011), com Javier Bardem. O importante aqui é ler essas práticas como sendo constitutivas e necessárias à procura de lucro extremo imposta às empresas por suas estratégias de capitalização.

nacional, mas também com o suporte dado à exportação dos modelos culturais, que lhes confere assim um alcance universal, pelo menos visto das metrópoles respectivas.

Ora, o mundo se transforma e continua a se transformar, o que perturba nossas ciências sociais, nossas concepções de mundo, nossa interpretação ocidentocêntrica do universalismo, da modernidade, do indivíduo, do Estado, do trabalho, das políticas públicas etc. Os nossos esquemas políticos herdados do século XVIII e das revoluções americana e francesa se esgotam e são confrontados hoje com outras leituras do mundo.

Um olhar há 20 anos apenas permite constatar quanto hoje as ciências sociais têm-se transformado sob o impacto das diversas manifestações da globalização e da emergência recente das novas potências: China, Índia, Brasil. A influência do mundo político, cultural e científico do Norte, construído em grande parte pelos Estados-providência ocidentais, reduziu-se consideravelmente^{53,54}.

⁵³ “Novas ciências sociais” emergem, provenientes do Sul, sensibilidades teóricas que alguns qualificam de pós-“pós-coloniais” (O’CONNOR, 2003), ou de “*post subaltern studies*” ou ainda de “des-coloniais” (GROSFUGUEL, 2007; TLOSTANOVA e MIGNOLO, 2009; IVEKOVIC, 2011). O interesse dessas correntes de pensamento é o de promover “um projeto de descolonização epistêmica radical que leva a sério o pensamento crítico decorrente de tradições intelectuais não-ocidentais [...]”. Grosfuguel (2007, p. 3-4), em particular, introduziu nas suas análises, depois de Dussel (1994, 2001), a ideia estruturante de uma “geopolítica do conhecimento” e de “saberes situados”: “a epistemologia eurocêntrica hegemônica se detém num ponto de vista universalista, neutro e objetivo [...] Ora, nós sempre falamos nas relações de poder a partir de uma localização particular [...] Na filosofia e nas ciências ocidentais, o sujeito que fala permanece sempre oculto, recoberto, excluído da análise. A localização étnica, sexual, racial, de classe ou de gênero do sujeito é sempre desconectada da epistemologia e da produção de conhecimentos [...] a predominância da cultura e da epistemologia eurocêntrica constituíram uma colonialidade global dos europeus/euro-norte-americanos sobre os não-europeus [...] a cultura, o conhecimento e a epistemologia produzidos no Ocidente foram consistentemente privilegiados” (SPIVAK, 1988; MIGNOLO, 2000).

⁵⁴ Até agora me referi aos autores que fazem suas reflexões a partir e em direção da América Latina e do Caribe e que são, portanto, mais familiares para mim. Mais abordagens análogas são produzidas por autores asiáticos, especialmente os indianos. Cito, como exemplos, muito restritos, a emergência das literaturas científicas, provenientes da Índia ou em referência a esse país: ROY A. & N. ALSAYYAD (2002), *Urban informality: Transnational perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*, Oxford, Lexington Books; SEN A. (2009), *The idea of Justice*, London, Allen Lane editions; VENKATESH S. A. (2006), *Off the books, the Underground economy of the urban poor*, Cambridge, Harvard U Press; Mehta, Suketu, *Maximum city*, 2005, Vintage books, NY; Doug Saunders, 2010, *Arrival city, the final migration and our next world*, Toronto, Knopf. Appadurai, Arjun, 1996, *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, U of Minnesota Press. Agarwala, Rina, 2013, *Informal Labor, Formal Politics, and Dignified Discontent in India*, Cambridge, Harvard U Press.

É sobre isto que quero insistir: os processos de globalização têm um impacto direto nas ciências sociais tais quais nós as estudamos, elaboramos e praticamos. As ciências sociais produzidas nos países emergentes fazem uma crítica radical à modernidade ocidental, estreitamente associada às noções de indivíduo e, por extensão, de democracia, de cidadania, de sociedade civil, como concebidas no Norte. Elas participam da mudança em curso na relação de inferioridade econômica, política e científica, possibilitando transformar essa relação e a produção de imaginários que a sustentam. Elas sobretudo evidenciam e conferem um novo elemento heurístico à noção de informalidade, posicionada como antítese dos esforços de atualização, de racionalização e de formalização das sociedades que precisamente expandiram os Estados ocidentais durante os últimos 50 anos.

A Informalidade da Fase de Financeirização Acentuada da Economia e de “*Commodification*” das Relações Sociais (a partir de 1990)

A informalidade foi objeto de reflexões teóricas desde o início dos anos 1970, sob a égide do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho. Particularmente em referência ao “trabalho informal” ver Lautier (1994), Noiseux (2000), Salgou (2006) e Portas (1995). Não vou me deter nisso, senão para sublinhar a reticência atual de um certo número de analistas que voltam a “falar” de informalidade, pois essa questão é para muitos tida como “ultrapassada”. Ora, é numa perspectiva diferente que trato essa noção e que a estendo não somente a outros campos de estudo, mas que lhe confiro uma capacidade heurística de crítica das ciências sociais constituídas sob a égide dos Estados-providência.

Constata-se, com efeito, que, com a globalização das sociedades sob a égide do capitalismo financeiro, a partir do início dos anos 1990, as manifestações de informalidade se acentuaram e se transformaram profundamente, ao mesmo tempo que também se transformaram os Estados (na sua forma nacional e providencial), o direito, as economias, o comércio internacional, as relações Norte e Sul e os grandes valores que guiam a ação coletiva. A tese defendida aqui é que a informalidade estendeu-se a uma multiplicidade de domínios e que a reflexão, essencialmente setorial relativamente ao trabalho e à economia informal, existente no início dos anos 1970, é hoje ultrapassada.

Evoluindo em sociedades progressivamente globalizadas, a informalidade encontra-se integrada, como toda atividade econômica formal, ao

capitalismo financeiro e especulativo (GODFREY, 2011). O seu desenvolvimento e a sua expansão tornaram-se mesmo uma condição da eficácia desse tipo de atividade. Adiante, portanto, que havia até o fim dos anos 1980, nos países do Sul, uma informalidade pré-capitalista fundada em diversos sistemas de relações monetárias ou não monetárias, baseadas na confiança e nas solidariedades estatutárias ou identitárias, e, nos países do Norte⁵⁵, existia uma informalidade muito limitada, tendo em conta a capacidade real de regulação dos Estados nacionais, própria à fase fordista/keynesiana. A partir dos anos 1990, surgiu uma informalidade própria à fase ultraliberal, tanto no Sul como no Norte: uma informalidade marcada pela busca frenética do lucro, um enfraquecimento das regulações institucionais e uma modificação dos termos relativos às lógicas das relações de troca e do mercado, abrindo a via para diversas práticas de corrupção, ou mesmo para comportamentos mafiosos.

A liberalização das relações econômicas *libera*⁵⁶, com efeito, a informalidade a favor de um enfraquecimento dos esforços da fase fordista/keynesiana, os quais visavam o contrário, ou seja, formalizar para “reduzir” o informal rampante nas sociedades e para limitar a influência do mercado. Essa visão induz inevitavelmente a uma interrogação sobre os efeitos perversos de tal “liberação”. Retornaremos aqui com respeito à tradição de análise polanyiana em matéria de economia política.

Vê-se hoje que não são somente as empresas privadas, em especial as multinacionais, e os próprios Estados que aceleram o avanço da informalidade, para bem além do trabalho e da habitação, mas também o comércio, nos diversos tipos de tráficos etc. (LESEMANN, 2010, 2012b). Assim, os Estados abandonam largamente o seu papel providencial, a sua função de proteção, de promoção do consenso social, da concertação e da arbitragem das relações entre o capital e o trabalho, em proveito de um papel de liberalização dessas relações em benefício das grandes empresas, particularmente as dos setores de energia e de extração mineral, do agronegócio e das finanças. Como diz Mingione (1998, p. 69):

não há uma economia possível sem um nível suficientemente elevado de mecanismos de integração que alimentam o potencial de

⁵⁵ Ver Lesemann (2014): *Agir face à l'incertain, le potentiel heuristique de l'informalité pour penser l'incertain: quand le Sud questionne le Nord*. In: VRANCKEN, Didier (Dir.). *Penser l'incertain*. Québec: PUL, p. 93-112.

⁵⁶ Em oposição ao processo de “redução”, ver nota 1.

cooperação. A flexibilização, as tecnologias e as novas formas da divisão do trabalho não podem estimular o crescimento econômico sem que elas provoquem uma desagregação social incontornável e caramente paga, inclusive em termos econômicos, [...] é necessário inclinar-se sobre os fatores sociais, para além do paradigma do mercado [...] sobre o enraizamento social do comportamento econômico.

No entanto, é pela própria mediação das instituições do Estado que os processos sociais se encontram cada vez mais diretamente submetidos à lógica do mercado, numa grande variedade de domínios: trabalho, proteção social, educação, meio ambiente etc. (BRENNER; PECK; THEODORE, 2010, p. 101-102)⁵⁷. Nós assistimos a

uma reestruturação, ou seja, a uma destruição e uma reconstrução dos espaços construídos pelo fordismo/keynesianismo, que recorre a uma mobilização ativa do Estado para promover novos arranjos de regulação pelo mercado.

Esse processo implica o recurso a “uma informalidade “calculada”, intencional, explorada, onde a remoção da regulação estatal determina uma outra estratégia de alocação dos recursos, de acumulação e de fonte de poder. Nesse sentido, a informalidade como expressão de uma estratégia de desregulação torna-se um modo de regulação.

Na governança global da economia, dos investimentos estratégicos, da atenção às desigualdades e à tributação, da pressão visando à redução dos salários e dos direitos previdenciários, o papel dos Estados tornou-se cada vez mais determinante, com vistas a acelerar a acumulação do capital e o enriquecimento econômico privado em nome da produtividade, da competitividade e da criação de empregos. No plano do trabalho, pensa-se em estratégias diversas – as quais são ativamente implementadas tanto na Europa (POCHET, 2010) como na América do Norte (LESEMANN,

⁵⁷ Note-se que Neil Brenner e Nik Theodore (2005) dão continuidade aos trabalhos de Peter Hall e David Soskice (2001) sobre a análise neoinstitucionalista. Eles se referem a uma variedade de processos de neoliberalização (*Variegated neoliberalization process*). Eles insistem no fato de que existem formas variadas, diferenciadas de neoliberalização ou de reestruturação regulatória que produzem uma diferenciação geoinstitucional entre lugares (lugares, *sites*), territórios e escalas. Essas reflexões se opõem à ideia de que a globalização neoliberal seria um fenómeno caracterizado por uma onda homogênea que abrangeria igualmente todos os países e todas as domínios. A globalização não acarreta necessariamente uma homogeneização do mundo (2010, p. 184).

2010, 2012a, 2012b, 2012c) – de redução dos direitos do trabalho, dos salários e da proteção social (desemprego, benefícios sociais). Também verifica-se o avanço na implementação de políticas de imigração de mão de obra qualificada: recrutamentos pontuais e focalizados de trabalhadores estrangeiros especializados, com contratos de duração determinada, sob condições salariais inferiores para funções equivalentes executadas pelos “cidadãos nacionais”, provocando assim uma pressão no sentido de rebaixar os salários “nacionais”, a ausência de vantagens e benefícios sociais, contratos realizados entre agências especializadas de recrutamento de mão de obra que tornam os assalariados empregados dessas agências e não das empresas onde os alocam etc. (LESEMANN, 2012c). Essas políticas são doravante, no Canadá, negociadas de Estado a Estado de maneira a gerar uma concorrência entre a mão de obra imigrante e os trabalhadores nacionais, ao mesmo tempo que os países exportadores veem nessa sua mão de obra expatriada uma fonte de rendimentos graças às remessas financeiras dos imigrantes às suas famílias residentes nesses países. Essas transferências de fundos constituem a segunda fonte de renda para o México, após o petróleo, e a primeira fonte para os países da América Central, para as Filipinas etc.

Caracterizada por uma competição desenfreada, uma rapidez estratégica extrema, constitutiva da capacidade de concorrer, esse sistema de alocação de recursos exige a redução dos controles regulamentares considerados doravante como barreiras à livre circulação das mercadorias e da mão de obra especializada, bem como de todas as formas de proteção do trabalho e de arranjos estratégicos que contribuam para reduzir o desempenho, a concorrência e, finalmente, a rentabilidade financeira. Isto é o que leva à expansão, ultimamente, de todo o espaço do informal.

Em Conclusão: uma Leitura Política, e não somente Econômica da Informalidade

A leitura política, e não somente econômica da “nova” informalidade que proponho em conclusão, inspira-se em pesquisadores das ciências sociais críticos do Sul, principalmente os indianos⁵⁸, que se interrogam sobre os impactos da globalização nas suas diversas manifestações, em especial a respeito dos processos de migração. Para eles, a informalidade está no cen-

⁵⁸ Ver nota 9, dos autores tais como: Roy, Alsayyad, Venkatesch, Agarwala etc.

tro dessas transformações, cujo carácter que ela exprime é eminentemente político. A informalidade é uma noção estruturante das sociedades como expressão das relações de poder, enquanto na literatura dos anos 1970 e 1980 foi associada à pobreza e ao subdesenvolvimento numa perspectiva funcionalista, geralmente não crítica.

Ora, associar informalidade a subdesenvolvimento, como se fez nos anos 1970 e 1980, reenvia-nos a apoiar uma representação que tende a “essencializar” a informalidade, a fazê-la própria de categorias sociais específicas e, por conseguinte, despolitizar a noção de informalidade. A maneira como nossos colegas brasileiros falam da informalidade parece-me relevar de uma tal perspectiva, mesmo se o fazem de maneira crítica, desejando para os trabalhadores informais a possibilidade de se integrarem à “sociedade salarial”.

A nossa perspectiva é diferente, visto que constatamos que a informalidade não é hoje de modo algum um resíduo de estruturas arcaicas, mas sim uma estratégia, por parte dos Estados tanto quanto das empresas, da política de redução dos custos de produção para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas nacionais inscritas doravante num mundo globalizado.

Os pesquisadores do Sul evidenciam que há uma informalidade dos pobres, seguramente, mas também uma informalidade dos ricos que possibilita precisamente o seu enriquecimento e que dá suporte ao seu poder. Essa leitura, alimentada pelas realidades do Sul, fere a dialética centro-periferia, pois a informalidade permeia o conjunto dos comportamentos e das relações sociais além de se encontrar no centro das relações de poder e, de maneira alguma, à sua margem. A informalidade dos poderosos, que se vê, por exemplo, tanto em Mumbai, Milão, Nápoles ou Barcelona (para citar casos devidamente documentados) quanto, sem dúvida, no Brasil, permite-lhe apropriar-se pela força, com a cumplicidade dos poderes políticos, dos espaços de habitação (terrenos de *slums*, favelas nas quais se concentravam depois de várias décadas dezenas de milhares de pobres e que se veem perseguidos em algumas horas) ou das empresas “ilegais”. Existe aqui, por sua vez, uma informalidade da produção ou das áreas de favela tolerada pelas autoridades sobre os terrenos cuja propriedade foi considerada como “pública”, numa lógica de “direitos adquiridos”, e uma informalidade extralegal e violenta nas formas de se apropriar de tais terrenos e de “privatizá-los” ou na oferta de emprego fora de qualquer referência a um mínimo de direito do trabalho ou a um contrato de trabalho formal.

A informalidade caracteriza esses espaços de incerteza e de extraterritorialidade para os habitantes dos *slums* tanto quanto para os imigrantes legais ou ilegais da produção clandestina.

A informalidade é um estado de desregulação no qual a propriedade e o uso de um bem ou de um recurso não podem ser estabelecidos ou não funcionam de acordo com as regras e as leis em vigor, a própria lei sendo percebida pelos que a evocam como aberta, flexível, sujeita a múltiplas interpretações, inscrita numa relação incerta entre o que é legal/ilegal, legítimo/ilegítimo, autorizado/não autorizado.

Em resumo, essa relação vaga e arbitrária à regra, que se trate de espaços a ocupar ou de produção de bens, torna-se um lugar de concentração de poder e de violência. A desregulação pelo Estado dos diversos direitos sociais, em particular os do trabalho, mas também do espaço, da fiscalidade, permite uma flexibilidade considerável para modificar as condições de funcionamento das empresas, de transferência de benefícios (*off-shore*), e também o acesso à propriedade (*slums*). Consequentemente, a representação de uma separação nítida entre o legal e o ilegal que rejeitava a informalidade na ilegalidade não existe mais. O legal e a regulação são penetrados e imbricados de informalidade. As fronteiras são permeáveis, e a informalidade é correlativa dessa permeabilidade das fronteiras, quaisquer que sejam.

Mais uma vez, a informalidade não é absolutamente exclusiva dos precários ou dos marginais: ela é fonte e meio de sobrevivência para uns, fonte de enriquecimento e de acumulação para outros. Os regulamentos “negociáveis” servem aos interesses dos poderosos (quer seja em relação à apropriação de terrenos para construção, por exemplo, quer seja ao controle dos fluxos de imigrantes, à instalação de ateliês clandestinos etc.).

Portanto, o informal não se opõe mais ao formal, como nos anos 1970, onde o formal era “racional” e o informal “irracional”. A informalidade representa hoje outra forma de racionalidade. É um modo de produção do espaço definido por uma lógica territorial de desregulamentação. Ela é um modo de produção do trabalho, da organização da produção, do emprego, definido por uma lógica empreendedora de desregulamentação, promovida ativamente pelo Estado que se tem tornado ator da globalização neoliberal. Ela não é mais arcaica, é hipermoderna no sentido em que anuncia quais serão – e são já para muitos – as condições de trabalho de uma parte crescente da população, inserida, sob a pressão da necessidade de conseguir uma renda, numa lógica produtivista caracterizada por uma exigência de competitividade a qualquer custo.

Em termos de orientações, tanto para a pesquisa quanto para a ação, vendo a informalidade de maneira política, questionar-se-ão por sua vez a “informalidade do alto”, dos ricos, e a “informalidade de baixo”, dos pobres, que levam a efeito, cada uma, numa interação e interdependência estreitas, suas diversas formas de mobilização. Uns, pelo controle dos instrumentos jurídicos, o recurso à corrupção e à violência; outros, por diversas estratégias de resistência, de adaptação, e modos alternativos de organização da vida quotidiana graças a diversas formas de solidariedade étnicas, familiares, associativas ou muito simplesmente conjunturais, como testemunham nesta obra as contribuições de Noiseux, Soussi, Yerochewski e Ferraz. Há, como sublinha Ananya Roy (2009a, 2009b, 2011)⁵⁹, uma força de ação, uma agência da informalidade, que ela seja de baixo ou do alto.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, A. **Modernity at large: cultural dimensions of globalization**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

BENEDICT, A. **Imagined communities**. London: Verso, 1983.

BOUCHARD, G. **Genèse des nations et cultures du nouveau monde: essai d'histoire comparée**. Montréal: Boréal, 2000. p. 503.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After neoliberalization? **Globalizations**, v. 7, n. 3, p. 327-345, 2010a.

_____. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. **Global Networks**, v.10, n. 2. p. 182-222, 2010b.

_____.; THEODORE, N. Neoliberalism and the urban condition. **City**, v. 9, n. 1. p. 101-107, 2005.

DESROSIÈRES, A. Comment fabriquer un espace de commune mesure: harmonisation des statistiques et réalisme de leurs usages. In: LALLEMENT, M.; SPURK, J. (Org.). **Stratégies de la comparaison internationale**. Paris: CNRS Éditions, 2003, p. 151-166.

DUSSEL, E. **El encubrimiento del otro: hacia el origen del “mito de la modernidad”**. La Paz: Plural Editores, 1994.

⁵⁹ Revolta e informalidade (*insurgence and informality*) frequentemente andam de mãos dadas e são interdependentes (ROY, 2009a, 2011). Quais sejam adaptação, resistência e modos alternativos de organização, há uma *agência* da informalidade. Daí o interesse heurístico para analisar as lógicas de ação dos indivíduos, mercados, grupos organizados, do Estado nessa perspectiva.

- _____. **Hacia una filosofía crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.
- FORTIN, B.; LACROIX, G.; PINARD, D. Évaluation de l'économie souterraine au Québec, une approche micro-économétrique. **Revue Economique**, v. 60, n. 5, p. 1257-1274, 2009.
- _____. The informal labor market in Canada. In: MARCELLI, E. A.; WILLIAMS, C. (Eds.). **Informal work in developed nations**. London: Routledge, 2009.
- GODFREY, P. C. Toward a theory of the informal economy. **The Academy of Management Annals**, v. 5, n. 1, p. 231-277, 2011.
- GROSFUGUEL, R. From postcolonial studies to decolonial studies: decolonizing Postcolonial Studies: a preface. **Review, a journal of the Fernand Braudel Center**, v. 29, n. 2, 2006.
- _____. **Les implications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global**: transmodernité, pensée-frontalière et colonialité globale. *Multitudes*, n. 26, 2006. Disponível em: <<http://www.multitudes.net>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- _____. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking and global coloniality. **Transmodernity: journal of peripheral cultural production of the Luso-Hispanic world**. Berkeley: University of California, 2011.
- HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organisation**, v. 46, n. 1, 1992.
- HALL, P.; SOSKICE, D. **Varieties of capitalism**: the institutional foundations of comparative advantage. Oxford: Oxford U Press, 2001.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1983.
- HEYES, J.; LEWIS, P.; CLARK, I. Varieties of capitalism, neoliberalism and the economic crisis of 2008-? **Industrial Relations Journal**, v. 43, n. 3, p. 222-241, 2012.
- IVEKOVIC, R. **Défaire le cadre national des saviors**. Paris, 2014. (Séminaire du Collège International de Philosophie). Disponível em: <www.Reseau-Terra.eu>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- LAUTIER, B. **L'économie informelle dans le tiers-monde**. Paris: La Découverte, 1994.
- _____. **La Banque Mondiale et sa lutte contre la pauvreté** : sous la morale, la politique. Paris: GREITD et IEDES, Université de Paris I, 2002.

LESEMANN, F. Reflexiones sobre la comparación y la metodología comparativa. In: VUOTTO, Mirta (Org.). **La co-construcción de políticas públicas**. Buenos Aires: Prometeo Libros Ed., 2007. p. 13-18.

_____. Repenser les sciences sociales a partir de l'informel: l'intérêt d'une comparaison Sud/Nord. **Gira** [En ligne], 2010. Disponível em: <http://www.gira.info/fr/qui-sommes-nous/activites/Texte_Lesemann.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. **Précarité et informalité dans un monde globalisé**. Montréal: Communication au Congrès de l'ACFAS, 2012a.

_____. **Politiques publiques, protection sociale et progression de l'informalité**: les conséquences de la précarisation de l'emploi sur la société. Montréal: Communication au Congrès de l'ACFAS, 2012b. Disponível em: <<http://www.gireps.org/?q=revue/actuel>>.

MACARTNEY, H. **Variegated neoliberalism**: EU varieties of capitalism and international political economy. London: Routledge, 2011.

MERRIEN, F. X. **L'État-providence**. Paris: PUF, 1997.

MIGNOLO, W.; TLOSTANOVA, M. Global coloniality and the decolonial option. **Special Issue**, n. 6, Roskilde University, 2009.

NÉLISSE, C. La croisée du formel et de l'informel: entre l'État et les partenariats. **Lien social et politiques**, n. 32, p. 179-187, 1994.

NOISEUX, Y. **Le secteur informel au Mexique**. GRIC, UQAM, 2000. Disponível em: <<http://www.unites.uqam.ca/gric/pdf/03-2000-noiseux.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2000.

O'CONNOR, E. Preface for a Post-postcolonial criticism. **Victorian Studies**, v. 45, p. 217-246, 2003.

PFAU-EFFINGER, B. *et al.* **Formal and informal work, the hidden work regime in Europe**. London: Routledge, 2009.

POCHET, P.; VAN GEHUCHTEN, P. P. Le dialogue social européen, inter-professionnel et sectoriel: quels fruits? In: ARCQ, E. *et al.* **Dynamiques de la concertation sociale**. Bruxelles: CRISP, 2010. p. 405-35.

PORTES, A. **En torno a la informalidad**: ensayos sobre teoría y medición de la economía no regulada. México: FLACSO y Porrúa, 1995.

QUIJANO, A. **Dependencia, urbanización y cambio social en Latinoamérica**. Lima: Mosca Azul Editores, 1997.

ROY, A. Why India cannot plan its cities. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 76-87, 2009a.

_____. Strangely familiar: Planning and the worlds of insurgence and informality. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 7-11, 2009b.

_____. Slumdog cities: rethinking subaltern studies. **Intl J of Urban and Regional Studies**, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.

SALAS, C. El sector informal: auxilio u obstáculo para el conocimiento de la realidad social en América latina? In: TOLEDO, E. **Teorías sociales y estudios del trabajo**. México y Barcelona: Anthropos, 2006.

SCOTT, C. J. **Seeing like a state**: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale U Press, 1998.

SAVIANO, R. **Gomorra, dans l'empire de la Camorra**. Paris: Gallimard, 2007.

SMITH, P. M.; GUARNIZO, L. E. Transnationalism from below. **Comparative Urban and Community Research**, v. 6, 1998.

SPIVAK, G. **In other worlds**: essays in cultural politics. New-York: Routledge, 1988.

TOURAINÉ, A. **Les sociétés dépendantes**. Bruxelles: Duculot, 1976.

WAGNER, P. La fin de la grande illusion: les sciences sociale, la modernité et l'État. **Multitudes Web**, 1992.

PARTE 2

**DINÂMICA ECONÔMICA, PAPEL DO ESTADO E
REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

OS FLUXOS DE TRABALHADORES MIGRANTES TEMPORÁRIOS E O PAPEL AMBIVALENTE DO ESTADO: IMPACTOS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A SINDICALIZAÇÃO⁶⁰

Sid Ahmed Soussi

Introdução

Os fluxos migratórios têm historicamente afetado o mundo do trabalho. Nos últimos anos, um fenômeno marcante tende a mudar os princípios fundamentais subjacentes à política pública contemporânea sobre a imigração: a expansão dos programas para os trabalhadores migrantes temporários. Quais são os impactos sociais desses programas e suas consequências locais sobre a estrutura do emprego e sua regulação? Quais são os efeitos de sua associação com o novo cenário da divisão internacional do trabalho que resulta das estratégias de gestão transnacional das empresas?

Para além das zonas de ilegalidade em que se encontram os trabalhadores migrantes temporários (CHOUDRY *et al.*, 2009), a integração desses programas com as estratégias de gestão empresarial transnacional contribui estruturalmente para a precarização do emprego e a desvalorização social do trabalho.

Em Québec, assim como nas demais províncias canadenses, esse fenômeno está crescendo. O trabalho imigrante temporário está presente em áreas agrícolas – empresas agroindustriais –, no trabalho doméstico e também, cada vez mais, nos setores da construção, mineração e de serviços de restaurantes, mão de obra qualificada como “pouco especializada” em função da designação *ad hoc* que lhe é atribuída por um desses programas (PTET-PS). Esses trabalhadores provêm, sobretudo, das Filipinas, para os segmentos de assistência (ajuda) familiar e trabalho doméstico, e da Guatemala e México, no que se refere aos trabalhadores agrícolas sazonais e empregados de restaurantes e de serviços em geral.

⁶⁰ Tradução de Carlos Américo Leite Moreira.

Elaboraremos aqui uma breve descrição dos programas canadenses de migração temporária que regem esse fenômeno para, então, identificar alguns dos seus principais impactos, tanto em termos de coletivos de trabalhadores e de suas condições de trabalho e de permanência quanto do mundo do trabalho em Québec.

Os Objetivos dos Programas de Imigração Temporária Canadense

Três programas regem atualmente os fluxos de mão de obra temporária de baixa qualificação:

1. Programa de Ajuda às Famílias Residentes (PAFR): foi criado em 1950 e suas principais disposições foram elaboradas em 1992. Refere-se, sobretudo, à mão de obra estrangeira direcionada para o trabalho doméstico: cuidados com crianças, idosos, pessoas com deficiência; porém, ela está associada, sobretudo, às atividades de empregadas domésticas. Grande parte dessa mão de obra é composta por mulheres originárias das Filipinas. Sua particularidade é de ser o único programa que garante o acesso à residência permanente sobre certas condições, muito restritivas, relacionadas ao tempo de permanência no país e à duração, em horas, da atividade. Atualmente, o programa está em pleno crescimento: em 2009, 9.816 novos benefícios foram dados às famílias no Canadá, três vezes mais do que em 2000, de um total de 38.608 trabalhadoras (CITOYENNETÉ ET IMMIGRATION CANADA, 2010).

2. Programa dos Trabalhadores Agrícolas Sazonais (PTAS): resulta de um protocolo assinado entre o Canadá e a Jamaica em 1966. Visando inicialmente resolver a escassez crônica de mão de obra no setor agrícola da província de Ontário, o programa foi ampliado para todo o Canadá e em particular para a província de Québec. Em seguida, outros acordos foram assinados com países da América Latina, como o México, que se tornou a principal fonte de mão de obra desse programa. Em 2009, 55% dos 23.372 trabalhadores do PTAS originaram-se do México e 28% da Jamaica. Vale lembrar que a província de Ontário é o principal destino, com 85% dessa mão de obra, empregada principalmente no complexo agroindustrial.

3. Programa de Trabalhadores Estrangeiros e Temporários “Pouco Especializados” (PTET-PS): criado em janeiro de 1973, visava inicialmente – na sua primeira versão, como PTET – a uma mão de obra altamente qualificada (universitários, engenheiros, executivos). Apesar de continuar

sendo utilizado regularmente, notadamente pelas universidades, esse programa ampliou suas prerrogativas em 2002 para incorporar trabalhadores ditos “pouco especializados” (restauração, assistência técnica e residencial, trabalho agrícola). O PTET-PS, projeto-piloto desenvolvido em 2002, apresentou, desde então, uma extraordinária expansão, ao ponto de entrar em concorrência com o PTAS, em função de certas vantagens vinculadas a esse último. Atualmente, esses dois programas rivalizam em termos de regulamentação em matéria de flexibilidade não apenas nas empresas do setor agroindustrial, mas também de outros setores: construção civil, restauração, hotelaria e outros serviços.

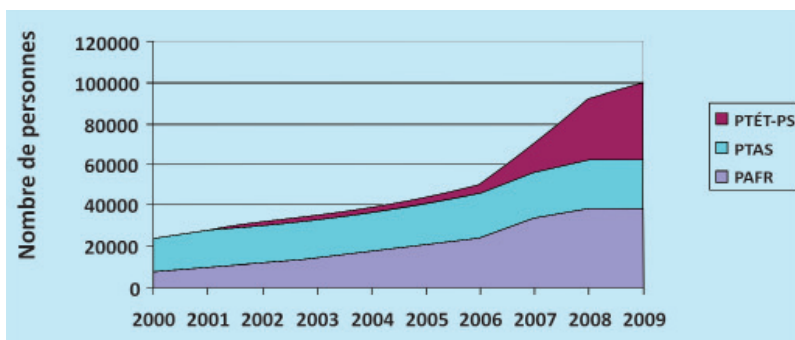


Gráfico 1 – Main-d'oeuvre Migrante Temporaire Présente au Canada au 1er Décembre par Programme

Fonte: www.cic.gc.ca/français/ressources/statistiques/faits2009/temporaires/03.asp.

Tanto no nível federal quanto no provincial, o Estado recorreu a esses programas para suprir as carências de mão de obra. Os dois ministérios federais que supervisionam esses programas são o de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Competências Canadá (RHDCC) e o de Cidadania e Imigração Canadá (CIC), oficialmente para assegurar que o recurso a essa mão de obra seja feito respeitando as legislações do trabalho e da imigração. É inicialmente o RHDCC que responde favoravelmente às demandas dos empregadores em matéria de trabalho e imigração, mesmo que somente seja o CIC que expeça as autorizações de trabalho.

Analizando os três dispositivos, observa-se claramente que a gestão dos fluxos migratórios da mão de obra temporária é objeto de uma estreita colaboração, ou até mesmo de uma verdadeira coordenação, entre as empresas dos diferentes setores e o Estado, por meio de alguns de seus órgãos *ad hoc*.

As Subcondições dos Trabalhadores Estrangeiros Temporários

Os estatutos que permitem a entrada do Trabalhador Estrangeiro Temporário (TET) no Canadá são múltiplos (mais de 16 categorias). Os programas compreendem dois grandes grupos: o primeiro engloba os que necessitam de uma permissão para ingressar no mercado de trabalho emitida pelos Recursos Humanos e Desenvolvimento de Competências do Canadá (RHDCC) (40% a 50% de entradas anuais) e os demais; o segundo grupo inclui os TETs, que entram por meio de “arranjos internacionais”, ou seja, acordos comerciais (ALENA, AGCS etc.), e os trabalhadores ditos de “interesse do Canadá” (35% a 45%).

Dados recentes do Instituto de Estatística de Québec (ISQ)⁶¹ indicam que o número de TET apresentou um nítido crescimento dos ingressos e dos “efetivos no primeiro de dezembro” (indicadores Stat Can) a partir de 2003-2004. Entre 2005 e 2008, o aumento foi particularmente forte, atingindo todos os programas, em especial o PTET-PS criado em 2002. Com a crise financeira de 2008, os ingressos e os efetivos diminuíram, sem, no entanto, recuar aos níveis de 2007-2008. Em Québec, nota-se um aumento do número de TET (entrada e efetivos) a partir de 2006-2007. O crescimento se mantém mesmo após 2008. Na província de Ontário, as tendências são as mesmas, porém o crescimento iniciou em 2003. Em 10 anos, o número de residentes temporários em Québec registrou uma expansão de um pouco mais de 50% entre 2000 e 2010. Os trabalhadores estrangeiros são os que mais entram em Québec como residentes temporários (ISQ, 2012).

As Novas Regulamentações sobre a Estrutura Salarial

Recentemente, uma nova medida estipulada por uma diretiva administrativa da RHDCC, de 25 de abril de 2012 (DEPATIE-PELLETIER, 2012), determina que a escala salarial dos empregos “especializados” preenchidos pelos trabalhadores estrangeiros temporários no Canadá pode, dessa data em diante, estar sujeita a uma discrepância de até 15% menor do que a mesma categoria de empregos ocupados por trabalhadores locais⁶²

⁶¹ Institut de la Statistique du Québec, 2012. <http://www.stat.gouv.qc.ca/salle-presse/communiqu/2012/fevrier/fev1207.htm>. Ver igualmente o site ISQ: <http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/conditions/bull-socio.htm>.

⁶² Diretiva divulgada em 25 de abril de 2012 pela RHDCC. RHDCC (2012), *Programa de trabalhadores estrangeiros temporários – Ficha de informação relativa*

(Gouvernement du Canada, 2012). Note-se que as prerrogativas jurídicas de Québec permitiram-lhe não implementar essa medida, que, levando-se em conta seu caráter recente, não foi integrada aos dispositivos regulamentares do MICC. Note-se ainda que os impactos inelutáveis de tal medida serão imediatos com relação à tendência que serão produzidas em termos de baixa generalizada dos salários em todos os setores de atividade afetados.

Os Fluxos de Trabalhadores Temporários: um Panorama

Os trabalhadores migrantes temporários encontram-se em segmentos que pagam baixos salários, socialmente desvalorizados e num contexto de relações de trabalho precárias, devido ao estatuto e vínculo de dependência e subordinação jurídicas em relação aos empregadores, identificados nominalmente no contexto desses programas. Entretanto, algumas distinções aparecem. Enquanto num primeiro momento esses programas eram circunscritos a certos grupos de trabalhadores e a setores de atividades específicos – trabalhadores sazonais agrícolas, assistência familiar e empregados domésticos –, o recurso aos programas de trabalhadores denominados “pouco especializados” permitiu o desenvolvimento de um fluxo migratório de trabalho temporário qualitativamente diferente nos últimos anos. Esse fluxo atrai técnicos em eletrônica, trabalhadores da linha de produção, operadores, eletricitistas e técnicos em telecomunicações (principalmente a instalação de antenas e outros materiais relacionados à rede de teledifusão). Trata-se de uma transformação progressiva, porém profunda e provavelmente irreversível, de certos setores de atividades que até então utilizavam uma mão de obra proveniente de uma estrutura de formação profissional local⁶³ e cujas condições de trabalho e de remuneração respondiam às exigências econômicas, financeiras e jurídicas com referência a Québec.

É importante destacar que as condições de trabalho relativas a essa mão de obra foram frequentemente qualificadas de difíceis por várias pes-

ao aviso sobre o mercado de trabalho em expansão. http://www.rhdcc.gc.ca/fra/competence/travailleurs_etrangers/amtaa/fiche.shtml. Essa diretiva contém o seguinte remarque: “um salário de 15% abaixo da taxa salarial fixada será aceito, à condição de que ele seja equivalente àquele pago aos empregados canadenses ou residentes permanentes ocupando a mesma profissão. O empregador que escolhe pagar ao TET um salário abaixo da taxa salarial fixada pode estar sujeito a uma inspeção. RHDCC/Serviço Canadá emitirá um AMT-A negativo se o salário oferecido ao TET é mais de 15% abaixo da taxa salarial fixada”.

⁶³ Notadamente no contexto das formações profissionais secundárias e colegiais.

quisas recentes realizadas por atores institucionais e também por pesquisadores (BREM, 2006; OXMAN-MARTINEZ, 2006). Frequentemente, as jornadas dos trabalhadores sazonais ultrapassam 15 horas/dia, enquanto os serviços de assistência às famílias são quase sistematicamente ocupados por tarefas domésticas, sem referências temporais de quantidade de horas de trabalho (LANGEVIN; BELLEAU, 2000).

Em termos de remuneração, a maior parte dos observadores e dos intervenientes concorda em sublinhar a equivalência ao salário mínimo que recebem esses trabalhadores, incluindo os trabalhadores ditos “pouco especializados”. Mesmo se essas remunerações obrigam a maior parte dos trabalhadores de contribuir ao regime de seguro emprego, à empresa pública que administra as rendas (tipo Receita Federal) e ao regime de seguro parental, suas possibilidades de se beneficiarem desses regimes é mínima.

Sobre o plano da saúde e da seguridade do trabalho (SST), e para o conjunto dos trabalhadores dos três programas, as disposições jurídicas em matéria de formação em SST (manipulação de ferramentas de produtos nocivos, como os produtos químicos ou de pesticidas e outras substâncias de risco) são tão pouco restritivas que poucos trabalhadores recorrem. Isso vale tanto para os trabalhadores sazonais quanto para os serviços de assistência às famílias.

No que se refere à proteção social, diversos estudos mostram a vulnerabilidade na qual se encontram os trabalhadores migrantes temporários (WALIA, 2010; TUAC e ATA CANADA, 2009). Existem naturalmente a lei sobre as normas do trabalho e a lei sobre os acidentes de trabalho e as doenças relacionadas à profissão, porém seus dispositivos são raramente aplicados, por diversas razões relacionadas ao ambiente e ao local de trabalho desses empregados assim como às condições de subordinação em relação a seus empregadores. Muitos trabalhadores sazonais são impedidos de deixar seus locais de trabalho. É o caso dos trabalhadores agrícolas e dos serviços de assistência às famílias residentes que, em muitos casos, podem ter seus documentos de identidade, necessários para a obtenção da autorização para permanecer no país e trabalhar, confiscados pelos empregadores (OXMAN-MARTINEZ, 2006). É principalmente esse laço de dependência com o empregador que se constata por meio de diversas pesquisas e dos estudos de organizações de defesa dos imigrantes, como ONGs, sindicatos etc. Além desse laço de dependência, o isolamento social desses trabalhadores é igualmente destacado (LANGEVIN; BELLEAU, 2000).

As Dimensões Internacionais do “Modelo Canadense”

Para vários observadores, como Preibisch (2010) e outros trabalhos já mencionados, uma constatação comum se observa: o recurso crescente dos países do Norte à gestão dos fluxos do trabalho migratório temporário (FTMT) por meio da implementação de programas *ad hoc*. Vários programas foram implementados originalmente no setor agrícola, como no caso do Canadá. Várias observações emergem desses trabalhos.

Primeiramente, os programas canadenses concedem uma grande flexibilidade aos empregadores canadenses em matéria de gestão da mão de obra nos setores afetados, conforme os próximos parágrafos, de acordo com Preibisch (2010).

No plano comparativo, o PTAS é considerado um modelo internacional devido a sua longa duração (desde 1966), alta taxa de retorno e seu caráter intergovernamental administrativamente bem gerido. O novo programa (PTES-OS) não adotou esse modelo, de maneira que existem dois tipos de programas para a gestão dos FMTT no setor agroindustrial. A lógica desses dois programas visa estimular essa mão de obra a aceitar as condições de trabalho e de remuneração da indústria agroalimentar e de se encontrar em menores condições de contestá-los em razão do *status* temporário/vulnerabilidade e da diferença de direitos (“*political-legal coercion*”). Entretanto, no conjunto, esses programas aparecem na condição de “*pick-your-own labor*”, já que eles propõem mecanismos de controle e de recrutamento da mão de obra baseados no sexo e na nacionalidade dos trabalhadores: desse fato decorre seu caráter intersetorial em termos de *workplace segmentation* (raça, etnia, gênero, cidadania).

Adicionalmente, eles adotam um sistema de competição entre os estados exportadores de mão de obra e a prática dos empregadores de *country-surfing*. É o caso do novo programa PTET-PS, cuja dinâmica administrativa e securitária ocorre em consonância à fragilização do poder de negociação dos estados exportadores, como exemplo o recurso crescente aos trabalhadores da Guatemala na agricultura. Trata-se de uma “*liberalization of the source countries*” que permite uma flexibilidade para os empregadores bem maior com o PTES-PS.

A adoção do PTET-PS e sua expansão parecem justificadas por dois argumentos: primeiramente, existe a vontade oficial de se submeter às regras comerciais multilaterais (OMC, cláusula da nação mais favoreci-

da etc.). Os trabalhos consultados mostram que esse argumento é inconsistente. A segunda justificativa para a escolha do modelo mais flexível do PTET-PS: a burocracia do PTAS. Preibisch (2010) demonstra que os problemas relacionados ao aumento da exploração dos TMT ocorrem com o recurso a um programa mais flexível e menos enquadrado como o PTET-PS. Ademais, a emergência de recrutadores privados próprios ao PTET-PS está diretamente ligada à expansão do número de trabalhadores informais e às violações por esses recrutadores.

Quadro 1 – Os Fluxos Migratórios do Trabalho Temporário e as Normas Internacionais: os Obstáculos à Ação Coletiva e Sindical

As normas internacionais aplicadas aos fluxos migratórios do trabalho temporário (FMTT) estão associadas essencialmente às principais convenções internacionais (ONU e OIT). Primeiramente, existe a convenção sobre os trabalhadores migrantes (C97), adotada em 1949 pela OIT, que foi acrescida em 1975 de uma convenção complementar (C143), chamada de *convenção sobre os trabalhadores migrantes (disposições complementares)*. Em seguida, a convenção internacional sobre a proteção de direitos de todos os trabalhadores migrantes e os membros de suas famílias, adotada pela ONU em 1990 e implementada em 2003. Enfim, a nova convenção relacionada ao trabalho decente para os trabalhadores e trabalhadoras domésticas (C189), adotada pela OIT em 2011.

Até o momento, o Canadá não ratificou essas convenções. Dois argumentos são apresentados: o primeiro defende que a gestão dos fluxos migratórios assim como os modos de enquadramento jurídico dos direitos acordados às trabalhadoras e aos trabalhadores migrantes são prerrogativas de soberania nacional dos estados. Em seguida, existe o argumento de que os direitos fundamentais já são garantidos no Canadá para todas as pessoas, independentemente de seu *status* (PICHÉ *et al.*, 2006).

As Agências Privadas de Recrutamento e a Sujeição a um Único Empregador: um Acesso Problemático aos Direitos Sociais

Desde o desenvolvimento desses três programas, em particular o dos trabalhadores “pouco qualificados”, o PTET-PS, as agências privadas de recrutamento desse tipo de mão de obra se multiplicaram. O papel dessas agências se ampliou para cobrir as responsabilidades que, anteriormente, eram prerrogativas das instituições públicas: tanto na contratação quanto no acompanhamento e no enquadramento das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores migrantes temporários. Em Québec, esse papel foi claramente devolvido ao famoso organismo *Ferme*, acrônimo prosaico designando a Fundação das Empresas de Recrutamento da Mão de Obra Agrícola Estrangeira⁶⁴. Várias agências privadas estão envolvidas também nos programas de assistência às famílias residentes, exigindo para o processo de recrutamento o pagamento de taxas consideradas exorbitantes pelos trabalhadores frequentemente desiludidos com as condições de remuneração na sua chegada ao Canadá, sendo obrigados a reembolsar a dívida contratada a essas agências (ILO, 2010).

Essas constatações mostram claramente os limites enfrentados pelos trabalhadores migrantes temporários no que se refere a sua capacidade de fazer valer seus direitos nos locais de trabalho e no espaço público. Enfim, é importante sublinhar a ignorância em que se encontra a maior parte desses trabalhadores no que se refere às normas e aos recursos dos quais eles podem se beneficiar nos seus espaços de trabalho: muitos deles não falam ou dominam muito pouco o idioma prevalecente e uma boa parte é pouco alfabetizada. Há, ainda, obstáculos ligados às dificuldades de deslocamento fora do ambiente de trabalho e o desconhecimento, ou até mesmo a ignorância, dos dispositivos administrativos, jurídicos e institucionais aos quais eles podem recorrer em matéria de direito do trabalho e de proteção social. Além disso, esses recursos tornaram-se mais complexos pela intermediação inevitável exercida pelas agências de recrutamento privadas. Ao se levar em consideração as dificuldades que os trabalhadores de Québec devem gerir em matéria de relações de trabalho, pode-se imaginar os obstáculos que os trabalhadores migrantes temporários enfrentam, considerando ainda que os dispositivos jurídicos que os enquadram dificultam substancialmente o acesso aos direitos sociais acessíveis à mão de obra local (WALIA, 2010).

⁶⁴ Sua designação em inglês, pela RHDCC, é igualmente prosaica: *Farms*.

Portanto, os dispositivos desses três programas colocam os trabalhadores migrantes temporários em um contexto incontestável de vulnerabilidade e de precariedade estruturais. O contrato de trabalho desses programas é nominativo e cria um vínculo de subordinação a um único empregador. Tomar a iniciativa de romper um vínculo de trabalho acarreta a ilegalidade para esses trabalhadores, colocando-os numa situação de repatriamento forçado e obrigando-os a arcar com as próprias despesas relacionadas a essa contravenção (OXMAN-MARTINEZ, 2006).

Uma Política de Precarização Institucionalizada da Imigração?

Vários trabalhos percebem a institucionalização da precariedade dos estatutos jurídicos dos imigrantes como principal política de controle dos FTMT⁶⁵ (GOLDRING *et al.*, 2007). A pesquisa de Goldring e de seus colaboradores (2007) não trata unicamente dos TMT, mas tem como objetivo apresentar uma reflexão teórica mais ampla sobre a maneira de designar os diferentes estatutos dos imigrantes e de identificar os processos produtores de uma variedade de estatutos precários, ou até mesmo pela falta de estatuto legal. Para os autores, a terminologia *precarious legal status* é mais apropriada ao nível teórico e conceitual do que às abordagens tradicionais binárias ou dicotômicas para descrever os diferentes estatutos dos imigrantes canadenses. Isso pelo fato de essas abordagens não refletirem a *constellation of categories of legal status*, não levarem em consideração o papel das variáveis interseccionais (raça, gênero etc.) e, finalmente, não oferecerem a flexibilidade necessária para adaptar as categorizações às transformações de práticas e políticas através do tempo e de maneira dinâmica, a produção de estatutos sendo um processo (“*process*”) contínuo.

Esse processo de “produção de estatuto precário” tem sua fonte na consagração pela Lei Sobre a Imigração e a Proteção dos Refugiados (2002) da variedade de estatutos de entrada autorizada pelos imigrantes permanentes e temporários. Essa lei muda as regras em matéria de asilo, tornando-as mais restritivas, porém mantém a importância dos critérios econômicos (orientação para o mercado de trabalho) já presentes na lei de imigração (1976) que a precedeu. Em termos de imigração permanente, as prioridades econômicas e associadas ao mercado de trabalho são centrais.

⁶⁵ “We argue that binary conceptions of legal status do not reflect the Canadian policy context, and propose the use of ‘precarious status’ to capture the various forms of irregular status and illegality” (Abstract).

Precarização do Emprego e Degradação da Relação Salarial

Além dessas constatações, fica a indagação quanto aos impactos desse fenômeno dos fluxos de migração temporária da mão de obra sobre vários aspectos característicos do mundo do trabalho no Canadá, particularmente em Québec.

Inicialmente, apresentam-se os impactos sobre a regulação do emprego nos setores diferentemente afetados por esses fluxos, como a hotelaria, a restauração, assim como cada vez mais o segmento da construção. Na hotelaria e na restauração, espaços já dificilmente acessíveis à ação sindical e em que a degradação das relações coletivas de trabalho já é observada há algum tempo, esses fluxos de imigração temporária, longe de se constituir a solução para a escassez de mão de obra na visão do poder público, reforçam ainda mais o processo de individualização da relação salarial que ocorre nesses setores nos últimos 15 anos (CASTEL, 2009; SOUSSI, 2011). A consequência direta desse fenômeno é a desintegração progressiva da relação salarial, notadamente em termos de relações de trabalho, do modo de organização do trabalho e das condições de remuneração nos setores em que esses parâmetros são objeto, desde o início dos *trente glorieuses*, de uma regulação institucional respeitando os princípios de base do sistema de relações industriais construído no Canadá, no contexto do *Wagner Act*, e que garantia até então certo equilíbrio nas relações de trabalho (SOUSSI, 2010a), em particular no setor de serviços à clientela (distribuição e outros serviços).

O exemplo da construção, um setor até então enquadrado por um modo de regulação institucional do trabalho mais específico⁶⁶, não foge igualmente a essa tendência e essa degradação da relação salarial a respeito da estrutura institucional do modelo de relações do trabalho em Québec. Esse setor é cada vez mais procurado pelo programa dos trabalhadores temporários considerados “pouco especializados”. Apesar de continuar sendo difícil obter estatísticas precisas sobre esse impacto, inúmeras constatações convergem em direção à multiplicação da demanda de mão de obra temporária nos empregos até então “cobertos” pelos recursos e pelas qualificações locais. É o caso, por exemplo, dos instaladores de antenas nos setores de teledifusão e de telecomunicações, de manutenção e de reparação técnica em certos setores da construção, ou ainda nos serviços de informática em diversas empresas locais.

⁶⁶ Trata-se da lei sobre as relações de trabalho, a formação profissional e a gestão da mão de obra na indústria da construção. Essa lei foi revisada em 2011, após o debate sobre o *placement syndical*.

Esses fluxos temporários de migração da mão de obra atingem fortemente os trabalhadores sindicalizados. Deve-se destacar o grande esforço de vários organismos⁶⁷ de defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes assim como de organismos sindicais de Québec e do Canadá no que se refere a esse fenômeno. Como exemplo, vale destacar a federação sindical dos TUAC, que investiu recursos materiais e financeiros para apoiar as tentativas de sindicalização dos trabalhadores sazonais em várias províncias do Canadá.

Na província de Manitoba, por exemplo, observou-se o aparecimento em novembro de 2008 da primeira convenção coletiva assinada pelos trabalhadores agrícolas sazonais. Já na província de Ontário, onde os sindicatos agrícolas foram interditados por um longo período, esses esforços permitiram, após vários recursos jurídicos, que a corte de apelação dessa província declarasse que tal interdição legislativa era uma violação do direito à negociação coletiva garantida pelo código canadense de direitos e liberdade. Porém, isso não durou muito, já que logo em seguida a corte suprema decretou⁶⁸, em abril de 2011, numa direção oposta, razão à província de Ontário de recusar o direito dos trabalhadores agrícolas à negociação coletiva⁶⁹. O que dizer dos esforços empreendidos pelos TUAC em Québec, onde a Comissão das Relações de Trabalho (CRT) fez um julgamento favorável a uma demanda de filiação sindical⁷⁰ de um grupo de trabalhadores agrícolas sazonais, abrindo assim um precedente⁷¹.

⁶⁷ Organismos como o Centro Internacional de Solidariedade Trabalhadora (Ciso), a Frente de Defesa dos Trabalhadores Não Sindicalizados e a Associação de Assistência às Famílias, notadamente.

⁶⁸ Julgamento da corte suprema do Canadá: [Ontário (procurador geral) c. Fraser, 2011 CSC 20. DATA: 20110429].

⁶⁹ “A corte suprema do Canadá abandonou os trabalhadores agrícolas de Ontário na sua luta visando à dignidade e ao respeito. Não resta a menor dúvida de que o lobby das empresas agrícolas industriais e o governo McGuinty (ontariano) celebrarão o fato de que a injustiça aos trabalhadores agrícolas possa prosseguir até o momento [...] Porém, para certos trabalhadores que se encontram entre os mais vulneráveis e os mais explorados da província de Ontário, trata-se de um dia triste e lamentável”, declarou Wayne Hanley, presidente nacional dos TUAC-Canadá (http://www.tuac.ca/index.php?option=com_content&view=article&id=2340&Itemid=316&lang=fr).

⁷⁰ Em abril de 2010, a CRT permite a sindicalização de milhares de trabalhadores estrangeiros contratados durante o período de colheitas nas fazendas da província de Québec. A CRT concede o direito à sindicalização a seis trabalhadores mexicanos contratados pela fazenda L'Écuyer & Locas na localidade de Mirabel, na região de Laurentides [*Trabalhadoras e trabalhadores unidos da alimentação e do comércio, Seção local 501, c. L'Écuyer & Locas, 2010QCCRT0191*].

⁷¹ Decisão contestada pelo empregador [(C.S., 2010-06-10 L'Écuyer c. Côté)] e pelo procurador geral [(C.S., 2011-11-23 Quebec (procurador geral) c. Trabalhadoras e trabalhadores unidos da alimentação e do comércio, seção local 501)], mas as duas consultas em revisão judiciária são ditas “continuées sine die”.

Fluxos Migratórios e a Divisão Internacional do Trabalho: a Ambivalência do Papel do Estado

Note-se que esse fenômeno dos fluxos migratórios temporários do trabalho não é exclusividade do Canadá. Ele se verifica igualmente nos Estados Unidos, em vários países da Europa (SCHWENKEN, 2005) e, paradoxalmente, em certos países ditos emergentes⁷².

Como assinalam alguns pesquisadores (NOIN *et al.*, 1999; WALIA, 2010), uma das contradições mais aparentes no fenômeno da mundialização opõe, por um lado, a adoção de políticas facilitando a livre circulação de mercadorias e, por outro, as medidas de restrições cada vez mais importantes afetando a livre circulação de pessoas. De acordo com esses estudiosos, é o Estado que hoje estabelece a contradição do processo de mundialização ao liberar a circulação de mercadorias, porém regulando a mobilidade de pessoas. No que concerne à circulação da força de trabalho, esse processo passa pela implementação de uma série de programas que geram o fluxo de migração temporária da mão de obra.

Essa constatação leva a duas observações. O questionamento sobre esse fenômeno e as resistências permitindo a redução de seus impactos negativos, tanto econômicos como sociais, não podem ser responsabilidade unicamente das organizações sindicais. Isso por duas razões: a primeira está associada às dificuldades, já sinalizadas acima, que se depara a ação sindical local, já bastante fragilizada pela desagregação das relações coletivas de trabalho e, sobretudo, pela sua incapacidade de agir em uma escala transnacional, diferentemente das estratégias das empresas; a segunda está relacionada ao fato de que a ação sindical internacional dispõe de poucas normas para basear suas ações (SOUSSI, 2010c). Todavia, as três convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaladas anteriormente (Quadro 1) podem, nesse sentido, constituir-se em recursos potenciais.

Para concluir, a expansão rápida e a ampliação dos programas de trabalho temporário, no Canadá e especificamente na província de Québec, não levam somente a um problema de reconhecimento dos direitos sociais mais elementares e de sujeição a certas formas de discriminação

⁷² Curiosamente, os dispositivos desses programas retomam, algumas vezes de forma muito precisa, dispositivos em vigor de certos países do Oriente Médio, receptores de mão de obra estrangeira, como a Arábia Saudita, o Kuwait e o Catar, entre outros.

(CHOUDRY *et al.* 2009; KELLY, 2007). Essa tendência contribui, de maneira estrutural e irreversível, aos processos, já bem consolidados, de precarização do trabalho e do emprego, aparecendo atualmente como figuras emblemáticas da divisão internacional do trabalho (SOUSSI, 2010b). Isso na medida em que a logística desses fluxos participe das estratégias de gestão a longo prazo adotadas pelas empresas, em grande parte, aliás, com a participação crucial do Estado.

Enfim, remarcamos que em matéria de políticas públicas, os esforços implementados pelo Estado, no Canadá, no contexto da expansão desses programas constituem um fato novo, ou até mesmo um precedente histórico. Seria difícil compreender essas políticas sem sua sintonia, manifestamente voluntária, com a lógica da mundialização econômica atualmente em curso, na medida em que, pela primeira vez, uma política de imigração é claramente direcionada para o reforço das estratégias de gestão das empresas e dos empregadores do setor privado. Essa política, drenando, literalmente, uma mão de obra de custo extremamente baixo, revela claramente seus impactos sobre a tendência global de baixa das remunerações do trabalho no Canadá, assim como em vários países que adotam esse mesmo tipo de medida.

Referências Bibliográficas

BREM, Max. **Les travailleurs migrants au Canada**: une revue du programme des travailleurs saisonniers agricoles du Canada. Ottawa: Institut Nord-Sud, 2006. Disponível em: <<http://www.nsi-ins.ca>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

CASTEL, Robert. **La montée des incertitudes**: travail, protections, statut de l'individu. Paris: Seuil, 2009.

CHOUDRY, Aziz *et al.* **Fight back**: workplace Justice for Immigrants. Fernwood Publishing, 2009.

CITOYENNETÉ ET IMMIGRATION CANADA. **Rapports annuels au parlement sur l'immigration, 2007 et 2009**, 2010. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/francais/ressources/publications/rapport-annuel2008/section1.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

DEPATIE-PELLETIER, E. Validation fédérale de la discrimination salariale de travailleurs migrants: les violations systémiques de droits fondamentaux comme stratégie économique. **CÉRIUM/REDTAC**. Disponível em: <mi-

grantworkersrights.net/en/resources/validation-federale-de-la-discrimination-salariale>. Acesso em: 14 jun. 2012.

GOLDRING, L.; BERINSTEIN, C.; BERNHARD, J. Institutionalizing precarious immigration status in Canada. **CERIS Working Paper**, n. 61, 40 p, 2007.

ILO. **International labour migration: a rights-based approach**. Geneva, Switzerland: International labour Office, 2010. Disponível em: http://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/WCMS_160049/lang--fr/index.htm. Acesso em: 14 jan. 2012.

KELLY, Phillip. Filipino migration, transnationalism and class identity. **ARI working paper**, n. 90, 2007. Disponível em: <www.nus.ari.edu.sg/pub/wps.htm>. Acesso em: 14 jan. 2012.

LANGEVIN, Louise; BELLEAU, Marie-Claire. **Trafficking in women in Canada: a critical analysis of the legal framework governing immigrant domestic workers and mail-order brides**. Status of Women Canada, 2000.

NOIN, Daniel *et al.* Les migrations internationales des domestiques philippines. Contextes et expériences aux Philippines et à Singapour. **Revue européenne de migrations internationales**, v. 15, n. 2, p.37-67, 1999. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remi_0765-0752_1999_num_15_2_1678>. Acesso em: 20 jan. 2012.

OXMAN-MARTINEZ, Jacqueline. Another look at the live-in-caregivers program: an analysis of an action research survey conducted by PINAY, the Quebec Filipino Women's Association with the Centre for Applied Family Studies. **Immigration et métropoles**, 2006.

PICHÉ, Victor; PELLETIER, Eugénie; EPALE, Dina. **Identification des obstacles à la ratification de la convention de l'O.N.U. sur la protection des droits de tous les travailleurs migrants et des membres de leur famille: le cas du Canada**. L'UNESCO: Section des Migrations Internationales et des Politiques Multiculturelles, 2006.

PREIBISCH, K. Pick-Your-Own Labor: Migrant Workers and Flexibility in Canadian Agriculture. **International Migration Review**, v. 44, n. 2, p. 404-441, 2010.

SCHWENKEN, Helen. The Challenges of Framing Women Migrants' Rights in the European Union. In: CATARINO, Christine MOROKVASIC, Mirjana; HILY, Marie Antoinette. **Revue européenne de migrations internationales**, v. 21, n. 1, p. 177-194, 2005. Disponível em: <<http://remi.revues.org/2357>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

SOUSSI, Sid Ahmed. Conflictualité sociale, syndicalisme et diversité ethno-culturelle. **Conjonctures** (48-49 Été-automne), p. 49-82, 2010a.

_____. Les dilemmes de l'action syndicale internationale: vers un droit international privé du travail? **Revue Vie Économique**, v. 2, n. 3, 2010b.

_____. L'action syndicale internationale et son ambivalence face à la dérégulation du travail: vers un droit international privé? **Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES)**. Collection Études théoriques, n. ET1009, 2010c.

_____. Travail et identités sous pression. À *Babord*, dec., 2010/jan. 2011, n. 37, p. 22-23, 2011. Disponível em: <<http://www.ababord.org/spip.php?rubrique113>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

TUAC et ATA Canada. **La situation des travailleurs agricoles migrants au Canada 2008-2009**. Rexdale, Ontario: TUAC-Canada et Alliance des travailleurs agricoles du Canada, 2009. Disponível em: www.ufcw.ca/. Acesso em: 12 jan. 2012.

WALIA, Harsha. Transient servitude: migrant labour in Canada and the apartheid of citizenship. **Race & Class**, v. 52, n. 1, p. 71-84, 2010. Disponível em: <<http://rac.sagepub.com/content/52/1/71>>. abstract. Acesso em: 12 jan. 2012.

INSERÇÃO INTERNACIONAL, MERCADO INTERNO E CRESCIMENTO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONJUNTURA BRASILEIRA

Carlos Américo Leite Moreira
Emanuel Sebag de Magalhães

Introdução

Este artigo discute alguns aspectos do novo padrão exportador de especialização produtiva na América Latina a partir da perspectiva da teoria marxista da dependência. Mais especificamente, consideramos como ponto de partida as ideias de Rui Mauro Marini, em especial a centralidade da categoria analítica divisão internacional do trabalho. Para Marini, um ponto interessante a ser considerado é que a América Latina engendrou um capitalismo *sui generis*, o qual só pode ser entendido se observado na perspectiva do sistema capitalista em seu conjunto, tanto nacional quanto internacionalmente.

As ideias do autor (da existência de um ciclo de capital específico nas economias dependentes latino-americanas) serão recuperadas neste trabalho. Ademais, será discutida a tese, baseada nas ideias de Marini, da consolidação de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina, tendo como traço distintivo a especialização produtiva e exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas. Tal configuração teria engendrado outro processo caracterizado por desindustrialização. Esse modelo teórico assume que o crescimento das exportações ocorre em detrimento da dimensão do mercado interno. Apesar de o modelo proposto oferecer perspectivas analíticas interessantes sobre a inserção atual da América Latina na divisão internacional do trabalho, observamos que, no caso brasileiro, o duplo processo de reprimarização/desindustrialização não resulta da falta de dinamismo do mercado doméstico, o qual sofreu considerável expansão nos últimos anos. Nessa conjuntura, o processo de financeirização das empresas multinacionais parece ter sido o fator determinante para a consolidação desse duplo processo em nosso país.

O artigo está dividido em cinco seções, mais a introdução e a conclusão. A segunda seção apresenta uma discussão resumida das ideias de Ma-

rini, no que diz respeito à inserção da América Latina na divisão internacional de trabalho. A terceira seção expõe as características do novo padrão exportador de especialização produtiva da América Latina. Na quarta, é feita uma análise dos determinantes do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil, na perspectiva de identificar traços diferenciados desse modelo geral preconizado para a América Latina. A quinta trata da expansão do mercado interno brasileiro como elemento dinâmico da produção do capital e, por fim, na sexta parte, fazemos uma análise das novas formas de inserção do investimento direto no Brasil.

Inserção da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho na Perspectiva da Teoria da Dependência de Rui Mauro Marini

A integração internacional de um país (ou região) na divisão internacional do trabalho insere-se dentro de uma perspectiva mais ampla da análise socioeconômica no que se refere ao desenvolvimento. A temática do desenvolvimento é antiga e já aparece em obras clássicas como Smith (1776) e Marx (1867). O que se convencionou chamar de debates do desenvolvimento, porém, deu-se inicialmente nos anos 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a perspectiva de tempos de prosperidade para toda a humanidade. De maneira geral e esquemática, tais debates podem ser diferenciados em três grandes vertentes, dando ênfase à produção teórica direcionada a compreender a realidade latino-americana, objetivo deste trabalho.

Na primeira, estão aqueles que se preocuparam em traçar um modelo abstrato para se alcançar, em estágios, o desenvolvimento, como Rostow. Na segunda, aqueles que buscaram se contrapor a tais modelos generalistas, adicionando elementos que dessem conta de dialogar melhor com as especificidades políticas e econômicas de seus países e regiões, como os latino-americanos, cepalinos, em especial, Celso Furtado e Raúl Prebisch. E, por fim, de maneira crítica ao pensamento estruturalista, encontram-se os teóricos da dependência, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini.

Rostow cria a taxonomia das cinco etapas para o desenvolvimento. Sua visão parte da mesma crença liberal abstrata de que o processo de desenvolvimento possui um único caminho possível e um único e último objetivo comum a todas as nações. Desse modo, caberia a cada país percorrer as cinco etapas, não importando seus diferentes pontos de partida. Para

o autor, essas singularidades não eram relevantes, e todos seriam capazes de chegar ao “desenvolvimento” da mesma forma.

O que se convencionou chamar de pensamento da Cepal ou o estruturalismo latino-americano surge como crítica à visão de que o caminho para o desenvolvimento é único, partindo da existência de dois grupos diferentes de país, a saber, o centro (produtor e difusor de tecnologias industriais) e a periferia (produtora de bens primários). À medida que os países ditos periféricos foram se industrializando e as diferenças essenciais entre “centro e periferia” não sofriam alterações sensíveis, o próprio pensamento cepalino estagnou. Sua contribuição fundamental repousa, no entanto, na não aceitação de um caminho único para o desenvolvimento e na observação, ainda que com um forte viés economicista, de que os países possuem “diferenças estruturais” entre si que os levam a estágios diferentes do mesmo “desenvolvimento”.

A euforia dos anos do pós-guerra, nas décadas de 1950 e 1960, dá lugar a uma nuvem de desesperança e desilusão diante do desenvolvimento. Essa desilusão é vista na obra de importantes autores desenvolvimentistas, como Furtado (1974), em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, e também nas mais incisivas críticas dos teóricos da dependência, que viam a impossibilidade do desenvolvimento de todos os países dentro do contorno do sistema capitalista e propunham uma saída a esse impasse pela via do socialismo. Os principais problemas da periferia capitalista, segundo tais autores, ainda estavam centrados na inserção internacional dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho⁷³.

Na conjuntura de entrada dos anos 1970, Rui Mauro Marini foi um dos mais destacados pensadores marxistas da América Latina, tendo formulado, juntamente com outros renomados intelectuais de vertente marxista⁷⁴ – entre eles, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos –, novas perspectivas analíticas para os determinantes de subdesenvolvimento e da exploração capitalista na região. Na visão de Marini (1973), a compreensão do ciclo de capital na economia dependente latino-americana

⁷³ Para uma revisão acerca do debate sobre o desenvolvimento e sua evolução enquanto disciplina do campo econômico, ver Hirshman (1981).

⁷⁴ Em um primeiro período, não havia distinção entre marxistas e não marxistas. Tal denominação surge, pelo menos para um ciclo mais amplo de debates, já no início da década de 1990, com a subida à Presidência da República do Brasil do então sociólogo e teórico da dependência, Fernando Henrique Cardoso. Para uma análise mais profunda sobre o pensamento de Cardoso e Falleto e sua relação com a guinada neoliberal brasileira em fins do século XX, ver Teixeira (2007).

torna-se crucial para o entendimento da sua relação de dependência com a economia capitalista mundial.

Nessa perspectiva, Marini assume que o desenvolvimento da economia mercantil na América Latina, em função do mercado mundial, implica a reprodução em seu interior das relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinavam seu caráter e sua expansão. Porém, o autor identifica uma profunda contradição nesse processo (MARINI, 2011, p. 155):

Chamada a contribuir para a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana.

No pensamento de Marini, portanto, a produção da América Latina não depende da sua capacidade interna de consumo para sua realização. Nesse sentido, observa-se uma separação entre a produção e a circulação de mercadoria, levando ao aparecimento, de maneira específica na economia latino-americana, da contradição inerente à produção capitalista em geral, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadoria.

Portanto, contrariamente aos países centrais, o consumo individual dos trabalhadores não se constitui um elemento crucial na criação de demanda para mercadorias produzidas. Na verdade, a circulação de mercadorias se efetua basicamente no âmbito do mercado externo. Consequentemente, a tendência natural do sistema será a exploração a *outrance* da força de trabalho do operário. Nas palavras de Marini (2011, p. 157):

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista, que acentua até o limite as contradições que lhes são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo do capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente a economia internacional. É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção.

Nessa dinâmica, o processo de industrialização em alguns países da América Latina, observado na década de 1970, não rompe com o modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, como previam os estruturalistas. Ou seja, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação do capital fundada na superexploração do trabalho. Ademais, a industrialização reproduz igualmente o modelo de circulação de mercadoria inerente a esse tipo de circulação. Porém, observa-se uma diferença importante em relação à economia primária exportadora na medida em que

Não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2011, p. 164).

Marini considerava que a realização da produção industrial latino-americana prescindia do poder de compra dos assalariados. Em outras palavras, a oferta industrial estava associada com a demanda constituída pelos setores das classes média e alta da população. Nessa perspectiva, estava presente a ideia de que o baixo poder de compra dos operários não cria problema para os capitalistas na esfera da circulação, uma vez que os bens manufaturados não são elementos cruciais no consumo individual do operário.

O caráter excludente dos processos de industrialização latino-americana durante a década de 1970 foi bem explorado por Marini e deu projeção à teoria da dependência. O debate do desenvolvimento, porém, não se encerrou após tais contribuições teóricas. Após a avalanche neoliberal dos anos 1980 e 1990, a temática da possibilidade do desenvolvimento capitalista na América Latina atualizou-se e procurou revitalizar-se, principalmente alimentando-se das conjunturas de crises tanto do final da década de 1990 como durante a recente crise de 2008. Nesses períodos, observou-se a retomada de políticas em vista do crescimento e da diminuição do desemprego em diversos países, inclusive no Brasil, onde esse debate ganhou novo fôlego. Atualmente, os chamados neodesenvolvimentistas e neodependentistas procuram readequar as velhas teses dos anos 1970 para novos cenários e terminam por redirecionar o debate para um campo teórico distante da atual conjuntura da região.

Buscando não tomar posição no debate teórico e procurando construir um argumento que caminhe próximo à conjuntura social, econômica e política da região, apresentaremos uma visão crítica à contribuição recente da vertente dependentista acerca da atual trajetória de desenvolvimento da região. Assim, contrastamos tais contribuições tanto com possíveis inconsistências teóricas diante de tal realidade regional como também com a leitura homogeneizadora da conjuntura da América Latina, destacando as peculiaridades do caso brasileiro.

A dinâmica observada por Marini para a América Latina durante a década de 1970 parece repetir-se no início do século XXI, segundo a leitura de Osorio (2012), constituindo-se, assim, um novo padrão de reprodução do capital na América Latina. Como destaca o autor, as economias da região estão diante de um novo padrão exportador de especialização produtiva que se caracteriza: 1) pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários; 2) pelas novas formas organizacionais de produção, de uma forma geral qualificadas como “toyotista”, baseadas na flexibilidade laboral e precariedade; 3) pelas economias voltadas para exportação; 4) pelas drásticas reduções e segmentação do mercado interno; 5) pelo aumento da exploração e da superexploração; e 6) pelos níveis elevados de pobreza e indigência. As principais características desse novo modelo serão apresentadas de maneira mais detalhada a seguir.

Traços Gerais do Novo Padrão de Especialização Produtiva na América Latina: uma Visão Contemporânea da Teoria da Dependência de Marini

Em artigo recente intitulado “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”, Jaime Osorio (2012) considera que se consolidou no continente latino-americano um novo padrão exportador de reprodução do capital que se caracteriza pela especialização produtiva, porém, com diferenças marcantes em relação ao modelo primário-exportador vigente na região a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX. O principal diferenciador está associado ao maior grau de elaboração de muitos produtos exportados nesse novo padrão.

Na sua avaliação, a consolidação desse novo padrão exportador de especialização produtiva ocorre com o fim do modelo industrial vigen-

te nas principais economias da América Latina entre a década de 1940 e meados de 1970. Na verdade, esse novo modelo significa efetivamente uma destruição importante de segmentos da estrutura industrial, levando a processos de desindustrialização. Nesse novo contexto, mesmo economias com estruturas industriais mais complexas, como México e Brasil, foram “integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais” (OSO-RIO, 2012, p. 106).

Quais são as características desse novo padrão? Um traço distintivo está relacionado com a forte especialização da produção e da base exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas e com produtos industriais de baixo valor agregado de origem local ou de maquiladoras. Essa configuração não reflete uma estratégia ativa de diversificação e geração de novos mercados e oportunidades comerciais, mas o aproveitamento de vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Na verdade, o dinamismo exportador reflete uma demanda externa aquecida por esses produtos característicos da região e uma rápida capacidade de reação das economias latino-americanas a tal demanda.

Adicionalmente, esse novo padrão exportador engendra a formação de enclaves com atividades que operam com reduzidos efeitos de encadeamento produtivos e tecnológicos na região, importando bens de capital, bens intermediários e até mesmo matérias-primas.

Na constituição desse modelo exportador, Osorio destaca o papel determinante do grande capital nacional e estrangeiro. Na verdade, o autor salienta que as grandes empresas

[...] concentram as principais plataformas exportadoras do novo padrão, assim como as atividades dinâmicas orientadas para o mercado interno, particularmente concentradas no setor de serviços, as quais fornecem energia e telecomunicações e constituem importantes cadeias comerciais (OSORIO, 2012, p. 111).

Nessa dinâmica, o capital nacional privado concentra-se nos ramos do comércio, da agroindústria e da indústria alimentícia, com participação importante na mineração, na eletrônica e no setor elétrico. Já o capital estrangeiro está presente em praticamente todos os segmentos, com destaque para os segmentos automobilístico e de autopeças e eletrônica. O segmento de petróleo e gás é considerado o único com pequena contribui-

ção do capital estrangeiro. Finalmente, as empresas estatais prevalecem nas atividades de petróleo e gás, mineração e energia elétrica.

Na avaliação do autor, faz parte da natureza desse novo padrão econômico voltado para o mercado externo a perda de poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno assim como a precarização das condições de trabalho e de vida da maioria da população na medida em que o consumo dos assalariados não constitui um elemento de maior relevância, visto que parte significativa da produção é orientada para os mercados externos – isso porque o salário médio dos trabalhadores não permite o acesso aos bens industriais e agropecuários exportáveis –, e a competitividade dos produtos industriais está vinculada à deterioração dos salários locais e à depreciação de tudo o que implique aumento do custo do trabalho. Ou seja, os trabalhadores locais são vistos muito mais como produtores do que como consumidores.

Portanto, a consolidação desse padrão de reprodução do capital pressupõe o avanço das exportações em detrimento da dimensão do mercado interno, em especial do consumo de massas. Ou seja, reforçando a tese de Rui Mauro Marini, Osorio considera que a acumulação na periferia latino-americana tem um problema crônico de mercado, em virtude do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores e das precárias condições de trabalho. A dissociação entre produção e circulação é resolvida por meio das exportações de produtos essencialmente primários.

No caso brasileiro, percebem-se traços diferenciadores desse modelo geral preconizado para a América Latina. O duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil não resulta da ausência de dinamismo do mercado interno. Na verdade, nos últimos anos, a expansão do crédito, a geração de emprego formal e a política de valorização do salário mínimo foram cruciais para a expansão da demanda doméstica. Esse fato, combinado à redefinição das estratégias das multinacionais, em uma lógica de financeirização das empresas, foi determinante para a consolidação desse duplo processo de reprimarização/desindustrialização. De fato, o processo recente de internacionalização produtiva traduziu-se no aprofundamento dos movimentos de natureza patrimonial e de valorização fictícia iniciados na década de 1990, reduzindo o horizonte temporal de valorização da empresa. Como decorrência, as estratégias de produção e as modalidades de implantação das empresas estrangeiras implicam cada vez mais no seu desengajamento produtivo.

O Processo de Reprimarização das Exportações no Contexto do Regime de Acumulação Financeirizado

A inserção da economia brasileira no Regime de Acumulação Financeirizado⁷⁵ decorreu de dois fatores cruciais. Por um lado, consolida-se o processo de abertura comercial e financeira, bem como as políticas monetária e fiscal extremamente rígidas, e estabelecem-se taxas de juros reais elevadas, visando à estabilidade monetária. Por outro lado, as reformas estruturais ocorridas no sistema financeiro, garantindo benefícios e concessões tributárias ao capital financeiro, permitiram, em conjunto com os fatores anteriormente citados, transformar o Brasil em plataforma de valorização do capital financeiro (PAULANI, 2012; MOREIRA; SHERER, 2002).

A lógica da política de estabilização, baseada na elevação significativa das taxas de juros reais, foi determinante para a sobrevalorização da moeda nacional. A combinação de juros elevados e câmbio apreciado trouxe consequências significativas para nossa inserção produtiva. O primeiro impacto está associado à constituição de um processo de “reprimarização” da pauta exportadora brasileira. O termo reprimarização não significa necessariamente que os bens primários tenham uma participação majoritária na pauta exportadora. Na verdade, o termo revela a tendência declinante da participação das manufaturas, concomitantemente a uma tendência ascendente da participação das *commodities* de base agrícola e mineral na pauta de exportação.

Gonçalves (2003) chamava a atenção para a consolidação desse padrão de especialização exportador baseado em produtos básicos já na década de 1990. Na avaliação do autor, o processo de regressão qualitativa da inserção internacional do Brasil reflete a perda de competitividade da indústria brasileira assim como uma transformação no padrão do comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações. Ou seja, o Brasil volta à indesejada situação de país exportador de bens primários e de baixo valor agregado.

Essa configuração permanece nos anos 2000. As exportações brasileiras seguem ainda bastante especializadas em *commodities* metálicas, agrícolas e pecuárias, demasiadamente dependentes da conjuntura externa. Esse

⁷⁵ O Regime de Acumulação Financeirizado designa “uma configuração nova do capitalismo, na qual o movimento da acumulação e seu conteúdo econômico e social concreto seriam moldados pelas posições econômicas e sociais, concedidas a – e conquistadas por – formas muito concentradas de determinado tipo de capital –, aquela designada por Marx no livro III de O capital sob a expressão ‘capital portador de juros’ ou, ainda, ‘forma moderna do capital dinheiro’” (CHESNAIS, 2002, p. 4).

fato incrementou a participação de produtos básicos nas exportações totais do país. A parcela desse segmento saltou de 28,9% em 2003 para 47,0% em 2012.

Tal configuração indica que o desempenho das exportações brasileiras está associado ao aproveitamento de oportunidades produzidas pela expansão das importações de mercados dinâmicos. Nesse contexto, vale destacar o papel crucial do comércio bilateral Brasil-China para a consolidação do padrão de especialização exportador baseado nos tradicionais bens do setor primário. Constata-se uma concentração das vendas internacionais brasileiras para aquele país em poucos produtos básicos. Isto não é um fato isolado do comércio com o Brasil, já que, em geral, a China vem importando bens agrícolas e minerais dos países da América Latina⁷⁶.

A expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícolas engendra substancial entrada de moeda estrangeira, levando a um excesso de oferta no mercado de câmbio e provocando um processo de apreciação da moeda nacional. Portanto, esse fenômeno também contribui, juntamente com as taxas de juros reais elevadas, para a apreciação do real. O impacto negativo na produção e exportação da indústria manufatureira é notório.

A participação das manufaturas na pauta exportadora registrou uma queda de 54,3% em 2003 para 37,2% em 2012 (MDIC, 2013). Do total exportado pela indústria de transformação, constata-se o forte predomínio das vendas internacionais dos segmentos de baixa e média-baixa tecnologia.

A perda de dinamismo das exportações industriais vem acompanhada de uma deterioração da balança comercial de bens manufaturados (IEDI, 2013). Em 2012, o déficit da indústria de transformação atingiu US\$ 50,6 bilhões, contra US\$ 16,7 em 2003. Analisando por intensidade tecnológica⁷⁷, os maiores saldos negativos foram observados nos grupos de alta e média-alta tecnologia.

O grupo de alta tecnologia registrou um déficit de US\$ 29,3 bilhões em 2012, o segundo desempenho negativo desde o início da série em 1989. Esse saldo negativo só foi ultrapassado pelo registrado em

⁷⁶ Estudo recentemente publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepalc) revelou que a China constitui a principal fonte de crescimento das exportações da América Latina e Caribe, inclusive no contexto da forte desaceleração observada nessa região em 2009. Ademais, constatou-se um padrão eminentemente interindustrial do comércio entre as duas regiões, com a China exportando principalmente manufaturas e importando matérias-primas (CEPALC, 2010).

⁷⁷ A metodologia da OCDE classifica a indústria de transformação em quatro segmentos: alta tecnologia, média-alta tecnologia, média-baixa tecnologia e baixa tecnologia.

2011. O déficit mais expressivo foi verificado no segmento de média-alta tecnologia (US\$ 54,5 bilhões), o maior para essa faixa na série histórica. Nesse grupo, a indústria automobilística e de máquinas e equipamentos foram os destaques negativos. Já a indústria de média-alta tecnologia, tradicionalmente superavitária, assinalou pelo terceiro ano consecutivo saldo negativo na balança comercial. O segmento de baixa tecnologia foi o único a apresentar superávit na balança comercial, beneficiado pelo desempenho do ramo de alimentos e bebidas. Vale destacar a deterioração do excedente comercial das atividades intensivas em mão de obra desse grupo (têxteis, calçados e vestuário).

Essa dinâmica compromete o peso do setor industrial no produto interno bruto e o grau de sofisticação tecnológica dos bens industriais fabricados, levando a um processo de desindustrialização. Portanto, a combinação de juros elevados e câmbio apreciado, além de atender aos interesses do capital financeiro e afirmar a tendência de “commoditificação” da pauta exportadora, promoveu uma regressão no perfil produtivo da economia brasileira. O resultado é um processo de fragilização estrutural da indústria brasileira, com a ruptura dos nexos interindustriais das principais cadeias produtivas (PALMA, 2006, 2013).

Além da combinação juros altos/câmbio valorizado, o movimento de desindustrialização reflete igualmente a inoperância da política industrial nacional combinada a um amplo e rápido processo de abertura comercial. Finalmente, vale destacar a ausência de condicionalidade na política de investimento direto estrangeiro como fator decisivo para o retrocesso da base industrial (MOREIRA; ALMEIDA, 2012; SALAMA, 2011; CARNEIRO, 2009).

O duplo processo de reprimarização/desindustrialização da economia brasileira parece confirmar a tese da constituição de um novo padrão exportador de especialização produtiva que marca o fim do modelo industrial que prevaleceu no regime de acumulação substitutivo de importações. Nesse novo momento, observa-se “uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização” (OSORIO, 2012, p. 106). A constituição desse padrão exportador de especialização encontra-se vinculado à perda de poder aquisitivo dos assalariados e à precarização em geral das condições de trabalho. O mercado assalariado local não constitui um elemento dinâmico nesse padrão de reprodução do capital, já que grande parte da produção é destinada a mercados externos.

No caso brasileiro, percebem-se traços diferenciadores desse modelo geral preconizado para a América Latina. O duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil não está associado à ausência de dinamismo do mercado interno dos assalariados. Na verdade, nos últimos anos, vários fatores contribuíram para a expansão desse segmento da demanda doméstica.

A Expansão do Mercado Interno Brasileiro como Elemento Dinâmico da Reprodução do Capital

O modelo teórico proposto por Osorio (2012), de um novo padrão exportador de especialização produtiva para a América Latina, associa elementos ditos estruturais dessas economias, ligados ao ciclo do capital na economia dependente (MARINI, 2012), ao surgimento de um novo padrão de reprodução do capital para a região no início do século XXI, em que a base exportadora especializada em produtos essencialmente primários seria o elemento central da expansão capitalista.

A observação mais detalhada da conjuntura econômica brasileira da última década leva ao não enquadramento do país na dinâmica específica dessa proposição teórica. Dessa forma, abre-se espaço a outras conclusões acerca dos determinantes do duplo processo de reprimarização/desindustrialização, identificando a inserção brasileira na nova lógica do capitalismo financeiro, já discutido na seção anterior, e compreendendo o novo papel desempenhado pela demanda doméstica para a realização da mais-valia extraída no país internamente, que será abordado neste momento.

Osorio (2012) afirma que a perda de poder de compra dos trabalhadores estaria no centro da dinâmica desse novo padrão exportador de especialização produtiva atuando de duas formas. Primeiro, porque o mercado doméstico não se constituiria como elemento de maior relevância, já que parte substancial da produção seria destinada ao exterior. Segundo, porque o baixo nível do salário médio estaria bem longe de permitir o acesso a bens manufaturados. Tal afirmação teórica é oriunda da análise do ciclo do capital na economia dependente de Marini (2012). Influenciado pela macroeconomia kaleckiana, Marini (2012) identifica o descolamento entre a produção nas economias dependentes e as necessidades de consumo local, mais especificamente da massa trabalhadora.

Na lógica de uma industrialização tardia, mesmo dispondo de farta oferta de mão de obra, as economias dependentes importam tecnologias

produtivas poupadoras de trabalho, o que amplia o exército industrial de reserva e consequentemente rebaixa o nível dos salários. Constitui-se assim um mercado interno frágil, o que leva à inevitável orientação para fora das economias dependentes. Dessa forma, a análise de Osorio (2012) trabalha na perspectiva teórica de uma relação automaticamente inversa entre formação de um mercado interno dinâmico e ampliação das exportações. Ou seja, ao perceber um padrão exportador de especialização produtiva na América Latina, Osorio (2012) termina por afirmar que tal configuração econômica prescinde do mercado interno em sua dinâmica de expansão.

Ao se observar o comportamento expansivo do mercado interno brasileiro na última década, ao mesmo tempo que houve ampliação das exportações e maior participação das *commodities* metálicas e agrícolas na pauta exportadora, percebe-se uma dinâmica distinta entre o desempenho do mercado interno e a reprimarização no Brasil daquela observada por Osorio (2012) para o amplo quadro latino-americano. É preciso desfazer a tese de que o movimento de extroversão econômica se fortalece por conta da fragilidade do mercado interno. O que se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Nesse período, pode-se observar uma política de valorização do salário mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma expansão do crédito a pessoas físicas. Esses fatores, em especial o último, colocam em evidente contradição a relação inversa entre formação de um mercado interno e ampliação das exportações proposta por Osorio (2012), apontada como centro do novo padrão de reprodução do capital dominante na América Latina. Dessa forma, a análise acerca do comportamento do mercado interno brasileiro busca contrapor-se à afirmação de Osorio (2012, p.104-105, grifo nosso):

[...] de que a maior parte dessa produção [nacional de matérias-primas e alimentos], gerada em núcleos produtivos reduzidos, é destinada a mercados externos e a um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, levando ao declínio dos salários e à consequente pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento dinâmico na realização da mais-valia.

Todavia, nossa ressalva à observação de Osorio (2012) não busca demonstrar que as condições dos trabalhadores no Brasil vêm apresentando uma sensível melhoria a ponto de ser possível a constituição de um desen-

volvimento autônomo no país. O que a recente trajetória dos indicadores de emprego, remuneração e principalmente de crédito ao trabalhador vem evidenciar é a inserção dessa parcela do mercado na dinâmica de realização da produção capitalista mundial, absorvendo cada vez mais bens de consumo duráveis por meio do uso do crédito, também fazendo parte da dinâmica financeira global. Como propõe Saad Filho (2011, p. 13), o empobrecimento dos trabalhadores “não se deve à queda absoluta dos padrões de vida dos trabalhadores, como frequentemente presume, mas, ao contrário, à distância crescente entre suas ‘necessidades’ e seu poder de compra, levando ao endividamento e ao excesso de trabalho”.

A geração de empregos formais no Brasil apresenta evolução considerável a partir de 2003. A incorporação de mais trabalhadores no mercado de trabalho mostrou-se um dos fatores que ampliaram a relevância do mercado interno para a dinâmica capitalista no país. É importante destacar que o caráter predominante para a América Latina da informalidade ainda representa uma parcela significativa do mercado de trabalho brasileiro. A trajetória da geração de emprego formal para regiões metropolitanas do Brasil é apresentada no Gráfico 1:

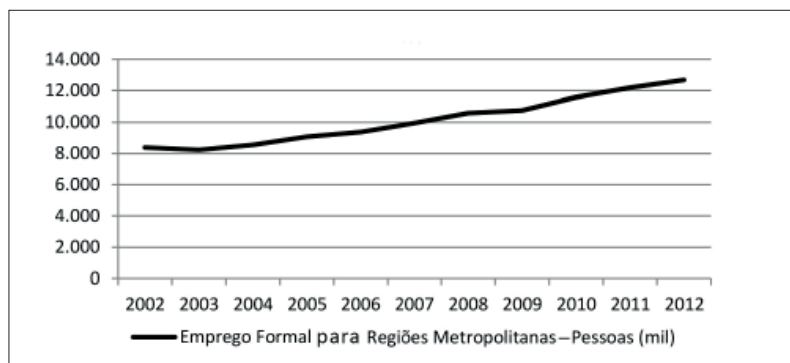


Gráfico 1 – Emprego Formal para as Regiões Metropolitanas do Brasil – Pessoas (mil) – 2002-2012

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

A evolução do emprego formal no Brasil a partir de 2003 é reflexo da conjuntura positiva de crescimento do país no período. É importante destacar seu comportamento ascendente mesmo durante o momento da crise de 2008, apresentando apenas decréscimo em sua taxa de ampliação.

A expansão dessa massa assalariada toma proporções consideráveis para a consolidação do mercado interno brasileiro.

A expansão do emprego formal traz fôlego ao mercado interno, pois, em contraposição à informalidade, permite ao trabalhador uma remuneração fixa e garantida ao final do mês, além de benefícios como a seguridade social. Contrariamente à remuneração incerta proveniente do mercado informal, o salário possibilita certo planejamento financeiro doméstico, o que permite a oferta de contrapartidas para a obtenção de crédito, impulsionando, principalmente, o consumo.

A política de elevação do salário mínimo nacional, empreendida também desde 2003, contribui para a afirmação de um mercado interno cada vez mais poderoso (Gráfico 2). O ganho real de mais de 70% no período compreendido entre 2002 e 2013 é indicativo de um forte movimento de aumento do poder de compra da classe trabalhadora. Durante a década de 1990, sob a égide liberal traduzida nos planos de estabilização econômica, em especial o real, o salário mínimo sofreu uma severa reversão em seu poder de compra. Apenas com o recente aumento em janeiro de 2013, recupera-se o patamar nominal do ano de 1983, o maior desde então (DIEESE, 2012).

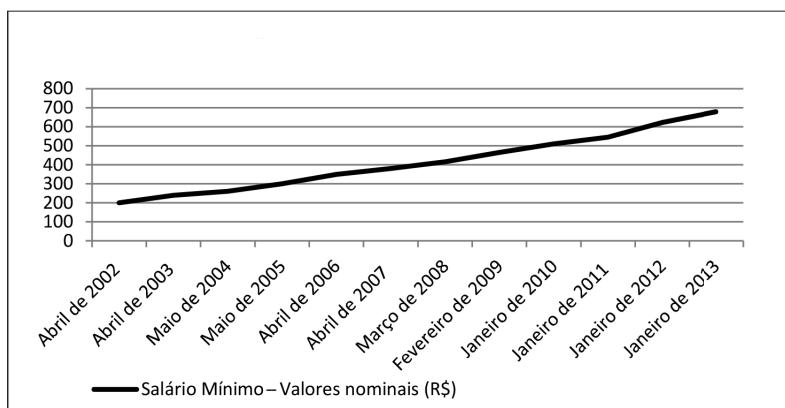


Gráfico 2 – Salário Mínimo no Brasil (2002-2013)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos da nota técnica nº 118 do Dieese.

Após o rigor dos planos de estabilização monetária, a elevação nominal do salário mínimo a partir de 2003 pode ser entendida como uma reversão de seu baixíssimo patamar apresentado nas décadas anteriores.

A ampliação nominal torna-se expressiva na nova conjuntura de crescimento econômico e baixa inflação. Dentro dos limites da acumulação flexível, os mercados emergentes configuram-se não apenas como plataformas exportadoras de *commodities*, mas como potenciais mercados consumidores em expansão.

O potencial do mercado interno brasileiro, abrangendo cada vez mais parcelas da população pela elevação real do salário mínimo, entra como fator dinâmico da economia. Dessa forma, a avaliação feita por Osorio (2012, p. 132) parece não captar as especificidades do caso brasileiro:

O declínio do mercado formado pelos rendimentos dos trabalhadores tem como contrapartida, no mercado local, a conformação de um pequeno, porém poderoso mercado interno [...], no qual participam os setores que vivem de mais-valia, renda ou salários elevados, seja no setor público, seja no privado.

No caso brasileiro, a trajetória de ampliação do salário mínimo se faz notória. A expansão do emprego formal transparece na ampliação da dimensão dessa parcela da população assalariada no consumo doméstico. Pode-se assim dizer que, para o Brasil, o momento iniciado em 2003 apresenta-se como de expansão do poder de compra da classe trabalhadora e de ampliação de sua participação no mercado interno, contradizendo a tese levantada por Osorio (2012).

O avanço salarial, porém, vem acompanhado de novas formas de extração da mais-valia, como a precarização das condições de trabalho, principalmente por meio da terceirização. É importante destacar também o papel central da intensificação do trabalho, que amplia o abismo existente entre a acumulação capitalista e a remuneração do trabalhador. Se esse expressivo aumento da remuneração formal ao trabalhador foi possível, não há dúvidas de que a apropriação capitalista da mais-valia gerada nesses anos de bonança econômica foi certamente maior. Assim, mesmo apresentando elevação de seus salários, pode-se falar em empobrecimento relativo da classe trabalhadora brasileira nesse período.

O aumento da velocidade do ciclo capitalista de produção, advindo das inovações tecnológicas e organizacionais produtivas, amplia ainda mais a escala de produção e direciona uma parcela cada vez maior da produção à classe trabalhadora. Faz-se necessário, portanto, que se amplie a capacidade de absorção dessa produção pelos assalariados. O potencial dos mercados internos das economias emergentes, representado por suas consideráveis populações, realiza-se por meio do processo de proletarianização dessa po-

pulação. A necessidade crescente de ampliação do valor, dentro da nova lógica financeira, faz com que o salário simplesmente não seja suficiente para dar conta de absorver o enorme fluxo de mercadorias. É nesse cenário econômico que a figura do crédito entra como elemento definidor da capacidade de realização da mais-valia nas economias dependentes no capitalismo contemporâneo.

A perspectiva da ampliação do crédito aos trabalhadores abre uma dupla crítica ao novo padrão proposto por Osorio (2012). Primeiro, uma crítica quanto à leitura de conjuntura da economia brasileira, já que o consumo interno entra como forte fator de dinamismo da reprodução do capital no país, aliando-se ao destaque das exportações, não havendo rivalidade ou mútua exclusão como afirma o autor. Segundo, abre-se espaço para a crítica teórica da leitura de Marini (2012) sobre o ciclo do capital na economia dependente que, baseado na macroeconomia kaleckiana, define a exiguidade do mercado interno ao diferenciar a produção de bens-salários e bens de luxo. O alargamento do crédito à classe trabalhadora faz cada vez mais tênue a diferença entre essas categorias de bens definidas por Marini (2012).

Na economia brasileira, o recente movimento de ampliação do mercado interno deve-se mais à expansão do crédito do que aos já mencionados aumentos do nível de emprego formal e do poder de compra do salário mínimo. A ampliação do crédito dirigido às pessoas físicas passou por uma considerável ascensão a partir do ano de 2003, relacionando-se à maior integração do Brasil no circuito financeiro e produtivo internacional (Gráfico 3).

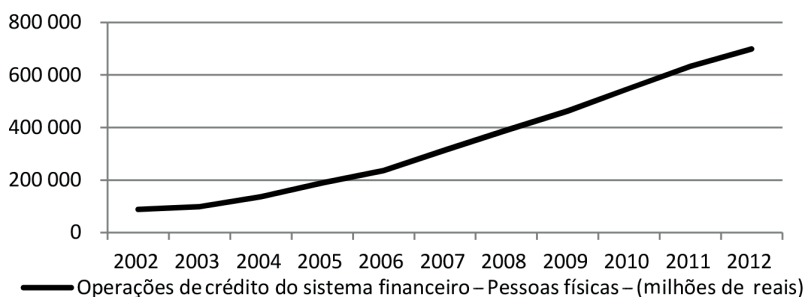


Gráfico 3 – Operações de Crédito do Sistema Financeiro do Brasil – 2002-2013

Fonte: Elaboração própria a partir das séries temporais dos dados do Bacen.

A rápida ampliação do volume de crédito às pessoas físicas revela a nova orientação da política econômica brasileira voltada para a ampliação do consumo, o que evidencia a importância do mercado interno para a expansão capitalista no país concomitante ao cenário internacional que pressiona a expansão das exportações primárias. São indicativas dessa perspectiva de alavancar o crescimento pelo consumo doméstico as medidas de estímulo econômico adotadas pelo governo para o combate da crise de 2008, como a redução do IPI para os automóveis e motocicletas produzidos no país e também para a chamada linha branca, assim como as reduções das taxas de juros e a expansão do crédito habitacional.

Por fim, pode-se evidenciar que a cesta de consumo dos trabalhadores brasileiros, notadamente por meio dos mecanismos de crédito, incorpora cada vez mais bens industrializados, desfazendo a tese de Marini (2012) acerca da distorção da estrutura produtiva que se distanciaria das necessidades de consumo local. Assim, o consumo doméstico toma crescentemente maior participação na dinâmica de reprodução do capital no país, o que nos leva a contestar a tese de Osorio (2012) de que o movimento de expansão das exportações e sua especialização em produtos primários, ou seja, a reprimarização, constituem-se em negação à formação de um amplo mercado interno. Dessa maneira, todavia, não se pretende negar tais contribuições teóricas. Torna-se, porém, imperativo à atualização da interpretação acerca da realidade latino-americana trazer novos elementos dessa fase do capitalismo financeiro para a análise e procurar ser o mais fiel possível às realidades específicas de cada país da região.

O aquecido mercado interno brasileiro acelera a procura por mercadorias, gerando um descompasso entre oferta e demanda domésticas. Essa conjuntura, porém, não é capaz de estimular o investimento nacional. Esse vácuo de mercado é rapidamente preenchido pelo capital estrangeiro, que, com novas estratégias de valorização do capital, dá especial atenção ao mercado brasileiro, apresentando novas formas de inserção comercial do investimento direto estrangeiro no país e terminando por enquadrar categoricamente o Brasil como mercado emergente na lógica do capitalismo financeiro global.

As Novas Formas de Inserção do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil

O período recente foi marcado pela forte retomada dos fluxos de investimentos diretos no rumo da economia brasileira. De fato, constata-se que a entrada de investimento direto estrangeiro acelerou-se nos últimos

cinco anos. Em 2011, os investimentos diretos estrangeiros somaram US\$ 66,6 bilhões, incremento de 37,4% em relação a 2010.

Esse dinamismo decorre de dois fatores principais. Em primeiro lugar, os investidores buscam opções rentáveis em economias emergentes com mercados internos dinâmicos e estabilidade monetária. A apreciação da moeda nacional e o maior poder de compra da população fortalecem as estratégias *market seeking*, beneficiando principalmente os setores de manufaturas e serviços. De fato, a indústria manufatureira foi a principal receptora de IDE no país, concentrando 46% das inversões, seguida pelo setor de serviços, que foi responsável por 44% do total.

Ademais, os investimentos em busca de recursos naturais são significativos, motivados pela tendência altista dos últimos anos dos preços das *commodities* agrícolas e metálicas no mercado mundial. A consolidação do Brasil enquanto grande produtor e fornecedor mundial de produtos básicos contribui para esse forte influxo de IDE. Entretanto, os investimentos *resource seeking* registraram uma desaceleração em 2011 (9% do total de IDE) comparativamente aos anos anteriores.

Apesar dos resultados positivos, é preciso chamar a atenção para o fato de que a inserção ativa da economia brasileira no capitalismo financeirizado implica a subordinação da dimensão produtiva aos critérios puramente financeiros e a curto prazo imposto pela finança⁷⁸. Nesse contexto, constata-se uma adaptação do capital estrangeiro a essa lógica a curto prazo, com consequências importantes na dinâmica do investimento direto estrangeiro (MOREIRA; TAVARES, 2012).

O perfil financeirizado das estratégias das empresas multinacionais e a lógica de política econômica que ancora o padrão de inserção trazem

⁷⁸ Sobre a subordinação da produção aos critérios financeiros, Chesnais (2004) já chamava a atenção para o fato de como a finança foi bem-sucedida em colocar a “*exteriorité à la production*” no centro dos grupos industriais. Na visão do autor, essa é uma das características mais originais da contrarrevolução social contemporânea. A partir dos anos 1980, os proprietários acionistas desenvolveram meios jurídicos ou quase jurídicos para subordinar os executivos industriais, transformando-os em pessoas preparadas para seguir as prioridades e os códigos de conduta emanados do poder do mercado acionário. Os grupos industriais devem ser administrados de acordo com os critérios puramente financeiros, satisfazendo os objetivos de rentabilidade a curto prazo dos gestores de fundos especulativos. Passa-se de uma lógica a longo prazo de criação ou de ampliação da capacidade produtiva, observada durante o período fordista, para uma lógica de centralização do capital e reestruturação produtiva. Como consequência, as reengenharias produtivas que reordenam o *modus operandi* das megaempresas levam a uma redução do número de trabalhadores envolvidos diretamente na produção.

transformações importantes no processo de internacionalização produtiva, com predominância das atividades comerciais e financeiras sobre as produtivas. Isso pode ser observado já na década de 1990, com o desengajamento produtivo das filiais instaladas no país. Com o processo de abertura comercial e financeira, a valorização do capital produtivo das filiais das multinacionais traduz-se em operações de reestruturação produtiva, que implicam a redução das operações propriamente produtivas combinadas a uma expansão das atividades puramente comerciais. Ou seja, as filiais engajam-se numa lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de riqueza (MOREIRA, 2003).

Nos anos 2000, as filiais estrangeiras continuam integradas a uma lógica global na qual se beneficiam das diferenças existentes em cada país. Nesse contexto, especializam-se em atividades que pouco contribuem para a constituição dos elementos que compõem a cadeia produtiva. Um exemplo nessa direção está associado à indústria automobilística. Um estudo do IEDI (2011) revelou que a demanda doméstica de veículos no Brasil registrou um incremento de 1,8 milhão de veículos entre 2005 e 2010, alcançando 3,5 milhões. Esse valor é mais do que o dobro do registrado no início do período (1,7 milhão). O aumento real da massa salarial e a expansão do crédito foram os grandes responsáveis por esse desempenho. E, em 2009, as políticas anticíclicas do governo direcionadas para o aumento do consumo de setores estratégicos, como o automobilístico, também contribuíram para esse resultado positivo.

O dinamismo do mercado consumidor interno de veículos beneficiou, sobretudo, as importações. De fato, as compras internacionais assinalaram alta de 650% nesse período, passando de 88 mil para 660 mil veículos. Esse resultado elevou a participação dos importados na demanda total de apenas 5% em 2005 para 19% em 2010. Vale destacar que 45,8% do crescimento do mercado interno em 2010 foi atendido pelas importações, ou seja, quase a metade do total. Em contrapartida, a produção nacional assinalou um incremento bem mais modesto comparativamente às compras internacionais: 75% entre 2005 e 2010.

Com relação às exportações, a pesquisa constatou um recuo de 30,6% no intervalo analisado. Esses resultados levaram a balança comercial de automóveis a um déficit histórico de US\$ 4,9 bilhões em 2010. Essa mesma configuração se observa no segmento de autopeças. No último ano analisado, as importações ultrapassaram as exportações em US\$ 3,5 bilhões.

O caso da indústria automobilística ilustra bem essa nova etapa do processo de internacionalização produtiva no Brasil, na qual as filiais estrangeiras não chegam a inserir-se fortemente nas cadeias produtivas do país, com efeitos menos importantes na ampliação da capacidade produtiva do que em fases pretéritas.

Em verdade, a lógica de otimização da localização das firmas estrangeiras leva em consideração a possibilidade de importação de insumos e bens de consumo aberta pela liberalização comercial e pelo contexto de juro alto e câmbio apreciado. Nesse cenário, os setores dinâmicos de alta e média-alta tecnologia, onde se observa uma clara dominância do capital estrangeiro, são os que apresentam maiores déficits na balança comercial, com consequentes esvaziamentos de suas cadeias produtivas. Nesse sentido, fica evidente que o Brasil é considerado uma extensão do mercado global para grande parte das empresas estrangeiras, porém em um cenário onde as importações são a opção preferida, ficando o investimento como *second best choice*.

A inserção do país no regime de acumulação de dominância financeira estimula as filiais a buscar formas de valorização puramente financeiras. Recentemente, as empresas estrangeiras vinham utilizando os empréstimos intercompanhias para evitar o imposto sobre operações financeiras (IOF) para aplicação em renda fixa. Quando o governo elevou o IOF sobre aplicação em títulos de renda fixa em outubro de 2010, o fluxo de IDE estava em US\$ 6,8 bilhões. Em dezembro do mesmo ano, o montante já estava em US\$ 15,4 bilhões. As antecipações dos empréstimos permitem as filiais aplicar no mercado financeiro para somente em seguida realizar algum “investimento”. Ou seja, as empresas buscam com esses fluxos beneficiar-se do diferencial de juros.

Diante desse movimento especulativo, o governo decidiu aplicar uma tributação de 6% de IOF para os empréstimos intercompanhias a curto prazo em março de 2011. O objetivo era conter a entrada de capital a curto prazo no país e a valorização da moeda nacional. Inicialmente previsto para operações com duração média de até cinco anos, o governo reduziu esse prazo para apenas um ano em julho de 2012. Com a tributação e o ciclo de queda da Selic, os empréstimos intercompanhias caíram substancialmente. A apropriação de lucros a partir de operações puramente financeiras evidencia o movimento de financeirização das firmas estrangeiras, que assume uma dimensão importante nesse novo regime de acumulação.

Considerações Finais

O duplo processo de reprimarização/desindustrialização da economia brasileira parece confirmar a tese da constituição de um novo padrão exportador de especialização produtiva que marca o fim do modelo industrial que prevaleceu no regime de acumulação substitutivo de importações. A constituição desse padrão exportador de especialização encontra-se associada à perda de poder aquisitivo dos assalariados e à precarização em geral das condições de trabalho. O mercado assalariado local não exerce um papel dinâmico nesse padrão de reprodução do capital, já que grande parte da produção é destinada a mercados externos.

No caso brasileiro, entretanto, observam-se traços diferenciadores desse modelo geral preconizado para a América Latina. O duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil não está vinculado à ausência de dinamismo do mercado interno dos assalariados. Na verdade, nos últimos anos, vários fatores contribuíram para a expansão desse segmento da demanda doméstica.

Nesse contexto, a análise do processo de internacionalização produtiva confirma o papel central do capital estrangeiro na constituição do padrão de especialização produtiva. As principais bases exportadoras de produtos primários concentram-se, indubitavelmente, nas grandes empresas estrangeiras e nacionais.

Entretanto, a reprodução do capital estrangeiro está igualmente associada ao crescimento do consumo doméstico. As filiais das empresas multinacionais do setor industrial e de serviços beneficiam-se substancialmente da ampliação do mercado interno. Isso não implica a realização de grandes investimentos na expansão da capacidade produtiva.

Na verdade, o dinamismo do mercado consumidor, no regime de acumulação de dominância financeira, acaba valorizando as atividades comerciais e financeiras das empresas estrangeiras em detrimento das atividades produtivas. Portanto, não se pode associar o desengajamento produtivo do capital estrangeiro à ausência de um mercado consumidor assalariado dinâmico e à consolidação de uma base primária exportadora. O duplo movimento de desindustrialização/reprimarização no caso brasileiro não se enquadra no padrão exportador de especialização produtiva. Na verdade, é um reflexo da subordinação do país à lógica financeira do capitalismo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial**. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em: 11 fev. 2013.

CARNEIRO, Ricardo. **O Brasil frente à crise global**. São Paulo: Interesse Nacional, 2009.

CEPALC. **La Republica Popular China y América Latina y El Caribe**: hacia una relación estratégica. Santiago de Chile, maio de 2010.

_____. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2011**. Santiago de Chile, 2012.

CHESNAIS, François. Le capital de placement: accumulation, internationalisation, effets économiques et politiques. In: CHESNAIS, François (Org.). **La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences**. Paris: La Découverte, 2004.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, Campinas, jan./jun. 2002.

DIEESE. **Nota técnica nº 118**. Política de Valorização do Salário Mínimo. Dez. 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.

IEDI. O déficit na indústria de transformação como expressão do baixo dinamismo. **Carta IEDI**, nº 555. São Paulo, 2013.

_____. **Veículos e autopeças: o dinamismo do mercado e as importações**. São Paulo: [s. n.], 2011.

HIRSCHMAN, Albert. Grandeur et décadence de l'économie du développement. **Annales Histoire, Science Sociales**, 36e Année, n. 5, sept./oct., 1981, p. 725-744. Disponível em: www.jstor.org/stable/27581351. Acesso em: 24 out. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Rui Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do**

capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política – livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1867].

MOREIRA, Carlos Américo. Uma reflexão sobre a dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil num contexto de liberalização comercial e de desregulamentação financeira. In: BRAGA, Elza Maria (Org.). **América Latina:** transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

_____; ALMEIDA, Agamenom Tavares. A dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil em meio à crise econômica mundial e impactos sobre a conta de transações correntes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. 17, Rio de Janeiro, **Anais...** 2012.

_____; SHERER, André Luis Forti. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1. 2002.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PALMA, Gabriel. Por que a América Latina não cresce como a Ásia? **Carta Maior**, 22 de março de 2013.

_____. Stratégies actives et stratégies passives d'exportation em Amérique Latine et en Asie orientale. La croissance liée à la composition particulière des produits et à la spécificité des institutions. Paris: **Revue Tiers Monde**, 2006.

PAULANI, Leda. A dependência redobrada. **Le Monde Diplomatique**, 3 de agosto de 2012.

SAAD FILHO, Alfredo Antônio. **O valor de Marx:** economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SALAMA, Pierre. Industrialisation et 'desindustrialisation precoce'. **Seminaire BRICS**, Paris, 17 octobre 2011.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas, Volume I (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1776].

TEIXEIRA, R. A. **Desenvolvimento, dependência e dominância financeira:** a economia brasileira e o capitalismo mundial. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NA PROVÍNCIA DE QUÉBEC, CANADÁ: O LUGAR E O PAPEL DOS TRABALHADORES INFORMAIS COM BAIXOS SALÁRIOS OU TRABALHADORES ATÍPICOS E O POSICIONAMENTO DOS SINDICATOS⁷⁹

Carole Yerochewski⁸⁰

Introdução

Todos os trabalhadores informais⁸¹, com baixos salários e precários, não são necessariamente todos pobres no sentido da definição em vigor, embora eles constituam a maior parte dos grupos que não podem viver dignamente de sua renda. Eles são, na maioria, trabalhadores empobrecidos em sua capacidade de agir individual e coletivamente, no sentido de Sen (2000) e de Sewell (1992), porque estão no centro das “re-regulações” dos mercados de trabalho (PECK; THEODORE, 2010) e ainda porque são pouco ou não representados coletivamente.

Essa situação evoluiu ao longo dos últimos 30 anos e temos assistido ao desdobramento de inúmeras lutas dos trabalhadores que estão no centro do que Castel (1995) chamou de “as metamorfoses da questão social”. Porém, há algumas exceções, como aquela, notória, da campanha “Justiça para os zeladores” (Justice for janitors), apoiada pelos sindicatos. Essas lutas são mais frequentemente iniciadas ou defendidas por organismos comunitários ou por movimentos de fé locais, nacionais e transnacionais (WEBSTER *et al.*, 2008; LINDELL, 2010a; McBRIDE; GREENWOOD, 2009; FINE, 2006, 2011).

⁷⁹ Tradução de Liana Maria da Frota Carleial.

⁸⁰ A autora agradece ao Centro de Pesquisas Interuniversitárias sobre a Mundialização e o Trabalho (CRIMT) pelo financiamento de suas bolsas de estudo e sua pesquisa de campo no Brasil.

⁸¹ Segundo as recomendações do BIT, os empregados informais são os que não são protegidos pela “legislação nacional do trabalho, não pagam o imposto de renda, não se beneficiam da proteção social ou não acessam ao direito de certas vantagens ligadas ao emprego” (por exemplo, aviso prévio em caso de licenciamento, férias anuais ou auxílio doença remunerado etc.) (OCDE, 2007, Perspectivas do emprego).

Um traço marcante dessas mobilizações é que a maior parte retoma as reivindicações promovidas inicialmente pelos movimentos sociais das mulheres, em favor dos direitos dos cidadãos ou pela proteção do meio ambiente. Essa diversificação de aspirações acompanha a ascensão das reivindicações de autonomia ou de controle sobre o trabalho que sempre marcou a história dos movimentos de trabalhadores (HYMAN, 1975). Evidenciam esse fato as reivindicações sobre a democratização das escolhas de desenvolvimento e das relações de trabalho, notadamente através da criação de cooperativas sociais ou de grupos que praticam a autogestão e que trabalham assim não somente para satisfazer as necessidades sociais, mas para favorecer o engajamento coletivo das pessoas desfavorecidas ou pobres (GOUGH *et al.*, 2004).

Não é por acaso que essas aspirações se manifestam, uma vez que os trabalhadores informais com baixo salário e precários são muito frequentemente mulheres, imigrantes ou as “minorias” visíveis e os jovens. São os grupos da população que se encontram em situação de multidominação no mercado de trabalho (PECK; THEODORE, 2010). Os estudos sobre esse tema tanto no Norte como no Sul destacam o surgimento de novas identidades coletivas em meio a esses trabalhadores atípicos ou informais (LINDELL, 2010a,b; D’AMOURS, 2010). Essa questão permanece, entretanto, subteorizada pela literatura sobre a renovação sindical. Uma parte dos autores considera a presença de organismos comunitários e de movimentos de fé no campo das relações de trabalho como uma resposta às limitações práticas – tal como a concentração desses trabalhadores em pequenas empresas e a fragmentação da relação de emprego – que tornam difícil sua organização pelos sindicatos a partir dos seus locais de produção (HEERY, 2009; WEBSTER *et al.*, 2008).

O objetivo deste texto é questionar o surgimento de novas identidades coletivas e de novas aspirações, inclusive desses trabalhadores que estão no centro das metamorfoses da questão social, bem como as respostas dadas pelos sindicatos, que frequentemente querem organizá-los no quadro das relações e instituições oriundas do período dito fordista, como se essa abordagem fosse suficiente para conferir uma “voz” coletiva aos trabalhadores.

Para tratar dessas questões, apoiamo-nos nos resultados preliminares de uma comparação entre os movimentos da economia solidária no Brasil e em Québec. Eles indicam que os trabalhadores informais ou atípicos e com baixo salário não têm o mesmo lugar nem o mesmo papel no desen-

volvimento da economia solidária no Brasil e em Québec, mesmo se eles possuísem aspirações comuns; nas duas situações, os sindicatos desenvolvem estratégias análogas de sindicalização.

Para expor esses resultados e discuti-los, este artigo está organizado da seguinte maneira: a primeira parte apresenta o quadro de análise e a metodologia utilizada; a segunda desenvolve a justificativa da escolha do caso da economia solidária apresentando suas qualidades teóricas do ponto de vista do questionamento sobre a emergência e evolução de (novas) identidades coletivas de trabalhadores. São essas qualidades que tornam comparáveis os movimentos da economia solidária no Brasil e em Québec. Introduziremos assim os principais traços desses dois movimentos materializados respectivamente pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e pelo Projeto de Economia Social (ou simplesmente “Projeto”, para o resto deste artigo) em Québec. Após essa contextualização, os primeiros resultados da comparação serão apresentados e discutidos para examinar, de um lado, em que medida esses resultados são generalizáveis no Norte e no Sul e, de outro lado, para propor pistas de pesquisa que permitam o aprofundamento dessas questões.

Quadro de Estudo e Precisões Metodológicas

Os questionamentos sobre as mobilizações de trabalhadores no centro da questão social e sobre a diversificação das aspirações trazidas por eles testemunham a necessidade de modificar nossos quadros de análise. Trata-se de se levar a sério as identidades coletivas, a fim de examinar o sentido que os atores sociais dão às suas ações, contra quais dominações eles se mobilizam e quais são suas aspirações. Isso supõe que nos situemos numa posição de ruptura com o modelo do processo político, da mobilização de recursos e do enquadramento (McADAM; TARROW; TILLY, 2001), que continua a se perguntar como – ao invés de perguntar por que – os movimentos sociais emergem e de adotar uma concepção pluri-institucional da sociedade e de cuja maneira são organizadas as múltiplas relações de poder e dominação (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008). As identidades coletivas são então a expressão do questionamento das relações de dominação que até então pareciam legítimas.

Assim, a proeminência de trabalhadores masculinos nos empregos padrões ou formais foi há muito tempo naturalizada pelos arranjos institucionais existentes, em decorrência da concordância pela busca de um

bem comum, o emprego industrial em tempo integral, simbolizando a sociedade salarial dita fordista, que se desenvolveu tanto no Norte como em regiões industrializadas do Sul (RAMALHO; SANTANA, 2003; BARCHIESI, 2010). Esse modelo de desenvolvimento deixou uma parte do trabalho assalariado (mais ou menos grande de acordo com o país) condenada a ter de viver dia a dia (“au jour la journée”) (CASTEL, 1995) para estabelecer um estatuto social de referência (DUFOUR; HEGE, 2005). Todavia, esse projeto de sociedade salarial fordista endossado por todos os sindicalismos fracassou, não somente pela reorganização do capital e das políticas neoliberais, mas também pela contestação realizada por diferentes categorias de trabalhadores (PIZZORNO, 1978; DUFOUR; HEGE, 2005; SILVER, 2003).

Para captar quais dominações são questionadas e quais aspirações são apresentadas nos novos movimentos de trabalhadores, a conceitualização da identidade coletiva foi adaptada de Melucci (1989, 1996) e da abordagem cognitiva das políticas públicas (JOBERT, 1992; JENSON, 1998; MULLER, 2005). A identidade coletiva é então a visão comum – produzida pelas interações entre os indivíduos e os grupos – sobre as orientações, a leitura das oportunidades e limitações e o campo no qual elas se dão (MELUCCI, 1989, 1996). Essa definição não implica que todos os atores compartilham de uma mesma identidade. Ao contrário, ela destaca que os movimentos sociais não são jamais um “dado unificado” (MELUCCI, 1989). Ela abre assim a possibilidade de levar em conta as associações ou as oposições discursivas conduzidas pelos diferentes atores implicados e de colocá-las em relações com suas práticas não discursivas (GAGNON, 1991).

Sessenta entrevistas semidiretas foram efetuadas no Brasil, entre março e junho de 2008, com os responsáveis por organismos comunitários, sindicatos, cooperativas e estruturas de representação das cooperativas e dos grupos solidários, e com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Essas entrevistas tratavam sobretudo das concepções ou visões da economia solidária e das estratégias que os interlocutores associavam, sobre suas aproximações ou oposições a outros grupos ou práticas, sobre o papel do FBES na região de Porto Alegre.

As observações diretas, além disso, foram obtidas na quarta Plenária Nacional de Economia Solidária (em Brasília, em 2008) e ainda durante as reuniões locais do FBES. Esses dados serviram para fundamentar uma tese de doutorado sobre a maneira pela qual se pode reconstruir uma re-

apresentação dos trabalhadores e o papel que os sindicatos desempenham a esse respeito. Para a comparação com Québec, um pré-teste foi efetuado em 2007-2008, e alguns dados foram atualizados em 2012⁸².

As Qualidades Teóricas do Caso da Economia Solidária

Uma reatualização dos movimentos de emancipação dos trabalhadores do século XIX com novos conteúdos

Como se sabe, as iniciativas da economia solidária, como a empresa coletiva, as múltiplas (e frequentemente pequenas) iniciativas coletivas de sobrevivência pela criação de trabalho e renda, ou a recuperação pelos trabalhadores de empresas em falência, com o apoio frequentemente dos sindicatos, constituem de início as respostas à crise de emprego e à recrudescência do trabalho informal ou atípico (LIMA, 2007; LEITE, 2009). Essas são as ferramentas de luta contra a exclusão econômica e social.

Entretanto, um bom número de autores destaca que, considerando as experiências de cooperativas e de autogestão conduzidas pelos movimentos de trabalhadores no final do século XIX, essas iniciativas se revestem de novos conteúdos relacionados com a crise da sociedade salarial (LAVILLE, 2005; LÉVESQUE; MENDELL, 2005). Elas visam a melhores condições de trabalho e de vida, à proteção do meio ambiente, à democratização das relações de trabalho e das escolhas econômicas e à transformação dos espaços políticos em espaços participativos e deliberativos (LEVESQUE; MENDELL, 1999; GAIGER, 2004; EME; LAVILLE, 1994; SARRIA; ICAZA, 2008). Essas iniciativas se traduzem assim pela criação de cooperativas de habitação, de serviços coletivos de saúde e de formas de proteção social por meio de mutualidades diversas⁸³, finanças solidárias etc. e mobilizam populações variadas, entre as quais comunidades tradicionais (por exemplo, as comunidades quilombolas no Brasil), que atuam na pre-

⁸² Eu agradeço especialmente a Berthe Lacharité e Vincent van Schendel pelos comentários e precisões feitos. Claro, as escolhas e os erros são exclusivamente de minha responsabilidade.

⁸³ As mobilizações, apoiadas pelos sindicatos, exigem também leis para sustentar a criação de proteção social para os trabalhadores informais. Na Tailândia, a campanha conduzida por Homenet no apoio à rede de trabalhadoras domésticas nos países do sudeste da Ásia obteve uma lei para lhes garantir a seguridade social. Disponível em: <http://www.homenetseasia.org/resources_perspective.html>. Acesso em: 10 mar. 2013.

servação de seus modos de vida e na reintrodução de formas de exploração sustentáveis de recursos, integrando as reivindicações igualitárias de gênero ou entre etnias⁸⁴. Se várias iniciativas de economia solidária se apoiam nos laços de proximidade para se desenvolverem, familiares ou de vizinhança, isso não é então para reproduzir as relações tradicionais de dominação (LAVILLE, 2005).

Uma autodefinição comum...

Os atores envolvidos nessas mobilizações se reconhecem de fato nas referências e definições comuns no que concerne aos objetivos de suas ações⁸⁵. Em todo caso, trata-se de perseguir a satisfação das necessidades sociais e não a lógica do lucro, o desenvolvimento das pessoas, das comunidades e dos territórios, e isso intervindo não mais somente sobre a maneira pela qual a riqueza é repartida, mas igualmente no montante sobre as escolhas de produção, pois isso interfere no tipo de riqueza produzida e sua possível repartição (cf. a questão ambiental).

Entre os princípios que estimulam os participantes, é necessário sublinhar a busca por uma nova cidadania social e econômica que se fundamenta no estabelecimento de processos democráticos de decisão e a vontade consequente de coconstruir a resposta às necessidades sociais com a participação de todos.

Enfim, se essas iniciativas se apoiam em estatutos diversos (cooperativa, organização sem fins lucrativos, mutuais e até mesmo empresas), elas são todas “supostamente autônomas em relação ao Estado e ao setor privado” (LÉVESQUE; MENDELL, 2005), pois é essa autonomia que garante o controle das escolhas coletivas pelas pessoas e comunidades envolvidas na economia solidária. “Nesta visão, o funcionamento democrático e a autonomia de gestão são determinantes ou até mais importantes [que o caráter não lucrativo]” (LÉVESQUE; MENDELL, 2005).

... ressaltando a existência de um movimento social em relação a uma outra mundialização

⁸⁴ Comunicação de Ana Dubeux, em Montreal, 2009.

⁸⁵ Para uma apresentação sintética dos debates teóricos sobre as definições da economia social e solidária, ver Lévesque e Mendell (1999 e 2005). Eu me refiro nesta parte à maneira pela qual os participantes se definem coletivamente e às controvérsias que os acompanham, em relação ao meu quadro de análise.

Uma vez que são iniciativas muito diversas que se reorganizam atrás da bandeira da economia solidária, essa autodefinição comum mostra a existência de um movimento social que se encontra coletivamente no âmbito dos movimentos por uma outra mundialização. Assim, para a Homenet, rede asiática de apoio à organização das trabalhadoras em domicílio, a economia solidária compartilha com os fóruns sociais mundiais “o desejo de sintetizar as experiências, valores e visões dos movimentos sociais progressistas, sempre respeitando sua diversidade”. E ambos procuram “respostas plurais à globalização neoliberal através da aprendizagem participativa e a reflexão sobre [nossas] organizações e [nossos] objetivos” (OFRENEO, 2010)⁸⁶.

Podemos destacar que a criação do FBES deu-se durante uma (massiva) reunião em 2001, por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O FBES mantém, aliás, relações próximas com o Projeto de Economia Social em Québec e ambos são integrantes de reagrupamentos internacionais que associam os diferentes movimentos da economia solidária no mundo⁸⁷.

Um local de engajamento dos sindicatos

Enfim, como já mencionado, os movimentos de economia solidária são apoiados com frequência crescente por sindicatos, os quais participam às vezes diretamente no desenvolvimento de suas iniciativas, como é o caso do Brasil e Québec.

Dessa forma, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), principal confederação sindical no Brasil, criou, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário, órgão que lhe é associado, a fim de favorecer a estruturação das iniciativas de economia solidária. Seu maior sindicato, o sindicato dos metalúrgicos de uma das regiões mais industrializadas do Brasil (nos arredores de São Paulo, e de onde vem o presidente Lula), também iniciou no mesmo ano a criação de uma estrutura autônoma de representação das cooperativas (Unisol), a qual foi estendida em 2004 para todo o Brasil, a pedido dos militantes sindicalistas e também de cooperativas e grupos solidários membros, inclusive, do FBES, em sua maior parte.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.homenetseasia.org/resources_perspectives.html>. Acesso em: 10 mar. 2013.

⁸⁷ Notadamente, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess), cujo conselho de administração reúne representantes do Canadá, Mali, Marrocos, Luxemburgo, Filipinas, Malásia, Austrália, Chile e Estados Unidos. A Ripess conta com mais de 70 membros presentes em todos os continentes e em vários países.

Em Québec, as duas principais confederações sindicais, a Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores de Québec (FTQ) e a Confederação dos Sindicatos Nacionais (CSN), estão engajadas no Projeto de Economia Social e tomaram diversas iniciativas nesse domínio desde os anos 1980, criando, em particular, fundos de investimento em pequenas e médias empresas (PME) e na economia social e solidária. Elas sustentam/apoiam também a sindicalização dos trabalhadores nesse setor frequentemente de baixos salários.

A economia solidária no Brasil e em Québec constitui, portanto, um terreno propício para observar por que novas identidades coletivas de trabalhadores emergem fora das instituições tradicionais de representação e como os sindicatos se posicionam.

Os Resultados

Nos dois países que servem à comparação, o movimento de economia solidária ocupa um espaço real. Se considerarmos no Brasil os empreendedores coletivos de economia solidária (EES), que produzem bens e serviços, a sondagem realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária computou, em 2007, 22.000 EES, associando (uma vez que se trata de estruturas autogeridas) 1,7 milhão de trabalhadores cooperados que decidem coletivamente a gestão e repartem o excedente⁸⁸.

Em Québec, se incluirmos as diferentes atividades agrupadas sob a bandeira do Projeto de Economia Social⁸⁹, contamos com 7.000 empresas coletivas (cooperativas e organizações sem fins lucrativos) e 125.000 empregos⁹⁰ – um número para se comparar com aquele do setor da indústria de construção, que contava, em 2006, com quase 133.500 trabalhadores.

⁸⁸ Segundo o Mundo Educação, a população ativa total é de 79 milhões, com 46,7% da população em idade de trabalhar. Em 2007, os trabalhadores informais, assalariados ou que trabalham por conta própria representavam ainda mais de 40% da população empregada nos centros metropolitanos (onde a população ocupada total era de cerca de 20 milhões). <http://dados.gov.br/dataset/populacao-economicamente-ativa-por-sexo>. Acesso em: 10 mar. 2013.

⁸⁹ Em Québec, o Entreposto de Economia Social reúne também organizações históricas de economia social, como a instituição bancária Desjardins (via principalmente a Caixa de economia solidária). Não é necessariamente o caso dos outros países, e é por isso que eu preferi conservar o termo economia solidária para este texto.

⁹⁰ <http://www.chantier.qc.ca>.

Portanto, a economia solidária do Brasil e a de Québec se diferenciam pelo lugar e papel ocupados pelos trabalhadores bem como pela maneira como são estruturados o FBES e o Projeto de Economia Social.

No Brasil, um novo movimento social de trabalhadores

No Brasil, as iniciativas exemplares, aquelas que constituem as “histórias de sucesso”, são as realizações que se singularizam pela realidade de suas práticas autogestionárias e participativas engajando os trabalhadores no âmago da questão social. Assim, o Projeto Esperança-Cooesperança, nos arredores da cidade de Santa Maria (no estado do Rio Grande do Sul), reúne cooperativas e grupos solidários de agricultores familiares e de catadores (coletores e recicladores de materiais apanhados na rua)⁹¹, que organizaram um desenvolvimento local sustentável e obtiveram sucesso em crescer mantendo relações democráticas (SARRIA ICAZA, FREITAS, 2006). Esse lugar de mobilização de economia solidária popular se tornou o ponto de encontro anual das cooperativas do Mercosul e uma etapa na preparação dos fóruns sociais mundiais que aconteceram no Brasil.

Um outro exemplo, ligando desta feita o norte ao sul do Brasil, é o Justa Trama, que é uma cadeia de valor relativa ao algodão, ou seja, o agrupamento de cooperativas que asseguram a produção ecológica do algodão, sua transformação em fio e depois em tecido, a fabricação de roupas e sua comercialização a preço justo, preocupando-se em permitir aos trabalhadores de baixa renda o acesso a esses bens⁹². Os associados são os antigos trabalhadores informais ou desempregados, assim como agricultores familiares, originários de comunidades tradicionais. A iniciativa obteve consenso e seu desenvolvimento foi apoiado pelo FBES, pelos encontros dos fóruns sociais mundiais e pela CUT, via a agência de desenvolvimento solidário, assim como pela Unisol.

Devido ao fato de esses trabalhadores serem também os que criam as cooperativas e grupos solidários e se envolvem coletivamente em diversas iniciativas, em relação frequente com outros movimentos sociais ou comunitários, pode-se falar de um novo movimento de trabalhadores no Brasil.

⁹¹ É, aliás, por meio do desenvolvimento da economia solidária e com o apoio da Caritas, rede da Igreja que, no Brasil, modificou sua forma de intervir junto aos pobres desde os anos 1980, quando os catadores, os “menos que nada” no Brasil (e em outros lugares), criaram uma organização nacional para representá-los (o Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores) e obtiveram do governo Lula a adoção de políticas públicas de apoio apropriadas.

⁹² Justa Trama é também uma marca registrada.

Isso não quer dizer que a massa de trabalhadores-cooperados ou trabalhadores associados está presente nos discursos ideológicos das organizações comunitárias ou sindicais, sobre a autogestão como uma nova forma de socialismo. A maioria explica ter-se vinculado à economia solidária para encontrar um emprego e uma renda (conforme a sondagem apresentada pela Senaes).

Eles são, entretanto, numerosos. Quando as atividades que exercem se orientam por práticas reais de autogestão, passa-se a dar sentido a seu trabalho estabelecendo uma relação com o desenvolvimento da comunidade na qual eles vivem, a se preocupar em preservar o meio ambiente e a adotar uma linguagem de bem comum (SARRIA ICAZA, 2008) que os permita se perceberem como sujeitos (LEITE, 2009; GAIGER, 2004; GUIMARÃES *et al.*, 2006). Isso porque eles chegam assim a articular seu engajamento no trabalho com o seu papel de cidadão: as formas de divisão tradicional do trabalho (entre os que concebem e os que executam, intelectuais e trabalhadores manuais) são revistas de modo a assegurar uma gestão coletiva da atividade, a conciliar atividade de trabalho e de vida na comunidade e na família e a controlar as escolhas de produção. As mulheres são muito frequentemente ativas nesses processos, participando nos fóruns locais do FBES, nas ações de desenvolvimento local, ou nas feiras (mercados locais) e encontros de economia solidária, que são os locais de elaboração de projetos e também de encontro com os usuários, onde mostram seus produtos e onde se discutem as necessidades coletivas a serem satisfeitas.

É por isso que se pode dizer, em referência aos ideais-tipos apresentados anteriormente (como Justa Trama e o Projeto Esperança-Cooesperança), que os trabalhadores da economia solidária constroem as identidades coletivas diferentes daquelas prevalecentes nas sociedades assalariadas fordistas, onde se pode qualificar a relação de trabalho de heterônima.

O último aspecto a se destacar na perspectiva de uma comparação com Québec é o fato de que a participação dos trabalhadores cooperados no movimento de economia solidária é prevista e organizada por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O processo de delegação e de constituição das coordenações executivas locais e nacionais reserva de fato a participação de dois terços das representações aos EES (empreendimentos de economia solidária, os empreendedores coletivos de economia solidária). Isso quer dizer que as cooperativas e associações solidárias não são representadas somente pelas suas organizações nacionais (tais como a Unisol, mencionada anteriormente). Todos os EES podem participar di-

retamente dos fóruns locais, enviar alguém da cooperativa e ser eleito para a plenária nacional ou para a coordenação executiva do FBES. Essa forma de representação, prevista quando da criação do FBES, foi ampliada após a realização do primeiro encontro nacional dos empreendedores coletivos de economia solidária em 2004. Um evento marcante: 2.400 membros representantes dos EES foram mobilizados, terminando por revelar a realidade desse movimento de trabalhadores.

Coalisão de Organizações (Heterônimas) e de Diversos Movimentos em Québec

O desenvolvimento da economia solidária em Québec é fruto de uma coalisão entre os movimentos de mulheres, movimentos comunitários, movimentos sindicais, rurais e ecológicos (LÉVESQUE; MENDELL, 1999). A mobilização é, principalmente, inscrita na Marcha do Pão e das Rosas organizada pelo movimento de mulheres em 1995 para reclamar das infraestruturas de serviços de proximidade com qualidade. Não se trata de um movimento de trabalhadores. A história dos centros da primeira infância (creches) em Québec é emblemática dessa situação.

Criados desde o final dos anos 1970 pela iniciativa de pais que se preocupavam com a igualdade entre homens e mulheres e com a qualidade dos abrigos coletivos da primeira infância, esses centros receberam um apoio importante dos sindicatos para conseguir financiamentos públicos (na segunda metade dos anos 1990), permitindo ao mesmo tempo oferecer esse serviço de maneira universal (os berçários de cinco dólares) e propor aos trabalhadores desses centros condições de remuneração e de trabalho melhores que as de outros setores de economia solidária em Québec.

Numa primeira abordagem, os sindicatos quebequenses se mostraram, entretanto, bastante contrários ao reconhecimento dos centros de primeira infância, achando que eles iriam favorecer o desenvolvimento de pequenos trabalhos. Os sindicatos queriam empregos públicos, mas os pais e o movimento de mulheres não os queriam, pois eles desejavam manter um papel na organização desses serviços. E assim, diante do apoio trazido pelos pais aos trabalhadores dessas instituições de guarda, que apoiavam a cogestão dos centros com o Estado e se sentiam envolvidos nessa aventura (BELLEMARE *et al.*, 2004), os sindicatos finalmente admitiram que se poderia ter as associações com os pais das crianças para gerir as creches. Como consequência, a instituição de organização coletiva foi repensada para o conjunto da economia solidária e social quebequense.

Hoje, entretanto, se os centros da primeira infância são cogeridos pelos pais, não há autogestão. Contrariamente ao que se produz na economia solidária brasileira, os trabalhadores das instituições de guarda não decidem em assembleia geral como planejar a atividade ou como a gerir. Nem nos centros da primeira infância nem em outras cooperativas ou associações sem fins lucrativos que intervêm na reciclagem de resíduos, ajuda em domicílio, artes, animação cultural etc. Ora, o exemplo dos centros da primeira infância e, em particular, o apoio conferido pelos trabalhadores à cogestão mais que à criação de um serviço público tradicional mostram que suas preocupações e aspirações não se focavam somente sobre as condições de trabalho e de remuneração, mas também sobre as maneiras de trabalhar. Eles, ou mais frequentemente elas, desejavam também estar envolvidos na definição das necessidades e das respostas a serem produzidas.

É por isso que se pode dizer que o ganho democrático na economia solidária quebequense surge à medida que o usuário – ou a comunidade local via diferentes grupos – participa da construção da oferta. Ela responde assim às necessidades sociais coletivas e contribui com numerosas aspirações, mas não constitui um movimento de trabalhadores. Esses não fazem parte daqueles que empreendem coletivamente. Quando os interrogamos, eles se dizem em geral satisfeitos com seu trabalho, tendo em conta sua utilidade social e a diversidade de tarefas, e com a autonomia da qual dispõem⁹³. Eles não são militantes da economia solidária, como o são, porém, aqueles que dirigem as cooperativas e organizações sem fins lucrativos. E as relações entre uns e outros, a maneira como o trabalho é organizado, restam dominadas pelo modelo clássico do empregador que traça a atividade e do trabalhador que a executa. Se novas identidades coletivas de trabalhadores existem, elas se exprimem através das diversas associações, principalmente de trabalhadores independentes, que não fazem parte da economia solidária, uma vez que elas organizam os mesmos tipos de trabalhadores⁹⁴.

Última diferença marcante com o Brasil: em Québec, as cooperativas e associações são representadas no conselho de administração da institui-

⁹³ Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária sobre as Condições de Trabalho (2007). Disponível em: <<http://www.revueds.ca/groupe-de-travail-national-de-leconomie-solidaire-sur-les-conditions-de-travail.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2012.

⁹⁴ É o caso principalmente da associação das educadoras do meio familiar de Québec, que reivindica seu estatuto de trabalhadoras independentes diante da maneira pela qual são organizados os centros da primeira infância. Para uma apresentação sintética dessas “lógicas de ação coletiva de associações agrupando trabalhadores independentes”, ver D’Amours (2010).

ção de economia social, mas via sua organização nacional. A instituição de economia social não é, contrariamente ao FBES, um espaço onde as empresas coletivas de economia solidária e os trabalhadores podem participar diretamente da governança do movimento.

Tem-se por certo que os grupos de empresas coletivas e os sindicatos representam efetivamente uns e outros. Estes são os que questionam a noção de espaços públicos de proximidade (e os tipos de bens comuns) que as organizações de economia social quebequenses são motivadas a produzir.

Sindicatos preocupados com as condições de trabalho, e não com a organização do trabalho

As centrais sindicais apoiam a economia social e solidária, em particular, porque ela ajuda a combater o desemprego e as diversas formas de discriminação e também a lutar contra a marginalização e o isolamento das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia informal. Pode-se encontrar nuances entre as centrais sindicais de Québec (FTQ e CSN) e a CUT no Brasil. Os dados obtidos em pesquisa de campo mostram que, na visão da CUT, a economia solidária não deve ser apenas economicamente viável, mas competitiva, o que constitui uma aceitação das regras do mercado capitalista que a economia solidária combate⁹⁵.

No entanto, as centrais sindicais se reúnem para apresentar as preocupações herdadas do período dito fordista, que consistem em se ocupar com as condições de trabalho (e o compartilhamento dos ganhos de produtividade) e não com a forma pela qual o trabalho é organizado.

Ocupar-se com as condições de trabalho parece legítimo quando se constata que, em Québec, diversos setores da economia solidária são essencialmente regulados por normas mínimas de trabalho. E parece tanto mais legítima no Brasil, onde as condições de trabalho não são enquadradas como no setor dito formal da economia. Dezoito por cento dos grupos de economia solidária não são capazes de remunerar com o equivalente a meio salário mínimo os associados.

No entanto, devemos nos situar no contexto altamente desigual do Brasil para entender por que a análise feita em 2007 salienta que a econo-

⁹⁵ No caso dos sindicatos da CUT que se destacam a partir dessa orientação majoritária, ver Yerochewski (2010). Comment syndicats et outsiders arrivent à se mobiliser conjointement: le cas de l'économie solidaire au Brésil, *La Revue de l'Ires*, 67-4, p. 5-34.

mia solidária confere em geral uma melhoria das condições de trabalho e de vida em comparação com situações de pobreza, de autoprodução e do trabalho informal (empregados ou trabalhadores por conta própria), que ainda constituem a maioria das situações no mercado de trabalho⁹⁶.

Essas condições de trabalho justificam aos olhos dos sindicatos a sua preocupação de melhorá-las e garantir que “os governos não utilizem a economia social e solidária para minar os serviços públicos relevantes sob sua responsabilidade”, como apontado em uma declaração adotada pelos sindicalistas de diferentes países representados no Fórum Internacional da Economia Social e Solidária (FIESS), em Montreal, em 2011. A forma como fazer é fortemente influenciada pelo Norte, onde os serviços públicos são altamente desenvolvidos.

A preocupação dos sindicatos na América Latina, África e Ásia seria sobretudo de não chegar a reduzir ainda mais os chamados empregos formais (aqueles que se beneficiam do direito do trabalho e da proteção social coletiva). É por isso que a CUT, no Brasil, recusa-se a apoiar as pequenas iniciativas de economia solidária que não são consideradas competitivas, quando elas não podem ofertar os mesmos direitos formais aos cooperados.

No entanto, é importante notar que essas pequenas iniciativas foram muitas vezes os pontos de partida para algumas das histórias de sucesso da economia solidária brasileira (como é o caso de Santa Maria). O critério de acesso aos direitos formais não é suficiente para qualificar sua dinâmica e dar conta das necessidades e aspirações que animam os trabalhadores. A prova é, ao contrário, o fato de que nas cooperativas lideradas por sindicalistas da CUT (em geral empresas falidas e recuperadas) os trabalhadores cooperados pouco qualificados são muitas vezes excluídos da ação coletiva, mesmo quando eles recebem mais do que o seu antigo estatuto de trabalhador formal lhes teria proporcionado (como pode ocorrer em cooperativas competitivas, onde os rendimentos são distribuídos de forma menos desigual do que em empresas convencionais).

A principal razão dessa situação evidenciada em diversos estudos referentes a essas empresas recuperadas é que elas continuam a perseguir os

⁹⁶ A taxa de pobreza medida pelo critério da cesta básica era de 21% em 2009. Quarenta por cento da população economicamente ativa ganhava, no máximo, um salário mínimo, salário esse que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que serve de fonte de informações para os sindicatos brasileiros, era em torno de quatro vezes inferior ao que seria necessário para atender às necessidades básicas de uma família de dois adultos e duas crianças.

objetivos de competitividade e reproduzir a divisão tradicional do trabalho entre quem concebe e quem executa, de modo que os trabalhadores pouco qualificados se sentem, em decorrência, desvalorizados. Eles não se consideram mais “donos” do seu trabalho e não se projetam nas práticas formais de autogestão, onde aqueles que se exprimem nas assembleias gerais são os militantes sindicais ou os trabalhadores qualificados que permanecem e ocupam muitas vezes os cargos de direção (LIMA, 2007; ROSENFELD, 2007).

A CUT, como os seus homólogos em Québec, quer sindicalizar os cooperados para defender seus direitos. No entanto, pode-se constatar que há uma diferença entre o Brasil e Québec para os trabalhadores da economia solidária que se encontram na base da escala: eles são melhor organizados pelos sindicatos segundo as condições de trabalho do que outras faixas da economia solidária, possivelmente ainda melhor do que na economia formal, mas eles não se “reconhecem” assim. Certamente, isso não significa que não possa haver, ao mesmo tempo, boas condições de trabalho e remuneração e engajamento dos trabalhadores cooperados. As cooperativas da cadeia de valor Justa Trama são exemplos que combinam esses aspectos com as práticas de autogestão, em que os objetivos são coletivamente discutidos em relação às necessidades das comunidades locais e onde as formas de organização do trabalho fazem parte dos debates.

Discussão

Parece, de acordo com os estudos disponíveis sobre a economia social e solidária, haver um debate prolixo sobre as formas de auto-organização dos trabalhadores, e especialmente aqueles que tratam da organização de trabalhadores informais nos países do Sul (ver principalmente Lindell, 2010a, b), para que os resultados sejam generalizáveis, tanto no plano das formas de participação dos trabalhadores como das práticas sindicais.

Assim, encontramos, frequentemente no Sul, movimentos ou iniciativas coletivas de trabalhadores por trás da mobilização a favor da economia social e solidária, a qual se constitui como um meio para os trabalhadores informais se organizarem, obterem o reconhecimento como atores coletivos e se integrem em redes de solidariedade. Já no Norte, a economia solidária reproduz muitas vezes uma separação entre aqueles que trabalham, em geral como empregados, e aqueles que empreendem coletivamente em nome de múltiplos objetivos sociais, incluindo a luta contra a exclusão.

É necessário, porém, ter atenção para não fazer interpretações apresadas, imaginando que se encontram muitas vezes os trabalhadores em iniciativas de economia solidária no Sul porque essas são iniciativas de sobrevivência, enquanto que a luta contra a exclusão é balizada no Norte pelo Estado-providência e leva à criação de empresas de inserção (em Québec, Suíça, França, Bélgica, notadamente), parcialmente subsidiadas, onde há preocupação com a reintegração dos excluídos, aqueles que identificamos no coração da metamorfose da questão social.

Dois elementos chamam a atenção: por um lado, o desenvolvimento significativo da mobilização de trabalhadores informais no Sul e a grande diversidade de suas iniciativas e identidades coletivas (LINDELL, 2010a, b), que revelam o fato de que se reivindicar parte integrante da economia solidária não é uma resposta determinada pelo contexto, mas corresponde certamente a uma escolha em termos de alianças e a construção de solidariedades; por outro lado, o fato de que os movimentos de economia solidária na América Latina e no Brasil, em particular, um dos berços do renascimento dessa temática, foram iniciados por organizações comunitárias e movimentos de fé que se inscrevem em abordagens filosóficas (ou religiosas, como a teologia da libertação) e por práticas inovadoras em termos de cidadania e de educação popular. Esses atores desempenharam um papel importante no desenvolvimento de uma economia popular solidária como agentes mediadores (GAIGER, 2005): se eles às vezes tiveram um papel ambivalente, mantendo (por várias razões) grupos solidários sob sua dependência, eles (como atores coletivos) tendem a assegurar uma “interface” de proteção, impedindo “a pura e simples subordinação das demandas populares às categorias de pensamento e à lógica da ação de agentes externos” (GAIGER, 2005, p. 326).

Provavelmente, seria relevante, em termos de pauta de pesquisa, examinar mais cuidadosamente quais são as organizações comunitárias que estão historicamente envolvidas no Norte (e no Sul) no desenvolvimento de uma economia solidária e como elas negociaram as solidariedades e os apoios institucionais. É impressionante notar que houve uma espécie de cisma em Québec dentro do movimento comunitário: o segmento chamado ou autodenominado movimento comunitário autônomo, provavelmente propenso a repercutir em grande escala questões de democratização do trabalho e as práticas de participação cidadã “dos excluídos”, não se envolveu na economia solidária e até mesmo a criticou inicialmente, temendo – o medo que atravessou todas as mobilizações da sociedade civil

enfrentadas nos anos 1980 e 1990 pelo aumento da exclusão – gerar a exclusão para o Estado, ou, em todo caso, participar da mercantilização da vida cotidiana, como indica este pequeno trecho:

O movimento das mulheres [em Québec] propôs [na segunda metade da década de 90] uma definição ampla da economia social para incluir ações comunitárias, sejam as iniciativas associadas à redução da pobreza, a luta contra a exclusão e o desemprego, bem como as iniciativas visando a conscientização social e a construção da solidariedade [...]. Quase ao mesmo tempo, o movimento comunitário demandava que a ação comunitária autônoma fosse claramente distinguida da economia social de maneira a preservar os fundos que o Estado reservava à educação popular e ao apoio à reivindicação dos direitos sociais, (QUÉBEC, 2001). Mais fundamentalmente, os participantes da ação comunitária temiam ser forçados a se envolver em atividades de natureza fortemente empreendedora e de contribuir assim para a mercantilização da vida cotidiana (a qual eles se opõem) (LÉVESQUE; MENDELL, 2005, p. 5).

Além disso, de qualquer forma é evidente, notadamente na economia social e solidária em Québec, onde se almejou o engajamento dos sindicatos, considerar que é seu papel conduzir essa reflexão sobre as condições de trabalho e a participação dos trabalhadores. No entanto, as centrais sindicais de Québec, como os outros sindicatos dos países industrializados, dão pouca atenção a essa questão da organização do trabalho. Eles se preocupam às vezes com as profissões qualificadas ou com os trabalhadores de colarinho branco. Entretanto, eles continuam a relativizar a questão da construção de uma relação ao trabalho para todos aqueles que estão na base inferior da escala salarial ou que são trabalhadores precários. Ora, essa constitui uma questão importante de compromisso para com esses trabalhadores, uma vez que eles não possuem outra escolha a não ser seguir o movimento ou resistir (e de se autoexcluir) aos projetos concebidos por outros e que dificilmente lhes atribui uma posição que lhes valorize, como o exemplo de empresas recuperadas no Brasil. Quando se compara o que acontece no Brasil com os trabalhadores informais mobilizados pela economia solidária, muitas vezes mulheres, e o que se passa em Québec e em outras cidades do Canadá com os trabalhadores independentes, e em particular com as mulheres que trabalham como cuidadoras, percebe-se que esses trabalhadores muitas vezes precários buscam certas garantias e

partilha de riscos, mas não ao preço de se identificarem com os trabalhadores desprovidos de qualquer reflexão ou autonomia sobre seu trabalho – mesmo quando essa autonomia possa ser relativamente fictícia em algumas condições (D'AMOURS, 2010; YATES, 2010).

Tanto no Sul como no Norte, a institucionalização do sindicalismo foi realizada a partir do mesmo paradigma societal: o da sociedade assalariada fordista, onde se entrega (mais ou menos, dependendo das histórias particulares dos países) o controle da organização do trabalho ao patrão em troca da participação nos ganhos de produtividade e, geralmente, da segurança no emprego.

Esse paradigma também afeta as estratégias sindicais, inclusive no Sul, onde os sindicatos, sem dúvida, conferem um apoio mais sistemático à economia solidária, porque é o lugar onde se encontram os seus antigos membros que perderam seus empregos devido a falências massivas e à informalização de segmentos da economia provocadas pelas crises e as reformas estruturais exigidas pelo FMI. No entanto, tanto no Sul como no Norte, as práticas sindicais que consistem em construir alianças com as organizações de trabalhadores informais ou trabalhadores precários e com salários baixos ou ainda sindicalizá-los diretamente constituem-se em fontes de tensão com as organizações ou em si próprias (LINDELL, 2010a; WEBSTER *et al.*, 2008; BELAS, 2011), porque os sindicatos mantêm o que pode ser chamado de estratégias dependentes do caminho já percorrido (CHUN, 2009) e, frequentemente, procuram reinserir nas negociações coletivas tradicionais as lutas desses trabalhadores, enquanto as suas reivindicações e aspirações vão além desse quadro institucionalizado.

Seria importante, sem dúvida, explorar em que condições os sindicatos se distanciam dessas práticas tradicionais para levar em conta as novas aspirações, incluindo o compromisso com os trabalhadores pobres, de baixos salários e informais, e ainda contribuir para a construção de novas formas de representação coletiva dos trabalhadores. É pertinente, então, questionar como são construídos os espaços de participação e deliberação dos movimentos de economia solidária e a forma como é feita a interação entre os diferentes atores no seio das estruturas (quaisquer que sejam seus vários *status*).

Finalmente, esse tema constitui sem dúvida um objeto capaz de concretizar a solidariedade entre os trabalhadores informais, ou atípicos e com baixos salários e os demais trabalhadores. Seria o caso, então, de examinar quais políticas públicas podem favorecer não só o desenvolvimento de uma

economia social e solidária, mas também o incremento da participação cívica e democrática dos trabalhadores em um ambiente de mais confiança, porque, apesar das histórias de sucesso de algumas dessas iniciativas, elas nem sempre permitem retirar os trabalhadores da pobreza. Do mesmo modo, tanto no Sul como no Norte, muitas vezes com o apoio dos sindicatos, reivindicam-se e criam-se agências mutualizadas de saúde e crédito, e até mesmo de pensões e aposentadoria⁹⁷. É necessário também ter atenção para assegurar formação aos trabalhadores (gestão, *marketing* etc.) com o intuito de obter taxas de juros atrativas que permitam desenvolver as atividades.

Haveria, sem dúvida, elementos que permitem vincular essas preocupações com aquelas que estimulam as reflexões sobre as reformas das políticas de emprego nos países do Norte, em especial as que se propõem a garantir segurança às trajetórias profissionais ou transições entre as diferentes posições de atividade (GAZIER; AUER, 2006), seja entre emprego, formação, licença parental e voluntarismo. Essas reflexões, que procuram uma saída por cima (pelo alto) para a sociedade salarial fordista, poderiam integrar o suporte ao desenvolvimento de uma economia solidária e, assim, justificar uma maneira mais pertinente para ativar os gastos sociais, possibilitando o financiamento (na forma de subsídios ou empréstimos a taxas preferenciais) para empresas sociais que apliquem critérios de desempenho estabelecidos coletivamente pelos atores da economia social e solidária e reconhecidos pelos sindicatos e pelo Estado, como defende a Câmara de Economia Social e Solidária de Genebra, na Suíça (em referência às propostas do economista Alain Lipietz)⁹⁸. Além disso, pode-se pensar em construir também solidariedades entre os trabalhadores de empresas tradicionais e os da economia solidária sobre a pertinência dos financiamentos ou das reduções de impostos concedidos às diferentes empresas (clássicas ou sociais), dispondo-se, assim, de alavancas para favorecer a participação dos trabalhadores e seu reconhecimento como cidadãos da economia solidária, o que também ajudaria a lutar contra o enfraquecimento de sua capacidade de agir individual e coletivamente.

⁹⁷ Ver, neste livro, o artigo de Berthe Lacharité sobre a criação de um regime de aposentadoria de grupos comunitários e de mulheres.

⁹⁸ Ver sobre esse tema uma síntese do relatório Lipietz sobre a proposta de uma lei básica (*loi-cadre*) para a economia social e solidária na França (<http://lipietz.net/spip.php?article314>, acessado em 1 de abril de 2013) e o levantamento realizado pela Câmara de Genebra da economia social e solidária suíça, que apoia a autonomia dos trabalhadores e sua participação na tomada de decisão que favoreça a criação de empregos decentes no SEE. Disponível em: <http://www.apresge.ch/sites/test.intranetgestion.com/files/Etude_statistique_APRES-GE.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2013.

Referências Bibliográficas

BARCHIESI, Franco. Informality and casualization as challenges to South Africa's industrial unionism: manufacturing workers in the east rand/Ekurhuleni Region in the 1990s. **African Studies Quarterly**, v. 11, n. 2-3, p. 67-85, 2010.

BELLEMARE, Guy *et al.* **Le syndicalisme de transformation sociale (Social movement unionism). Voie de renouvellement des théories du syndicalisme? Le cas des services de garde.** Cahiers du CRISES, n. ET0419, 2004.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat.** Paris: Fayard, 1995.

CHUN, Jennifer J. **Organizing at the margins: the symbolic politics of labor in South Korea and the United States.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009.

D'AMOURS, Martine. Les logiques d'action collective d'associations regroupant des travailleurs indépendants. **Relations Industrielles**, v. 65, n. 2, p. 257-280, jun. 2010.

DUFOUR, Christian; HEGE, Adelheid. Emplois précaires, emploi normal et syndicalisme. **Chronique internationale de l'Ires**, n. 97, nov. 2005.

EME, Bernard; LAVILLE, J. L. **Cohésion sociale et emploi.** Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

FINE, Janice News. Forms to settle old scores: updating the worker center story in the United States. **Relations Industrielles**, v. 66, n. 4, p. 604-630, 2011.

GAGNON, Mona-Josée. Le syndicalisme: du mode d'appréhension à l'objet sociologique. **Sociologies et Sociétés**, n. 2, p. 79-95, 1991.

GAIGER, L. I. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS/UNITRABALHO, 2004. p. 371-402.

_____. Économie solidaire et espace public: quelques remarques à propos du rôle des agents médiateurs. In: LAVILLE, Jean-Louis *et al.* (Org.). **Action publique et économie solidaire: une perspective internationale.** Ramonville Saint-Agne, France: Editions Érès, 2005. p. 321-334.

GAZIER, Bernard; AUER, Peter. **L'introuvable sécurité d'emploi.** Paris: Flammarion, 2006.

GOUGH, Jamie; EISENSCHITZ, Aram; MCCULLOCH, Andrew. **Spaces of social exclusion**. New York: Routledge, 2006.

GUIMARÃES, Valeska; KOROSUE, A.; CORRÊA, F. Z. M. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, V. C. *et al.* (Orgs.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GUSFIELD, Joseph. **The culture of public problems: drinking driving and the symbolic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HEERY, Edmund. The representation gap and the future of worker representation. **Industrial Relations Journal**, v. 40, n. 4, p. 324-336, 2009.

HYMAN, Richard. **Industrial relations, a Marxist introduction**. London: Macmillan, 1975.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; FREITAS, Marcelo Ribeiro (Orgs.). **O projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência**. Porto Alegre: Caritas Brasileira.

JENSON, Jane. Les réformes des services de garde pour jeunes enfants en France et au Québec: une analyse historico-institutionnaliste. **Politique et sociétés**, v. 17, n. 1-2, p. 183-216, 1998.

JOBERT, Bruno. Représentations sociales, controverses et débats dans la conduite des politiques publiques. **Revue Française de Science Politique**, v. 42, n. 2, p. 219-234, 1992.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.

LÉVESQUE, Benoît. Mondialisation, démocratie plurielle, économie sociale et solidaire. **Économie et Solidarités**, Hors Série, p. 103-121, 2003.

_____; MENDELL, M. L'économie sociale au Québec: éléments théoriques et empiriques pour le débat et la recherche. **Lien Social et Politiques**, n. 41, p. 105-118, 1999.

_____. L'économie sociale: diversité des définitions et des constructions théoriques. **Revue Interventions Économiques**, n. 32, jul. 2005. Disponível em: <<http://interventionseconomiques.revues.org/852>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

LIMA, Jacob C. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, Jacob C. (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Anna-blume, 2007.

LINDELL, Ilda. **Africa's informal workers: collective agency, alliances and transnational organizing in urban Africa**. London/New York: Zed Books, 2010.

_____. Informality and collective organizing: identities, alliances and transnational activism. **Third World Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 207-222, 2010.

MCBRIDE, Jo; GREENWOOD, Ian. **Community unionism: a comparative analysis of concepts and contexts**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: University Press, 1996.

MULLER, Pierre. Esquisse d'une théorie du changement dans l'action publique: structures, acteurs et cadres cognitifs. **Revue Française de Science Politique**, v. 55, n. 1, 2005.

PECK, Jamie; THEODORE, N. Labor markets from the bottom up. In: McGrath-Champ, S. Herod and A. Rainnue. **Handbook of employment and society: working space**, Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

PINEDA OFRENEO, Rosalinda. Towards fair trade and sustainable livelihood for women informal workers in a globalizing ASEAN. In: ASIA PACIFIC CONGRESS OF COOPERATIVES, 2., 2008. Philippines. **Anais...** Philippines: University of the Philippines, School of Labor and Industrial Relations, 2008.

PIZZORNO, Alessandro. Political exchange and collective identity in industrial conflict. In: CROUCH, C.; PIZZORNO, A. **The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968**, v.2. London: The Macmillan Press, 1978.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: SANTANA, M. A; RAMALHO, J. R. (Coord.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 64-71.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In: _____. **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Economia solidaria, accion colectiva e espacio publico en el sur de Brasil**. 2008. Thèse (Doctorat en Sciences économiques et sociales) – Université Catholique de Louvain, French, 2008.

SCHURMAN, Susan J.; EATON, Adrienne E. (Dir.). **Trade union organizing in the informal economy**: a review of the literature on organizing in Africa, Asia, Latin America, North America and Western, Central and Eastern Europe. Cape Town: Rutgers University, 2012. Disponível em: <<http://smlr.rutgers.edu/news-events/review-of-trade-union-organizing-in-informal-economy>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SEN, Amartya. **Repenser l'inégalité**. Paris: Seuil, 2000.

SEWELL, William H. A theory of structure: duality, agency and transformation. **The American Journal of Sociology**, v. 98, n.1, p. 1-29, 1992.

SILVER, Beverly J. **Forces of labor**: workers movements and globalization since 1870. New York: Cambridge University Press, 2003.

WEBSTER, Eduard *et al.* Closing the representation gap in micro and small enterprises. **Global Labour University Working papers**, n. 3, nov. 2008. Disponível em: <www.global-labour-university.org>. Acesso em: 2 mar. 2012.

A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO NA PROVÍNCIA DE QUÉBEC, CANADÁ: FLEXIBILIDADE E PRECARIÉDADE, DUAS FACES DE UMA MESMA REALIDADE⁹⁹

Yanick Noiseux

No campo do trabalho, uma palavra marcou a transição para o regime neoliberal no início dos anos 1980: flexibilidade. Enquanto no pacto social do regime anterior o enquadramento do mercado de trabalho e a busca do pleno emprego foram alçados à condição de variáveis independentes que se buscava controlar politicamente, a mudança anunciava uma tríplice ruptura com o “compromisso fordista”, como veremos mais adiante. O Estado, em uma “parceria a dois”, ou seja, com o mundo empresarial que tencionava esvaziar a participação dos sindicatos nas tomadas de decisão –, a partir de então passa a combater a “rigidez” do mercado de trabalho (BRUNELLE, 2003). Essa transformação representa um salto qualitativo, uma “mudança de regime de acumulação”, para usar a linguagem da escola da regulação. A flexibilização do trabalho não pode mais ser considerada como um dado conjuntural, mas sim como um traço característico do novo modelo de organização e regulação do trabalho marcado pela fragmentação e segmentação dos mercados de trabalho (ANTUNES, 1996; BECK, 2000, PIOTET, 2003; etc.). A “nova combinação produtiva” instaura uma dinâmica de centrifugação do emprego em direção aos mercados periféricos de trabalho (DURANT, 2004) e a multiplicação das situações de emprego se traduz pelo crescimento rápido e sustentado do número de empregos atípicos¹⁰⁰, caracterizados por remunerações mais baixas, acesso restrito aos planos de benefícios sociais privados, elegibilidade parcial aos regimes públicos de proteção social e ainda por representação sindical e acesso restrito à negociação coletiva (NOISEUX, 2008). Na nova realidade, como sublinha Desrochers, “flexibilidade e precariedade são dois lados de uma mesma

⁹⁹ Tradução de Marcos Antônio Gomes e revisão de Fernando José Pires de Sousa.

¹⁰⁰ Nossa definição de trabalho atípico acerca dos mercados de trabalho periféricos inclui os tipos de trabalho: a tempo parcial, temporário, autônomo e invisível (informal), clandestino, doméstico e em regime de derrogação executados, entre outros, pelos trabalhadores migrantes sazonais etc.), como também o acúmulo de empregos. Para uma discussão sobre a definição de trabalho atípico, ver Noiseux (2008, p. 21-25).

realidade” (2000, p. 17). Essa transformação dos mercados de trabalho não é nem fruto do azar nem do “*laissez-faire*”. Ela é o resultado de uma ação contínua e multiforme dos Estados, e ainda das empresas e administrações engajadas numa transformação global das instituições, das relações sociais e das maneiras de governar com base no princípio da concorrência (DAR-DOT; LAVAL, 2009).

Neste artigo, avalizaremos essa grande transformação do trabalho em Québec, apresentando inicialmente os principais delineamentos das transformações da política econômica do trabalho e insistindo, sobretudo, sobre o papel do Estado. Num segundo momento, traçaremos um quadro da ascensão do emprego atípico e de sua precarização crescente ao curso dos últimos 30 anos. Finalmente, após termos introduzido os principais debates em torno da renovação da ação sindical nesse novo contexto, faremos um balanço das iniciativas das organizações sindicais quebequenses diante das transformações do trabalho.

Delineamentos da Grande Transformação do Trabalho em Québec

Em Québec, como na maioria das regiões desenvolvidas que experimentaram, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a ascensão do Estado-providência e posteriormente sua crise (ROSANVALLON, 1984), observa-se, nos últimos 30 anos, um salto qualitativo na política adotada pelo Estado em relação à regulamentação do trabalho. Enquanto no período dos 30 anos gloriosos a busca do pleno emprego se apoiava no enquadramento do trabalho e no encastramento do mercado, a passagem ao pós-fordismo, na virada dos anos 1980, foi marcada por uma transformação da articulação político-jurídica dos mercados de trabalho, o Estado promovendo a busca da flexibilidade que conferiria à mundialização da economia um verdadeiro dogma.

Progressivamente, desde o pós-guerra até o início dos anos 1980, ao curso do qual se denomina hoje, a partir de Fourastié (1979), os Trinta gloriosos, o estabelecimento de economias ditas mistas, de inspiração keynesiana, paralelamente à construção do Estado-providência, este de inspiração beveridgiana, assentavam-se numa dupla estratégia. De um lado, na esfera internacional, o Estado sustentava estratégias de liberalização das transações de mercadorias e de capitais; de outro, no plano interno, ele se engajava numa estratégia de enquadramento da mão de obra e das populações em nome da solidariedade nacional. Assim, observando os vícios marcantes do sistema liberal do passado, isto é, sua incapacidade para ga-

rantir o pleno emprego e também a distribuição equitativa da renda e da riqueza, a busca do pleno emprego torna-se para Keynes – assim como para os governos que adotaram suas ideias¹⁰¹ (incluindo o Canadá) – um objetivo relevante da esfera política; o mercado, sozinho, seria incapaz de lhe sustentar. O emprego não depende mais do simples jogo entre oferta e demanda no mercado de trabalho e passa do estrito registro da economia para aquele da *economia política*, tendo alcançado o estatuto de uma variável independente, que se busca controlar politicamente. A busca pelo pleno emprego torna-se um dos principais objetivos que norteiam a condução de uma política econômica intervencionista que será acompanhada pela criação do Estado-providência, inspirado nos trabalhos de Beveridge que, nos seus relatórios sobre os seguros sociais e serviços conexos (1942) e sobre o pleno emprego (1944), recomendava a inserção de várias formas de proteção social (seguro-desemprego, seguro-saúde, plano de previdência, provisão de garantia de renda), tendo como objetivo a estatização do social.

Essas grandes reorientações na condução dos assuntos econômicos por parte do Estado – com o objetivo de assegurar o encastramento do mercado (nas palavras de Polanyi), e que marca a passagem ao regime fordista – trarão consequências maiores sobre a articulação político-jurídica do mercado de trabalho e, *a fortiori*, sobre o sindicalismo. No plano macro, uma fórmula inovadora será colocada em prática, baseada em estruturas tripartites, que reuni na mesma mesa três dos principais atores sociais: o governo, os empregadores e os sindicatos. Agindo assim, a economia política inspirada de Keynes e Beveridge procurará vincular a busca do bem-estar ou do “melhor-estar” coletivo aos compromissos políticos entre os partidos e os atores econômicos nacionais. As normas e o direito do trabalho podem então, na medida em que a consulta é verdadeiramente efetiva, fazer emergir organizações patronais e sindicais, ao invés de ser o domínio exclusivo dos órgãos estatais habilitados a legislar. Assim, a arbitragem entre a promoção do bem comum e os interesses particulares transitava pelo político e atravessava de um lado ao outro a sociedade; o Estado – seus governos centrais, intermediários e locais – confiava mandatos às instituições, jurisdições e administrações que assumiam a tarefa da articulação político-jurídica do mercado de trabalho (BRUNELLE, 2003).

¹⁰¹ Em 1943, o relatório da delegação da Sociedade das Nações encarregada do estudo das depressões econômicas, intitulado *Le passage d'une économie de guerre à une économie de paix* [A transição de uma economia de guerra a uma economia de paz], retoma as ideias fortes de Keynes, com destaque para o direito ao trabalho, visando assegurar tanto a liberdade quanto a oportunidade de trabalhar. O governo do Canadá foi o primeiro a aderir às teses de Keynes.

Não é nosso propósito aqui rever as causas do fracasso e de realizar uma autópsia do sistema keyneso-beveridgiano sobre o qual se edificará o que a teoria da regulação chamará em seguida de regime fordista de acumulação e que estruturará as economias capitalistas até o início de 1980. Outros já o fizeram, portanto, esse não é o nosso objetivo. A ideia aqui é, sobretudo, apresentar brevemente o que era antes, ou seja, antes da passagem a um regime neoliberal fundado essencialmente sobre quatro novos pilares: a liberalização, a desregulamentação, a privatização e a redução das políticas sociais¹⁰². A ascensão ao poder dos governos Thatcher e Reagan, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, respectivamente, significou o ponto de inflexão rumo ao novo regime.

Nesse novo quadro, as políticas inspiradas por Keynes e Beveridge perderam o seu lugar. Os governos abandonam as ambições de controle inscrito no quadro normativo e institucional do período pós-guerra. Ao invés de procurar dirigir ou controlar a economia – especialmente o mercado de trabalho –, os poderes públicos preferiram confiar grande parte dessa gestão e desse controle ao mercado, ou seja, ao setor privado. Conforme destacado por Brunelle, a partir de 1979, “um após o outro, os governos encurralados por importantes déficits passam a questionar a estratégia intervencionista à qual eles haviam aderido até então e propõem unir forças às do mundo dos negócios a fim de eliminar tudo o que doravante lhes apresentasse como obstáculo ao livre funcionamento do mercado” (2003, p. 119)¹⁰³. O compromisso fordista praticamente não se sustenta mais. Na nova economia política, persistirá o aumento da riqueza, essencialmente, por meio do estabelecimento de uma nova parceria a dois, entre o mundo político e o dos negócios. Os meios sindicais são relegados a um papel secundário, senão acessório. A persistência de uma política econômica visando ao pleno emprego foi abandonada e a variável emprego relegada ao *status* de dependente. E a lei da oferta e da procura considerada mesmo o melhor meio para garantir a máxima eficiência no funcionamento do mercado de trabalho.

Gradualmente, no frenesi do processo de liberalização, o contrato social em que se baseou o compromisso fordista se desgasta (conforme a Figura 1). A tríplice ruptura se instala no pacto ligando os trabalhadores, o Estado e as empresas: uma ruptura nos termos do contrato Estado-em-

¹⁰² Aplicada à política pública de trabalho, a desregulamentação se torna flexibilização.

¹⁰³ No Canadá, a abordagem neoliberal é adotada a partir de 1984 pelo Partido Progressista-Conservador de Brian Mulroney e, em Québec, pelo Partido Liberal de Robert Bourassa, desde 1985 (BRUNELLE, 2003, p. 119). Os governos que se seguiram, até hoje, persistem nessa orientação.

presa, nos termos do contrato empresa-trabalhador e, enfim, uma ruptura entre os termos do contrato Estado-trabalhador. De início, o Estado promoveu a desregulamentação da atividade comercial e as empresas privadas se viram liberadas das “restrições” regulamentares que enquadravam suas atividades. O Estado também recorreu à privatização das empresas estatais, deixando o campo aberto à iniciativa privada com vistas a investir em setores que antes lhes eram restritos¹⁰⁴. Por outro lado, o enfraquecimento da regulação dos mercados de trabalho, seja por meio da modificação da articulação político-jurídica do mercado de trabalho, seja por meio de uma fraca vontade política de fazer respeitar a legislação em vigor ou de ajustá-la às novas realidades, facilitou o estabelecimento de uma nova organização do trabalho, flexível, em rede, atendendo às exigências da empresa mundializada¹⁰⁵. Finalmente, a empresa viu-se livre de um certo número de responsabilidades, mesmo até de respeitar as leis nacionais, pois os Estados abandonaram dispositivos inteiros de suas legislações em benefício das instituições supranacionais cujos mecanismos de regulamentação são inerentes à autorregulação pelo setor privado.

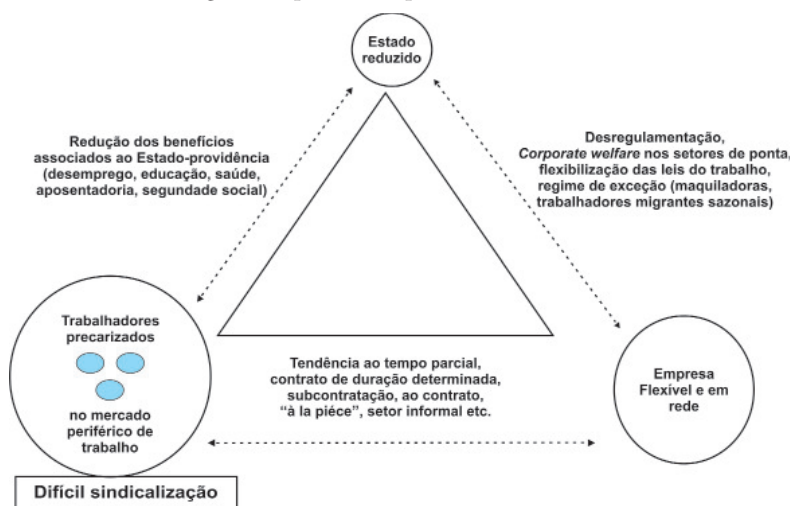


Figura 1 – Dinâmica da Ruptura do Contrato Social no Pós-Fordismo

¹⁰⁴ O estabelecimento de parcerias público-privadas constitui uma outra maneira de proceder e conduz, praticamente, aos mesmos resultados.

¹⁰⁵ Deve-se também notar que, depois de 20 anos, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação (NTIC) tornou possível certas modalidades da transformação do trabalho na empresa (ver especialmente Manuel Castells, em *La Era de la Informacion: Economía, Sociedad y Cultura*, 1996).

Em uma segunda frente, procedendo à externalização, incidindo suas atividades nas cadeias de subcontratação, em resumo, modificando a organização do trabalho de diversas maneiras, as empresas se encontram engajadas num processo de flexibilização que conduz a uma ruptura nos termos do contrato empresa-trabalhador que se manifesta notadamente pelo direcionamento do emprego, após o assalariamento clássico, rumo aos mercados periféricos de trabalho (o emprego a tempo parcial, por acordo, à duração determinada, por peça, “falsamente” independente etc.). Essa tendência também é perceptível nas empresas estatais e, mais recentemente, na administração pública. Finalmente, a ruptura nos termos do contrato entre o Estado e o trabalhador se manifesta de diversas maneiras. O empobrecimento dos regimes de seguridade social, limitando o seu acesso, a redução dos orçamentos da educação e o aumento das taxas pagas de escolaridade, a ameaça aos regimes de pensões públicas e a privatização parcial dos serviços de saúde constituem-se todos, de alguma forma, modalidades diferentes de reformulação do contrato ligando o trabalhador ao Estado. Note-se enfim que, enquanto o paradigma keyneso-beveridgiano surgido do pós-guerra estava baseado em uma forte dissociação entre o mercado nacional e o internacional, isso se desfaz com a lógica neoliberal. Para os governos, o objetivo central da política econômica passa então a se limitar a introduzir a lógica de mercado nos setores e nas áreas onde antes estava impossibilitado. Sobre o mercado de trabalho, tal exigência significa então a incorporação do princípio da competitividade (e da concorrência) não mais em escala nacional, mas mundial.

O Crescimento do Trabalho Atípico como Consequência da Grande Transformação

Enquanto o período keynesiano fora marcado pela progressão constante do emprego assalariado clássico¹⁰⁶, assiste-se hoje ao avanço do tra-

¹⁰⁶ Dito isso, e deve ser lembrado, o regime fordista é muitas vezes visto, muito *gloriosamente*, pelos defensores nostálgicos de um retorno a uma política econômica dificilmente compatível com o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Um dos problemas muitas vezes esquecido do sistema keyneso-beveridgiano do pós-guerra é que ele contribuiu para a dualização, relegando os jovens e as mulheres a posições subalternas, na periferia do regime salarial clássico. A existência de mercados de trabalho seletivos e segmentados precede, assim, à passagem ao pós-fordismo. O que ainda resta é a articulação político-jurídica do mercado de trabalho da época anterior, que tinha o objetivo de integração eventual de todos os trabalhadores no regime salarial clássico. Este, defendido

balho atípico, qual seja, a tempo parcial, temporário, “autônomo”, por acúmulo de empregos, invisível, constituindo ilustrações do que Durand (2004) chama a dinâmica de centrifugação do emprego no sentido dos mercados periféricos de trabalho. E pode-se constatar que tal regressão passa a se verificar em Québec, pois em 1976 a proporção de pessoas com qualquer forma de emprego atípico em relação ao emprego total foi de 16,7% (MATTE *et al.*, 1998, p. 25). De acordo com os dados publicados pelo Instituto de Estatística de Québec (ISQ, sigla em francês), mais de 38,1% dos trabalhadores ocupavam esse tipo de emprego em 2011 (ISQ, 2011, p. 1)¹⁰⁷. Portanto, tal proporção mais do que dobrou nesse período, considerando todas as formas que caracterizam o trabalho atípico. Por tipo, verifica-se que a participação do emprego a tempo parcial mais do que dobrou, passando de 8,7% (ISQ, 2005, p. 129) do total de empregos em 1976 para 18,7% em 2009 (ISQ, 2010, p. 74). Quanto à parte do emprego temporário no emprego total, ele teria sido acrescido de 16% entre 1989 e 1994 para se estabelecer em 10,4% (em 1994, MATTE; BALDINO; COURCHESNE, 1998), depois para 12,9% em 2009 (ISQ, 2010, p. 93). O trabalho autônomo passou de 8,6% do emprego total em 1976 (ISQ, 2005, p. 129) para 14,7% em 2009 (ISQ, 2010, p. 83). Já o número de pessoas exercendo vários empregos triplicou desde 1976 (ISQ, 2005, p. 129; ISQ, 2009, p. 126-127).

Embora a flexibilização de per si não seja necessariamente nefasta¹⁰⁸, temos de admitir que, no contexto atual, trabalho atípico e precário são duas facetas de uma mesma realidade (DESROCHERS, 2000, p. 17). O efeito deletério da dinâmica de centrifugação do emprego rumo aos mercados periféricos se manifesta notadamente pelos salários mais baixos. Certamente, sempre existiu uma decalagem entre a remuneração horária média do trabalho a tempo parcial e a do trabalho a tempo integral (AKYEAMPONG, 1999; ISQ, 2008, p. 44). Mesmo se entre 1999 e 2007

pelas organizações sindicais, constituía o pilar no qual se buscou construir o compromisso fordista, o pacto social entre o Estado, o empregador e o trabalhador visando “fechar o ciclo” e operacionalizar uma estratégia de encastramento do mercado pelo enquadramento do trabalho.

¹⁰⁷ Tendo em conta que muitos trabalhadores “transitam” entre períodos de desemprego e de emprego atípico, essas proporções tendem a subestimar o número de trabalhadores envolvidos.

¹⁰⁸ Como D’Amours aponta, “de fato, o problema ou o desafio atual não é tanto aquele posto pela heterogeneidade e diversificação [do trabalho], que aquele dos links para reconectar entre trabalho heterogêneo e diversificado e proteção do trabalhador” (2003, p. 318).

o crescimento real da remuneração horária (leia-se: poder de compra) dos trabalhadores temporários tenha sido mais elevado que o dos trabalhadores permanentes, a diferença salarial (da taxa horária) entre as rendas oriundas de um trabalho temporário e de um trabalho permanente é ainda considerável (ISQ, 2008, p. 45). No que diz respeito ao trabalho autônomo, deve-se notar simplesmente aqui que os trabalhadores autônomos que não contam com ajuda salarial – em forte crescimento – são largamente super-representados nas categorias inferiores de renda, onde sua participação é três vezes maior do que a dos empregados formais (ISQ, 2005, p. 154)¹⁰⁹. O salário horário médio das pessoas acumulando empregos é inferior ao salário médio das pessoas que não acumulam empregos (MARSHALL, 2002, p. 11). Outra consequência direta da progressão do emprego atípico é a diminuição do acesso dos trabalhadores aos benefícios sociais e aos regimes públicos de proteção social (DESROCHERS, 2000; BERNIER *et al.*, 2003; NOISEUX, 2008). Os trabalhadores a tempo parcial têm três vezes menos chances de se beneficiar de regimes suplementares de assistência odontológica e de seguro de vida (dados canadenses de 2000; MARSHALL, 2003, p. 9). Quanto aos trabalhadores temporários, estes são cinco vezes mais suscetíveis a não receber nenhum benefício social (PÉRUSSE, 1997). A fragilidade da base da segurança social é também uma das características do trabalho autônomo (AKYEAMPONG; SUSSMAN, 2003, p. 16).

O acesso restrito à sindicalização e à negociação constitui outra faceta da precariedade (NOISEUX, 2008)¹¹⁰. Enquanto a proporção de trabalhadores a tempo pleno sindicalizados tenha ligeiramente progredido entre 1998 e 2009, passando de 37,3% para 38,3%, a proporção de trabalhadores a tempo parcial estagnou, com 27,3%. O caso dos trabalhadores temporários é mais ambíguo, e a progressão de suas taxas de sindicalização parece testemunhar o engajamento recente das organizações sindicais com essa categoria de trabalhadores. Entre 1998 e 2009, o número de trabalhadores temporários sindicalizados aumentou significativamente (35,4%) e de maneira mais expressiva que os sindicalizados permanentes (17,86%). Assim, os trabalhadores temporários são hoje também suscetíveis de serem

¹⁰⁹ Para cada uma das outras categorias, eles são sub-representados.

¹¹⁰ Os dados apresentados neste parágrafo são provenientes, salvo indicação em contrário, da nossa compilação com base em Akyeampong (2006, 2004, 1999) e Uppal (2010). Os dados de 2009 para Québec nos foram transmitidos diretamente por Uppal e não aparecem no artigo citado (ver NOISEUX, 2012b, p. 154).

sindicalizados como os trabalhadores permanentes (taxa de sindicalização de 36,3%), mesmo que eles fossem largamente “sub-sindicalizados” em 1998 (29,5% *versus* 36,5%). No que se refere aos trabalhadores autônomos, mesmo que a jurisprudência pareça sublinhar que o direito do trabalho seja capaz de distinguir os verdadeiros autônomos dos falsos independentes, isso não se verifica, a menos que ocorra “a ‘requalificação’ de uma situação de trabalho autônomo como sendo da competência do trabalho assalariado formal para fins das leis do trabalho, mas que somente intervirá *a posteriori* e à condição de que haja litígio” (VALLÉE, 1999, p. 286). Na prática, isso faz com que muitos trabalhadores, que não estão em posição de contestar o estatuto de autônomo imposto pelo seu empregador, permaneçam à margem do âmbito de aplicação do Código do Trabalho. Como os trabalhadores sindicalizados obtêm geralmente melhores condições de trabalho no que diz respeito tanto à remuneração (CLOUTIER, 2006a; ISQ, 2005b; AKYEAMPONG, 1999) quanto aos benefícios sociais (AKYEAMPONG, 2002), sublinhamos enfim que a menor sindicalização dos trabalhadores atípicos tende a acentuar os efeitos deletérios associados à fragmentação dos mercados de trabalho. Dito isso, parece ainda importante enfatizar este aspecto: a importância das cláusulas de disparidade de tratamento contribui muitas vezes para que os trabalhadores e trabalhadoras atípicos, cujas condições de trabalho são regidas por um acordo coletivo, não evitem a discriminação. Os trabalhos de Bernier (2007) confirmam a existência e a importância das cláusulas de disparidades salariais como desfavoráveis aos trabalhadores atípicos em acordos coletivos. Esse duplo padrão não se resume simplesmente a escalas salariais diferenciadas. O autor observa a existência de disposições distintas regulando a majoração para as horas extras, a ausência de garantia de um número real, mas mínimo de horas de trabalho, a exclusão das cláusulas sobre a proteção da renda e do emprego, o acesso aos benefícios sociais etc. O estudo de Bernier permite também constatar a recorrência importante de cláusulas excluindo certas categorias de trabalhadores temporários da aplicação da convenção coletiva (BERNIER, 2007, p. 9-10, 14).

Os Jovens e as Mulheres no Centro da Dinâmica de Centrifugação do Emprego no Sentido dos Mercados Periféricos do Trabalho

A dinâmica de centrifugação do emprego rumo aos mercados periféricos do trabalho subtende igualmente discriminações sistêmicas, implicando

uma re-hierarquização dos mercados de trabalho em função do estatuto do emprego que se faz em detrimento dos jovens (NOISEUX, 2012d) e das mulheres (NOISEUX, 2011).

Os efeitos deletérios dessa dinâmica se superimpõem aos jovens trabalhadores e trabalhadoras não somente porque eles são super-representados no trabalho atípico, mas também porque eles sofrem desproporcionalmente o impacto da remuneração mais baixa, do acesso restrito aos regimes de proteção social e à representação sindical associados aos empregos atípicos. Em 1999, 46,5% deles (15-29 anos) ocupavam um emprego atípico, enquanto a proporção se estabelecia em 33% para os com mais de 30 anos (CPJ, 2001, p. 23). As mulheres jovens são mais frequentemente afetadas pelo trabalho atípico (54%) do que os trabalhadores jovens (41,8%, dados de 2005, ISQ, 2007, p. 58) 111. Entre 2000 e 2011, a taxa do emprego atípico no emprego total para quem tinha de 15 a 24 anos aumentou de 57,3% para 65,2% (enquanto estagnava para as outras faixas de idade) (ISQ, 2011). Essa super-representação dos jovens pode ser constatada em todos os segmentos do trabalho atípico (com exceção do trabalho autônomo). Além disso, ela tende em geral a aumentar, conforme ilustra bem a nova configuração hierárquica característica do sistema de emprego no pós-fordismo.

As relações estreitas entre trabalho atípico e precariedade mencionadas acima são ainda mais verdadeiras para os jovens trabalhadores. Em seu relatório sobre o emprego atípico dos jovens para o Conselho Permanente da Juventude, Blondin e Lemieux concluíram que eles eram relegados ao *status* de uma mão de obra “barata, competente e descartável” (CPJ 2001, p. 103). Os dados mais recentes tendem a confirmar esse fato. Não apenas os jovens trabalhadores são super-representados no emprego a tempo parcial, pois ainda quando se compara a sua situação à dos trabalhadores mais velhos a tempo parcial, os ganhos relativos do trabalho desses jovens se deterioram mais rapidamente. Por exemplo, podemos observar que as vantagens salariais dos jovens trabalhadores a tempo pleno em comparação com aqueles a tempo parcial aumentaram de 27,6% em 1997 para 43,2% em 2005 (ISQ, 2007, p. 97), enquanto no conjunto do mercado de trabalho, as vantagens salariais dos trabalhadores a tempo pleno aumentaram de 36% em 1999 para 42,3% em 2005 (ISQ, 2008, p. 45). O ISQ enfatiza, aliás, que os jovens trabalhadores são duas vezes menos suscetíveis – numa proporção de 25%, em comparação a 50% para os trabalhadores

¹¹¹ Ainda mais a diferença de gênero se aprofunda ligeiramente.

com mais de 30 anos – de ter acesso a um regime de pensão relacionado ao seu trabalho (dados de 2005; ISQ, 2007, p. 85). Além disso, “[o]s jovens trabalhadores a tempo pleno são quase três vezes mais suscetíveis de se beneficiarem de um regime de aposentadoria [...] do que os jovens a tempo parcial (1 pessoa a cada 10) em 2003” (ISQ, 2007, p. 98). Note-se também que as pessoas que integram o mercado de trabalho (ou o reintegram após uma ausência de dois anos) devem acumular um número de horas de trabalho mais elevado (910 horas desde a reforma de 1997¹¹²) antes de ter direito ao seguro-desemprego. Essas condições discriminam diretamente os jovens trabalhadores. Isso é especialmente verdadeiro quando se considera que eles estão super-representados no trabalho a tempo parcial e no trabalho temporário. Na discriminação sistêmica, jogando em desfavor dos trabalhadores atípicos, agrega-se ainda uma discriminação direta contra os jovens trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho. Finalmente, no que tange à acessibilidade à representação sindical e à negociação coletiva, torna-se evidente aqui também a sub-representação histórica dos jovens trabalhadores. Vários fatores explicam a baixa densidade sindical entre os trabalhadores jovens. Eles trabalham geralmente em pequenos estabelecimentos, nos setores fracamente sindicalizados, a exemplo dos setores de comércio, hotelaria e reparações etc. Assim,

a maior incidência de jovens ocupando empregos a tempo parcial, temporários e de curta duração explicaria [também] seu atraso frente aos trabalhadores mais velhos, porque estes empregos têm uma menor propensão à sindicalização (AKYEAMPONG, 1999, *apud* ISQ, 2007, p. 46).

Nessas circunstâncias, não é surpreendente que os jovens trabalhadores quebequenses (15-29 anos) estivessem, em 2005, menos sindicalizados (taxa de sindicalização de 29,8%) do que os trabalhadores mais velhos (44,4%) (ISQ, 2007, p. 47).

Da mesma maneira, a dinâmica de centrifugação toca particularmente as mulheres porque elas são, por sua vez, sobre-representadas no trabalho atípico, mas também porque sofrem mais fortemente o impacto da remuneração mais fraca, do acesso restrito aos regimes de proteção social e a representação sindical associados aos empregos atípicos (NOISEUX, 2011). Assim, mesmo se a super-representação das mulheres no

¹¹² Os outros trabalhadores terão acumulado entre 420 e 700 horas asseguradas. A discriminação contra novos entrantes no mercado de trabalho existe desde 1979.

trabalho atípico em relação aos homens tendeu a se reduzir nos últimos dez anos, ainda havia mais de 40,7% entre elas ocupando esse tipo de emprego em 2010, em comparação com 35,7% para os homens (ISQ, 2011, p. 1). Além disso, a super-representação das mulheres pode ser constatada em todos os segmentos de trabalho atípico (com exceção novamente do trabalho autônomo) (ISQ, 2009, p. 93). Isso porque a taxa horária dos trabalhadores a tempo parcial em 2008 era de apenas 65% da verificada para os trabalhadores a tempo pleno (em comparação a 74% em 1998)¹¹³, porque a diferença entre as rendas provenientes do trabalho temporário e do trabalho permanente é igualmente muito significativa, porque as mulheres são geralmente confinadas aos segmentos mais precários do trabalho autônomo. As estreitas vinculações entre trabalho atípico e precariedade mencionadas anteriormente atingem muito mais as trabalhadoras. A título de exemplo, note-se simplesmente que, embora as condições de admissibilidade ao seguro-desemprego não resultem teoricamente em nenhuma discriminação entre homens e mulheres, estas apresentam todavia menor possibilidade de ter acesso a esse benefício (Estatísticas Canadá, 2003, p. 11), porque, entre outras razões, elas geralmente ocupam um emprego atípico e, em consequência, não conseguem acumular um número de horas de trabalho suficiente para se qualificar ao referido seguro.

Finalmente, a dinâmica de centrifugação do emprego na direção dos mercados periféricos induz a uma hierarquização dos mercados de trabalho em função do tipo de emprego, em detrimento dos jovens trabalhadores e das mulheres. Evocamos aqui uma hierarquização dos mercados de trabalho na medida em que nos parece que uma discriminação indireta e sistêmica fundada no tipo de emprego veio em substituição à discriminação direta, afetando as condições de emprego¹¹⁴.

Assim, apesar da inclusão, desde 1985, da idade como fator de proteção contra a discriminação na Carta Canadense de Direitos e Liberdades (o que resultou, no ano seguinte, na abolição da taxa de salário mínimo diferenciado para os menores de 18 anos) e apesar da inclusão, desde 1999, de disposições visando à abolição das cláusulas de tratamento desigual com base na data da contratação (as cláusulas “órfão”) nas leis sobre as normas de trabalho, a análise revela não somente a persistência, mas também a recrudescência das desigualdades que afetam os jovens trabalhadores. Em

¹¹³ Dados canadenses.

¹¹⁴ Note-se que certas discriminações diretas permanecem, notadamente no que concerne aos critérios diferenciados de acesso ao seguro-desemprego.

relação às mulheres, a despeito da Lei sobre a equidade salarial, da criação de um sistema de creches públicas que estimulou a participação delas no mercado de trabalho e de uma certa recuperação da remuneração de seu trabalho, ainda somos levados a constatar que um número acentuado de mulheres, confinadas no trabalho atípico, tem de lidar com as novas discriminações sistemáticas ligadas à hierarquização dos mercados de trabalho em função do tipo de emprego, induzida pela dinâmica de centrifugação do emprego para os mercados periféricos de trabalho.

Sindicalismo e Organização Coletiva dos Trabalhadores Atípicos: um Panorama da Literatura

Em Québec, como em outros lugares, a transformação do trabalho marcada pelo impulso do trabalho atípico coloca uma série de desafios para o sindicalismo, devendo atualizar-se em termos de teoria sindical, a qual foi em grande parte construída em torno da ideia de uma classe operária homogênea inserida no modelo salarial clássico, a fim de ser capaz de defender também os interesses dos trabalhadores atípicos difundidos nos mercados periféricos de trabalho. Sem entrar em detalhes sobre as cinco correntes “clássicas” identificadas por M. Perlman (1958) – as concepções moral (RYAN, 1906) e psicológica (VEBLEN, 1904; HOXIE, 1914) do sindicalismo, as organizações sindicais teorizadas como instituições de negócios (S. PERLMAN, 1928), o sindicalismo visto como um agente do bem-estar (*Welfare unionism*) (WEBB, 1897) e o sindicalismo teorizado como um agente da revolução (*Revolutionary unionism*) (DE LEON, 1903) –, constata-se que suas reflexões foram forjadas em torno dos trabalhadores da indústria (empregados no que se chama hoje de modelo salarial clássico) e subtendem geralmente uma fraternidade própria ao conjunto de toda a classe trabalhadora, implicitamente considerada homogênea. Essa tendência que manifestou a teorização do sindicalismo em não levar suficientemente em conta as diferenças entre os diversos coletivos de trabalhadores, em recusar de pensar os trabalhadores e trabalhadoras como um sujeito plural, é igualmente um elemento que se revela da revisão dos aportes teóricos ao curso do pós-guerra.

O chamado enfoque pluralista desenvolvido pela Escola de Relações Industriais (DUNLOP, 1948; FLANDERS, 1970) – o mais influente no pós-guerra – tinha tendência a considerar os trabalhadores em bloco e a se concentrar nas organizações sindicais já formadas, geralmente no coração

do processo de produção, no seio de grandes empresas industriais. Sua encarnação mais recente, a “abordagem estratégica”, desenvolvida notadamente por Kochan, Katz e McKenzie (1986), interessar-se-á de certa forma pelo emprego atípico, mas as raras vezes que o fez privilegiou também o estudo de jogadas estratégicas no contexto das negociações patronais-sindicais e considerou que a estratégia sindical a privilegiar seria a adoção de medidas proativas por meio da cogestão. Para esse enfoque, o sindicalismo é essencialmente um agente de regulação e não um veículo de organização coletiva e de mudança social. Quanto à abordagem reconhecendo o sindicalismo como um movimento social, cujo principal porta-voz é Alain Touraine (1955, 1966), pode-se constatar que esse autor – embora evite atribuir *de facto* uma unicidade de conjunto à classe trabalhadora – desenvolverá seu conceito de “consciência operária” em torno da fábrica e apontará para a desintegração do movimento (TOURAINÉ, 1984) assim que passou a observar a heterogeneização da classe trabalhadora no início dos anos 1970¹¹⁵.

A crítica endereçada até agora às teorias do sindicalismo não pode ser estendida à sociologia do trabalho latino-americano, que tratou da questão do trabalho à margem do modelo salarial clássico desde que se manteve distante das tradições de pesquisas dos países centrais. Esta última preocupou-se em estudar o trabalho onde o discurso dominante postula que ele não existe mais, incorporando, assim, à análise o trabalho “fluido, ocasional, crepuscular” (DE LA GARZA, 2000, p. 19). Desde a década de 1970, essa sociologia da “heterogeneidade do trabalho” evidencia que linhas de segmentação transpassam as diferentes situações de trabalho. Detendo-se na complexidade das situações de trabalho, ela se posiciona contrária às interpretações que colocam em primeiro plano uma tendência à uniformização do mercado de trabalho (e das situações de trabalho). Além disso, os sociólogos latino-americanos do trabalho dedicaram uma atenção particular à fragmentação dos coletivos de trabalhadores, incluindo desde o início as perspectivas de gênero e de etnia (ABRAMO, 1999). Essa forma de perceber o mercado de trabalho e a classe trabalhadora passa a influenciar

¹¹⁵ No que se trata mais globalmente à sociologia do trabalho que se desenvolverá na França após a guerra (Ver CROZIER, 1962), constata-se, em geral, que o sindicalismo é visto como um instrumento a serviço de uma classe de trabalhadores em particular, os *ouvriers*, e que muito poucas considerações são relativas aos trabalhadores à margem da organização sindical, e ainda menos sobre os trabalhadores que não são empregados na forma canônica que se tornou então o assalariado das fábricas.

a maneira de encarar o sindicalismo. A partir da crise da dívida externa de 1982, uma nova geração de pesquisadores, que não acreditava mais na “história romântica do movimento operário”, deixou de olhar o passado e introduziu novos ares à disciplina, privilegiando uma perspectiva micro, situando-se em nível da empresa e na flexibilidade das relações de trabalho como um problema central a ser estudado (DE LA GARZA; PRIES, 2001).

Muitos autores procuraram compreender as estratégias das empresas e dos sindicatos diante do processo de modernização (ABRAMO, 1999). Seus estudos têm procurado analisar também as relações entre reestruturação produtiva, segmentação dos mercados de trabalho e as respostas sindicais (BENSUSÁN AREOUS, 2003, p. 393). Uma nova geração de pesquisadores latino-americanos fez um importante esforço intelectual para dar visibilidade às múltiplas e heterogêneas realidades do trabalho que se redefiniam no contexto da reestruturação produtiva como também para tentar recuperar as possibilidades de constituição dos sujeitos coletivos, em suma, identificar os novos atores coletivos que surgiam desses processos de maneira a refletir sobre suas eventuais capacidades de mobilização, intervenção e negociação (ABRAMO, 1999). Dessa forma, esses pesquisadores também se posicionaram contra um novo modelo de trabalho pós-salarial, baseado na individualização das relações de trabalho, que considera as regulamentações sociais – e o movimento sindical – como um obstáculo arcaico em ruptura com a nova realidade e que tende a legitimar as ideias do neoliberalismo ocultando as tendências e as situações de trabalho realmente existentes (KOVACS, 2002).

Embora a filiação seja raramente explicitada, os trabalhos recentes em torno da questão da renovação do sindicalismo em Québec e no Canadá dão cada vez mais atenção às interpretações e questões levantadas, há quase 30 anos, pelos trabalhos inovadores da sociologia latino-americana do trabalho. Desses trabalhos recentes, verifica-se, de início, que hoje o senso comum é de que o compromisso keynesiano do pós-guerra estaria seriamente comprometido, se não definitivamente enterrado, e que a exigência crescente por flexibilidade tanto corrói quanto coloca em dúvida a capacidade representativa das organizações sindicais que cada vez menos podem se apoiar nos métodos do passado. O salto qualitativo que constitui a transição ao pós-fordismo impõe uma verdadeira ruptura na forma de pensar o sindicalismo hoje. Como apontado por Haiven, Le Queux, Lévesque e Murray: “É considerando tal contexto que se deve refletir sobre a maneira como os sindicatos chegam ou não a enfrentar os desafios colocados

pelas reestruturações em curso e, assim procedendo, conseguem perenizar ou mesmo renovar a representação e a ação coletiva” (2005, p. 37). Ruptura existe e as consequências para os trabalhadores – exigências crescentes por flexibilidade, multiplicação dos tipos de emprego, fragmentação dos coletivos de trabalho, perdas salariais, implicações sobre os benefícios sociais e a segurança no emprego, ameaças de privatização dos serviços e, portanto, de “centrifugação” dos empregos públicos – são pesadas e patentes (DUPUIS, 2004; KUMAR; SCHENK, 2004, etc.). Gagnon (1998) também observa que o crescimento das situações atípicas contribui para pôr em causa o papel do sindicalismo e alterar o sentido mesmo da ação sindical.

No novo quadro, conforme ressaltado sobretudo por Hyman (1998), o principal desafio que deve enfrentar o sindicalismo nesse começo do século XXI é tentar a convergência das necessidades e aspirações plurais dessa classe trabalhadora expandida, segmentada ou mesmo dividida à força. Para muitos, o mais urgente é a necessidade de aprimorar a oferta sindical, fazendo dos trabalhadores atípicos o alvo a privilegiar. Sherman e Voss (2000) não hesitam em afirmar que “organized or die” deve ser o lema da ação sindical. Kumar e Schenk insistem sobre a necessidade de “organizing the unorganized” e sobre a importância de construir uma cultura organizacional que possibilite um engajamento com os trabalhadores atípicos, suscitando a participação dos “rank-and-files” (2004, p. 4). Outros propõem também de se concentrar no “organizing model”, convidando incisivamente os sindicatos a “broaden their constituency, draw new or previously neglected categories into membership and extend organisation ‘downwards’ to low wage workers in secondary labour markets” (HEERY *et al.*, 2000, p. 2).

Da mesma forma, Dupuis (2004) observou que a renovação sindical baseia-se na expansão dos esforços organizacionais para além dos grupos tradicionais e salienta a necessidade de construir técnicas de protestação e um repertório de ações adaptadas ao trabalho atípico. Haiven indica a importância de investir na “non-union zone” e propõe estudar as novas abordagens que possibilitem sindicalizar esse tipo de trabalhador (2003, p. 68). Rose e Chaison apelam para um “broadening of the scope and depth of membership recruitment” e convidam a refletir sobre as maneiras de organizar os trabalhadores “outside of labour board procedures” (2001, p. 34-35). Enfim, Yates aponta para a necessidade de refletir sobre caminhos para superar o “fear and loathing of organizing” e de investir mais em certas categorias de trabalhadores (jovens, mulheres, imigrantes), a fim de desenvolver estratégias de ação que melhor permitam responder às

necessidades dos trabalhadores atípicos (2004, p. 14); enquanto Wilton e Cranford (2002) sugerem documentar as iniciativas com vistas a construir vinculações com as organizações comunitárias que defendem os trabalhadores atípicos, grupos de defesa dos trabalhadores precários e dos sem empregos ou dos “descamisados”, ou até mesmo com associações paralelas etc.

Essas considerações apontam para outro desafio importante: o sindicalismo hoje também deve enfrentar o desafio da concorrência (DUPUIS, 2004), tanto na sociedade em geral – os sindicatos são ameaçados de serem suplantados por novos grupos de interesse – quanto nas empresas em que as novas técnicas de gestão participam de um esforço deliberado por parte do empregador para contornar a integração a um coletivo de lutas e levando a crer que o sindicato não detém mais o monopólio sobre as expressões de queixas e reivindicações dos trabalhadores (HAIVEN, 2003). O aumento da concorrência deveria encorajar os líderes sindicais a demonstrar maior abertura, a incitar o diálogo e a construir uma reflexão que se torna necessária acerca da sua concepção de democracia e da noção de igualdade (BRUNELLE, 2002). Isso é tão verdadeiro que os jovens, as mulheres e os trabalhadores atípicos em geral¹¹⁶, que em alguns casos fundaram suas próprias associações em reação à maneira pela qual o sindicato exerce seu monopólio da representação, são particularmente exigentes a esse respeito e apelam para uma revisão consequente das práticas sindicais, tradicionalmente homogêneas.

Sindicalismo e Trabalho Atípico em Québec: Breve Olhar sobre as Práticas

A sindicalização dos trabalhadores a tempo parcial e de trabalhadores temporários é difícil, isso porque os empregos que eles ocupam são limitados no tempo, a taxa de rotatividade é frequentemente elevada e a integração no seio do coletivo de trabalho é geralmente deficiente. No caso de trabalhadores temporários, a falta de perspectivas a longo prazo tem um impacto desmobilizador e os ganhos eventualmente possibilitados pela atividade sindical se situam para além do seu horizonte de implicação nas empresas. Por outro lado, especialmente nos casos em que o trabalho dos

¹¹⁶ Os trabalhadores oriundos dos grupos em expansão “são definidos mais por pertencerem a grupos profissionais e por suas ligações com a sua empresa com a qual partilham projetos e interesses comuns do que por pertencerem à classe trabalhadora” (HECKSCHER, 1988, *apud* DUPUIS, 2004, p. 4).

temporários é feito em um ambiente onde há trabalhadores permanentes e sindicalizados exercendo funções semelhantes, os primeiros são percebidos pelos segundos como trabalhadores “baratos”, ou mesmo “furadores de greve”, diminuindo a sua capacidade de negociação com os empregadores. Essa confrontação torna ainda mais difícil a sua inserção no seio do coletivo de trabalho, sem contar que cláusulas de disparidade de tratamento por vezes institucionalizaram a ruptura entre temporários e permanentes. Já a organização de trabalhadores autônomos ou ditos autônomos é particularmente difícil, pois o Código do Trabalho restringe, em princípio, a sindicalização aos trabalhadores que possuem um estatuto de assalariado.

Apesar do fato de que cada uma das grandes centrais sindicais em Québec tenha claramente anunciado que a organização dos trabalhadores atípicos era uma prioridade (NOISEUX, 2008), somos forçados a constatar que os resultados são mitigados. Mesmo percebendo esforços significativos nos últimos anos – pensemos nas campanhas de sindicalização na Wal-Mart e Couche-Tard –, verifica-se que enquanto a proporção de trabalhadores a tempo pleno sindicalizados aumentou ligeiramente de 37,3% para 38,3% entre 1998 e 2009, a de trabalhadores a tempo parcial estagnou (27,3%). A situação atual se compara favoravelmente à que prevalecia no início dos anos 1980, quando apenas 22% dos trabalhadores a tempo parcial de Québec eram sindicalizados. Além disso, é encorajador notar que, durante esse período, as organizações conseguiram fazer progressos no setor do “comércio”, reconhecido por contratar muitos trabalhadores a tempo parcial. Empregados de várias livrarias (Libraries Garneau, Renaud Bray, Indigo) foram sindicalizados. Sindicais foram criados nos grandes comércios de varejo (Réno-Dépôt, Brick, Wal-Mart). Houve progresso também nos setores de alimentação (Métro, Métro-Richelieu, Provigo, Maxi, Couche-Tard) e farmácia (Pharmaprix).

Entre 1998 e 2009, o número de trabalhadores temporários sindicalizados aumentou significativamente (+ 35,4%) e de maneira mais expressiva do que os sindicatos permanentes (+ 17,86%). Os trabalhadores temporários são, portanto, agora mais suscetíveis de serem sindicalizados do que os trabalhadores permanentes. A esse respeito, deve-se ressaltar o sucesso da campanha de sindicalização com os trabalhadores-estudantes das universidades de Québec, que reuniu mais de 7.300 trabalhadores temporários a tempo parcial ao longo dos últimos anos, assim como a campanha bem-sucedida para sindicalizar os trabalhadores agrícolas migrantes em algumas fazendas hortícolas de Québec. Em geral, contudo, é

difícil de interpretar o que significa o aumento da taxa de sindicalização dos trabalhadores precários. Por um lado, pode-se pensar que as organizações sindicais fizeram um esforço importante a fim de reagrupar os trabalhadores temporários. Por outro, isso poderá também referir que os meios sindicais são cada vez mais suscetíveis de manter as condições de trabalho dos trabalhadores permanentes, favorecendo a proliferação dos empregos temporários ou significando que os empregadores recorrem ao trabalho temporário a fim de substituir os trabalhadores permanentes e, assim, contornar as obrigações das convenções coletivas.

Finalmente, o aumento da participação dos trabalhadores temporários no efetivo sindical permite inclusive esperar um crescimento de sua influência no seio das organizações sindicais, o que, ultimamente, dever-se-ia traduzir por um melhor reconhecimento de suas necessidades específicas nas negociações coletivas. Mesmo se, em princípio, esses trabalhadores não possam ser sindicalizados, pois não são “empregados assalariados”, na acepção do Código do Trabalho, as ações sindicais concernentes à organização coletiva dos trabalhadores autônomos são numerosas. Para além do setor do entretenimento, que é uma exceção por causa da lei sobre o estatuto do artista, as iniciativas da organização coletiva dos trabalhadores autônomos ligados direta ou indiretamente às centrais sindicais são numerosas, mesmo se a ausência de uma lei maior (*lei-cadree*) reduz significativamente a relação de forças desses grupos de trabalhadores autônomos ou ditos autônomos. Por exemplo, a associação de jornalistas independentes de Québec (AJIQ) reagrupa uma centena de jornalistas que trabalham por contrato para uma empresa jornalística de Québec. Podemos também mencionar os numerosos grupos de trabalhadores autônomos “patrocinados” pelo movimento sindical no setor de transportes e as colaborações com quatro reagrupamentos de trabalhadores autônomos ou ditos autônomos na área de serviços sociais. Laços existem também entre as organizações sindicais e os reagrupamentos de trabalhadores autônomos no campo da medicina alternativa. Na esteira do anúncio de sua recente fusão, os *Travailleurs Unis de l'Automobiles* (TUA) e o *Syndicat des Communications, de l'Énergie et du Papier* (SCEP) anunciaram igualmente a criação de um reagrupamento aberto, que teria como objetivo reunir um amplo espectro de trabalhadores por conta própria, pouco importando seu setor de atividade, sobre uma base individual.

Em geral, as organizações sindicais registraram, nos últimos dez anos, progressos significativos tanto com os jovens quanto com as mulheres, que

são muitas vezes confinados nos trabalhos atípicos. Entre 1998 e 2009, o número de jovens sindicalizados cresceu num ritmo muito superior (+ 71%) que o crescimento do emprego na faixa etária de 15 e 24 anos (+ 20,73%) e a proporção de mulheres sindicalizadas é agora quase igual à proporção de homens sindicalizados.

O nosso “trabalho de tradução” visa tornar mutuamente inteligíveis as práticas, estratégicas e reivindicações apresentadas pelos trabalhadores atípicos (e os sindicatos) sobre os mercados periféricos de trabalho em Québec. Reunido em oito estudos de casos¹¹⁷, tem aliás permitido identificar cinco constatações no que diz respeito à adaptação do sindicalismo à nova realidade (NOISEUX, 2008)¹¹⁸. Primeiramente, para citar Jacques Ion, depreende-se do conjunto de casos estudados que os trabalhadores atípicos “reivindicam não mais apenas direitos, mas respeito e dignidade” (2006, p. 41). Nesse contexto, o meio sindical é conduzido a construir um militantismo de um novo gênero e capaz “de afirmar a voz singular daqueles que foram excluídos por muito tempo da esfera pública” (2006, p. 41), ou seja, dos trabalhadores atípicos em empregos nos mercados periféricos de trabalho, deixados em segundo plano pelo Estado, mas também pelos próprios sindicatos. Temos visto repetidamente que o reconhecimento das organizações sindicais edificadas pelos trabalhadores atípicos só foi conseguido após longas batalhas judiciais. Em outros casos, essa luta aconteceu no seio mesmo das organizações sindicais. Assim, a segunda constatação encontra-se intimamente ligada à primeira: a questão central que atravessa todos os estudos de caso centra-se no reconhecimento de práticas de organização coletiva dos trabalhadores atípicos.

No pós-fordismo, as organizações sindicais estão condenadas a inovar a fim de responder a esse desafio que implica tanto a modificação de práticas internas – notadamente visando promover uma maior integração dos trabalhadores atípicos nas diversas instâncias sindicais – quanto o uso “de imaginação jurídica” como forma de tornar possível a defesa

¹¹⁷ Na nossa tese de doutorado (NOISEUX, 2008), realizamos oito estudos de caso sobre os esforços de organização relativos aos trabalhadores atípicos pelas organizações sindicais de Québec: 1) empregados de lojas e escritórios da Société des Alcools de Québec; 2) trabalhadores das sucursais da Wal-Mart; 3) professores das universidades; 4) os estudantes-empregados nessas mesmas instituições; 5) os caminhoneiros “independentes”; 6) os trabalhadores migrantes sazonais nas fazendas de plantações de legumes; 7) os sindicalizados da Vidéotron; 8) Os trabalhadores da multimídia.

¹¹⁸ Esse “trabalho de tradução” continua a ser um “work-in-progress” e constitui, antes de tudo, o horizonte do nosso projeto científico.

desses coletivos de trabalhadores. Embora se trate de tarefas árduas, pode-se constatar que é possível realizá-las. Em certo sentido, a organização e o reconhecimento de coletivos de trabalhadores atípicos participam, paradoxalmente, da tendência à fragmentação e à hierarquização próprias à dinâmica de centrifugação do emprego para os mercados periféricos. Aliás, isso é um testemunho de uma certa institucionalização da precariedade e tende a provocar tensões entre as diferentes categorias de trabalhadores. Para resolver esse paradoxo, e esta é a nossa terceira constatação, como aponta Murray, o novo sindicalismo deve procurar “reduzir as diferenças de status entre os trabalhadores mais estáveis e os trabalhadores precários”. Para isso, “a ação privilegiada [...] deve, necessariamente, transcender a dimensão específica da empresa para considerar um mercado de trabalho mais amplo e também frequentemente a arena política buscando assim generalizar por vias legislativas certas condições mínimas de trabalho”. Especialmente porque “esse modelo tende constantemente a internalizar os conflitos existentes no mercado de trabalho, sobretudo entre os assalariados e os estatutos mais ou menos estáveis”; o sindicalismo “deve [ser capaz de] gerir e resolver esses conflitos internamente” (MURRAY, 1989, p. 208). Novamente, pode-se constatar que isso é possível de se alcançar.

Por outro lado, para ser capaz de defender também os trabalhadores atípicos por meio da negociação coletiva, é preciso primeiro lhes integrar ao movimento sindical. Assim, como muitos autores têm destacado, mais do que nunca o sindicalismo deve superar o “fear and loathing of organizing” (YATES, 2004, p. 14) e investir na “non-union zone” (HAIVEN, 2003, p. 73), a fim de congregar aqueles que se encontram “at the rough end of the labour market” (HEERY; ADLER, 2004, *apud* DUPUIS, 2004, p. 19). Em suma, sem negar a importância dos “bread-and-butter issues” ligados à negociação sindical, as diferentes lutas estudadas conduzem a uma quarta constatação que nos parece essencial, a da importância preponderante das questões relacionadas à organização coletiva de trabalhadores atípicos e do papel que podem – mais uma vez – desempenhar os sindicatos a esse respeito. Dito isso, o que nos leva a uma quinta constatação, os diferentes casos estudados ilustram que a capacidade das organizações sindicais de ir além dos segmentos tradicionais, a fim de contemplar novos grupos de trabalhadores, reside na adaptação dos seus valores e de suas práticas às necessidades diferenciadas dos trabalhadores atípicos – particularmente os jovens e as mulheres – nos mercados periféricos de trabalho. O sucesso dos esforços de organização com os trabalhadores agrícolas migrantes, de

certos grupos de trabalhadores autônomos ou ditos “autônomos”, para citar apenas esses, demonstra um real desejo de organização coletiva dos trabalhadores atípicos quando estruturas apropriadas (e adaptadas aos valores e às necessidades diferenciadas dos trabalhadores atípicos) são colocadas em prática¹¹⁹. Em suma, e isso se refere ao trabalho de Hoxie (1914), depreende-se dos casos estudados que, para ser capaz de levar em conta a diversidade de interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, o pensamento e a prática sindical devem agora ser mais flexíveis, mais fluidos, tal como o sistema capitalista no qual eles estão forçosamente enraizados.

Dito isso, é necessário insistir no fato de que as organizações sindicais também devem começar a refletir sobre suas estratégias de negociação coletiva, a fim de se assegurar que a sindicalização dos trabalhadores atípicos se traduz numa verdadeira melhoria de suas condições de trabalho. A esse respeito, deve-se destacar certas lacunas, notadamente pertinente à questão relacionada à eliminação das cláusulas de disparidades de tratamento em função do estatuto do emprego. Como sublinha Jean Bernier,

os objetos de disparidade entre os assalariados tradicionais e atípicos são numerosos e tocam em múltiplos aspectos das condições de tal forma que não é exagero afirmar que os assalariados possuindo um emprego atípico são de alguma forma os primos pobres do regime quebequense da negociação coletiva (2007, p. 14).

Essa questão é primordial porque a persistência dessas cláusulas tem um impacto significativo na capacidade do sindicalismo para afirmar sua razão de ser aos trabalhadores atípicos. Nesse sentido, o papel passivo do Estado quebequense também deve ser enfatizado, pois ele persiste na recusa em ajustar as leis trabalhistas e os regimes de proteção social às necessidades diferenciadas dos trabalhadores atípicos, incluindo no Código do Trabalho o princípio da igualdade de tratamento, independentemente do estatuto do emprego. Mas, entretanto, parece evidente que essa constatação deve interpelar as organizações sindicais. Essa é a sua razão de ser com as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras submetidos aos mer-

¹¹⁹ A rápida difusão das lutas evidenciadas em certos estudos de caso é, aliás, um outro indicador do desejo latente de ação coletiva de determinados grupos de trabalhadores atípicos. Note-se, inclusive, que ele decorre dos nossos estudos de caso, porque eles combinam, às vezes, vários estatutos – pensamos notadamente nos empregados-estudantes das universidades, que são ao mesmo tempo trabalhadores e estudantes. Os coletivos de trabalhadores atípicos se encontram em uma posição favorável por se tornarem os agentes da comunicabilidade das lutas no pós-fordismo.

cados periféricos de trabalho. Assim, na recusa em renovar suas práticas, eximindo-se especialmente de institucionalizar, nas convenções coletivas, as cláusulas de disparidades de tratamento, negligenciando os trabalhadores atípicos – ou, pelo menos, minimizando-lhes a um nível tolerável –, o sindicalismo arisca-se de ver ruir em um terço ou talvez mais a população ativa. Em tal caso, os progressos identificados acima não serão mais do que simples sobressaltos de um sindicalismo em declínio.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Lais. Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: algumas hipóteses para a discussão. In: _____. **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 1999.

AKYEAMPONG, E. B. La syndicalisation. **L'emploi et le revenu en perspective**, Ottawa: Statistique Canada, v. 7, n. 8, p. 19-44, 2006.

_____. Le mouvement syndical en transition. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 5, n. 8, p. 1-26, 2004.

_____. La syndicalisation et les avantages sociaux. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 14, n. 3, p. 5-10, 2002

_____. Le point sur la syndicalisation. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 11, n. 3. p. 51-71, 1999.

_____. Deborah Sussman. Régimes de santés des travailleurs indépendants. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 4, n. 5. p. 15-21, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **¿Adiós al trabajo?** Ensayo sobre las metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo. Piedra azul: Valencia, 1996.

BARNETT, G. E. Chapters on machinery and labor. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 39, n. 4, 1925.

BEAUCAGE, André; NAJEM, Elmustaph. **De l'importance des entrées et des sorties du travail autonome au Canada de 1993 à 1998**. Québec: Département des relations industrielles, Université du Québec à Hull, 2001.

BECK, Ulrich. **Un nuevo mundo feliz:** la precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelone: Paidós, 2000.

BENSUSÁN AREOUS, Graciela. Sindicalismo y sistema de relaciones industriales. In: **Tratado latinoamericano de sociología de trabajo** (De la Garza). México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BERNIER, Jean; VALLÉE, G.; JOBIN, C. **Les besoins de protection sociale des personnes en situation de travail non traditionnelle**. Québec : Ministère du Travail, 807 p., 2003.

_____. Les conventions collectives et les emplois atypiques. In: **Regard sur le marché du travail**. Québec: Ministère du Travail, p. 2-17, 2007.

BRUNELLE, C. L'émergence des associations parallèles dans les rapports collectifs de travail. **Relations industrielles**, v. 57, n. 2, p. 136-167, 2002.

BRUNELLE, Dorval. **Dérive globale**. Montréal: Boréal, 2003.

CASTELLS, Manuel. **La era de la informacion**: economia, sociedad y cultura: la sociedad red. México: Sigilo Veintiuno, 1999.

CLOUTIER, L. Février. Qualité de l'emploi syndiqué et non syndiqué au Québec: évolution 1997-2004. **Flash-info Travail et rémunération**, Institut de la Statistique du Québec, v. 7, n. 1, p. 8-11, 2006.

CONSEIL PERMANENT DE LA JEUNESSE. **Dites à tout le monde qu'on existe**. Québec, 1993, 116.

CROZIER, Michel. Sociologie du syndicalisme. In: NAVILLE, P; FRIEDMANN, G. **Traité de Sociologie du Travail**, v. 2. Paris: Armand Colin, 1962.

D'AMOURS, M. **Le travail indépendant**: une hétérogénéité construite socialement. v. 3, n. 7, Montréal: Cahiers du CRISES, 2003. 449 p. (Collection Thèses et Mémoires).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde**: essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2009.

DE LA GARZA, Enrique (Dir.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. Mexique: Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), 2000.

DE LA GARZA, Enrique; PRIES, Ludger. Trabajo y trabajadores en el cambio social en América Latina. **Revista entre polis y mercado**. México: UAM-I, 2001.

DE LEON, Daniel. Syndicalism. **Daily people**, ago. 1909.

DESROCHERS, Lucie. **Travailler autrement**: pour le meilleur et pour le pire?: Les femmes et le travail atypique. Québec: Conseil du Statut de la Femme, 2000.

DUNLOP, J. T. **Insights into labour issue**. New York: MacMillan Publishing Company, 1948.

DUPUIS, Marie-Josée. **Renouveau syndical**: proposition de redéfinition du projet syndical pour une plus grande légitimité des syndicats en tant que représentants de tous les travailleurs. Montréal: CRIMT, 2004.

DURAND, Jean-Pierre. **La chaîne invisible, travailler aujourd'hui**: flux tendu et servitude volontaire. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

ELY, Richard. **The labor movement in America**. New York: Thomas Y. Crowell & Co, 1886.

FLANDERS, Allan. **Management and unions**: the theory and reform of industrial relations. Londres: Faber et Faber, 1970.

FOURASTIÉ, Jean. **Les trente glorieuses ou la révolution invisible 1946 à 1975**. Paris: Fayard, 1979.

GALARNEAU, Diane. Janvier. L'écart salarial entre les employés temporaires et permanents. **L'emploi et le Revenu en Perspective**, v. 17, n. 1, p. 5-20, 2005.

HAIVEN, Larry; LE QUEUX, Stéphane; LÉVESQUE, Christian; MURRAY, Gregor. Le renouveau syndical et la restructuration du travail. **Just Labour**, v. 6, p. 37-42, 2005.

_____. The Union and the Non-Union Zone: a Framework for the Challenge to Unions to Organize. **Just Labour**, v. 3, p. 63-74, 2003.

HEERY, E.; ADLER, L. Organizing the unorganized. In: FREGE, C.; KELLY, J. **Varieties of unionism**: strategies for union revitalization in a globalizing economy. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *et al.* Organizing Unionism comes to the UK. **Employee Relations**, v. 2, n. 1, MCB UP, 2000.

HOXIE, Robert F. Trade unionism in the United States: general character and types. **Journal of Political Economy**, v. 22, n. 3, p. 201-217, mar. 1914.

HYMAN, Richard. Automne. La recherche comparative sur le syndicalisme: état des lieux. **Sociologie et Société**, n. 2. Montréal: Presse de l'Université de Montréal, 1998.

INSTITUT DE LA STATISTIQUE DU QUÉBEC (ISQ). **Taux de présence de l'emploi atypique chez les travailleurs, résultats selon diverses caractéristiques de la main-d'œuvre et de l'emploi, moyennes annuelles, 2008-2011**. Québec, 2011.

_____. **Annuaire québécois des statistiques sur le travail (AQST):** portrait des principaux indicateurs du marché du travail, 2000-2009, v. 6, n. 1, jun. 2010.

_____. **Annuaire québécois des statistiques sur le travail (AQST):** portrait des principaux indicateurs du marché du travail, 2000-2008, v. 5, n.1, jun. 2009.

Annuaire québécois des statistiques sur le travail (AQST): portrait des principaux indicateurs du marché du travail, v. 4, n. 2, 2008.

_____. **Réalité des jeunes sur le marché du travail en 2005.** nov. 2007.

_____. Conditions de travail et rémunération. In: _____. **Données sociales du Québec (DSQ).** Institut de la statistique du Québec, 2005.

_____. **Annuaire québécois des statistiques sur le travail (AQST):** portrait historique des principaux indicateurs du marché du travail. v. 1, n. 2, 214 p., set. 2005.

KUMAR, P.; SCHENK, C. **Institutional and conceptual perspectives on union renewal:** notes for presentation at the CRIMT Colloquium on Union Renewal, Montréal, 2004.

KOCHAN, T. A. H.; KATZ, H. C.; MCKENSIE, R. B. **The transformation of american industrial relations.** New York: Basic Books, 1986.

KOVACS, Ilona. Como hacer visible el trabajo que el discurso dominante oculta. **Sociología del trabajo**, n. 45. Madrid: España Editores, 2002.

MARSHALL, Katherine. Les avantages de l'emploi. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 4, n. 3, p. 5-14, maio 2003.

_____. Durée du cumul d'emploi. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 14, n. 2, p. 5-12, abr. 2002.

MATTE, D.; BALDINO, D.; COURCHESNE, R. L'évolution de l'emploi atypique au Québec. **Le marché du travail**, v. 19, n. 5. Québec: Gouvernement du Québec, 1998.

MURRAY, G. Stratégies syndicales face à la précarité. In: _____. **La flexibilité des marchés du travail aux Canada et aux Etats-Unis**, 1989. p. 191-208. (Série de Recherche Collection).

NOISEUX, Y. Mondialisation, travail atypique et précarisation: le travail migrant temporaire au Québec. **Recherches sociographiques**, Québec, 2012.

_____. Syndicalisme et organisation des travailleurs atypiques. **Nouveaux cahiers du socialisme**, Montréal, 2012b. p. 149-164.

_____. Théories syndicales et travail atypique: historique et piste de réflexion sur une mise à jour s'appuyant sur la sociologie latinoaméricaine du travail. **Revue Labour, Capital and Society/Travail, Capital et Société**, Halifax, 21 p., 2012c.

_____. Le travail atypique au Québec: les jeunes au cœur de la dynamique de centrifugation de l'emploi. **Revue REMEST**, Université Laval. p. 28-54, 2012d.

_____. **État, syndicalisme et travail atypique au Québec: une sociologie des absences et des émergences**. Thèse (Doctorat en Sociologie) – Université du Québec à Montréal (UQAM), Montréal, 2008.

_____. **La déréglementation dans le transport routier au Québec: précarisation du travail et luttes des camionneurs indépendants**. Montréal: Observatoire des Amériques, nov. 2006.

PERLMAN, Mark. **Labor union theories in America**. Westport: Greenwood Press, 1958.

PERLMAN, Selig. **A theory of the labor movement**. New York: The Macmillan Press, 1928.

PÉRUSSE, Dominique. Disparité régionale et emploi non permanents. **L'emploi et le revenu en perspective**, v. 9, n. 4, p. 43-49, 1997.

PILLON, Thierry; VATIN, François. **Traité de sociologie du travail**. Toulouse: Octares Éditions, 2004.

PIOTET, Françoise. La sociologie du travail depuis Georges Friedmann. **L'année sociologique**, v. 53, n. 2, 2003.

ROSE, Joseph B.; CHAISON, Gary N. Unionism in Canada and in the United States in the 21st Century: the prospects for revival. **Relations Industrielles/Industrial Relations**, v. 56, n. 1, p. 34-65, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **La crise de l'État-Providence**. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

RYAN, John. **A living wage: its ethical and economic aspects**. New York: The Macmillan Co, 1906.

SHERMAN, Rachael; VOSS, Kim. Organize or die: labor's new tactics and immigrant workers. **Organizing Immigrants: the challenge for unions in contemporary California**, Ithaca, NY: ILR Press, 2000.

SIMONS, H. Some reflections on syndicalism. **The Journal of Political Economy**, v. 52, n. 1, mar. 1944.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A critique of lazy reason: against the waste of experience. In: **The modern world-system in the longue durée**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003.

Statistique Canada, Compilation spéciale du CTC basé sur l'EPA et les données de l'assurance-emploi. **La protection de l'assurance-chômage à la baisse pour les sans-emploi du Canada**, Ottawa, 2003.

TOURAINÉ, Alain; WIEVIORKA, M.; DUBET, F. **Le mouvement ouvrier**. Paris: Fayard, 1984.

_____. **La conscience ouvrière**. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

_____. **L'évolution du travail ouvrier aux Usines Renault**. Paris: Éditions du CNRS, 1955.

UPPAL, Sharanjit. La syndicalisation. **L'emploi et le revenu en perspective**, p. 20-29, out. 2011.

VALLÉE, G. Printemps. Pluralité des statuts de travail et protection des droits de la personne. Quel rôle pour le droit du travail? **Relations industrielles**, v. 54, n. 2, p. 277-312, 1999.

VEBLEN, Thorstein. **The theory of business enterpris**. New York: Charles Scribner's Sons, 1904.

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. **Industrial democracy**. New-York: Longmans, Green and Company, 1897.

WILTON, Robert D.; CRANFORD, Cynthia. Toard an understanding of the spatiality of social movements: labor organizing at a private University in Los Angeles. **Social Problems**, v. 49, n. 3, p. 374-394, 2002.

YATES, Charlotte. Forum: Reorganizing Unions, Rebuilding the Labor Movement by Organizing the Unorganized: Strategic Considerations. **Studies in Political Economy**, n. 74, 2004.

PARTE 3

POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS
POPULARES E SOLIDÁRIAS

O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: DIREITOS NEGADOS E URGÊNCIA PARA MAIS EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROTEÇÃO INTEGRAL

*Iêda Maria Maia Pires
Mônica Sillan de Oliveira*

Introdução

Diversas pesquisas e reflexões comprovam que as sociedades antigas e contemporâneas continuam perpetuando a visão adultocêntrica em relação à infância. Além do mais, não obedecem às leis que deveriam proteger integralmente as crianças menores de 12 anos de qualquer forma de omissão, exploração e violência, combatendo especialmente o trabalho infantil.

Sabe-se que esse problema tem suas raízes no passado, mas continua na atualidade de forma desenfreada, aos “olhos de diversos governantes e sociedade civil”. Muitas crianças brasileiras foram submetidas à escravidão juntamente com seus familiares, ingressando muito cedo em diversas atividades laborais nas zonas rurais e urbanas das cidades. As crianças limpavam os feijões e outros cereais, cuidavam dos animais e executavam trabalhos domésticos¹²⁰. Durante esse período, não existia um aparato legal que as protegesse e a mortalidade infantil era exorbitante.

Existem relatos afirmando que, no século XVIII, as crianças que eram abandonadas e jogadas nas “Rodas dos Expostos”¹²¹, por serem pobres e terem nascido fora do matrimônio e, portanto, indesejadas, quando cresciam, uma parte delas, principalmente se eram meninos, passava, a trabalhar como aprendiz do Arsenal de Guerra e na agricultura. As meni-

¹²⁰ BINZER, I. V. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹²¹ Para Marcílio (1997, p. 55): “O nome Roda deve-se à assimilação do dispositivo onde as crianças eram depositadas. Tratava-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno de um eixo vertical. O lado fechado fica voltado para a rua. Quando alguém depositava a criança, tocava a campainha e imediatamente o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior da Casa de Misericórdia”.

nas eram encaminhadas às casas de famílias para serem domésticas. Muitas dessas crianças acabavam morrendo de desnutrição ou devido aos trabalhos a que eram submetidas, afetando-as física e psicologicamente. No caso das crianças e adolescentes do sexo feminino, as trabalhadoras domésticas muitas vezes eram submetidas a outra forma cruel de violência: a sexual, servindo de iniciação e objeto sexual para os filhos dos patrões.

Sabe-se que o Brasil tem sido reconhecido mundialmente como um dos países com maiores índices de desigualdade social e com alta concentração de renda nas classes economicamente avantajadas. No entanto, houve uma melhoria na distribuição de renda, tendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) subido uma posição, o que deixou o país no 79º lugar entre 187 nações (PNUD, 2014), mas ainda apresenta um dos piores índices de desigualdade de renda da América Latina.

A caracterização da pobreza causa inúmeras controvérsias. No Brasil, criou-se em 2010 um perfil para mapear as pessoas em extrema pobreza, isto é, aquelas cuja renda *per capita* mensal é inferior a R\$ 70,00. Vale registrar que a abordagem sobre a dimensão da pobreza é ampla e engloba as perspectivas de justiça, desenvolvimento social, direitos assegurados, liberdade e bem-estar, não se podendo definir somente pela variável renda (IPECE, 2011).

De acordo com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello¹²²,

Temos um grande contingente de crianças muito pobres e grande parte da população brasileira na situação de extrema pobreza tem menos de 14 anos. Os mais vulneráveis entre eles têm de 0 a 6 anos, fase crucial do desenvolvimento físico e intelectual, que passa rápido e influencia o resto de suas vidas. Daí o sentido de urgência que levou a presidente a lançar, em maio, o Brasil Carinhoso, incorporando o melhor da tecnologia social em prol do desenvolvimento infantil, numa perspectiva de atenção integral que envolve aspectos ligados à renda, saúde e educação. O Brasil Carinhoso começou a ser pago em junho às famílias extremamente pobres do Bolsa Família com pelo menos um filho de até 6 anos. O benefício completa a renda para que todos os membros da família recebam no mínimo R\$ 70 por mês. Com isso, 2,8 milhões de crianças de 0 a 6 anos saíram da miséria, e com elas seus pais e irmãos, totali-

¹²² Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/noticias/noticias-artigos/a-pior-injustica>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

zando 8,7 milhões de brasileiros – porque a família é fundamental e sem seu amparo as crianças continuariam vulneráveis.

A responsabilidade social da sociedade brasileira precisa ser mais ativada para fazer justiça às crianças e aos adolescentes. Olhares atentos observam criticamente em cada canto do país que existe a coabitação de pobres e ricos. De um lado, carros importados, roupas de grifes, gastos supérfluos, e, de outro lado, fome, falta de moradia digna, negligência e violência exacerbadas com as crianças, falta de atendimento médico e acesso à educação de qualidade, enfim, falta de políticas públicas de qualidade que assegurem a proteção integral das crianças e dos adolescentes com prioridade absoluta.

Além de ter alta concentração de renda nas mãos de poucos, como afirma Pires de Sousa (2003), a relação salarial, corolário de um modelo de acumulação excludente, não promoveu uma norma de consumo realmente coletiva, pois a riqueza gerada foi apropriada apenas por uma camada privilegiada da população. Por outro lado, a grande massa dos trabalhadores (principalmente os não qualificados), cujos salários permaneciam reprimidos, o que acentuava a concentração de renda, continuava privada de acesso aos inúmeros bens sociais.

Nesse sentido, o país deu um passo importante por meio dos Programas Fome Zero¹²³ e Bolsa Família¹²⁴. Mesmo com todos os avanços e retrocessos na execução desses programas, eles ajudaram a salvar a vida de várias crianças e adolescentes. Sabe-se que existem outras ações que necessitam

¹²³ O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação e mobilização e controle social (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

¹²⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O programa integra o Plano Brasil sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (<http://www.fomezero.gov.br>).

ser implementadas, em caráter de urgência, como, por exemplo, a efetivação das diretrizes do Plano da Primeira Infância¹²⁵ e a implementação do Plano Plurianual 2012-2015, especificamente no que remete ao desenvolvimento territorial, uma vez que a dificuldade de acesso ao saneamento básico, por exemplo, afeta em maior número as populações que residem na região Nordeste, conforme os dados do IBGE (2010, p. 151):

O acesso aos serviços de saneamento básico também é de fundamental importância para a saúde das crianças, seja no domicílio em que vivem, seja na escola, onde estas passam boa parte do dia. Em 2009, quase 60% das crianças até 14 anos de idade (46,3 milhões) residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, isto é: ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral, ou o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica, ou ainda o lixo não era coletado. Quando tais formas inadequadas de saneamento existiam simultaneamente no domicílio, cerca de 5 milhões de crianças (10,9%) estavam seriamente expostas a riscos de doenças, e essa proporção chegou a atingir 19,2% das crianças nordestinas.

Além disso, a crescente precariedade social e a permanente ausência de acolhimento de qualidade para os excluídos socialmente, com os programas sociais que não sejam restritos em relação aos benefícios e à cobertura e que são destinados a aliviar as situações de vulnerabilidades da sociedade brasileira, têm retratado a ineficiência e a crueldade com as crianças pobres, principalmente com esse argumento, com a convivência de que o trabalho infantil é um fator positivo. Ainda hoje, alguns “pais e familiares pobres” compartilham plenamente com esse argumento, com a justificativa de que o trabalho infantil pode abolir a vadiagem, o ócio e a criminalidade.

¹²⁵ Nesse plano estão traçadas as diretrizes gerais, os objetivos e as metas que o país deverá realizar em cada um dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas leis que se aplicam aos diferentes setores, como educação, saúde, assistência, cultura, convivência familiar e comunitária e outros que lhe dizem respeito. Ele deve ser entendido como expressão da vontade nacional de cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo país em documentos como a Convenção dos Direitos da Criança, o Plano de Educação de Dacar 2000/2015, os objetivos do Milênio, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documentos dos quais o Brasil é signatário e com os quais está comprometido. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>>.

No Brasil, por exemplo, principalmente em suas regiões economicamente mais atrasadas, não é difícil encontrar inúmeras crianças trabalhando em condições bastante adversas à sua natureza de ser em processo de formação (RENATO, 2002, p. 19).

Muitos familiares citam os próprios exemplos, achando que foi positivo ter trabalhado quando pequenos. Mas essas pessoas “provavelmente” não tiveram a oportunidade de brincar na “idade certa”, embora saibamos que todas as idades são favoráveis para as brincadeiras. Muitas dessas pessoas ficaram adultas antes do tempo, ou tiveram alergias, insônia, irritabilidade e outras mazelas oriundas do trabalho. Ou mesmo foram forçadas a assimilar “coercitivamente” que estavam fazendo o que era “melhor”, sem se darem conta de que estavam sendo prejudicadas. Além do mais, uma parte dessa população poderia ter apresentado sequelas irreparáveis, tanto física como psicologicamente, para o resto da vida e muitas de suas etapas importantes descartadas.

O trabalho infantil acarreta riscos à saúde, ao desenvolvimento integral, compromete a aprendizagem escolar, além de ser uma das “portas” para outras formas de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O Brasil ainda tem 6% de suas crianças de 10 a 14 anos trabalhando, segundo os dados do Censo 2010. Isso corresponde a um milhão de crianças. É quase como se todas as crianças da cidade de São Paulo estivessem trabalhando. Mais grave ainda é a persistência desse problema, pois a proporção de crianças trabalhando no país não teve redução expressiva desde meados da década de 90. O crescimento da economia brasileira, a queda da desigualdade social e a diminuição da pobreza não foram capazes de mudar expressivamente esse cenário (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

O ECA, em seu art. 60, institui ser proibido qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, em consonância com a Constituição Federal de 1988. O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, sancionado no governo Lula, complementa o Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, que não apresentou lista dessas piores formas. O Decreto nº 6.481, conhecido como o decreto das Piores Formas de Trabalho Infantil, regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), listando o seguinte:

I – todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativoiro ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;

II – a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual, comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

III – a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas;

IV – o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados.

Trabalho infantil é considerado análogo a trabalho escravo por órgãos de proteção ao trabalho no país e no mundo; por isso o debate e as principais ações de maior relevância no sentido do enfrentamento e da promoção vêm ocorrendo nas dependências das procuradorias e do Ministério do Trabalho. O MPT/PRT Ceará, em mais de cinco anos, tem desenvolvido um trabalho de alto impacto nessa violação, através de ações estratégicas, programáticas e de responsabilização, servindo de modelo para o Brasil e para outros países latinos.

Políticas Públicas para a Primeira Infância sem Efetividade: Negligência do Governo e da Sociedade para a Proteção Integral

Existe no Brasil a lentidão de ações efetivas de políticas públicas para a infância que validem ações proativas, com o aval dos governantes e da sociedade, no que diz respeito aos direitos exarados em lei. Há falta de legitimação especialmente do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990¹²⁶. Nesses

¹²⁶ Art. 227 da Constituição Federal: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

artigos está expresso que todos têm responsabilidades na proteção integral da criança e do adolescente.

Já o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (alterado pela Emenda nº 20, de 15 de dezembro de 1998), estabelece como idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. (...). Os Conselhos Tutelares são corresponsáveis na ação de combate ao trabalho infantil, cabendo a eles cuidar dos direitos das crianças e adolescentes em geral, em parceria com o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Adolescência. Também trata do assunto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no seu Título III, Capítulo IV, “Da Proteção do Trabalho do Menor”, alterada pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000), (BRASIL, 2011, p. 6).

Algumas pesquisas¹²⁷ mostram a trajetória histórica do atendimento à criança e aos adolescentes abandonados, ou inseridos precocemente no trabalho, comprovando inúmeras sequelas e perigos aos quais foram submetidos, tais como: levantar muito cedo e ficar exposto ao sol e chuva, podendo sofrer acidentes que deixam danos irreparáveis, não permitindo à criança e ao adolescente brincar e estudar. Muitos ficam cansados física e mentalmente, por isso não vão à escola e, quando vão, repetem o ano.

Essas pesquisas precisam ser mais divulgadas para tentar construir uma nova mentalidade na sociedade, que é a de assumir verdadeiramente a responsabilidade social pela proteção integral das crianças e dos adolescentes, livrando-os do trabalho precoce. O Brasil tem debatido muito sobre esse assunto, mas ainda podemos considerar um país injusto para as crianças (QUIRINO, 2011).

O trabalho infantil tem sido perpetuado cotidiana e cruelmente no Brasil com a exploração de uma mão de obra barata, justificada enfaticamente por inúmeras razões e, principalmente, com a afirmação de ser a fonte de complementação da renda familiar e do trabalho adulto e o “remédio” para a ociosidade. Mas não é, como se poderia pensar, a única

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
 c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
 d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

¹²⁷ RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amaiz, 1995.

motivação de as famílias introduzirem seus filhos precocemente no mundo do trabalho (LIMA, 2002).

Outras justificativas, como “aproveitar o tempo de forma útil” para a criança pobre, perpetuam a visão errônea da classe dominante, que visa à exploração do trabalho, sem medir as inúmeras consequências de abusos e de exploração que prejudicam o desenvolvimento físico, psíquico e espiritual dessa população, excluindo as crianças e os adolescentes de muitos direitos e de sua proteção amparada em lei.

A própria história da educação brasileira contribuiu negativamente para valorizar a importância precoce do trabalho para crianças e jovens pobres. Por um longo período, na sociedade brasileira, foi oferecido o ensino sem atrativos e motivação. Para os filhos dos ricos, o estudo foi mais sofisticado e nas melhores escolas e, para os pobres, uma educação aligeirada, sem espaços adequados, nem prazerosos, sem cor atrativa, com materiais inadequados, ou inexistentes, sem professores com qualificação específica para educar e cuidar de forma indissociável e com qualidade.

Uma das décadas mais importantes no Brasil foi a de 1980, no que se refere às grandes mobilizações sociais na busca do estabelecimento de princípios que priorizassem os direitos da criança e do adolescente. Nesse período, a Constituição Federal em 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente proporcionaram novos paradigmas na maneira de abordar o trabalho infantil no país.

Foram constituídos os mais diversos tipos de instâncias e de relações interinstitucionais voltados à erradicação do trabalho infantil, tanto no âmbito federal como no estadual e no municipal. Foram promulgadas novas leis, ratificadas convenções internacionais, discutidas, desenhadas e implementadas novas políticas públicas. Alguns sindicatos realizaram importantes avanços, tais como a inclusão de proibição ao trabalho infantil nas convenções e acordos coletivos (PLANO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE TRABALHADOR, 2011, p. 9).

Muitos olhares em direção à criança e ao adolescente foram direcionados para atribuir-lhes direitos, outros para dar “assistência” e proteção. Os movimentos sociais lutaram e continuam lutando para assegurar os direitos das crianças negras, portadores de necessidades especiais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, florestais e excluídas. Mas, infelizmente, ainda presencia-se a perpetuação da exclusão em vários aspectos sociais.

A partir da década de 1990, muitos órgãos governamentais e não governamentais intensificaram a luta contra o trabalho infantil no Brasil. Consequente e gradualmente, houve a valorização da educação, mas, ao mesmo tempo, houve descrédito de que a educação pudesse garantir um presente e um futuro melhor para a sociedade. Como afirma o Princípio 9, da Declaração dos Direitos da Criança, assinada pela ONU, em 20 de novembro de 1959:

A criança deve ser protegida contra todas as formas de abandono, crueldade e exploração. Ela não deve ser objeto de tráfico de forma alguma. A criança não deve ser empregada antes da idade mínima adequada; ela não deve ter empregos ou ocupações que prejudiquem sua saúde, educação ou interfiram no seu desenvolvimento mental ou moral¹²⁸.

Como já foi dito por muitos estudiosos, monitorar continuamente as políticas públicas, observando os avanços e recuos das propostas elaboradas para a extinção da exploração da mão de obra infantil, é nossa obrigação.

No entanto, é obrigação do poder público proporcionar uma educação de qualidade, com espaços adequados, professores bem remunerados e formados com temáticas específicas para educar e cuidar de forma indissociável, bem como é prioridade absoluta garantir os outros direitos humanos das crianças e dos adolescentes de forma inalienável.

Inúmeras iniciativas são desenvolvidas no Brasil no tocante a uma crescente mobilização nacional para superar a situação de vulnerabilidade social, expressa na condição de pobreza, abandono, e ao enfrentamento de diversas manifestações de violência contra crianças e adolescentes, especialmente para a erradicação do trabalho infantil. Tudo isso é muito pouco para afastar as crianças de situações de vulnerabilidade, as quais são submetidas precocemente a diversas atividades penosas, perigosas e insalubres.

Sabe-se que a justiça¹²⁹ social é uma condição humana clamada por toda a sociedade, possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma nação. O Brasil ainda se encontra entre os países de maior desigualdade salarial do

¹²⁸ ONU. Declaração dos Direitos da Criança, 1959. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em: 4 maio 2013.

¹²⁹ Para Valle (2010), existe um quadro contraditório para as definições de justiça e algumas teorias, fundadas nos princípios meritocráticos, orientam algumas definições. Ela explica que o termo justiça vem do latim *justitia*, e, por via semierudita, designa equidade, exatidão, bondade, benignidade, caráter, direito, princípio moral em nome do qual o direito deve ser respeitado.

mundo. Consequentemente, isso gera uma vulnerabilidade social extrema, colocando em risco muitos direitos sociais das famílias, das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Grande parte da população brasileira possui um poder aquisitivo reduzido e uma participação social tímida na efetivação dos direitos. Para piorar a situação, os governantes não conseguem efetivar as metas políticas prometidas durante as campanhas eleitorais, especialmente as que dizem respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. Como afirmam Pinaire e Adorno (1993, p. 111),

a violação dos direitos humanos e os desafios que eles propõem à ordem democrática se tornam agudos quando está em foco o direito das crianças e adolescentes, elo frágil e fragilizado da sociedade. Neste terreno, mais do que proteção legal, inscrito na ordem jurídica, o que está em causa é a justiça social, é a ausência de políticas sociais capazes de restituir a infância para crianças e adolescentes brasileiros.

O Brasil tem, pois, alguns desafios a vencer no que diz respeito à primeira infância. Além da pobreza extrema em que vive grande parte dessas crianças, o país deve continuar erradicando o trabalho infantil. Mesmo tendo firmado um pacto desde o ano de 2000, na Cúpula do Desenvolvimento do Milênio da ONU, o Brasil, conjuntamente com representantes de 189 países, assumiu inúmeros compromissos, inclusive o de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015, principalmente para erradicar o trabalho infantil (BRASIL, 2004, p. 111).

Infelizmente, o Brasil ainda não conseguiu cumprir de fato as obrigações legais de proteção integral das crianças e dos adolescentes. Muitas crianças continuam vítimas da falta de acesso aos recursos essenciais, como eletricidade, água limpa, saúde e educação. Muitas delas são coagidas constantemente, vivem sob risco e exploração, estão vulneráveis a doenças e a catástrofes e continuam trabalhando precocemente (UNICEF, 2012).

No Eixo da Proteção, clama-se para a tomada de medidas imediatas e efetivas para eliminar as piores formas de trabalho infantil, como definido na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e desenvolver e implementar estratégias para eliminar o trabalho infantil que seja contrário às normas internacionais aceitáveis (BRASIL, 2004, p. 111).

Tendo como referência esses compromissos assinalados acima, e sendo o Brasil uma organização de sistema federativo, no qual a União, esta-

dos e municípios são entes de igual dignidade, sabe-se que foram desenvolvidas responsabilidades comuns para cumprimento coletivamente dos referidos objetivos.

No Brasil, em 2003, criou-se o plano de combate à pobreza. Esse plano foi aprovado no Fórum Econômico Mundial de Davos, apoiado pela sociedade civil, especialmente com a ajuda de esforços cooperativos da agricultura familiar, iniciado com o programa Leite é Saúde, para o combate às carências nutricionais, e com o programa Bolsa Família (Bolsa Alimentação).

O Bolsa Família ajudou muito às famílias que viviam abaixo da linha de pobreza, em condições subumanas. Para elas, foram transferidos benefícios financeiros e o acesso aos direitos básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento de condicionalidades, destacando-se o compromisso de a criança permanecer estudando e fora do trabalho precoce.

Em razão desses fatores preocupantes, foi criado, em conjunto, o Guia de Apoio para o Alcance de Metas – Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Governo Federal e municípios 2013 – 2016, com o apoio da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Com esse guia, espera-se que de fato se busque coletivamente a garantia da dignidade das crianças e dos adolescentes, a fim de terem assegurados a cidadania e a inclusão dos excluídos (BRASIL, 2013-2016).

Existem muitas críticas negativas a respeito desse programa, mas para quem trabalha diretamente com pessoas pobres sabe que ele continua salvando muitas crianças e seus familiares.

Ao mesmo tempo, existe um agravante enorme no não cumprimento da legislação brasileira. Sabe-se que grande parte da sociedade brasileira não conhece e nem legitima o artigo 3º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Princípio VI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz: todo indivíduo tem direito a liberdade e a segurança pessoal.

Somente uma pequena parte da sociedade brasileira se mobiliza em torno de grandes causas sociais. Alguns grupos, profissionais das secretarias públicas e das organizações não governamentais brasileiras, estão sempre reivindicando processos políticos de decisões para a implementação, o monitoramento e o acompanhamento das políticas públicas que possibilitem o exercício da cidadania. Mesmo assim, ainda temos muitas dívidas sociais relacionadas às crianças pequenas, e a luta precisa continuar, para envolver grande parte da população.

Atualmente, existem alguns comitês que ajudam a defender os direitos das crianças e dos adolescentes: constituídos por integrantes do Ministério da Justiça, da Educação, da Saúde, da Integração Nacional; do Trabalho e Emprego; do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Cidades; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; além do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, existentes nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal ou distrital). Há, ainda, uma instância setorial dos direitos da criança e do adolescente sob coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos: a Rede Nacional da Primeira Infância.

A Rede de Monitoramento Amiga da Criança (UNICEF, 2004) subsidia continuamente a sociedade brasileira e internacional com relatórios de monitoramento sobre os objetivos do milênio. O Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2004) foi estruturado com compromissos e eixos propostos no Pacto pela Paz (PPAZ) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Nos referidos documentos aponta-se uma preocupação enorme em relação ao pouco investimento na prevenção da violência desde a pequena infância, inclusive para erradicar o trabalho infantil.

Desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, muitas propostas foram lançadas para que os estados e municípios brasileiros pudessem intervir nos grupos mais vulneráveis, tais como: crianças com deficiência, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, crianças trabalhadoras e exploradas sexualmente, crianças infectadas pelo HIV/Aids e, finalmente, crianças violadas em seus direitos inalienáveis.

Mesmo com todas as propostas, programas e ações de proteção em andamento, ainda convivemos com 3,6 milhões de crianças e adolescentes brasileiras na faixa etária de 5 a 17 anos de idade (8,60%) trabalhando (PNAD, 2011). O Brasil registrou queda de 12,3% (438 mil) no número de trabalhadores entre 5 e 17 anos de idade entre 2012 e 2013; contudo, ainda restam 3,1 milhões de crianças e adolescentes sendo exploradas nessa faixa etária. A maioria das crianças e dos adolescentes era do sexo masculino. A maior queda de contingente ocorreu no grupo de 14 a 17 anos, em torno de 362 mil pessoas, sendo 225 mil delas nas regiões Nordeste e Sudeste. Em 2011, eram 89 mil crianças trabalhadoras de 5 a 9 anos de idade; 615 mil na faixa de 10 a 13 anos de idade; e a maioria, 3 milhões, de 14 a 17 anos de idade. Metade das crianças de 5 a 13 anos trabalhadoras

encontra-se na região Nordeste. Fortaleza, capital do Ceará, é a primeira do país em números absolutos, onde mais existem crianças entre 10 e 14 anos trabalhando¹³⁰. Entre 2001 e 2011 houve uma redução de 54% do número de crianças entre 5 a 14 anos que trabalhavam. Em 2011, 96,2% das crianças de 5 a 14 anos ocupadas frequentavam a escola. Evidenciou-se maior queda nos índices do trabalho infantil para as crianças de 5 a 9 anos (76% de recuo no período, alcançando nível de ocupação de 0,4%). Essa redução ocorreu, sobretudo, no trabalho não agrícola, responsável pela maior parcela do trabalho infantil nessa faixa de idade (75%).

De acordo com o relatório de monitoramento sobre os objetivos do milênio (2014, p. 38), no tocante ao primeiro indicador da meta A do ODM 2, a taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos no ensino fundamental cresceu de 81,2% para 97,7%, de 1990 a 2012. O nível é tão elevado que, para todos os efeitos práticos, considera-se universalizado o acesso ao ensino fundamental no país.

Em 2011, o Brasil alcançou uma taxa de mortalidade na infância de 17,7 óbitos por mil nascidos vivos. De 1990 a 2011, houve também redução na desigualdade regional. A taxa diminuiu em todas as regiões do país, verificando-se um ritmo mais acelerado no Nordeste (redução de 76%, média de 6,6% ao ano) (ODM, p. 66) em relação à erradicação da extrema pobreza e fome. O relatório traz a seguinte informação: no Brasil, porém, a tendência tem sido de progresso constante em relação ao cumprimento do ODM 1. Originalmente, a intenção era reduzir, até 2015, a pobreza extrema e a fome à metade do nível de 1990.

Posteriormente, o país adotou metas mais rigorosas que as internacionais: a redução da pobreza extrema a um quarto do nível de 1990 e a erradicação da fome. Em 2012, considerando os indicadores escolhidos pela ONU para monitoramento do ODM 1, o Brasil já havia alcançado tanto as metas internacionais quanto as nacionais.

Colaborando com a rede de proteção para a infância brasileira, o Ministério da Secretaria de Saúde, objetivando compartilhar com ações para erradicar a violência, realizou cinco seminários regionais e um grande seminário nacional em parceria com diversas instituições públicas e não governamentais, bem como com a colaboração internacional do Canadá.

¹³⁰ É o que apontam os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo um levantamento feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Os seminários regionais contemplaram a apresentação do impacto da violência na saúde, com enfoque para a situação em cada região, e uma mesa-redonda para discussão do papel dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) no enfrentamento da violência. “Em torno de vinte e sete secretarias de Saúde trabalharam ativamente na identificação das experiências para o enfrentamento da violência nos serviços públicos” (BRASIL, CONASS, 2008, p. 10).

Esses eventos começaram em 2007, com o tema Violência como um Problema de Saúde Pública. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização Pan-Americana das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodoc), objetivando compartilhar experiências e constituir um grupo de pesquisadores para o enfrentamento dos diversos problemas da violência.

Vale registrar que, sobre a violência no Brasil, Otaliba Neto (2008), diretor do Departamento de Análise de Situação de Saúde, destacou a importância das políticas sociais implantadas no Brasil, tais como:

- O Programa Bolsa Família, com um número exorbitante de famílias cadastradas; o Plano Nacional de Segurança Pública, no âmbito federal, que tem como compromisso as seguintes ações: Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado; Desarmamento e Controle de Armas; Repressão ao Roubo de Cargas e Melhoria da Segurança nas Estradas; Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Crime; e Mídia x Violência: regulamentação;
- No âmbito da cooperação do governo federal com os estados, o Plano Nacional de Segurança Pública projeta orientações para as ações de: Redução da Violência Urbana; Inibição de Gangues e Combate à Desordem Social; Eliminação de Chacinas e Execuções Sumárias; Combate à Violência Rural; Intensificação das Ações do Programa Nacional de Direitos Humanos; Capacitação Profissional e Reaparelhamento das Polícias e Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário.

Nessa linha, insere-se, ainda, a implantação de 197 núcleos de prevenção de violência, sob a responsabilidade das secretarias de Saúde e das

universidades, e dois em Organizações Não Governamentais (ONG). Além das redes de mulheres e adolescentes em situação de violência, são incluídos indicadores de monitoramento do Pacto pela Vida e a implantação da ficha de notificação.

Em 2008, o Ministério da Saúde lançou uma cartilha intitulada *Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes – Prevenção de Violências e Promoção da Cultura de Paz (Você é a Peça Principal para Enfrentar este Problema)*. Nesse documento estão organizadas orientações para a população brasileira, no sentido de proteger crianças e adolescentes, sobre os problemas causados à saúde mental e ao comprometimento do desenvolvimento físico em virtude de todo tipo de violência. Orienta também quais as ações que todos precisarão desenvolver para minimizar ou erradicar e enfrentar diversos problemas. Explicita, ainda, o papel dos estados, municípios e do Distrito Federal para o enfrentamento da violência.

Em 2013, o Brasil lançou o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, em atenção às diretrizes do Programa Nacional dos Direitos Humanos 3 (2010), quando a questão da infância e adolescência passa a ser matéria dos direitos humanos, tendo por interlocutor a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, devendo receber atenção intersetorial.

O Brasil tem também os programas e projetos nacionais de educação (Site/MEC/Brasil) com foco na inclusão social e proteção integral das crianças e adolescentes. São eles:

- Programa Escola Aberta, que conta com a cooperação do Ministério da Educação e da Unesco, com foco na melhoria da qualidade da educação e na construção de uma cultura de paz, ampliando a integração da comunidade e a escola, com formação para a cidadania e a redução de violências nas escolas;
- Programa em Direitos Humanos, que tem como objetivo fortalecer institucionalmente os Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos e capacitar professores e gestores da educação básica;
- Projeto de Educação para o Reconhecimento da Diversidade Sexual, que oferece formação para gestores e educadores para o reconhecimento dos direitos humanos de gays, lésbicas, transexuais e transgêneros;
- Projetos de Educação para a Igualdade de Gênero, que formam profissionais da educação básica no sentido de valorizar a igualdade de gênero e dos direitos das mulheres;

- Programa de Educação Inclusiva, que garante o acesso à rede regular de ensino dos alunos portadores de necessidades educativas especiais e sua permanência;
- Programa Escola que Protege, que qualifica os profissionais de educação à distância e presencial, para uma situação adequada, eficaz e responsável, para atender às demandas de evidências ou constatações de violência sofridas pelos educandos, especialmente ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Programa Brasil Alfabetizado, que direciona saberes na universidade aos segmentos da população vítima de discriminação e de violência e fora da faixa etária escolar;
- Projeto de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas, que tem como objetivo fortalecer o envolvimento da escola com a comunidade em ações voltadas para proteger o meio ambiente e a qualidade de vida. Destina-se a alunos e professores do ensino médio e fundamental e membros da comunidade.

A Secretaria para Inclusão Social e o Ministério de Ciência e Tecnologia têm quatro programas beneficiando a inclusão social: Programa do Centro Tecnológico Vocacional, Tecnologias Sociais, Difusão e Popularização da Ciência e Arranjos Produtivos Locais. Tudo isso direcionado à população pobre, incluindo-a nas ações proativas com a participação de adolescentes.

Os relatos acima referentes à implementação desses programas e políticas possibilitaram uma queda no índice de violências no Brasil. De acordo com o documento *Mapa da Violência 2012*, o sucesso dessas políticas, em alguns estados do país, possibilitou significativamente a diminuição da violência.

De acordo com Santana (2007), os programas de transferência de renda (Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação) constituíram-se como uma das alternativas para o combate da pobreza imediata no Brasil, passando a ser efetivados em 1990 por muitas instâncias governamentais e unificados gradualmente a partir de 2003 num único programa de transferência maior, o Bolsa Família.

É fundamental, portanto, atentar para o fato de que as políticas sociais podem promover inúmeros benefícios, entre eles o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, corrigindo as desigualdades sociais e proporcionando a dignidade humana. Para que isso ocorra democraticamente são necessárias inúmeras ações, mobilizações, monitoramentos e atitudes proativas de toda a sociedade.

Cuidar, educar, proteger e assistir os cidadãos exige tarefas compartilhadas entre diversos atores sociais e políticos. O Brasil tem se esforçado, mas precisa acelerar esse processo com uma maior participação social.

Considerações Finais

No Brasil, a concepção de intersectorialidade para o cumprimento dos objetivos do milênio ganhou ênfase no projeto político do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 1990). Nesse sentido, conceitos de integração e complementaridade e de redes de atenção foram estabelecidos na perspectiva de possibilitar estratégias para garantir melhores condições de efetivação dos direitos humanos.

Temos um país com um enorme arcabouço de leis nacionais e acordos internacionais para a proteção dos direitos das crianças, mas que ainda precisa continuar promovendo mudanças nas condições de vida e desenvolvimento das crianças.

Há propostas inovadoras que vêm trazendo significativa diferença e mudança nesse quadro. Uma dessas experiências é a do procurador-chefe da PRT/CE, Antônio de Oliveira Lima (histórico pessoal de trabalho infantil na roça quando criança), que conseguiu com que o Ceará saísse do 4º para o 12º lugar no *ranking* nacional do trabalho infantil. A iniciativa do procurador diz respeito à criação do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca) e de uma Agenda de Convergência para Erradicação do Trabalho Infantil (Acepti), com a união de esforços dos setores públicos e privados e com adesão de mais de 150 municípios cearenses. A organização dos dados dessa violação é feita pelo Ministério Público do Trabalho (MPT/CE) e tem sido utilizada pelos demais MPTs dos estados, que têm aderido às estratégias de enfrentamento praticadas no Ceará.

Existem, ainda, enormes disparidades regionais marcantes entre os estados brasileiros no que se refere às condições de saúde e educação e descasos com a proteção integral das crianças pequenas. Essas diferenças, mais do que desigualdades, configuram um quadro de iniquidade entre estados e regiões.

Em áreas rurais, o fator cultural parece ser muito forte. Na tradição entre as famílias, os pais costumam passar o ofício para os filhos, principalmente na agricultura familiar. Kassouf (2007) afirma que a infraestrutura escolar mais fraca e a menor taxa de inovação tecnológica podem desenco-

rajar a frequência escolar e promover com maior facilidade a absorção das crianças em atividades informais demandantes de baixa qualificação. Na zona urbana, o trabalho infantil funcionaria como estratégia de sobrevivência para famílias de baixa renda, ao permitir maiores oportunidades de trabalho e de remuneração.

O combate ao trabalho infantil envolve não apenas o governo, mas parte da sociedade, devendo abranger todas as pessoas. Além do mais, é uma questão de direitos inalienáveis, isto é, direitos que deverão permitir cada criança viver sua infância protegida, cuidada e amada. Existem muitos problemas que dificultam a identificação dos postos de trabalho em que as crianças e os adolescentes estão envolvidos, isto é, aqueles relacionados aos empregos informais. O trabalho doméstico é o mais difícil de debelar por conta da inviolabilidade do lar. A única forma de o Estado “entrar” nas residências é através do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde, que fazem inspeções como forma de evitar surtos epidêmicos de doenças.

A partir de 2013, mediante a Resolução nº 08/2013, do governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o aval do Conselho Nacional de Assistência Social, resolveu aprovar as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)¹³¹ no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (Suas) para União, estados, Distrito Federal e municípios com vistas à erradicação do trabalho infantil, conforme as Convenções nº 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As ações estratégicas do Peti, no âmbito do Suas, estruturam-se a partir de cinco eixos:

1. informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
2. identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;

¹³¹ O Peti foi lançado em 1996 pela Secretaria Nacional de Assistência Social do então Ministério da Previdência e Assistência Social (Seas/MPAS), com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Durante a década de 1990, sua cobertura foi ampliada para vários estados com atuação em diversas atividades produtivas e passou a atender crianças e adolescentes residentes nas áreas urbanas, prioritariamente as que trabalhavam nos “lixões”. Em 2001, o Peti foi instituído normativamente por meio da Portaria Seas/MPAS nº 458/2001, na qual o programa foi definido para focar na erradicação do “trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural”, tendo como público prioritário crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade de famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 90,00, à época (meio salário mínimo).

3. proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias;
4. apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e
5. monitoramento das ações do Peti.

As ações estratégicas do Peti compreendem as desenvolvidas no âmbito do Suas, na rede socioassistencial e em caráter intersetorial com as demais políticas.

Os dados oficiais do país revelam ciclos na educação com altos níveis de comprometimento na frequência e permanência escolar e no aprendizado pela necessidade de as crianças, adolescentes e jovens abandonarem a escola para praticar atividades que gerem renda ou conciliarem as duas atividades. “Muitos destes e destas crianças e jovens se encontram em vulnerabilidade e acabam sendo exploradas na sua força de trabalho; aliás, sobre este conceito Cortella refere não concordar com o termo Trabalho infantil.”

Na opinião de Cortella, há uma diferença entre trabalho e ocupação. Muitas famílias preferem que o adolescente tenha um trabalho para que ele não fique desocupado. Existe uma lógica antiga de que a criança deve aprender a trabalhar, diz ele, explicando que aprender a ter ações responsáveis e ter ações monetárias como um emprego são coisas diferentes (Programa Pró-Menino – Combate ao Trabalho Infantil, mantido pela fundação telefônica).

O Brasil assumiu a missão de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015, conforme protocolo internacional com organismos de proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e de proteção do trabalho e do trabalhador, já sinalizado anteriormente. Encontramos no final de 2015 e essa problemática ainda repercute negativamente na vida das crianças, dos adolescentes e das famílias.

O prazo máximo para essa providência foi de oito anos, e o quadro que ora se apresenta não é animador, principalmente no que diz respeito ao recrutamento de adolescentes pelo tráfico de drogas. Esse é um dos tipos de exploração mais avassaladora que se apresenta no quadro de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no país. Ela repercute no aumento de adolescentes assassinados, um crescente de 4,5% a cada ano de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, com mais de 90% por envolvimento com drogas. A situação é grave e requer medidas tão emergenciais que o Unicef, em conjunto com outros organismos, resolveu criar o Índice de Homicídios na Adolescência.

[...] Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) [...] apresenta o risco sofrido por adolescentes, entre 12 e 18 anos, de ser vítimas de assassinato nas grandes cidades brasileiras. Segundo a análise, os homicídios representam 46% de todas as causas de mortes dos cidadãos brasileiros nessa faixa etária. O estudo avaliou 267 municípios do Brasil com mais de 100 mil habitantes e chegou a um prognóstico alarmante: estima-se que o número de adolescentes assassinados entre 2006 e 2012 ultrapasse a 33 mil se não mudarem as condições que prevaleciam nessas cidades¹³².

Todos os indicadores nacionais pertinentes à garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes apresentam um quadro de violações dos direitos fundamentais, comprometendo seriamente as condições de vida de crianças, adolescentes e jovens. Revelam um país que necessita avançar na garantia de direitos desse segmento, um país ainda com cultura adulto-cêntrica que não avançou muito com ações protetivas. Denota uma nação que desconhece ou não legitima a legislação vigente, aliada aos protocolos, às cartas e às legislações internacionais dos quais o país é signatário.

Portanto, crianças e adolescentes “gozam de todos os direitos” fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade em desenvolvimento, requerendo, portanto, proteção integral e prioridade absoluta, dada a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

[É] dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A CF e o Eca asseguram, ainda, que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

¹³² Disponível em: <<http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Release.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012. E no Índice de Homicídios na Adolescência: análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/IHA.pdf>>.

Compreendendo que direito à vida, à saúde, à educação e à proteção a sua integridade física e moral são direitos básicos e fundamentais, evidenciamos que ainda há muito por fazer. Nota-se, com esses indicadores, que o segmento infantojuvenil do Brasil ainda não é prioridade na agenda política dos governantes. As políticas públicas específicas para esse segmento no país não conseguiram garantir, de forma integral, os direitos humanos de crianças e adolescentes, negados e negligenciados historicamente no país.

Podemos dizer que o país se encontra na fase de construção de uma trajetória pela efetivação desses direitos. A Lei nº 8.069/90, tão esperada e reivindicada pela nação e, principalmente, pelos movimentos sociais, por si só não garante esses direitos, embora contribua, imprescindivelmente, para a mudança de paradigma e nos sirva de horizonte para a perspectiva de uma nação protetiva de sua infância.

As políticas básicas, essenciais para a efetivação de direito, necessitam superar a existência do conflito entre a abordagem “menorista”¹³³ e “garantista”¹³⁴. Prescindem de estudo e diagnóstico da situação das violações do direito, bem como da produção de conhecimento por parte dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos, como forma de romper com práticas amadoras com caráter filantrópico, baseadas na informalidade das relações e nas vaidades pelas titularidades pessoais, inseridas num cenário político ainda de manipulação, que remetem diretamente às tomadas de decisões e aos modelos de governabilidades do microespaço. Esse formato de implementação das políticas públicas voltadas para os direitos fundamentais de crianças e adolescentes tem inviabilizado o avanço do exercício intersetorial e abrangente.

Mesmo com todos os avanços na melhoria da garantia dos direitos, é preciso melhorar os esforços na capacidade de articulação e mobilização dos setores da sociedade e no fortalecimento da participação qualificada da sociedade civil organizada, reduzindo a distância entre prioridade e efetividade da agenda da infância e adolescência, debelando a crise de “adultocentrismo” para escutar qualitativamente as crianças e os adolescentes,

¹³³ Termo que remete à Doutrina da Situação Irregular pautada na vigência do Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), o qual se destinava exclusivamente à assistência, proteção e vigilância a menores até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular, como perambulância, mendicância ou delinquência.

¹³⁴ Termo utilizado para designar as ações legais e político-institucionais balizadas na Doutrina da Proteção Integral, à luz da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual se aplica a todas as crianças e adolescentes, indiscriminadamente.

respeitando-os como sujeitos do processo, capazes e potentes para contribuir com a sociedade, melhorar a capacidade dialógica, reflexiva e propositiva, assim como a proatividade dos movimentos, com empoderamento político e social e, principalmente, lutando pela ruptura da cultura classista e elitista que beneficia somente os ricos.

A exploração do trabalho infantil e adolescente é indecente e desafiador. Exigir políticas públicas eficazes para assegurar todos os direitos das crianças e dos adolescentes é urgente.

Referências Bibliográficas

BINZER, I. V. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

BRASIL. CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Violência**: uma epidemia silenciosa, Seminários Regionais / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

_____. **Lei nº 8.069/90**: Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

_____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: **Relatório Nacional de Acompanhamento**; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014. 208 p.

_____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

_____. Presidência da República. **Municípios fortes, Brasil sustentável**: guia de apoio para o alcance de metas. Agenda de Compromissos para o Desenvolvimento do Milênio. Secretaria Geral da República, 2013-2016. Disponível em: <http://encontrocomprefeitos.portalfederativo.gov.br/arquivos/agenda_completa.pdf>. Acesso em: 1º set. 2015.

_____; WASELFISZ J. J. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil – CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2013.

CARDOSO, E.; PORTELA, S. A. **The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil**. Working Papers. Nashville: Vanderbilt University, v. 407, 2004.

CAMPELO, T. A pior injustiça. **O Globo**, no dia 8 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/noticias/noticias-artigos/a-pior-injustica>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

COHN, A. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0085.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

CORTELLA, M. S. **Entrevista com Mario Sergio Cortella sobre trabalho infantil**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Direitosdas-Crianca/Adolescentes/tabid/77/ConteudoId/6bd65c39-2290-4e69-978cde19e-e7aba97/Default.aspx>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

MEDEIROS M. Entrevista (Análise do trabalho infantil: problema está ligado à questão cultural e não à baixa renda familiar). **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/17212-problema-esta-ligado-a-questao-cultural-e-nao-a-baixa-renda-familiar.shtml>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2012/default_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 19 jun. 2014.

IPECE. **Informe nº 22**, dezembro de 2011. Edição Especial. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_22_dezembro_2011.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2013.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. **Sustentar o progresso humano**: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

KASSOUE, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/.../17212-problema-esta-ligado-a-questao-cultural>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

LIMA, C. G. C. de. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes**: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. Ribeirão Preto-SP, 5 set. 2002. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/FiscaTrab/CombateTrabalhoInfantil/Publicacao/Conteudo/541.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil – 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

NETO, O. L. de M. Violência, um problema de saúde pública no Brasil e no mundo. In: BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Violência: uma epidemia silenciosa: seminários regionais**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2008.

OLIVEIRA, M. S. **Empoderamento, formação cidadã e projetos de vida na socioeducação infantojuvenil, na perspectiva da garantia dos direitos humanos**: um estudo sobre a experiência da frente de Assistência à Criança Carente – FACC. 2014. 186 p. Dissertação (Mestrado Profissional de Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará-UECE, Fortaleza, 2014.

ONU. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> Acesso em: 4 maio 2013.

PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. In: CONVEGNO INTERNAZIONALE IL SIRITTI DEI MINORI IN BRASILE, Università degli Studi di Macerata, Macerata (Itália), 5-7, nov. 1992. Disponível em: <<http://www.neveusp.org/downloads/down031.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

QUIRINO, W. **Governo da Paraíba**: Estatuto da Criança e do Adolescente: 21 anos. Paraíba: Ed. União, 2011.

RAMALHO, H. M. de B.; MESQUITA, S. P. de. **Trabalho infantil e persistência intertemporal no Brasil urbano**: uma análise por dados em painel 2001-2009.

RENATO, G. **Combate ao trabalho infantil**: uma experiência que deu certo na Paraíba. [s. l.]: Ministério Público da Paraíba-PB/Unicef, 2002.

RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

SANTANA J. Á. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, realizado em Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Release.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

SOUSA, Fernando J. Pires de. Proteção social e a crise do emprego. In: BRAGA, E. M. F. (Org.). **América Latina**: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Edições UFC, 2003.

UNICEF. **Situação da infância e da adolescência brasileira**: o direito de aprender. Potencializar avanços e reduzir desigualdades. 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/siab_resumo_pt.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2013.

UNICEF. UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial**. 2012.

VALLE, I. R. **Justiça na escola**: das desigualdades justas à igualdade sem adjetivos. In: VALLE, I. R.; SILVA, V. L. G. da; DAROS, M. das D. (Orgs.). Florianópolis: NUP, 2010.

Outros sites pesquisados:

<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipcc/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2011/docs/2011_trabalho_infantil.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

<http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 4 maio 2013.

<<http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Release.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

<<http://www.unicef.org/brazil/pt/IHA.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O MOMENTO DO ENSINO MÉDIO

Maria de Lourdes Urban Kleinke¹³⁵

Maria Lúcia de Paula Urban

Maurício Urban Kleinke

Introdução

Na realidade brasileira o progresso social tem sido amplo e inclui avanços expressivos no acesso a diversas oportunidades básicas. Vários indicadores apontam resultados importantes, a exemplo do acesso a escola, saúde e proteção social. Contudo, sem desconsiderar os progressos já obtidos nos índices históricos de exclusão, convive-se em um contexto de mudanças no qual a configuração de riscos sociais torna-se muito mais complexa. A sociedade urbano-industrial reproduz continuamente essa exclusão decorrente das exigências aceleradas de novos conhecimentos, alterações nas relações de trabalho, de empregos menos estáveis e da fragilidade do tecido social familiar. Particularmente para segmentos mais vulneráveis, os índices de risco atingem proporções sociais e pessoais que impõem crescentes e novos desafios associados à ideia de redução das desigualdades e de ganhos de cidadania.

Para além das demais políticas públicas, o alcance de justiça social e cidadania encontra-se na educação, compreendida em sua totalidade e qualidade, precondição indiscutível para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Este artigo tem como objeto discutir sobre o ensino médio enquanto continuidade escolar, a qual é necessária para que a população jovem brasileira possa vir a ter maior equidade de inserção no mundo do trabalho e mobilidade social. Isso porque, vencida a etapa dos primeiros nove anos do ensino fundamental, a grande maioria se depara com o futuro no qual a escolaridade passa a ser um divisor bastante seletivo.

¹³⁵ Agradecemos a Liana Maria Frota Carleial e Paulo Roberto Delgado pela leitura cuidadosa e pelas sugestões.

Nesse sentido, este texto se propõe a apreender a situação de estudo e de trabalho dos jovens, bem como tecer considerações a respeito da diversidade de expectativas escolares, no intuito de contribuir para o debate sobre o papel do ensino médio diante dos desafios presentes na política educacional e social do país.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, busca-se apresentar elementos que revelam a importância que vem sendo atribuída ao ensino médio para os jovens na perspectiva da promoção social; na segunda, utilizam-se como base os dados da Pnad e do censo escolar para apresentar as mudanças recentes do perfil educacional e profissional desse grupo etário no país; e, na terceira parte, suscitam-se algumas questões presentes no debate atual sobre as controvérsias que envolvem a finalidade do ensino médio.

O Reforço Necessário do Ensino Médio

Uma das marcantes políticas sociais de combate à pobreza nos últimos anos vincula-se à ênfase dada à educação fundamental, com resultados que trazem elementos transformadores da realidade socioeconômica do país¹³⁶. No Brasil, o direito à educação tem garantido a obrigatoriedade do ensino fundamental. Nos últimos anos, as políticas de combate à pobreza têm colocado a exigência das crianças na escola como condição para o acesso das famílias a benefícios, o que garantiu uma cobertura ampla à população na faixa escolar dos nove anos do ensino fundamental. Ainda que persistam grandes distorções no ensino fundamental, em relação principalmente à qualidade, é inegável que o país já venceu uma grande etapa ao conseguir trazer para a escola toda essa população.

É um grande avanço social a generalização da escolaridade fundamental de nove anos para todos os segmentos da faixa etária correspondente. À parte os limites de qualidade que permanecem como desafios, o alcance dessa grande meta, ao mesmo tempo que precisa ser reconhecida, recoloca na agenda do sistema de educação brasileiro a necessidade de reforçar a perspectiva de continuidade escolar a um significativo contingente de egressos do ensino

¹³⁶ Pesquisa de avaliação do impacto do Programa Bolsa Família (2007), realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comprova que “A participação no Bolsa Família tem impacto positivo na educação de crianças e jovens. A frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias foi 4,4 pontos percentuais maior do que entre as crianças que não recebem o auxílio. Em algumas regiões do País esse percentual chega a 11,7 pontos percentuais maior.”

fundamental. A conclusão do ensino fundamental coincide com uma etapa de transição na vida de um grupo etário que traz compromissos com a necessidade de sobrevivência, além da realização de aspirações que remetem ao mundo do trabalho e ao futuro profissional. Para muitos, a trajetória escolar tende a ser encerrada nessa etapa, quer pela precoce necessidade de inserção no mercado de trabalho, quer pelas poucas perspectivas associadas à continuidade escolar.

Até recentemente, o ensino fundamental era um parâmetro dos recrutadores de mão de obra de diferentes setores da economia. Essa conquista da formação escolar fundamental, que representa uma valorização individual, já não é suficiente para também assegurar melhores oportunidades no mercado de trabalho. A maior oferta de jovens com formação no ensino médio vem permitindo a criação de um novo patamar de escolaridade como parâmetro para seletividade no mundo do trabalho.

É possível afirmar que cada vez mais é necessário contar com o nível de escolaridade do ensino médio, sendo essa uma tendência que se generaliza como requisito de formação escolar para uma inserção profissional. Nesse sentido, no contexto de equidade e de inclusão social, o ensino médio assume um caráter estratégico. Assim, no momento atual, os esforços se voltam para tornar esse momento do ensino médio um fator capaz de consolidar as metas de aumento da escolaridade dos jovens e de contribuir para sua valorização pessoal e profissional. Se essa perspectiva tem pela frente a ênfase em amplos avanços quantitativos, não se exclui ainda um crescente debate dos desafios que rondam o ensino médio, no sentido de aprimorar sua qualidade e entender a diversidade de expectativas, objetivos e a importância do seu papel na formação/trajetória profissional dos jovens.

Um dos papéis que o ensino médio pode cumprir é o de continuar uma política de inclusão educacional; porém, por outro lado, ele também pode representar uma opção de formação profissional como alternativa a uma restrita trajetória acadêmica. Embora no imaginário social o ensino superior seja a meta ideal da formação escolar da juventude, o certo é que no universo real o ensino médio é a etapa escolar final para uma significativa parcela dos jovens. O mais importante ainda é que nessa base está a formação com a qual o jovem irá construir sua trajetória profissional e buscar realizar seus projetos de vida. Desse modo, pode-se entender que, apesar de todos os limites do ensino médio, esse aspecto formal da educação é um requisito cada vez mais decisivo como diferencial para a etapa da vida profissional. Nesse sentido, vem ganhando força o debate sobre a

contradição que parece existir no ensino médio, que, ao priorizar a continuidade escolar com ênfase na preparação para o vestibular, deixa relativamente descoberta a sua função de aporte para melhores oportunidades de inserção produtiva para aqueles que ali encerram sua carreira escolar.

O segmento de jovens de 15 a 24 anos encontra-se no momento de inserção produtiva no mercado de trabalho, em que as melhores ofertas são muito seletivas no que se refere à escolaridade. Por outro lado, reside neles o potencial de qualidade imprescindível para esse mercado. Um dos atrativos para a permanência no ensino médio reside na confiança de que essa decisão vai-se traduzir em uma efetiva melhoria de suas condições de ingresso no mercado de trabalho.

Pode-se dizer que é bastante expressiva a ampliação do número de alunos no ensino médio. Entretanto, isso representa uma parcela ainda muito pequena do segmento de jovens e particularmente não alcança toda a juventude de famílias pobres. Na perspectiva social de elevar os níveis gerais de escolaridade, um dos desafios é criar uma estratégia capaz de ampliar a inserção de jovens dos segmentos mais pobres nessa dinâmica. Essa estratégia deverá associar ao ensino médio um suporte suficientemente atrativo capaz de cativar os adolescentes que estão à margem do ingresso ou da permanência na escola. Assim, um ensino médio reestruturado seria uma boa estratégia de potencializar essa etapa de preparação dos adolescentes combinando a diversidade de suas aspirações e possibilidades à trajetória de formação escolar. Portanto, é necessário um modelo de ensino médio que dê conta de encontrar soluções de formação e preparação de segmentos com diferentes níveis de aspirações e possibilidades para prosseguir nas mais diferentes trajetórias do mundo do trabalho.

No Brasil, alguns elementos pesam particularmente nessa reformulação: o elevado número de alunos a ser atendido por um ensino médio inclusivo, o ainda marcante nível de desigualdade social e as características de um modelo propedêutico único e não flexível de ensino médio, tornando inócuo o seu papel para a grande maioria. Em geral, o ensino médio tem cumprido meras formalidades, seja de titulação para acesso ao ensino superior, ou como pré-condição para inserção no mercado de trabalho. Só essa característica já é suficiente para reconhecer o grau de dificuldade do modelo que, em um único currículo, espera dar conta de uma formação que preencha conhecimentos tão amplos. De acordo com Castro,

Por tudo que sabemos, o médio é o grau mais desengonçado. Está no meio do caminho. Recebe uma diversidade crescente de alunos e não sabe o que fazer com eles. Tem demasiados papéis. Sem muito medo de errar, pode-se dizer que é um nível em crise permanente. Entra ano, sai ano, em algum lugar do mundo há protestos ou propostas de revirar tudo de cabeça para baixo (2008, p. 114).

Os Adolescentes e o Ensino Médio no Brasil

A população jovem brasileira (aqui considerado o grupo etário de 15 a 24 anos) compreendia, em 2012, o elevado contingente de 32,9 milhões de pessoas, representando 16,7% da população brasileira (Tabela 1). Embora na dinâmica demográfica do país a coorte de menor idade apresente declínio, nesse grupo etário ainda se observa crescimento que consiste em um acréscimo de 19%, entre 1992 e 2012. Refletindo a urbanização brasileira, 84% desse segmento está concentrado nas áreas urbanas (Tabela 2). Ao mesmo tempo que a urbanização traz os estímulos de uma melhoria social e de aspirações de realização de sonhos de consumo, para esse segmento em particular, ela aumenta a exposição a um ambiente de elevados riscos.

Tabela 1 – População Residente por Grupos de Idade – Brasil 1992/2001/2012 (mil pessoas)

GRUPOS DE IDADE	ANO						VARIAÇÃO 1992/2012	
	1992	2001	2012	1992	2001	2012	Abs.	(%)
TOTAL	145.447	170.955	196.877	100,0	100,0	100,0	51.529	35,4
Até 14 anos	49.172	48.819	44.990	33,8	28,6	22,8	-4.182	-8,5
15 a 17 anos	9.135	10.408	10.445	6,3	6,1	5,3	1.310	14,3
18 a 19 anos	5.544	7.180	6.643	3,8	4,2	3,4	1.099	19,8
20 a 24 anos	12.963	15.978	15.829	8,9	9,3	8,1	2.866	22,1
15 a 24 anos	27.642	33.566	32.917	19,0	19,6	16,7	5.275	19,1
25 ou mais	68.625	88.560	118.970	47,2	51,8	60,4	50.345	73,4
Idade ignorada	9	11	-	0,0	0,0	-	-	-

Fonte: IBGE – Pnad.

Tabela 2 – População Residente por Situação do Domicílio e Grupos de Idade – Brasil – 2009

GRUPOS DE IDADE	2009	
	Urbana	Rural
TOTAL	84,0	16,0
Até 14 anos	81,2	18,8
15 a 17 anos	81,6	18,4
18 a 19 anos	84,1	15,9
20 a 24 anos	85,7	14,3
15 a 24 anos	84,1	15,9
25 ou mais	85,1	14,9
Idade ignorada		

Fonte: IBGE – Pnad.

É importante ter presente que nessa etapa de sua evolução, caracterizada como transição para a vida adulta e de construção da identidade pessoal e social, a juventude é extremamente frágil, e na busca da maturidade nada é estável nem definitivo. Na construção desses valores, os jovens se defrontam com uma gama de situações que tende a colocá-los no contexto de vulnerabilidades, em que muitos se perdem em um caminho quase sem volta. Se esse é o cenário de riscos a que todos estão expostos, é inegável que, para o segmento de menor renda, a gravidade dessa situação é alarmante.

No Brasil, 62% desse grupo etário pertence a famílias pobres, com rendimento domiciliar *per capita* que não ultrapassa um salário mínimo, o que chama a nossa atenção (Tabela 3). Esse contingente atinge o total de 20,6 milhões de jovens. Cabe observar que, somados aos da faixa imediatamente superior (de 1 até 2 salários mínimos), tem-se 84% da população jovem brasileira. Dentro da população economicamente ativa (PEA), o segmento de 15 a 24 anos representa 19% desse grupo (Tabela 4). Pode-se dizer que, particularmente para o grupo de menor renda desse segmento, o ingresso no mundo do trabalho desde cedo se coloca como uma necessidade e traz implícita a expectativa de realização de uma trajetória de mobilidade social importante. Cabe observar que, no geral, a ocupação desses jovens está associada às formas mais precárias de trabalho, tais como trabalhadores não remunerados e o trabalho informal. Ao analisar o rendimento obtido pelo trabalho, fica evidente que, para quase 90% do grupo de 15 a 17 anos, o trabalho é ainda sem remuneração ou alcança o máximo de um

salário mínimo. No grupo de 18 a 24 anos, 45,7% situam-se no patamar de remuneração de até um salário mínimo com uma parcela desses jovens sem rendimento; porém, já é expressivo o número daqueles que chegam ao patamar de renda de até dois salários mínimos (Tabela 5).

Tabela 3 – Número de Pessoas segundo Grupos de Idade e Faixa de Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita – Brasil – 2009

FAIXA DE RENDIMENTO	TOTAL DE PESSOAS			
	15 a 17 anos	%	18 a 24 anos	%
Total de pessoas	10.399.385	100,0	23.034.321	100,0
Sem rendimento	75.015	0,7	219.206	1,0
Até ¼ do salário mínimo (S.M.)	1.491.764	14,3	2.020.133	8,8
Mais de ¼ até ½ S. M.	2.496.705	24,0	4.157.183	18,0
Mais de ½ até 1 S. M.	3.215.636	30,9	6.772.532	29,4
Mais de 1 até 2 S. M.	1.860.044	17,9	5.750.478	25,0
Mais de 2 até 3 S.M.	491.690	4,7	1.640.125	7,1
Mais de 3 até 5 S. M.	279.767	2,7	985.455	4,3
Mais de 5 S. M.	177.983	1,7	567.990	2,5
Sem declaração	310.781	3,0	921.219	4,0

Fonte: IBGE – Pnad.

Nota: Em 2009, no período de referência da Pnad, o valor do salário mínimo era de R\$ 465,00.

Tabela 4 – Pessoas de 10 Anos e Mais segundo Situação de Atividade – Brasil – 2001/2009 (mil pessoas)

GRUPOS DE IDADE	PIA		PEA		OCUPADOS		TAXA DE ATIVIDADE		NÍVEL DE OCUPAÇÃO	
	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012
Total 10 e mais anos	162.804	168.606	101.148	102.463	92.690	94.719	62,1	60,8	56,9	56,2
10 a 14 anos	17.421	16.718	1.448	927	1.258	804	8,3	5,5	7,2	4,8
15 a 17 anos	10.399	10.445	3.763	3.391	2.870	2.639	36,2	32,5	27,6	25,3
18 a 24 anos	23.034	22.471	17.187	16.318	14.358	13.955	74,6	72,6	62,3	62,1
15 a 24 anos	33.433	32.916	20.950	19.709	17.228	16.594	62,7	59,9	51,5	50,4
25 anos e mais	111.952	118.972	78.750	81.827	74.204	77.321	70,3	68,8	66,3	65,0

Fonte: IBGE – Pnad.

Tabela 5 – Número de Pessoas segundo Grupos de Idade e Faixa de Rendimento Mensal do Trabalho Principal – Brasil – 2009

FAIXA DE RENDIMENTO	15 a 17 anos		18 a 24 anos	
Total de ocupados	2.869.912	100,0	14.358.037	100,0
Sem rendimento	796.980	27,8	1.113.306	7,8
Até ¼ do salário mínimo (S.M.)	366.242	12,8	530.246	3,7
Mais de ¼ até ½ S. M.	485.446	16,9	943.965	6,6
Mais de ½ até 1 S. M.	828.664	28,9	3.825.120	26,6
Mais de 1 até 2 S. M.	360.461	12,6	6.033.537	42,0
Mais de 2 até 3 S. M.	12.432	0,4	1.003.263	7,0
Mais de 3 até 5 S. M.	1.830	0,1	526.654	3,7
Mais de 5 S. M.	227	0,0	157.974	1,1
Sem declaração	17.630	0,6	223.972	1,6

Fonte: IBGE – Pnad.

Nota: Em 2009, no período de referência da Pnad, o valor do salário mínimo era de R\$ 465,00.

Na verdade, as oportunidades de realizar uma trajetória que conduza aos objetivos de ganhos sociais e econômicos têm forte associação com o processo de realização de escolaridade. Vale destacar que, no contexto atual de fortes transformações técnico-produtivas, ampliam-se as exigências de aumento da escolaridade e de preparação para a vida nesse universo de novos conhecimentos¹³⁷. Contudo, a situação tem um lado perverso e contraditório, uma vez que na relação mercado de trabalho e ensino, ainda que seja necessário ampliar o conhecimento em função do trabalho, o próprio emprego dificulta a continuidade do estudo.

A política educacional brasileira ampliou as condições de acesso aos diferentes níveis de educação nos últimos anos, com efeitos significativos em ganhos de escolaridade. A média de anos de estudo apresenta uma evolução bastante significativa no período de 1992 a 2009, respectivamente de 5,0% para 7,3% e de 6,2% para 9,4% para cada um dos grupos etários (Tabela 6). A obrigatoriedade dos nove anos do ensino fundamental vem atingindo suas metas de universalização. O ensino médio apresentou expressivo aumen-

¹³⁷ Em análise sobre a evolução e composição do emprego no Brasil, Barbosa (2012) ressalta: “No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, é significativo o viés favorável à demanda por mão de obra qualificada nos últimos anos. Por um lado, o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completo foi o que mais se ampliou no contingente de ocupados, com uma variação bastante expressiva, acima de 165% na comparação entre valores de 1996 e 2009”.

to no número de alunos e também cresceram substancialmente as vagas no ensino superior. Cabe ressaltar também os ganhos nesse processo em termos de melhoria nas taxas de conclusão e adequação idade/conclusão, tanto em relação ao ensino fundamental quanto ao médio (Tabelas 7 e 8).

Tabela 6 – Média de Anos de Estudo de Instrução Formal segundo Grupos Etários Selecionados – Brasil – 1992, 2001 e 2009

GRUPOS ETÁRIOS	1992	2001	2009
15 a 17 anos	5,0	6,5	7,3
18 a 24 anos	6,2	7,9	9,4

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Nota: Elaboração do Ipea/Disoc/Ninsoc – Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

Tabela 7 – Proporção de Jovens que Frequentam a Escola segundo Grupos Etários Selecionados – Brasil – 1992, 2001 e 2009

GRUPOS ETÁRIOS	1992	2001	2009
15 a 17 anos	59,7	81,1	85,2
18 a 24 anos	22,6	34,0	30,3

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Nota: Elaboração do Ipea/Disoc/Ninsoc – Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

Tabela 8 – Taxa de Frequência Líquida à Escola segundo Nível de Ensino – Brasil – 1992, 2001 e 2009

NÍVEL DE ENSINO	1992	2001	2009
Ensino fundamental (6 a 14 anos)	72,4	82,7	91,1
Ensino médio (15 a 17 anos)	18,2	36,8	50,9

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Nota: Elaboração do Ipea/Disoc/Ninsoc – Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

A conquista do patamar do ensino fundamental, em que pese persistirem questões de aprimoramento, trouxe para a ordem do dia os desafios do ensino médio enquanto continuidade da trajetória escolar desses jovens. Ao mesmo tempo que ainda é evidente o grau restrito da abrangência do ensino médio nesse grupo etário, chama a atenção o expressivo acréscimo de formados no ensino médio observado no período 92/2009, que passa de 3,2 para 12,2 milhões de jovens.

A Tabela 9 detalha a situação de escolaridade e de atividade para os dois grupos etários em análise: de 15 a 17 e de 18 a 24 anos. Essas informações permitem destacar o número daqueles que realizam as diferentes etapas da trajetória escolar e ainda associar esse movimento à condição de inserção produtiva. Observa-se que, no grupo de 15 a 17 anos, 64,8% ainda se encontram em processo de realização do ensino fundamental. Esse dado revela a grande defasagem escolar em que esses jovens se encontram, porque com essa idade, em uma trajetória natural, já deveriam ter concluído essa etapa. Por sua vez, apenas 32,8% desse grupo tem de 9 a 11 anos de escolaridade, o que pressupõe a etapa de realização do ensino médio associada a uma satisfatória adequação etária. Vale notar que um pequeno número dos jovens desse grupo etário tem uma escolaridade precoce de 12 anos.

Em relação ao segundo grupo (de 18 a 24 anos), destaca-se que 53,7% já se encontram na etapa do ensino médio, com escolaridade entre 9 e 11 anos. Nesse grupo, ainda é elevado o percentual dos que se mantêm na etapa do ensino fundamental, 28,8%. A parcela desse grupo que atinge o equivalente à etapa do ensino superior é pouco numerosa, 15,1%. Em síntese, pode-se dizer que nesses dois grupos etários há uma numerosa população jovem de mais de 12 milhões, com escolaridade da etapa fundamental, que tem no ensino médio uma perspectiva importante para sua trajetória pessoal e de trabalho.

Tabela 9 – Número de Pessoas por Grupos de Idade e Situação de Atividade segundo Escolaridade – Brasil – 2009

ANOS DE ESTUDO	15 a 17 anos				18 a 24 anos			
	Inativas	Ocupadas	Desocupadas	Total	Inativas	Ocupadas	Desocupadas	Total
Sem instrução e menos de 1 ano	123.849	47.003	13.653	184.505	272.744	237.582	49.216	559.542
1 ano	46.275	27.195	1.293	74.763	37.700	65.962	9.334	112.996
2 anos	69.597	40.749	9.163	119.509	72.424	125.181	17.980	215.585
3 anos	166.540	77.645	17.597	261.782	102.235	226.928	24.160	353.323
4 anos	342.813	207.840	36.609	587.262	220.984	463.342	69.102	753.428
5 anos	493.796	236.827	53.485	784.108	255.971	590.580	98.862	945.413
6 anos	684.211	286.878	70.605	1.041.694	244.294	509.581	118.439	872.314
7 anos	926.451	333.209	108.989	1.368.649	328.856	659.864	146.345	1.135.065

8 anos	1.710.262	589.959	203.229	2.503.450	587.209	1.366.233	284.108	2.237.550
Fundamental (*)	4.439.945	1.800.302	500.970	6.741.217	1.849.673	4.007.671	768.330	6.625.674
Percentual	66,7	62,7	57,3	64,8	31,8	27,9	26,8	28,8
9 anos	1.263.351	514.026	194.179	1.971.556	450.700	902.047	224.680	1.577.427
10 anos	701.345	393.178	131.116	1.225.639	659.958	1.136.786	282.441	2.079.185
11 anos	99.737	91.994	22.812	214.543	1.720.362	5.814.512	1.187.274	8.722.148
Ensino médio(*)	2.064.433	999.198	348.107	3.411.738	2.831.020	7.853.345	1.694.395	12.378.760
Percentual	31,0	34,8	39,8	32,8	48,7	54,7	59,2	53,7
12 anos	5.596	2.761	2.740	11.097	323.229	626.495	128.146	1.077.870
13 anos	0	0	0	0	235.554	525.864	71.686	833.104
14 anos	0	0	0	0	142.089	420.929	65.149	628.167
15 anos ou mais	0	0	0	0	114.673	608.402	62.696	785.771
Não determinados	21.313	20.648	8.867	50.828	45.628	77.749	22.056	145.433
Superior(*)	26.909	23.409	11.607	61.925	861.173	2.259.439	349.733	3.470.345
Percentual	0,40	0,82	1,33	0,60	14,81	15,74	12,22	15,07
TOTAL	6.655.136	2.869.912	874.337	10.399.385	5.814.610	14.358.037	2.861.674	23.034.321
Percentual	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Pnad.

(*) Completo e incompleto.

Portanto, os esforços em relação ao ensino médio estão não apenas no desafio de viabilizar a continuidade para os egressos do fundamental, mas de incluir aqueles que se encontram à margem da escola, bem como conseguir reter esses jovens no sistema escolar. Para ambos os grupos etários em análise, a questão da escolaridade tem uma importância particular, uma vez que se encontram, em sua grande maioria, na fase de inserção produtiva. Como pode ser observado na mesma tabela no grupo de 15 a 17 anos, aproximadamente 1/3 desses jovens já se encontra ocupado ou já voltou para o trabalho, independente da etapa de escolaridade. Para o grupo etário de 18 a 24 anos, essa proporção é bastante superior, representando mais de 2/3 desses jovens.

Um dos aspectos que justifica a grande importância de trazer para o debate e inovar a discussão sobre a problemática do ensino médio no Brasil

consiste na enorme dimensão desse grupo de jovens e do desafio a ser enfrentado para compatibilizar o ensino médio com as exigências de suas ocupações profissionais. Pode-se dizer que um indicativo importante do maior interesse em cursar o ensino médio está no acréscimo, verificado no período de 1992 a 2009, na proporção de jovens de 18 a 24 anos que já contam com diploma de ensino médio, 17,4% e 52,3% respectivamente (Tabela 10). Para atender às expectativas de continuidade escolar para esse numeroso contingente de população jovem do país, é premente a necessidade de conferir ao ensino médio um caráter de formação básica mais prático para o mundo do trabalho. No sentido prático, como diz Castro:

O médio precisa arredondar a formação inicial do aluno – embora não se saiba muito bem como se faz isso. Precisa dar ao aluno uma cultura mínima nas ciências e nas humanidades. Precisa ensinar a ler e escrever, de preferência, em mais de uma língua. Precisa fixar os valores. De fato, é nesse nível que se burila o espírito de cidadania e a identidade cultural (CASTRO, 2008, p. 115).

Tabela 10 – Proporção de Pessoas com Diploma por Nível de Ensino segundo Grupo Etário – Brasil – 1992, 2001 e 2009

ESCOLARIDADE	1992	2001	2009
Proporção de pessoas com diploma do ensino fundamental na faixa etária de 15 a 18 anos	24,2	45,7	61,2
Proporção de pessoas com diploma do ensino médio na faixa etária de 18 a 24 anos	17,4	33,1	52,3
Proporção de pessoas com diploma do ensino superior na faixa etária de 25 anos ou mais	5,9	7,3	10,6

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Nota: Elaboração do Ipea/Disoc/Ninsoc – Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

Essa concepção não implica comprometer a perspectiva de acesso ao ensino superior. Vale observar ainda que, embora seja uma minoria que realiza a continuidade no ensino superior, essa preparação para o vestibular é uma das funções do ensino médio. Apesar de existir um grande percentual de jovens que não conclui o ensino fundamental na idade adequada (57,5% na coorte que ingressou em 2002), o número de ingressantes no ensino médio dessa mesma coorte é muito maior do que os concluintes do fundamental, como pode ser visto na Tabela 11. Isso reflete a existência de

um estoque de candidatos que, mesmo defasados da escolaridade normal, optam por seguir sua formação no ensino médio. Esse comportamento sugere uma forte relação entre a conclusão do ensino médio e as solicitações do mundo do trabalho.

Tabela 11 – Análise do Fluxo de Ingressantes e Concluintes no Ensino Fundamental e Médio – Brasil – 2002, 2009, 2010 e 2012

COORTE	INGRESSANTES E CONCLUINTES	PERDA ABSOLUTA	PERDA RELATIVA (%)
Ingressantes no EF em 2002	5.818.388		
Concluintes do EF em 2009	2.473.073		
Perda no Ensino Fundamental		3.345.315	57,5%
Ingressantes no EM em 2010	3.471.986		
Concluintes do EM em 2012	1.877.960		
Perda no Ensino Médio		1.594.026	45,9%
Perda na Educação Básica		3.940.428	67,7%

Fonte: Inep – Censos Escolares 2002, 2009, 2010 e 2012.

Ensino Médio: o Que Preconiza e Suas Controvérsias

Historicamente essa etapa da escolaridade sempre foi marcada pela dubiedade entre a formação propedêutica, como uma preparação para o ingresso no ensino superior, e uma formação que atendesse a conhecimentos técnicos e científicos exigidos pelo mercado de trabalho imediato. Essa dualidade vem sofrendo alterações ao longo do tempo (anos 1940, 1960 e 1970), nas quais a política educacional ora opta por estruturas independentes para cada um desses objetivos, ora por uma unificação na qual se compatibilizam as finalidades profissionalizantes e acadêmicas.

É característica do ensino médio apresentar contradições no mundo todo. Os Estados Unidos e os países europeus influenciam fortemente a visão ocidental de ensino médio e, consequentemente, a estrutura brasileira. É elucidativo observar quais são os modelos e as estruturas específicas que foram propostas por eles para buscar atender a essa multiplicidade de papéis exigidos do ensino médio (FERNANDES, 2011).

O modelo europeu para o ensino médio propõe duas vertentes distintas: acadêmica e profissional. A vertente acadêmica está voltada para

o ingresso na universidade e absorve alunos que preenchem os requisitos para essa continuidade escolar. A vertente profissional apresenta distintas estruturas, desde um ensino técnico profissional associado à escola acadêmica a escolas vocacionais com um ensino voltado para o mundo do trabalho, com menor ênfase acadêmica. Ou seja, nesse modelo, a diversidade pessoal do jovem é contemplada com uma ampla estrutura de escolas especializadas, que buscam atender não só às exigências de formação técnico-profissional, como também às expectativas desses jovens.

No modelo norte-americano, as *comprehensive high school* se estruturaram como uma escola única que tem a possibilidade de adaptar um currículo que combine disciplinas acadêmicas e profissionais, mas não se propõe a uma formação profissional. Essa flexibilidade pode ser usada para opções de direcionamento profissional que vão ser completadas nas *community college* ou *two years college*. No modelo norte-americano, é esse pós-médio que se ocupa da transição para o mundo do trabalho, em boa parte das profissões menos especializadas.

Percebe-se que o ensino médio é um desafio universal em que cada país constrói suas alternativas de acordo com as referências de sua sociedade e são contínuos os esforços para dar conta de objetivos tão amplos e tão específicos. Embora experiências dessa natureza apontem possíveis saídas para o dilema brasileiro, o certo é que persiste a dificuldade de se entender o ensino médio na perspectiva de uma formação escolar não direcionada para a continuidade imediata ao ensino superior.

No Brasil, está consolidado o entendimento de que o aluno do ensino médio deve receber a massa de informações que será cobrada nos vestibulares ou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De uma maneira geral, os currículos do ensino médio atendem a interesses das universidades. Um dos mais graves problemas na estrutura do ensino médio brasileiro é priorizar a possibilidade (ou a ilusão) de que todos prossigam para o ensino superior. No entanto, tal como nos demais países, para importante parcela dos alunos a trajetória escolar se encerra nessa etapa, e é com os ganhos dessa formação que esses alunos vão contar para seu projeto de vida e de profissão.

Vale notar que para muitos a opção profissional compreende uma gama variada de atividades de caráter técnico-profissional que independe da especialidade do ensino superior, seja na área de serviços, seja na da indústria. Nos anos 1990, todo o sistema educacional brasileiro foi submetido a um amplo processo de revisão e reestruturação, consolidado na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Uma das mais importantes polêmicas contidas no referido texto diz respeito às definições dos objetivos quanto ao ensino médio na formação escolar e profissional dos jovens. O conjunto de instrumentos que regulamenta a lei de 1996 extingue a dualidade que buscava compatibilizar esses dois objetivos.

Os debates têm-se voltado para a busca de modelos que tornem essa etapa suficientemente instigante para atrair e reter os jovens na escola, cumprindo assim o grande objetivo da própria LDB, que é o de “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. É por uma escola com tais qualidades que anseiam pesquisadores, educadores, professores e, principalmente, o numeroso contingente de alunos que conclui nessa etapa a sua formação escolar. As diretrizes que orientam o ensino médio preconizam um ideal de homogeneidade na formação escolar dos jovens, reconhecendo as profundas diferenças e desigualdades nas trajetórias e perspectivas de vida desses jovens e entendendo que, para cumprir os objetivos de formação cidadã, é necessário garantir o arcabouço geral de conhecimento que o torne apto a escolher e prosseguir nas diferentes trajetórias.

O sistema brasileiro seguiu no sentido de uma escola única de ensino médio, definindo a separação formal do ensino profissionalizante, que foi disciplinado em capítulo específico. São vários os exemplos de experiências de estruturas e escolas que vêm viabilizando propostas de formação profissional, tais como: Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Sistema S (formado por várias instituições e organizações do setor produtivo, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac), cursos técnicos industriais, agrícolas, comerciais etc. De acordo com a legislação vigente, a educação profissional assume caráter específico e só ocorre à parte do ensino médio regular, podendo ser realizada concomitante ao ensino médio ou pós-médio; contudo, sempre com a obrigatoriedade do aluno completar o ensino médio regular¹³⁸. Ao conferir essa obrigatoriedade à formação regular, é quase inviabilizada a opção daqueles que centram suas demandas exclusivamente em um curso profissionalizante. Vale ressaltar que mesmo nessas circunstân-

¹³⁸ A LDB de 1996, ao regulamentar a educação profissional, incluindo o parágrafo 2º do artigo 36, impossibilitou qualquer perspectiva profissionalizante no ensino médio, salvo como elemento organizador da parte diversificada do currículo, de até 25% da carga horária mínima obrigatória dessa etapa (RAMOS, 2003).

cias vem-se expandindo a educação profissional. O Censo Escolar registra um crescimento no número de matrículas na educação profissional de 780.162 para 1.140.388 no período entre 2007 e 2010. Esse comportamento está em sintonia com as políticas e ações do Ministério da Educação, no sentido do fomento ao fortalecimento, à expansão e melhoria da qualidade da educação profissional no país.

São várias as tentativas para se equacionar o importante dilema do que seja essa formação geral, que deve dotar o estudante de uma base robusta capaz de possibilitar/facilitar sua adequação às mais diferentes trajetórias de vida e exigências do mundo do trabalho. Para uma parte dos jovens, a expectativa é ter no ensino médio as condições de um passaporte mais efetivo para o mercado de trabalho, essa a essência do que eles demandam e tem uma forte aderência às necessidades profissionais.

Também o mercado de trabalho cada vez mais nos últimos anos assume uma configuração na qual os mais variados postos de trabalho adquirem complexidade, esperando encontrar na formação escolar de ensino médio condições que supram em boa medida os novos padrões produtivos. Para significativo número de educadores a assertiva é de que o ensino de coisas práticas para um ofício não está dissociado de um adequado conhecimento teórico. Nesse sentido, o aprendizado depende de forte associação entre teoria e prática, o que implica a necessidade de focar o ensino em conhecimentos fundamentais, mais do que dispersar o tempo em uma gama abrangente de informações voltadas ao esforço para vencer os vestibulares tradicionais ou o Enem. Por outro lado, tem-se a preparação para o mundo do trabalho que por si é de uma complexidade marcante – o que é ensinar para prática. Nesse ponto, é importante ressaltar que ensinar para a prática é muito diferente do que preparar para a profissionalização. Enquanto a prática consiste numa aplicação concreta, o que exige uma aproximação direta com o fazer de cada ofício, a profissionalização pressupõe uma formação na qual teoria e prática são essenciais e, para tanto, o esforço está em aprofundar conhecimentos básicos em oposição à dispersão em uma gama de disciplinas abstratas. “Por tudo que sabemos de teoria cognitiva, o preço de ensinar demais é os alunos aprenderem de menos” (CASTRO, 2008, p. 120).

É inegável que o papel da escola não pode se distanciar de oferecer ao aluno referências teóricas que contribuam para desenvolver sua capacidade analítica. É importante não esquecer que, especialmente para o nível

inicial de capacidade de abstração de um jovem, a assimilação de uma teoria requer o exercício do lado prático. Nesse sentido, o mundo escolar ideal do ensino médio teria que contar com a possibilidade de experiências concretas como fator de consolidação do conhecimento e aprendizado. Isso sugere que a contribuição do ensino médio para o mundo do trabalho, muito mais que atender a rumos específicos, pode representar uma base consistente tanto para sua inserção nas transformações do mundo técnico e científico como para a continuidade nas diferentes formações profissionais.

Ainda cabe cobrar do ensino médio a árdua tarefa de proporcionar o espaço de vinculação dos jovens com as causas da realidade política, social e cultural que de fato contém os elementos de formação de sua identidade e autoestima como juventude plena. Assim, o desafio do ensino médio implica não apenas sua ampliação quantitativa como também o reforço de suas funções de preparação da juventude para o mundo do trabalho. Nesse sentido, as discussões estão centradas não em uma “adaptação” (como aliás já até acontece) do ensino médio para ensinar uma profissão, mas sim em uma reestruturação no desenho de um currículo que possa finalizar uma trajetória escolar. Isso representa no limite aprimorar conhecimentos em uma difícil composição entre conhecimento da escrita, matemática, ciências, do aprimoramento da cidadania e os elementos para ingresso no mundo do trabalho.

Os questionamentos sobre a qualidade do ensino médio não estão vinculados apenas à perspectiva do ingresso no mercado de trabalho, mas também ao acesso ao ensino superior. Assim, a preocupação com a melhoria dos níveis de qualidade do ensino médio torna-se estratégica, tanto para a sociedade que se beneficia da perspectiva do aluno como capital social mais preparado, quanto para a universidade por poder centrar seu objetivo na formação específica. Vale notar que um projeto para o ensino médio voltado para uma ampla absorção dos jovens terá de equacionar uma realidade na qual cabe a ele suprir um elevado grau de deficiências escolares herdadas dos egressos do ensino fundamental. Ao mesmo tempo, a meta de ampliar a escolaridade dos jovens representa desenvolver estratégias capazes de atraí-los e garantir sua permanência no sistema escolar. Na base de toda essa discussão, encontra-se também a problemática da qualidade, que pressupõe investimentos, institucionalidades e qualificação de um corpo docente para dar conta de exigências dessa natureza.

Considerações Finais

Na sociedade brasileira, a população jovem, de 15 a 24 anos, compreende o elevado contingente de 32,9 milhões de pessoas, significando 16,7% da população total. Esse momento da vida tem a marca das expectativas e frustrações que permeiam as dificuldades com as quais esses jovens, na convivência com suas famílias e com a sociedade, buscam seus horizontes.

Sob a ótica deste trabalho, acredita-se que a etapa escolar de ensino médio representa uma força necessária e essencial para dar suporte às diferentes trajetórias da transição para a vida adulta. As referências que orientam esse entendimento estão pautadas pela importância de ganhos de autoestima, cidadania e formação para o mundo do trabalho, podendo ser conquistados no processo de aprendizagem escolar. A análise das condições de escolaridade e das tendências de inserção produtiva desses jovens aponta que, embora a política educacional tenha contribuído para avanços expressivos dos níveis de escolaridade nos últimos anos, alguns desafios ainda persistem. O sistema educacional convive com a necessidade de absorção de um grande contingente na continuidade escolar e também com a complexidade de questões que necessitam ser equacionadas para atender à diversidade de interesses e expectativas depositadas na formação escolar.

Essa perspectiva de análise nos leva a olhar para o ensino médio como um recurso estratégico para a sociedade brasileira, entendendo o enorme potencial que pode advir de uma política de reforço e inovação a favor dos jovens do país.

Nesse olhar, o que se acredita estar associado ao ensino médio é o seu poder de acolher uma juventude exposta a riscos de degradação de suas condições familiares e sociais, não significando, contudo, sobrecarregar ou cobrar das escolas essa árdua tarefa, mas construir no país um projeto social de proteção e promoção da juventude. Cabe notar que não se espera que o ensino médio corrija todas as mazelas sociais da população jovem brasileira, mas sim chamar a atenção do seu papel e de seus desafios por ter de lidar com uma etapa da juventude que convive com níveis elevados de ansiedades, frustrações e expectativas. Nesse sentido, a utopia é a construção de uma política para a juventude que tenha no ensino médio a âncora, com a modernização de seus currículos, alargando suas dimensões em áreas como cidadania, cultura e esporte e realizando articulações bem definidas com as esferas de apoio de serviços de saúde, segurança e assistência social.

Referências Bibliográficas

BARROS PAES, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 857, 2002).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa de avaliação do impacto do Programa Bolsa Família**. Brasília: CE-DEPLAR, 2007.

CAMARANO, A. A. *et al.* **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, n. 1038).

CASTRO MOURA, C. Educar para o ofício ou educar para mudar de ofício? **Revista Ensino Superior**. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2011.

_____. O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: avaliação de políticas públicas de educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 113-124, jan./mar., 2008.

CUNHA L. A. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 111, p. 47-70, dez. 2000.

FAGNANI, E. **A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Campinas: IE/Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 192).

FERNANDES, R. As avaliações e os desafios do ensino médio. In: BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. (Eds.). **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011.

FILMUS, D.; KAPLAN, C.; MIRANDA, A.; MORAGUES, M. **Ensino médio: cada vez mais necessário, cada vez mais insuficiente**. Brasília: Unesco, EMTEC/MEC, 2002.

FRONZAGLIA LOBODA, M. Sistemas de avaliação do ensino: a internacionalização de uma política pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 90-100, jan./jun. 2009.

GUIMARÃES ARAUJO, N. **Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil**. Disponível em: <<http://www.ffich.usp.br/sociologia/nadya>>. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais, cap. 6. In:

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: [s. l.], 2006.

IASP. Compreendendo o adolescente. **Cadernos do IASP**, Curitiba, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil: estado de uma nação. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios.** Brasília, 2006.

JAHN F. **Revista Educação**, São Paulo, edição 169, maio 2011. Disponível em: <http://www.fdg.org.br/2011/noticias/caminho_ensino_02_06.asp>.

KLEIN, R.; FONTANIVE, N. Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 19-28, 2009.

RAMOS, M. N. O “novo” ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2003.

ROCHA, S. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: IETS, 2008.

SOARES, S. **Aprendizado e seleção:** uma análise da evolução educacional brasileira de acordo com uma perspectiva de ciclo de vida. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1185).

SOARES, S.; CARVALHO, L.; KIPNIS, B. **Os jovens adultos de 18 a 25 anos:** retrato de uma dívida da política educacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 954).

A INSERÇÃO E A MANUTENÇÃO NO EMPREGO DE PESSOAS HÁ MUITO TEMPO FORA DO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DOS EMPREGOS DE SOLIDARIEDADE EM TROIS-RIVIÈRES (PROVÍNCIA DE QUÉBEC, CANADÁ)¹³⁹

Lise Saint-Germain

Este artigo refere-se à experiência de inserção e de manutenção no emprego de pessoas há muito tempo fora do mercado de trabalho no âmbito de uma iniciativa chamada Empregos de Solidariedade¹⁴⁰ (Emplois de Solidarité), realizada na municipalidade de Trois-Rivières, em Québec, desde 2005. Com a colaboração do Ministério do Emprego e da Solidariedade Social de Québec, ela é conduzida por uma instituição comunitária, o Centre d'Organisation Mauricien de Services et d'Éducation Populaire (Comsep), que atua no domínio da luta contra a pobreza numa variedade de setores de atividades: alfabetização e educação popular, apoio às famílias e combate à evasão escolar, economia social, empregabilidade e formação para o emprego e desenvolvimento local.

A iniciativa Empregos de Solidariedade foca-se na complexa problemática da inserção no emprego das populações ditas “inempregáveis¹⁴¹”. Enquanto todos os critérios de empregabilidade atuais as classificam na categoria dos não empregáveis, coortes sucessivas de algumas dezenas de pessoas que fazem parte desta população chegam majoritariamente a manter-se no emprego na condição de assalariados e em verdadeiros empregos. O que se passa? Quais são os fatores que fazem com que essas pessoas, que

¹³⁹ Tradução de Fernando José Pires de Sousa.

¹⁴⁰ Esse projeto tem sido objeto de uma avaliação sistemática e de um relatório intitulado Empregos de Solidariedade, setembro de 2009, no qual este artigo se fundamenta amplamente.

¹⁴¹ Em geral, compreendem as pessoas que são qualificadas pelos serviços sociais como “aptas ao trabalho” (pois não são deficientes ou inválidas e, portanto, não têm direito aos benefícios sociais), mas que praticamente se encontram sem condições de empregabilidade porque há muitos anos não trabalham, por várias razões (são marginalizados, desencorajados, rebeldes etc., enfim “vítimas da vida”). Em suma, elas não têm nenhuma doença “diagnosticada” para serem qualificadas de inaptas, mas suas chances de encontrar um emprego são muito baixas.

têm trajetórias de uma longa assistência pública, cheguem a manter-se no emprego durante um período relativamente longo? Quais são os efeitos dessa inserção em termos de emprego na sua trajetória identitária? Em que a abordagem de acompanhamento influencia o processo de integração e de manutenção no emprego? Em que os donos de empresas, que aceitaram o desafio da inserção, contribuem para o processo de integração e de manutenção no emprego? Em que esse projeto questiona o modelo dominante das políticas de inserção? Tais são as questões que este artigo propõe-se a tratar, resumidamente.

A exploração dessa iniciativa deve ser situada no âmbito das reflexões e dos desafios atuais da sociedade de Québec, compreendendo as questões de inserção social e econômica, de luta contra a pobreza e a exclusão e de cidadania; os desafios diante das transformações e necessidades do mercado trabalho; e, por último, os papéis e as responsabilidades dos diferentes atores na aplicação das soluções inovadoras.

Elementos de Contexto: um Ambiente Local e uma Conjuntura Política Nacional Específicos

Os debates sobre a pobreza e sobre a luta contra a pobreza estão muito presentes no discurso social e político em Québec desde a Marcha das Mulheres (1995), a organização da Conferência Socioeconômica Nacional (1996), a formação do Coletivo por uma Lei Contra a Pobreza (1998) e a adoção, por unanimidade pela Assembleia Nacional, da Lei nº 112, que visa lutar contra a pobreza (2002). O Instituto de Estatística de Québec atualiza regularmente um Inventário dos Indicadores de Pobreza e de Exclusão Social e publica uma Compilação Estatística sobre a Pobreza e as Desigualdades Socioeconômicas de Québec, instrumentos essenciais que visam cobrir os múltiplos aspectos da pobreza.

A Lei nº 112 define a pobreza, no seu artigo II, como “a condição na qual encontra-se um ser humano que é privado de maneira duradoura dos recursos, dos meios, das escolhas e do poder necessários para adquirir e manter a sua autonomia econômica e favorecer a sua inclusão ativa na sociedade quebequense”. A pobreza é, portanto, uma noção complexa e multidimensional que tem “efeitos negativos para o crescimento econômico”, provocando “custos devido a não utilização dos recursos humanos”, “das repercussões negativas sobre a coesão social” e, enfim, “as implicações sobre a participação na vida democrática e sobre a igualdade de oportuni-

dades por meio das suas repercussões na pequena infância” (GOVERNO DE QUÉBEC, 2001).

Essa conceitualização, em termos de custos sociais, está em conformidade com a posição que a maioria dos organismos da sociedade civil adotou desde os anos 1990, insistindo nos impactos negativos da pobreza na saúde dos indivíduos, na acessibilidade à educação, no nível de participação social e, enfim, sobre a coesão social em geral. A pobreza enfraquece as relações sociais, é geradora de preconceitos e estigmas que isolam as pessoas ou as conduzem a isolar-se. Ela entrava a integração social do indivíduo tanto quanto hipoteca sua capacidade de exercer plenamente seus direitos de cidadania. Por fim, é nesse contexto sociopolítico que a luta contra a pobreza e a exclusão implica uma responsabilidade coletiva e, por isso mesmo, torna-se um campo onde intervém uma multiplicidade de atores individuais, institucionais e comunitários.

A experiência dos Empregos de Solidariedade é realizada em Trois-Rivières, cidade de porte médio da província de Québec, de 133.000 habitantes. Após ter conhecido um nível muito elevado de desenvolvimento industrial, Trois-Rivières viveu nos anos 1990 uma crise profunda de desemprego que destruiu dezenas de milhares de empregos industriais geralmente estáveis, sindicalizados e bem remunerados. Próspera até os anos 1980, graças à indústria do papel e da madeira, a cidade sofreu uma profunda crise econômica que lhe valeu, em 1998, o título “de capital nacional do desemprego”. Essa situação, vivida como um verdadeiro choque, provocou um movimento de reativação econômica. A mobilização organizou-se sobre uma base regional e local e deu lugar a concertações sobre o emprego que implicam, entre outras, políticas de apoio ao desenvolvimento econômico, reativação das atividades industriais, identificação de setores com grandes potenciais, implantação de dezenas de empresas de economia social, implementação de diferentes tipos de ações de formação, de reintegração no emprego e de desenvolvimento local, apoiadas pelas três esferas de governo (federal, provincial e municipal). “O terceiro-setor” contribuiu para essas medidas de desenvolvimento socioeconômico por meio de uma estratégia de revitalização integrada e por uma apropriação dos mecanismos do desenvolvimento local mediante a promoção da economia social e comunitária.

Os funcionários dos serviços regionais de Emprego-Québec (esfera provincial) participam em diferentes mesas de concertação, instâncias de coordenação e de parceria tanto com as empresas quanto com os atores

comunitários. Esses funcionários são mobilizados por um sentimento de urgência, de solidariedade e de compromisso com base numa consciência de pertencimento comum à Trois-Rivières, mas também pelo fato de cada um reconhecer a existência de uma pessoa em situação difícil no seu ambiente imediato. Dessa convergência emana igualmente um respeito mútuo para práticas diferentes, mas perseguindo o objetivo de defender razoável e equitativamente os interesses de uma comunidade onde certos grupos encontram-se em dificuldade. As relações entre os atores são evidentemente fundadas por laços de confiança, sobre reputações positivas, mais do que sobre relações burocráticas. Cada um entende participar no processo de revitalização de Trois-Rivières e situar-se, a esse respeito, na interface entre a política estatal de sustentação da renda, as medidas públicas destinadas a facilitar a transição para o emprego para indivíduos dificilmente empregáveis e as iniciativas dos organismos que trabalham em função do objetivo de facilitar uma reinserção, tanto social como econômica. A evidência do contexto local obriga, portanto, a sair dos paradigmas binários que opõem o econômico ao social, o Estado à sociedade, o mercado à responsabilidade solidária.

Os domínios de reintegração ao emprego se mostram múltiplos. Certas pessoas são reinseridas em setores da economia mercantil. Outras são recolocadas em setores protegidos e outras ainda encontram-se em empregos da economia social, como a ajuda a domicílio, a reciclagem em restaurantes, as artes etc. As estratégias de vinculação entre a mão de obra e o mercado de trabalho local se dão sob diferentes formas de acordos e de parcerias entre Emprego-Québec e os organismos comunitários que atuam sobre a mão de obra. Foi nesse contexto que o Ministério do Emprego e da Solidariedade Social assinou, em agosto de 2005, um acordo com o organismo Comsep, a fim de experimentar uma nova abordagem de inserção socioprofissional e de manutenção no emprego das pessoas há muito afastadas do mercado de trabalho na intenção de permitir a cada um, pouco importando sua condição, sua desvinculação em relação ao mercado de trabalho, de exercer seu direito de aceder ao trabalho e de se beneficiar finalmente do reconhecimento social, cujo emprego assalariado permanece ainda como um potente vetor de integração social. A experiência continua atualmente em Trois-Rivières, bem como na região da capital nacional, no território de Lévis¹⁴².

¹⁴² Empregos de Solidariedade faz parte de um segundo projeto-piloto que, após uma avaliação pela Direção das Políticas do Ministério do Emprego, da Solidariedade Social e da Família (MESSF), concordara ou não com sua implementação à escala de Québec. Esta segunda experiência permite experimentar uma nova

A Questão da Integração no Emprego como Estratégia de Luta contra a Pobreza

Empregos de Solidariedade é uma experiência que oferece a cada um dos participantes uma abordagem de integração no emprego, combinando uma formação preparatória ao emprego e uma real experiência de trabalho assalariado na empresa. O “emprego de solidariedade” consiste numa subvenção salarial a longo prazo concedida à empresa (privada, de economia social ou com fins não lucrativos) que decide voluntariamente integrar uma pessoa cuja empregabilidade é limitada¹⁴³.

Essa subvenção compensa o desvio de produtividade de pessoas que, recordemos, têm um fraco perfil de empregabilidade¹⁴⁴. A pessoa contratada no tal programa detém um estatuto de trabalhadora ou de trabalhadora assalariada, segundo o posto que ocupa, e é remunerada conforme a taxa salarial das empresas. A esse respeito, a pessoa que ocupa um posto de “emprego de solidariedade” se beneficia das mesmas condições e vantagens que os outros

coorte em Trois-Rivières e depois uma segunda na região da capital nacional (de Lévis). A experimentação em outro território permitirá documentar os fatores do ambiente social e territorial que influem na implementação e nas condições de sucesso do projeto e também na utilização de diversos parâmetros do modelo de intervenção.

¹⁴³ Estudos, realizados em 1999 pelo MESSF, para identificar melhor as características da clientela capaz de trabalhar e o potencial de integração no emprego, identificaram três fatores que asseguram a integração no mercado de trabalho: 1) o potencial individual de inserção profissional; 2) o nível das competências profissionais; e 3) as perspectivas de emprego, levando em conta a profissão exercida.

¹⁴⁴ Em novembro de 1999, o MESSF elaborou um índice do potencial individual de inserção dos beneficiários aptos inscritos na assistência-emprego, a partir de cinco características: o tempo acumulado da ajuda social, o tempo de ausência do mercado de trabalho, a idade, a escolaridade e a condição de monoparentalidade. O índice assume o valor zero quando o requerente não preenche nenhuma das condições consideradas que favorecem à inserção, enquanto o valor 100 é quando satisfaz a todas. Ao se reagrupar os valores para reduzir a três níveis de empregabilidade em Québec, tem-se: 1) bom potencial: nenhum ou um limite (índice 80 ou 100: 124 mil beneficiários); 2) potencial médio: dois ou três limites (índice 40 ou 60: 235 mil beneficiários); 3) baixo potencial: quatro ou cinco limites (índice 0 ou 20: 84 mil beneficiários). O estudo afirma que as pessoas que pertencem a essa última categoria estão fora do mercado de trabalho devido a limitações significativas para conseguirem emprego. Elas simplesmente não são vistas pelos empregadores como candidatas à contratação por questões de idade, baixas qualificação e produtividade, comportamento etc. Tais beneficiários, embora tendo um potencial zero de empregabilidade e, são, no entanto, classificados na categoria de aptos ao trabalho, sem restrições ao emprego, pois na verdade sua única limitação é seu grau de afastamento do mercado de trabalho.

empregados da empresa”¹⁴⁵. As pessoas são admitidas nas empresas considerando suas aspirações e interesses, suas experiências passadas, seus limites. A procura de empresas colaboradoras é orientada de acordo com os setores de atividades visados pelas pessoas, a dinâmica local do mercado de trabalho e as necessidades desse mercado. A empresa se beneficia ainda de um subsídio que lhe permite designar um companheiro para orientar a pessoa em processo de integração. Por último, um agente de projeto atua como agente de ligação, de acompanhamento e de mediação entre todos os atores implicados no processo: a pessoa em integração, o empregador, o companheiro e os agentes do Centro Local de Emprego. Esse papel, que se insere numa abordagem de mediação, é exercido durante toda a duração do emprego a fim de favorecer a sua manutenção.

Os participantes são beneficiários aptos, inscritos na assistência-emprego e apresentam pelo menos quatro das cinco características julgadas determinantes e limitativas para a integração ao emprego, dado que é o seu conjunto que baliza o nível de empregabilidade de acordo com os parâmetros estabelecidos por Emprego-Québec¹⁴⁶:

- Uma duração cumulativa de ajuda social superior ou igual a quatro anos;
- Uma ausência prolongada do mercado de trabalho;
- O fato de ter 45 anos e mais;
- Uma escolaridade desconhecida ou inferior ao quarto ano do secundário;
- O fato de ser família monoparental.

Essas pessoas constituem uma população fronteira (BEAUVAIS, 2004, *apud* WS-GERMAIN, 2004) entre as categorias de beneficiários “aptos” e “inaptos”. Não são classificadas inaptas ao trabalho, mas seu acesso ao mercado de trabalho e sua possibilidade de integrar-se e de manter-se empregado a longo prazo são fortemente restringidos pelos fatores limitativos das suas condições sociais.

¹⁴⁵ Gouvernement du Québec (2005). Protocole d'entente projet *Emplois de solidarité*. Ministère de l'Emploi et de la Solidarité Sociale, p.18.

¹⁴⁶ Gouvernement du Québec (2005). Protocole d'entente projet *Emplois de solidarité*. Ministère de l'Emploi et de la Solidarité Sociale.

Em 2009, no momento em que a investigação avaliativa da primeira experiência Empregos de Solidariedade foi efetuada, os resultados revelavam uma taxa de retenção no emprego inesperada: da coorte inicial de 23 pessoas, 15 continuavam empregadas (9 trabalhavam em empresas privadas, 3 em empresas de economia social e 3 em organismos comunitários) e 8 estavam à procura ativa de emprego. Notemos que as pessoas à procura de emprego tinham perdido seus empregos ao curso do projeto por diversas razões: fechamento da empresa, redução de contingente, doenças graves. Após esses fatos, elas tiveram que retomar o processo de procura de emprego no âmbito da mesma sistemática. Para a maioria, os empregos situavam-se nos setores de serviços pessoais e do comércio varejista, compreendendo: conserto, mercearia, charcutaria, empresa de serviço de mensagens, garagem, empresa de locação de carro, de venda de animais, residência para pessoas idosas, restaurante. A maioria das pessoas trabalhava na mesma empresa desde o início do projeto, em média 27 horas por semana com uma remuneração média de 9,28 \$¹⁴⁷ nas empresas privadas e 8,50 \$ nas de economia social e nos organismos comunitários. A escala salarial variava de 8,50 \$ a 12 \$ a hora. Notemos que os mais baixos salários correspondiam ao valor do salário mínimo em vigor nesse período.

Das 15 pessoas que compõem então essa coorte, 9 não recebiam mais nenhum benefício de ajuda social, enquanto 6 tinham sempre um vínculo com a ajuda social devido à insuficiência de sua renda e ao número de horas trabalhadas segundo suas escolhas. Estas últimas trabalhavam 21 horas por semana em razão de restrições de vida pessoais e familiares (saúde física ou psicológica, cuidar de crianças e ou dos pais), não lhes permitindo trabalhar mais horas. A renda total permitia-lhes prevalecer-se do seu direito de permanecer com sua carta que lhes concedia subvenções especiais. Para essas pessoas, tratava-se, portanto, de uma saída no sentido da pobreza relativa antes que material, porque os resultados do trabalho eram para elas mais de ordem qualitativa que financeira: sentimento de utilidade social, bem-estar pessoal, participação social, realização pessoal, identidade como trabalhador, orgulho de ter um cheque para passar do que receber benefício social. Tais efeitos também eram percebidos nas outras 10 pessoas, mas, além disso, para estas, seus empregos e níveis de salários correspondiam a uma melhoria de suas rendas.

¹⁴⁷ \$ designa dólares canadenses.

Orientações e Princípios: as Etapas do Processo de Integração, Inserção e Manutenção no Emprego

1. Fase preparatória (2 meses)

Um período de 8 semanas intensivas de preparação-formação é previsto para todos os participantes antes da admissão na empresa. Esse período permite precisar o grau de afastamento das pessoas do mercado de trabalho e fixar os objetivos pessoais de integração e de inserção socioprofissional. Os participantes são informados dos seus direitos e deveres no ambiente de trabalho. Esta fase é também a preparação para a escolha e a busca de um local de trabalho. Combina um processo de acompanhamento e de formação intensiva preparatório ao emprego. Durante este período, as pessoas têm direito a um auxílio de participação de 30 \$ por semana como suplemento do seu benefício de ajuda social regular. Esta fase prepara para a admissão ao trabalho e instaura as condições de entrada: redução dos obstáculos organizacionais (transporte, creches, saúde etc.). Uma exploração dos obstáculos relativos à situação familiar e social da pessoa tem lugar (cuidar de pais, de crianças doentes, resistência à mudança, violência etc.). Cada pessoa é assistida por um organismo de intervenção orçamentária para estabelecer as projeções financeiras nos cenários de mudanças de renda pessoal e familiar de maneira a prever os suplementos possíveis e o impacto nos casos de uma situação particular.

2. Fase de procura de emprego

Com o apoio do auxiliar, a pessoa faz diligências de procura de emprego de acordo com seus interesses, competências e grau de experiência. O enfoque preconiza ao mesmo tempo o desenvolvimento da autonomia das pessoas e uma prospectiva diante dos empregadores, a qual é conduzida conjuntamente com o agente ou o agente de projeto. Dessa maneira, as próprias pessoas escolhem seus empregadores conforme suas perspectivas e sonhos, não sendo submetidas ao fato da simples existência de ofertas de emprego. Além disso, elas são estimuladas ao agenciamento de emprego para o conjunto do seu grupo. Atividades de exploração e visitas às empresas (busca direta de emprego face a face) são organizadas em equipes de 2 a 4 pessoas, cada uma conhecendo as necessidades do outro. Essa estratégia maximiza a capacidade de êxito, as energias o grau de motivação.

3. A admissão no emprego e as etapas de integração

A jornada de trabalho compreende 21 horas por semana durante os 6 primeiros meses, remuneradas conforme o salário da empresa. Essa jornada inicial é importante porque leva em conta o sentimento de segurança das pessoas e dos empregadores. Para as empresas, permite uma adaptação gradual, como um meio de gestão dos riscos. No caso de uma reversão de situação, a pessoa retorna à sua situação inicial sem penalidades nem prazos. Essa duração corresponde também ao que as pessoas estão habituadas a fazer quando participam de programas. Trata-se, portanto, de uma gestão por etapa de adaptação.

Durante os três primeiros meses (ou mais, de acordo com a necessidade), a pessoa é auxiliada por um(a) companheiro(a) de trabalho para acompanhá-la na aprendizagem das suas funções, o que reforça as possibilidades de sucesso no processo de integração profissional. Trata-se de uma forma de tutoria na empresa, cujo acompanhante é um ponto de referência para não deixar a pessoa só, entregue a si mesma num universo desconhecido. Esse procedimento permite estimular os sentimentos de segurança e de pertencimento ao seu novo ambiente. A empresa é compensada por essa atividade com um subsídio semanal.

Durante os seis primeiros meses da integração, as pessoas participam de um encontro semanal na Comsep (organismo comunitário promotor da experiência). É um encontro de grupo para fazer um “*débriefing*” da semana. Esse espaço de intervenção visa prevenir os riscos de abandono e gerir as crises. Os bons e maus golpes de uns e de outros alimentam a transferência das experiências entre os pares. O agente de projeto avalia e planeja as visitas eventuais e os acompanhamentos junto ao empregador. Trabalha-se o sentimento de segurança e de competência nesses encontros.

Os sexto e décimo segundo mês são etapas de passagem. Cada pessoa pode mudar para uma jornada horária diferente de acordo com o seu andamento e considerando as necessidades da empresa: 21 horas, 28 horas ou 35 horas por semana. Os contatos telefônicos e as visitas às empresas são mantidas, e, em qualquer momento, as pessoas podem recorrer ao agente de projeto para serem acompanhadas em relação a uma necessidade do trabalho, da remuneração, dos acompanhamentos governamentais ou de qualquer outra de ordem pessoal. No entanto, a sua intensidade é diferente, de acordo com a situação de avanço de cada pessoa e o contexto de trabalho. Esta etapa pode indicar inclusive uma retirada oficial da ajuda social.

4. Estratégia de manutenção no emprego

Após um ano, se a pessoa permanecer no emprego, o agente de projeto mantém os vínculos com a empresa no âmbito do acompanhamento da subvenção e para todas as demandas provenientes da empresa ou das pessoas. Contatos telefônicos são efetuados aos seis meses para se inteirar da situação e da manutenção no emprego, bem como para prevenir riscos de abandono ou ainda acompanhar uma mudança previsível. A qualquer momento as pessoas que perdem o emprego são acompanhadas e apoiadas na busca de um novo emprego, mesmo após 3 anos. Se o período de procura for mais longo do que o previsto, as pessoas são acompanhadas nos procedimentos referentes à aquisição do seguro-desemprego.

O acompanhamento na empresa procura ser flexível, a fim de reduzir os incômodos aos administradores das empresas, e levar em conta a realidade e a dinâmica do mercado de trabalho. São pequenas empresas, e os gestores têm poucos recursos à sua disposição. O processo é o seguinte:

- Um primeiro encontro para fixar as regras e a assinatura do protocolo, bem como para fazer contato com a pessoa e definir o acompanhante;
- Contatos telefônicos durante os três primeiros meses e, se necessário, seguidamente;
- Encontros de acompanhamento com os acompanhantes durante todo o período, tantas vezes que se fizerem necessários. Realizadas na empresa, tais visitas permitem ao agente de projeto uma apropriação do contexto de trabalho;
- Contatos telefônicos para avaliar a situação no sexto e décimo segundo mês, de maneira a estimular a passagem a uma outra etapa do processo;
- Os encontros de acompanhamento de gestão da subvenção (por telefone ou no local de trabalho) constituem-se numa ocasião de intervenção informal para o agente de projeto. Ao gerir os aspectos administrativos, o empregador e o agente podem mesmo utilizar esse tempo para modificar o andamento do processo de inserção e encontrar as soluções à medida que os problemas se apresentam. Os períodos de demanda da subvenção asseguram esta regularidade da relação entre o local de trabalho e os recursos ao emprego.

Os Empregos de Solidariedade constituem uma abordagem inovadora em relação às medidas e serviços oferecidos por Emprego-Québec propondo a uma clientela particularmente desfavorecida no plano do emprego uma diligência gradual e estruturada da qual o resultado final é a ocupação de um emprego. No fim do processo, a pessoa torna-se assalariada da empresa e pode assim, na medida em que os seus rendimentos de trabalho são suficientes, livrar-se da ajuda social. O que distingue um emprego de solidariedade de um emprego regular é, por um lado, a parte do salário que é subvencionada e, por outro lado, o acompanhamento e a supervisão do organismo junto à pessoa e ao empregador. Em suma, como o nome do projeto indica-o, os Empregos de solidariedade situam-se na fronteira entre a solidariedade social e a ajuda ao emprego (PROJETO-PILOTO EMPREGO SOLIDARIEDADE, EMPREGO QUÉBEC, 2011).

Os Eixos de Intervenção

Os Empregos de Solidariedade intervêm simultaneamente em cinco eixos que permitem implementar uma estratégia global de intervenção para atingir dimensões constitutivas da dinâmica do mercado de trabalho:

1. a capacidade de influenciar os procedimentos de seleção do mercado de trabalho;
2. o desenvolvimento da empregabilidade em situação real de emprego;
3. a capacidade de influenciar o ambiente de trabalho (adaptação dos empregos);
4. a manutenção no emprego por uma abordagem de mediação;
5. a concessão ao empregador de uma subvenção salarial a longo prazo.

1) Os procedimentos de seleção do mercado de trabalho

O primeiro eixo, que constitui também um objetivo do projeto, é a ação sobre os procedimentos de seleção do mercado de trabalho para abrir o acesso ao emprego das pessoas fora do mercado de trabalho. Dubar (1993) sublinha o quanto o acesso ao emprego assalariado é um terreno

de concorrência difícil e desigual. O emprego é cada vez mais raro e seletivo, e os fatores subjetivos desempenham um papel maior. No meio dessa concorrência, dois polos de *construção identitária* estão em jogo. O primeiro refere-se “ao balanço das competências” em vista dos procedimentos de contratação que têm tendência a se tornarem mais complexos e verdadeiros obstáculos para as pessoas menos qualificadas socialmente. “Hoje, vender-se, fazer-se apreciar, agregar-se valor, tornou-se também tão importante que trabalhar” (DUBAR, 1993, p. 48). O segundo polo refere-se à capacidade de uma pessoa de valorizar suas experiências de trabalho e as evidenciar num projeto. Esses dois polos seriam assim instrumentos de transação, de barganha, que Dubar nomeia polos de transação relacional e biográfica. Esta negociação das competências tem a exigência, por parte de um indivíduo que procura conquistar um lugar no mercado de trabalho, “de demonstrar flexibilidade temporal, de reorganizar perspectivas anteriores e inseri-las numa nova dinâmica [...] de ser capaz de transpor estas provas identitárias [...]” (DUBAR, 1993, p. 48):

Passar por uma entrevista, eu não consigo, me sinto como se estivesse me afundando, isto me humilha, não tenho nada a declarar sobre mim. Sabes, a primeira entrevista é difícil, estava convencido de que não me aceitariam, 5 a 6 anos sem trabalhar, você sabe... o meu peso... Christian acreditava em mim. Veio comigo. Justamente a sua presença, sem que dissesse nada, isso me ajudou. Eu estava calmo, o seu olhar me dava as respostas que seriam necessárias que eu dissesse... talvez hoje eu teria menos dificuldade, não sei, acho melhor nem pensar... (Depoimento de um participante do projeto).

Nesse jogo estratégico, a intervenção visa contornar a oferta de emprego por uma oferta selecionada de mão de obra apostando em outras dimensões do que a competência procurada pelo empregador. Trata-se de oferecer a um empregador selecionado uma ocasião de colaborar com um processo de inserção e desenvolvimento de competências ligado às aspirações de uma candidata ou de um candidato escolhido. A porta de entrada no mercado de emprego não é exclusivamente em função das necessidades do mercado ou da oferta de emprego, mas principalmente em função do capital disponível e utilizável na pessoa do candidato, ou seja, em função dos elementos sobre os quais é possível e credível afirmar os argumentos básicos para possibilitar a inserção no procedimento de seleção do mercado de trabalho.

Esse procedimento efetua-se considerando antes o conjunto das empresas focalizadas do que a oferta de emprego disponível. Essa abordagem fundamenta-se numa intervenção que combina três estratégias: a procura e a solicitação de emprego, “a venda” do capital humano disponível e utilizável inerente ao candidato e o acompanhamento no início dos procedimentos do mercado de trabalho (colocação assistida). Essas três estratégias estabelecem as bases do projeto de inserção que se desencadeará a seguir (uma vez admitido na empresa):

... o meu trabalho é como um trabalho de vendedor... é necessário dar a informação correta aos empregadores, não lhes contar qualquer coisa, eles podem compreender se a gente explica a situação, eles são até bastante abertos, é necessário explicar e “vender” as pessoas... dizer aos empregadores que trabalho com pessoas que são motivadas, que elas não são obrigadas a participar... eles estão aqui voluntariamente... eu explico a história da pessoa e os seus limites, mas também digo-lhes que as pessoas serão pontuais, assíduas, que não terão vontade de ir embora se forem bem tratadas. Demonstro-lhes que estas pessoas podem ser interessantes para a empresa que não tem como ofertar um trabalho em tempo integral ou que tenha necessidade de que executem tarefas sob medida, mas que pode definir atividades específicas que não correspondam necessariamente a um posto de trabalho... Eu tento... não parto necessariamente das ofertas de emprego, parto da pessoa e encontro um local sob medida para ela... a pessoa escolhe a empresa onde deseja trabalhar, eu as informo sobre as empresas que conheço, o que sei das empresas... (Agente de projeto).

2) O desenvolvimento da empregabilidade em situação real de emprego

De maneira bastante generalizada, os programas de empregabilidade apoiam-se numa lógica que demanda ao indivíduo “que se qualifique” perante as exigências do mercado de trabalho por meio de uma providência pessoal que vise preencher as suas lacunas em matéria de conhecimentos, comportamentos e *know-how* (conhecimento próprio, conhecimento do mercado de trabalho, técnica de pesquisa de emprego, confrontação com a realidade pelos estágios que visam avaliar a competência). É a lógica “do paradigma da competência” (LALLEMENT, 2007), na qual a pessoa deve

comprovar as suas competências e demonstrar a sua empregabilidade para ter acesso a um emprego. Para as empresas, a competência profissional é uma combinação de conhecimentos, *know-how*, experiência e comportamentos que se exercem num contexto preciso.

Numa lógica da competência, as pessoas pouco escolarizadas se encontram em desvantagens. Elas têm, com efeito, percursos pouco “qualificantes”, frequentemente informais, cujas abrendizagens e competências são pouco reconhecidas. Têm, por conseguinte, pouco “a vender” num *curriculum vitae* que se tornou a primeira referência da transação. Além disso, o seu “saber” é mais prático que técnico ou intelectual, o que cada vez tem menos peso numa sociedade e economia que valorizam cada vez mais o saber.

[...] eu não acreditava mais realmente. Participei de programas, mas no final não havia jamais emprego... (Participante do projeto).

Todas as pessoas participantes do projeto Empregos de Solidariedade têm longas estradas percorridas em programas e preparações antes de alcançar a oportunidade de emprego real ofertado pelo projeto: têm entre 4 e 18 anos de história de ajuda social, cuja média é de 11 anos. Conheceram entre 5 e 12 programas diferentes (a média é de 9 programas) antes de começarem nos empregos de solidariedade. A trajetória dos beneficiários é consequentemente marcada por um rótulo de assistência cuja responsabilidade lhes é socialmente atribuída, enquanto seus percursos testemunham mesmo um esforço permanente de participação.

No projeto Empregos de Solidariedade, a estratégia de desenvolvimento da empregabilidade inscreve-se imediatamente numa situação real de emprego assalariado, apoiado por uma subvenção salarial que permite absorver a carência de competências na entrada no emprego. O processo e o desenvolvimento da empregabilidade são planejados por etapas de maneira gradual, a longo prazo, o que permite às pessoas adquirirem uma experiência suficientemente longa de modo que se verifique uma mudança, e aos empregadores, um tempo suficiente para se sensibilizarem em investir no capital humano.

Isso vai de melhor a melhor, eles pensam que sou útil, faço coisas que não pensavam que eu poderia fazer [...] tornei-me um rapaz de serviço útil [...] (Participante do projeto).

Não é pelo fato de as pessoas serem motivadas por uma real oportunidade de emprego que a sua integração ocorre sem dificuldades nem percalços. O desenrolar da sua empregabilidade é antes percebido por elas como uma etapa difícil de transpor, em que passam por uma certa provação identitária e cultural na qual é necessário fazer a aprendizagem “da ética do trabalho”: regras, normas, padrões de produtividade, códigos referenciais que constituem precisamente a distância que separa o universo das pessoas do inerente ao mercado do emprego. No entanto, para a maior parte delas, essas regras não são integradas no seu universo referencial, o que lhes produz um sentimento de deslocadas, de marginalidade ou de diferença de estatuto social. Quando do seu processo de inserção, as pessoas têm, portanto, a devida noção da medida dessa distância. O trabalho de acompanhamento das etapas constitui o essencial do papel do agente.

3) A adaptação dos postos de trabalho

As descrições do posto de trabalho influenciam amplamente as expectativas das pessoas à procura de emprego e as suas atitudes como empregadas. Traduzem também as exigências dos empregadores em relação aos seus empregados. Assim, as representações de uns e de outros diante das práticas profissionais são induzidas pelos procedimentos de seleção da mão de obra diretamente ligados à oferta de emprego.

Uma das especificidades do projeto Empregos de Solidariedade é que às vezes ele permite pôr em questão a natureza mesmo dos postos de trabalho ofertados e adaptá-los em função de uma melhor adequação, por um lado, entre as competências da pessoa e a sua trajetória de experiência e, por outro lado, em função das necessidades da empresa:

Tinha-se feito uma tarefa normal, serviço à clientela, cuidar dos animais, serviço de caixa, mas este era difícil, fazer os cálculos, a linguagem é mais difícil... geralmente os clientes não compreendem... eles lhe fazem repetir, não utilizam boas palavras, no início pensava que a gente ria dela... eu a fiz compreender que seria melhor que fosse eu que a repreendesse do que os clientes... é certo, ela adquiriu competências para contar... mas isto a estressa muito... a gente não a submete a fazer isso frequentemente... só o menos possível, viu-se que ela se ocupa bem dos animais, cuida bem deles, faz uma boa limpeza dos lugares... a gente dividiu o trabalho de forma diferente... ela entra cedo da manhã e faz toda

a limpeza... ela abre... lhes deixamos a chave da empresa? Sim, ela é responsável por isso... (Um empregador).

No projeto Empregos de Solidariedade, esse questionamento opera-se diretamente no local de trabalho, no exercício do emprego e se integra às etapas de acompanhamento do processo de inserção e de integração que se faz na empresa de maneira intensiva no início e mais gradualmente ao longo do tempo ou de acordo com as necessidades das pessoas ou dos patrões.

Reajustou-se o posto em função do rapaz... ele estava nervoso, o mundo, as tarefas, a novidade... foi-se ajustando uma tarefa a cada vez na sua aprendizagem... às vezes ele pode se superar... é surpreendente... pois, em fim de contas, este posto, convém perfeitamente a necessidades que outros trabalhadores não gostariam de preencher, tarefas que são menos aceitas pelos outros, os rapazes debaixo do carro, ficam contentes por ter alguém que passa as ferramentas, termina-se ganhando tempo... interpreto isso como um investimento, finalmente... (Um empregador).

Nesse projeto, uma parte importante da adaptação dos postos de trabalho é ligada ao quadro de horários e ao número de horas trabalhadas numa semana. As etapas do processo de inserção desempenham o papel de agir sobre a flexibilidade do horário dos postos de trabalho. A entrada progressiva no emprego (21 horas nos 6 primeiros meses e, depois, de acordo com as necessidades das empresas e a capacidade das pessoas) permite às empresas utilizarem horários que não teriam sido ainda experimentados. Esse tipo de horário permite responder a certas necessidades das empresas ou mesmo criar postos sob medida que não seriam preenchidos pela mão de obra regular e disponível.

... às vezes, certos postos são mais difíceis de preencher, as horas cortadas não são ocupadas... nossa gente é bastante flexível em relação às horas cortadas, isso corresponde mais aos seus ritmos... eles não são habituados a exercerem esforços físicos e mentais por longos períodos, ficam logo esgotados e no limite das suas capacidades... as horas cortadas respondem também às necessidades da empresa... em nenhum momento se impôs à empresa o nosso horário... agente explica, tenta-se fazer compreender a nossa necessidade e de ver com a empresa a sua necessidade e conciliar as duas... as empresas fazem sua avaliação...[les entreprises y trou-

vent leur compte?]) é uma negociação entre necessidades... (Agente de projeto).

4) Condições de manutenção no emprego: a abordagem de mediação

O projeto Empregos de Solidariedade é testemunha de uma boa capacidade de manutenção no emprego de pessoas todavia rotuladas como “inempregáveis”. Ora, a manutenção no emprego é o desafio geralmente identificado como dificuldade encontrada nos programas de inserção socioprofissional. As causas comumente citadas para explicar a incapacidade das pessoas em manter-se empregadas são associadas às dificuldades relacionais das pessoas, à sua relação com o poder e o funcionamento ligado às regras hierárquicas no local de trabalho e, finalmente, aos seus problemas de comportamento. A competência técnica e prática profissional é, para tanto, o que menos tem-se em conta diante de todos os aspectos relacionais, psicossociais e afetivos que constituem obstáculos ao potencial de permanência no emprego. Aliás, eles são inteiramente inerentes às trajetórias de vida da população orientada pelo referido projeto. Essa população, que se situa nas fronteiras das categorias administrativas (aptos e inaptos), também socialmente se encontra assim. Os processos de desqualificação social que são intrinsecamente ligados às histórias de vida dessas pessoas lhes conduzem às margens das normas às quais nos integramos geralmente pelos processos de socialização nas diferentes etapas de vida da pequena infância, passando pela escolarização, depois pela entrada na vida adulta, frequentemente marcada pelo primeiro emprego.

A capacidade de manutenção no emprego explica-se em parte pelo papel de mediação desempenhado por um agente de projeto que permite articular e conciliar os universos de cada um no projeto: a empresa, a pessoa, o recurso à mão de obra e o gestor do programa de Emprego-Québec. Esse papel é essencial e apela a agentes capazes de conhecer, compreender e aceitar esses diversos universos referenciais, de colocar uns com os outros em comunicação e explicar-lhes o processo, com o devido respeito a eles.

Todos estes atores (as pessoas socialmente assistidas, os agentes de Emprego-Québec, os elaboradores de políticas, os empregadores, os intervenientes e conselheiros de emprego) têm lógicas de ação muito diferenciadas: administrativas, de mercado, de ajuda, de sobrevivência... Cada um tem a sua própria representação da realidade, ante exigências

diferentes, não tendo a mesma posição social, o mesmo peso e relação de poder na sociedade. Todas essas posições confrontam-se numa ação comum e em certa medida estão em competição umas com as outras, cada uma querendo dar às suas intervenções, às suas escolhas, o melhor sentido para marcar a sua existência.

O papel de mediação entre as pessoas e os outros atores (agentes, intervenientes, empregadores, empregados) contribui para encontrar alternativas aos obstáculos de inserção e de manutenção no emprego, os quais podem consistir de prejulgamentos, uma má interpretação das necessidades, um defeito de comunicação, um posto de trabalho mal definido, um contexto familiar difícil, uma mudança de conjuntura, uma deficiência nos serviços, uma regra administrativa demasiado rígida. A função mediadora exige uma capacidade de inovar, mas, sobretudo, uma audácia de se livrar dos limites da intervenção. Ela exige, a um outro nível, o estabelecimento de conexões estreitas e relações de intercompreensão entre as pessoas, os grupos (neste caso, as empresas) e as instituições (ULYSSE, WS-GERMAIN, 2009, p. 26).

O projeto acolhe bem esses diferentes níveis e o agente exerce constantemente o papel de interface entre as regras do mercado, a ação pública, o ato profissional de ajuda à inserção e o agir de um sujeito que reivindica uma posição social pelo emprego (pessoa à procura de emprego). Trata-se de um trabalho de interpretação quotidiano, que se desenvolve em grande parte na relação, e um conjunto de intervenções, que se manifestam tanto no espaço formal do processo (acompanhamentos telefônicos, visitas de empresas, seguidos do acompanhamento, ateliês de formação preparatória ao emprego, sessões *débriefing* em período de integração, assinatura do protocolo etc.) como nos momentos informais que se inserem nos acompanhamentos administrativos, sobretudo em relação com a gestão da subvenção cuja responsabilidade é confiada ao organismo que auxilia na procura do emprego. A acumulação de todos esses atos de interpretação permite modificar o olhar de uns sobre os outros, resolver os problemas progressivamente e superar as dificuldades uma após a outra, para seguidamente instaurar as condições de manutenção no emprego.

Vou encontrar as pessoas a cada semana nos três primeiros meses, discuto com o companheiro para ver como se passa a integração, eu o contato também uma vez por semana, um pequeno telefonema, 2 minutos, se alguma coisa vai mal, eu venho... Quando o acompanhamento foi concluído, as pessoas passaram a vir uma vez por semana à COMSEP, para discutir o que se passava no tra-

balho, isto já era definido no protocolo... eles vieram durante três meses após o acompanhamento... isso permite resolver e prevenir desarticulações de porte... às vezes, não é grande coisa para que uma pessoa decida largar tudo... eu lhes digo sempre, antes de bater a porta, me chama... quando vejo que a situação corre o risco de não ser contornada, venho falar com o patrão, a gente discute, às vezes são pequenas coisas que os patrões não observam, mudanças de supervisor, novas tarefas que não foram bem explicadas... alguém que diz algo e que a pessoa compreendeu mal... como é o caso do COMSEP que faz o acompanhamento do faturamento, isso me permite outra porta de entrada para os acompanhamentos... eu alerto a empresa para lembrar sobre o faturamento... às vezes preparo tudo e o empregador apenas assina, ele fica contente, pois esse tipo de trabalho o incomoda... quando vou levar para ele assinar, frequentemente, ainda na porta, eu corrijo mil e uma pequenas coisas... é tudo isso que faz que se chegue a uma boa relação... (Agente de projeto).

Muito mais que de mediação, essas tentativas são antes de tudo de conciliação, destinadas a encontrar espaços de compreensão mútua e aberturas que permitam resolver os problemas simples (ULYSSE, WS-GERMAIN, 2009).

5) Concessão ao empregador de uma subvenção salarial a longo prazo

A concessão ao empregador de uma subvenção salarial e a sua duração contribuem para instaurar ao longo do tempo a relação necessária ao processo de empregabilidade, que, observemos, constrói-se numa situação real de emprego pela interação entre os atores (o empregador, os outros empregados, o agente de projeto e o participante).

A duração da subvenção e a sua permanência permitem atualizar a abordagem de mediação que é fiadora da manutenção no emprego. O agente de projeto trabalha ao mesmo tempo sobre a cultura da empresa, as representações e os comportamentos da pessoa que está em processo de integração, tudo para facilitar os mecanismos processuais e o ajustamento aos constrangimentos administrativos. O trabalho de mediação é permanente e entra em ação logo que uma situação lhe impõe, por exemplo, quando de uma mudança em um dos contextos que pode afetar a estabilidade do processo de integração.

O fator “tempo longo” desse projeto revela-se, por conseguinte, determinante para construir a relação de mediação entre todos os atores, desconstruir as representações negativas de uns para com os outros e assim reconstruir, na experiência concreta, uma representação nova das pessoas que lhes permite requalificar-se socialmente pelo trabalho. A subvenção permite atenuar as resistências, introduzir mecanismos de acompanhamento e de supervisão, o que não seria possível se não engajassem todos os parceiros na gestão e na aplicação de um protocolo. O seu papel torna-se central porque, pela sua duração, ela torna-se o vetor da vinculação. Essa dinâmica prossegue mesmo após vários anos de operação do projeto.

A subvenção salarial nos permite ser pacientes e a gente termina por lhes compreender e desejar, juntamente com eles, que avancem... (Um empregador).

Conclusão: Sair da Pobreza pela Participação no Emprego

Empregos de Solidariedade é um projeto inscrito na estratégia nacional de luta contra a pobreza. Temos constatado até agora não somente efeitos positivos sobre a saída da pobreza no plano qualitativo, como transformação identitária, sentimento de utilidade social, bem-estar psicológico, desenvolvimento da empregabilidade, alargamento das redes sociais etc., mas também melhoria das condições materiais de vida. De maneira absoluta, essas condições permanecem certamente nos limites do fraco rendimento e não muito afastadas do limiar de pobreza, embora para certas pessoas (as que trabalham 35 e 40 horas por semana e ganham mais de 11 dólares por hora) as condições sejam claramente melhores.

No entanto, o ponto de vista das pessoas sobre as suas condições indica uma apreciação positiva acerca de sua saída da pobreza. Para a maioria delas, os empregos assalariados que ocupam lhes permitem melhorar sua qualidade de vida e, mais precisamente, sua capacidade de fazer escolhas e de ter um maior controle sobre sua vida e suas condições materiais e de ter um melhor planejamento.

Receber um salário a cada semana é mais fácil para gerir a sua vida, faço economias para ter uma segurança, posso ir ao restaurante todos os domingos com a minha mãe e ainda junto o que sobra para comprar um automóvel... (Um participante do projeto).

[...] tem-se o salário mínimo, mas mesmo com ele sou mais rico que com a ajuda social... é regular o pagamento a cada semana... sou capaz de fazer economias, posso sim, eu vou ao restaurante uma vez por semana, corto o cabelo todo mês... guardo também dinheiro para o meu filho pequeno... (Um participante do projeto).

Mas ainda o que marca de maneira mais forte todas as entrevistas é que o fato de trabalhar, de ter um verdadeiro emprego, permite à pessoa, enfim, reencontrar uma identidade social, antes mesmo de desenvolver uma identidade profissional, não carregando, portanto, o rótulo de “ajuda social” e não mais tendo de encobertar essa situação, ou seja, a pessoa sente-se confiante por ter um trabalho e uma renda própria, por ser útil e por ter o direito a uma verdadeira existência.

A noção de saída da situação de pobreza pode revelar um debate normativo tanto no plano quantitativo quanto no plano qualitativo. As necessidades de consumo e a qualidade de vida são definidas a partir de normas sociais. Quando das entrevistas, a apreciação que fazem as pessoas das suas novas condições de vida parece colocar em questão o modelo e a relação com o consumo sobre o qual apoiamo-nos coletivamente para analisar a saída da pobreza. A trajetória de pobreza das pessoas modula uma conduta de privação que matiza certamente a sua relação ao consumo e com suas necessidades de segurança que explicam em parte a sua capacidade de economizar, mesmo com um fraco rendimento. Essas pessoas não têm a propensão a endividar-se, ao sobreconsumo, a viver acima dos seus meios. As entrevistas permitem-nos apenas a não ir mais adiante sobre essa questão, mas têm o mérito de colocá-la.

Sublinhamos nesta conclusão alguns desafios maiores da implementação do projeto Empregos de solidariedade, ao se levar em conta o caráter de “população fronteira” das pessoas que dele participam, ou seja, situadas entre a solidariedade social e a ajuda ao emprego (ao mesmo tempo aptas e inaptas). A pequena empresa é uma oportunidade a ser privilegiada para a implementação do referido projeto. Ela favorece uma proximidade maior com as pessoas. Os empregos lhes são mais acessíveis e correspondem às suas aspirações, e a adaptação dos postos de trabalho é mais provável que nas médias e grandes empresas. O funcionamento organizacional é propício à abordagem de intervenção preconizada pelo projeto. As necessidades das pequenas empresas não são satisfeitas pela oferta de serviços às empresas e o programa Empregos de Solidariedade permite oferecer uma oportunidade para suprir essa oferta, tanto mais que ele possibilita uma

perspectiva interessante de desenvolvimento das competências em gestão dos recursos humanos. Além disso, as pequenas empresas inscrevem-se na escala do microterritório em eixos que podem ser ligados a territórios focalizados para revitalização urbana onde se concentram as populações pobres. Em termos de adequação entre a oferta e a procura, esse projeto nos parece dar novas respostas.

No plano das políticas, Empregos de Solidariedade inscreve-se na categoria das que visam compensar o desvio de produtividade das pessoas tidas em desvantagens, a fim de encorajar os empregadores a contratar voluntariamente esse tipo de trabalhador (políticas compensatórias). Historicamente, essas políticas foram desenvolvidas sobretudo para as populações em desvantagens em razão de uma deficiência física ou mental, mas vários autores (BORZAGA; GUI; POVINELLI *apud* DEFOURNY; FAVREAU; LAVILLE, 1998) estão de acordo em afirmar que elas são frequentemente extensíveis a categorias muito mais abrangentes (toxicodependentes, ex-presidiários, pessoas pouco qualificadas etc.). Frequentemente elas são imputadas como tipos de medidas de discriminação positiva dos riscos para efeitos de substituição, de deslocamento dos trabalhadores ou de seleção (escolhem-se os melhores), provocados pela concessão de subvenções salariais. Ora, no âmbito do projeto Empregos de solidariedade, esse efeito não é demonstrado. Pelo contrário, a subvenção salarial durante um mais longo período foi percebida pelos empregadores como uma possibilidade real de investimento:

[...] a subvenção me permite investir na pessoa a longo prazo, posso disponibilizar deste tempo, aprendemos a nos conhecer, vejo por onde ela passou, assim vale a pena dar-lhe uma chance até porque pude criar um posto de trabalho que não teria criado sem esta subvenção porque eu não dispunha do tipo de mão-de-obra para fazer este trabalho e ninguém aqui não teria aceito o seu horário e horas cortadas... Os outros compreenderam, todo mundo está mais aberto.... (Um empregador).

Observamos que quanto mais tempo a pessoa se encontra fora do mercado de trabalho (acumulação de fatores), maior é a intensidade do processo de acompanhamento tanto em relação às pessoas quanto aos empregadores. Com efeito, as trajetórias de inserção e de manutenção no emprego, embora exitosas na maioria dos casos, permanecem frágeis porque elas são expostas a mudanças constantes da pessoa ou do trabalho. Logo

que um elemento do contexto se altera, a dinâmica da interação entre a pessoa e o seu meio de trabalho também muda e a trajetória de inserção é posta em perigo (mudança de patrão, de tarefas, de situação familiar, pessoal, novos empregados etc.). Tudo está em jogo na interação, na relação. Essa situação é normal porque as pessoas se encontram envolvidas em trajetórias de exclusão.

A esse respeito, a produtividade das pessoas está mais ligada à sua capacidade de gerir os espaços relacionais e afetivos. A fragilidade da sua trajetória de vida pessoal age amplamente sobre a estabilidade da sua trajetória socioprofissional. A produtividade é, por conseguinte, estreitamente dependente. Por essas razões, a escolha da instituição de não avaliar de maneira sistemática a produtividade com base em frequências anuais revela-se pertinente porque a produtividade se relaciona mais a fatores qualitativos e subjetivos do que a elementos objetivos ligados a funções operacionais.

O acompanhamento do conjunto dos atores desempenha um papel fundamental no processo de inserção e de manutenção no emprego. A abordagem se desenvolve numa relação de mediação necessária para desconstruir as representações que têm por efeito fixar os atores em papéis: os beneficiados vistos como assistidos, os empregadores vistos como patrões rígidos e sem sensibilidade social e os funcionários como burocratas sem flexibilidade. A função de acompanhamento no seu papel de mediação comanda um nível de competências transversais do agente de projeto, ou seja, essa pessoa deve poder compreender e interpretar universos diferentes de sentido: a gestão, os aspectos administrativos e jurídicos que atuam no projeto tanto nas empresas como nas pessoas, os aspectos cognitivos do desenvolvimento da empregabilidade, o desenvolvimento psicossocial, a comunicação etc.

[...] o acompanhamento ocorre em todos os momentos, desde quando as pessoas entram na formação – as primeiras oito semanas –, seguido da procura de local de trabalho. Sim, eu motivo e preparo as formações, mas também o meu trabalho é de estar disponível, de escutar, logo que se apresente um problema que seja relativo à guarda das crianças, na família, eu estou disponível... a cada semana, durante os três primeiros meses, eu me encontro com todos, vou ao empregador, chamo as pessoas, as quais, conforme seja necessário, podem me contactar informalmente sem necessidade de reunião... Eu lhes explico tudo desde a entrevista de seleção ao período de recrutamento... Os empregadores, no

início, não queriam aceitar porque diziam que já tinham feito uma experiência que não havia dado certo... porque depois não havia acompanhamento... eles vinham assinar um acordo e logo após, nada de novidades... eu venho toda semana... eu devo sempre lhes explicar e reenquadrar regularmente os objetivos do projeto... (Agente de projeto).

Finalmente, o projeto Empregos de Solidariedade mostra que a inserção duradoura em verdadeiros empregos é possível mesmo para pessoas há muito tempo sem emprego, à condição:

- que seja desenvolvida uma **abordagem de parceria** entre os diversos atores da inserção;
- que um trabalho seja empreendido por cada um desses atores sobre as **representações sociais** que ele mantém e veicula em relação aos outros;
- que um trabalho de **mediação** “cultural” (ou seja, que atue sobre os valores, as representações, e a partir delas) seja realizado durante toda a duração do processo de inserção e mesmo além (conservar sempre o contato com a pessoa que foi admitida e com o empregador) que permita reduzir as tensões, as crises, as dúvidas, os desânimos, por parte de cada um dos atores parceiros do projeto;
- que os parceiros aceitem que o processo de inserção compreenda **um período longo** (não infinito, mas longo), numa estratégia de acompanhamento, passo a passo, apoiado por uma **subvenção salarial** eventualmente degressiva, à medida que se confirme e se estabilize a inserção durante os anos, mas jamais totalmente interrompida. Essa estratégia é econômica (por exemplo: com a retirada da ajuda social, o beneficiário torna-se um pagador de impostos e taxas, ou seja, um contribuinte do fisco) e socialmente rentável (para os participantes: confiante, recuperação de uma identidade positiva, influência nos membros da família, resultados positivos na saúde física e mental; para os empregadores: satisfação de contribuir para a coesão social da comunidade local);
- que os parceiros reconheçam que o **mercado de trabalho** não é homogêneo, estático, definido de uma vez por todas, mas que **evolui, diversifica-se**, que as suas “regras” dos acessos e funcionamento não são imutáveis, que em boa parte dos casos os me-

canismos e as estratégias de negociação visando à adaptação e modulação são possíveis, sobretudo num contexto de escassez prevista de mão de obra;

- que é possível adaptar os empregos e as condições de contratação às pessoas, antes de esperar que elas se adaptem ao emprego tal como é definido; que neste caso também há necessidade e oportunidade para a negociação;
- que os parceiros reconheçam que o desenvolvimento da empregabilidade é ainda mais eficaz desde que se realize em **situação real** (e não fictícia) de emprego, tarefas, esperas e sob exigências concretas por parte do empregador, acompanhado por uma verdadeira remuneração salarial;
- que os parceiros reconheçam que a **dimensão territorial**, o espaço de adesão no qual desenrola-se o projeto, desempenha um papel importante para o alcance dos objetivos. Este espaço não é apenas um espaço econômico, é um espaço também social e cultural de produção de identidade: “eu sou orgulhoso de poder retribuir à minha comunidade (de Trois-Rivières) o que ela me ocasionou e permitiu realizar. É a minha vez de recompensar-lhe” (um empregador);
- que os parceiros reconheçam que o **papel das políticas públicas** nesse processo, e concretamente o dos representantes locais/regionais na aplicação das políticas, é essencial: primeiramente no plano financeiro, com subvenções salariais, financiamento das instituições que ajudam a alocação da mão de obra, agentes de mediação, e em seguida no plano da partilha dos objetivos e da promoção do projeto e também no acompanhamento de sua implantação.

Referências Bibliográficas

AUBRET, Jacques. Adulte et travail: risques et défis. **Revue Carriérologie**, v. 8, n. 1-2, p. 147-155, 2001.

BEAUVAIS, ALAIN; ST-GERMAIN, Lise. **Exploration d'une pratique novatrice en emploi**: l'expérience des emplois de solidarité. (Mémoire de Maîtrise). Université du Québec à Montréal (UQAM), 2004. 198 p.

DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean- Louis. **Insertion et nouvelle économie sociale, un bilan international**. Paris: Socio-économie, Desclée de Brouwer, 1998. 372 p.

DORVIL, Henri; MAYER, Robert. **Problèmes sociaux, théories et méthodologies**. Tome 1. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2001.

DUBAR, Claude. Le travail, lieu et enjeu des constructions identitaires. **Revue Project**, n. 236, p. 41-48, 1993.

GAULEJAC, Vincent de; TABOADA-LÉONETTI, Isabelle. **La lutte des places**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

GOUVERNEMENT DU QUÉBEC. **Protocole d'entente projet**: emplois de solidarité. Ministère de l'Emploi et de la Solidarité Sociale, 2005. p.18.

GOUVERNEMENT DU QUÉBEC. **Concilier liberté et justice sociale**: un défi pour l'avenir; plan d'action gouvernemental en matière de lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale, 2004.

HIRSCH, Martin. **Haut commissaire aux solidarités actives contre la pauvreté**: débat sur le Grenelle de l'Insertion. France, 2008.

LALLEMENT, Michel. **Le travail, une sociologie contemporaine**. Paris: Gallimard, p. 258-271, 2007.

NOREAU, Pierre; DUGRÉ, Suzanne; BARON, Martin; GUILLEMETTE, Diane; LANGLOIS, Danielle. Insertion sociale et intégration socioprofessionnelle des jeunes. Abitibi-Témiscamingue: Conseil régional de développement, 1999.

PAUGAM, Serge. Les formes élémentaires de la pauvreté en Europe. In: ZUCMAN, Gabriel *et al.* Pour en finir avec la pauvreté: mesures, mécanismes et politiques. **Regards croisés sur l'économie**, La Découverte, n. 4, p 8-20, 2008.

PERRET, Bernard. Quand le travail n'intègre plus. In: Citoyen en quel état? **Revue Project**, n. 233, p. 23-30, 1993.

_____. Les futurs contradictoires du travail. In: **Le travail quel avenir**. [s.l.]: Gallimard, 1997.

ULYSSE, Pierre-Joseph, ST-GERMAIN, Lise. **Lutte contre la pauvreté et les insécurités urbaines à Montréal**: l'évaluation formative de quatre projets de la Maison d'Haïti. Montréal, 2009.

_____. LESEMANN, Frédéric. **Citoyenneté et pauvreté**: politiques, pratiques et stratégies d'insertion en emploi et de lutte contre la pauvreté. Presses de l'Université du Québec, 2004.

ASSISTENCIALISMO E EMPREENDIMENTOS POPULARES DE TRABALHO: RELAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA?¹⁴⁸

*Deise Luiza da Silva Ferraz
Rafael Rodrigo Mueller*

Introdução

A consciência social imediata é composta pelo ideário do trabalho como construtor da dignidade humana; porém, não se trata da discussão da humanização da espécie pelo trabalho, conforme a discussão de cunho ontológico-marxiano, mas sim do esforço individual como definidor do merecimento do *quantum* da parte que cabe a cada um da riqueza social. O trabalho enquanto indicador meritocrático e mediador da dignidade, como aponta Tragtenberg (2010), aparece como alavanca na acumulação do capital.

Um dos determinantes dessa concepção do trabalho foi propiciado pela transformação das ideias religiosas decorrentes da Reforma, como já apontava Weber (2004) e como explica Tragtenberg (2010, p. 34): “O objeto para a busca da salvação individual é a glória de Deus. E os meios não constituem na oração – como na idade média –, mas na ação, na santificação do mundo com o esforço e o trabalho”. Transformação que não ficou restrita aos calvinistas ou aos luteranos, como as práticas de fiéis de outras religiões ocidentais demonstram quando intervêm na realidade de pessoas que, embora integradas no sistema econômico capitalista, não conseguem garantir a reprodução da existência tão somente por meio da venda da força de trabalho. No que se refere à incapacidade da autonomia econômica dessas pessoas, uma análise lógica simples efetuada pela consciência social imediata conclui: aqueles que pouco ou nada possuem formam os grupos que serão socialmente julgados ora como “preguiçosos” ora como “desafortunados” que necessitam de assistência para superar tal condição.

¹⁴⁸ Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo convênio Ipea/Capes Cátedras para o Desenvolvimento, tendo como patrono Maurício Tragtenberg. Uma versão expandida do mesmo será publicada na Revista Gestão e Sociedade.

A assistência se manifesta de distintas maneiras, das quais destacamos os projetos de resgate da cidadania. Projetos em que distintos grupos ofertam cursos de qualificação técnica às crianças, aos jovens e aos demais moradores das periferias urbanas ou providenciam as condições necessárias básicas para que os “trabalhadores-assistidos” desenvolvam atividades de trabalho. Acredita-se que, com a execução desses projetos, as pessoas pauperizadas serão capazes de garantir sua existência de forma autônoma, ou seja, estarão aptas para trabalhar e tornar-se merecedoras de sua cota da riqueza social, enquanto resultado de seus esforços. Essa crença mobilizou dois grupos de pessoas: um no estado do Rio Grande do Sul e outro no estado do Paraná, ambos localizados na região Sul do Brasil. As experiências de intervenção visualizaram a formação de empreendimentos populares de trabalho como forma de possibilitar a autonomia econômica dos beneficiados.

Essas experiências possuem suas especificidades, como veremos no decorrer do texto, mas em comum encontraram como resultado uma situação que, para eles, constitui-se como um paradoxo, qual seja: embora haja um esforço laborativo dos trabalhadores carentes beneficiados, eles não conseguem superar a condição de carentes. O paradoxo é estabelecido entre a crença de que o trabalho possibilita a autonomia econômica e a efetivação do trabalho nos empreendimentos econômicos nas periferias que, a despeito do esforço laboral, não permite suprimir a necessidade das doações aos grupos empreendedores.

As vivências dos envolvidos nas ações intervencionistas são percebidas enquanto um paradoxo por captar a realidade social em sua parcialidade e por vivenciar a ruptura entre as crenças da consciência imediata e a concretude contraditória da vida. Assim, o objetivo deste texto é analisar a situação paradoxal que os envolvidos nas experiências se defrontam, defendendo o argumento de que, sob uma análise acurada, o paradoxo se dissolve revelando que a concomitância entre o esforço laborativo dos considerados carentes e o assistencialismo decorre do movimento de acumulação do capital e de sua manifestação particular na disputa pela aplicação do fundo público em países cujo desenvolvimento econômico passa pela superexploração da força de trabalho.

A explanação inicia-se pela descrição do método de coleta de dados. Na sequência, serão apresentadas as discussões teóricas acerca da pauperidade enquanto elemento constituído e constituinte do processo de valorização do valor. Depois, segue a descrição das experiências de trabalho do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e da Associação de

Catadores de Materiais Recicláveis Mundo Novo (AMN), como também as análises decorrentes da discussão entre dados e teorizações. Por fim, algumas considerações finais.

Método de Coleta dos Dados

As experiências apresentadas neste item provêm de duas pesquisas distintas: uma realizada no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2007 e 2009 no MTD e outra no estado do Paraná na AMN, no ano de 2011. As técnicas de entrevista semiestruturada e a observação participante foram utilizadas para a coleta de dados no MTD. Foram entrevistadas dez pessoas escolhidas por estarem no movimento desde a sua constituição ou por estarem bastante envolvidas nos projetos do movimento atualmente. As entrevistas tiveram uma duração média de três horas.

Os dados na AMN foram coletados entre os meses de junho e novembro de 2011, por meio do método Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1981). Para concretização dessa coleta, organizou-se um projeto de extensão nominado Estágio Interdisciplinar de Vivência e Participação (EIVPa). Ao todo, 22 estudantes participaram do EIVPa, sendo realizadas em torno de 25 saídas de campo. A vivência ocorreu em cinco associações diferentes, três delas localizadas na cidade de Curitiba e duas em cidades da região metropolitana. No caso deste estudo, optamos por apresentar apenas uma associação. A escolha da AMN ocorreu por ela depender do assistencialismo da comunidade local (assim como os demais), apesar de ser o empreendimento com a melhor infraestrutura de trabalho entre os grupos pesquisados.

A conclusão da coleta de dados de ambas as pesquisas ocorreu conforme o critério de saturação (PIRES, 2010). Destacamos que não se trata de um estudo comparativo, mas de uma análise multicaso, na qual elementos semelhantes e distintos dos casos permitem compreender o fenômeno estudado: a necessidade de doações a despeito do esforço laborativo do estrato populacional pauperizado. Nesse sentido, ambos os casos que compõem nosso *corpus* empírico completo se constituíram – pelo critério de saturação – como nosso universo de análise, permitindo, assim, a elaboração da generalização analítico-teórica, em suma, trata-se de uma pesquisa com estrutura aberta (PIRES, 2010).

A generalização analítico-teórica imprescinde de um *corpus* teórico, o qual está apresentado a seguir.

Reflexões Teóricas: a Explicação do Paradoxo

A classe trabalhadora e o exército de reserva

Marx (1996) observa, ao discutir a lei geral de acumulação de capital, que a classe trabalhadora constitui-se por um exército ativo (EA) e um exército de reserva (ER) ou superpopulação relativa.

O movimento de acumulação está em correspondência com o movimento de centralização do capital e este encontra na concorrência e no crédito sua alavanca. Crédito concedido, muitas vezes, pelo próprio Estado, trata-se da riqueza social atuando como antivalor, como veremos adiante. Não nos cabe adentrar aqui na discussão desses fatores, apenas sumariamente evidenciar que: 1) o crédito, em seus primórdios, auxiliava na acumulação, tornando-se uma “nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (MARX, 1996, p. 258); e 2) a centralização do capital é impulsionada pela concorrência entre os capitalistas, e esta é mediada pelo barateamento das mercadorias que, por sua vez, dependem da produtividade do trabalho. Assim, nas palavras de Marx (1996a, p. 259):

[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho.

O ER em Marx é um conceito que expressa a existência de um contingente populacional que constitui a classe trabalhadora e que possui uma determinada funcionalidade no movimento de valorização, mesmo não incorporando, de forma estável e “direta”, trabalho vivo no processo produtivo.

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à *ociosidade forçada* em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 256-7).

Ferraz (2010, p. 77-78), a partir das considerações de Marx, afirma a funcionalidade atual do ER para o processo de produção, acumulação e centralização do capital:

[...] a superpopulação relativa é, concomitantemente, uma *produção necessária* para o movimento de acumulação, *um mecanismo que alavanca* a valorização do capital e a *própria condição de existência* do modo de produção capitalista. *Produção necessária* porque ao capital é imprescindível à existência do recurso [força de] trabalho em abundância, mercadoria sempre à disposição que permite, via concorrência, a intensificação do aumento da mais-valia absoluta e relativa – *mecanismo que alavanca* –; sem a existência desse contingente de trabalhadores disponíveis, o exército ativo teria a possibilidade concreta de eliminar a expropriação da mercadoria força de trabalho inviabilizando a realização do lucro, reside aí, a manifestação do ER como *condição de existência* do modo de produção capitalista (grifos da autora).

Após verificar as alterações que a acumulação do capital implica no contingente populacional de trabalhadores, Marx (1996a) percebeu que o ER manifestava-se de formas distintas, quais sejam: como superpopulação relativa fluente ou líquida, como superpopulação relativa latente e como superpopulação relativa estagnada.

A superpopulação fluente aparece formada por trabalhadores das indústrias modernas que ora são atraídos, ora repelidos das unidades produtivas, em decorrência dos ciclos econômicos de acumulação do capital, o que vem ocorrendo, hodiernamente, em escala mundial. Por exemplo, se a década de 1990 pode ser caracterizada como a do desemprego no Brasil, que coloca aos sindicalistas indagações como “o que fazer?”, o mesmo não pode ser dito dos últimos anos em que o país tem experimentado o ciclo do crescimento econômico. Por outro lado, países que possuíam condições favoráveis às contratações, como os Estados Unidos da América e os países do oeste europeu, nos últimos anos, vêm amargando altas taxas de desemprego. Apenas para exemplificar, na Espanha, em 2010, a taxa de desemprego alcançava os 20% da população economicamente ativa (CIA World Factbook, 2012). É a fluência do ER, conforme expansão do capital no movimento de acumulação.

A superpopulação relativa latente encontra-se sob as condições precárias de trabalho no campo e, portanto, está em iminência de transferir-se para o proletariado urbano (MARX, 1996, p. 272).

A superpopulação relativa estagnada “constitui parte do EA de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular”, onde o “máximo do tempo de serviço é o mínimo de salário” (MARX, 1996a, p. 272).

Marx aponta que esse grupo é o que aumenta progressivamente, seja pelas alterações qualitativas no capital orgânico que empurram os indivíduos para o ER – industrial, agrário etc. –, seja pelo crescimento vegetativo da população absoluta. Ou seja, a superpopulação estagnada é, concomitantemente, exército ativo e exército de reserva.

Observamos que Marx (1998) identificou que o ER é composto por um grupo cujos indivíduos estão incapacitados para o trabalho. Esses não seriam mais aproveitados segundo as qualidades da força de trabalho demandadas pelo padrão tecnológico hegemônico de produção de mais-valia, ou seja, por não possuírem uma mercadoria que atenda qualitativamente às demandas do capital. A permanência de uns indivíduos e não de outros na superpopulação estagnada tem como um dos fatores tal incapacidade. Como demonstrado, a existência do ER é condição necessária ao movimento de acumulação do capital, e o critério para a seleção dos trabalhadores que nesse grupo permanecem ocorre pela qualidade da mercadoria que os mesmos têm a ofertar no mercado de trabalho em concorrência com outros trabalhadores. Os trabalhadores da AMN são um exemplo de força de trabalho sem a qualidade necessária para a mobilidade ascendente entre os estratos que compõem o ER. Para exemplificar, a maioria dos catadores da associação não possui mais do que quatro anos de estudo.

Parte desse estrato, como ponderaram Oliveira e Marini – discussão que será pormenorizada no próximo item –, acumula-se no ER urbano brasileiro e a impossibilidade de tornar-se EA transforma-o em superpopulação estagnada onde “o máximo de tempo de serviço é o mínimo de salário” (MARX, 1998, p. 272). Desse modo, os trabalhadores do setor da reciclagem da região metropolitana de Curitiba não compõem o EA de trabalhadores, pois não vendem sua força de trabalho a um capitalista; contudo, 23% deles trabalham mais de oito horas diárias e 34% deles trabalham mais de cinco dias por semana, comprovando, portanto, serem força de trabalho em atividade.

Para Marx, assim como a produção do ER é resultado do movimento de acumulação do capital, outro desdobramento atinge a classe trabalhadora, qual seja: a pauperização, que

[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996a, p. 275).

A pauperização do ER atinge com maior intensidade a superpopulação estagnada e culmina com a constituição de uma superpopulação consolidada. Para Ferraz (2010), as colocações de Marx demonstram que a produção do ER e a produção de sua pauperização são manifestações de um mesmo processo, o movimento de acumulação do capital. Portanto, esses dois momentos de um mesmo fenômeno são produto necessário, alavanca e condição de existência da acumulação do capital. A autora afirma que:

[...] o ER não se manifesta como desnecessário ao movimento de (re)produção do capital [...] concluímos que este contingente populacional manifesta-se como superpopulação *superflua* em função do trabalho vivo de um número cada vez maior de pessoas ser desnecessário para pôr em movimento determinada massa dos meios de produção segundo as regras de sociabilidades formais – segundo os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história; que o ER manifesta-se como superpopulação *subsidiadora* quando o trabalho vivo efetuado pelos indivíduos segundo as mais diversas formas de sociabilidades informais permite o barateamento da mercadoria força de trabalho, bem como quando o sobretrabalho é repassado indiretamente ao capitalista via cristalização deste, sob a forma de trabalho morto, na mercadoria que será incorporada ao processo produtivo; e, manifesta-se como superpopulação *subsidiada* quando torna-se, por exemplo, cliente dos programas sociais financiados pelas empresas em nome da responsabilidade social, em suma, quando o criador precisa manter sua criatura. Mas, seja enquanto manifestação *superflua*, *subsidiadora* ou *subsidiada*, este contingente populacional não deixou de ser, fundamentalmente, *produto* do modo de produção capitalista, *alavanca de acumulação* do capital e *condição necessária* à perpetuação do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, ou seja, um grupo populacional que Marx denominou exército (industrial) de reserva (grifos da autora).

Importante lembrar que, enquanto superpopulação subsidiada, esse estrato apenas demonstra como o atual modo de produção exterioriza o que produz, transferindo a responsabilidade do que cria para a própria criatura, ou seja, lança ao EA o custo de subsistência dos trabalhadores da reserva, como a necessária ação assistencial efetuada pelos cidadãos, agora não mais denominados trabalhadores. Trata-se da troca de papéis encobrindo a relação entre EA e ER sob um processo de pauperização.

Posto isso, precisamos destacar o papel desse processo de pauperização enquanto alavanca para a acumulação de capital em países de desenvolvimento tardio, como o Brasil. Para isso, recorremos a Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira.

A superexploração dos trabalhadores brasileiros

Marini e Oliveira desenvolvem duas explicações complementares acerca do modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Marini demonstra que o desenvolvimento dependente é o resultado do próprio movimento global da acumulação do capital e, em função disso, toma formas particulares de manifestação conforme se expandem as esferas da produção e da circulação de mercadorias. Em uma análise bastante acurada da realidade brasileira, o autor salienta que a posição dos países em desenvolvimento na relação com os países de capitalismo avançado permite que: 1) as técnicas que oportunizam o aumento da produtividade do trabalho sejam implantadas nos primeiros a despeito da efetivação ou não da taxa decrescente de lucro, resultando em acréscimo na apropriação da mais-valia relativa e 2) o desenvolvimento das forças produtivas nos países desenvolvidos torne determinadas mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, portanto, compondo o valor da mesma. Contudo, nos países em desenvolvimento, as mesmas mercadorias circulam na esfera do consumo suntuoso, não atingindo a classe trabalhadora mais empobrecida e, portanto, fixando o valor da força de trabalho abaixo do seu valor real. Assim, embora no momento histórico tal necessidade esteja desenvolvida, elas não constituem o valor da força de trabalho, fazendo com que sua remuneração esteja aquém do valor real da mercadoria e elevando a produção de mais-valia absoluta. Posto isso, Marini afirma que o desenvolvimento do modo de sociabilidade capitalista, no Brasil, ocorre por meio do que ele chama de superexploração do trabalho.

Em resumo, o autor defende que o grau de exploração do trabalho não deve ser considerado apenas segundo as condições regionais, mas sim em parâmetros mundiais, pois é dessa forma que ocorre a acumulação do capital. Nesse sentido, a superexploração é para Marini o resultado da relação entre o aumento da produtividade do trabalho social e a remuneração da força de trabalho abaixo “de seu valor real” nos países onde essa produtividade é implantada e não desenvolvida (MARINI, 2000, p. 160).

Sob o ponto de vista do capital privado, é possível compreender o mecanismo da superexploração do trabalho. Resta agora observar como a esfera pública se relaciona com a superexploração. Para tanto, recorremos a Oliveira (1998), que explica que o movimento de acumulação de capital, após a década de 1930, carece de um elemento estrutural que não se comporta como capital: trata-se do fundo público, que opera enquanto produtor de antivalores e antimercedorias. Para o autor, o fundo público é um valor monetário que, incorporado no processo de valorização dos capitais privados, não se valoriza, mas alavanca a valorização dos mesmos. O acesso ao fundo público possibilita, portanto, que capitais particulares tenham taxas de lucros particulares em relação ao setor de atuação, efetivando-se uma concorrência desleal e, por consequência, impulsionando o movimento de centralização do capital e, como já vimos, o processo de pauperização da classe trabalhadora. Todavia, sem esse fundo, Oliveira (1998) menciona que o capital não teria potência para sua própria valorização, sobretudo em setores de tecnologias avançadas.

O fundo público também possibilita a desmercantilização de parte da força de trabalho. Essa desmercantilização ocorre pelo fornecimento dos serviços sociais pelo Estado. Saúde, educação, tarifas de transporte coletivo etc., nos países da OCDE, deixaram de ser parâmetros para a constituição do valor da força de trabalho, tendo em consideração que o acesso a esses bens ocorria por meio da aplicação do fundo público, o que não é sinônimo de eliminá-los da cesta de produtos necessários à reprodução da força de trabalho. Assim, o investimento do fundo para o desenvolvimento das forças produtivas (antivalor), sobretudo para o aumento da produtividade do trabalho, possibilitou que o *mix* de bens, o qual compõe as mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, naqueles países, fosse constituído por bens suntuosos que se converteram em bens populares e por bens básicos que circulavam na esfera dos investimentos do fundo público em gastos sociais. Nesse ínterim, o valor da força de trabalho era assim elevado ao mesmo tempo em que era subsidiado.

Tem-se o fundo público operando de forma estrutural no movimento de produção e acumulação de capital. Por um lado, de forma direta e particular, alterando taxas de lucro; por outro, de modo ampliado, aumenta a taxa de mais-valia, ao reduzir o valor da força de trabalho.

Ao relacionar as colocações de Marini com as de Oliveira, temos que, nos países em desenvolvimento, o valor da força de trabalho não compreende os bens que compõem a cesta de mercadorias necessárias para a satis-

fação das necessidades históricas dos trabalhadores que as forças produtivas sociais já são capazes de satisfazer. Se nos países desenvolvidos, sobretudo os que viveram o Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*), o valor da força de trabalho é reduzido pelo processo de desmercantilização (subsídio) operado pelo fundo público sem o prejuízo do consumo, nos países em desenvolvimento, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor em função de um desequilíbrio na função desse elemento estrutural.

Considerando apenas o período histórico pós-Constituinte de 1988, observamos o fundo público operando enquanto antivalor, a despeito de ter sido aquela um marco simbólico importante para a universalização de alguns direitos, como, por exemplo, o acesso gratuito a educação e saúde.

A ação do fundo público enquanto alavanca de acumulação do capital pode ser observada nas inúmeras políticas de crédito levadas a efeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) nas privatizações e nas isenções fiscais decorrentes das disputas estaduais por plantas produtivas de capital estrangeiro, sem mencionar a liberdade de movimentação do capital financeiro e os resgates de dívidas de empresas que decretaram falência. Por sua vez, é factível que as antimercadorias, que deveriam ter-se constituído por meio do fundo público, não possuem a extensão necessária para suprir as demandas dos trabalhadores. Educação e saúde, por exemplo, compõem um campo para o setor privado que, subsidiado pelo fundo público, fez da suposta antimercadoria uma mercadoria que compõe a cesta básica dos trabalhadores mais especializados do EA.

O argumento, sendo posto dessa forma, tende a demonstrar que a força de trabalho no Brasil deveria ser superior à dos países desenvolvidos por não ser subsidiada. Todavia, resta lembrar dois mecanismos que possibilitam a baixa remuneração: a existência da superpopulação relativa consolidada e o setor de crédito.

O fato de um grande estrato da população fazer parte da superpopulação estagnada, à qual tanto a educação básica quanto a saúde encontram-se à disposição, permite a oferta de alguns componentes das cestas das mercadorias do trabalhador do EA a um custo baixo, como é o caso dos serviços de limpeza, manutenção, cuidado das crianças etc. A transferência dessas atividades a um terceiro permite a expansão da jornada de trabalho e, por consequência, o aumento da mais-valia absoluta (além de diminuir a pressão sobre os governantes no que se refere à qualidade e universalidade daqueles serviços).

Os trabalhadores do EA que estão alocados nos setores dinâmicos da economia ou em suas franjas possuem à sua disposição o crédito. Assim, a circulação das mercadorias que compõem a cesta é alavancada seja por meio do fundo público (financiamentos para compra de imóveis ou veículos), seja pela iniciativa privada financeira que encontra no Brasil as mais altas taxas de juros para especulação, inclusive na venda de alimentos a prazo. A dependência do crédito impõe a esses trabalhadores a intensificação da produtividade e, como consequência, o aumento da taxa de mais-valia.

Sem explorar de forma mais sistemática, podemos considerar que, no Brasil, o fundo público opera como antivalor e, no que concerne à criação de antimercomodias, sua produção restringe-se ao atendimento das populações mais pauperizadas, sendo que essas fornecem o barateamento da força de trabalho do exército ativo, demonstrando a permanência da superexploração em ambos os casos. No primeiro, de forma indireta, pois se trata do trabalho vivo de um estrato populacional agindo na valorização do valor por meio do barateamento da força de trabalho (seja enquanto oferta em abundância, seja por meio da prestação de serviços a custos reduzidos, seja recolhendo materiais reciclados pelas ruas das cidades); no segundo caso, de forma direta, pois se trata da remuneração abaixo do valor. Conforme já destacava Marini:

É por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente no modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que se deriva da importação de tecnologias, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível (2000, p. 160-164).

Alertados por Marini, seguimos descrevendo e refletindo acerca das experiências de trabalho da “marginalidade”, destacando o quanto ela é necessária ao modo antagônico de controle do metabolismo social e o quanto as tentativas de alterar as condições concretas de reprodução da vida passam pela necessária regulamentação democrática do uso do fundo público. E, nesse sentido, apresentaremos os dois casos, destacando deles o que os diferencia, de modo que o *corpus* empírico constitua-se enquanto universo de análise.

Os Empreendimentos Populares de Trabalho

A experiência no Rio Grande do Sul: da caridade à luta pelo fundo público

No MTD reúnem-se os trabalhadores que perderam seus empregos em função da intensificação da reestruturação produtiva. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992, a taxa de desemprego aberto alcançava 5,52 pontos percentuais na região e era a época em que nasce o MTD. Ao longo daquela década, o governo estadual destinou o fundo público ao setor privado visando ao aumento da industrialização regional e à geração de empregos. No entanto, apesar da instalação de várias plantas produtivas na região, no ano de 2000, a taxa de desemprego aberto era de 7,2, corroborando as colocações de Marx de que o desenvolvimento das forças produtivas demanda cada vez menos trabalhadores. O depoimento do representante sindical relata em palavras o dilema que os números nem sempre revelam: “Aí o desemprego bateu. E era todo dia gente chegando aqui [na sede do sindicato] querendo saber o que fazer. E agora? [...] E hoje? Hoje, aquele cara que foi meu colega, [...], é um desempregado”.

Os moradores desempregados das periferias receberam apoio dos fiéis da Igreja católica que haviam mudado o foco de atuação: de formadores políticos para ações assistenciais caritativas, sobretudo a doação de alimentos.

O longo tempo decorrido da perda do emprego somado às poucas condições de infraestrutura dos locais de moradia, a crescente violência e a problematização quanto à doação de alimentos potencializaram a organização dos trabalhadores em grupos, os quais iniciaram uma série de reivindicações junto ao poder público local visando à efetivação de políticas sociais. Depois de dois anos de manifestações nas ruas e de ocupação de prédios públicos, aprovou-se a lei dos Coletivos de Trabalho em 2001. A lei permitiu que os integrantes da superpopulação consolidada projetassem o fim da dependência das doações, visto a possibilidade de eles trabalharem e qualificarem-se.

Se, por um lado, o fundo público destinado à execução da lei possibilitaria acionar o papel de produtor de antimercadorias de uma porção da riqueza social apropriada pelo Estado, por outro, o baixo valor da remuneração recebida pelos trabalhadores em troca da prestação de serviços

demonstra a superexploração da força de trabalho no país efetuada via precarização das relações de trabalho, inclusive na esfera pública.

A aplicação da lei se dá, inicialmente, na forma de Frentes Emergenciais de Trabalho (FET). A primeira edição das FETs contratou cerca de 500 integrantes do MTD, pelo período de seis meses, para, durante a jornada de oito horas, varrer ruas, limpar arroios, pintar bancos de praças etc. Em troca, recebiam uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo (o equivalente a 115,14 dólares americanos por mês).

Em função de atividades laborais desenvolvidas no projeto não apon-tarem para a possibilidade de condições estáveis de trabalho, o retorno à dependência dos donativos era a possibilidade vislumbrada no horizonte próximo. Essa perspectiva impulsionou os integrantes do MTD a reivindicarem uma nova forma de geração de trabalho e renda e, assim, propuseram os Coletivos de Trabalho. Após várias manifestações públicas, acordou-se a liberação de verbas do fundo público para a constituição de grupos de trabalho que produziram artesanato, costura e reparo de roupas, panificação e produção de materiais de limpeza.

O suporte à geração de trabalho e renda dos grupos de trabalho previa a destinação de uma bolsa auxílio, cesta básica e cursos de capacitação. Por tratar-se de empreendimentos de produção, o acompanhamento técnico ocorria ao longo dos doze meses da concessão das bolsas. Os grupos possuíam entre seis e doze pessoas que optaram pela autogestão, ou seja, pela tomada de decisões coletivas, pela posse coletiva dos meios de produção e pela distribuição equânime do resultado financeiro auferido com a atividade. Cada grupo tem sua história específica, porém, certas dificuldades e os desfechos foram comuns a todos.

Como dificuldades, podemos citar: os grupos não possuíam os meios de produção necessários (em condições e quantidades suficientes) às atividades produtivas. Faltavam-lhes máquinas de costuras, fornos, misturadores de produtos químicos etc. Ademais, os grupos não possuíam um espaço próprio para realização da produção, trabalhando em suas residências. Em geral, os associados dos empreendimentos concordaram que a matéria-prima seria comprada com o dinheiro da bolsa auxílio e acreditavam que, quando essa terminasse, o resultado do empreendimento deveria ser suficientemente positivo para investir no negócio e remunerar o trabalho. É relevante destacar que as bolsas atuavam como capital de giro, por decisão coletiva e, unicamente, pelo fato de que todos os trabalhadores eram beneficiários dos programas de assistência social do governo federal, como o

Fome Zero. Doze meses não foram suficientes para desenvolver a autonomia dos grupos de trabalho, pois um fato se impõe: não é suficiente produzir valores (de uso e de troca), é preciso realizá-los, e isso ocorre na esfera da circulação. O grau de produtividade dos grupos não era suficiente para a competição com as empresas privadas. Eles não conseguiam operar dentro do tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de suas mercadorias conforme os preços efetutados no mercado. Em suma, os empreendimentos populares não estão a salvo da lei da concorrência.

Dois fatores são determinantes da condição de não concorrência na qual se encontravam os empreendimentos populares: 1) os meios de produção utilizados eram defasados em relação à moderna indústria pós-reestruturação produtiva e 2) a qualidade da força de trabalho que possuíam os envolvidos com os empreendimentos permitia apenas que os mesmos atuassem na produção de mercadorias e serviços com baixo valor agregado. Assim, enquanto a compra da matéria-prima e a remuneração da força de trabalho eram subsidiadas pelo fundo público, seja por meio da efetivação da Lei Coletivos de Trabalho, seja pelo Programa Fome Zero, os empreendimentos conseguiam manter suas atividades. Isso porque a mercadoria produzida e vendida carregava, cristalizada em seu valor de troca, parte do valor da força de trabalho e do valor das matérias-primas que não refletiam no preço do produto por serem subsidiados. Sendo assim, tem-se a política pública funcionando concomitantemente como produtora de antivalor e de antimercadoria.

Observamos, portanto, que a despeito da superpopulação consolidada trabalhar, suas atividades somente se sustentam quando subsidiadas pelo fundo público e/ou pelos programas de caridade e de responsabilidade social corporativa. Nesse último, lembramos que, em geral, os custos com tais programas ou são abatidos no imposto de renda, diminuindo o montante do fundo público, ou são transferidos para o preço da mercadoria vendida. De uma forma ou de outra, é a totalidade da população que assume os desdobramentos das decisões privadas dos empresários. Pela diminuição do fundo público, todos os cidadãos são diretamente atingidos pelo decréscimo da riqueza social brasileira que, em princípio, tem suas destinações controladas por todos os cidadãos. O repasse dos custos ao preço do produto, por sua vez, é feito pela transferência direta daquelas atividades para o consumidor. O custo da manutenção da vida dos trabalhadores pauperizados da superpopulação consolidada, que lá estão em função do movimento de valorização do valor, é repassado para o próprio trabalhador.

Em resumo, consideramos que o caso estudado revela que a busca pela autonomia econômica, por meio do trabalho, dos membros da superpopulação estagnada passa pela luta coletiva para superar a necessidade de doações provenientes da sociedade civil, ainda que essa luta desenvolva a dependência do subsídio efetuado pelo fundo público.



Figura 1 – Da Assistência Civil à Assistência do Estado

Fonte: Elaborada pelos autores.

A figura acima demonstra que os trabalhadores organizados no MTD, assim como os demais trabalhadores brasileiros que possuem baixa renda, são beneficiários dos programas governamentais, à guisa de exemplo temos o Bolsa Família. Todavia, esses trabalhadores organizam-se justamente para alterar a realidade posta e construir formas de sociabilidade em que não haja a necessidade da dependência das verbas estatais e das doações civis, ou seja, vislumbrar, por meio do trabalho, a autonomia econômica. No horizonte dos projetos do MTD está a criação de uma sociedade igualitária. Na prática, para a criação dessa sociedade, há a necessidade de depender daquilo que negam.

No que tange à experiência no Paraná, essa não visa à construção de uma sociedade mais igualitária. Os envolvidos buscam alterar as condições concretas de reprodução da vida de suas famílias, vendo, portanto, os empreendimentos enquanto um fim imediato e não como potencialidade de transformações sociais significativas. Passaremos a expor a realidade desses trabalhadores argumentando que independente do desejo da superpopulação estagnada de construir um “outro mundo” ou de apenas sobreviver de forma mais autônoma nesse, o processo de pauperização ao qual estão submetidos em países como o Brasil obstaculiza ambos os propósitos.

A experiência no Paraná: a permanência dos donativos em face da ausência do fundo público

A AMN é um grupo de trabalho formado por catadores de materiais recicláveis. Sua história inicia-se no ano de 2001 e, segundo os relatos dos associados, até aquele ano, eles trabalhavam de forma individual e, mensalmente, participavam de uma reunião na paróquia local, onde um grupo de fiéis católicos distribuía cestas básicas. A motivação para a participação no evento, portanto, vinculava-se à satisfação das necessidades corpóreas. Nas reuniões ocorridas naquele ano, os fiéis problematizaram os limites de suas ações e concluíram que o projeto de doação de alimentos, que existia há quase uma década, não resultara em alterações significativas na vida dos beneficiados. Decorreu dessa conclusão a discussão sobre outras ações que pudessem efetivar uma melhoria concreta na vida da comunidade local. A demanda dos trabalhadores agraciados com as cestas básicas foi por apoio financeiro para o desenvolvimento de grupos de trabalho, surgindo, assim, a Associação de Catadores Mundo Novo (AMN), coletivo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Aí umas conversa que eles tiveram, eles acharam como fazer pra pessoa não só ganhar a cesta básica, mas também trabalhar né? E foi descoberta a maior parte daqui era catador, daí alugaram uma casa, compraram os carrinhos e a gente começou a trabalhar (Relato de uma associada da AMN).

A associação está localizada em bairro periférico da cidade de Curitiba e sua sede ocupa um terreno da prefeitura, sob o contrato de comodato. Essa é uma conquista recente, pois no início o grupo ocupava uma casa atrás da igreja. O grupo de fiéis pagava o aluguel do imóvel, as contas de energia elétrica, abastecimento de água e telefone da associação. Com a concessão do espaço pelo poder local, o grupo seguiu responsável pelo pagamento dos demais custos. Assim, no lugar de doações de cestas básicas, agora o grupo da igreja doa parte dos meios de produção necessários para a realização do trabalho.

A AMN construiu, recentemente, um prédio em alvenaria no qual ficam a cozinha, os banheiros e uma sala para reuniões. A verba utilizada para tal construção fora adquirida via apresentação de projeto ao edital de uma empresa pública, projeto que foi construído com o apoio de profissio-

nais ligados a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. No terreno, há ainda um galpão coberto para armazenar o produto final (fardos) e alocar as duas prensas e a balança da associação, todas adquiridas por meio de doações. Em outro espaço do terreno, estão as baias de separação individual. Cada associado possui um espaço coberto onde deposita o material coletado e realiza a separação dos mesmos. No início das atividades, os carrinhos utilizados na coleta do material reciclável não eram dos catadores, salvo exceções. Os trabalhadores alugavam o veículo de atravessadores, que, no final do dia, compravam o material coletado, estabelecendo uma grande assimetria de poder entre eles, o que era determinante no estabelecimento do preço a ser pago pela mercadoria. Em face dessa realidade, o grupo de fiéis apoiadores providenciou a aquisição desse meio de trabalho, que passou a ser de posse coletiva do grupo.

O trabalho efetuado por esse coletivo resume-se à coleta de materiais nas residências ou pequenos comércios, separação dos mesmos, conforme categorias dos materiais, prensagem para a formação dos fardos, pesagem e venda. O valor auferido com a venda do produto permite que os catadores tenham uma renda mensal que varia entre 350 e 500 dólares americanos. Segundo uma das associadas, a continuidade das atividades coletivas é possível em função de o resultado financeiro das atividades ser destinado, em sua integralidade, para a remuneração dos associados. Caso tivessem de arcar com os custos mensais de água, luz e telefone, eles teriam a renda comprometida. Os catadores parecem compreender a importância das doações, contudo não problematizam a dependência que possuem em relação aos indivíduos particulares que agem por fé e não por serem responsáveis pela erradicação das condições de miserabilidade dos trabalhadores da periferia, como são os indivíduos que assumem os governos em suas distintas instâncias.

Uma forma de aumentar a renda dos trabalhadores está sendo construída com a criação de uma cooperativa de comercialização. Essa cooperativa reúne outras quatro associações e tem como objetivo aumentar a quantidade produzida de fardos de materiais recicláveis. Com isso, vender-se-á direto às indústrias de transformação, eliminando a negociação com os atravessadores e duplicando a renda atual.

Os empreendimentos que constituem a cooperativa, excluindo a AMN, não possuem apoiadores financeiros e, para melhorar as condições de infraestrutura atuais, necessitam reivindicar aos poderes locais a destinação do fundo público para o atendimento de suas demandas. Esses

trabalhadores, assim como os membros do MTD, fazem ações públicas para chamar a atenção da sociedade para a situação em que se encontram. Para exemplificar, um dos grupos de catadores da região metropolitana de Curitiba é responsável pela separação de 92% de todo o material reciclável produzido e recolhido na cidade. Esse grupo conta com apenas três mesas de triagem, uma balança e uma prensa. O local de trabalho desses catadores não possui nenhum espaço para a realização de refeições e o banheiro é precário. A renda auferida com o trabalho varia entre meio e um salário mínimo, pois como a coleta seletiva na cidade não foi precedida de uma campanha de conscientização, os trabalhadores passam uma boa parte do dia descartando o material orgânico que vem misturado com o reciclável.

Esse grupo, nos últimos meses, realizou várias ações públicas visando reivindicar da prefeitura um maior apoio. Todos os grupos, exceto os trabalhadores da AMN, apoiaram as ações. O não apoio, bem como a pequena proatividade dos associados da AMN, no que se refere às reivindicações de seus direitos ao poder local, corroboram a afirmação de uma entrevistada:

Eles (AMN) têm os vícios dos igrejeiros, vício que vem da origem. Os grupos que conseguem se organizar sozinhos e se desvincularem do apadrinhamento das igrejas, aprendem a lutar pelo que precisam. Batem na porta da prefeitura, reivindicam pela casa, pela creche, pelo saneamento pra terminar com as enchentes. Agora, tem grupos que, se conseguem tudo de doações, acaba acomodado (Técnica de uma organização da sociedade civil).

Em resumo, consideramos que o caso revela que a busca pela autonomia econômica, por meio do trabalho, quando não alavanca as reivindicações pela aplicação do fundo público, reforça a dependência em relação à sociedade civil, dependência que desonera os responsáveis por elaborar políticas públicas consistentes para a minimização do processo de pauperização e libera o fundo público para a aplicação em interesses privados de valorização do valor, intensificando o processo de pauperização da classe trabalhadora.

Considerações Finais

O objetivo central deste texto foi problematizar a aparência de um fenômeno, buscando, por meio da concretude da vida e das discussões abstratas já desenvolvidas acerca do tema, alcançar a essencialidade do mesmo.

Alcançar a essência de um fenômeno reside na busca por compreendê-lo em seu movimento de totalização, enquanto concreto resultante de múltiplas determinações. O fenômeno em estudo, na aparência de sua manifestação, apresenta-se como um paradoxo: o esforço laborativo não garante a autonomia econômica, ainda que seja em função desta que se trabalha. Os apoiadores, pertencentes ou não a grupos religiosos, acreditam que os integrantes da superpopulação consolidada possam conseguir a autonomia econômica via organização de grupos de trabalho. O trabalho manifesta-se como o meio para a superação da condição de assistido, contudo tal autonomia não tem sido alcançada. Os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades para auferir uma renda que seja suficiente para retirá-los da condição de trabalhadores pauperizados apenas com o trabalho. Há, via de regra, uma pequena melhora na renda durante o tempo em que a atividade produtiva e o financiamento proveniente do fundo público ou de instituições da sociedade civil ocorrem concomitantemente. A própria atividade laboral, em si, torna-se viável apenas em função do aporte financeiro (em máquinas ou bolsas) externo.

O processo de produção do ER e seu processo de pauperização são, a partir de uma visão histórico-materialista do modo de produção capitalista, elementos necessários e constituintes de um mesmo movimento, o de valorização do valor, concomitante e diretamente relacionado ao de “desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico” no mundo contemporâneo. Quando a atenção se desloca dos indicadores nacionais e pousa sobre a concretude da vida, percebe-se de forma contundente o ciclo de empobrecimento que a valorização do valor impõe ao trabalhador livre.

Uma das constatações observadas é que as experiências de trabalho podem assegurar ao ER a produção de sua existência e conter o processo de pauperização até determinados limites, pois a lógica da precarização é necessária e inerente à acumulação do capital. Embora a superexploração da força de trabalho esteja relacionada aos países subdesenvolvidos, a pauperização da classe trabalhadora não é limitada por fronteiras, como se pode constatar atualmente nos EUA, Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, países considerados centrais em termos de desenvolvimento capitalista. Ressalta-se que, nesses países, um dos mecanismos acionados para a intensificação da exploração é a redução da superpopulação relativa através de medidas xenofóbicas. Em geral, a camada mais empobrecida das populações dos países desenvolvidos é constituída por imigrantes (fugitivos da pobreza em seus países de origem), que, em épocas de crescimento econômico, num

duplo movimento, pressionam a redução do valor da força de trabalho e alavancam a valorização do valor. Em épocas de crise, sua redução se faz necessária para amenizar a concorrência entre os “verdadeiros cidadãos”, possibilitando que esses ocupem postos de trabalhos por eles antes rechaçados. Nos países em desenvolvimento, tal camada é constituída por cidadãos. Na impossibilidade de “enviá-los de volta”, a medida recorrente é tratá-los como caso de polícia, eis o movimento de criminalização dos pobres já conhecido desde o século XV.

O problema da imigração se constitui paralelamente ao crescimento econômico, como pode ser acompanhado no Brasil, que se tem tornado destino de trabalhadores pobres de países como Colômbia, Bolívia, Paraguai e Haiti. Tal debate torna-se pauta das agendas de pesquisa dos estudiosos brasileiros preocupados com o processo de pauperização e as respectivas medidas de contenção adotadas por cada país.

Em suma, mediante o contexto econômico e político contemporâneo aliado à análise empírica desenvolvida, pôde-se constatar que há uma relação entre a funcionalidade do exército de reserva, em termos de produção, acumulação e centralização do capital, principalmente no que se refere à sua interferência sobre o preço de venda da força de trabalho (salários), e o processo de desenvolvimento de tensionamentos sobre o suposto paradoxo.

A negação da permanência da reprodução da vida por meio das atividades caritativas impulsiona a busca pela aplicação do fundo público por intermédio de políticas públicas de geração de trabalho e renda. Em geral, como mencionado, há uma pequena melhora na renda e, em casos raros, há o desenvolvimento da autonomia econômica dos trabalhadores, quando esses recebem o aporte econômico que os coloquem no mesmo grau de capacidade competitiva das empresas privadas operadoras no setor a ser explorado. Destacamos ainda que, quando os grupos de trabalhadores pauperizados tornam-se “gestores de negócios”, entram no movimento de competição com outros capitalistas, mas não superam o movimento que um dia os tornou superpopulação consolidada, superam apenas suas condições particulares de pobreza. Assim, o que aparece como ponto central para a erradicação da pobreza é a superação do processo de pauperização e, para isso, a superação do próprio movimento que o constitui. Portanto, uma discussão que ainda não está posta de forma consciente para todos os envolvidos com as experiências de trabalho na periferia, tendo em vista a compreensão da necessária concomitância do labor e das doações enquanto um paradoxo e não enquanto necessária para a manutenção da valorização do valor.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CEPAL. **Mujeres emprendedoras en América Latina y el Caribe**: realidades, obstáculos y desafíos. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/38314/P38314.xml&xsl=/mujer/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

CIA. **The world factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications//the-world-factbook/geos/sp.html>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, ER, mercado formal-informal**: rediscutindo categoria. Tese (doutorado pela UFRGS), 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22741>>.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MUELLER, R. R.; FERRAZ, D. L. S. Crescimento econômico, progresso técnico e desigualdade social sob a perspectiva de Marini e Oliveira. In: NEVES, L. S. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba: CRV, 2012.

_____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. (Org.). **A pesquisa qualitativa**. São Paulo: Vozes, 2010. p. 154-211.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TRAGTENBERG, M. **O capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

UM NOVO REGIME DE PREVIDÊNCIA DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS: O REGIME COM BASE NA CONTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS E DE MULHERES¹⁴⁹

Berthe Lacharité

Introdução

O Regime de Previdência com Financiamento por Contribuição Salarial de Grupos Comunitários e de Mulheres (Le Régime de Retraite par Financement Salarial des Groupes Communautaires et de Femmes-RRFS-GCF), criado em 2008, é acessível aos grupos de ação comunitária e ação comunitária autônoma, bem como às empresas de economia social de caráter social ou cultural, com exceção dos Centros da Primeira Infância, que têm o seu próprio plano.

A fim de melhor dimensionar a importância dessa criação coletiva, serão inicialmente apresentados os resultados de uma pesquisa que têm sido muito úteis para construir um plano de previdência adaptado ao ambiente da ação comunitária. Em seguida, destacaremos as principais etapas do referido plano e os debates suscitados por essa iniciativa. Suas características inovadoras e as realizações mais significativas também serão salientadas.

No momento em que os planos de previdência públicos são ameaçados pela direita política e que os empregadores se livram dos planos complementares de benefícios definidos, a experiência de Québec com relação a um novo tipo de regime de previdência pode ser inspiradora. Dois regimes interempresas, de financiamento salarial e de benefícios definidos, tiveram origem em 2008. Todavia, neste artigo, será apresentado o regime que surgiu dos grupos do meio comunitário.

¹⁴⁹ Tradução de Fernando José Pires de Sousa.

Enquete sobre as Condições de Trabalho nos Grupos Comunitários e nos de Mulheres

A pesquisa, iniciada por Relais-femmes¹⁵⁰ e pelo Centro de Formação Popular e à qual se associa o Serviço às Coletividades da Universidade de Québec em Montreal (UQAM), é realizada em 2004 com a quase 5.000 grupos registrados pela Secretaria de Ação Comunitária Autônoma e de Iniciativas Sociais (Sacais), órgão do governo responsável pela promoção e pelo apoio a esse setor de atividades.

No momento, procura-se então formas de aumentar a taxa de retenção de pessoal no setor da ação comunitária. Os responsáveis pela pesquisa querem dados mais detalhados sobre as condições de trabalho que prevalecem na comunidade e avaliam a possibilidade de elaborar um plano de previdência adaptado ao local. De saída, a pesquisa vai desempenhar um papel de sensibilização ao projeto desse regime de previdência.

As organizações pesquisadas¹⁵¹ são, em vários aspectos, bastante heterogêneas. Em grande parte, são grupos de bases em ação comunitária ou em economia social (grupos locais), mas há também reagrupamento de organizações (mesas de convenção, corporações de desenvolvimento comunitário etc.) e algumas cooperativas. Elas trabalham em diversos setores e áreas de atuação, tais como a defesa de direitos, a inserção social e profissional, a saúde, a educação, a prevenção, a situação das mulheres etc.

Os grupos comunitários e de mulheres desenvolveram diversas formas de gestão participativa com uma série de características em comum: estrutura de direção vertical reduzida, organização do trabalho flexível, poder concernente à missão e à ação da organização partilhado entre trabalhadores e usuários (conselho de administração, assembleia geral, comitês de trabalho etc), baixos salários e fracos benefícios sociais compensados por um controle sobre a organização do trabalho. Esses grupos compartilham uma missão que visa ou inclui a transformação social, não dependendo totalmente do governo. Essas são, aliás, duas condições para ser elegível ao RRFS-GCF.

¹⁵⁰ A tradução mais aproximada em português para essa expressão seria "Retransmissão-Mulheres". Ao longo do texto, manteremos a expressão em francês.

¹⁵¹ A pesquisa realizada pela Secretaria de Ação Comunitária e Iniciativas Sociais (Sacais), publicada em 2006, que constrói o perfil das 17 regiões de Québec, conforme o apoio financeiro do governo de Québec, em matéria de ação comunitária, corrobora os resultados da enquete do Centro de Formação Popular e Relais-femmes realizada em 2004, por exemplo, Abitibi-Témiscamingue (<http://collections.banq.qc.ca/ark:/52327/bs58334>).

Um setor de emprego fortemente feminilizado e escolarizado

A pesquisa confirma um fato dos mais evidentes: o trabalho comunitário é predominantemente feminino, com uma participação de 80% de mulheres e apenas 20% de homens. Do mais, enquanto 44% dos grupos que responderam à enquete declararam não ter nenhum empregado masculino, somente em 2% não há mulheres empregadas (AUBRY, DIDIER, GERVAIS, 2005). Também confirma-se que essas trabalhadoras são mais escolarizadas do que a média da população:

[...] enquanto no conjunto da população economicamente ativa do Quebec a taxa de obtenção de um diploma universitário é de apenas 17% (Instituto de Estatística do Quebec, 2001), mais de um terço das empregadas dos grupos comunitários têm um diploma universitário e quase três quartos concluíram o ensino pós-secundário (Universidade de Sherbrooke, 2001; CSMO-ESAC, 2001; Comeau, 2003) (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 13).

Esse elevado nível de escolaridade entre as trabalhadoras se verifica ainda no estudo recente do Comitê Setorial da Mão-de-Obra em Economia Social e Ação Comunitária-CSMO-ÉSAC (Comité Sectoriel de la Main-d'œuvre en Économie Sociale et Action Communautaire) (BINHAS, 2012).

O perfil financeiro dos grupos

A maioria desses grupos sobrevive com baixos rendimentos, enquanto uma pequena porcentagem tem receita significativa. Em 2003, 11% dos grupos pesquisados apresentaram uma renda anual de 500 mil dólares¹⁵² ou mais, enquanto 68% registraram uma receita inferior à renda média anual, correspondendo a 235 mil dólares. Para o ano financeiro 2002-2003, a renda média dos grupos é composto por 50% de uma subvenção básica; as outras fontes correspondem a subvenções por projetos (ou programas etc.) e ao autofinanciamento.

No momento da enquete havia uma tendência que visava reduzir o financiamento básico provido pelo Estado – para cobrir os custos com infraestrutura, administração e de apoio organizacional – em troca do financiamento por projetos ou por programas já existentes há alguns anos. Todavia,

¹⁵² Neste trabalho, os valores estão em dólares canadenses (\$).

constata-se que a redução do financiamento básico prejudica o desenvolvimento dos grupos. As consequências produzem-se em cadeia: consagrar uma maior parte do trabalho à busca de financiamento e à realização de novos projetos que se sucedem gera rotatividade de pessoal e instabilidade na organização que, por sua vez, impedem qualquer desenvolvimento estratégico.

A precariedade financeira dos grupos manifesta-se também na incapacidade de acumular uma reserva de funcionamento que cobriria as despesas fixas (salários, alugueis, seguros etc.) para um período de três meses. Os grupos funcionam com uma disponibilidade financeira muito fraca (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005).

Os vínculos de emprego

Dos empregos oferecidos nos organismos comunitários (Tabela 1), 68,6% são permanentes, 26,1% temporários e 5,3% com contrato (trabalho autônomo). A jornada semanal é exercida a tempo pleno (28 horas e mais) para dois terços (64,3%) dos postos de trabalho, a tempo parcial para 30,4% e sem horário fixo para o trabalho autônomo (5,3%).

Tabela 1 – Distribuição de Mulheres e Homens segundo os Vínculos de Emprego (em %)

Gênero	Permanente Tempo Pleno	Permanente Tempo Parcial	Temporário Tempo Pleno	Temporário Tempo Parcial	Trabalho Autônomo
Mulheres	50,8	18,9	12,4	13,2	4,7
Homens	52,6	11,7	16,5	11,8	8,5
Total	51,1	17,5	13,2	12,9	5,3

Fonte: Aubry, Didier e Gervais (2005, p. 37).

Os salários

A respeito das condições salariais, a investigação revela:

- que os salários são inferiores à média nacional, embora o nível de escolaridade das empregadas seja superior;
- que o salário médio é ligeiramente superior a 15 dólares a hora, enquanto o do setor da saúde é de 20,96;
- que “sobre uma população total de 33.919 mulheres (80%) e 8.262 homens (20%), um quarto ganha menos de 10 dólares a

hora e um terço ganha entre 10 e 15; mais de 80% das empregadas do [trabalho] comunitário têm um salário inferior a 20 dólares a hora” (Tabela 2) (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 41).

Tabela 2 – Distribuição de Mulheres e Homens segundo o Salário Horário (em %)

Gênero	Menos de 10 dólares	10 a 15 dólares	15 a 20 dólares	20 a 25 dólares	25 a 30 dólares	30 dólares e mais
Mulheres	24	34	27	9	3	3
Homens	26	31	26	8	4	5
Total	25	32,5	26,5	8,5	3,5	4

Fonte: Aubry, Didier e Gervais (2005, p. 41).

Oito anos mais tarde, constata-se que os salários evoluíram lentamente. De fato, a enquete de 2012, realizada pelo CSMO-ÉSAC, mostra que nas organizações comunitárias, indistintamente nos setores de reagrupamentos e empresas de economia social, o salário horário médio é de 16,53 dólares. Em comparação, a enquete das Estatísticas Canadá (Statistiques Canada) de 2006¹⁵³ mostra que para Québec, considerando todos os setores, o salário horário médio é de 18,78 dólares (BINHAS, 2012, p. 30).

Tabela 3 – Distribuição de Mulheres e Homens segundo os Recursos Contratuais Considerando Todas as Organizações (Número Médio, Salários e Taxa Horária Média em Dólares)

Discriminação	Mulheres		Homens		Mulheres Contratadas		Homens Contratados	
	Número Médio	Salário Horário Médio	Número Médio	Salário Horário Médio	Número Médio	Taxa Horária Média	Número Médio	Taxa Horária Média
Tempo Pleno (30h e mais)	6	17,40	1	17,55				
Tempo parcial (menos de 30h)	3	16,71	1	14,47				
Contratos					1	22,41	0	

Fonte: Binhas (2012, p. 30).

Nota: Contratos (honorários profissionais-projetos pontuais, estágios remunerados).

¹⁵³ Dados mais recente são disponíveis somente em 2013.

As vantagens sociais

As licenças saúde

O inquérito de 2004 revela que eram numerosas as trabalhadoras e os trabalhadores do meio comunitário que não tiravam licença para tratamento da saúde (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 43). Em 2012, a correção dessa situação foi promissora: 77% dos organismos oferecem então licença médica, mesmo se ainda 13% dos organismos não dispõem de algum benefício social (BINHAS, 2012, p. 47).

Os regimes de seguro coletivo

Apenas 481 (35%) dos 1.354 organismos que responderam à pesquisa são dotados de um regime de seguro coletivo. Deste número, “mais de três quartos dos regimes de seguro (78,2%) excluem certas categorias de empregos. As principais exclusões referem-se ao trabalho autônomo, aos empregos temporários e aos empregos a tempo parcial”, que, aliás, totalizam quase 50% dos empregos no setor (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 38, 53).

Tabela 4 – Categorias de Emprego Excluídas da Cobertura de um Regime de Seguro Coletivo nas Organizações Comunitárias (em %)

Trabalho Autônomo	Temporário Tempo Parcial	Temporário Tempo Integral	Permanente Tempo Parcial	Permanente Tempo Integral	Outros
58,4	57,8	47,0	27,2	1,4	3,7

Fonte: Aubry, Didier e Gervais (2005, p. 53).

Em contrapartida, os organismos que detêm tal regime de seguro gozam, em geral, de uma larga cobertura, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição das Organizações Comunitárias com Regime de Seguro Coletivo segundo as Suas Garantias

Garantias do Regime	Número de Organizações Comunitárias	%
Garantias Seguro-vida	467	97,1
Seguro-salário Longa Duração	466	96,9
Cuidados Médicos e Hospitalares	448	93,1
Cuidados Paramédicos	428	89,0
Seguro-salário Curta Duração	195	40,5
Cuidados Odontológicos	190	39,5
Cuidados Oftalmológicos	96	19,9
Outros	1	0,2

Fonte: Aubry, Didier e Gervais (2005, p. 55).

No entanto, não se deve esquecer que somente uma ínfima proporção das trabalhadoras e dos trabalhadores dos grupos comunitários e de mulheres se beneficia de um seguro coletivo. Outro fato a sublinhar, ante a dificuldade de negociar um seguro coletivo que não custe quase nada para as organizações, é que estas agrupam-se para dotar-se dessa vantagem. Dois terços das organizações que têm um seguro coletivo procederam dessa maneira.

Os regimes de previdência

No momento em que o Centro de Formação Popular e Relais-femmes efetuavam sua enquete nos grupos, os regimes de previdência eram quase inexistentes.

[...] em conformidade com outros resultados de pesquisas realizadas no Quebec e no Canadá como um todo, poucas organizações comunitárias, ou seja, 132 (9,7%) das 1.354 que responderam, declararam ter um regime de previdência para seus (suas) empregado(a)s. Contudo, as respostas às questões complementares sobre as características destes regimes (nos) indicam que se tratam, na grande maioria dos casos, de arranjos que facilitam a contribuição do(a)s empregado(a)

s ao seu REÉR individual (poupança individual que concede certos benefícios fiscais) sem participação financeira do empregador (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 59).

Apenas 11 (8,3%) das 132 organizações que dizem oferecer um regime de previdência o designam como “um regime de previdência complementar (fundos de pensão) implementado pelo empregador para atender o(a)s empregado(a)s” (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 60). Assim, menos de 1% das 1.354 organizações que responderam o questionário ofereceriam um regime de reforma digno desse nome, ou seja, um regime de benefícios determinados que concede uma renda aos trabalhadores e às trabalhadoras ao longo de toda a previdência, sendo financiado por contribuições do empregador e do empregado.

Estima-se em 115 mil o número de empregos nos setores de ação comunitária autônoma e de economia social em 2003 – incluindo as empregadas dos Centros da Pequena Infância (CPE). O CSMO-ÊSAC avalia que esse número passou para 159 mil em 2011. As trabalhadoras desse setor representam assim pouco dos 1.505 trabalhadores(as) – 42,7% das trabalhadoras e dos trabalhadores remunerados – que participam de um regime complementar de previdência em 2009 (BERNIER; FORTIN; 2011, p. 16, 41).

Relações de trabalho

A pesquisa de 2004 nota que, em geral, é a política de emprego que formaliza as condições de trabalho no contexto da ação comunitária. A presença de um sindicato ou de um lugar formal de negociação é rara.

Presença de um contrato ou de uma política de emprego

Constata-se a presença de um contrato ou de uma política de emprego em 83% dos grupos não sindicalizados (97% dos grupos respondentes). Os itens que geralmente existem são licenças remuneradas, férias, horas suplementares, licença-maternidade e licença-paternidade, período probatório e licença sem remuneração (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 9, 26).

Presença de um lugar formal de negociação

Um lugar formal de negociação das condições de trabalho entre as empregadas e o empregador é raríssimo nas organizações da ação comunitária. Entre as 1.310 organizações não sindicalizadas, 72% não dispõem desse lugar, 24% dizem ter um e 4% não deram resposta. Alguns dos grupos que responderam que dispunham de um lugar formal de negociação fizeram referência ao conselho de administração, o que leva a crer que a proporção seja ainda menor.

Dos fatores que contribuem para explicar o fraco lugar que ocupa a negociação de condições de trabalho nos grupos, encontram-se: baixas rendas das organizações; financiamento por projetos segundo seus acordos específicos, podendo ocupar um lugar importante no financiamento global; funcionamento democrático, que confere um quadro de relações mais complexo do que no contexto de trabalho tradicional; e prática militante presente nas organizações (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 25, 49).

Presença de um sindicato

Apenas 3% das organizações que responderam ao inquérito de 2004 eram sindicalizadas, sendo bastante baixa em comparação à taxa de sindicalização dos setores privado e públicos, que era de 41,1%. As condições mais correntemente evocadas para explicar esse fenômeno são de diversas ordens. Procedendo do meio industrial, os sindicatos têm modos de negociação que convêm pouco às organizações comunitárias, onde a gestão coletiva compartilha o poder com várias instâncias (assembleia geral, conselho de administração, comitês, equipe de trabalho etc.). Adotando um modelo de negociação das condições de trabalho baseado na existência de uma parte patronal com uma parte sindicalizada, a elaboração de relatórios igualitários entre os membros, os eleitos, as pessoas que frequentam o organismo e as assalariadas é também posta em questão. O subfinanciamento das organizações comunitárias e a pouca esperança das suas assalariadas de que a sindicalização possa resolver esse problema explicam também em parte o fenômeno (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 23-24).

A pesquisa também possibilita evidenciar que a presença de um regime de seguro coletivo é mais marcante nas organizações sindicalizadas: isso ocorre em 57,5%, quando os empregados são sindicalizados contra 34,8%, quando não o são. A região, o setor de intervenção, o principal financiador

de fundos e a idade do organismo figuram entre os outros fatores que influenciam esses dados (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 49).

As condições de trabalho

Observa-se que para as organizações maiores, em termos de pessoal e renda, é mais comum existir uma política de trabalho, seguro coletivo, fórmulas de poupança para a previdência, um lugar formal de negociação ou mesmo um sindicato, o que se restringe a poucas instituições, dado o subfinanciamento crônico desse setor (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 26, 49, 51).

Nota-se que 3% dos grupos comunitários são sindicalizados. Cerca de 80% das organizações são dotadas de uma política de trabalho – 83% de acordo com o inquérito de 2004 (AUBRY; DIDIER; GERVAIS, 2005, p. 26) e 79% de acordo com o de 2012 (BINHAS, 2012, p. 46) –, apesar do fato de que somente 24% tenham declarado um lugar formal de negociação. Os regimes de seguro coletivo e de previdência são os benefícios inerentes às condições de trabalho que aparecem com menos frequência nos contratos ou nas políticas de trabalho; assim, menos de 1% das organizações tinham um regime de previdência em 2003.

Os salários são baixos e evoluem lentamente: entre 2004 e 2012, o salário horário médio passou de um pouco mais de 15 dólares para 16,53 dólares. Em síntese, os assalariados desse setor, sobretudo as mulheres, vale lembrar, têm rendimentos modestos, tendo em conta a sua escolaridade, e poucas usufruem de vantagens sociais dignas. Contudo, com o RRFS-GCF, em 2008, a situação evolui: as organizações que participam de um regime de previdência com contribuição do empregador passam de menos de 1% em 2003, 9% em 2009 e 20% em 2012 (BINHAS, 2009, 2012).

A Inserção do Regime de Previdência com Base no Financiamento da Contribuição Salarial dos Grupos Comunitários e das Mulheres

Diante desses resultados, 15 responsáveis de grupos comunitários e de mulheres passaram a refletir sobre os desafios em torno da previdência para as trabalhadoras desse setor. Essa reflexão situa-se da mesma maneira que a pesquisa na qual nos fundamentamos, cujo objetivo é melhorar a retenção do pessoal nesse setor de emprego. De início, liberado para participar da referida pesquisa, Michel Lizée, coordenador do Serviço às Coleti-

vidades da UQAM, com uma formação em economia e uma especialização sobre os regimes de previdência, continua a dar apoio ao processo. Visto como um todo, este imponente projeto passa da fase de investigação-ação a uma fase de acompanhamento-formação-sensibilização.

Para escapar à pobreza no momento da previdência

Estudando as consequências para as assalariadas do meio comunitário sem regime de previdência, o grupo de trabalho considera que elas viverão na pobreza quando chegarem a essa fase da vida, mesmo que tenham participado, durante boa parte de suas vidas, da luta pela defesa dos direitos e pela melhoria das condições de vida das pessoas desfavorecidas. Com efeito, os níveis dos benefícios dos regimes públicos são tão fracos que são inferiores ao limiar de pobreza. O Comité de Trabalho presume também que o nível de recurso requerido para escapar da pobreza no início dos períodos da previdência e para manter o padrão de vida durante 20 ou 25 anos futuros é impossível de ser atingido para a grande maioria das assalariadas porque os salários praticados no setor são demasiado modestos. O grupo de trabalho, pelas evidências, está convencido de que para se prevenir da pobreza as trabalhadoras das organizações comunitárias precisariam apelar para a previdência complementar.

Sobre um modo interativo e coconstrutivo

Inspirando-se no material de formação já desenvolvido pela UQAM nas formações ofertadas aos Comitês de Previdência procedentes de sindicatos, o acompanhador apresenta os modelos de regimes existentes, suas vantagens e suas restrições. Apresenta também uma abordagem de gestão do risco susceptível de favorecer a perenidade do regime por meio de aplicações financeiras, de financiamentos e de utilização dos excedentes.

Na realização dos encontros que se verificam de um modo interativo e coconstrutivo, precisam-se os objetivos, as modalidades e as características de um regime de previdência capaz de responder às necessidades e às condições do setor de empregos, que são os grupos comunitários e os de mulheres. Formadoras e formadores integrantes dos próprios grupos são capacitados para realizar encontros nas regiões para sensibilizar os assalariados e os gestores dos grupos com vistas ao planejamento financeiro da

proposta. Dessa forma, as visitas, realizadas em 2007-2008, sensibilizaram mais de 2.000 pessoas sobre a importância do planejamento financeiro de suas previdências, como também a necessidade de os grupos comunitários encontrarem os meios de reter seu pessoal qualificado e continuar a cumprir sua missão nas melhores condições possíveis. Esses encontros suscitaram debates cativantes, alguns com dimensões marcantes.

Um debate que se compromete, um contexto que evolui

A questão posta é a seguinte: é necessário gastar nossas energias para instaurar um regime de previdência complementar para as trabalhadoras das organizações comunitárias e dos grupos de mulheres ou lutar pela melhoria dos regimes públicos? Os dois, argumentará o Comité de Trabalho. O sistema de previdência canadense é um sistema dualista onde os regimes públicos, na sua própria concepção, apelam para a necessária presença dos regimes complementares. Os regimes públicos que compreendem, na jurisdição federal, a Pensão de Segurança à Velhice e o Suplemento de Renda garantido e, na jurisdição provincial, o Regime de Rendas de Québec não foram previstos para manter um nível de vida decente nem para garantir a cobertura adequada da renda do trabalhador. A única maneira, portanto, de assegurar um valor da previdência que seja superior ao nível de pobreza ou que permita conservar o mesmo padrão de vida de até então é contratar um regime “privado” ou complementar aos dos regimes públicos (LIZÉE, 2005, p. 1). O debate indica que é necessário considerar essa realidade quando interroga-se sobre a previdência, e o Comité de Trabalho prossegue na elaboração de um regime ajustado ao meio comunitário.

O forte deste debate é que o regime de previdência contribui para fortalecer a coalizão nacional, desde sua criação por iniciativa da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Québec-FTQ (Fédération des Travailleurs et Travailleuses du Québec), que luta pela melhoria dos regimes públicos canadenses, notadamente do Regime das Rendas de Québec. A bonificação deste último é uma opção incomparável porque assegura, ao mesmo tempo, uma cobertura universal e uma renda garantida vitalícia. Essa opção favorece também uma equidade intergeracional, sem comprometer a igualdade entre homens e mulheres. Ela se revela menos dispendiosa e mais eficiente que qualquer outra opção que se apoia em mecanismos individuais de poupança¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Fédération des Travailleurs et Travailleuses du Québec. Disponível em: <<http://ftq.qc.ca/campagneretraite>>. Acesso em: out. 2012.

A campanha para a melhoria dos regimes públicos acampada pelos sindicatos modifica um pouco o contexto no qual o RRFS-GCF é elaborado. Com efeito, historicamente, sindicalizadas e sindicalizados de Québec negociaram regimes de previdência nas empresas – os regimes ditos “complementares” – ligeiramente como se eles se tratassem de regimes de base. Essa prática sindical tem, gradualmente, feito transparecer os regimes públicos como sendo regimes complementares àqueles negociados nas grandes empresas e no setor público. Paralelamente, a luta por regimes de previdência públicos de qualidade foi abandonada, de modo que essas maravilhosas instituições, apesar do seu carácter universal, não estão sempre em condições de garantir uma previdência decente a todas e a todos. Todavia, as diferentes campanhas empreendidas nestes últimos anos, que reúnem atores dos meios sindicais, comunitários e feministas, reforçam a esperança de que a luta para a bonificação dos regimes públicos possa afinal ter êxito.

As mudanças legislativas em trâmite

Alterações introduzidas na Lei sobre os Regimes Complementares de Previdência (Loi sur les Régimes Complémentaires de Retraites – Lei RCR) facilitaram a construção de tal regime. A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Québec (FTQ) tinha convencido a Administração das Rendas de Québec (la Régie des Rentes du Québec) a empreender uma análise com vistas a implementar um novo tipo de regime de previdência de benefícios definidos (os que garantem uma renda vitalícia), reflexão na qual também contribuiu o Comité de Trabalho dos grupos comunitários e de mulheres no fim de 2004. A Lei RCR foi então alterada por um regulamento que entrou em vigor em abril de 2007, prevendo doravante a implementação de regimes de previdência financiados com base na contribuição salarial em que, contrariamente aos regimes de benefícios definidos convencionais, o risco passa a ser suportado mais pelos participantes, coletivamente, do que pelo empregador.

O RRFS-GCF entra em fase de implementação

Após o compromisso assumido por um número suficiente de participantes ao futuro regime, o Comité de Trabalho transforma-se em Comité de Previdência na primavera de 2008. Com o apoio universitário, esse comité passa por um processo de aprendizagem por meio da elaboração de documentos básicos,

[...] do texto sobre o regime de previdência, das políticas de financiamento e de aplicação financeira, do regulamento interno etc. Com este processo de formação, mas sobretudo por meio das decisões que deve tomar o comitê de previdência, seus membros aprendem a se tornarem administradores e fiduciários de um regime de previdência, aportando ao mesmo tempo o seu saber e a sua cultura do contexto comunitário na maneira de fazer (LIZÉE, 2012, p. 2).

Em 1º de outubro de 2008, o regime de previdência entra em atividade com mais de 1.000 adesões, excedendo a previsão inicial de 800 participantes e em plena crise financeira. Da mesma maneira que na fase precedente, o Sacais atribui um apoio financeiro às atividades de formação-sensibilização. Conjugado ao do Centraide-Montréal, esse novo aporte permitirá também cobrir as despesas de gestão do primeiro ano do regime. A ajuda é crucial porque na fase de implementação, devido aos custos fixos de certas atividades e do insuficiente nível dos ativos, as despesas de gestão reduzem os rendimentos de forma considerável.

As Características Inovadoras do RRFS-GCF

Desde o início das suas atividades, o Comitê de Trabalho tinha acordado sobre as principais características associadas ao futuro regime de previdência. Elas são efetivamente inseridas no RRFS-GCF baseado no modelo de uma mutualidade:

- um regime coletivo interempresas de benefícios definidos que permite garantir uma renda e estabelecer uma fórmula de indexação para que o risco seja suportado coletivamente pelas pessoas assalariadas cobertas;
- a pretensão de levar em conta o contexto e a realidade de cada um dos grupos para a determinação do nível de contribuição e de adesão, instaurando mecanismos de equidade e permitindo a cada participante poder melhorar a renda para além do que o grupo tenha definido;
- um regime cuja governança fundamentar-se-á num compromisso claro de transparência, de imputabilidade democrática e

de informação e sensibilização do conjunto dos membros em relação aos desafios da previdência e da aplicação dos ativos do regime;

- o compromisso de assegurar-se de que a gestão dos ativos dessa caixa seja feita considerando um enfoque de aplicações socialmente responsáveis para garantir o pagamento das rendas prometidas com um nível de risco aceitável (LIZÉE, 2005, p. 4).

Concretamente, a adesão ao regime exige a aprovação do conselho de administração da organização comunitária e a afiliação de pelo menos 70% dos assalariados ou do sindicato. Cada grupo determina também o nível de contribuição e a sua divisão com o empregador, em que a parte deste é de pelo menos 50%. As participantes do regime continuam a acumular créditos de renda quando deixam um grupo por um outro, desde que ambos participem do regime. Com isso, a mobilidade e a retenção de pessoal no setor são facilitadas.

Além dessas características bastante inovadoras, o regime atribui um lugar preponderante às mulheres no Comité de Previdência, dado que elas constituem a grande maioria da mão de obra comunitária. Nesse sentido, o regulamento exige que pelo menos 5 de cada 11 postos sejam ocupados por mulheres, ou seja, 3 dos 5 postos que representam as participantes e os participantes ativos e 2 dos 4 postos que representam os empregadores. O Comité de Previdência é formado de 5 participantes ou participantes ativos, 1 participante ou participante inativo, 4 representantes ou representantes dos empregadores e 1 membro independente (mais 2 membros sem direito de voto)¹⁵⁵.

Outro traço distintivo da prática do RRFS-GC reside na sua gestão prudente: o Comité de Previdência minimiza as despesas (pequeno secretariado, utilização das tecnologias da informação nas suas comunicações e a gestão das contribuições etc.) e demonstra prudência quanto aos riscos: por exemplo, aproveita períodos particularmente favoráveis para criar uma reserva contrariamente aos regimes geridos pelos empregadores que se aproveitam destes períodos para suspender temporariamente sua contribuição. Outro exemplo de gestão cuidadosa é a de atribuir a indexação dos benefícios somente quando as reservas são suficientes para preservar a se-

¹⁵⁵ Disponível em: <<http://regimeretraite.ca/site/fonctionnement-du-regime>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

gurança dos ativos. As regras adotadas pelo regime preveem, antes de mais nada, a indexação das rendas não indexadas no passado. Um último exemplo dessa forma de gestão que caracteriza o regime foi quando o Comité de Previdência, devido à turbulência dos mercados, decidiu não indexar o ano 2011, mesmo se o regime tivesse os meios para fazê-lo. Até agora, a experiência demonstra que o modelo de organização comprometendo as pessoas diretamente envolvidas na direção do regime induz a uma gestão caracterizada pela prudência nos investimentos.

A maneira pela qual os promotores trabalharam ao longo de todo o projeto, e que faz agora parte da cultura de trabalho do Comité de Previdência, é uma outra característica que merece atenção. O assessor universitário e as administradoras trabalham numa lógica de transferência de conhecimentos mútuos, por exemplo, quando da preparação dos encontros com os atuários. Essa maneira de trabalhar, em coerência com a praticada nas organizações comunitárias e nos grupos de mulheres, é vantajosa em vários aspectos: se os novos conhecimentos gerados pelo trabalho em co-construção são reintroduzidos nas práticas do comité, não somente este último se capacita para o desenvolvimento das suas funções, mas também o desempenho do regime de previdência.

Prêmios que ressaltam essas características

As práticas originais desenvolvidas pelo RRFS-GCF já lhes têm valido dois prêmios desde a sua criação. Um primeiro, recebido em 2008, enaltece o fato de que a criação do RRFS-GCF exerce um efeito estruturante, valorizando o setor de emprego e favorecendo a retenção da sua mão de obra. Esse prêmio foi atribuído pelo Comité Setorial da mão de obra em Economia Social e em Ação Comunitária (CSMO-ÉSAC), órgão vinculado à Comissão dos Parceiros do Mercado de Trabalho, que visa o desenvolvimento da mão de obra desse setor. Um segundo prêmio obtido pelo RRFS-GCF foi atribuído pela *Benefits Canadá*, revista destinada aos gestores de caixas de previdência. O 2010 Plano Sponsor Award, entregue ao RRFS-GCF, sublinhava a inovação que este regime representa. Quando da entrega do prêmio, entre outras coisas, mencionou-se que:

RRFS-GCF is demonstrating that defined benefit, multi-employer pension plans are still an important, viable option when developing a member-funder retirement plan. With innovative approaches

to employer contributions, plan member education and surplus management, RRFS-GCF has crafted a solution that meets the needs of both employers and their employees (LIZÉE, 2012, p. 2).

Após 4 anos de existência, no outono 2012, o regime contava com mais de 3.000 aderentes, quase 400 empregadores e 13 milhões de dólares de ativos¹⁵⁶. Os participantes do regime compreendem 87% de mulheres e o seu salário básico médio situa-se em 32,400 dólares (ou seja, 17,80 dólares a hora, enquanto o salário horário médio nos grupos é de 16,53 dólares).

As Realizações Marcantes do RRFS-GCF e Seu Futuro

A ovelha comedida, que é o RRFS-GCF demonstrando prudência no seu financiamento e nos seus investimentos, se sai, no momento, muito bem em comparação com os regimes que dependem de matilhas de lobos, que são os empregadores e as instituições financeiras clássicas mais preocupados com ganhos rápidos das suas operações do que com segurança financeira a longo prazo das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Persistir apesar da crise financeira

Enquanto os regimes geridos pelos empregadores acusam retrocessos importantes, porque continuam a fazer investimentos de alto risco, eles afetam os benefícios, transformando os regimes de benefícios definidos em regimes de contribuição definida, e continuam a fazer com que os riscos de investimentos das empresas sejam absorvidos pelo regime de previdência de seus empregados. A gestão prudente dos assalariados do meio comunitário (os principais interessados no negócio) parece explicar, em boa medida, a *performance* do RRFS-GCF, apesar da crise financeira:

Apesar de um contexto financeiro difícil e de níveis de juros a longo prazo particularmente baixos que afetam a situação financeira do conjunto dos regimes de previdência, o [referido] regime de previdência foi capaz de indexar as rendas adquiridas entre 2008 e 2010 e terminou o ano de 2011 com um excedente atuarial, tanto em capitalização quanto em solvabilidade. O modelo demonstra já sua capacidade de passar por períodos difíceis (LIZÉE, 2012, p. 2).

¹⁵⁶ Em abril de 2013, o regime contava com 3.457 participantes, 433 grupos e \$ 16.228.584 em caixa.

O RRFS-GCF torna-se, assim, um ator econômico e financeiro não negligenciável que aporta um outro discurso sobre a previdência. Ele acredita na mutualização, não somente na habilidade individual (REER individual), que é forçosamente ao mesmo tempo dependente e a serviço das instituições financeiras clássicas. Além disso, esse regime de previdência interempresas e o seu comité, composto majoritariamente de assalariadas, contribuem para desconstruir a relação ambígua que as mulheres mantêm ainda com o dinheiro e a economia.

Ainda que essa iniciativa pareça bem modesta num mundo onde o *lobby* das instituições financeiras tradicionais exerce uma forte influência sobre as instâncias de decisão e embora os regimes complementares não devam substituir os regimes públicos universais, pode-se mesmo assim esperar que esse tipo de regime recentemente desenvolvido em Québec se dissemine não somente nos setores da atividade comunitária e da economia social, mas também em outros setores, como o RRFS-FTQ¹⁵⁷ parece demonstrar a pertinência.

De 2003 a 2012, a percentagem das organizações comunitárias e da economia social que contam com um regime de previdência complementar passou de menos de 1% para 9% em 2009, depois para 20%, e a das organizações que têm um seguro coletivo passou de 35,5% para 43%. A investigação sobre essas questões permitirá acompanhar a evolução das condições de trabalho nos grupos comunitários e de economia social e também a capacidade do setor de emprego de possibilitar que as suas trabalhadoras acedam a uma previdência decente.

A organização de um regime de previdência adaptado aos grupos comunitários e de mulheres pode ser vista como uma nova maneira de tentar uma melhoria sensível das condições de trabalho no setor. Tradicionalmente, os sindicatos da província de Québec propuseram a abordagem seguinte: a sindicalização dos empregados permite, num primeiro momento, obter melhores salários e, em seguida, desencadear uma série de vantagens sociais que incluem um regime complementar de previdência. Será interessante, durante os próximos anos, acompanhar os diferentes efeitos que essas duas estratégias (sindicalização e criação de um regime de previdência) exercerão sobre o conjunto das condições de trabalho nas organizações comunitárias.

¹⁵⁷ Le RRFS-FTQ: un régime à prestations déterminées qui a le vent dans les voiles, *Le monde ouvrier*, Numéro 101/mars-avril 2013, p. 8.

Referências Bibliográficas

AUBRY, F.; DIDIER, S.; GERVAIS, L. **Pour que travailler dans le communautaire ne rime plus avec misère**: enquête sur les avantages sociaux dans les organismes communautaires. Montréal: Centre de formation populaire et Relais-femmes, 2005. Disponível em: <<http://www.relais-femmes.qc.ca/publication/2005-10-pour-que-travailler-dans-le-communautaire-ne-rime-plus-avec-misere>>. Acesso em: 9 out. 2013.

BERNIER, F.; FORTIN F. **Régimes complémentaires de retraite/Statistiques de l'année 2009**. Québec: Régie des rentes du Québec, 2011. Disponível em: <<http://www.relais-femmes.qc.ca/publication/2005-10-pour-que-travailler-dans-le-communautaire-ne-rime-plus-avec-misere>>. Acesso em: 9 out. 2013.

BINHAS, L. **Les repères en économie sociale et communautaire**. Montréal: Comité sectoriel de la main-d'œuvre économie sociale et action communautaire, 2009. Disponível em: <<http://www.csmoesac.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/bibliotheque-virtuelle/etudes-enquetes/reperes-economie-sociale-action>>. Acesso em: 9 out. 2013.

_____. **Les repères en économie sociale et en action communautaire**: Panorama du secteur et de sa main-d'œuvre. Montréal: Comité sectoriel de la main-d'œuvre économie sociale action communautaire, 2012a. Disponível em: <<http://www.csmoesac.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/bibliotheque-virtuelle/etudes-enquetes/reperes-economie-sociale-action-0>>. Acesso em: 9 out. 2013.

_____. **Quelques faits saillants/Les repères en économie sociale et en action communautaire/Panorama du secteur et de sa main-d'œuvre**. Montréal: Comité sectoriel de la main-d'œuvre économie sociale action communautaire, 2012b. Disponível em: <<http://www.csmoesac.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/bibliotheque-virtuelle/etudes-enquetes/quelques-faits-saillants-reperes>>. Acesso em: 9 out. 2013.

FÉDÉRATION DES FEMMES DU QUÉBEC. **Les femmes ont besoin d'un régime de rentes du Québec amélioré et veulent qu'on cesse de gruger dans ses prestations**, Mémoire déposé suite au dépôt du Projet de Loi 39, loi modifiant la Loi sur le régime de rentes du Québec et d'autres dispositions législatives. Montréal: Fédération des Femmes du Québec, 2011. Disponível em: <<http://www.ffq.qc.ca/wp-content/uploads/2011/12/m%C3%A9moire-loi-39-2.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2013.

FÉDÉRATION DES TRAVAILLEURS ET TRAVAILLEUSES DU QUÉBEC-FTQ. **Le RRFS-FTQ: un régime à prestations déterminées qui a le vent dans les voiles. Le monde ouvrier**. Montréal: Fédération des travailleuses et travailleurs du Québec, n. 101, mars-avril 2003.

LIZÉE, M. **Le régime de retraite envisagé**: un outil pour assurer une meilleure sécurité du revenu pour les personnes salariées des groupes communautaires et de femmes et conforme à nos valeurs et engagements. RRFS-GCF, Montréal: 2005. 4 p.

LIZÉE, M. Un nouveau type de régime à prestations déterminées voit le jour. **Avantages**, 2008. p. 31-34. Disponível em: <<http://www.conseiller.ca/avantages/files/2008/09/novearegime.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2013.

_____. Un régime de retraite dans le communautaire, ça ne change pas le monde, sauf que.... **L'UQAM dans la Cité: la contribution du Service aux collectivités**. UQAM, collectivités, 2011a. Disponível em: <<http://www.sac.uqam.ca/medias/docs/PlanDeveloppementSAC2011.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2013.

_____. Une innovation conciliant sécurité des prestations et stabilité des cotisations: l'expérience québécoise des RRFS. **Revue Vie Économique**, 2011b. Disponível em: <<http://www.eve.coop/?a=99>>. Acesso em: 9 out. 2013.

ONDE MORAM OS POBRES? POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM CURITIBA, PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA VILA NOSSA SENHORA DA LUZ

*Lindsay Pilatti Araújo
Lafaiete Santos Neves*

Introdução

Este artigo reflete sobre a Vila Nossa Senhora da Luz, a qual foi construída no início da década de 1960, em uma conjuntura marcada por profundas transformações na economia brasileira, durante o governo Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961. Nessa época, implementou-se a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro que, associado ao capital estatal e privado, introduziu a indústria automobilística em nosso país.

Foi um período de rápido crescimento da economia brasileira. Ao modernizar o parque industrial, criou as condições para a chamada modernização conservadora na agricultura, com a introdução de insumos e maquinaria agrícola, levando a uma maior concentração da propriedade da terra e uma grande expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais da agricultura.

No Brasil, essas transformações estão relacionadas com o chamado “modelo brasileiro”, implantado a partir do período desenvolvimentista da década de 50. É o período do governo Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, abrindo a economia brasileira aos investimentos estrangeiros e aumentando o endividamento externo. Para fazer frente a essa abertura da economia tornava-se necessária uma agricultura dinâmica e moderna voltada ao mercado externo a fim de auferir divisas (GERMER *apud* NEVES, 2006, p. 31).

Esse processo, que avançou pela década de 1970 no estado do Paraná, com a introdução do cultivo da soja em substituição ao café, foi o responsável pelo desaparecimento de 250.000 pequenas propriedades, representando apenas nesse seguimento mais de um milhão de trabalhadores (NEVES, 2006). Essa massa de migrantes teve de buscar sua sobrevivência

nas médias e nas grandes cidades. Curitiba, capital do estado, recebeu grande parte desses migrantes, que para sobreviverem como força de trabalho não qualificada, principalmente na construção civil, tiveram de ocupar áreas públicas e privadas localizadas próximas de seus empregos. Curitiba, nessa época, pelos dados do IPPUC, tinha em torno de 180 favelas, a maioria situada ao longo do Rio Belém e no Valetão da Vila Guáira.

O poder público municipal, no início da década de 1970, diante da pouca eficácia da política de repressão, foi buscar recursos no governo federal, que, via Banco Nacional de Habitação (BNH), passa a financiar projetos de habitação popular para famílias de baixa renda. O objetivo dessa política era responder à pressão social por habitação com a desfavelização das áreas mais centrais da cidade, buscando deslocar milhares de famílias para regiões mais distantes, na periferia da cidade.

A construção desse primeiro grande projeto de desfavelização deu-se com a Vila Nossa Senhora da Luz. Foi um processo conflituoso, com muita resistência, principalmente dos moradores da favela da Vila Pinto, na Avenida das Torres, que lá permanecem até hoje. O mesmo não ocorreu com os moradores da Vila Guáira, ao longo da favela do Valetão, que tiveram de ir para a Vila de Nossa Senhora da Luz.

Um outro objetivo desse projeto era colocar a força de trabalho mais próxima das fábricas, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Isso porque havia uma grande dificuldade de locomoção dos trabalhadores dada a precariedade do transporte urbano para aquela região.

É nessa conjuntura, marcada por grandes transformações econômicas, políticas e sociais que engendraram grandes mobilizações populares em torno de reivindicações por melhores condições de vida, que Curitiba inicia seu processo de planejamento urbano. Isso foi possível graças à presença de políticos paranaenses ocupando cargos na esfera federal, facilitando, assim, a obtenção de recursos federais e fazendo a cidade destacar-se no planejamento urbano do país (SANCHES GARCIA *apud* NEVES, 2006, p. 107).

Seja do ponto de vista humano, econômico ou ecológico, não é necessário conhecimento acadêmico para perceber os problemas do modelo de desenvolvimento urbano oriundo da Revolução Industrial: distribuição perdulária e arbitrária, impermeabilização do solo, erosão, congestionamentos, ruídos, especulação imobiliária, desaparecimento de grandes áreas da paisagem aberta, alteração do microclima etc. O paradigma civilizatório resultante traçou o caminho da humanidade em direção à crise ambiental.

A construção civil é responsável por um grande consumo energético e poluição em seus diversos tipos. À função básica da casa – abrigar-se – agregaram-se novas incumbências, como, por exemplo, a determinação do *status* de seu proprietário – sendo “palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (LEMOS, 1996, p. 9).

Destacando-se a questão mais pura da habitação imbricada em um emergente contexto de industrialização, tem-se em Curitiba um marco urbano com a inauguração em 1966 do primeiro conjunto habitacional do estado do Paraná – a Vila Nossa Senhora da Luz (VNSL). A Vila está localizada na Cidade Industrial de Curitiba: bairro concebido para abrigar o distrito industrial de Curitiba, criado posteriormente à VNSL, em 1973, como resultado de um convênio entre a Companhia de Urbanização e Saneamento (URBS) e o governo do estado do Paraná.

Atualmente, considerando a totalidade dos lotes da Vila, a VNSL possui uma quantidade significativa de edificações irregulares (sem alvará de construção). Em sua grande maioria, tais construções não são passíveis de regularização, pois fogem muito da legislação atual, somando as infrações. A lei de uso e ocupação do solo existente em termos pragmáticos tornou-se impraticável em algumas regiões da cidade devido ao monitoramento insuficiente do crescimento dessas áreas.

A literatura específica sobre urbanização no Brasil retrata um processo de crescimento desigual em que permanece a construção de áreas segregadas. Isso se reflete na ação do Estado, tanto na execução de infraestrutura quanto na elaboração de leis urbanísticas. Sendo assim, este estudo tem como objetivo principal analisar a aplicação da legislação urbanística enquanto políticas públicas no processo de ocupação dos setores de habitação de interesse social em Curitiba, Paraná, utilizando como exemplo a Vila Nossa Senhora da Luz.

Onde Moram os Pobres

O processo de urbanização brasileiro teve como traço marcante o rápido crescimento das camadas populares urbanas. Com a abolição da escravidão e o declínio das lavouras no último quarto do século XIX, ocorreu um grande deslocamento do campo para a cidade, intensificado com o passar dos anos. A criadagem da elite rural que também migrara não teve espaço no cotidiano citadino de seus patrões, sendo então dispensada. A essa criadagem excedente juntaram-se os operários imigrantes estrangeiros

recém-chegados, principalmente portugueses e espanhóis, participando da produção dos bairros residenciais populares nas grandes cidades (VILLAÇA, 1998, p. 226).

A princípio, permaneceram nas áreas centrais, criando suas aglomerações nos interstícios das áreas nobres e vivendo de suas migalhas. Ao mesmo tempo, os centros, que até então eram predominantemente cívicos e religiosos, começaram a ser gradualmente constituídos por lojas, confeitarias, hotéis, escritórios, órgãos públicos etc. O aparecimento ou crescimento de determinadas atividades que só as camadas de mais alta renda podiam desfrutar – tanto para compras e serviços quanto como seus locais de emprego – valorizou o preço da terra na zona central, levando à expulsão das camadas de baixa renda que ali moravam para os subúrbios ou periferias (VILLAÇA, 1998, p. 227).

Pobre e subequipada, a periferia prevalece como forma de inserção no espaço urbano típica das camadas de mais baixa renda até a década de 1980, quando o centro tradicional e a estrutura monocêntrica hierárquica começam a perder sua importância devido à criação de novas centralidades, evoluindo para uma estrutura policêntrica de territórios ligados em rede (SALGUEIRO, 1999, p. 247).

Flávio Villaça define o funcionamento da estrutura urbana como “um todo articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, ou em uma relação, acarretam alterações nas demais partes e relações” (VILLAÇA, 1998, p. 327). E para entender a morfologia resultante – novos bairros, novos usos, adensamentos, sentido do crescimento etc. –, é imprescindível considerar as relações de determinado ponto com todos os demais pontos da urbe.

A estrutura intraurbana exerce influência direta sobre o preço dos imóveis, pois este é calculado tomando como base a localização na cidade: a legislação urbanística de uso do solo, as características da vizinhança e aspectos simbólicos. Ao adquirir um imóvel, o valor pago é resultante da soma do volume habitável com uma determinada forma de uso e uma distância do seu ponto a outros pontos de interesse (VILLAÇA, 1998, p. 73). O tempo, como o bem mais precioso não renovável da humanidade, é determinante da estruturação do espaço urbano. Para as metrópoles latino-americanas, uma das forças mais poderosas agindo sobre a estruturação do espaço origina-se na “luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante” (VILLAÇA, 1998, p. 45).

Arquiteta e urbanista, Raquel Rolnik afirma que o conceito de moradia adequada vai muito além da ideia da casa de quatro paredes: implica a possibilidade de acesso, a partir do local onde se vive, não apenas à infraestrutura e aos equipamentos, mas também às oportunidades de trabalho, oportunidades econômicas, ou seja, aos meios de sobrevivência (2010, p. 14). Com isso, pode-se afirmar que uma moradia digna não se restringe ao conforto, à segurança e à salubridade da própria edificação. As suas funções só se completam quando há uma troca benéfica com seu entorno, com o ambiente que a cerca (ABIKO, 1995, p. 3).

Até a década de 1970, as habitações de interesse social implantadas no Brasil acabaram aumentando a segregação. Além da padronização tipológica e o número excessivo de unidades repetidas, ocupavam áreas tão distantes do centro que iniciavam a formação de novos guetos de abandono. Com altos custos de infraestrutura, aumentaram a dispersão urbana e a agressão ao meio (CARDOSO; ABIKO, 2006, p. 5).

O pós-modernismo trouxe uma revisão ideológica da forma de implantação dos programas habitacionais para a população de baixa renda. A questão deixou de ser “quanto menor o valor da terra, melhor” – devendo existir equilíbrio entre os gastos com o terreno, a infraestrutura, construção, reintegração social e qualidade de vida. A preferência deveria ser por áreas de diversos tamanhos, próximas a eixos de transporte, equipamentos e polos de emprego, mesclando faixas de renda e tipologia das habitações – casas, sobrados, apartamentos. O novo modelo primaria pelo fortalecimento de uma identidade que unisse o usuário ao seu edifício e ao respectivo entorno, incentivando programas de autogestão e mutirão. Entretanto, embora a teoria tenha evoluído, na prática as leis de mercado ainda são mais fortes que as leis constituintes.

A Lei e a Ordem

Há duas principais formas de irregularidade das moradias: a fundiária e a urbanística. Pode-se dizer que ambas estão vinculadas a uma condição de pobreza urbana – em maior grau no caso fundiário e em menor grau no caso urbanístico. A irregularidade fundiária, na impossibilidade de as famílias pobres terem acesso à terra pela via tradicional do mercado imobiliário, vale-se de uma estratégia popular conhecida como “ocupação” voluntária de terrenos públicos ou privados. A irregularidade urbanística, seja em favelas ou loteamentos aprovados, caracteriza-se pelo processo de

construtibilidade das moradias sem obedecer aos preceitos definidos nos códigos urbanísticos (ABRAMO, 2001, p. 1578).

Para que um imóvel participe dos programas de financiamento e repasse do governo, é pré-requisito que ele atenda à legislação de uso e ocupação do solo vigente em cada município. Mesmo no caso de unidades já existentes, para que possam receber a requalificação ou obter um financiamento comum para venda em qualquer instituição financeira, é necessário que as edificações estejam integralmente averbadas no Cartório de Registro de Imóveis. E assim o desejando, entre outros documentos pessoais, a edificação deve possuir Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO) fornecido pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), que nada mais é que a comprovação de que a obra está de acordo com o projeto aprovado, sendo atendida a legislação atual.

Como parte do Plano Diretor, ou mais diretamente dentro do Código de Obras e Posturas de cada município, os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo determinam a morfologia limite que cada edificação poderá apresentar em relação à região ocupada da cidade. Tratam do “direito de utilização” de cada lote. Definições de quais atividades são permitidas ou proibidas em cada terreno, coeficiente de aproveitamento, área de projeção, taxa de permeabilidade, densidade habitacional, número de pavimentos, faixas de preservação, recuos e afastamentos são formas legais de controlar a ocupação. Algumas determinações apenas de ordem estética atravessaram o tempo e ainda permanecem; entretanto, grande parte das regras está associada a questões de ordem ambiental ou funcional, visando à racionalização de equipamentos públicos. Isso porque, na escala de vida humana, as edificações aparecem como algo permanente a médio ou longo prazo, gerando modificações no meio ambiente irreversíveis.

Salvo por fatores acidentais específicos ou catástrofes (e.g. terremotos, etc.) não ocorrem mudanças dramáticas todo dia neste ambiente construído. Edifícios tendem a durar bem mais de cinquenta anos, pessoas permanecem em torno de nove anos em suas moradias, um ano de boom imobiliário dificilmente adiciona mais de 5% de novas unidades ao estoque preexistente, grandes intervenções que implicam alterações significativas em vastas áreas ocorrem apenas de quando em quando. Consequentemente, problemas ambientais não só não emergem da noite para o dia, como também não podem, em geral, ser resolvidos rapidamente. Decisões quanto ao ambiente construído, tomadas em um passado irrevolu-

gável, constroem o presente, e nem sempre podem ser facilmente revertidas (SMOLKA, 1996, p. 136).

Ao considerar o conjunto de dispositivos legais reguladores do uso e ocupação do solo, zoneamento, parcelamento do solo e edificação, mais de 50% das construções nas grandes cidades brasileiras podem ser consideradas irregulares (MARICATO, 1996, p. 21). Uma das questões que fere a possibilidade de atendimento aos parâmetros é que, mesmo em se tratando de taxas proporcionais à dimensão dos lotes, algumas exigências são incompatíveis com a realidade socioeconômica e até cultural da população de baixa renda – diferentemente dos requisitos e padrões urbanísticos voltados a solucionar os problemas dos bairros de classe média e acima da média. A legislação urbana “é feita pela e para as burguesias” (VILLAÇA, 1998, p. 338).

O tamanho dos terrenos impostos pelo mercado em loteamentos populares dificulta a execução de projetos de baixo custo (no caso, construções com um pavimento apenas, que dispensam um estrutural mais complexo) condizentes com a tipologia familiar e as solicitações edilícias legais de recuos, afastamentos, ventilação, iluminação e demais taxas. Em alguns bairros ou vilas, a clandestinidade é tamanha que não se percebe a legislação.

Assim, além do valor agregado aos lotes pela infraestrutura, também a formalidade (a produção da cidade dentro da legislação urbana) dentro de um contexto de excessiva regulamentação acaba por afastar ou excluir grande parte da população (MARICATO; TANAKA, 2006, p. 21). “É por isso que os investimentos públicos e a legislação urbanística são objeto de uma luta surda, agressiva e pouco transparente nos governos e câmaras municipais” (MARICATO; TANAKA, 2006, p. 20).

Um estudo realizado em 2001 pelo Laboratório de Arquitetura e Urbanismo (Laurb) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) constatou que terrenos em ocupação irregular valem mais do que lotes formais em regiões similares. Os pesquisadores concluíram que a possibilidade de adensar construções clandestinas no mesmo terreno, alheias às imposições urbanísticas, sem alvará e sem o recolhimento de impostos, flexibiliza o uso dos terrenos, sendo incorporada essa “vantagem” ao valor dos imóveis (PEREIRA; SILVA, 2009, p. 311).

Tomando como exemplo um estudo efetuado em São Paulo, Raquel Rolnik, em *A Cidade e a Lei* (1997), demonstra que a ineficácia em regular

a produção da cidade é a verdadeira fonte do seu próprio sucesso político, financeiro e cultural. Rolnik é determinante:

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. [...] ela determina apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto – cidade – não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas da relação que esta estabelece com as formas concretas de produção imobiliária na cidade. Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura **regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada** (ROLNIK, 1997, p. 13, grifos da autora).

A elite burguesa espera que o Estado faça cumprir as normas e penalize aqueles que as contrariam. Entretanto, quando a exceção vira regra, incluindo aqui as próprias edificações das classes mais abastadas, estabelece-se um “faz de conta” geral das instituições. Com isso, questiona-se:

Qual é o papel das leis que pretendem regulamentar procedimentos detalhados do universo individual do interior da moradia, quando a maior parte das moradias e do contexto urbano constituem imenso universo clandestino que ignora normas mais gerais e básicas? (MARICATO, 1996, p. 23).

Esse descolamento do que a urbe é e do que deveria ser de acordo com a regulamentação oficial acarreta problemas para a própria máquina estatal. “A legislação detalhista e ‘rigorosa’ contribui para a prática de corrupção e constitui exemplo paradigmático da contradição entre a cidade do direito e a cidade do fato” (MARICATO, 1996, p. 23). Ao invés de buscar uma redefinição dos parâmetros, adaptando as leis para uma realidade mais próxima ou, ao menos, instruindo os cidadãos para que estes exerçam os direitos e deveres urbanísticos em prol da coletividade, alguns vereadores e deputados preferem atuar em casos isolados, atendendo a seus eleitores e futuros eleitores. Para Weber, “em todos os lugares a empresa política se põe, necessariamente, como empresa de interesses” (2011, p. 84).

Ermínia Maricato evidencia a questão do clientelismo:

O Legislativo também tira partido dessa situação. Em vez de buscar adequar a legislação à realidade ou a realidade à lei, podemos afirmar que, mais como regra do que como exceção, parlamentares se aproveitam desse descolamento entre norma e conduta na produção e uso do espaço, para “beneficiar” vastas camadas da população com anistias periódicas para os imóveis ilegais. Aliás, o assentamento ilegal residencial constitui inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil pelo Legislativo e também pelo Executivo (MARICATO, 1996, p. 24).

O intenso crescimento das cidades deixou transparecer um Estado fragilizado, sem repertório para atender às necessidades demandadas. Por outro lado, a “ocupação anárquica do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado” (MARICATO, 1996, p. 66).

A Luz sem Luz

Desde os anos 1940, Curitiba convivia com núcleos de ocupações irregulares. Seguindo o programa de desfavelamento proposto pelo regime militar, em 13 de novembro de 1966 foi inaugurada, pelo então presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco, a Vila Nossa Senhora da Luz: o primeiro conjunto habitacional do Paraná e um dos pioneiros do país. Criada pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab-CT) e com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), tinha como objetivo suprir o déficit habitacional da cidade e erradicar os núcleos de favelamento existentes.

Para tal, o conjunto foi planejado a partir de um levantamento que calculou aproximadamente duas mil famílias a serem relocadas. Entretanto, a extinção das favelas não aconteceu. Para a maioria dos moradores que retirava seu parco sustento do mercado de trabalho informal, permanecia impraticável o financiamento proposto pelo BNH. Para adquirir um lote na Vila, o comprador arcava com 24 cruzeiros mensais, o equivalente a 10% do salário mínimo, durante 20 anos (FERNANDES, 2006a, s.p.).

O engenheiro e arquiteto Alfred Willer, um dos diretores da Cohab-CT na época da implantação do empreendimento, conta que apenas 20% dos moradores da Vila eram oriundos de favelas, sendo que estes

representavam “a elite de uma favela que tinha a sorte de ter um emprego fixo” (WILLER, 1991, p. 133). A VNSL acabou por atender a uma demanda habitacional de pessoas que preenchiam os requisitos do BNH, como, por exemplo, com uma faixa salarial de três salários mínimos. Alfred Willer, embora afirme que o conjunto tenha cumprido sua função social na época, expõe: “Não se pode esperar que alguém, ganhando salário mínimo, encontre uma forma de pagar uma prestação, por menor que seja. O problema não é urbanístico, é sobretudo sócio-econômico” (WILLER, 1991, p. 133).

A segregação espacial forçada à população de baixa renda amplia a segregação social da mesma. A VNSL foi implantada no antigo bairro denominado Barigui do Portão, onde hoje se localiza a Cidade Industrial de Curitiba (inclusive foi um dos argumentos que o então prefeito Ivo Arzua utilizou para justificar a escolha da região como o futuro distrito industrial, pois assim reuniria as funções de moradia e trabalho) (MENDONÇA, 1998, p. 28). Willer, em depoimento de 1991, relatou como foi a escolha da área em que seria locado o conjunto. Após diálogo com a equipe do Plano Diretor em construção, chegaram à conclusão de que a “correta localização” seria justamente na direção de expansão prevista pelo Plano (sentido Bacacheri-Portão). Os técnicos da Cohab começaram então a investigar ofertas de terrenos nesse eixo – algum relativamente plano, seco, alto, argiloso – e acabaram se interessando por uma área junto da estrada velha de Araucária, numa região de serrarias. “Na época, a obra foi muito criticada, como sendo muito afastada do centro, mas, hoje, pelo contrário, está muito bem localizada”, afirmou Willer (1991, p. 130).

Afirmar que a Vila está “muito bem localizada” é algo muito relativo – são 15 quilômetros de distância da zona central. Pode-se dizer, sim, que hoje a VNSL encontra-se completamente integrada à cidade no que diz respeito ao transporte coletivo. Possui escolas, hospital, creche, associações de moradores e uma administração regional (uma espécie de subprefeitura) próxima. Seu entorno é composto por outros conjuntos habitacionais, sejam casas ou apartamentos, e algumas indústrias. Entretanto, essa expansão é de certa forma recente, e os moradores da VNSL ficaram isolados por anos sem infraestrutura, sem vizinhança, sem água encanada e muito menos sistema de coleta de esgoto. “[...] a paisagem se resumia a um núcleo de moradores da Rede Ferroviária, próximo da Estação Barigüi, pequenos agricultores, bois pastando na imensa área de 800 mil metros quadrados e o céu que nos protege” (FERNANDES, 2006a, s.p.).

As primeiras impressões quanto à chegada à Vila são bastante similares: desbravamento. O entrevistado Israel Muniz, 61 anos, funcionário aposentado da Prefeitura Municipal de Curitiba, atualmente é presidente da Associação de Moradores da VNSL. Faz parte também do Conselho Local de Saúde. Em 1964, veio de Figueira (norte do Paraná) para morar com a família em uma ocupação irregular junto do Rio Belém. Trabalhou com o pai como pipoqueiro, continuando seu ofício em Curitiba até sua mudança para a VNSL, ao completar 16 anos. Israel percorreu:

Parecia que a gente tava indo pra outra cidade. [...] No começo nem ônibus tinha. O pessoal pegava ônibus lá no Barigui. E tinha um trem que passava. Tinha uma linha de trem que passava no Portão. E tinha uma estação ferroviária aqui no Barigui. Chamava-se Estação do Barigui mesmo. Esse trem ia até Araucária, Contenda. O pessoal chamava esse trem de subúrbio. Então ele parava de manhã cedo ali, apitava e os funcionários que iam trabalhar na capital, no centro, embarcavam nesse trem às 6h30 e ia até a estação central.

Para a doceira Iolanda Xavier Cazura não foi diferente. Em 1967, recém-casados, Iolanda e seu marido deixaram o barraco na beira do trilho da Vila Guaiá e foram morar na VNSL. Iolanda, em depoimento por ocasião dos 25 anos da CIC, relatou a dificuldade de acesso nos primórdios da VNSL. Era necessário pegar o trem na “Ponte Preta” [Rua João Negrão], descer na Estação Barigui [hoje extinta] e andar alguns quilômetros a pé até a vila (MENDONÇA, 1998, p. 25). E, por fim, Iolanda desabafou: “E lembrar que eu achava que ônibus nunca ia vir para nossos lados, pois nem médico, farmácia, luz, asfalto e água tinha” (MENDONÇA, 1998, p. 29).

Elícia da Costa Pereira nasceu no dia 22 de agosto de 1933 na Bahia. Com seu marido e filho de seis meses, veio tentar uma vida melhor no norte do Paraná. Após o nascimento de outros dois filhos, vieram para Curitiba. Moravam numa pensão na Rua Comendador Araújo onde, segundo ela, viviam mais famílias pobres. Quanto à chegada na Vila, ela relembrou:

Nossa, foi uma tristeza, “né”. Chegar numa vila que não tinha água, não tinha luz, não tinha morador nenhum, só a gente, naquele mato, na escuridão. A gente sentiu que estava perdido. [...] Tinha medo, muito medo. Meu marido ia trabalhar, levantava às quatro horas para ir trabalhar, e eu ficava dentro de casa só com um lampiãozinho aceso. Dava graças a Deus quando o dia amanhecia e o sol saía pra gente ver a luz do dia. É ruim ficar sem luz.

“Era um mundo sem ninguém”, classificou Pasqualina Paula de Lima. Ela e o marido Agenor trabalhavam na lavoura, tornaram-se favelados e, quando tiveram a oportunidade, passaram a residir na Rua Santo Ulrico, 36 da VNLS. Entre as recordações, Pasqualina resgatou: “a gente tinha que andar tanto que inchava o pé. Era muito sacrifício pra cuidar dos filhos e Frei Miguel era nosso médico, nosso professor, nosso santo” (MENDONÇA, 1998, p. 50).

Citado por Pasqualina, Frei Miguel Botacin foi um religioso com formação em Psicologia que dedicou grande parte de sua vida a essa comunidade. Figura carismática, com uma paciência digna de um capuchinho, foi um guia não só espiritual como também cultural dos moradores. Para entender melhor o processo de ocupação da área e a relação entre seus moradores, é essencial levar em consideração os relatos de Frei Miguel.

Botacin (1991, p. 316) expunha que o povoamento do conjunto habitacional foi feito sem preparação prévia das famílias e também não houve acompanhamento posterior. Por exemplo, as casas possuíam todas as instalações hidráulicas, mas nos primeiros anos a água não saía pelas torneiras: tinham que ir buscar água no Barigui. O vaso sanitário virou artigo de decoração, quando não era arrancado e vendido. As casas também foram entregues com um fogão de duas bocas, mas alguns moradores tiveram que, ironicamente, vendê-lo para ter o que comer. Arrancavam a porta ou os tacos do assoalho para fazer lenha.

De acordo com documento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUV), na década de 1970:

A resistência, a rejeição, a revolta transfigurada em violência por parte dos moradores da Vila Nossa Senhora da Luz, convenceu os técnicos de que estes sujeitos não estão preparados para decifrar na nova casa às reais necessidades do homem urbano (SOUZA, 2001, p. 1612).

Realmente, algumas atitudes eram condizentes com o despreparo de alguns recém-migrados do campo. Entretanto, cabe ressaltar o analfabetismo generalizado, a revolta pelo isolamento e, principalmente, a falta de condições materiais. “A origem dos problemas da Vila foi a política de segregação de uma população homogênea, do ponto de vista social e cultural” (BOTACIN, 1991, p. 318). O abandono fez crescer a violência.

Embora com a criação da CIC o destino dos moradores tenha melhorado, pois, desde que alfabetizados, muitas oportunidades de trabalho

foram abertas para eles, a Vila permaneceu como presença constante no noticiário policial, sendo mais conhecida por seus bandidos do que por seus problemas de infraestrutura (MENDONÇA, 1998, p. 49). A violência sempre fez parte do cotidiano da VNSL. Segundo Frei Miguel, em média, duas pessoas eram assassinadas por dia na Vila (BOTACIN, 1991, p. 314). Assim, o medo que as pessoas tinham dos vilanos era até justificável. “Quando algum morador daqui ia à ‘cidade’, não falava que era da Vila Nossa Senhora da Luz, falava que era de São Jorge, do Portão, porque era ‘feito’ ser da Vila” (BOTACIN, 1991, p. 316). Para o Frei é impossível apontar vilões isolados: a criminalidade foi decorrência de um fracasso da política habitacional vigente.

Então, havia e com certa razão, um estigma sobre a Vila. Acontece que não houve nenhuma preparação para essa pobre gente. As pessoas culpam diretamente essa gente que veio morar aqui: eu, porém, dou culpa às autoridades, porque se tivessem preparado um pouco. Imagina, em vinte e quatro horas se coloca dentro de um lugar 15.000 pessoas. É aquela velha história: tinha-se que fazer a inauguração porque vinha o Presidente Castelo Branco (BOTACIN, 1991, p. 316).

Foram 18 meses de obras até a conclusão do conjunto. Ao todo, eram 2.115 lotes de 10 por 20 metros já com as unidades habitacionais construídas, sendo apenas de dois tipos: uma com 21 m e outra com 50 m². O primeiro modelo de casa (CT-1-21) possuía um quarto, sala, cozinha e banheiro; o segundo (CT-5-25), dois quartos, sala, cozinha, banheiro e um sótão que podia ser habitável.

Israel e sua família ocuparam uma das casas menores, de 21 m². “Só tinha uma cozinha pequenininha, uma sala, um quartinho e um banheiro. Era pra morar umas duas pessoas e tinham dez pessoas morando numa casa dessas. [...] Já naquela época”. Após seu casamento, Israel passou a habitar uma das “casas grandes” (com o sótão) situada na Rua Orlando Luis Lamarca, 745.

Alguns problemas foram detectados pelos técnicos já na fase projetual, como o tamanho reduzido das unidades e a monotonia tipológica: “Fazer 2.100 casas de dois tipos só não fica satisfatório” (WILLER, 1991, p. 130), porém eram limitações impostas pelo BNH. Willer relembra:

Veio o presidente inaugurá-las. O Marechal Castello Branco fez questão de subir ao sótão de uma delas. A escada não era nada

confortável. Como eu estava ciceroneando, me mandaram subir junto. O espaço era muito pequeno e não foi possível os segurantes subirem também (WILLER, 1991, p. 131).

A alegação era que as casas representavam apenas o mínimo necessário para uma família se instalar, já contando com a parte mais cara pronta – as instalações hidráulicas. As origens sanitárias do urbanismo moderno ditavam aos planejadores curitibanos que a célula “mínima desejável” seria o recinto sanitário, a partir do qual tudo poderia evoluir (SOUZA, 2001, p. 1613). Assim, as unidades entregues deveriam funcionar como embriões para o desenvolvimento particular. Além do mais, na imaginação dos técnicos, tais embriões habitacionais conteriam em estado rudimentar o potencial normativo, funcionando como “um anticorpo, curando o órgão afetado por patologias e o integrando ao corpo social saudável” (SOUZA, 2001, p. 1613). Alfred Willer conta:

[...] ela servia de um elemento inicial para **um crescimento simétrico futuro da casa**, então tinham terrenos com tamanho suficiente, **tinha lotes com tamanho suficiente para a casa crescer**. Então, **a idéia era**: o morador se instalava lá, ganhava o embrião, que era a parte mais complexa da casa, e ele, com seus próprios recursos, a ampliava, **puxava mais um quarto, puxava uma área de serviço, aumentava a sala e assim por diante** (WILLER, 1991, p. 131, grifos nossos).

Um relatório do IPPUC de 1978 sobre Política Habitacional de Interesse Social expunha, sob a ótica da administração de então, a experiência curitibana no assunto:

[...] as casas não foram construídas de acordo com a concepção que se tem a respeito do que seja uma moradia completa. Elas foram projetadas e realizadas a partir da ótica e das possibilidades do morador. [...] assim, em princípio, o morador recebe apenas um embrião de residência, dotado, é claro, do que é mais essencial. Depois, e em decorrência do **processo natural de integração** – ele amplia essa unidade básica (IPPUC, 1978, *apud* SOUZA, 2001, p. 1612, grifo do autor).

De fato as alterações vieram. Era necessário expandir. “Reformar o ‘pre-dinho’” tornou-se uma espécie de atestado de que “os tempos de penúria passaram” (FERNANDES, 2006a, s.p.). Israel corroborou com essa afirmação:

Hoje o pessoal tem orgulho de morar aqui. Então passaram a respeitar, a melhorar seus imóveis. É que os primeiros moradores não tinham nem condição financeira e também não procuravam investir nos seus imóveis. Hoje a VNSL é outra Vila. O perfil de construção é outro. E com o tempo então, como a maioria das pessoas que veio pra cá, financeiramente tinham poucas condições, quando o filho casava acabava fazendo uma casinha nos fundos. Casava outro filho, mais uma pecinha. Então a VNSL virou três Nossa Senhora da Luz. E tudo irregular, ninguém tirava alvará. Uma situação que não era regularizada. “Se chega em” lote que eu conheço que tem duas a três “meia-água” com três filhos morando ali. Até porque não tinha condições. Mais difícil adquirir imóvel ainda. Então em terrenos de 9 x 18 tem 2 ou 3 casas.

Muitas modificações foram efetuadas também por não assimilação da linguagem das residências criadas, principalmente as com sótãos habitáveis, uma vez que referenciavam uma identidade rural (a origem de grande parte dos moradores, porém aspirantes de um reconhecimento urbano) (DUDEQUE, 2001, p. 246). Nos relatos de Frei Miguel também se encontra referência às ampliações:

Depois a Vila foi crescendo, cada família foi se multiplicando e continuando a morar na mesma casa. Fazia um puxadinho, um quartinho, e casava o filho e a filha. Em algumas casas se encontravam, às vezes, até quatro famílias. Mas, felizmente, quando isso começou, a vida na Vila já tinha melhorado um pouquinho. E nós demos nossa contribuição; trabalhamos como porta-vozes da Vila. Fui várias vezes falar com os prefeitos. Uma vez fui falar com um prefeito (não vou dizer o nome) e ele disse: “a Vila tem até demais”. Então eu disse: “por que você não vem morar lá; venha morar e veja quanto tempo o senhor agüenta”. Ele me olhou um bocadinho e disse: “sabe que o senhor tem razão, eu não teria coragem de morar na Vila” (BOTACIN, 1991, p. 317).

Contudo, as ampliações não saíram exatamente como o imaginado pelos técnicos: seguindo o potencial normativo do embrião. As casas concebidas como unidades-embrião foram ampliadas ao gosto do proprietário, caracterizando uma expansão desordenada. Com isso, atualmente, a maioria dos lotes encontra-se em situação irregular, considerando os parâmetros atuais de uso e ocupação do solo: muitos com processos fiscalizatórios e outros tantos com inventários e financiamentos bloqueados devido à irregularidade.

Segundo a Lei nº 9.800/2000, que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no município, em Setor Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS) – o que engloba a VNSL –, é permitido construir edificações para habitações unifamiliares (no caso, até três unidades por lote) e paracomércios e serviços vicinais, de bairro ou setoriais (atendendo ao porte máximo de 100 m²). O coeficiente de aproveitamento é limitado a 1, ou seja, é permitido construir uma vez a área do lote. Quanto à taxa de ocupação, que determina a proporção entre cheios e vazios dos lotes, calculada com base na área de projeção da edificação, o limite é de 50%. A altura máxima está limitada em dois pavimentos (10 m – sendo que subsolos, sótãos e áticos não contam como pavimentos, mas devem atender aos 10 m). Não há taxa de permeabilidade mínima. Dos parâmetros vigentes para o setor, apenas o recuo frontal mínimo foi alterado (de 5 m para 3 m) em relação ao início da Vila. De acordo com Israel, já foi uma reivindicação dos proprietários locais.

Um estudo¹⁵⁸ realizado pelo IPPUC em 2000 levantou dados sobre a ocupação da Vila em relação aos parâmetros básicos exigidos. Lote a lote, verificou-se a disparidade entre o projeto inicial, a legislação proposta e a situação real. Em apenas 55% dos lotes levantados, mesmo que parcialmente, podia-se identificar as casas-embrião como remanescentes. Menos da metade dos lotes atendia ao recuo frontal obrigatório sem construção, não entrando no mérito se ajardinado (exigido por lei) ou não. Em nove unidades havia um terceiro pavimento já construído. De 451 lotes pesquisados, apenas 23 atendiam à taxa máxima de ocupação de 50% – 174 estavam entre 50% e 75% e o restante com taxa de ocupação superior.

Tomando o mesmo recorte dos 451 lotes (no caso, 450, pois dois deles foram unificados) situados nas quatro principais ruas da Vila, 11 anos depois foi efetuado um novo estudo. Por intermédio da análise da existência ou não de alvarás aprovados pelo município, comparando-os com as metragens indicadas pela Secretaria de Finanças (a mesma usada para compor o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU), pode-se constatar uma leve melhora no número de lotes regularizados (no total de 30 lotes). Entretanto, no geral, ocorreu um aumento do volume construído. A percentagem mínima de lotes regularizados em face do universo amostrado remete à constatação da enorme dificuldade em se adequar a cons-

¹⁵⁸ Levantamento realizado na íntegra pela autora em 2000 quando estagiava no IPPUC, Setor de Política Urbana.

trutibilidade aos códigos estipulados pelo estado, seja por falta de recursos financeiros, seja por falta de espaço e de estímulo.

Como já visto anteriormente, a aprovação da edificação se faz necessária para sua averbação em matrícula de Registro de Imóveis. Ao averbar a construção, agrega-se valor ao imóvel. E sem a documentação da edificação, não há como inventariar, financiar nem deixar como garantia em empréstimos. De certa forma, trata-se de um patrimônio preso.

José Dirceu de Matos, administrador da Regional da Cidade Industrial de Curitiba desde sua inauguração em março de 2005 até o final de 2012, confirmou que um dos maiores problemas da Vila é a questão da regularização dos imóveis. Dirceu afirmou que a Vila está consolidada e sem espaços abertos disponíveis nem para equipamentos públicos. Salientou a necessidade da revisão dos parâmetros principalmente devido ao tamanho reduzido dos lotes:

No caso da Cidade Industrial, mais especificamente da Nossa Senhora da Luz, que é mais adensada, eu acho que tinham que ser revistos esses parâmetros da construção. Primeiro os imóveis são muito pequenos; as famílias – nós já estamos praticamente na terceira geração de quando foi ocupado/inaugurado até hoje – as famílias cresceram. Eles já fizeram todas as ampliações e hoje não tem espaço quase nenhum. Pra implantar comércio precisa fazer a demolição dessas residências, que é o que a gente percebe. Então, o que eu vejo é que a legislação, em função do tamanho do terreno, ela engessa o crescimento da Vila, porque assim não vai mudar a Vila nunca.

José Luiz de Mello Filippetto foi diretor de Fiscalização da Secretaria de Urbanismo de Curitiba durante oito anos. Trabalhando diariamente com situações de irregularidade urbanística, Filippetto afirmou que os parâmetros construtivos hoje já não cabem mais para o SEHIS devido às pequenas dimensões dos lotes rivalizando com o aumento do número de residentes:

Não cabem mais hoje essas famílias dentro daqueles terreninhos de 120 a 180m² com taxa de ocupação de 50% e recuo de 3 m. Essa taxa de ocupação tem que ser revista. Então, são parâmetros que impossibilitam a regularização das edificações. E é a mesma questão pro comércio. Não adianta pensar nessas áreas como estritamente habitacional. Tem que existir aquele pequeno comércio

pra dar suporte a essa comunidade. E mesmo esse comércio com 100 m² às vezes tem um recuo que inviabiliza. E pedir estacionamento ainda em cima disso: impossível! Então a gente entende que tem que haver realmente uma revisão da legislação pra absorver a realidade do local. E a realidade do local é taxa de ocupação de 75% no mínimo, construção no alinhamento predial, isenção de estacionamento em relação aos pequenos comércios instalados nessas áreas. [...] Talvez até um terceiro pavimento deva chegar. Que os dois pavimentos hoje a gente já nota também que já não é mais uma característica isolada, uma situação isolada.

Para José Filippetto, ao ser questionado sobre a possibilidade de se realizar uma “anistia” geral, o diretor se posicionou contrário e defendeu a qualidade de vida da comunidade em geral, para que os espaços produzidos não sejam insalubres.

Nós temos que fazer adequações à legislação pra propiciar a regularização. Esse propiciar a regularização não significa que tudo que está de errado será aceito. [...] Não tem como ter uma taxa de ocupação de 100% e ter qualidade de vida nessas edificações. Mesmo porque em função do tamanho do lote você dá uma taxa de ocupação de 100% você tá confinando aquilo ali num caixote sem condição de nada. É de se chegar até um nível satisfatório que possibilite a regularização desses imóveis, mas preserve um mínimo pra condição de habitabilidade, qualidade de vida e até de planejamento urbano da cidade. Quem extrapolou aquilo vai ter que rever.

Ao ser indagado sobre a dificuldade em se adquirir por meio de financiamento um imóvel antigo nos SEHIS (devido à sua irregularidade urbanística), tendendo à expulsão da classe baixa da capital para a RMC, Filippetto volta o foco para a especulação imobiliária atrelada ao mercado de lotes populares subsidiados por agentes do governo. Exime a população de baixa renda de uma “culpa”, uma vez que é a lógica da sobrevivência imperando:

O que acontece: eles estão comprando hoje por dez, mas no dia seguinte eles já estão tendo oferta de venda por cem. Ou seja, a especulação imobiliária “tá” num ritmo muito acelerado, então a COHAB também tem que criar mecanismos pra conter isso aí. Porque uma vez que se tem um imóvel financiado, que tem uma série de parcerias, de facilidades, de benefícios, de redução de impostos e coisa e tal, já “tá” servindo pra especulação imobiliária.

Tem que ser criado mecanismo também pra segurar essas pessoas lá ou até efetivamente vender pra quem tem necessidade. [...] Logicamente, hoje você compra por dez e amanhã me oferecem cem, realmente as pessoas de baixa renda balançam.

As infrações dos parâmetros urbanísticos e ambientais na VNSL são tantas que os técnicos da prefeitura ficaram impossibilitados de intervir. Muitos proprietários (muitas vezes sem saber que também estão em situação irregular), ao se sentirem lesados por obras vizinhas, acionam a Central 156 (sistema de teleatendimento automatizado, integrado e com acompanhamento dinâmico do órgão competente). Entretanto, devido ao grande número de processos fiscalizatórios sem continuidade nem sucesso, utiliza-se uma resposta padrão informando que não há legislação específica para a região (embora exista). Quanto a essa orientação repassada aos técnicos das pontas, Filippetto explicou:

Mesmo que houvesse uma pressão pra abrir uma ação fiscal, tinha que fazer o máximo possível pra contornar essa situação, porque era um processo que não vai dar em nada, em função da condição geral daquela comunidade. O que nós vamos fazer? Vamos tratar casos isolados? A gente achar um bode expiatório, alguém pra pagar o pato... Ou vamos estender essa ação de fiscalização pra toda a comunidade, vamos penalizar todo mundo, com a situação já consolidada. O caos social que a gente vai implantar.

Filippetto argumentou que o melhor obviamente seria efetuar uma fiscalização preventiva, pois as soluções são mais práticas, mais rápidas, uma vez que o contraditório fica muito reduzido, o que já se provou ser o melhor caminho. Entretanto, para a realidade da Vila, isso não caberia mais. Seria válido um trabalho de educação, de orientação sobre espaços com maior conforto, quando houvesse a alteração da legislação.

Na realidade, o que a gente precisa é alterar a legislação pra dar possibilidade dessas comunidades regularizarem suas edificações, ter condição de viver naquelas edificações. Então, não adianta só regularizar que eles começam também a fazer os puxadinhos aleatoriamente sem nenhum envolvimento técnico e essa edificação se torna no decorrer do tempo praticamente inabitável. Pouquíssima qualidade de vida lá dentro. Então é fundamental a gente levar informação, mas dar um acompanhamento técnico para essas comunidades. Querem fazer um puxadinho, ó, façam um puxadi-

nho, mas, olha, nessa condição, preservem isso, vamos lá preservar a condição de iluminação, de ventilação, a questão de vizinhos...

“Pra regularizar isso aqui não é fácil não”, Israel afirmou com certo ar de desânimo. Entretanto, são pessoas como ele, saudosistas e orgulhosas do local em que vivem – “Eu tenho muito estima pela Vila. Aqui eu casei, eu tive meus filhos. Praticamente eu só nasci no Norte, vivi aqui a vida inteira” –, que enaltecem o poder dos vilanos e mostram ser possível melhorar.

Considerações Finais

Verificou-se que a Vila Nossa Senhora da Luz, sobre a movimentação das partes dentro da estrutura intraurbana, cumpriu o papel clássico capitalista de expulsar para a periferia os migrantes indesejáveis. Retirados da região central da cidade e depositados em seus arredores, os depoimentos coletados dos moradores da VNSL espelham a formação de uma comunidade totalmente desterritorializada. Isso fica claro principalmente a partir da fala de Israel Muniz, quando ele menciona a vergonha de outros moradores em dizer onde moravam. Mas, em conformidade com tais relatos, essa população foi lentamente se territorializando e hoje já não tem mais vergonha de fornecer seu endereço.

Foram evidenciadas divergências da legalidade urbanística vinculada às necessidades das pessoas, sejam físicas, sejam emocionais, aqui incluindo a autoestima. Previstas na concepção original do projeto, as ampliações das unidades-embrião ocorreram e continuam a ocorrer, entretanto, alheias às determinações legais.

Por não ter levado em conta as condições específicas da implantação do loteamento e pelo fracasso na orientação dos moradores, a legislação existente tornou-se inviável. A irregularidade favorece o clientelismo e a dependência, fazendo uma quebra da relação direta entre o morador e a moradia. As divergências entre o real e o legal, que impossibilitam a regularização urbanística das edificações, fazem com que os proprietários permaneçam “presos” aos seus imóveis (excetuando as transações efetuadas com base nos chamados “contratos de gaveta”). Afetam e abalam as liberdades substantivas dos indivíduos, impedindo seu desenvolvimento.

Como resolver o empecilho legal dessa população? No caso em questão, acredita-se que uma flexibilização dos parâmetros de uso e ocupação do solo se faz necessária para que cada proprietário se sinta realmente dono

daquilo que lhe pertence, dispondo de seu bem, tão almejado e arduamente conquistado, de forma mais coerente com a situação herdada. Assim, urge legislar em prol dessa comunidade que nasceu cerceada do direito à cidade. Não que a simples regularização dos imóveis resulte em uma melhora na paisagem global, mas sim em uma mudança de foco, uma atenção maior por parte do poder público, um embasamento mais consistente na exigência de seus direitos, uma vez que seus deveres foram cumpridos.

As adaptações dos parâmetros poderiam transformar os próprios moradores em agentes do processo de mudança, possibilitando a responsabilização dos mesmos por novas intervenções não autorizadas. Também a padronização de um serviço prestado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) diminuiria o grau de insatisfação dos servidores municipais e possibilitaria uma maior autonomia e proatividade dos mesmos, aumentando assim o grau de eficácia dos atendimentos.

Referências Bibliográficas

ABIKO, Alex Kenya. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995. (Texto técnico/Escola Politécnica da USP). Disponível em: <<http://publicacoes.pcc.usp.br/PDF/ttcap12.pdf>>. Acesso em: out. 2007.

ABRAMO, Pedro. Quatro notas preliminares sobre teoria econômica da favela: localização residencial e mercado imobiliário. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 09, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

BOTACIN, Frei Miguel. Depoimento. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: [s. n.], 1991. p. 311-320.

DUDUQUE, Irá Taborda. **Espiraís de madeira**: uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001.

CURITIBA. Lei nº 9.800, de 3 de janeiro de 2000. **Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: jan. 2011.

FERNANDES, José Carlos. Notícias de um lugar comum. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 5 nov. 2006. Seção Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=610992&tit=Noticias-de-um-lugar-comum>>. Acesso em: jan. 2011 (a).

IPPUC. **Nossa vila**: perspectiva para a política habitacional de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2002.

LEMOS, Carlos. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. TANAKA, Giselle. O planejamento urbano e a questão fundiária. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 227, p. 16-23, jun. 2006.

MENDONÇA, Maí Nascimento (Org.). **Cidade industrial de Curitiba**: 25 anos bem empregados. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1998.

NEVES, Lafaiete Santos. **Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PEREIRA, Gislene Pereira; SILVA, Madianita Nunes da. Dinâmica Imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de F. (Org.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997. (Coleção Cidade Aberta).

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. In: VASCONCELOS, P.; MELLO, S. (Org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 245-258.

SMOLKA, Martim O. Meio Ambiente e estrutura intra-urbana. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SOUZA, Nelson Rosário de. Habitação popular e normalização no contexto do urbanismo curitibano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

VALADARES, Jorge de Campos. Qualidade do espaço e habitação humana. **Ciência & Saúde Coletiva** [on-line]. 2000, v. 5, n. 1, p. 88. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v5n1/7081.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WILLER, Alfred. Depoimento. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: [s. n.], 1991. p. 125-137.



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 - fundos, Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 - Fortaleza - Ceará - Brasil

imprensa.ufc@pradm.ufc.br

A busca frenética pelo crescimento econômico e pelo lucro tem provocado o acirramento da concorrência e da produtividade a partir da supremacia das forças do mercado e a consequente redução do papel regulador e protetor do Estado. A internacionalização e integração dos mercados de bens e serviços, bem como dos sistemas de produção e financeiros, têm conferido um carácter peculiar a esta nova era de globalização. A racionalização de decisões e ações inerentes à lógica e à ideologia neoliberais tem gerado crises profundas e estruturais que ameaçam os povos, não só economicamente, mas principalmente em termos sociais, de trabalho e de sustentabilidade ambiental. O mundo encontra-se mais desigual, numa tendência de aumento da concentração de riqueza e da pobreza, e crescentemente ameaçado pelos desequilíbrios provocados na natureza.

Essa situação difere segundo os países, conforme o nível alcançado de suas estruturas econômicas, institucionais e políticas e da capacidade de “resistência” do Estado e da sociedade. Em comum, há o comprometimento generalizado do desenvolvimento socioeconômico e dos direitos sociais e do trabalho.

Dessa forma, a comparação envolvendo contextos distintos e âmbitos interinstitucional e interdisciplinar assume relevância para melhor compreender tais problemáticas e se posicionar desafios de contribuir para transformações econômicas e sociais centradas na inclusão e no bem-estar sociais. Assim, as realidades canadense e brasileira constituem auspiciosas oportunidades de reflexão, a partir da integração de professores e pesquisadores de várias universidades canadenses da província de Québec, com professores e pesquisadores brasileiros, compreendendo as Universidades Federais do Ceará, do Paraná e de Minas Gerais, como também a FAE-Campos Universitário e o Instituto Paraense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Nesse sentido, este livro se compõe de três partes, onde a primeira discute questões teórico-conceituais relativas à pobreza, ao desenvolvimento econômico e ao mundo do trabalho, compreendendo os contextos Norte-Sul, em particular entre Canadá e Brasil. A segunda parte refere-se a aspectos relevantes da dinâmica econômica no contexto da globalização, o processo de precarização do trabalho, da migração, da economia solidária e do sindicalismo. Por último, a terceira parte congrega estudos específicos que lidam particularmente de políticas públicas de inserção social e de afirmação de direitos.

Fernando José Pires de Sousa e Yanick Noiseux
Organizadores

APOIO:



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Université 
de Montréal



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



ISBN 978-85-7485-242-3



9 788574 852423



Banco do
Nordeste